UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

FLÁVIA MAÍRA DE ARAÚJO GONÇALVES

**O sistema prisional no Império brasileiro: estudo sobre as províncias de São Paulo,
Pernambuco e Mato Grosso (1835-1890)**

São Paulo
2016

FLÁVIA MAÍRA DE ARAÚJO GONÇALVES

**O sistema prisional no Império brasileiro: estudo sobre as províncias de São Paulo,
Pernambuco e Mato Grosso (1835-1890)**

Tese apresentada ao Departamento de
História da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de doutora em
História Social.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Monica
Duarte Dantas

São Paulo

2016

GONÇALVES, Flávia Maíra de Araújo. **O sistema prisional no Império brasileiro:** estudo sobre as províncias de São Paulo, Pernambuco e Mato Grosso (1835-1890). São Paulo, 2016. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutora em História Social.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

A Ana Izabel, Benjamin, Martin e Leonardo.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram importantes para a realização deste trabalho, ao qual foram dedicados cinco anos. Em primeiro lugar, agradeço à Monica Duarte Dantas pela sua valorosa e perspicaz orientação, sem a qual esta pesquisa seria um mero esboço; a ela agradeço também a oportunidade de ter feito o estágio supervisionado do Programa de Aperfeiçoamento em Ensino (PAE), como monitora no curso de *Fontes do Brasil Oitocentista*, ministrado por ela no Instituto de Estudos Brasileiros; por fim, agradeço pela amizade nascida nesses dez anos de parceria em pesquisas.

À FAPESP, agradeço pela dotação da bolsa de doutorado, que viabilizou a realização das pesquisas de campo e com a qual pude me dedicar integralmente aos estudos. Ao prof. Marcos César Alvarez e aos colegas da disciplina *Poder, punição e controle social*, ministrada no departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, pelas indicações bibliográficas e pelas discussões proveitosas que tivemos durante as aulas. Agradeço também ao prof. Alvarez e ao prof. Fernando Salla, pelas reuniões no Núcleo de Estudos da Violência, com as quais obtive muitas contribuições para esta pesquisa. Aos professores Marcos Bretas e André Rosemberg, por permitirem a apresentação de comunicações sobre este trabalho no *Simpósio Temático História do crime, da polícia e da justiça criminal*, que se reúne bienalmente nos congressos nacionais da ANPUH. Ao prof. Bretas, agradeço também pelas indicações bibliográficas.

Ao departamento de pós-graduação em História Social da FFLCH e à Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), por viabilizarem a apresentação de nosso trabalho na Escola Doutoral Franco-brasileira, que ocorreu em Paris. Às professoras Miriam Dolhnikoff e Maria Luiza Ferreira de Oliveira, que compuseram a banca de qualificação desta pesquisa, pela leitura atenta do relatório e pelos preciosos apontamentos, fundamentais para o encaminhamento da pesquisa.

Aos funcionários dos arquivos que visitei, agradeço pela prestimosa ajuda. Nomeadamente a Emerson Lucena e Hildo Leal, do Arquivo Público Estadual João Emerenciano; a Ricardo e demais funcionários da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco; a Poliana do Nascimento, da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco; a Waltemberg, do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso; a Ísis Catarina Brandão e demais funcionários do Instituto Memória da Assembleia

Legislativa do Estado de Mato Grosso; e aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Aos amigos André Nicacio, Vivian Costa, Beto e Martha Villac pelas contribuições a este trabalho.

Aos novos amigos Karina Galindo, Guilherme Pedrosa, Michel Macário, Álvaro Justen, Elaine Rodrigues, Luteria Gomes, Renata e Robson Araújo, Rafael Gomes, Ludmila Bezerra, Lena Spindola e Emylia Souza, que tornaram minha estadia em Recife e em Cuiabá muito mais leve.

Aos amigos Agatha Gatti, Danilo Camargo, Renan Rodrigues, Marina Garcia, Dirceu Franco, Agatha Bloch, Mariana Barbosa, Tuninho Rabello, Fabio Maza, Jonas Moraes, Leandro Calbente, Sidney Pires, Giselle Guimarães, Karina Scott, Ariádine Dziura, Mariana Ribeiro, Madalena Ferraz, Rosely Toledo, Alexandre Seolin, Rodrigo Brito, Leandro Junqueira, Mirian Marli, Márcio Moraes, Claudete Siqueira por terem tornado meus dias mais alegres.

Aos amigos de Itaberaba, sou grata pelo suporte e carinho.

A minha família, por sempre estarem ao meu lado, em tempo e fora de tempo.

O sistema penal de uma dada sociedade não é um fenômeno isolado, sujeito apenas às suas leis especiais. É parte de todo o sistema social, e compartilha suas aspirações e seus defeitos.

Georg Rusche e Otto Kirchheimer

Punição e estrutura social, 1939

RESUMO

Esta pesquisa tem como enfoque a implantação do sistema prisional no Império brasileiro durante a vigência do Código Criminal do Império de 1830, quando a prisão, nas modalidades simples e com trabalho, passou a ser a punição por excelência. Com a aprovação deste código, fazia-se necessária uma reestruturação carcerária, uma vez que haveria o aumento do número de condenados; além disso, seria preciso construir estabelecimentos próprios para o cumprimento da pena de prisão com trabalho.

Contudo, com o Ato Adicional de 1834, as questões relativas à construção de cadeias e casas de prisão com trabalho ficaram a cargo das províncias. Cabia às assembleias provinciais determinarem as verbas a serem gastas e o regime a ser seguido na instituição penal. Por isso, as especificidades históricas, sociais, políticas e econômicas de cada localidade se refletiram na estruturação prisional. Desse modo, nossa análise se deteve em três províncias com características bem distintas: uma do centro-sul (São Paulo), uma do norte (Pernambuco) e uma de região de fronteira (Mato Grosso).

Assim, pudemos observar que, na província paulista, houve empenho na construção de uma Casa de Correção afinada com o modelo instituído na Corte; a cadeia da cidade de São Paulo abrigou a maior parte dos presos de toda a província, enquanto as cadeias do interior permaneceram mais com a função de casas de detenção. Em Pernambuco, foi estabelecida uma Casa de Detenção em Recife e várias cadeias centrais em toda a província, e usou-se do expediente de enviar o excesso de condenados para o presídio de Fernando de Noronha. Já em Mato Grosso, não foi possível construir um estabelecimento próprio para prisão com trabalho e, apesar de em alguns momentos terem sido aproveitadas as oficinas do Arsenal de Guerra de Cuiabá para cumprimento dessa pena, em geral, os presos foram submetidos à prisão simples.

Palavras-chave: Sistema Prisional. Cadeia. Casa de Correção. Casa de Detenção. Presídio. São Paulo. Pernambuco. Mato Grosso. Fernando de Noronha. Século XIX.

ABSTRACT

This study focuses on the prison system in the Brazilian Empire while the 1830 Criminal Code of the Empire was in force and confinement only or with prison labor became the mainstream punishment regimes. Upon the approval of this code, a prison system restructuring was necessary for there would be an increase in the number of convicts; besides, appropriate buildings should be constructed for the imprisonment with labor sentence to be executed.

However, the 1834 Additional Act put provinces in charge of issues related to the construction of jails and institutions with prison labor. Provincial houses of representatives determined the expenditures and the regime to be followed in the prison system. Therefore, historical, social, political and economic specificities of each place were reflected in the prison structuring. In this way, our analysis aimed at three provinces with very different characteristics: one in the Center-South of Brazil (São Paulo), one in the North (Pernambuco) and one in a borderland region (Mato Grosso).

We noticed that, in the Province of São Paulo, effort was put forth in building a Penitentiary in line with the model established by the court; the São Paulo city prison received most of the inmates of all the province, while the countryside prisons were mostly provisional detention centers (jails). In Pernambuco, a House of Detention was established in Recife and several central prisons throughout the province, being the excess convicts sent to the military base of Fernando de Noronha. In Mato Grosso, it was not possible to build an institution suitable for prison labor and, although in some moments the workshops of the Cuiabá War Arsenal were used for the execution of this type of sentence, in general, prisoners were submitted to confinement only.

Keywords: Prison System. Prison. Penitentiary. House of Detention. Jail. São Paulo. Pernambuco. Mato Grosso. Fernando de Noronha. 19th Century.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa da província de São Paulo (1884)	<u>50</u>
Mapa 2 – Esboço da carta corográfica da província de Pernambuco (1874)	<u>143</u>
Mapa 3 – Plano da ilha de Fernão de Noronha (1798 e copiado em 1803)	<u>230</u>
Mapa 4 – Esboço da carta da província de Mato Grosso (1860)	<u>269</u>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Casa de câmara e cadeia da cidade de São Paulo (1862/3)	<u>61</u>
Figura 2 – Desenho da Casa de Correção de São Paulo (1877)	<u>68</u>
Figura 3 – Antiga casa de câmara e cadeia de Santos (1865)	<u>103</u>
Figura 4 – Largo da cadeia nova, em Santos (1865)	<u>103</u>
Figura 5 – A Casa de Detenção do Recife (c.1863-1868)	<u>159</u>
Figura 6 – Vista de um dos raios da Casa de Detenção do Recife (c.1924)	<u>163</u>
Figura 7 – Praça do Comando do Presídio de Fernando de Noronha (1841)	<u>236</u>
Figura 8 – Fachada principal da Cadeia Pública de Cuiabá (c.1925)	<u>291</u>

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Receita e despesa (comum e de barreiras) efetivas da província de São Paulo (1848-1852)	<u>70</u>
Gráfico 2 – Receitas efetivas da província de São Paulo (1835-1890)	<u>81</u>
Gráfico 3 – Despesas orçadas para sustento, vestuário e curativo de presos pobres da província de São Paulo (1856-1871)	<u>115</u>
Gráfico 4 – Relação entre a receita e a despesa efetivas da província de Pernambuco (1870-1885)	<u>178</u>
Gráfico 5 – Receita arrecadada pela província de Mato Grosso (1845-1864)	<u>287</u>
Gráfico 6 – Relação entre a receita arrecadada e a despesa efetuada pela província de Mato Grosso (1870-1885)	<u>294</u>
Gráfico 7 – Número de presos na cadeia de Cuiabá (1869-1887)	<u>300</u>

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População carcerária na Casa de Correção e na Cadeia Pública da Capital (1864-1869)	<u>79</u>
Tabela 2 – Quantias orçadas para a construção da Casa de Correção de São Paulo (1837-1869)	<u>83</u>
Tabela 3 – Quadro dos presos recolhidos às cadeias da Capital e de outros lugares da província de São Paulo no decurso do ano de 1851	<u>112</u>
Tabela 4 – Comarcas criadas na província de São Paulo ao longo do século XIX	<u>113</u>
Tabela 5 – Presos recolhidos às cadeias da província de São Paulo durante o ano de 1859	<u>119</u>
Tabela 6 – Relação entre as verbas orçadas para as cadeias do interior e a receita orçada para a província de São Paulo (1835-1889)	<u>128</u>
Tabela 7 – Despesas realizadas nos primeiros anos da construção da Casa de Detenção do Recife (1850-1857)	<u>162</u>
Tabela 8 – Número de presos da Casa de Detenção do Recife acometidos de beribéri e seus respectivos destinos (1871-1882)	<u>190</u>
Tabela 9 – População da província de Pernambuco em 1838 por comarcas	<u>195</u>
Tabela 10 – Produção e renda média do algodão na província de Pernambuco (1859-1883)	<u>217</u>
Tabela 11 – Número de presos civis e militares no presídio de Fernando de Noronha (1858-1889)	<u>239</u>

Tabela 12 – Produção de sapatos na oficina do Arsenal do presídio de Fernando de Noronha (1873-1880)	<u>244</u>
Tabela 13 – Províncias de origem dos sentenciados civis de Fernando de Noronha (1869, 1874, 1876 e 1877)	<u>245</u>
Tabela 14 – Movimento de presos na Casa de Detenção do Recife (1868-1888)	<u>247</u>
Tabela 15 – Orçamentos e balanços de receita e despesa da província de Mato Grosso com os valores concedidos pelo suprimento geral (1836-1845)	<u>280</u>
Tabela 16 – Orçamentos provinciais para a construção da cadeia de Cuiabá (1843-1848)	<u>282</u>
Tabela 17 – Orçamentos provinciais para a construção da cadeia de Cuiabá (1857-1869)	<u>289</u>
Tabela 18 – Movimentação da cadeia de Cuiabá conforme o sexo e as sentenças (1880-1887)	<u>303</u>
Tabela 19 – Produção e tributação dos gêneros exportados pela província de Mato Grosso (1885-1886)	<u>305</u>
Tabela 20 – Mapa da população livre e escrava da província de Mato Grosso em 1849	<u>310</u>
Tabela 21 – Verbas orçadas para a força policial da província de Mato Grosso (1836-1859)	<u>313</u>
Tabela 22 – Verbas orçadas para força policial da província de Mato Grosso (1869-1889)	<u>330</u>
Tabela 23 – Verbas municipais orçadas para sustento e curativo dos presos pobres da província de Mato Grosso (1874-1889)	<u>333</u>

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>15</u>
<u>CAPÍTULO 1 – SITUAÇÃO PRISIONAL EM UMA PROVÍNCIA DE CENTRO-SUL: SÃO PAULO</u>	<u>44</u>
1.1 A CASA DE CORREÇÃO E A CADEIA PÚBLICA DA CAPITAL	58
1.2 AS CADEIAS DO INTERIOR PAULISTA	99
<u>CAPÍTULO 2 –EXPERIÊNCIA PENAL EM UMA PROVÍNCIA REVOLTOSA: PERNAMBUCO</u>	<u>137</u>
2.1 A CASA DE DETENÇÃO DO RECIFE	151
2.2 AS CADEIAS PERNAMBUCANAS	195
2.3 O PAPEL DO PRESÍDIO DE FERNANDO DE NORONHA	227
<u>CAPÍTULO 3 – PRÁTICAS PUNITIVAS EM UMA ÁREA DE FRONTEIRA: MATO GROSSO</u>	<u>264</u>
3.1 A CADEIA PÚBLICA DE CUIABÁ	278
3.2 AS DEMAIS CADEIAS MATO-GROSSENSES	308
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>352</u>
<u>FONTES</u>	<u>359</u>
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	<u>363</u>

INTRODUÇÃO

Em 1863, Messias da Motta Ramos, condenado a 20 anos de prisão com trabalho pelo júri da vila de São Roque, na província de São Paulo, incurso no artigo 192 (homicídio com agravantes) do Código Criminal de 1830, cumpria a pena na Casa de Correção da capital paulista, onde trabalhava como mestre da oficina de funileiros. Em 2 de março de 1864, Manoel Gomes da Silva Júnior foi sentenciado à mesma pena de 20 anos de prisão com trabalho, também pelo crime de morte, na vila do Cabo, província de Pernambuco; entretanto, foi enviado para cumpri-la no presídio da ilha de Fernando de Noronha. Já em 14 de outubro de 1862, na província de Mato Grosso, João Francisco Calabaço, condenado a 12 anos de prisão com trabalho por homicídio, foi mandado para cumprir a sentença na Cadeia Pública de Cuiabá, tendo sua pena comutada para 14 anos de prisão simples¹.

Os crimes de homicídio, dispostos nos artigos 192 a 195, não eram punidos com prisão simples em grau algum. Era prevista morte (grau máximo no art. 192), galés perpétuas (grau médio no art. 192 ou máximo no art. 193) e, em maior número de circunstâncias, prisão com trabalho (por 20 anos no grau mínimo no art. 192, 12 anos no médio e 6 anos no mínimo no art. 193, e 2 a 10 anos nos artigos 194 e 195). Contudo, como podemos observar, mais de três décadas depois de aprovado o Código, condenados à mesma pena, tendo cometido o mesmo crime, cumpriam as sentenças em instituições absolutamente díspares (algumas francamente contrárias ao disposto no referido diploma), a depender da província onde residiam.

Se tais discrepâncias eram comuns na década de 1860, tampouco foram resolvidas na última década do Império, ou mesmo com o advento da República. As normas previstas no Código Criminal de 1830, que instaurara a prisão com trabalho como a pena por excelência (e que assim continuaria no Código Penal de 1890), foram

¹Messias da Motta Ramos havia sido condenado em 8 de março de 1849 e foi mandado para penitenciária no dia de sua inauguração, em 6 de maio de 1852. Em 1879, Manoel Gomes da Silva Júnior ainda cumpria pena no presídio de Fernando de Noronha. Em 1876, Calabaço também continuava cumprindo sua pena na Cadeia Pública de Cuiabá. *AESP*. Caixas da Penitenciária. C03277. 21 de abril de 1863. BANDEIRA FILHO, Antonio Herculano de Souza. **Informações sobre o Presídio de Fernando de Noronha. Relatório apresentado ao governo pelo dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho, diretor de Seção na Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça**, 25 de janeiro de 1880, p. 88 (publicado em anexo ao relatório do ministro da Justiça, 13 de maio de 1880). Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 29 de abril de 1876, mapa 7.

em larga medida, por uma série de razões, desrespeitadas ou simplesmente comutadas em outras penas (seguindo, com maior ou menor respeito, às prescrições do Código). De fato, a inovação trazida pelo diploma penal brasileiro só foi efetivada em três localidades. Ao longo do século XIX, os condenados à prisão com trabalho só puderam cumprir sua pena propriamente dita na Casa de Correção de São Paulo, na Casa de Correção da Corte, e na Casa de Prisão com Trabalho da Bahia². Assim, fica evidente que, no resto do Império, a pena instituída como principal pelo código não pôde ser implementada (ou não houve apoio para a sua implantação), o que, como veremos, se deveu a uma série de circunstâncias, a depender de cada província.

Ainda que uma análise comparativa das várias partes do Império seja, de fato, de grande interesse, tal feito ultrapassa os limites de um doutorado, dada a ampla cronologia (de, ao menos 1830, quando da aprovação do referido Código, até o fim da monarquia), a extensão do país, as diferenças entre as regiões, e a vasta documentação a ser consultada para sua consecução. Desta forma, considerando a diversidade do país no século XIX e, sobretudo, a atribuição dada às províncias, pelo Ato Adicional, de tratarem das questões prisionais, consideramos que, visando à contribuição dos estudos da situação carcerária no Império, fazia-se necessário comparar províncias com povoadamentos, atividades econômicas, situações sociopolíticas as mais díspares possíveis. Esta pesquisa se debruça, assim, sobre a implantação (ou não) de um sistema prisional segundo as disposições do Código Criminal de 1830, em três províncias, a saber, São Paulo, Pernambuco e Mato Grosso.

São Paulo, província da região centro-sul, ainda que de povoação antiga, com os primeiros núcleos fundados já no século XVI, tinha, no início do século XIX baixo povoamento – concentrado no entorno da capital e do litoral – e uma economia não muito pungente. Contudo, com o desenvolvimento da economia açucareira e, sobretudo, cafeeira, expandiu-se para o interior e tornou-se a província mais rica do Império. O crescimento econômico foi acompanhado de um expressivo aumento populacional, implicando, inclusive, na expansão de sua fronteira produtiva. Era também, desde o pós-independência, uma província com forte base liberal, o que pode ter influenciado na assimilação dos modelos punitivos e contribuído para que fosse a primeira a construir uma casa de correção depois da Corte.

²Relatório do ministro da Justiça, 7 de maio de 1874, p. 42.

Já Pernambuco, na região norte, era uma província de ocupação mais consolidada e uma das mais populosas do Império; a capitania de mesmo nome fora a primeira a realmente ter desenvolvimento econômico e, desde esse período, já tinha todo o território conhecido e povoado. Ao longo do século XIX, foi marcada por constantes revoltas, nas quais, ainda quando havia liderança de setores da elite, todas as camadas sociais participavam ativamente³. De importante economia de exportação açucareira e algodoeira, a partir de meados do século, a província pernambucana sofreria declínios financeiros em decorrência da desvalorização desses produtos. Ademais, com as constantes secas no sertão e no agreste, milhares de pessoas afluíram para a zona da mata em busca de melhores condições de vida, provocando grandes concentrações populacionais e chamando a atenção das autoridades para um maior controle social. Todas essas características certamente influenciaram na maneira como as instituições carcerárias foram planejadas e construídas. Soma-se a isso o fato de que pertencia à província de Pernambuco o arquipélago de Fernando de Noronha, no qual estava instalado um presídio militar que, ao fim e ao cabo, funcionou como uma prisão civil central, acolhendo presos de quase todas as províncias do país, condenados às mais variadas penas.

Finalmente, em parte completamente distinta do Império, em termos geopolíticos, de ocupação e mesmo financeiros, estava a província do Mato Grosso. Fronteira com as repúblicas do Paraguai e da Bolívia, a proteção da região fazia parte da preocupação do governo imperial, que procurava manter em estado defensivo essas áreas para garantia da integridade territorial do país. Do ponto de vista econômico, no entanto, a província era paupérrima, carecendo das estruturas administrativas mais básicas, e extremamente dependente dos suprimentos que vinham do cofre geral. A população vivia dispersa em um imenso território e ainda sofria com os constantes ataques indígenas aos viajantes nas estradas ou aos fazendeiros, dos quais roubavam gado e ferramentas agrícolas, incendiavam as casas e plantações, e não raramente cometiam assassinatos, assustando os moradores. Diante de tantas dificuldades, tornou-se de grande interesse saber como a província lidou com a necessidade de reestruturação

³Podemos citar a Insurreição Pernambucana, em 1817; Confederação do Equador, em 1824; Revolta dos Afogados, em 1829; Setembrizada e Novembrada, em 1831; Abrilada, em 1832; Cabanada ou Guerra dos cabanos (1832-1835); Carneiradas (1834-1835); as guerras nas matas de Jacuípe (década de 1840); “Fecha-fecha” (1844-1845); “Mata Marinheiro” (1847-1848); Revolução Praieira, em 1848; Guerra dos Marimbondos, em 1852; e Quebra-Quilos (1874-1875), das quais falaremos mais no capítulo 2.

carcerária e de criação de instituições específicas para o cumprimento da pena de prisão com trabalho.

A implantação do Código Criminal: mudanças nas práticas punitivas

Na América portuguesa, a punição de crimes e delitos era feita com base nas disposições legais contidas no livro V das Ordenações Filipinas, compiladas em 1603⁴. As penas variavam entre degredo, multa pecuniária, açoites e outras marcas corporais, e morte. A prisão era muito rara, sendo utilizada principalmente para aguardar o julgamento ou a execução de outra pena⁵. Além disso, no livro V, as punições sofriam gradações não só de acordo com o tipo de crime mas também conforme a qualidade do réu e da vítima (fidalgo, cavaleiro, clérigo, peão, escudeiro). Ademais, diferentemente do que viria a ocorrer depois, no rol de crimes incluíam-se ofensas à religião como, por exemplo, a heresia e a apostasia. Finalmente, questões que hoje seriam classificadas como matérias substantivas e adjetivas (estas de caráter processual) apareciam muitas vezes de maneira indistinta; outros títulos davam muitas ocasiões para que se impusesse o arbítrio pessoal do juiz⁶.

A fim de melhor entender as prescrições da época, é fundamental lembrar, a partir dos textos de Antonio Manuel Hespanha que, no Antigo Regime, a justiça era o principal atributo do rei. Sua função era a de garantir direitos preexistentes e, muitas vezes, “imemoriais”, dando a cada um o que lhe era devido; abrangia, além do poder de

⁴Além de outras leis, cartas régias expedidas posteriormente.

⁵Para António Manuel Hespanha, no Antigo Regime, o poder do rei não era validado pela aplicação das penas cruéis, mas principalmente pelo alongamento dos processos e posterior revogação ou comutação das sentenças; o papel real se efetivava, sobretudo, na dispensação da graça. Em Portugal, por exemplo, entre 1693 e 1754, grande parte das condenações à pena de morte foi comutada para degredo; açoites e marcação do corpo também foram pouco aplicados. Os delitos eram pagos na maioria das vezes com multa ou com a própria pena de prisão preventiva, meio punitivo arbitrário bastante utilizado no período. Para Hespanha, “o segredo da eficácia do sistema penal do Antigo Regime estava justamente nesta ‘inconsequência’ de *ameaçar sem cumprir*. De se fazer *temer*, ameaçando; de se fazer *amar*, não cumprindo”. A disciplina social, segundo o autor, ficava por conta de outras instituições como a família, a igreja e a pequena comunidade. HESPANHA, António Manuel. Da “iustitia” à “disciplina”. Textos, poder e política penal no Antigo Regime. In: **Anuário de historia del derecho español**. Madrid: Ministerio de Justicia, 1987, partes I e II.

⁶Como, por exemplo, o título 122: “E se o perdão for havido antes que o perdoado seja acusado, sendo dele dada querela ou havendo devassa [...], o juiz não procederá mais pela querela ou devassa, se lhe parecer que é conforme. E parecendo-lhe que não é conforme, então o prenda”. LARA, Silvia Hunold (org.). **Ordenações Filipinas: Livro V**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

dirimir conflitos e punir os criminosos, o de editar leis, de comandar o exército, de expropriar por utilidade pública e de se impor por meio do fisco⁷.

Com base nessa concepção de governo, durante o período colonial, o território brasileiro foi administrado segundo as normativas e práticas da metrópole portuguesa. Desta forma, a instância local mais importante, que lidava diretamente com os governos gerais, eram as câmaras municipais; elas concentravam todo o aparato político, judicial e administrativo do governo. Segundo o sistema assentado pelo regimento de 1504, o núcleo do conselho municipal era composto por dois a seis vereadores (que se alternavam na presidência do Senado da câmara), dois juízes ordinários e o procurador. Outros cargos podiam também existir como os juízes almotacéis (encarregados da fiscalização dos mercados), tesoureiro, porteiro e, algumas vezes, carcereiro, e os alcaides pequenos, que exerciam atividades policiais. Nas câmaras maiores, os trabalhadores também tinham representação, por meio das corporações de ofícios, que nomeavam mestres para apresentar seus interesses nas reuniões⁸.

A câmara, na figura de seus edis e oficiais, chamados “homens bons”, supervisionava a distribuição e o arrendamento das terras, lançava e coletava impostos municipais, fixava os preços das mercadorias, fiscalizava pesos e medidas, estabelecia regulamentos (posturas), gerenciava o policiamento e cuidava da construção e manutenção das obras públicas, como estradas, pontes, fontes, cadeias, etc. Suas rendas vinham das multas aplicadas pelos almotacéis nas fiscalizações, em aluguéis de propriedades municipais e em impostos, que na maioria das vezes eram arrematados em leilão. Era nas câmaras, também, que se realizavam os julgamentos de “primeira instância”, por meio dos juízes ordinários e, eventualmente, dos juízes de fora. Tais juízes, diferentemente dos ordinários, eram oficiais designados pelo governo geral. Ademais, havia ainda a figura do corregedor, também enviado pela metrópole para corrigir as irregularidades e cercear abusos.

⁷HESPANHA, António Manuel. Justiça e administração entre o Antigo Regime e a Revolução. In: **Justiça e litigiosidade: história e perspectiva de um paradigma**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 138-140.

⁸Esse e os próximos parágrafos estão baseados em: BOXER, Charles R. Conselheiros municipais e irmãos de caridade. In: **O império marítimo português. 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, cap. 12. HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História da Civilização Brasileira**. Tomo II: O Brasil Monárquico. 1º volume: O processo de emancipação. São Paulo: Difel, 1862, cap. 1. RAMOS, Pedro Moacyr. As instituições coloniais: antecedentes portugueses. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História da Civilização Brasileira**. Tomo I. A época colonial. 1º volume: Do descobrimento à expansão territorial. São Paulo: DIFEL, 1981 (6ª ed.), cap. 1.

O conjunto de funções que a câmara municipal exercia se refletia na arquitetura do prédio da instituição. Primeiramente, a própria localização da câmara indicava sua importância: ela costumava ser erguida na praça central, ao lado do mercado e da igreja; assim, a sede da administração e da justiça ficava no mesmo espaço dos centros de abastecimento material e espiritual. No prédio, em câmaras maiores e mais estruturadas, cada sala correspondia a uma função municipal: na sala chamada de *casa da câmara*, os vereadores realizavam suas sessões; na *casa de audiências*, havia o trabalho dos juízes; na *casa de secretaria* se faziam os trabalhos burocráticos e, no *arquivo*, que era uma sala ou simplesmente uma arca, se guardavam os bens da câmara. Em algumas construções, havia um espaço para um matadouro, para que fiscais acompanhassem de perto o corte e a conservação das carnes. No alto da torre, havia o sino, que marcava as datas festivas, os ofícios fúnebres e as reuniões⁹.

As dependências da cadeia se dividiam em algumas salas do andar superior, no fundo do edifício, e no andar inferior. Nas salas de cima, ficavam quartos destinados aos presos em custódia ou mais qualificados, os quartos do carcereiro e do corpo da guarda, e a enfermaria. Todo o andar de baixo era destinado às enxovias, quartos com grades de pau ou de ferro, pelos quais só se tinha acesso por um alçapão localizado no teto e que abrigavam os condenados. Não havia um muro que separasse as prisões do movimento da praça onde estava o edifício, podendo os transeuntes se achegarem às grades e conversarem com os presos. Esse modelo arquitetônico fez com que a sede da administração municipal ficasse conhecida como *casa de câmara e cadeia*.

Com a ruptura iluminista, a função do direito penal real passou a ser mais normativa e disciplinar, o que implicava mudanças institucionais e de organização judiciária; para uma maior aplicabilidade das punições, seguiu-se uma maior racionalização e classificação delas. O primeiro trabalho a tratar dessas questões foi *Dos delitos e das penas*, de Cesare Beccaria, em 1764; entre os preceitos determinados nesta obra, estava o da igualdade dos condenados na aplicação das penas; a moderação e a proporcionalidade das punições conforme o crime, limitando o arbítrio dos juízes; a repulsa à tortura, às penas cruéis e à pena de morte¹⁰. As penas, para serem justas,

⁹Esse e o próximo parágrafo baseados em: BARRETO, Paulo Thedim. Casas de Câmara e Cadeia. In: REIS, José Souza; _____. **Arquitetura Oficial I**. São Paulo: FAU-USP/MEC-IPHAN, 1978, cap. VI.

¹⁰Para Beccaria, “só a necessidade constrange os homens a ceder uma parte de sua liberdade; daí resulta que cada um consente em pôr no depósito comum a menor porção possível dela (...). O conjunto de todas essas pequenas porções de liberdade é o fundamento do direito de punir. Todo exercício do poder que se afastar dessa base é abuso e não justiça; é um poder de fato e não de direito; é uma usurpação e

deveriam ser proporcionadas ao delito e determinadas na lei. Ele admitia, por exemplo, que alguém que tivesse feito mau uso da liberdade poderia ser punido com sua privação; também prescrevia, para casos de roubo ou falência, uma “escravidão temporária”, na qual o condenado empregaria seu trabalho para restituir o que devia¹¹.

Em Portugal, esse pensamento foi seguido em algumas medidas empreendidas pelas reformas pombalinas. Em 18 de agosto de 1769, instituiu-se a Lei da Boa Razão, por meio da qual as leis constituídas só teriam validade se fossem fundamentadas nas verdades essenciais do direito natural, no direito das gentes ou no bem público; ademais, esse dispositivo estabelecia um maior rigor no uso da jurisprudência. Também houve uma sistematização da formação jurídica, com a reforma dos Estudos Jurídicos na Universidade de Coimbra, em 1772, além da formulação de um novo projeto de código criminal, apresentado por Pascoal de Melo em 1786. Havia, portanto, no dizer de Antonio Manuel Hespanha, “uma única palavra de ordem: promoção do legalismo e limitação do arbítrio doutrinal e judiciário”¹².

As revoluções liberais do final do século XVIII trouxeram o anseio por um novo ordenamento jurídico, com a instauração de garantias constitucionais e, conseqüentemente, de uma codificação do direito. Quando da independência do Brasil, um novo pacto social e uma nova estruturação jurídica foram concebidos a partir da

não mais um poder legítimo”. BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Trad. Paulo M. Oliveira. São Paulo: EDIPRO, 2013, p.23 (§II – Origem das penas e direito de punir). Nesse sentido, em contraposição ao estabelecido no Antigo Regime, o autor condenava a concessão da graça, que deveria deixar de existir quando as penas fossem menos cruéis; a clemência passaria a ser virtude do legislador e não do rei, pois aquele daria aos delitos as consequências necessárias ao bem público; um perdão real, nesse caso, iria contra o código e traria “esperança da impunidade” (§ XX – Da inevitabilidade das penas e das graças). Beccaria também era contra as longas prisões preventivas; para ele, por ser um meio aflitivo e cruel, deveria durar o menor tempo possível, apenas para evitar fuga ou ocultação de provas: “outorga-se, em geral, aos magistrados encarregados de fazer as leis, um direito contrário ao fim da sociedade, que é a segurança pessoal; refiro-me ao direito de prender discricionariamente os cidadãos, de tirar a liberdade ao inimigo sob pretextos frívolos e, por conseguinte, de deixar livres os que eles protegem, malgrado todos os indícios do delito. Como se tornou tão comum um erro tão funesto? Embora a prisão difira das outras penas, por dever necessariamente preceder a declaração jurídica do delito, nem por isto deixa de ter, como todos os outros gêneros de castigos, o caráter essencial de que só a lei deve determinar o caso em que é preciso empregá-la” (§XIX – Da publicidade e da presteza das penas; §VI – Da prisão).

¹¹§XXX – Do roubo; §XXXII – Das falências. As discussões e proposições acerca do novo paradigma penal ultrapassaram, e muito, as prescrições do marquês de Beccaria, ainda que sua obra fosse referência constante, tanto no século XVIII quanto no seguinte.

¹²HESAPANHA, A. M. op. cit., 1987, parte III a V. No campo estrutural, algumas medidas para garantir uma “racionalidade administrativa” em Portugal, como a lei de reforma das comarcas, de 1790, que buscava redividir o território em nome da utilidade pública, enfrentaram duras resistências frente ao tradicionalismo das câmaras, que procuraram manter as funções adquiridas. SILVA, Ana Cristina Nogueira da. Tradição e reforma na organização político-administrativa do espaço, Portugal, finais do século XVIII. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil, formação do Estado e da nação**. São Paulo/ Ijuí: HUCITEC/ Unijuí/ FAPESP, 2003, p. 297-318.

outorga da Constituição de 1824. No art. 151 da carta, se afirmava que o poder judicial era independente, concretizado no fato de que os juízes de direito tinham cargos vitalícios (art. 153). Já no artigo 179, ficaram firmados os direitos civis dos cidadãos brasileiros, como o estabelecimento de leis conforme a utilidade pública, a igualdade perante a lei, a liberdade de expressão de pensamentos, a liberdade religiosa¹³, o direito de propriedade, e a garantia do devido processo legal (o que implicava, entre outras coisas, a inviolabilidade de domicílio, a proibição da prisão sem culpa formada, o direito à fiança etc.). Nesse sentido, a Carta também decretava a abolição dos privilégios e a nomeação apenas pelo mérito individual. Quanto às práticas punitivas, os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as demais penas também foram abolidas (ao menos para os não escravos); e nenhuma pena passaria mais da pessoa do delinquente. Ademais, em relação às cadeias, o parágrafo 21 determinava que elas seriam seguras, limpas e bem arejadas, “havendo diversas casas para separação dos réus conforme as circunstâncias e natureza de seus crimes”.

As câmaras municipais também perderam muitas de suas funções, muito em função das mudanças empreendidas desde finais do século XVIII em várias partes da Europa e na América do Norte. No parágrafo 25 do mesmo artigo 179, foram abolidas as corporações de ofícios, seus juízes e seus escrivães. No artigo 162, as questões contenciosas passariam a ser resolvidas pelos juízes de paz, que seriam eleitos da mesma forma que os vereadores, e cujas atribuições foram instituídas pela lei de 15 de outubro de 1827¹⁴.

Com a lei de 1º de outubro de 1828, as câmaras municipais perderam suas funções legislativas e judiciais, ficando, conforme o artigo 24, reduzidas a “corporações meramente administrativas e não exercerão jurisdição alguma contenciosa”. Os vereadores poderiam deliberar, doravante, somente a respeito de alinhamento, iluminação e conservação das ruas, praças, reparos em edifícios públicos, calçadas,

¹³Ou “tolerantismo”, como bem explica Stuart Schwartz. SCHWARTZ, Stuart B. **Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico**. São Paulo: Companhia das Letras; Baurito: EDUSC, 2009.

¹⁴O Código de Processo Criminal de 1832 veio completar essa primeira fase de reformas jurídicas. Pelo artigo 8º, ficavam definitivamente extintos os ouvidores, os juízes de fora e os juízes ordinários. Em seus lugares, apareciam os juízes municipais, juízes de direito, promotores, jurados e os juízes de paz. Estes ganharam ainda mais atribuições do que a lei de 1827 determinava. Entre outras, o juiz de paz deveria realizar o corpo de delito e juntar provas para a formação de culpa dos réus. Outros preceitos liberais foram instituídos com o Código de Processo, como o tribunal do júri e a instituição do *habeas corpus*. Para mais sobre este período, ver: FLORY, Thomas. La reforma (1827-1837). In: **El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 81-199.

pontes, chafarizes, estabelecimento de cemitérios, matadouros, construção e conservação de estradas e caminhos, sobre a circulação e venda de mercadorias, conservação de casas de caridade e questões de manutenção da ordem pública. Qualquer atuação municipal, contudo, dependia da aprovação do presidente da província coadjuvado pelo conselho da presidência, órgão consultivo criado pela lei de 20 de outubro de 1823.

Várias das prescrições constitucionais dependiam de futura regulamentação, especialmente da fatura de Códigos, como determinado no parágrafo 28 do art. 179, que mandava organizar o quanto antes um código civil e criminal, “fundado nas sólidas bases da justiça e equidade”. Tendo sido iniciado o trabalho sobre a formulação do código criminal em 1827, e aprovado em 1830, este dispositivo foi concebido no contexto da monarquia constitucional e da garantia de direitos civis; nesse sentido, estabeleceu como princípios que não haveria crime sem que houvesse uma lei que o qualificasse anteriormente e que os criminosos seriam punidos apenas conforme determinado pela norma legal. A pena de prisão passou a ser a punição por excelência, na modalidade de prisão simples propriamente dita, que determinava a manutenção dos sentenciados em reclusão (art. 47), ou prisão com trabalho, que obrigava os réus a ocuparem-se diariamente no trabalho que lhes fosse destinado dentro do recinto das prisões (art. 46). Dessa maneira, a cadeia, que antes era apenas um local de passagem, passou a ser o lugar próprio da punição.

A transformação das instituições prisionais

A criação de estabelecimentos de coerção para o trabalho teve início no século XVI – fruto da mentalidade cristã protestante de que o trabalho dignifica o homem –, com o objetivo de transformar mendigos, vagabundos, prostitutas e ladrões em mão de obra útil. Em Londres, após a instalação das *poor laws*¹⁵, o clero inglês pediu

¹⁵O primeiro conjunto de leis para os pobres, publicado em 1572, estipulava impostos para a manutenção de inválidos e para a ministração de trabalho a ociosos. O segundo conjunto, de 1601, estipulava tetos salariais, proibia contratações coletivas e obrigava o trabalhador a aceitar o primeiro trabalho que lhe era oferecido. Essas disposições foram estabelecidas em um período em que houve diminuição da mão de obra na Inglaterra. MELOSSI, Dario. Cárcel y trabajo en Europa y en Italia en el periodo de la formación del modo de producción capitalista. In: MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcel y**

autorização para criar casas de correção¹⁶ que combateriam a ociosidade de autores de pequenos delitos e vagabundos. Na Holanda calvinista, as *Rasp-huis* eram casas de correção que obrigavam os internos a raspar madeiras (provavelmente o pau-brasil) para obtenção de tintas para a indústria têxtil¹⁷.

Em 1777, no entanto, John Howard, na obra *The State of prisons in England and Wales*, observou que os cárceres estavam cheios de pessoas ociosas e propôs uma reforma na qual estas instituições promoveriam o trabalho entre os condenados, assim como faziam as casas de correção. Contudo, foi nos Estados Unidos que esse tipo de internamento se transformou em pena criminal pela primeira vez. Ainda no final do século XVII, haviam surgido leis na colônia inglesa para coibir a vadiagem e instituir a criação de *workhouses* para pequenos transgressores da lei, ociosos e vagabundos. Mas, em 1790, a comunidade *quacker* do estado norte-americano da Pensilvânia, realizou uma reforma para aliviar as “misérias da prisão pública”, na qual os encarcerados viviam aglomerados e em ociosidade¹⁸. Transformara, então, a cadeia de Walnut Street, na Filadélfia, em uma penitenciária¹⁹, na qual os condenados seriam levados, pelo afastamento da sociedade, pela oração e pelas abstinências corporais ao arrependimento. Por isso, ficavam isolados diuturnamente em suas células; o trabalho, manufaturado nesse mesmo recinto, serviria como alívio da pena e, por extensão, o condenado reconheceria seus benefícios, ficando estimulado a praticá-lo; este modelo ficou conhecido como sistema da Filadélfia ou pensilvânico²⁰. Ele foi mais bem estruturado em 1829, com a inauguração da *Eastern State Penitentiary*, na Filadélfia, cuja arquitetura seguia o modelo panóptico²¹ criado por Jeremy Bentham, continha sete raios que podiam abrigar um total de 450 presos²².

fábrica: los orígenes del sistema penitenciario (siglos XVI-XIX). México: Siglo Veintiuno Editores, 1985 2a. ed. [or.1977], p.29-34. RUSCHE, Georg. KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. 2ª. ed. Trad. Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004, parte III e p. 94-107.

¹⁶*Workhouses* ou *bridewells*. Este último termo fazia referência ao primeiro local onde foi criada uma instituição desse gênero.

¹⁷Um opúsculo holandês ridicularizava os católicos (que lidavam com a questão criando instituições de assistência aos pobres – asilos, hospitais), dizendo que os únicos santos que faziam milagres eram São Raspado, Santa Pena e São Trabalho. RUSCHE, G. KIRCHHEIMER, O. op. cit., p. 81. MELOSSI, D.; PAVARINI, M. op. cit., p. 52.

¹⁸Em 1787, foi fundada a *Philadelphia Society for the Alleviating the Miseries of Public Prisons*.

¹⁹No sentido primeiro do termo de prisão monástica onde se expia um erro, onde se paga uma penitência que o leva à redenção.

²⁰RUSCHE, G. KIRCHHEIMER, O. op. cit., p. 123-124; 179-185. PAVARINI, Massimo. La invención penitenciaria: la experiencia de los Estados Unidos de América en la primera mitad del siglo XIX. In: MELOSSI, D.; PAVARINI, M. op. cit., p. 139-141, 167-169.

²¹A estrutura panóptica foi idealizada pelo inglês Jeremy Bentham, em 1787, e consistia em uma casa de inspeção, cuja estrutura arquitetônica, composta por raios que partiam de uma torre central, permitia que

Numa outra perspectiva, foi construída, na cidade de Auburn, no estado de Nova Iorque, uma penitenciária cujo trabalho tinha um caráter mais produtivo. Nela, o isolamento seria apenas noturno e o trabalho seria realizado em comum em oficinas (mas sob silêncio absoluto); essa modalidade dava ao produto do trabalho maior qualidade, sendo possível vendê-lo, abatendo os custos da manutenção do estabelecimento. Assim, o isolamento noturno e o silêncio absoluto garantiam o arrependimento e a regeneração, enquanto o trabalho nas oficinas oferecia um ofício para que o sentenciado pudesse ser futuramente reintegrado à sociedade²³. O primeiro raio desta instituição ficou pronto em 1821, após quatro anos de construção, utilizando 53 presos como mão de obra. Ao longo do século XIX, as oficinas desta instituição produziram sapatos, relógios, cobertores, roupas, ferramentas e móveis que eram vendidos no centro da cidade²⁴. Para acomodar o excedente de presos foi construída, entre 1826 e 1828, uma outra penitenciária, também no modelo auburniano, próxima à povoação de Sing-Sing, a 30 milhas da cidade de Nova Iorque²⁵.

Esses modelos norte-americanos influenciaram o sistema prisional da Europa ocidental. Na década de 1830, vários países europeus mandaram representantes aos Estados Unidos para observar os dois sistemas penitenciários e avaliar qual seria melhor para suas realidades: a Prússia enviou o dr. Julius, já a França mandou Gustave de Beaumont e Alexis de Tocqueville²⁶, em 1833, e o conselheiro real Frédéric-Auguste Demetz e o arquiteto Abel Blouet²⁷, em 1836. Dr. Crawford foi enviado pela Inglaterra também em 1833, o que resultou na construção da prisão modelo inglesa em dois anos

os internos pudessem ser vigiados de um único ponto. Para Bentham, esse modelo poderia ser aplicado em várias instituições que demandavam vigilância como casas penitenciárias, prisões, casas de indústria, casas para pobres, casas de trabalho, manufaturas, hospícios, lazaretos, hospitais e escolas. BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico**. (TADEU, Tomaz org.). 2.^a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

²²O sétimo raio foi finalizado em 1836, contendo 136 células. Em 1877, foram acrescentados o 8º e 9º raios. Apesar do confinamento solitário só ter sido abandonado oficialmente em 1913, na década de 1880 esses dois raios novos já recebiam dois detentos por cela. DOLAN, Francis X. **Eastern State Penitentiary**. Images of America. Charleston: Arcadia, 2007.

²³RUSCHE, G. KIRCHHEIMER, O. op. cit., p. 183-184. MELOSSI, D.; PAVARINI, M. op. cit., p. 171-178.

²⁴McHUGH, Eileen. PETIGRASS, Michael. **Auburn Correctional Facility**. Images of America. Charleston: Arcadia, 2010.

²⁵CHELI, Guy. **Sing Sing Prison**. Images of America. Charleston: Arcadia, 2003.

²⁶BEAUMONT, Gustave de; TOCQUEVILLE, Alexis de. **Du système pénitentiaire aux États-Unis, et de son application en France**. Paris: B. Fournier Jeune, libraire, 1833.

²⁷DEMETZ, Frédéric-Auguste; BLOUET, Abel. **Rapports a M. Le Comte de Montalivet, pair de France, ministre secrétaire d'État au Département de l'intérieur, sur les pénitenciers des États-Unis**. Paris: Imprimerie royale, 1837.

(1840-1842), conforme o sistema pensilvânico²⁸. Já Beaumont e Tocqueville elogiaram o sistema auburniano, produzindo estatísticas para mostrar que o novo regime carcerário era capaz de sustentar-se e podia representar, inclusive, uma fonte de renda²⁹.

Pelas discussões no parlamento brasileiro para a formulação do código criminal, podemos perceber que este recebeu influência direta dos modelos punitivos norte-americanos³⁰. Em 1829, o cidadão João Clemente Vieira Souto enviou à assembleia geral um exemplar do código penal da Luisiana, feito por Edward Livingston, para ser analisado pela comissão que já tinha sido eleita em 1827 para verificar os projetos de José Clemente Pereira e Bernardo Pereira de Vasconcelos. Em 1830, o cidadão José Silvestre Rebello ofereceu, além do projeto criminal de Luisiana, o código de processo penal e o código prisional, também feitos por Livingston³¹. Após a reunião das quatro comissões que analisaram as propostas, houve um aumento (em relação ao projeto de Vasconcelos, tido tradicionalmente como a principal referência para o código) da prescrição da pena de prisão com trabalho de 13,9% para 27,9% dos casos, e de prisão simples de 18,4% para 21,3%. Dos 88 artigos inéditos, 17 eram transposição do código de Luisiana³².

As únicas matérias do Código Criminal que passaram por discussão na assembleia foram a abolição ou não pena de morte e da de galés³³. Os deputados que

²⁸Relatório da comissão inspetora da Casa de Correção da Corte, 15 de fevereiro de 1874, p. 209 (anexo ao relatório do ministro da Justiça, 7 de maio de 1874). Relatório do ministro da Justiça, 1º de maio de 1875, p. 42-43.

²⁹RUSCHE, G. KIRCHHEIMER, O. op. cit., p. 184.

³⁰Além de influências, em menor grau, do Projeto de Código Criminal de Portugal, de 1786, de Pascoal de Melo Freire; do Código da Toscana, também de 1786; do Código da Áustria, de 1803; do Código Penal francês de 1810; do Código bávaro de 1813. COSTA, Vivian Chieregati. **Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a positivação das leis no pós-Independência**. 2013. 361 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, cap. 3.

³¹Vieira Souto, editor do jornal *Astréa*, acreditava que o sistema de jurados (empregado no Brasil para crimes de liberdade de imprensa desde 1823) era a melhor maneira de julgamento. Já Silvestre Rebello foi o primeiro embaixador do Império brasileiro em Washington, em 1824. Ele logo entrou em contato com Edward Livingston que lhe enviou o projeto de código criminal para o estado norte-americano da Luisiana, cuja mão de obra escrava correspondia a 40% da população. DANTAS, Monica Dantas. *Revoltas, motins e revoluções*. In: _____ (org.). **Revoltas, motins e revoluções: homens livres e libertos no Brasil do século XIX**, p. 24-25 e nota 63.

³²COSTA, V. C. op. cit., p. 227 e 244.

³³Pena na qual o condenado era submetido a trabalhos públicos. Deveria usar uma calceta (argola de ferro) aos pés, presa a uma corrente (art. 44). Só não seria aplicada às mulheres, aos homens menores de 21 anos e ao maiores de 60, que seriam submetidos à pena de prisão com trabalho pelo mesmo tempo (artigos 45 e 46). Era considerada a pena mais infamante, aplicada para crimes considerados mais graves e a única (excluindo a pena de morte) que poderia ser aplicada a escravos (art. 60).

votaram contra a pena de morte³⁴ utilizaram como argumento, entre outros, a afirmação da superioridade do sistema penitenciário que se havia escolhido. Enquanto alguns deputados consideravam que se devia manter a pena de morte por conta do baixo grau civilizacional do país, Ernesto Ferreira França argumentava que: “As penas não são os verdadeiros meios com que se extirpam os delitos, e sim com casas de correção, promovendo a instrução primária e a moral pública, e não com o péssimo sistema de sacrificar homens”. Já Martim Francisco Ribeiro de Andrada considerava que o sistema penitenciário era um dos meios para se adiantar a civilização: “o sistema verdadeiramente repressivo, o penitenciário, produziu na Pensilvânia o efeito de tornar de uma pequena colônia, que começou pelos passageiros do navio *Bem-vindo*, em um estado de mais de um milhão e um quarto de habitantes do decurso de 145 anos”. Já os contrários à abolição desta pena, embora entendessem que o sistema penitenciário doravante adotado era moralizador, constatavam que ainda não havia prisões seguras nos modelos exigidos³⁵.

Com relação à pena de galés, os argumentos eram semelhantes. Para Francisco de Paula Souza e Melo, nem esta nem a pena de morte poderiam ser abolidas, pois eram a única forma de lidar com a criminalidade escrava. Bernardo Pereira de Vasconcelos, por sua vez, entendia que esta pena devia subsistir porque ainda não havia no país casas de correção destinadas à pena de prisão com trabalho³⁶. Nesse sentido, enviou uma emenda (que se tornou o artigo 311 do código) que instituída que a pena de galés temporária seria substituída pela de prisão com trabalho pelo mesmo tempo assim que houvesse casas de correção nos lugares em que os réus cumpriam sua sentença. Ao fim e ao cabo, ambas as penas permaneceram no código, mas foram consideravelmente restringidas. A pena de morte foi abolida para crimes políticos, sendo admitida apenas a

³⁴ André Pereira Rebouças, Carlos Carneiro da Cunha, Ernesto Ferreira França, Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Lino Coutinho.

³⁵ Francisco de Paula Souza e Melo entendia que a consciência do júri faria a diferença; se a opinião pública ficasse hostil à pena de morte, o júri não a aplicaria. *Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados (APB-CD)*. 11 e 13 de setembro de 1830, p. 495, 506 e 513. Apud COSTA, V. C. op. cit., p. 183 e 185-188.

³⁶ COSTA, V. C. op. cit., p. 190-193.

morte na forca e em três casos³⁷. Já a pena de galés, em comparação com o projeto original do Vasconcelos, diminuiu de 14,7% para apenas 3,8% dos casos³⁸.

Com este novo modelo punitivo e judicial, a cadeia nos porões da Câmara Municipal já não era mais a estrutura pretendida³⁹. Dessa maneira, o Império teve que repensar a estrutura prisional, sobretudo porque, com a mudança punitiva, as cadeias sofreram um repentino inchaço, uma vez que passaram a ser o local próprio da pena. Era também necessária a construção de centros penitenciários, que promovessem o isolamento dos presos da sociedade, para que estes pudessem alcançar a regeneração pelo silêncio e pelo trabalho.

O deputado Ernesto Ferreira França foi um grande defensor dos projetos de Edward Livingston no período em que o código criminal foi formulado; no dia em que a assembleia recebeu a segunda oferta do código norte-americano, em 12 de maio de 1830, França já requereu que se nomeasse uma comissão de fora que trabalhasse na tradução da obra. Pediu também, em 30 de maio, que esse código fosse apreciado pela comissão que havia sido nomeada para acolher as emendas⁴⁰. Da mesma maneira, foi Ferreira França que, no ano seguinte, em 4 de junho de 1831, requereu a nomeação de uma “comissão a fim de propor as medidas necessárias para a reforma das prisões e o estabelecimento do sistema penitenciário no Brasil”⁴¹.

A comissão foi composta pelos deputados Manuel Alves Branco, Antonio Pereira Rebouças e Francisco Gê de Acaiaba Montezuma. O “projeto do plano e regulamento das prisões”⁴² previa que na capital de cada província onde houvesse um Tribunal da Relação fossem edificadas duas casas que serviriam de casa de custódia, ou detenção, e casa penitenciária⁴³. Na casa de detenção, ficariam os pronunciados ou

³⁷ Aos cabeças de insurreição (art. 113), homicídio (art. 192), roubo seguido de morte (art. 271). Assim mesmo, a pena de morte só seria instituída para esses crimes quando houvesse agravantes (grau máximo). Com a lei nº. 4 de 10 de junho de 1835, ficou instituída a pena de morte para os escravos que matassem seu senhor, o administrador, o feitor ou um de seus familiares.

³⁸ COSTA, V. C. op. cit., p. 227.

³⁹ Como veremos, contudo, as práticas institucionais não se modificaram com a mesma rapidez que o código de leis e, ao longo de todo o século XIX, a estrutura de casa de câmara e cadeia continuou sendo requerida.

⁴⁰ DANTAS, M. D. op. cit., 2011, p. 25-27.

⁴¹ APB-CD. 4 de junho de 1831, p. 127.

⁴² Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados em Brasília. Projeto do plano e regulamento das prisões. 26 de agosto de 1831 (colhido e gentilmente cedido por Vivian Chieregati Costa).

⁴³ Poderiam ser construídas juntas, desde que não tivesse comunicação. Também poderia ser aproveitado algum edifício público que reunisse as condições exigidas (art. 2). Nas cadeias das demais vilas e cidades se fariam reparos e divisões necessários para comodidade e separação de homens e mulheres (art. 3).

indiciados, os que não tivessem pagado alguma multa⁴⁴, e os condenados à prisão simples por até seis meses. Já na casa penitenciária, seriam abrigados os condenados à prisão simples e prisão com trabalho. Ambas as casas teriam duas partes separadas destinadas aos homens e às mulheres, que seriam administradas por guardas e “matronas”⁴⁵.

Os presos da casa penitenciária dormiriam em cubículos⁴⁶ e trabalhariam em oficinas; mas os presos perpétuos teriam uma pequena oficina ao pé do cubículo para trabalharem sozinhos enquanto os réus de penas temporárias se ocupariam em salas de trabalho para até dez presos⁴⁷ – pretendia-se oferecer, portanto, em uma mesma instituição, ambos os sistemas, pensilvânico e auburniano para diferentes classes de presos. Haveria um mestre encarregado de realizar o “melhoramento intelectual” dos presos, ensinando-os a ler, escrever e contar, além de fornecer-lhes os princípios elementares de comércio, agricultura, navegação e medição dos campos. As mulheres iriam coser, lavar e passar a ferro as roupas dos presos (e as que viessem mandadas de fora), bem como fiar, tecer e “outros serviços próprios ao sexo”.

Esse documento foi mandado imprimir pela assembleia em 29 de agosto de 1831; entrando em primeira discussão em 14 de outubro, foi aprovado e mandado ao senado no dia seguinte⁴⁸. Em 5 de maio de 1832, o senado nomeou uma comissão especial⁴⁹ para avaliar o regulamento, mas não há notícias de que essa comissão tenha dado um parecer e o projeto terminou esquecido.

Por outro lado, almejando a reestruturação prisional do Império, entre 1830 e 1834, deve-se observar que a assembleia geral estipulou, nos orçamentos gerais, importantes somas para a construção de casas de prisão com trabalho e cadeias,

⁴⁴Ou obrigação legal cuja transgressão a lei impusesse prisão até que fosse satisfeita (art. 5 §2).

⁴⁵*Matron*, inclusive, era o termo usado para designar as funcionárias da ala feminina da prisão de Auburn. MCHUGH, E. PETIGRASS, M. op. cit., p. 9.

⁴⁶Todos iniciariam sua estadia na penitenciária em prisão diuturna e jejum “rigoroso” de pão e água de um a quatro dias, como forma de trazê-los ao arrependimento. Os cubículos dos sentenciados seriam pintados de preto e o dos condenados por crimes de sangue ou por incêndio teriam algumas manchas vermelhas – essa distinção também se apresentaria nos uniformes. Voltariam a esse regime de solitária em cada aniversário do crime e quando estivessem em castigo.

⁴⁷Esses presos também poderiam trabalhar como enfermeiros, ajudantes dos guardas, na cozinha, na limpeza ou em um moinho de moer trigo, arroz ou milho, movido por trabalho manual de no máximo dez homens, que seria instalado em cada casa penitenciária.

⁴⁸APB-CD, 29 de agosto, 14 e 15 de outubro de 1831, p. 65, 234-235.

⁴⁹Composta pelos senadores José Martiniano de Alencar, João Antonio Rodrigues de Carvalho e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Diário da Câmara dos Senadores do Império do Brasil, 5 de maio de 1832, p. 3. Nos anais do Senado, essa discussão aparece como tendo ocorrido em 7 de maio de 1832. Anais do Senado do Império do Brasil. 1832. Tomo I. p. 13.

conforme as dimensões político-econômicas e populacionais de cada uma das províncias. Para os anos de 1832-1833, por exemplo, a assembleia estipulou para a construção de casas de prisão com trabalho, 50 contos para o Rio de Janeiro; 34 contos para Pernambuco e Bahia; 16 contos para Minas Gerais e Maranhão; 6 contos para São Paulo, Rio Grande do Sul, Alagoas, Paraíba, Ceará e Pará; e apenas 2 contos para Mato Grosso, Espírito Santo, Sergipe, Rio Grande do Norte, Piauí, Santa Catarina e Goiás.

Contudo, em maio de 1833, o ministro da Justiça, Honório Hermeto Carneiro, Leão reclamava que nenhuma casa de correção havia sido sequer iniciada em qualquer parte do Império. Para a construção da Casa de Correção da Corte, que estava diretamente debaixo de sua administração, encontravam-se dificuldades para a aquisição do terreno. Por isso, as penas de prisão com trabalho vinham sendo comutadas para pena de prisão simples com acréscimo de um sexto da pena, conforme prescrevia o artigo 49 do Código Criminal, “enquanto se não estabelecerem as prisões com as comodidades e arranjos necessários para o trabalho dos réus”. Para o ministro, tão cedo não se veriam prontos tais estabelecimentos, pois demandavam tempo, grandes somas de dinheiro e constância nas administrações encarregadas de executá-los. Por isso, propunha outras formas de punição até que o sistema estivesse plenamente estabelecido, dada a superlotação nas cadeias:

Convirá, senhores, persistir em semelhante sistema? Se as nossas cadeias não são suficientes para comodamente conterem os pronunciados, como poderão conter os condenados de mais um, ou dois anos? E caso possam contê-los, não perderá a moral, e a sociedade na acumulação de tantos homens ociosos, que útil e proveitosamente podiam ser empregados? Senhores, conquanto eu esteja persuadido que as Casas de Correção, ou de prisão com trabalho, sendo devidamente construídas, dando-se-lhe regimento próprio, e tendo um inspetor, ou administrador hábil, podem apresentar neste Império os mesmos bons resultados que semelhantes casas têm apresentado nos Estados Unidos d’América; todavia crente de que muitos anos são necessários para que tais construções se efetuem, e entendendo que falta-nos para elas meios pecuniários suficientes, e que convirá estabelecer ensaios em uma, ou outra localidade, antes de as generalizar, sou de opinião que se altere o Código na parte em que se estabelece semelhantes penas, substituindo-as convenientemente por outras. Entendo que convirá fazer-se maior uso da pena de degredo; não digo o degredo tal qual tem sido entre nós usado, isto é, por simples fixação de lugar para residência dos réus. Entendo que para se aplicar utilmente esta pena se devem formar colônias agrícolas em diferentes localidades, e que para elas se devem mandar os degredados, fornecendo-se-lhes

instrumentos, e compelindo-os a trabalhos agrícolas, debaixo de uma rigorosa administração⁵⁰.

A comutação da pena de prisão com trabalho para degredo em colônia agrícola não foi oficialmente estabelecida, embora, como veremos adiante, essa foi a prática adotada no presídio de Fernando de Noronha, que passou a receber excedentes carcerários dos mais diversos lugares do Império, entre sentenciados a prisão com trabalho, galés, degredo, prisão simples e alguns até sem culpa formada.

Em relação às casas de correção, ao longo daquele ano, já começaram a aparecer iniciativas em São Paulo e na Corte. Enquanto, no caso paulista, se iniciavam as buscas por um terreno, na capital do Império havia sido possível, finalmente, comprar uma chácara em Catumbi por 80:000\$000, valor a ser pago em três anos. No bojo das discussões sobre qual modelo de penitenciária seria adotado na Corte, a assembleia geral decidiu, ainda em 1834, pelo sistema de Auburn, aprovado sem grandes discussões⁵¹. Na obra já trabalhavam 60 presos, cujo número aumentaria à medida que os raios fossem ficando prontos⁵².

O Código Criminal e o Ato Adicional: o sistema prisional em São Paulo, Pernambuco e Mato Grosso

Entretanto, em 12 de agosto de 1834, foi aprovada a revisão da Constituição promulgada em 1824. O chamado Ato Adicional estabelecia, dentre outras coisas, a existência de assembleias legislativas em cada uma das províncias com faculdade de aprovar leis, desde que não incorressem em matérias exclusivas da nação (e, portanto, do Parlamento). Assim, doravante, cada província podia deliberar acerca de seu próprio orçamento, podendo dispor dos recursos da maneira que considerassem mais adequada e criando impostos para incrementar a arrecadação (desde que não interferissem na

⁵⁰Relatório do ministro da Justiça, maio de 1833, p. 30-32.

⁵¹Segundo o deputado por São Paulo à época e administrador da Casa de Correção de São Paulo na década de 1870, Manoel Dias de Toledo. Relatório da Penitenciária de São Paulo, 15 de dezembro de 1871, p. 2.

⁵²Relatório do ministro da Justiça, maio de 1834, p. 18-20.

arrecadação dos tributos da esfera central). Outras atribuições também se tornaram específicas da esfera provincial, como a divisão civil, judiciária e eclesiástica da província; a instrução pública; a força policial; as obras públicas, incluindo a estrutura viária da província (estradas, navegação), as casas de socorros públicos e conventos; entre outros. Com relação à estrutura prisional, cabia à província decidir sobre a construção de casas de prisão, de trabalho ou de correção, e sobre seu regime de funcionamento⁵³.

As assembleias provinciais também passaram a ter autoridade sobre a desapropriação por utilidade municipal; a polícia e economia municipais; a fixação das despesas e impostos locais; a criação, supressão e nomeação de empregos municipais e fixação de seus ordenados (cabendo aos municípios, contudo, enviarem propostas relativas a essas questões aos deputados provinciais, que poderiam aceitá-las ou não). As províncias também deviam fiscalizar a aplicação das rendas municipais, aprovando ou não as contas das câmaras. Desse modo, a administração das câmaras municipais ficava definitivamente submetida às decisões da assembleia legislativa provincial.

É possível pensar que a própria reformulação elaborada no Ato Adicional tenha tido também inspiração norte-americana, ao conceder a faculdade de legislar aos poderes provinciais. Durante as discussões sobre essas reformas, em 1832, o então deputado Honório Hermeto Carneiro Leão admitia que eram em certa medida necessárias:

Não digo que seja elevada a par da dos Estados Unidos, estou mesmo longe de aprovar todas as reformas projetadas, entretanto estou persuadido que existe uma necessidade de se desenvolverem os princípios federais da constituição do Estado, dando às províncias mais alguma independência (...), resultado de uma necessidade geral do povo brasileiro, que ninguém poderá sufocar e fazer com que deixe de aparecer⁵⁴.

Por esse motivo, qualquer análise sobre o sistema prisional no período imperial, a partir de 1834, deve necessariamente ser feita em nível provincial, uma vez que era nas províncias que as decisões sobre a construção de cadeias e casas de prisão com

⁵³Art.10 §9º.

⁵⁴Anais da Câmara dos deputados, 1832, p. 24. Apud DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005, p.63-64. No projeto do Ato Adicional feito por uma comissão liberal, o primeiro artigo declarava que o governo do Império seria uma “monarquia federativa”. Embora essa denominação não tenha sido aprovada pelos senadores, na prática, o arranjo federativo permaneceu. DOLHNIKOFF, M. op. cit., p. 93-95.

trabalho eram tomadas. Mesmo com as revisões conservadoras de 1840 e 1841, as províncias continuaram gozando de autonomia legislativa e administrativa⁵⁵.

Assim, o caso das províncias de São Paulo, Pernambuco e Mato Grosso nos apresenta um universo diferenciado, no tempo e no espaço (para não dizer em termos populacionais, de ocupação e mesmo de rendimentos) que dá conta, em vários sentidos, da multiplicidade de situações vividas no Império, a partir da instalação das respectivas assembleias provinciais, a partir de 1835.

Era recorrente nas falas dos ministros da Justiça do Império a declaração de que as cadeias de um modo geral eram fracas, mal construídas, estavam em péssimo estado e que não ofereciam segurança, não reuniam as condições de salubridade, nem se

⁵⁵Essas revisões tinham como foco uma reforma no poder judiciário. Os poderes atribuídos ao juiz de paz e aos dois tribunais do júri (acusação e sentença) no Código de Processo Criminal de 1832 haviam dado margem para uma atuação arbitrária das facções locais; promotores e juízes municipais também não precisavam ser bacharéis, o que aumentava a instabilidade jurídica. Em 3 de dezembro de 1841, a lei n. 261 de reforma do Código de Processo Criminal retirou as funções do juiz de paz previstas no código e transferiu-as para delegados e subdelegados, nomeados pelo presidente da província. Os chefes de polícia seriam também nomeados pelo poder central dentre os desembargadores e juízes de direito, que obrigatoriamente deveriam ser bacharéis. Essa obrigação foi estendida para os juízes municipais, ficando os promotores escolhidos “preferencialmente” dentre os formados em Direito. Além disso, foi eliminado o júri de acusação, cabendo aos delegados, subdelegados, juízes municipais e chefes de polícia a formação da culpa. Com essa centralização do judiciário, como bem aponta Monica Dantas, o sistema de governo brasileiro afastou-se, nesse quesito, do modelo baseado no *self-government* anglo-saxão, trazendo uma organização de modelo francês, baseada na hierarquia. DANTAS, Monica Duarte. O código do processo criminal e a reforma de 1841: dois modelos de organização do Estado (e suas instâncias de negociação). Conferência apresentada no **IV Congresso do Instituto Brasileiro de História do Direito: Autonomia do Direito: configurações do jurídico entre a política e a sociedade**. São Paulo, Faculdade de Direito, USP, 2009. FLORY, T. La reacción y la contrarreforma (1837-1871) In: op. cit., p. 203-307. DOLHNIKOFF, M. A revisão conservadora. In: op. cit., p. 125-154. Pela lei de 3 de dezembro de 1841, ainda, cabia aos chefes de polícia e aos delegados “inspecionar, na forma dos regulamentos, as prisões da província” (art. 4 §7º). Aos chefes de polícia exclusivamente cabia a nomeação dos carcereiros e sua demissão “quando não lhes mereçam confiança” (art. 7 §4). Os carcereiros passaram a ser, portanto, empregados do poder central, tendo inclusive seus vencimentos pagos pelo governo central, mediante aprovação na assembleia geral (art. 8º). Em 31 de janeiro de 1842, o regulamento n. 120 tratou de regular a parte policial e criminal da lei de 1841, apresentando a hierarquia da polícia judiciária (ministro da Justiça, presidente da província, chefe de polícia, delegados, subdelegados, juízes municipais, juízes de paz, inspetores de quartelão e fiscais das câmaras) e suas atribuições, além dos seus procedimentos nas mais diversas áreas. Na seção VII das disposições policiais, versou-se sobre a inspeção das prisões, que deveriam ser feitas pelos chefes de polícia nas capitais e pelos delegados ou subdelegados nos termos. Também ficou instituído que os chefes de polícia deveriam organizar regulamentos especiais para as cadeias (artigos 147 a 150 e 168 a 170). Já no capítulo XIV das disposições policiais, ficava determinado o modo como se procederia e o local de execução das sentenças de morte, galés, multa, prisão com trabalho, prisão simples, degredo e banimento (este último, embora estivesse estabelecido no Código Criminal, não foi prescrito para nenhum crime), nos artigos 408-411, 414-417, 430-431, 434. Estas determinações se mostraram necessárias sobretudo porque, na falta de estabelecimentos próprios para a execução das penas, pairavam dúvidas sobre como deveriam ser feitas. Contudo, cabe lembrar que, apesar dessa centralização em relação aos carcereiros, a construção das cadeias em geral continuou sendo planejada e executada pelos deputados e presidentes provinciais. E as instituições carcerárias construídas conforme o art. 10º § 9º do Ato Adicional (como a Casa de Correção de São Paulo e a Casa de Detenção de Recife) tiveram os regulamentos e os vencimentos dos seus empregados regidos exclusivamente na esfera provincial, aprovados pelas assembleias legislativas locais.

faziam nelas a separação dos réus conforme preceituava a Constituição do Império⁵⁶. Para além dessas constatações generalizantes, nossa pesquisa procura balizar esse suposto “fracasso”, a fim de descobrir o que era prioritário no planejamento para o sistema prisional em cada província e o que de fato foi estruturado ao longo do século XIX.

Para isso, analisamos os anais das assembleias provinciais, que apresentam as discussões dos inúmeros projetos de lei propostos, bem como suas reformulações, emendas, rejeições ou aprovações sobre construções de cadeias ou casas de correção. Por meio de tais fontes, foi possível percebermos os diferentes posicionamentos dos deputados e qual linha de argumentos e de atuação adquiriu maior prevalência em determinados períodos. É possível também perceber as tensões e os caminhos pelos quais cada projeto de lei passou e quais eram as expectativas de seus relatores.

Já nas coleções de leis provinciais, pudemos observar quais as leis que os deputados provinciais votaram a respeito da construção e organização das cadeias e quais foram os regulamentos organizados para a Casa de Correção de São Paulo e para a Casa de Detenção do Recife. Ademais, elas contêm também os orçamentos provinciais, onde pudemos acompanhar quais eram as prioridades da província, quais áreas recebiam maior investimento e quais careciam de discussão e verbas.

Fizemos um cruzamento dessas fontes com os relatórios dos presidentes das províncias, documento que nos forneceu um panorama geral do estado das cadeias e do sistema prisional nestas províncias por conta da regularidade da publicação. Por meio deles, o presidente justificava a utilização ou não das verbas votadas pelos deputados e comunicava o estado de algumas cadeias para solicitar quotas específicas.

Para completar a análise, também consultamos os relatórios enviados aos presidentes das províncias pelos encarregados dos mais variados setores do governo para deixá-los cientes dos acontecimentos e também solicitar melhorias. Entre eles, pudemos ler relatórios do chefe de polícia, do diretor da Casa de Correção de São Paulo, do administrador da Casa de Detenção do Recife, do diretor de Obras Públicas, do inspetor do Tesouro Provincial e os balanços das receitas e despesas das províncias. Assim, tornou-se possível visualizar um quadro mais amplo acerca do estado das cadeias e demais instituições penais e quais eram suas necessidades. Nos relatórios dos

⁵⁶Relatório do ministro da Justiça, 9 de maio de 1868, p.44. Outras declarações similares podem ser encontradas, por exemplo, nos relatórios de 7 de maio de 1831, janeiro de 1845, maio de 1848, maio de 1853, 15 de maio de 1858, 14 de maio de 1860, 8 de maio de 1865, 7 de maio de 1874.

chefes de polícia, vimos mapas da movimentação dos presos nas cadeias e demais instituições penais. Já pelo relatório da Repartição de Obras Públicas, conseguimos saber qual o andamento das obras de construção ou reparos das cadeias.

Já nos relatórios do inspetor do Tesouro Provincial e balanços de receita e despesa das províncias, foi possível levantar informações acerca do que fora efetivamente investido para construção ou reforma das instituições carcerárias ao longo dos anos. A despeito do que os deputados votavam, os presidentes da província, por falta de verbas ou eventuais ajustes de prioridades, nem sempre podiam executar as construções de cadeias aprovadas em leis. Tal fonte também apresenta a receita e a despesa das províncias, por meio das quais reconhecemos suas dificuldades financeiras e quais foram as prioridades de investimento⁵⁷.

De igual modo, analisamos os relatórios que os ministros da Justiça anualmente apresentavam à assembleia geral quando de sua abertura. Neles, os ministros relatavam qual o estado geral do sistema prisional no Brasil e pediam ajustes na questão penitenciária. Um dos principais pedidos era que houvesse um sistema geral para organizar as prisões, a fim de que elas não ficassem à mercê das iniciativas provinciais. Os ministros também relatavam o estado do presídio de Fernando de Noronha, especialmente a partir de 1877, quando este passou a ser administrado por esta pasta. Entre os anexos, encontram-se os relatórios de autoridades em visita a penitenciárias norte-americanas ou europeias e a congressos penitenciários, e aqueles apresentados por comandantes e, posteriormente, diretores do presídio de Fernando de Noronha e de outras autoridades em visita à ilha.

⁵⁷No caso da província de São Paulo, nos valem também do material já consultado no mestrado, como as caixas sobre a cadeia da capital e sobre a Penitenciária – compostas de documentos referentes à construção da Casa de Correção, correspondências do diretor com o presidente da província, com a Câmara, com o médico da instituição; notas sobre a movimentação diária da Casa; engajamentos ou demissões de funcionários, etc. – disponíveis no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Também utilizamos alguns requerimentos feitos por presos que encontramos no Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. No mestrado, estudamos a cadeia e a Casa de Correção da cidade de São Paulo, analisando o impacto das formulações do código de 1830 na dinâmica da Cadeia Pública da Capital, outrora regida pelo Livro V das Ordenações Filipinas, e a função da Casa de Correção – desde a concepção e construção até o funcionamento – neste novo contexto jurídico. Paralelamente, estudamos o perfil da população carcerária dessas duas instituições, tendo como fio condutor os trabalhos e serviços realizados pelos encarcerados em geral (sentenciados à pena de prisão com trabalho, galés, africanos livres e escravos do calabouço). Em seguida, na outra ponta, estudamos os guardas e empregados dos estabelecimentos, investigando quem eles eram e que tipo de relações estabeleceram com aqueles que vigiavam. GONÇALVES, Flávia Maíra de Araújo. **Cadeia e Correção: sistema prisional e população carcerária na cidade de São Paulo (1830-1890)**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2013.

Consultamos também os relatórios dos ministros da Guerra, uma vez que o presídio de Fernando de Noronha até 1877 era administrado por este ministério. A partir de tais documentos, foi possível igualmente compreender melhor o funcionamento do Arsenal de Guerra em Mato Grosso, instituição que, como pudemos observar pelos relatórios dos presidentes de província, recebeu condenados à prisão com trabalho⁵⁸. Assim, se as leis, os regulamentos e as discussões nas assembleias deixam transparecer qual seria o funcionamento ideal dessas instituições, os relatórios, por outro lado, revelam o cotidiano e as particularidades daquelas instituições.

Para a realização da presente pesquisa, alguns trabalhos relativos a punição e sistema prisional foram fundamentais para o embasamento de nossa análise. O primeiro estudioso a tratar do binômio crime e punição foi Émile Durkheim, em *Da divisão do trabalho social*⁵⁹, publicado originalmente em 1893. Segundo o autor, a especialização do trabalho tornou a sociedade mais complexa e os indivíduos mais dependentes entre si, criando uma solidariedade entre os membros e integrando o corpo social. Assim, o crime seria algo que feria em alguma medida essa coesão; por isso, a pena era uma reação (em certo grau passional) que a sociedade exercia contra os membros desviantes, por meio de um corpo previamente constituído, visando em primeiro lugar à preservação da própria sociedade e, de maneira secundária, a corrigir o culpado e a evitar seus imitadores. A punição, portanto, era um instrumento fundamental para a manutenção e a sobrevivência social.

Numa perspectiva menos funcional e teórica, Georg Rusche e Otto Kirchheimer, em obra publicada em 1939, *Punição e estrutura social*, fizeram uma sociologia histórica punitiva. Eles apresentaram um estudo do sistema punitivo ao longo da história, por meio do qual demonstraram que a prática penal variava conforme as condições socioeconômicas da sociedade. Segundo os autores:

O objetivo de nossa investigação, portanto, é a pena em suas manifestações específicas, as causas de sua mudança e de seu

⁵⁸Nesses relatórios dos ministros da Guerra, também foi possível observar o desenvolvimento das colônias militares, instituições com importância significativa na província de Mato Grosso. Nesse sentido, consultamos também os relatórios dos ministros do Império, órgão que administrou as colônias militares entre 1851 e 1861, quando foram transferidas para o ministério da Guerra. Como anexo, há também relatórios de autoridades em visita a Fernando de Noronha e dos comandantes do presídio.

⁵⁹DURKHEIM, Émile. Introdução; Capítulo I: Método para indicar essa função; Capítulo II: Solidariedade mecânica ou por similitudes; Capítulo III: A solidariedade devido à divisão do trabalho ou orgânica. In: _____. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.1-109.

desenvolvimento, as bases para a escolha de métodos penais específicos em períodos históricos também específicos. (...) Todo sistema de produção tende a descobrir formas punitivas que correspondem às relações de produção. É, pois, necessário pesquisar a origem e a força dos sistemas penais, o uso e a rejeição de certas punições e a intensidade das práticas penais, uma vez que elas são determinadas por forças sociais, sobretudo pelas forças econômicas e, consequentemente, fiscais⁶⁰.

Dessa forma, os autores indicaram, por exemplo, que o surgimento das casas de correção e das casas de trabalho estava associado à falta de mão de obra e que, com o crescimento populacional, a tendência foi, aos poucos, de suprimir essa modalidade e adotar medidas mais intimidatórias e de caráter dissuasório.

O trabalho de Rusche e Kirchheimer foi o ponto de partida por meio do qual o filósofo Michel Foucault concebeu o livro *Vigiar e punir*⁶¹, de 1975, obra que impulsionou o surgimento de vários trabalhos sobre o sistema prisional⁶². Ele apresenta a mudança da maneira de punir que feria o corpo, durante o Antigo Regime, para uma maneira de punir mais “humana”, própria do Estado liberal. Na verdade, o autor procurou mostrar que essa mudança não teve um sentido humanitário ou, pelo menos, não foi esse o seu motivador principal. O que se buscou foi uma maneira de punir/corrigir que fosse mais eficiente ou, conforme o autor esclareceu em textos posteriores, que desse conta dos novos anseios e objetivos do Estado⁶³. Assim, novas técnicas foram introduzidas visando a controlar o indivíduo antes mesmo que ele cometesse alguma infração. A disciplinarização dos corpos era uma prática que estava, antes de tudo,

⁶⁰RUSCHE, G. KIRCHHEIMER, O. op. cit., p. 19-20.

⁶¹FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. 6ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

⁶²Antes dele, em 1961, Erving Goffman publicou *Manicômios, prisões e conventos*. Apesar do título, o autor fez pesquisa de campo em enfermarias de centros clínicos de saúde, tratando mais propriamente sobre o primeiro tipo de estabelecimento. De todo modo, Goffman cunhou o termo *instituições totais* para designar todos os locais em que indivíduos são separados da sociedade e vivem por um período considerável de tempo em ambientes fechados e formalmente administrados. Na obra, ele analisou também o impacto que este regime produz nos internados. GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

⁶³No curso *Segurança, território e população*, ministrado no Collège de France, Foucault mostrou que, no século XVII, estabeleceu-se o conceito de polícia que visava manter a boa ordem do Estado, por meio do controle das atividades dos homens. Ela tinha como objetos: a análise da quantidade dos homens, para a administração de suas atividades; cuidar das necessidades imediatas da vida (alimentos, roupa, habitação) e da saúde das pessoas, para garantir a sobrevivência e a manutenção do seu trabalho; zelar pela atividade das pessoas e fazer a regulamentação dos ofícios, para que se assegure sua variedade e eficiência e, por último, cuidar da circulação das mercadorias, regulando o comércio e fornecendo infraestrutura. O controle social passava, portanto, por elementos que iam além da simples prática repressiva, e que contemplavam também a gestão da população, a prática econômica e a garantia de liberdades. FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ligada à inibição de certas atitudes, do que propriamente à punição. A intervenção passou a ocorrer antes que o delito fosse cometido. Por isso a ideia do panoptismo de Jeremy Bentham, da vigilância total e absoluta (ou ao menos a sensação de estar sendo vigiado), a fim de se evitar as transgressões. Portanto, a prisão era apenas um dos aparelhos, a ponta final e mais explícita – talvez por ser a medida mais drástica –, de uma técnica de controle social aplicada em vários outros setores da sociedade (escolas, fábricas, hospitais, conventos, orfanatos, etc.).

Na esteira dessas discussões, vieram os trabalhos de Michelle Perrot sobre o sistema penitenciário e os prisioneiros na França, em 1975 e 1980⁶⁴; e dos italianos Dario Melossi e Massimo Pavarini que, em 1977, realizaram um amplo estudo sobre o surgimento da penitenciária na Europa e nos Estados Unidos⁶⁵. Nos anos 1990, pesquisadores se reuniram para organizar coletâneas sobre a história das prisões e das práticas punitivas de um modo geral: Norval Morris e David J. Rothman compilaram o *The Oxford History of the prison*, que traça um panorama das práticas punitivas desde a Antiguidade e a Idade Média, passando pela modernidade até chegar à prisão contemporânea⁶⁶. Já sobre as instituições prisionais latino-americanas, foi publicada a coletânea *The birth of penitentiary in Latin America*, organizada por Ricardo Salvatore e Carlos Aguirre, que apresenta ensaios sobre criminologia e reforma prisional a partir de 1830⁶⁷.

A partir dos anos 1990, uma geração de historiadores brasileiros se debruçou no estudo das instituições carcerárias oitocentistas⁶⁸. Perpassando essa historiografia mais

⁶⁴PERROT, Michelle. Délinquence et système pénitentiaire em France au XIX^e siècle. In: **Annales. Economie, Société, Civilisations**, n. 1, 1975. _____. 1848. Révolution et Prisons. In: **L'impossible prison**. Paris: Seuil, 1980. Compilados em português na obra: _____. **Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1988, parte III, cap. 1 e 2.

⁶⁵MELOSSI, D. PAVARINI, M. op. cit.

⁶⁶MORRIS, Norval; ROTHMAN, David J. **The Oxford History of the prison: the practice of punishment in western society**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1998.

⁶⁷SALVATORE, Ricardo D. et al. **The birth of penitentiary in Latin America: essays of criminology, prison reform and social control, 1830-1940**. Austin: University of Texas Press, 1996.

⁶⁸Em 1994, Gláucia Pessoa publicou um livro sobre o Presídio de Fernando de Noronha, com base nos documentos encontrados no Arquivo Nacional. PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. **Fernando de Noronha: uma ilha-presídio nos trópicos (1833-1894)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1994. Em 1997, Mozart Linhares da Silva lançou um livro *Do império da lei às grades da cidade*, que aborda a reforma penitenciária no Brasil oitocentista e analisa a situação na cidade de Porto Alegre. SILVA, Mozart Linhares da. **Do império da lei às grades da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. Já em 1999, o sociólogo Fernando Salla publicou seu livro *As prisões em São Paulo*, no qual estudou o período de 1822 a 1940, compreendendo a Cadeia da Capital, a Casa de Correção e a Penitenciária do Estado. Entretanto, a análise sobre as instituições carcerárias do período imperial aparece muito mais como explicação dos antecedentes que culminaram em uma reestruturação penal e na criação da Penitenciária do Estado em 1920, o grande foco do seu trabalho. SALLA, Fernando. **As prisões em São**

recente sobre cadeias e casas de correção no Império brasileiro, vemos que, de uma maneira geral, os trabalhos procuraram observar a realidade prisional em cidades específicas, descrevendo a situação de suas cadeias, constatando, reiteradamente, sua superlotação e más condições, o que contribuiu para que tivéssemos um panorama do sistema prisional em várias localidades do Império. Assim, ficamos sabendo também que as casas de prisão com trabalho que chegaram a ser implantadas tiveram pouco impacto no cenário geral, permanecendo como ilhas no meio de centros de confinamento não reformados. Entretanto, houve pouco esforço por parte dos pesquisadores em buscar compreender o motivo pelo qual havia pouco investimento nessa área e em relacionar essas constatações com a dinâmica política e social.

Além disso, em sua grande maioria, esses trabalhos minimizam o impacto das novas formulações penais estabelecidas pelo Código Criminal e acreditam que, por ser escravista, a sociedade brasileira não teria como adotar um regime plenamente liberal e, forçosamente, teria que manter punições e modelos de Antigo Regime. Por isso, muitos

Paulo (1822-1940). São Paulo: Anna Blume/FAPESP, 1999. A partir de 2000, uma nova geração de historiadores desenvolveu seus trabalhos acadêmicos sobre as instituições penais brasileiras. Em 2000, Gláucia Pessoa defendeu tese de mestrado na Universidade Federal Fluminense cujo tema era *Trabalho e resistência na penitenciária da Corte (1855-1876)*. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o professor Marcos Luiz Bretas tem se dedicado a orientar pesquisas nessa mesma linha: Marilene Antunes Sant'Anna, com *De um lado, punir; de outro, reformar: projetos e impasses em torno da implantação da Casa de Correção e do Hospício de D. Pedro II no Rio de Janeiro*, em 2002; Carlos Eduardo Moreira de Araújo, com *O duplo cativo: escravidão urbana e o sistema prisional no Rio de Janeiro (1790-1821)*, em 2004; e Virgínia Sena Barradas, cuja tese se intitula *Modernos e desordenados: a definição do público da Colônia Correcional de Dois Rios (1890-1925)*, em 2006. Marilene Sant'Anna continuou as pesquisas e defendeu, em 2010, a tese *A imaginação do castigo: discursos e práticas sobre a Casa de Correção do Rio de Janeiro*. Também neste mesmo ano, Carlos Eduardo de Araújo concluiu o doutorado, pela Universidade Estadual de Campinas, com o tema *Cárceres imperiais: A Casa de Correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional no império (1830-1861)*. Em 2004, na Universidade Federal do Ceará, Silviana Fernandes Mariz publicou a dissertação *Oficina de Satanás: a cadeia pública de Fortaleza (1850-1889)*. Na Universidade Federal da Bahia, em 2007, Cláudia Moraes Trindade realizou seu mestrado *A Casa de Prisão com Trabalho da Bahia (1833-1865)*. Em 2008, Caiuá Cardoso Al-Alam publicou seu livro, no qual analisa a pena de morte na cidade de Pelotas, em paralelo com os projetos da construção de uma Casa de Correção na região. AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A negra forca da Princesa: Polícia, pena de morte e Correção em Pelotas (1830-1857)**. Pelotas: Edição do autor, 2008. No mesmo ano, Flávio de Sá Cavalcanti de Albuquerque Neto defendeu seu mestrado na Universidade Federal de Pernambuco, intitulado *A reforma prisional no Recife oitocentista: da cadeia à casa de detenção (1830-1874)*. Em 2009, Marcos Costa lançou seu livro sobre o Presídio de Fernando de Noronha. COSTA, Marcos Paulo Pedrosa. **O caos ressurgirá da ordem: Fernando de Noronha e a reforma prisional no Império**. São Paulo: IBCCRIM, 2009. Desses novos trabalhos, surgiu, ainda em 2009, a coleção *História das Prisões no Brasil*, resultado do esforço de reunir as mais recentes pesquisas sobre as instituições carcerárias brasileiras. MAIA, Clarissa Nunes. SÁ NETO, Flávio de. COSTA, Marcos. BRETAS, Marcos Luiz (org.). **História das Prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, 2 vols. Em 2012, Cláudia Moraes Trindade apresentou seu doutorado *Ser preso na Bahia no século XIX*, na UFBA. Em 2015, Flávio de Sá Cavalcanti de Albuquerque Neto defendeu seu doutorado, pela UFPE, chamado *Punir, recuperar, lucrar: o trabalho penal na Casa de Detenção do Recife (1862-1879)*.

consideram que, no Império brasileiro, houve a manutenção de práticas punitivas do do período⁶⁹.

Contudo, divergimos desta concepção, pois consideramos que os ideais liberais expressos nesse conjunto de novos diplomas penais não eram incompatíveis com a manutenção da escravidão, estando esta garantida pelo direito à propriedade; o que houve foi uma adequação da nova concepção criminal e punitiva, surgida na Europa no século XVIII, à peculiaridade brasileira, ficando estabelecida a pena de açoites para os escravos⁷⁰. Essa diferenciação nas penas, no entanto, não pode ser considerada um resquício do Antigo Regime, já que a concepção de justiça havia mudado completamente, estando não mais ligada aos costumes ou ao arbítrio dos juízes, mas fundamentalmente à soberania da lei. Além disso, os propósitos das punições também haviam mudado, se distanciando do caráter vingativo e dissuasório, passando a visar (mesmo que, por diversas vezes, nominalmente) à regeneração do infrator.

O projeto de código criminal da Luisiana (estado norte-americano escravista), que inspirou em grande medida o código de 1830, foi escrito por Edward Livingston, ardente defensor do sistema de jurados, prática caracteristicamente liberal. O crime de insurreição (tentativa dos escravos de obter a liberdade à força), disposto naquele projeto e transportado para o nosso, indica a preocupação que o legislador tinha com as revoltas escravas e, ao mesmo tempo, mostra que a defesa de garantias liberais e a manutenção da propriedade escrava não eram consideradas contraditórias. Curiosamente, o código de 1830 foi além do projeto apresentado para Luisiana, ao tratar da punição criminal para os escravos no mesmo conjunto de leis que dispunha acerca dos livres. O projeto de Livingston versava apenas sobre os homens livres (no item “insurreição escrava”, por exemplo, tratava apenas da punição de homens livres que colaborassem com as revoltas dos cativos). Na Luisiana, havia um *Code Noir* (ou *Black*

⁶⁹Cito alguns: “Ainda que os reformadores de viés liberal tenham podido implementar uma série de medidas (...), estas tiveram um impacto limitado em uma sociedade organizada em função de drásticas divisões sociolegais (livres x escravos) e raciais (brancos x negros)”. AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, C. N. et al. (org.), op. cit, p. 46-50. “A manutenção da escravidão deu contornos absolutistas às práticas punitivas na formação social brasileira”. NEDER, Gizlene. Sentimentos e ideias jurídicas no Brasil: pena de morte e degredo em dois tempos. In: MAIA, C. N. et al. (org.), op. cit, p. 94. “É possível concluir que não havia um descompasso ou um atraso nas leis penais brasileiras do período imperial em relação a outros países (...). O que existia era a manutenção do cativo e, com ele, a perpetuação de uma situação de exceção”. FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Crimes em comum**. Escravidão e liberdade sob a pena do Estado imperial brasileiro (1830-1888). São Paulo: UNESP, 2011, p. 174. “As cadeias da cidade [Salvador] continuaram a reproduzir as práticas do antigo regime, como a aglomeração de presos e o açoitamento de escravos”. TRINDADE, C., op. cit., p. 157.

⁷⁰Revogada no final do Império pela lei nº. 3.310 de 15 de outubro de 1886.

Code), conjunto legislativo exclusivo para os escravos, que aparentemente não era de conhecimento dos deputados brasileiros⁷¹.

Portanto, a alteração da formulação teórica sobre o sistema penal modificou consideravelmente a concepção e o objetivo das punições, e o sistema prisional precisou ser repensado à luz dessa nova perspectiva uma vez que, como dissemos, a prisão passou a ser a pena por excelência. Nesse sentido, acreditamos ser fundamental a análise das mudanças trazidas pelo Código Criminal para a compreensão das práticas carcerárias implementadas ao longo do século XIX.

Não há também nenhum trabalho que procure pensar o sistema prisional no Império como um todo, por meio de um estudo comparativo. Assim, esperamos contribuir para o debate historiográfico (não só para a historiografia que discute o sistema prisional em geral, mas também para aquela que analisa a política e a sociedade no Brasil oitocentista) ao pesquisarmos este tema na esteira dos projetos de organização do Império.

Esta tese se divide em três grandes partes, correspondendo às análises elaboradas em relação a cada uma das três províncias elencadas⁷². Cada capítulo inicia-se com um breve histórico da província, de forma a apresentar ao leitor informações necessárias para melhor compreensão da questão prisional na respectiva circunscrição.

O primeiro capítulo é dedicado à província de São Paulo e subdivide-se em duas partes: o subcapítulo 1.1 trata das instituições paulistanas, a cadeia da capital e a Casa de Correção. Apresentamos como se deu a concepção e a construção da penitenciária, prioritária para os deputados e presidentes paulistas, por ser uma instituição que traria honra à província, uma vez que indicaria que São Paulo estava afinada com os modelos mais modernos de punição. Mostramos também que a Cadeia Pública da Capital abrigou a maior parte dos condenados de toda a província, funcionando como uma cadeia central.

O subcapítulo 1.2 mostra em que bases foram construídas as cadeias do interior da província. Assim, vemos que na década de 1840, houve uma tentativa de concentrar as verbas para a construção de cadeias centrais em cada comarca, mas, com a baixa

⁷¹DANTAS, Monica Duarte. Dos *Statutes* ao código brasileiro de 1830: o levante de escravos como crime de insurreição. In: **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, a. 172 (452), jul/set 2011, p. 273-309.

⁷²Ressaltamos que as citações literais de documentos foram transcritas com atualização ortográfica.

alocação de verbas e a disputa política entre os municípios, as cadeias locais em geral acabaram funcionando mais como meras casas de detenção.

O segundo capítulo versa sobre a província de Pernambuco. O subcapítulo 2.1 é dedicado ao Recife onde, apesar dos projetos iniciais para a construção de uma casa de prisão com trabalho, acabou-se optando por concentrar os gastos e construir uma sólida casa de detenção, que abrigou não só detentos, mas também condenados à prisão simples e com trabalho. Nas oficinas ali construídas, presos condenados a outros tipos de pena trabalhavam voluntariamente para custearem sua alimentação e vestuário, assemelhando seu funcionamento ao das cadeias públicas, pois não havia um regulamento que formalizasse o trabalho; além disso, não havia o isolamento pretendido na penitenciária, pois os presos recebiam constantemente visitas que lhes vendiam comida e matéria-prima. O subcapítulo 2.2 traça um panorama das outras cadeias pernambucanas; as autoridades, ao fim e ao cabo, puderam empreender o plano da construção de cadeias centrais espalhadas pela província, que coadjuvavam a Casa de Detenção no acolhimento dos condenados, e abrigavam os sentenciados dos municípios vizinhos. Ao final do século, das 51 cadeias existentes, dez tinham capacidade para abrigar entre 35 e 60 presos, enquanto as demais podiam receber entre 2 e 20. Finalmente, no subcapítulo 2.3, procuramos desvendar o papel do presídio de Fernando de Noronha no contexto do sistema penitenciário brasileiro. Esta instituição era, primitivamente, um estabelecimento militar instalado para defender o território mais oriental da província. Aos poucos, dado o isolamento geográfico, passou a ser utilizado para recolher os degredados, servir de exílio aos que lideravam revoltas sociais e para que os moedeiros falsos fossem ali empregados em serviços públicos. Ao longo do século, foi abrigando uma gama maior de presos condenados a todo tipo de pena (prisão simples, prisão com trabalho, degredo, galés) e remetidos de vários lugares do Império. O presídio, no entanto, não era uma prisão; os presos não viviam em confinamento e, muitos deles, inclusive, viviam em casas particulares com suas famílias. Funcionou como uma espécie de colônia penal, mas não teve um regulamento que a regesse; os regimentos que foram propostos, em 1865 e 1885, não foram seguidos. Assim, a ilha se manteve como um depósito de presos do Império (e sobretudo do excedente carcerário de Pernambuco), mantido longe das vistas das autoridades e assemelhado muito mais a uma simples comunidade.

Já o terceiro capítulo trata da situação prisional da província de Mato Grosso. O subcapítulo 3.1 é dedicado à cidade de Cuiabá. Embora os deputados mato-grossenses

tenham procurado construir uma casa de correção, as baixas receitas não permitiram o empreendimento desses projetos. Num primeiro momento, a fim de que os presos já usufruíssem dos preceitos punitivos modernos, alguns presos foram enviados para o Arsenal de Guerra, a fim de trabalharem nas oficinas desse estabelecimento. Nos momentos de um certo grau de desenvolvimento econômico, observamos os esforços na construção de uma cadeia sólida na capital, a iniciativa em estabelecer uma escola de primeiras letras e a tentativa de instalar oficinas na cadeia de Cuiabá. Contudo, a necessidade de estruturar a província com os elementos mais básicos, colocou outros melhoramentos materiais em segundo plano. Assim, a cadeia cuiabana permaneceu inacabada e insuficiente para o número de presos, que viviam todos sob regime de prisão simples. No subcapítulo 3.2 apresentamos o estado das demais cadeias do interior mato-grossense. A falta de cadeias na província de Mato Grosso era apenas a ponta final de uma série de falhas na estrutura administrativa da justiça. Como o investimento provincial era baixo, as cadeias eram construídas pelos cofres municipais, sem um projeto maior, e à medida de seu desenvolvimento econômico. Desse modo, como a população se concentrava até antes da guerra no meio norte da província, as cadeias mais cheias eram as de Diamantino e Poconé. Após 1870, com a reabertura do rio Paraguai para o comércio, as cadeias de Cáceres e Corumbá, ao sul, apareceram como as maiores cadeias mato-grossenses.

Por fim, nas considerações finais, recuperamos a trajetória da estruturação carcerária de cada uma das províncias, organizada conforme seus interesses e capacidades, e apontamos se houve continuidade ou não, no período republicano, das diretrizes apresentadas.

1 SITUAÇÃO PRISIONAL EM UMA PROVÍNCIA DE CENTRO-SUL: SÃO PAULO

Além das nossas prisões ordinárias, que eu considero como meios puramente materiais de repressão, temos a casa de correção, que honra nossa capital, e que pode com orgulho ser mostrada aos estrangeiros que quiserem visitá-la. A casa de correção, que eu considero debaixo de sua influência moral, foi devidamente atendida pela assembleia provincial. Nem era possível que esta assembleia, esclarecida como é, se esquecesse de um ponto tão necessário, ultimáculo da civilização moderna na fonte da legislação criminal. Por isso, nossas legislaturas todas desde a primeira têm com empenho tratado de concluir esta importante obra. E não serão perdidos nossos esforços. Não se pode entrar na casa de correção sem sentir-se uma certa emoção ao mesmo tempo de tristeza e de consolação! A par do constrangimento corpóreo, da privação de todas as relações e de todas as afeições de família, vê-se um espetáculo maravilhoso da moralidade, do progresso e da sorte dos sentenciados. (...) Não é possível fazermos um estabelecimento completo neste gênero (...). Devemos, porém, consolarmo-nos porque, depois da capital do império, creio que nenhuma outra província se tem esmerado tanto como a nossa em possuir uma penitenciária como a que temos⁷³.

Dr. Joaquim Otávio Nébias, presidente da assembleia provincial de São Paulo

Com essas palavras, o deputado Joaquim Nébias encerrava as sessões da assembleia provincial paulista do ano de 1859. Segundo ele, os deputados desde 1835 haviam se esforçado ao máximo na consignação de verbas para ter em São Paulo um estabelecimento próprio para a aplicação da pena de prisão com trabalho, à luz do que prescrevia o Código Criminal e condizente com os mais modernos conceitos punitivos. Além disso, entendia ser esta a província que mais se empenhava para tal empreendimento; de fato, São Paulo inaugurou a casa de correção local em 1852, apenas dois anos após a instalação da casa de correção da Corte. A cadeia da capital, por sua vez, era a mais importante da província e passou a abrigar a maior parte dos

⁷³Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 4 de maio de 1859, p. 695.

condenados das outras vilas e cidades, ficando as demais cadeias, ao fim e ao cabo, funcionando mais como meras casas de detenção.

Para entendermos por que a estrutura carcerária paulista adquiriu esses contornos, torna-se fundamental a observação de algumas características da província. Desde o início do povoamento da capitania de São Vicente, a vila de São Paulo de Piratininga se apresentou como a principal ligação de toda a região do planalto com o litoral. A área litorânea, ao contrário da maior parte das capitanias brasileiras, tinha uma faixa muito estreita, abruptamente interrompida pela Serra do Mar; o acesso às terras de “serra acima”, mais férteis e de clima mais ameno, era mais fácil na região entre São Vicente/Santos e a vila de Piratininga. Além disso, a vila do planalto, pela confluência de rios e pela conjuntura do relevo do território, era o centro irradiador de caminhos naturais para várias direções da capitania: pelo rio Tietê, subia-se a oeste, onde mais tarde seriam instaladas as vilas de Parnaíba, Itu, Porto Feliz, até desembocar no rio Paraná, na direção de Mato Grosso. Os terrenos planos em torno da Serra da Mantiqueira ofereciam passagens para o vale do Paraíba, na direção nordeste, rumo ao Rio de Janeiro – onde posteriormente haveria as vilas de Jacareí, Taubaté, Guaratinguetá, Lorena, Areias –, e para o norte, fosse por Jundiaí, Campinas e Mogi Mirim, pelo caminho dos Guaianases, que levava a Goiás, ou pelo caminho por Atibaia e Bragança, na direção de Minas Gerais. Para o sul, ladeando a serra de Paranapiacaba, havia os caminhos para Rio Grande de São Pedro que, a partir do século XVIII, serviriam para a comercialização das tropas de burros, nas regiões onde se instalaram as vilas de Sorocaba (onde ocorriam as feiras para venda de muares), Itapetininga, Faxina, Curitiba e Paranaguá⁷⁴.

No século XVII, a capitania tinha sua economia voltada para o interior, com a organização de bandeiras que seguiam as rotas monçoeiras para apresamento de escravos indígenas⁷⁵, destruição de quilombos e, mais para o final do século, a procura

⁷⁴PRADO JÚNIOR, Caio. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo. In: **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 2004, vol. 202, p.15-28. (Antologia – artigo publicado originalmente na edição XIX da revista, em janeiro de 1936). BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Razões de Estado: a extinção e os primórdios da restauração da capitania de São Paulo (1748-1775). In: ODALIA, Nilo. CALDEIRA, João Ricardo de Castro (org.). **História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista**. Vol. 1. Colônia e Império. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial/ Arquivo Público do Estado, 2010.

⁷⁵Para essas expedições, os paulistas contavam com a ajuda de indígenas que funcionavam como guias ou intérpretes no apresamento dos índios selvagens. Os hábitos adquiridos pelos bandeirantes (alimentação, vestuário, língua etc.) eram fruto das misturas havidas entre os portugueses e os nativos nessa região. HOLANDA, Sérgio Buarque de. A língua geral em São Paulo. In: **Raízes do Brasil**. 26ª ed. 19ª reimp.

de metais preciosos. Com a descoberta de jazidas nas regiões centrais de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, houve um intenso afluxo populacional e, aos poucos, a área paulista passou a ser um centro de abastecimento de produtos agrícolas e muares para a zona mineradora⁷⁶.

Para ter um maior controle e fiscalização do ouro, e por conta das disputas entre paulistas e demais forasteiros interessados na região, a Coroa portuguesa decidiu desmembrar o território que, em 1709, havia sido designado como capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Assim, em 1720, foi criada a capitania de Minas Gerais e, em 1748, as capitanias de Goiás e Mato Grosso. Nesse mesmo ano, a capitania paulista perdeu sua autonomia jurídico-administrativa, ficando subordinada à capitania do Rio de Janeiro, juntamente com Rio Grande de São Pedro e a ilha de Santa Catarina. Após insistentes reclamações da câmara da cidade de São Paulo, e diante das dificuldades da capitania fluminense em administrar toda essa região, a capitania de São Paulo foi restaurada em 1765, sob a administração do capitão-general Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, que duraria dez anos⁷⁷.

Durante seu governo, houve a preocupação em expandir o povoamento da capitania, com a instalação de novas povoações para defesa e preenchimento do território⁷⁸. Apesar da irradiação bandeirista para outras regiões, a ocupação da região paulista até essa época era concentrada a 200 km do mar; havia apenas 17 vilas, sendo nove no planalto⁷⁹. Morgado de Mateus também procurou encontrar novas formas de rendimento e, nesse sentido, estimulou a comercialização dos gados muares com o incremento do Caminho de Viamão, para o sul e sudoeste do Brasil, e incentivou a plantação da cana-de-açúcar em larga escala⁸⁰. Desse modo, no início do século XIX já estavam instaladas 34 vilas, além da cidade de São Paulo⁸¹.

São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 122-133. SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: NOVAIS, Fernando A. (org.) **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, cap. 2. MAIA, Patrícia Albano. Expansão territorial do Brasil colonial: o bandeirismo. In: ODALIA, N. CALDEIRA, J. R. de C. (org.). op. cit., 2010, p. 98.

⁷⁶HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000 [or. 1945]. MAIA, P. A. op. cit. In: ODALIA, N. CALDEIRA, J. R. de C. (org.). op. cit., 2010.

⁷⁷BELLOTTO, H. L. op. cit. In: ODALIA, N. CALDEIRA, J. R. de C. (org.). op. cit., 2010.

⁷⁸Ibidem, p. 124-125.

⁷⁹LUNA, Francisco Vidal. KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: EDUSP, 2005, cap. 1.

⁸⁰Convém lembrar que o primeiro engenho de açúcar no Brasil havia sido implantado em São Vicente na década de 1530 e, apesar de não ter havido o mesmo impulso que no Norte, onde se fixou a grande lavoura canavieira, ainda permaneceu uma pequena produção de açúcar e aguardente nas regiões de Vila Bela, São Sebastião e Ubatuba para comércio local. PETRONE, Maria Thereza Schorer. O

Depois da capital, a região mais importante era o vale do Paraíba, conhecido como “norte da província”⁸², com solos férteis e onde, em pouco tempo, a produção açucareira se desenvolveu. Contudo, os terrenos nivelados e mais fecundos, com possibilidades de maior expansão da produção, estavam na região que ficou conhecida posteriormente como o Oeste Paulista, a oeste e noroeste da capital, que compreendia as áreas de Jundiaí, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Itu, Campinas, Piracicaba e Sorocaba⁸³.

Com a expansão da plantação açucareira, a atenção com a construção e manutenção das estradas foi se tornando cada vez maior, uma vez que boas vias eram fundamentais para o escoamento da produção, sobretudo no trecho entre São Paulo e

desprezado “ciclo do açúcar” paulista (1765-1850). In: ODALIA, N. CALDEIRA, J. R. de C. (org.). op. cit., 2010.

⁸¹A expansão nesse período ocorreu até a região de Rio Claro que, por volta de 1770, era considerada “boca de sertão”, pois para além dela só havia os lugares ermos do Sertão de Araraquara. DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 21. HOLANDA, Sérgio Buarque de. São Paulo. In: Idem (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. O Brasil Monárquico. Vol. 2. Dispersão e unidade. 6ª ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/ DIFEL, 1976, cap. I.

⁸²Até meados do século XIX, a província era subdividida em três grandes regiões: o vale do Paraíba (Bananal, Areias, Queluz, Silveiras, Lorena, Guaratinguetá, Cunha, Taubaté, Pindamonhangaba, São Luiz do Paraitinga, São José dos Campos, Jacareí, Paraibuna, Mogi das Cruzes) era chamado de “norte” da província; já o “sul” correspondia às áreas mais centrais e a noroeste da província (Santa Izabel, Santo Amaro, Paranaíba, Atibaia, Bragança, Nazaré, Jundiaí, Campinas, Limeira, Constituição, Rio Claro, Mogi Mirim, Casa Branca, Araraquara, Itu, Capivari, Porto Feliz, Cotia, São Roque, Sorocaba, Tatuf, Itapetininga, Itapeva, Batatais, Franca). E as áreas litorâneas eram chamadas de “marinha” (Cananeia, Iguape, Xiririca, Santos, Itanhaém, São Vicente, São Sebastião, Vila Bela, Ubatuba). Essa divisão se encontra, por exemplo, no regulamento provincial de 26 de julho de 1854.

⁸³LUNA, F. V. KLEIN, H. S. op. cit., cap. 1. PETRONE, M. T. S. op. cit. In: ODALIA, N. CALDEIRA, J. R. de C. (org.). op. cit., 2010. BELLOTTO, H. L. op. cit. In: ODALIA, N. CALDEIRA, J. R. de C. (org.). op. cit., 2010. Nas décadas de 1820 e 1830, os municípios que faziam a limitação entre a área ocupada pelos paulistas e o sertão habitado por índios selvagens, como Sorocaba, Itapetininga, Porto Feliz, Itapeva da Faxina e Castro (além do litoral de Iguape), eram constantemente visitados por tribos como os caiuás (que permitiam maiores contatos e foram mais facilmente aldeados) e os caingangues (mais hostis e resistentes a conversão). Enquanto alguns, tidos como “prisioneiros de guerra”, prestavam serviços a particulares, outros roubavam animais e matavam os habitantes das “bocas de sertão”. Em 1835, a assembleia provincial autorizou o estabelecimento de um aldeamento em Guarapuava (no atual Paraná), que era a primeira instalação dos paulistas em territórios “não civilizados” – que havia sido constituída em 1787 por meio da edificação do fortim Atalaia. Na década de 1840, o esforço de catequização com missionários estrangeiros fez parte da política imperial e também provincial, que estipulou verbas para a catequese de 4:000\$000 a 5:000\$000 anuais. Os moradores destas regiões, também com o auxílio provincial, ofereciam ferramentas aos índios para utilizarem em suas lavouras. Contudo, a franca expansão territorial, que começou a partir de 1850, com o avanço da lavoura cafeeira, modificou a tônica das relações com os índios. Apesar de manter o esforço de catequização, passou a ser mais impositiva, por meio da “violência assimilacionista” e da promoção de entradas, que culminaram com a morte de muitos nativos, vitimados tanto pelos expedidores como pelas epidemias. SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)**. 2006. 230 f. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 154-217. AMOROSO, Marta Rosa. Mudança de hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, jun 1998, vol. 13, n. 37, p. 101-114.

Santos, para o qual praticamente todas as vias desembocavam⁸⁴. Ainda no governo de Morgado de Mateus, o caminho de Cubatão transformou-se em estrada para tropeiros; em 1789, com Bernardo José de Lorena, a via foi alargada – sendo possível cruzar duas tropas de bestas sem precisarem parar – e calçada com blocos de pedra⁸⁵, o que garantia maior conservação. De Cubatão a Santos, no entanto, ainda era necessário o transporte por barcas, o que tornava a remessa lenta e perigosa, uma vez que, não raramente, o açúcar se molhava ou se perdia. Assim, um aterro foi projetado em 1797, mas iniciado apenas em 1825, tornando a passagem dos produtos mais rápida e segura⁸⁶; com o aumento do número de exportações e do trânsito na estrada, surgiram os pedidos para a construção de um caminho carroçável. Dessa maneira, em 1835, por meio de uma lei provincial, foram instaladas barreiras na serra de Cubatão e nas estradas para o Rio de Janeiro para arrecadação de verbas exclusivamente para manutenção e aperfeiçoamento das vias. Os estudos para a abertura de um novo traçado no trecho de serra, que ficou conhecido como Estrada da Maioridade, se iniciaram em 1841 e, em 1852, o caminho dava passagem para carroças⁸⁷.

⁸⁴Para se ter uma ideia da centralidade da cidade de São Paulo no afunilamento das estradas, no início da década de 1820, o governador João Carlos Augusto de Oyenhausen Gravenburg fez uma classificação da malha viária paulista e constatou que, das sete vias principais, apenas uma – de Santos a Iguape –, não partia da cidade de São Paulo. As outras seis eram: a estrada para o Rio de Janeiro, pelo vale do Paraíba, de 390 km; a que ligava a capital paulista ao Rio Grande do Sul, passando por Cotia, Sorocaba, Itapetininga, Faxina (Itapeva), Castro e Curitiba; a estrada para Franca, passando por Jundiaí, Campinas, Mogi Mirim e Batatais, de 462 km; a via para Minas Gerais, com 119 km, que percorria Juqueri, Atibaia e Bragança; o caminho para Constituição (Piracicaba), de 119 km, que passava por Itu e Porto Feliz; e a de Ubatuba, passando por Santos (trecho mais importante), São Sebastião e Caraguatatuba, de 280 km. Dessas vias principais, saíam pequenas ramificações que ligavam outras vilas e freguesias. O trecho entre a cidade de São Paulo e o porto de Santos era tão importante que, no dizer de Richard Morse, funcionava como a “jugular do planalto”. COSTA, Hernani Maia. **As barreiras de São Paulo: estudo histórico das barreiras paulistas no século XIX**. 1984. 243 f. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984, p. 135-136. MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p. 39.

⁸⁵Ficou conhecido como Calçada de Lorena. As verbas para sua construção vieram, entre outros, do imposto das heranças. Para incentivar a utilização do caminho, Lorena proibiu o comércio de cabotagem, o que prejudicou as vilas de São Sebastião e Ubatuba. A medida foi revogada pelo governador seguinte, mas, aos poucos, o escoamento por Santos se tornou predominante. PERALTA. Inez Garbijio. Caminhos do mar. In: ODALIA, N. CALDEIRA, J. R. de C. (org.). op. cit., 2010. PETRONE, M. T. S. op. cit. In: ODALIA, N. CALDEIRA, J. R. de C. (org.). op. cit., 2010.

⁸⁶Para a obra do Aterro de Cubatão, foi utilizado o recurso proveniente do direito de passagem, instituído em 1778. O gasto com o empreendimento até o final de 1826 foi de 47:465\$802, tendo a obra sido concluída dois meses depois. PERALTA. I. G. op. cit. In: ODALIA, N. CALDEIRA, J. R. de C. (org.). op. cit., 2010.

⁸⁷Ibidem. De declínio mais suave que o anterior, mas ainda um pouco íngreme, a Estrada da Maioridade recebeu novas obras entre 1862 e 1864, com a diminuição de rampas, a abertura de valetas para escoamento da água das chuvas e a pavimentação de alguns trechos. COSTA, H. M. op. cit., 1984, p. 138.

O cuidado com as demais estradas da província também se intensificou à medida que as plantações foram se interiorizando. As intensas chuvas típicas da região e o aumento do tráfego faziam com que as manutenções tivessem de ser mais frequentes⁸⁸; por isso, ao longo do século, mais barreiras foram instaladas nas outras estradas paulistas⁸⁹. Por todas essas dificuldades, o transporte do açúcar ficava mais caro quanto mais longe do litoral ele era plantado. Em 1836, por exemplo, a arroba custava \$400 entre São Paulo e Santos; \$720, partindo de Itu; \$800 de Campinas ou Porto Feliz e \$960 de Constituição (chamada de Piracicaba a partir de 1877), tornando-se antieconômica qualquer iniciativa para mais a oeste dessa vila⁹⁰.

⁸⁸Desde o século XVIII, por conta das chuvas, foram construídos ranchos ao longo das estradas para proteger o açúcar da umidade, os quais mais tarde deram origem a freguesias e vilas. HOLANDA, S. B. de. op. cit. In: Idem (org.). op. cit. Tomo II. Vol. 2, 1976, p. 422.

⁸⁹Segundo o regulamento de 1848, em cada barreira eram cobrados \$300 por animal puxando carro de eixo móvel; \$200 por animal puxando carro de eixo fixo; \$200 por cada muar, cavalar ou suíno e \$100 por outro animal quadrúpede. COSTA, H. M. op. cit., 1984, p. 63-64; 130-131.

⁹⁰A fim de sanar esses entraves, o deputado Nicolau Vergueiro chegou a propor que não se investisse mais na estrada de Santos enquanto não se fizessem estradas carroçáveis nas zonas produtoras. HOLANDA, S. B. de. op. cit. In: Idem (org.). op. cit. Tomo II. Vol. 2, 1976, p. 459.

Mapa 1 – Mapa da província de São Paulo organizado no escritório técnico da Companhia Mogiana sob a direção do engenheiro em chefe em 1884.

FONTE: *Biblioteca Nacional*. Cartografia – ARC.028,02,064 ex.3. LISBOA, Joaquim Miguel Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Lith. Paulo Robin, 1884. 1 mapa col. 51,5cm x 66,5cm.

Do ponto de vista político, nas décadas de 1820 e 1830, os paulistas se destacaram por seu posicionamento liberal e por possuírem um projeto político consistente; de lideranças locais, alguns deles passaram a ter destaque na política imperial. A bancada paulista enviada para as Cortes portuguesas em agosto de 1821 era composta por Diogo Antônio Feijó, filho de proprietários de engenho de açúcar em Itu, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, português de nascimento, mas casado com uma herdeira de diversas fazendas em São Paulo, e os irmãos santistas Antônio Carlos de Andrada Machado e Silva e José Bonifácio de Andrada e Silva, além de seu primo José Ricardo da Costa Aguiar Andrada. Esses deputados se apresentaram em Lisboa como defensores da união com Portugal, mas determinados na manutenção da condição de Reino Unido e de um centro de poder no Rio de Janeiro; além disso, procuravam garantir a autonomia provincial, em parte já conquistada com a instalação da junta provisória. Porém, diante das propostas dos “regeneradores” de Lisboa de outubro de 1821, as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul resolveram se unir em torno da figura do príncipe regente, que, em detrimento dos portugueses, convocou uma constituinte independente na América, em 3 de junho de 1822⁹¹, um dos marcos que levaram à independência política do Brasil⁹².

Os paulistas também marcaram presença no parlamento, quando das formulações legislativas para a construção do novo império, das quais já falamos anteriormente. Nicolau Vergueiro e Francisco de Paula Souza e Melo, proprietário de engenhos de açúcar de Itu, foram deputados na constituinte brasileira de 1823 e na primeira legislatura de 1826, acompanhados nesta por Diogo Feijó. No bojo de redefinições jurídicas, surgiu a necessidade da instalação de faculdades de Direito para que os brasileiros pudessem ter formação acadêmica sem precisar recorrer às universidades europeias. A escolha da cidade de São Paulo como uma das sedes, conforme a lei geral de 11 de agosto de 1827, foi muito discutida nos debates parlamentares e contou com a atuação decisiva de Paula Souza.

⁹¹HOLANDA, S. B. de. op. cit. In: Idem (org.). op. cit. Tomo II. Vol. 2, 1976, p. 438-445. DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005, p. 28-32. SLEMIAN, Andréa. Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). 2006. 339 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 40-63. LEME, Marisa Saenz. A construção do poder de governo na província de São Paulo e o Estado em formação no Brasil independente: entre a Revolução do Porto e a outorga constitucional. In: ODALIA, N. CALDEIRA, J. R. de C. (org.). op. cit., 2010.

⁹²Em 1823, inclusive, o governo provisório paulista reivindicou para si a obtenção da independência, marcando comemorações para o “7 de setembro”, como tendo sido “a independência deste Império do Brasil, felizmente publicada nesta cidade pela augusta voz de S. M. I.”. LEME, M. S. op. cit. In: ODALIA, N. CALDEIRA, J. R. de C. (org.). op. cit., 2010.

O deputado começou oferecendo uma emenda, propondo a criação de dois cursos, um no norte e outro no sul do Império; como já havia no Rio de Janeiro a escola de Medicina, a disputa pela sede sulista acabou recaindo em São Paulo e Minas Gerais. Na sessão de 8 de agosto de 1826, o deputado mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos rejeitava a proposta de ser a cidade de São Paulo, argumentando que ali não havia livrarias, nem imprensa, nem mesmo estrutura suficiente para alojar professores e estudantes; além disso, dizia que os presidentes da província paulista era despóticos e inimigos da instrução. Em resposta, Paula Souza teceu elogios à sua terra natal:

Permita-se-me perguntar a todos (...): qual foi a província que em todos os tempos, e principalmente nos da nossa revolução, tem tido uma opinião mais influente, mais poderosa? Qual a que tem dirigido a opinião das outras? Qual a que por esta opinião tem contribuído mais para os felizes resultados da nossa regeneração e da nossa emancipação? Porventura a corte do império, o Rio de Janeiro, apresentou opinião alguma antes de a haver manifestado a cidade de São Paulo? (*Apoiados*). (...) A província de São Paulo, senhores, possui uma opinião muito bem formada, não só nos homens de letras, que não são tão poucos como se quis inculcar, mas ainda na massa geral do povo, que em todos os tempos tem dado exuberantes provas das mais heroicas virtudes (*Apoiados gerais*). Não tema o nobre deputado que decaiam ali os estabelecimentos científicos por falta desta emulação, ou dessa opinião pública. Se os paulistas, faltos de todos os meios de instrução, tendo a lutar com tantas dificuldades, têm sempre enobrecido o catálogo dos sábios do Brasil, acaso degenerarão quando se lhe proporcionarem e facilitarem os meios de exercitar os seus talentos?⁹³

Quando da formulação do Código Criminal de 1830, na segunda legislatura, Nicolau Vergueiro e Paula Souza trabalharam nas comissões de elaboração usando como referência, além dos projetos de Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Clemente Pereira, diversos códigos europeus e o projeto para o estado da Luisiana do norte-americano Edward Livingston, o que transformou o código brasileiro em uma legislação afinada com os projetos mais modernos⁹⁴. Após a abdicação, Vergueiro se tornou regente na Regência Trina

⁹³LISBOA, José Maria. **Almanak Litterario de São Paulo para 1877**. São Paulo: Typographia da “Província”, 1876, p.121-122.

⁹⁴Nicolau Vergueiro trabalhou na segunda comissão, ao lado de José da Costa Carvalho, João Cândido de Deus e Silva, José Antônio da Silva Maia, Visconde de Alcântara e Carneiro de Campos. Esta comissão mista, nomeada em 26 de maio de 1829, foi encarregada de analisar os projetos enviados e elaborar um novo projeto de código penal. Paula Souza, juntamente com Antonio Limpo de Abreu e Luiz Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque, fez parte da última comissão, nomeada em 11 de setembro de 1830, que reviu as emendas apresentadas para a terceira comissão e selecionou aquelas que consideravam indispensáveis. COSTA, Vivian Chierigati. **Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a posituação das leis no pós-Independência**. 2013. 361 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 128-134.

Provisória e, em 1835, Feijó foi regente uno. O paulista Rafael Tobias de Aguiar, comerciante de muares na região de Sorocaba, tomou parte ativa, como deputado geral, na formulação do Ato Adicional⁹⁵; outro deputado paulista a essa época era Manuel Dias de Toledo, professor de direito criminal no Largo São Francisco e que, na década de 1870, foi administrador da Casa de Correção de São Paulo⁹⁶.

Esses mesmos paulistas que trabalharam na Corte também tiveram forte atuação na província onde nasceram ou que tomaram como adotiva. Diogo Feijó foi eleito deputado provincial na legislatura de 1835-1837⁹⁷ e em 1842-1843; Vergueiro, eleito para as legislaturas de 1835 a 1843 e 1846-1847, foi também diretor da Faculdade de Direito de 1837 a 1842. Paula Souza foi deputado nas legislaturas de 1835-1837, 1840 a 1843 e 1846-1847. Antônio Carlos foi eleito para as assembleias de 1838 a 1843; Martim Francisco de Andrada, seu irmão, foi eleito deputado provincial para as sessões de 1838 a 1843. Rafael Tobias de Aguiar, além de ter sido deputado provincial nas legislaturas de 1838 a 1843 e de 1846 a 1849, foi também presidente da província de 1831 a 1835 e de 1840 a 1841⁹⁸.

Foi sob o comando de boa parte dessas lideranças que ocorreu, em 1842, a revolta liberal, a maior convulsão social que a província paulista teve no século XIX⁹⁹. A ascensão do

⁹⁵Cabe lembrar que Paula Souza havia feito parte da comissão que redigiu o projeto do Ato Adicional, em 1831, juntamente com o também paulista José da Costa Carvalho e o mineiro José Cesário de Miranda Ribeiro. DOLHNIKOFF, M. op. cit., p. 93.

⁹⁶JAVARI, Barão de. **Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/ Arquivo Nacional, 1962. GONÇALVES, Flávia Maíra de Araújo. **Cadeia e Correção: sistema prisional e população carcerária na cidade de São Paulo (1830-1890)**. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2013, p. 204-205.

⁹⁷Tendo se afastado para assumir a regência.

⁹⁸EGAS, Eugênio. MELLO, Oscar Motta. **Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo: reconstituição desde 1835 a 1861 (com introdução e dados biográficos)**. 30 vols. São Paulo: Seção de obras do "Estado de São Paulo", 1926.

⁹⁹Anteriormente, em 3 de junho de 1821, havia tido um começo de levante do 2º Batalhão de Caçadores da capital, por conta dos maus tratos e do atraso nos soldos. Já no dia 28 do mesmo mês, um motim maior, pelos mesmos motivos, ocorreu no 1º Batalhão de Caçadores, em Santos. Tomaram a Casa do Trem, arrombaram a cadeia, libertando os presos, atacaram a casa do comandante e ocuparam ruas e largos da vila. Houve muitos mortos e feridos durante as brigas e diversas lojas e casas de comércio foram saqueadas. Os sediciosos só foram dominados em 6 de julho por uma tropa vinda da capital, comandada pelos coronéis Lázaro José Gonçalves e Daniel Pedro Müller; os cabeças do levante militar foram condenados à morte. Ficou famosa a execução de um deles, Francisco José das Chagas, o Chaguinhas, no Largo da Forca, na capital paulista. Por três vezes, a corda se rompeu e a multidão, compadecida, começou a clamar pela libertação do sentenciado. Chaguinhas só foi morto na quarta vez, quando se substituiu a corda por um laço de couro. Diz-se que, durante muitos anos, o local do sepultamento foi visitado por muitos fiéis e o sentenciado, considerado um mártir. MENEZES, Raimundo de. **Histórias da história de São Paulo**. São Paulo: Melhoramentos, 1954, p. 163-169. HOLANDA, S. B. de. op. cit. In: Idem (org.). op. cit. Tomo II. Vol. 2, 1976, p. 446-447. Em 23 de maio de 1822, as divergências no interior da junta paulista ficaram mais evidentes quando o coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz convocou sua tropa e exigiu da junta a expulsão de Martim Francisco e do brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, importante proprietário no vale do Paraíba e em Itu, no movimento que ficou conhecido como a "Bernarda de Francisco Inácio". Esta parece ter tido motivação antiandradina (uma vez que o coronel era ligado aos interesses da elite tradicional da capital e região) e anti-secessionista em relação a Portugal. Os

gabinete de 23 de maio e a promulgação das leis de 1841 de restabelecimento do Conselho de Estado e de reforma do código de processo criminal foram consideradas um retrocesso pelos que haviam contribuído para a formulação do código de processo criminal e do Ato Adicional; mas o estopim da revolta foi a dissolução da câmara liberal em 1º de maio de 1842. Já em 17 de maio, Rafael Tobias de Aguiar, que havia administrado a província até julho de 1841, foi aclamado presidente em Sorocaba, à revelia do governo oficial; aos poucos, o governo rebelde recebeu adesão das vilas de Itapetininga, Faxina, Itu, Porto Feliz, Capivari, Limeira e Constituição. Contudo, da Corte, vieram soldados, sob o comando do barão de Caxias, para reprimir o movimento, apoiados pelos guardas nacionais da capital paulista, Santos, São Sebastião, Ubatuba, Jacareí, Mogi Mirim, Tatuí e Jundiá¹⁰⁰. Em 7 de junho, a tropa governista derrotou os rebeldes em Venda Grande, na região da atual Campinas, mas ainda havia revoltosos no vale do Paraíba. Por decreto imperial n. 180 de 18 de junho de 1842, os municípios de Cunha, Bananal, Areias, Queluz, Silveiras, Lorena e Guaratinguetá foram anexados provisoriamente à província fluminense, a fim de que a rebelião fosse mais facilmente debelada¹⁰¹. Ainda naquele mês, um enfrentamento na região de Silveiras deixou 40 revoltosos e 8 soldados do governo mortos, além de 14 governistas feridos¹⁰².

O movimento chegou ao fim com a saída do presidente José da Costa Carvalho, barão de Monte Alegre, em 16 de agosto de 1842. Após a ascensão do gabinete de 2 de fevereiro de 1844, que dava início ao quinquênio liberal, os líderes da revolta obtiveram a anistia pelo decreto imperial n. 342 de 14 de março. Durante o período das revoltas, contudo, o presidente Costa Carvalho havia prometido a elevação da comarca de Curitiba à província caso os seus

ânimos, porém, foram acalmados com a presença do príncipe regente e a convocação de novas eleições. HOLANDA, S. B. de. op. cit. In: Idem (org.). op. cit. Tomo II. Vol. 2, 1976, p. 447-448. OLIVEIRA, Albino José Barbosa de. **Memórias de um magistrado do império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943, p.203-206. LEME, M. S. op. cit. In: ODALIA, N. CALDEIRA, J. R. de C. (org.). op. cit., 2010.

¹⁰⁰Com isso, vemos que a revolta liberal não foi um movimento unitário na província. Ela foi fundamentalmente a expressão do “partido dos paulistas”, grupo de Rafael Tobias e Vergueiro, que ganhou projeção após a abdicação e, principalmente, durante a regência de Feijó; estavam também ligados ao Gabinete Maiorista de 1840. No entanto, havia uma oposição conhecida como o “partido da ordem”, de formação mais tradicional, alinhada com as mudanças empreendidas a partir da regência de Araújo Lima; neste grupo, figuravam homens como Carlos Carneiro de Campos e Rodrigo Antonio Monteiro de Barros. HÖRNER, Erik. OLIVEIRA, Cecília Helena Salles de. Projetos políticos e luta armada: a Revolução de 1842 em São Paulo. In: ODALIA, N. CALDEIRA, J. R. de C. (org.). op. cit., 2010.

¹⁰¹Era interesse das câmaras de Areias e Bananal, após a derrota dos liberais, que essa anexação fosse permanente, uma vez que, segundo alegavam, tinham mais transações comerciais com o Rio de Janeiro do que com a capital paulista. HOLANDA, S. B. de. op. cit. In: Idem (org.). op. cit. Tomo II. Vol. 2, 1976, p.467-468, nota 1.

¹⁰²HÖRNER, Erik. Cidadania e insatisfação armada: a “Revolução Liberal” de 1842 em São Paulo e Minas Gerais. In: DANTAS, Monica Duarte. (org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda Editorial, 2011, cap. IX. _____. OLIVEIRA, C. H. S. de. op. cit. In: ODALIA, N. CALDEIRA, J. R. de C. (org.). op. cit., 2010. HOLANDA, S. B. de. op. cit. In: Idem (org.). op. cit. Tomo II. Vol. 2, 1976, p. 464-472.

habitantes mantivessem neutralidade; a proposta foi levada à assembleia geral e, após muitos debates parlamentares, essa separação se concretizou por meio do decreto imperial n. 704 de 29 de agosto de 1853¹⁰³.

A partir da segunda metade do século XIX, a província de São Paulo sofreu importantes transformações econômicas e sociais com o desenvolvimento do cultivo do café em sua região¹⁰⁴. A plantação começou no vale do Paraíba no final do século XVIII, por conta do plantio já disseminado na área fluminense, mas ganhou escala comercial a partir da década de 1830, quando Areias e Bananal despontaram como os maiores produtores. A partir da década de 1850, os avanços da planta para o oeste paulista começaram a se destacar, e a região de Campinas foi aos poucos substituindo os engenhos de açúcar pela lavoura cafeeira. Em 1836, o oeste paulista produzia 95.919 arrobas, enquanto o vale do Paraíba colhia 423.773 e o litoral 84.864; em 1854, no entanto, Campinas ocupava já o quarto lugar em produção de café (335.550 arrobas) – a frente de vilas como Areias e Lorena –, e Limeira o nono (121.800), ultrapassando Paraíba, Mogi das Cruzes e Guaratinguetá¹⁰⁵.

A terra roxa era propícia para a plantação cafeeira, mas a produção esbarrava nas dificuldades de transporte. No início da década de 1860, Rio Claro era o município limite para o cultivo de café com relativo lucro; as estradas eram estreitas e, por isso, o transporte tinha de ser feito no lombo de mulas, o que trazia altos custos na manutenção dos animais e dos

¹⁰³ Este já era um anseio antigo da comarca de Curitiba; a primeira manifestação de busca por autonomia parece ter ocorrido em 1811. A justificativa apresentada pela região era não só o fato de possuir rendas suficientes para arcar com os custos da administração como também porque estava muito longe do centro administrativo provincial, a 90, 100 ou até 120 léguas de distância da cidade de São Paulo. Como meio de compensação pela perda do território, o deputado Carlos Carneiro de Campos sugeriu a anexação da comarca de Sapucaí, no sul da província de Minas Gerais, proposta que, ao final, acabou sendo rejeitada. MARTINS, Herbert Toledo. Formação e fragmentação do estado nacional brasileiro no período imperial: a criação da província do Paraná. In: **Acta Scientiarum: Human and Social Sciences**. Maringá, v. 30, n. 1, p. 9-16, 2008. HOLANDA, S. B. de. op. cit. In: Idem (org.). op. cit. Tomo II. Vol. 2, 1976, p. 467-468, nota 1. GREGÓRIO, Vitor Marcos. Sapucaí, Minas Gerais e São Paulo: um caso de disputa territorial no Império, 1843-1853. In: **IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica**. São Paulo, 2012.

Disponível em: http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Vitor%20Marcos%20Gregorio_0.pdf Acesso em: 26 mar 2016.

¹⁰⁴ Além do café e da cana-de-açúcar, cabe lembrar que, a partir da década de 1860, houve uma expressiva produção de algodão na província paulista, sobretudo por causa da imigração de norte-americanos sulistas durante a Guerra Civil Americana. A princípio dispersos entre Araraquara, Xiririca (atual Eldorado), Iguape e Cananeia, uma colônia foi instalada na região de Santa Bárbara (a vila Americana), Limeira e Campinas, que recebeu várias famílias a partir de 1867. GOLDMAN, Frank. Aspectos das migrações norte-americanas após a guerra civil. In: HOLANDA, S. B. de. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. O Brasil monárquico. Vol. 3. Reações e transações, 1976, cap. 5.

¹⁰⁵ TAUNAY, Affonso d'Escagnolle. **Pequena história do café no Brasil (1727-1937)**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945, cap. III. CANABRAVA, Alice. A grande lavoura. In: HOLANDA, S. B. de. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. O Brasil monárquico. Vol. 4. Declínio e queda do Império, 1976, p. 88-102.

caminhos¹⁰⁶. Por isso, o grande fator para o aumento da produção do café e da expansão da área cultivada foi a implantação da rede ferroviária, a partir do final da década de 1860. Em 1867, foi inaugurada a estrada de ferro Santos-Jundiaí, construída pela São Paulo Railway, a partir da qual se estabeleceram entroncamentos e ramificações. Em 1872, com a Companhia Paulista, a linha foi estendida para Campinas e, em 1876, para Rio Claro; a Companhia Ituana ligou Jundiaí a Itu em 1873, e chegou até Piracicaba em 1879; a Sorocabana ligou a capital a Sorocaba em 1875 e a Ipanema, em 1877; e a Mogiana chegou a Casa Branca em 1878, Ribeirão Preto em 1883 e Franca em 1887¹⁰⁷.

Desse modo, as estradas favoreceram o estabelecimento de povoações nos sertões, para além dos limites aos quais se restringia anteriormente a produção agrícola¹⁰⁸. A província ampliou significativamente a área ocupada: enquanto em 1847, havia nove cidades e 47 vilas, em 1864, já eram 33 cidades e 39 vilas; em 1878, 45 cidades e 58 vilas; e, em 1887, existiam 56 cidades e 68 vilas¹⁰⁹.

Consequentemente, houve um notável aumento populacional, inclusive porque a expansão da produção voltada para exportação exigia um aumento da mão de obra. Em 1871, teve início o estímulo à vinda de imigrantes com subvenção do governo, com a emissão de apólices para pagamento das passagens e a criação da Associação Auxiliadora da Colonização; assim, entre 1871 e 1886, chegaram mais de quarenta mil estrangeiros na província paulista¹¹⁰. Além disso, nesse período, São Paulo comprou, por meio do tráfico interprovincial, muitos escravos da região norte do Império; se, em 1819, a província era a

¹⁰⁶Cada mula carregava de 120 a 150 kg. Tropas de dez animais em média levavam dez dias para chegar a Santos. Como cada mula não fazia mais do que seis viagens por safra, era necessário cerca de três mil animais para transportar todo o café produzido por Rio Claro àquela época. Além disso, a manutenção das estradas que ligavam Rio Claro às regiões vizinhas – Limeira, Constituição (Piracicaba), Descalvado, São Carlos e Brotas – custava quase 10:000\$000 anuais que, por se tratarem de estradas vicinais, eram normalmente despendidos pelos proprietários locais, o que encarecia os gastos com a produção. DEAN, W. op. cit., p. 52-53.

¹⁰⁷LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do século XIX**. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 38-39. MATOS, Odilon Nogueira de. Vias de comunicação. In: HOLANDA, S. B. de. (org.). op. cit. Tomo II. Vol. 4, 1976, p. 54-56. Pela província do Rio de Janeiro, em 1877, a estrada Pedro II alcançou Queluz. CANABRAVA, A. op. cit. In: HOLANDA, S. B. de. (org.). op. cit. Tomo II. Vol. 4, 1976, p. 92.

¹⁰⁸Muitas freguesias foram fundadas nessa região na década de 1870, como Ribeirão Preto (1870), Piraju (1871), Barretos (1874), São Pedro do Turvo (1875), São José do Rio Preto (1879), Campos Novos Paulista, São Manuel e Bauru (os três em 1880). CANABRAVA, A. op. cit. In: HOLANDA, S. B. de. (org.). op. cit. Tomo II. Vol. 4, 1976, p. 92.

¹⁰⁹Relatório do presidente da província de São Paulo, 25 de junho de 1848, mapa; 24 de outubro de 1864, p. 5; 7 de dezembro de 1878, p. 61; 17 de janeiro de 1887, p. 36.

¹¹⁰Contudo, cabe ressaltar que o incremento mais significativo para a imigração aconteceu a partir de 1886, até mesmo por conta da construção da Hospedaria de Imigrantes, iniciada naquele ano. Entre 1887 e 1888, por exemplo, entraram 122.000 imigrantes, mais que o triplo dos quinze anos anteriores. COSTA, Emília Viotti da. O escravo na grande lavoura. In: HOLANDA, S. B. de. (org.). op. cit. Tomo II. Vol. 3, 1976, p. 177-178.

sexta em número de escravos, terminava o século, em 1886, em terceiro lugar¹¹¹. Com isso, a província teve um salto populacional de 411.850 habitantes, em 1854, para 837.354, em 1872, e 1.221.394 em 1886¹¹².

Do ponto de vista econômico, a renda da província aumentou exponencialmente com a expansão cafeeira: no exercício de 1851-1852, o rendimento havia sido de 405:435\$360; em 1862-1863, foi de 1,090:365\$673; em 1873-1874, subiu para 2,790:791\$149; em 1881-1882, era de 4,014:688\$381 e, ao final do Império, em 1888-1889, havia saltado para 6,869:159\$213¹¹³. Apesar de produzir outros gêneros (açúcar e derivados, carne e derivados, algodão, fumo, arroz, feijão, milho etc.), o café representava a principal fonte de arrecadação. No exercício de 1880-1881, por exemplo, os dízimos dos produtos somavam 1,850:215\$288; destes, 1,797:022\$736 (97%) eram advindos da produção de café¹¹⁴.

Como vemos, São Paulo era, portanto, uma província de povoamento recente e em expansão para o oeste; que teve como liderança sobretudo de homens ligados ao movimento liberal; com intensa preocupação com as vias de comunicação (estradas de rodagem e, posteriormente, as de ferro) – pois era por meio delas que se fazia o escoamento da produção e a arrecadação de impostos; com expressivo aumento da renda e da população ao longo do século, e pouca preocupação com convulsões sociais¹¹⁵. Com base nisso, vejamos agora como se deu a estruturação carcerária na província paulista.

¹¹¹Em 1819, possuía 77.667 escravos, sendo que Minas Gerais, que ocupava o primeiro lugar, possuía 168.543. Em 1872, São Paulo já ocupava a quarta posição, com 156.612 (a província mineira possuía 370.459). Já em 1886-1887, quando da matrícula de escravos, São Paulo tinha a terceira maior reserva, com 107.329. Minas Gerais continuava tendo a primeira, mas a vantagem já não era tão alta (191.952). Em 1884, porém, São Paulo chegou a ter um plantel ainda maior, com 173.267 escravos. Os escravos eram comprados das províncias do Norte, que tiveram um significativo decréscimo de população servil na década de 1880, à exceção da Bahia, que manteve seus escravos trabalhando na lavoura açucareira até o fim; em 1886, era a quarta maior proprietária, com 76.838 escravos. JANCSÓ, István (org.) **Cronologia de História do Brasil Monárquico (1808-1889)**. São Paulo: Departamento de História da FFLCH-USP, 2000, p. 4. Recenseamento geral de 1872. Relatório do ministro da Agricultura, 14 de maio de 1888, p. 24. Relatório do presidente da província de São Paulo, 4 de setembro de 1884, p. 38. BARICKMAN, B. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881). In: **Revista Afro-Ásia**. Salvador: UFBA, n. 21-22, 1998-1999, p. 177-238. Sobre o tráfico interprovincial, ver: SLENES, Robert W. The Brazilian Internal Slave Trade (1850-1888). In: JOHNSON, Walter (ed.). **The Chattel Principle: internal slave trades in the Americas**. New Haven/ London: Yale University Press, 2004, chap. 14.

¹¹²Recenseamento geral de 1872. Quadro estatístico da população da província de São Paulo em 1854 e Recenseamento geral de 1886. Apud: FERNANDES, Florestan. BASTIDE, Roger. **Brancos e negros em São Paulo**. Coleção Brasileira, v. 305. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, p. 49.

¹¹³Relatório do inspetor do tesouro provincial de São Paulo, 10 de dezembro de 1881, p. 37. Relatório do presidente da província de São Paulo, 10 de janeiro de 1883, p. 79. Relatório do governador do estado de São Paulo, 18 de outubro de 1890, p. 26.

¹¹⁴Relatório do inspetor do tesouro provincial, 20 de dezembro de 1883, p. 42.

¹¹⁵Além dos distúrbios sociais anteriormente mencionados, na década de 1880, houve diversos movimentos de escravos e abolicionistas em prol do fim da escravidão. Mais sobre o tema, ver: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. 2ª ed. Revista. São Paulo: EDUSP, 2010.

1.1 A CASA DE CORREÇÃO E A CADEIA PÚBLICA DA CAPITAL

Logo que assumiu a presidência da província paulista, em 1831, Rafael Tobias de Aguiar estabeleceu provisoriamente uma casa de prisão com trabalho em um quarto no Quartel do 6º Batalhão de Caçadores. Em 1835, a instituição possuía um diretor, um porteiro e dois mestres ferreiros que ensinavam o ofício a 16 sentenciados. Na falta de regulamento, o presidente mandou que se observasse “o regulamento adotado nos Estados Unidos da América, o qual tem produzido bom efeito, porque se vão moralizando”. Assim que mostrassem completa emenda de seus erros, Tobias de Aguiar pretendia pedir ao governo imperial o perdão de suas penas; isso serviria de incentivo para que os outros presos procurassem imitá-los, “tornando-se, portanto, esta casa verdadeiramente de correção”¹¹⁶. Para a manutenção dessa iniciativa, a assembleia provincial designou 1:800\$000 anuais em 1835 e 1836.

Paralelamente, uma comissão externa¹¹⁷ foi encarregada pela câmara municipal, em 1832, de buscar o melhor terreno para ser construído o estabelecimento definitivo. Após conjecturar sobre um local existente na Rua do Cemitério e outro pertencente aos franciscanos, os membros decidiram por um terreno contíguo ao Jardim Botânico, no bairro da Luz. Justificaram a escolha argumentando que ele ficava no subúrbio da cidade, pois “semelhantes casas não devem existir nos centros”, mas próximo a uma povoação, para que não se “retarde providências” em caso de fugas ou outros transtornos. O fato de estar próximo a lugares descampados não era um impeditivo para a comissão, uma vez que o edifício, “feito segundo qualquer dos modelos da América inglesa, não tem contato com as ruas porque é edificado dentro de altos muros, que fecham tudo”. Além disso, o terreno era plano, a terra era a melhor possível para a produção de taipas e poderiam ser aproveitados os canais de água já estabelecidos no jardim para abastecimento da instituição¹¹⁸.

A casa de prisão com trabalho no quartel não podia abrigar todos os presos condenados a essa pena; por isso, em 1837, alguns deles fizeram uma representação à assembleia provincial pedindo uma casa de correção com espaço para receber todos os sentenciados, para não sofrerem o acréscimo da sexta parte em prisão simples, conforme

¹¹⁶Fala do presidente da província de São Paulo, 2 de fevereiro de 1835 (impressa nos anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo de 1835, p. 13-14). *AESP*. Cadeias. C03268. 31 de agosto de 1838.

¹¹⁷Composta pelo engenheiro Daniel Pedro Müller, Cândido Gonçalves Gomide, Paulino José Soares de Souza, Francisco Pinto do Rego Freitas e José Arouche de Toledo Rondon.

¹¹⁸*AESP*. Cadeias. C03268. 17 de junho e 25 de agosto de 1832.

prescrevia o art. 49 do Código Criminal¹¹⁹. Por essa época, ainda não estava claro para as autoridades se seriam feitas várias pequenas casas de correção na província ou apenas uma na capital; tramitava na assembleia, por exemplo, um plano para a construção de uma casa de correção na Fábrica de Ferro do Ipanema, na região de Sorocaba¹²⁰. Quando o presidente da província Venâncio José Lisboa pediu ao engenheiro Daniel Pedro Müller, que havia participado da comissão de escolha do local, a planta para a nova casa de correção da capital, este lhe solicitou esclarecimentos quanto ao número de presos a que se destinava (entre homens e mulheres) e se no estabelecimento seriam incluídos os condenados à morte, os galés perpétuas ou os escravos (estes últimos ele já sugeria que não fossem admitidos). No mesmo ofício, Müller opinava ser suficiente a construção de uma casa que contivesse entre 160 ou 180 presos, e que depois poderiam ser edificadas nas outras comarcas instituições com capacidade para 50 presos, no sistema de prisão solitária à noite e de trabalho durante o dia (modelo Auburn)¹²¹. No entanto, respondendo aos questionamentos do engenheiro, Venâncio Flores decidiu que:

Considerando por outro lado que por ora não se podem construir estas prisões em todas as comarcas, e que por isso devem ser remetidos para a capital os condenados de todos os pontos da província; e calculando com o aumento provável da população, pareceu-me que este edifício devia ser construído com a capacidade mister para conter 300 presos, sendo três quartos para homens e um para mulheres¹²².

Além disso, entendia que a instituição devia ser exclusiva para os condenados à prisão com trabalho e no sistema penitenciário indicado pelo engenheiro, já que era o mais “geralmente seguido” e mais “aplicável” em nosso país. Assim, em 29 de novembro de 1838, o engenheiro enviou a planta conforme as condições estabelecidas; o projeto tinha inspiração na Casa de Correção da Corte (que por sua vez foi construída segundo a planta da prisão de Sing Sing, em Nova Iorque), mas em proporções menores¹²³: previa um edifício de dois

¹¹⁹Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 16 e 23 de janeiro de 1837, p. 49 e 57.

¹²⁰Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 10, 13 e 15 de fevereiro de 1837, p. 75, 78 e 80. Nos orçamentos municipais de 1838, apareciam custos com a “casa de correção” nas freguesias de Nazaré e Santo Antônio, pertencentes à vila de Atibaia (verbas que se repetem nos orçamentos até pelo menos 1850), e com o conserto de uma instituição com mesmo nome em Pindamonhangaba. Essa denominação, contudo, pode ser apenas erro semântico nesses casos, uma vez que seria muito difícil escolherem duas freguesias de uma mesma vila, tão próximas, para ter instituições que recebessem sentenciados à pena de prisão com trabalho.

¹²¹*AESP*. Cadeias. C03268. 31 de agosto de 1838.

¹²²Fala do presidente da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1839 (impressa nos anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo de 1839, p. 242).

¹²³A instituição da Corte mantinha as dimensões da planta norte-americana: um edifício de quatro pavimentos, disposto em quatro raios de 200 celas cada, o que daria a capacidade para recolher 800 sentenciados. A planta

pavimentos, disposto em quatro raios com 80 celas individuais cada um, o que daria à instituição a capacidade de recolher 320 sentenciados¹²⁴.

O presidente, porém, não quis dar logo execução ao plano sem antes sujeitar à aprovação da assembleia, “atenta, sobretudo, a grande despesa que se terá de fazer com tal edifício”. A planta e o orçamento foram remetidos à comissão de justiça e fazenda, que deu um parecer favorável à execução do projeto, “concordando com as ideias do Exmo. presidente, emitidas a respeito em seu relatório, e fazendo-se ver a este que dê começo a tão importante obra para a qual a assembleia já tem votado e há de continuar a votar os necessários fundos, segundo a necessidade o exigir”¹²⁵. Para o início dos trabalhos, então, foram consignados 6:200\$000 ainda para o exercício de 1837-1838 e mais 8:000\$000 para o de 1838-1839.

Enquanto isso, os sentenciados que não conseguiam ir para a casa de correção no quartel, e os demais condenados por outras penas, detidos, indiciados e escravos fugidos ou em correção¹²⁶ ficavam na Cadeia Pública da Capital, que ocupava o mesmo edifício da casa de câmara, no estilo arquitetônico ao qual nos referimos anteriormente – no centro da cidade e com livre comunicação entre a população e os presos. Esse prédio estava situado em um dos

original da penitenciária de Sing Sing foi construída entre 1825 e 1828, com o trabalho dos sentenciados. Em 1831, no entanto, devido à superlotação, foi necessário o acréscimo de um quinto pavimento, aumentando a capacidade para 1.000; em meados da década de 1850, um sexto andar foi adicionado, podendo a instituição receber até 1.200 condenados. Relatório do ministro da Justiça, maio de 1848, p. 23; 11 de janeiro de 1850, p. 48. Relatório do presidente da província de São Paulo, 9 de novembro de 1866, p.22. CHELI, Guy. **Sing Sing Prison**. Images of America. Charleston: Arcadia, 2003, cap. 1 e 2.

¹²⁴ AESP. Cadeias. C03268. 29 de novembro de 1838. Relatório do presidente da província de São Paulo, 10 de janeiro de 1885, p. 114. Relatório da comissão inspetora da Penitenciária, 12 de novembro de 1885, p. 6.

¹²⁵ Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 9 e 15 de janeiro de 1839, p. 261, 269.

¹²⁶ Além desses, os recrutas também aguardavam nesse estabelecimento o envio para o Exército. Os africanos livres (pessoas trazidas para serem escravas, mas que chegaram ao país depois da lei do fim do tráfico negreiro de 7 de novembro de 1831) costumeiramente aguardavam a reexportação nas cadeias ou casas de correção; a viagem, contudo, raramente ocorria, e eles continuaram habitando os estabelecimentos carcerários. A partir do decreto geral n. 367 de 29 de outubro de 1834, devido à grande quantidade de africanos detidos, foi permitida a arrematação de seus serviços; a justificativa das autoridades para o uso deste trabalho compulsório era que isso serviria como fator de capacitação para a autonomia. Em 1836, por exemplo, a comissão de visita encontrou diversos africanos “amontoados” na cadeia da capital e sugeriu o seu “aproveitamento” em outras atividades. Ademais, muitas pessoas consideradas loucas eram enviadas à cadeia pelos seus próprios familiares. Segundo o presidente da província Vicente Pires da Motta, em 1848: “Terá talvez a capital de assistir ainda por muito tempo a um bárbaro e triste espetáculo, qual o de ver na cadeia pública os míseros loucos de mistura com os criminosos, e servindo a estes de brinco e escárnio!”. Essa situação durou até pelo menos 1852, com a criação do Hospício de Alienados, muito embora ainda fosse possível, por muito tempo, encontrar loucos nas cadeias do interior e também na capital, quando não encontravam vagas na nova instituição. BERTIN, Enidelce. **Os meia-cara: Africanos livres em São Paulo no século XIX**. 2006. 273 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 35. Relatório das Comissões de visita (1829-1841). In: SANT’ANNA, Nuto. **Documentário Histórico**. Departamento de Cultura, 1951, vol. II, p. 113. Relatório do presidente da província de São Paulo, 16 de outubro de 1848, p.7. Sobre o encarceramento de loucos nas cadeias, ver também: GONÇALVES, F. M. de A. op. cit., cap. 1.

lados da Praça São Gonçalo, tendo à frente a Igreja dos Remédios, ao lado direito a Igreja de São Gonçalo e, ao lado esquerdo, a partir da década de 1860, o Teatro São José. Havia sido construído no tempo do capitão-general Francisco da Cunha Meneses e inaugurado em 9 de dezembro de 1787, após anos sendo necessário o uso de casas alugadas para a câmara e para cadeia¹²⁷.

Figura 1 – Casa de câmara e cadeia da cidade de São Paulo, em 1862/63. Óleo sobre tela de Benedito Calixto, baseado na fotografia de Militão Augusto de Azevedo. 1918. 50 cm x 64,5 cm. Acervo do Museu Paulista.

Em 1831, havia na cadeia 51 homens e 8 mulheres; era-lhes permitido trabalhar, inclusive para poder complementar o seu sustento na instituição, pois só era fornecido alimento uma vez por dia, das onze horas da manhã à uma da tarde. Uma das prisões era chamada de “casa de trabalho”, na qual os presos podiam utilizar um “fogão” para queimar chifres de boi para fazer pentes, colheres e outros produtos para vendê-los às grades. Em

¹²⁷O último lugar alugado para cadeia localizava-se na Rua Direita. MOURA, Paulo Cursino de. **São Paulo de outrora: evocações da metrópole**. 2ª ed. São Paulo: Livraria Martins, 1943, p. 77-83. TAUNAY, Affonso d’Escagnolle. **História da cidade de São Paulo no século XVIII**. Vol. 2 (1765-1801). São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1951, cap. VIII e IX. _____. O Paço Municipal. In: **Velho São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

1833, cerca de 40 pessoas trabalhavam nesse recinto, mas apenas 16 a 20 efetivamente dormiam ali¹²⁸. Isso, contudo, não caracterizava uma casa de correção, na qual, como vimos, os sentenciados viviam em isolamento da sociedade e aprendiam um ofício a ser exercido quando fossem reintegrados.

Em 1839, o número de presos na cadeia já havia dobrado: eram mais de 100 – 70 deles condenados a diferentes penas –, o que tornava mais urgente a conclusão de uma casa de correção que pudesse desafogar as prisões da casa de câmara e cadeia. Em 1841, as obras para a nova instituição estavam a pleno vapor; o presidente Tobias de Aguiar, contudo, reclamava da fragilidade do muro exterior, das paredes e dos alicerces, que eram todos de taipa, mas não recomendava a reconstrução, pois, segundo ele, a obra já estava muito adiantada. Seu sucessor, Mello e Alvim, sugeria o uso de pedras ao menos no muro exterior que, do modo que estava, “não prometia duração”. Os trabalhos, no entanto, ficaram interrompidos de 1842 até junho de 1844, por conta da revolta liberal, fazendo com que as madeiras das paredes se deteriorassem, resultando em grande perda da quantia despendida até então (22:150\$187). Para a retomada da construção, uma comissão de engenheiros foi convocada para analisar a obra e considerou que convinha concluir um dos raios para recolher os presos e poder-se, o quanto antes, ensaiar o sistema penitenciário, aproveitando ainda o trabalho dos presos na fatura dos outros raios; neste sentido, para o término do primeiro raio, a assembleia orçou naquele ano 12:000\$000¹²⁹.

A cada ano que passava, a cadeia da cidade de São Paulo recebia mais e mais presos de muitos municípios da província, não só para cumprimento de pena mas também aqueles que estavam em custódia, devido à insegurança das prisões interioranas, segundo alegavam os presidentes de província¹³⁰. Não havia, porém, critérios para a distribuição dos presos, conforme preceituava a Constituição. Até 1841, por exemplo, a cadeia da capital, que possuía sete prisões, não fazia as classificações dos réus conforme os crimes, ficando ao arbítrio do carcereiro a alocação dos presos. Essa mistura entre sentenciados a crimes mais graves com aqueles que estavam meramente detidos era considerada pelas comissões que visitavam a

¹²⁸Dois anos depois, no entanto, esse tipo de trabalho foi proibido na cadeia, pois a fumaça que se formava na enxovia pouco ventilada trazia danos à saúde dos presos. Relatório das comissões de visita (1829-1841). In: SANT’ANNA, N. op. cit., p. 75, 79, 87, 90-91, 104, 112.

¹²⁹Fala do presidente da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1839 (impressa nos anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo de 1839, p. 242). Relatório do presidente da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1841, p.22; 7 de janeiro de 1842, p. 38; 7 de janeiro de 1843, p. 27; 7 de janeiro de 1844, p.45.

¹³⁰Relatório do presidente da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1843, p.28; 7 de janeiro de 1844, p. 44.

cadeia muito danosa, pois podia levar à corrupção dos costumes daqueles que eram inocentes ou condenados a crimes menos graves¹³¹.

No início da década de 1840, na esteira das transformações administrativas apresentadas pela lei n. 120 de 31 de janeiro de 1842, como vimos, fez-se necessária a implantação de regulamentos para as cadeias. Com a aprovação do regulamento especial da cadeia da capital, em agosto de 1842¹³², foram estabelecidas normas que visavam à organização e ao bom funcionamento da instituição. Assim, o regulamento indicava, por exemplo, o horário de abertura das portas¹³³ e de permissão para se chegar às grades e conversar com os presos¹³⁴; o modo como seriam feitos os serviços dos presos, que incluíam a lavagem e varrição das prisões e o acendimento dos lampiões internos; as punições às quais seriam submetidos os rixosos, turbulentos e desobedientes; as funções do carcereiro; a escrituração da cadeia; a tabela das rações e o modo de fornecê-las; e os procedimentos da enfermaria.

Além disso, o regulamento classificava as prisões da cadeia de acordo com as penas impostas aos presos. A prisão n.º 1 era destinada aos presos condenados a 12 anos de galés, de prisão ou pena maior; a n.º 2 receberia os condenados por crimes inafiançáveis cuja pena fosse menor de 12 anos de galés ou prisão, os condenados por roubo e os escravos enviados a mando de seus senhores¹³⁵; na prisão n.º 3 ficariam os pronunciados por crimes inafiançáveis e de furto; a de n.º 4 abrigaria os pronunciados por crimes afiançáveis; na prisão n.º 5 seriam recolhidos os presos em custódia, os sem culpa formada, os recrutados e os condenados a até seis meses de prisão; a prisão n.º 6 era reservada aos presos com “condição qualificada na sociedade”; a n.º 7 era a das mulheres e a n.º 8 era a solitária, usada apenas para castigo dos presos¹³⁶. Para além dessa separação, que atendia os preceitos constitucionais, o artigo 34 previa que, se um preso apresentasse sinais de moralidade ou arrependimento – e após o exame da autoridade encarregada da inspeção – ele poderia ser transferido para a prisão seguinte. Dessa forma, pretendia-se que os condenados a galés ou prisão simples também

¹³¹Em 1841, a comissão da câmara sugeriu uma separação segundo a gravidade dos crimes: tirando as salas da enfermaria e a das mulheres, uma ficaria para os indiciados e as outras três para os crimes leves, moderados e graves. Essa e outras medidas propostas auxiliaram na confecção, no ano seguinte, do regulamento especial da cadeia. Relatório das comissões de visita (1829-1841). In: SANT’ANNA, N. op. cit., p. 102 e 127.

¹³²AESP. Correspondência do chefe de polícia. E01497. 15 de agosto de 1842, p. 64f-68v. Publicado na íntegra como anexo em GONÇALVES, F. M. de A. op. cit.

¹³³Das seis da manhã às oito da noite no inverno e das cinco da manhã às nove da noite no verão (art. 2).

¹³⁴Das dez da manhã ao meio-dia e das três às quatro da tarde (art. 7).

¹³⁵Estes últimos também poderiam ser alocados na prisão n.º 3, caso não houvesse mais espaço (art. 26).

¹³⁶Os presos menores de 21 anos que não fossem condenados a penas perpétuas seriam conservados na prisão seguinte à designada pelos mesmos crimes cometidos por adultos (art. 25 e 27).

pudessem sentir os efeitos de um sistema carcerário que buscava a regeneração e a reintegração do condenado.

Ainda no intuito de trazer melhoramentos para a cadeia, a assembleia autorizou, na lei orçamental de 1844 (art. 3 e 4), que o presidente da província fizesse reparos no edifício, cujo telhado estava em ruínas e o interior de algumas prisões não oferecia segurança, a ponto de ter sido necessária a duplicação da vigilância a fim de evitar arrombamentos¹³⁷. Além disso, o artigo permitia que ele entrasse em um acordo com a Santa Casa de Misericórdia para que ela pudesse receber os loucos que estivessem recolhidos na cadeia até que fosse construído um local adequado para recebê-los. Assim, podemos perceber que, a partir das leis de reestruturação policial de 1842, buscava-se realizar uma maior organização das instituições carcerárias.

Durante a década de 1830 e início da de 1840, a província gozava de contínuas sobras no caixa, com as quais podia dar continuidade a seus projetos administrativos. Da receita total de 1837, por exemplo, de 331:927\$718, quase 50% era saldo do ano anterior (119:882\$683)¹³⁸; com isso, muitas vezes eram decretadas despesas no orçamento superiores a receita esperada, uma vez que o déficit seria suprido por esses saldos. Em 1842, a assembleia orçou 361:510\$000 como receita e fixou 502:902\$245 de despesa. O presidente naquele ano não cria que esse expediente atrapalharia o estado financeiro da província e ainda sugeria que se desse conveniente emprego para o saldo público, já que havia falta de dinheiro em circulação; São Paulo, então, emprestou no ano seguinte 203:250\$000 das sobras provinciais para o Caixa Geral¹³⁹, conforme explicou o presidente da província Manuel Felizardo de Souza e Mello:

Enquanto outras províncias do Império veem-se privadas de recursos, lutam com mil dificuldades para conseguir meios de ocorrer às suas precisões e jamais podem deparar com remédio a esse mal, sendo forçadas a solicitar socorros à Caixa Geral, a província de São Paulo vive em abundância, tem rendas suficientes, não só para satisfazer suas necessidades, aliás bem extensas, como ainda acumula saldos avultados. Isto deve atribuir-se, tanto à

¹³⁷Relatório do presidente da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1844, p. 44.

¹³⁸As barreiras nas estradas tinham um orçamento separado, pois suas rendas eram exclusivamente voltadas para a manutenção das vias. Elas também apresentavam o mesmo movimento da receita ordinária: gastava-se mais do que recebia, mas aproveitava o saldo. A receita efetiva das barreiras em 1837 foi de 57:621\$254 e a despesa de 64:990\$996, mas havia um saldo do ano anterior de 65:255\$185 e um rendimento do ano anterior de 9:360\$258, o que deixava para 1838 um caixa de 67:245\$701. Relatório do presidente da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1838, p. 11.

¹³⁹Relatório do presidente da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1842, p. 22; , 7 de janeiro de 1843, p. 18.

atividade e zelo da Tesouraria Provincial, como à inteireza e préstimo dos exatores das rendas¹⁴⁰.

A fim de concluir o primeiro raio da casa de correção o mais brevemente possível, o governo, em 1845, tomou a deliberação de alterar o projeto original; resolveu reduzir o edifício para apenas o pavimento térreo e a casa dos empregados, prevista para ter dois andares, teria apenas um; dessa forma, argumentava o presidente da província Manuel da Fonseca Lima e Silva, o projeto original não ficava de todo inviabilizado, sendo possível, posteriormente, sua completa execução¹⁴¹.

Apesar da quantia significativa decretada pela assembleia em 1846 (18:000\$000), a construção era feita mais morosamente para que os trabalhos não fossem interrompidos pelo esgotamento dos fundos consignados. Isso se dava, segundo o presidente, porque em vez de se decretar uma quantia geral para as obras públicas, se cotizava cada uma com valores precisos, o que colocava o governo “em colisão tal que uma obra, embora de reconhecida necessidade, se paralisa muitas vezes na proximidade de sua conclusão por esgotar-se a competente quota; e desta interrupção provém a ruína dos trabalhos precedentes, além do comprometimento dos interesses públicos”¹⁴².

Para resolver esta questão, a assembleia requereu a nomeação de mais uma comissão para examinar as obras e apresentar um parecer sobre a preferência que se deu ao sistema de Auburn e se se devia consignar uma quota total ou parcial para a sua ultimação¹⁴³; a partir de então, comissões anuais de deputados analisavam o estado das obras, além de algumas comissões externas formadas por engenheiros e médicos. Em 1848, os membros deram o seguinte parecer:

A comissão especial a que foi cometida a tarefa de examinar a cadeia desta capital e obra da Casa de Correção, a fim de interpor o seu parecer a respeito, tem a honra de apresentar a esta assembleia o resultado de suas investigações: a comissão se não faz cargo de descrever minuciosamente o estado da cadeia da Capital, porquanto fácil é compreender quão deplorável deve ele ser achando-se um tão grande número de presos em tão pequeno espaço, e por isso limitar-se-á a declarar que o estado é tal que reclama desta

¹⁴⁰Relatório do presidente da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1844, p. 56. Por portaria do Tesouro Público Nacional de 2 de julho de 1846 se ordenou o pagamento total da dívida que o cofre geral tinha com o provincial, por meio das sobras da tesouraria e das alfândegas de Santos e Paranaguá. Em 30 de julho daquele ano, a província já tinha recebido 70:000\$000. Relatório do presidente da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1847, p. 6.

¹⁴¹Relatório do presidente da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1845, p. 18.

¹⁴²Relatório do presidente da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1846, p. 15; 7 de janeiro de 1847, p.15-16.

¹⁴³Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 11 de janeiro de 1847, p. 453.

assembleia que com a possível prontidão se faça concluir a obra da casa penitenciária, que se acha em começo, a fim de distrair dali o número de presos condenados à prisão com trabalho, não só para que os restantes da Cadeia da Capital em menor número sofram menos, e possam ali realizar-se os preceitos de asseio e higiene indispensável à saúde dos mesmos, já de sobejo deteriorada, como para que os recolhidos à Casa Penitenciária apresentem senão todos os resultados que o estabelecimento desta ordem tem produzido nos Estados da União Americana, e mesmo em alguns dos Estados da Europa, ao menos algumas dessas vantagens principalmente pelo lado econômico¹⁴⁴.

Os deputados recomendavam que se consignasse 10:000\$000 para concluir o primeiro raio, adaptando-se nele os compartimentos para oficinas, refeitório, cozinha, enfermaria, capela, etc. De fato, àquela altura, já havia 58 réus condenados à prisão com trabalho na cadeia da capital; um dos membros da comissão que visitou as instituições, dr. Joaquim Antônio Pinto Júnior¹⁴⁵, denunciou que os presos sofriam com a falta de comodidade e limpeza, e com o fornecimento de alimentos apenas uma vez por dia e em pequenas quantidades, o que não raramente resultava em mortes repentinas; muitos andavam nus, pois não lhes era oferecido vestuário, e alguns loucos conviviam no mesmo ambiente. A sua preocupação com o término da casa de correção e a cessação da situação degradante dos presos na cadeia levou-o a se oferecer para realizar gratuitamente um exame comparativo entre as duas casas de correção (de São Paulo e da Corte) para indicar os possíveis defeitos da paulista e o modo de remediá-los¹⁴⁶.

As obras seguiram, mas sempre com as reprimendas das autoridades quanto ao material utilizado; em abril de 1850, o presidente Vicente Pires da Motta lamentava que “essa obra, em que se tem gasto dezenas de contos, tenha sido começada segundo um plano defeituosíssimo: nunca passará de uma fraca, e má prisão, na qual só a vigilância de numerosos guardas poderá impedir a fuga dos presos”¹⁴⁷. O chefe de polícia reclamava que o edifício, sendo todo de taipa, não tinha a segurança precisa; além disso, os cubículos eram muito pequenos em comparação com o “inutilmente” largo corredor que havia entre eles¹⁴⁸. O

¹⁴⁴Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 4 de agosto de 1848, p. 75-76.

¹⁴⁵Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1838 e filiado ao partido liberal. NOGUEIRA, Almeida. **A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências**. Vol. 1. São Paulo: Typ. “A Editora”, 1909, p.68-75.

¹⁴⁶Exame para o qual a assembleia havia consignado 1:000\$000. Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 22 de fevereiro de 1847, p. 499. Relatório do presidente da província de São Paulo, 16 de outubro de 1848, p. 8-9. Art. 4º da lei n. 360 de 18 de setembro de 1848.

¹⁴⁷Relatório do presidente da província de São Paulo, 15 de abril de 1850, p. 10.

¹⁴⁸Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 1º de fevereiro de 1852, p.3.

conselho de engenheiros das obras públicas provinciais¹⁴⁹ considerava uma prisão de taipa uma “completa irrisão”; por isso, dizia ser conveniente, “na hipótese de progredir a construção”, que fosse utilizado material de outro gênero, pois apenas o portão principal era de granito lavrado¹⁵⁰. A comparação com a Casa de Correção da Corte parece ter sido inevitável: ela estava sendo construída com pedras de cantaria lavrada. Contudo, cabe lembrar que essa medida era em grande parte facilitada porque no terreno onde estava sendo edificada, no Catumbi, havia uma pedreira, franqueada às obras públicas¹⁵¹.

Em 1851, o primeiro raio da casa paulista já estava concluído; contudo, as oficinas não estavam edificadas nem havia local onde pudessem ser montadas provisoriamente; assim, o presidente José Thomaz Nabuco de Araújo, que havia acabado de assumir, providenciou a construção de um telheiro onde pudessem funcionar. Além disso, as células estavam fechadas por portas inteiriças e, segundo ele, tal disposição não convinha ao sistema; ademais, por terem dimensões muito pequenas¹⁵², acreditava que os presos poderiam morrer asfixiados pelo calor; por isso, recomendou a substituição por grades de ferro¹⁵³.

Desse modo, a inauguração só pode ser feita em 6 de maio de 1852. Ao todo, haviam sido gastos 75:625\$154 para a edificação do primeiro raio, com 42 cubículos¹⁵⁴. Desde o início, houve a preocupação em seguir o sistema penitenciário adequadamente; mandou-se executar o mesmo regulamento aplicado na Casa de Correção da Corte¹⁵⁵, sendo a direção da instituição paulista confiada a um ex-empregado daquele estabelecimento, Thomaz de Menezes Vasconcellos de Drumond; tal nomeação foi considerada pelo presidente da província uma aquisição muito importante, por conta da prática que ele possuía do sistema adotado. Embora existissem na cadeia 70 réus condenados à pena de prisão com trabalho, Nabuco de Araújo julgou mais prudente começar um primeiro ensaio com apenas dez dentre

¹⁴⁹Formado por Henrique de Beaupaire Rohan, Luiz José Monteiro, José Jacques da Costa Ourique, José Porfírio de Lima, H. Bastide, C. A. Bresser e Francisco Gonçalves Gomide.

¹⁵⁰Relatório geral do estado das obras públicas provinciais apresentado pelo conselho de engenheiros, 20 de março de 1852, p. 33. Este pórtico em granito é, atualmente, a única parte que ainda subsiste dessa construção, na Avenida Tiradentes.

¹⁵¹Relatório do ministro da Justiça, maio de 1837, p. 20-21; maio de 1848, p. 24; 13 de maio de 1851, p. 22.

¹⁵²As células tinham 2,35 m de comprimento, 1,12 m de largura e 3,15 m de altura. Relatório da Comissão Inspectora da Penitenciária, 12 de novembro de 1885, p. 9.

¹⁵³Relatório do presidente da província de São Paulo, 1º de maio de 1852, p. 23-24.

¹⁵⁴Relatório geral do estado das obras públicas provinciais apresentado pelo conselho de engenheiros, 20 de março de 1852, p. 32.

¹⁵⁵Com algumas adaptações. Como ainda não havia refeitório, a comida era servida nas células; a enfermaria seria colocada em uma sala do pavimento térreo; a divisão correccional ficaria distribuída entre uma sala do sobrado, uma no pavimento térreo e mais seis cubículos; os presos seriam divididos em duas classes, em vez de três. Do pecúlio dos presos, uma parte era entregue a eles e outra ficava na caixa do estabelecimento, em vez de ser depositado na caixa econômica, como no regulamento da Corte. Regulamento provincial de 5 de maio de 1852.

os mais morigerados para, em seguida, ir completando-se o número que a casa permitia¹⁵⁶. Em julho, foram montadas as oficinas de funileiros (ou latoeiros) e alfaiates, enquanto o restante dos presos trabalhava trançando palhas para a confecção de chapéus; em setembro, foi criada a de ferreiros; no ano seguinte, a de sapateiros¹⁵⁷. A expectativa era de que, dentro de alguns anos, a casa pudesse sustentar-se com a renda das oficinas, sem precisar do dispêndio dos cofres públicos.

Figura 2 – Detalhe do mapa da cidade de São Paulo de 1877. Desenho da Casa de Correção (n. 4) em frente ao Jardim Público da Luz (n. 27), onde havia uma torre (n. 50). SANSONI, Francisco. *Mapa da capital da província de São Paulo seus edifícios públicos, hotéis, linhas férreas, igrejas, bonds, passeios etc.* Publicado por Francisco Albuquerque e Jules Martin em julho de 1877. Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Pelo regulamento, a instituição receberia presos criminais e correccionais – estes últimos eram os menores de idade (condenados pelo art. 13 do Código Criminal) e os mendigos e vadios (art. 295¹⁵⁸ e 296) – divididos em duas classes, nas quais subiriam se tivessem bom comportamento. Quando entrava na casa, o preso era barbeado, tinha o cabelo aparado e recebia um uniforme; como período probatório, passava os primeiros dias em prisão

¹⁵⁶Em fevereiro de 1853, já havia 32 presos no estabelecimento. AESP. Caixas da Penitenciária. C03271. 7 de maio de 1852. Relatório do presidente da província de São Paulo, 1º de maio de 1852, p. 23-24; 16 de fevereiro de 1853, p. 6.

¹⁵⁷AESP. Caixas da Penitenciária. C03271. 6 de agosto de 1852. Relatório do presidente da província de São Paulo, 13 de setembro de 1852, p. 4; 16 de fevereiro de 1853, p. 7.

¹⁵⁸Conforme a lei geral de 26 de outubro de 1831, as penas impostas no art. 295 foram elevadas de um a seis meses de prisão com trabalho, e ao dobro por reincidência.

diuturna. Depois, tinha de trabalhar, em silêncio¹⁵⁹, todos os dias nas oficinas, dirigidas por um mestre; aos domingos e dias santos, deveria assistir à missa.

Outras iniciativas contribuíram para a diminuição da lotação da cadeia – que, a essa altura, regulava entre 180 e 200 presos¹⁶⁰ – e para o ordenamento das instituições de encarceramento na cidade de São Paulo¹⁶¹. Em 14 de maio de 1852, apenas oito dias depois de inaugurada a Casa de Correção, foi instalado o Hospício de Alienados, a quem, para o presidente, a cidade devia o fato de “não ser mais contristada pelo lastimoso espetáculo de loucos vagando pelas suas ruas, ou conduzidos para a cadeia e encarcerados entre criminosos de todo o gênero, até morrerem sob o peso de mil violências, e a mímica de socorros, como anteriormente acontecia!!”¹⁶². Em julho, foi montado o calabouço para os escravos¹⁶³ dentro da Casa de Correção. Neste local, ficavam recolhidos os escravos presos policialmente ou por andarem fugidos, e os que fossem remetidos pelos seus senhores. Para lá também passaram a ser enviados os africanos livres, até que fossem solicitados seus serviços em outros estabelecimentos públicos¹⁶⁴.

Para a realização desses e de outros melhoramentos, os administradores se valeram, mais uma vez, dos saldos acumulados anteriormente; entre os anos de 1848 e 1852, por exemplo, São Paulo continuou gastando mais do que arrecadava, mas ainda não sentia o déficit, pois este era suprido pelo saldo de 1848 e pelo produto da renda de 75 apólices da dívida pública¹⁶⁵. Por outro lado, quase sempre ela despendia menos do que havia sido orçado, o que indicava uma preocupação em tentar aliar as necessidades da província com as suas possibilidades. A solução para enfrentar esse problema, na opinião das autoridades provinciais, era investir mais nas estradas para que o retorno, em pouco tempo, se fizesse sentir; como podemos ver no gráfico a seguir, o investimento nas estradas (despesa com barreiras) era quase sempre maior do que a arrecadação das barreiras.

¹⁵⁹ Os presos só poderiam falar com seus superiores nas células para se queixar de alguma violência, padecimento ou necessidade e, nas oficinas, para pedir explicação ao mestre, em “voz submissa”. Nas passagens da oficina para os outros lugares deveriam guardar o mais completo silêncio (art. 14 e 44).

¹⁶⁰ Relatório do presidente da província de São Paulo, 16 de fevereiro de 1854, p. 18.

¹⁶¹ Na verdade, ordenamento das instituições em geral. Richard Morse chama a década de 1850 de “época dos melhoramentos materiais”. Engenheiros franceses, ingleses e alemães foram contratados para a realização de obras públicas. Em 1855, surgiram os primeiros hotéis; em 1858, foi inaugurado o cemitério da Consolação, retirando pela primeira vez os sepultamentos das igrejas. MORSE, R. op. cit., cap. IX.

¹⁶² Relatório do presidente da província de São Paulo, 13 de setembro de 1852, p. 6.

¹⁶³ Muito embora o regulamento tenha sido organizado apenas em setembro de 1854.

¹⁶⁴ Em 4 de janeiro de 1855, por exemplo, foram remetidos da Casa de Correção 15 africanos livres para as obras da estrada de Cubatão. *AESP*. Caixas da Penitenciária. C03271. 17 de julho e 11 de setembro de 1852; 4 de janeiro de 1855.

¹⁶⁵ Relatório do presidente da província de São Paulo, 1º de maio de 1852, p. 73-74.

Gráfico 1 – Receita e despesa (comum e de barreiras) efetivas da província de São Paulo (1848-1852)

FONTE: Relatório do presidente da província de São Paulo, 1º de maio de 1852, p. 71-72; 16 de fevereiro de 1853, p.14-17.

Para o presidente Nabuco de Araújo não convinha nem reduzir as despesas “essenciais à administração pública” nem elevar os impostos, medida “gravosa e impopular”, e sim restabelecer a receita pública¹⁶⁶. Já o presidente da assembleia provincial, deputado Carlos Carneiro de Campos, em seu discurso de encerramento, argumentava que:

As necessidades da província sobrepujam sem dúvida a sua receita, por isso sentimos a dolorosa consequência de nos limitarmos a acudir somente aquele serviço que se reputa indispensável, o qual absorve anualmente entre 400 a 500:000\$000 que constituem a renda da província. Eis o porquê na lei respectiva, bem como nas anteriores, vosso principal cuidado tem sido o melhoramento e abertura de estradas. É esta sem duvida a 1ª necessidade de uma província como a nossa que, sendo por enquanto quase exclusivamente agrícola, tem seus melhores produtos no interior e na dependência de meios que os levem ao mercado marítimo. As estradas da província são como as veias, que dão circulação no sangue para vivificar o corpo¹⁶⁷.

¹⁶⁶Ibidem, p. 74.

¹⁶⁷Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 17 de julho de 1852, p. 299. O presidente da província Josino do Nascimento Silva, por sua vez, achava que o problema era a falta de planejamento na construção das vias de comunicação que, construídas todas ao mesmo tempo, resultava em estradas imperfeitas e em constante necessidade de manutenção: “A província tem despendido grandes somas com estradas, e a guiar-me pelas queixas que de todas as partes me dirigem as câmaras municipais, penso que não há uma só estrada que esteja em perfeito estado. Ainda hoje se fazem explorações para se conhecer a melhor direção que devem ter as estradas entre os pontos muito conhecidos! A nossa inexperiência, o desejo de cortar toda a província de estradas, comunicando povoações de muito pequena importância, o interesse particular em luta com o provincial, são em meu conceito as causas principais desse estado de coisas. Não sei se a administração

Além das estradas, é possível perceber que concluir a Casa de Correção também era prioridade para as autoridades paulistas; em 1855, o presidente José Antonio Saraiva colocava em primeiro lugar por ordem de urgência o término da Casa de Correção, além da criação de uma escola de primeiras letras¹⁶⁸ no local e de uma enfermaria. Naquele ano, foram gastos 13:983\$800 com o novo raio e mais 1:707\$475 com a construção de um local mais apropriado para o calabouço¹⁶⁹. Em 12 de agosto, o calabouço começou a ser habitado (possuindo ao final do ano 20 escravos) e, em 1º de setembro, o novo raio estava pronto, podendo a casa receber ao todo 80 sentenciados¹⁷⁰. Em setembro de 1857, estavam, portanto, concluídos dois raios e quatro salas de oficina, além de terem sido consignados mais 10:000\$000 para a conclusão de um terceiro raio¹⁷¹.

A cadeia da capital também recebia atenção especial por conta do alto número de presos que abrigava, apesar da criação da Casa de Correção e do calabouço. Ela continuava recebendo presos de muitos municípios, tanto para esperar os julgamentos quanto para cumprir pena; em 1856, existiam 165 pessoas em suas prisões¹⁷². Dessa maneira, a assembleia decidiu converter em prisão a parte do prédio ocupada pela câmara municipal, podendo ser gastos 5:000\$000 na reforma, autorizando a despesa necessária para o aluguel de uma casa que servisse de paço para a câmara municipal¹⁷³. Contudo, a câmara expediu um ofício discordando da medida:

A necessidade de se dar maior espaço às atuais prisões, em que se acham acumulados criminosos de todos os pontos da província não é um motivo suficiente para privá-la de seus antigos Paços, a que se ligam tantas recordações de glória pátria; porquanto é certo que o número desses presos diminuirá consideravelmente logo que, como é de esperar, cada comarca possa contar em seu centro uma boa cadeia. Além disso que, se decretardes a continuação das obras da Casa de Correção, menor será ainda o numero de presos ali retidos¹⁷⁴.

tem força para removê-las, cumpre, porém, averiguá-las e expô-las com franqueza”. Relatório do presidente da província de São Paulo, 16 de fevereiro de 1853, p. 12.

¹⁶⁸Em outubro de 1854, o diretor da Casa de Correção começou um embrião dessa escola, no qual um sentenciado, que havia sido mestre de primeiras letras na vila de Itapetininga, oferecia uma hora de aula por dia na oficina em que os presos trabalhavam. *AESP*. Caixas da Penitenciária. C03271. 13 de outubro de 1854.

¹⁶⁹Relatório do presidente da província de São Paulo, 15 de fevereiro de 1855, p. 9-11; p.71 (documentos que acompanham o relatório).

¹⁷⁰Relatório do presidente da província de São Paulo, 15 de fevereiro de 1856, p. 9-12.

¹⁷¹Relatório do presidente da província de São Paulo, 27 de setembro de 1857, p. 7-8.

¹⁷²Idem.

¹⁷³Orçamento provincial. Lei n. 551 de 7 de maio de 1856. Art. 1º §26 e art. 16.

¹⁷⁴Relatório do presidente da província de São Paulo, 2 de fevereiro de 1858, p. 32.

Dessa maneira, na esperança de que a conclusão da penitenciária e a construção de cadeias centrais no interior fizessem com que o número de detentos diminuísse, os planos para a ampliação da cadeia paulistana foram adiados. De fato, os esforços se concentraram na instituição da Luz. Ainda em 1858, o terceiro raio foi concluído; além das quatro oficinas existentes, foi criada a de marcenaria. Segundo o administrador, tenente-coronel Francisco Antonio de Oliveira¹⁷⁵, já era possível ver os sentenciados adquirirem hábitos de ordem, trabalho e morigeração¹⁷⁶.

Era preciso ainda continuar com a edificação de elementos acessórios da casa de correção, como uma nova enfermaria, botica, quarto para os enfermeiros e novas casas de trabalho para as oficinas¹⁷⁷; mas a receita do ano civil de 1858 (736:768\$355) foi significativamente inferior àquela de 1857 (934:814\$902), o que acarretou em diminuição da despesa (de 896:125\$083 para 736:206\$227). Contribuiu para isso a redução de três quintos dos direitos da meia sisa (que correspondia a 72:600\$000), a municipalização dos impostos das carnes verdes e aguardentes (50:000\$000) e o decréscimo dos direitos de exportação¹⁷⁸. Ademais, naquele ano, o deputado José Alves dos Santos Júnior lembrava que muitas estradas haviam sido destruídas em decorrência da força das águas e os produtos da lavoura ficaram presos nos centros de produção, fazendo com que o conserto dessas vias fosse prioridade naquele momento¹⁷⁹.

O presidente da província lastimava que as rendas decresciam ao mesmo tempo que, “impelidas pelo progresso a que tende a província, surgem novas necessidades”¹⁸⁰. Ainda assim, apesar de ser um ano difícil, os deputados aprovaram a lei n. 648 de 21 de março que autorizava a mandar continuar, “desde já”, as obras da casa de correção, despendendo para esse fim o que fosse necessário; a esse respeito, o presidente da província Amaral Gurgel dizia ter continuado as obras que estavam em andamento e que eram de absoluta necessidade para a conclusão deste estabelecimento “cuja ordem, asseio, e economia é devida ao digno administrador”¹⁸¹.

¹⁷⁵Em 1853, o então diretor Thomaz Drumond foi considerado inábil com a escrituração da casa, pelo que foi julgado e condenado por crime de responsabilidade. Em seu lugar, assumiu Francisco Antonio de Oliveira. Relatório do presidente da província de São Paulo, 16 de fevereiro de 1854, p. 18.

¹⁷⁶Relatório do presidente da província de São Paulo, 2 de fevereiro de 1858, p. 33-34.

¹⁷⁷As oficinas eram dispostas em casas de trabalho (muitas vezes denominadas elas próprias de “oficinas”), nas quais, segundo o regulamento, só podiam ficar turmas de até dez presos. Regulamento de 5 de maio de 1852, art. 1º § 6.

¹⁷⁸Relatório do presidente da província de São Paulo, 2 de fevereiro de 1859, p. 38-39.

¹⁷⁹Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 12 de abril de 1859, p. 439-440.

¹⁸⁰Relatório do presidente da província de São Paulo, 6 de junho de 1859, p. 18.

¹⁸¹Relatório do presidente da província de São Paulo, 25 de setembro de 1859, p. 16.

Elogios ao estabelecimento eram proferidos constantemente pelos deputados provinciais e pelos presidentes da província, como forma, inclusive, de engrandecer São Paulo e também seus próprios feitos; por outro lado, estrangeiros que visitavam a instituição também teciam argumentos favoráveis ao sistema adotado. Em 1860, o cônsul suíço Johann Jakob von Tschudi foi convidado pelo presidente da província para conhecer a penitenciária, onde estavam cumprindo pena dois colonos de parceria suíços, presos havia quase dois anos¹⁸². Tschudi visitou a instituição por algumas vezes a fim de ver como eram tratados seus compatriotas e exaltou a organização do estabelecimento:

A penitenciária me surpreendeu em alto grau pela sua organização prática e eficiente, e não exagerei se a comparo com os melhores institutos congêneres existentes na Europa, sendo que ainda os sobrepuja, mesmo alguns dos mais afamados de entre eles. Em toda parte reinava grande ordem e asseio. Os dormitórios e as oficinas eram amplos e bem ventilados. Nas oficinas, os presos trabalhavam em vários ofícios, tais como os de alfaiate, sapateiro, ferreiro, encadernador¹⁸³, etc. Quem não soubesse nenhum ofício ao entrar na penitenciária, devia escolher um. Cada oficina era dirigida por um mestre livre. Os presos podiam unicamente conversar com ele, limitando-se a observações e perguntas relativas ao trabalho. Mais tarde, visitei ainda, por duas vezes, a mesma penitenciária, e tive ocasião de assistir à refeição principal. A comida era farta e boa, e de tal modo abundante que alguns detentos não chegavam a consumir toda a ração. O aspecto físico dos presos, cuja maioria era composta de gente de cor, era excelente. No hospital, encontrei apenas quatro enfermos, sofrendo um deles de peritonite e outro de artrismo, e os dois restantes de ferimentos leves, recebidos nas oficinas; um destes era um hamburguês que tinha um prego cravado no pé¹⁸⁴.

Em 1860, foi terminada uma casa acessória de dois pavimentos, com a nova enfermaria e dormitório dos empregados. Na parte de cima, ficavam a enfermaria para os presos criminais, a botica, um depósito e o dormitório dos enfermeiros. No térreo, havia dormitórios para os guardas do 2º e 3º raios, enfermaria para os presos da ala correcional, dois

¹⁸² Os colonos haviam cometido “graves e repetidos excessos” na fazenda Laranjal, perto de Campinas, segundo constava nos processos; foram condenados a trabalhar na casa de correção pelo tempo necessário para pagar as dívidas deixadas na fazenda. O cônsul viu os autos e entendeu que a condenação estava de acordo com o código criminal, mas divergia das leis que regulavam o trabalho dos colonos, que estabeleciam que nenhum colono poderia ser condenado a mais de dois anos de prisão. Tschudi entregou o caso a um advogado em Campinas que apelou da sentença conseguindo, em poucas semanas, que os colonos fossem libertados. TSCHUDI, J. J. von. **Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953 [or.1866], p.121.

¹⁸³ Esta oficina tinha acabado de entrar em funcionamento, conforme ofício do administrador ao presidente da província em 24 de julho de 1860. *AESP*. Caixas da Penitenciária. C03273. 24 de julho de 1860.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 121-122. Em conversa com o cônsul, os colonos disseram que eram bem tratados pelo administrador, e que se dedicavam a trabalhos leves na horta e no jardim, e ainda podiam receber a visita de suas esposas, que viviam na cidade trabalhando como lavadeiras.

calabouços, um quarto para os guardas do calabouço e um quarto mortuário¹⁸⁵. Contudo, como o déficit do ano financeiro de 1858-1859 ficou em 51:201\$792, foram suspensas as obras para a construção de mais seis oficinas¹⁸⁶.

Durante a década de 1860, com a expansão do café, a demanda pela criação e manutenção das estradas era muito presente e os deputados não hesitavam em votar verbas para as vias de comunicação. Em 1863, o deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada Filho chegou a declarar que as estradas e pontes eram a primeira necessidade da província e que as cadeias deviam estar a cargo dos cofres gerais na verba de segurança pública¹⁸⁷. Entre 1857 e 1864, por exemplo, gastou-se 883:746\$291 apenas com a estrada da capital a Santos¹⁸⁸. Contudo, as despesas continuavam excedendo a receita; para agravar a situação, no ano financeiro de 1863-1864 uma praga acometeu os cafezais, ocasionando graves prejuízos aos fazendeiros e sensível diminuição da arrecadação dos direitos de saída¹⁸⁹. Em 1864, a dívida passiva da província tinha chegado a 829:506\$590, tendo sido pagos, apenas de juros, 50:407\$550. Sobre isso, o presidente da província Francisco Homem de Mello ponderava:

É certo que a preocupação pelo atual estado dos cofres não deve ir ao ponto de impor à província o sacrifício de suas largas aspirações de futuro. Mas também cumpre não dissimular os funestos resultados de uma situação financeira em que o administrador vê com mágoa as minguadas verbas da receita provincial, suor condensado do povo, saírem do tesouro não para satisfazer as mil necessidades do serviço público, mas para pagar os juros de uma dívida enorme, que lhe absorve os recursos, ficando sempre no mesmo estado¹⁹⁰.

¹⁸⁵ Relatório do administrador da Casa de Correção, 5 de janeiro de 1860, p. 12.

¹⁸⁶ Déficit apresentado apesar do auxílio do Cofre Geral de 100:000\$000. Relatório do presidente da província de São Paulo, 2 de fevereiro de 1860, p. 19 e 26.

¹⁸⁷ Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 17 de março de 1863, p. 333.

¹⁸⁸ Em 1868, o presidente Joaquim Saldanha Marinha explicava que, naquela década, haviam sido gastos 3,070:469\$831 com a construção de estradas. Havia cerca de 700 léguas de estradas e nelas eram despendidos anualmente cerca de 250:000\$000 apenas em reparos e manutenção. Relatório do presidente da província de São Paulo, 2 de fevereiro de 1865, p. 65; 2 de fevereiro de 1868, p. 7. Relatório do inspetor do tesouro provincial de São Paulo, 31 de dezembro de 1867, p. 3.

¹⁸⁹ Relatório do inspetor do Tesouro Provincial de São Paulo, 24 de janeiro de 1865, p. 43. Para o presidente da província dr. João da Silva Carrão, como a exportação se limitava quase que exclusivamente ao café, as circunstâncias do solo e clima influíam poderosamente na receita da província. Para se ter uma ideia da decréscimo ocorrido com a praga, a produção de café em 1862-1863 foi de 2.413.338 arrobas; em 1863-1864 foi de apenas 1.611.729. Relatório do inspetor do Tesouro Provincial de São Paulo, 3 de fevereiro de 1866, p.77.

¹⁹⁰ Relatório do presidente da província de São Paulo, 24 de outubro de 1864, p. 13.

O plano de amortização da dívida feito pela tesouraria provincial previa a quitação apenas em julho de 1878¹⁹¹. Por isso, nesse período, a província se valeu de alguns auxílios do cofre geral¹⁹². Ainda assim, em 1865, teve de pedir empréstimo de 30:000\$000 para a caixa filial do Banco do Brasil para pagar os funcionários no mês de junho e teve de criar um imposto sobre as heranças¹⁹³.

O corte nas despesas não permitia a continuação das obras da Casa de Correção, mas alguns investimentos de menor custo puderam ser realizados. Em 1862, deputados permitiram, no orçamento provincial, a compra de uma máquina de encadernar livros para servir na Casa de Correção e a criação de uma cadeira de primeiras letras para o ensino dos presos – já que, até então, os ensaios que haviam sido feitos eram com professores também sentenciados¹⁹⁴ – na qual seriam gastos 250\$000 anuais de vencimento do mestre. Como forma de economia, em 1864, o administrador resolveu continuar as obras das novas oficinas com o emprego de escravos pedreiros que estavam no calabouço, sem a necessidade de dispêndio extra¹⁹⁵.

Durante a década de 1860, os trabalhos nas oficinas foram se desenvolvendo e começaram a fazer uma significativa renda; em 1863, havia sete oficinas funcionando: ferreiro, serralheiro, funileiro, encadernação, sapateiro, alfaiate e produtos de palha (chapéus e esteiras)¹⁹⁶. As encomendas eram feitas principalmente por estabelecimentos públicos: esteiras eram fabricadas para o Corpo Fixo, sapatos para os educandos do Seminário de Santana e para os menores da Companhia de aprendizes marinheiros, conserto de armas para a Guarda Nacional, grades de ferro para o Palácio do Governo¹⁹⁷. Mas particulares também compravam produtos no estabelecimento; Maria Paes de Barros se recordava que sua mãe ia frequentemente ao estabelecimento comprar “objetos para uso dos pretos, tais como esteiras, roupas e chapéus de palha, fabricados pelos detentos, e, nas oficinas de latoeiros, utensílios de

¹⁹¹Com prestações de 4 em 4 meses a 3% de fevereiro de 1865 a junho de 1872, de 4% de julho de 1872 a junho de 1876 e de 5% de julho de 1876 a janeiro de 1878. *Ibidem*.

¹⁹²1857-1858 30:000\$000; 1858-1859 100:000\$000; 1859-1860 30:000\$000; 1862-1863 5:000\$000; 1863-1864 8:000\$000. *Ibidem*.

¹⁹³Relatório do presidente da província de São Paulo, 24 de julho de 1865, p. 15.

¹⁹⁴Relatório do administrador da Casa de Correção, 2 de fevereiro de 1860, p. 19. Desta vez, acabou por preencher as funções e acumular os cargos o almoxarife Joaquim Mariano Galvão Bueno que, anos mais tarde, se tornou administrador da Casa de Correção. *AESP*. Caixas da Penitenciária. C03276. 9 de julho de 1862.

¹⁹⁵Relatório do administrador da Casa de Correção, 29 de dezembro de 1864, p. 24.

¹⁹⁶Relatório do presidente da província de São Paulo, 2 de fevereiro de 1863, p. 5.

¹⁹⁷*AESP*. Caixas da Penitenciária. C03273. 17 de agosto de 1859; 31 de julho e 8 de novembro de 1860. C03275. 26 de abril de 1861. C03277. 24 de setembro de 1863. C03278. 16 de setembro de 1864.

uso doméstico”¹⁹⁸. A maioria das oficinas era regida por presos habilitados, como a de alfaiates e de marceneiros¹⁹⁹; a de ferreiros e serralheiros foi dirigida pelo alemão Henrique Sidow de 1861 a 1864, mas após a interrupção do contrato, também foi confiada a um preso; dessa forma, segundo lembrava o administrador, economizava-se com o vencimento dos mestres²⁰⁰.

Apesar do desenvolvimento das oficinas da Casa de Correção, a instituição ainda só podia abrigar 120 sentenciados à prisão com trabalho e, mesmo possuindo outros compartimentos para receber os escravos e os presos correccionais, havia chegado ao seu limite na contribuição para a diminuição da lotação da cadeia. Em 1860, por exemplo, existiam na penitenciária 118 presos da ala criminal, 3 correccionais, 6 escravos e 1 colono, totalizando 128 encarcerados, enquanto na cadeia havia 209 presos. Já nessa época, o presidente entendia ser conveniente a construção de uma nova cadeia, deixando o prédio reservado para a câmara e sessões de júri, pois não conseguia acomodar os sentenciados que eram remetidos dos diferentes pontos da província²⁰¹.

Em 1863, os engenheiros Carlos Romieu e José Porfírio de Lima apresentaram à comissão de obras públicas e fazenda da assembleia provincial uma exposição sobre o “péssimo estado da cadeia desta capital”. Antônio Francisco de Paula Souza (filho de Francisco de Paula Souza) disse então que pretendia apresentar um projeto para poder dotar a capital de uma boa cadeia de execução de sentenças e de uma casa de detenção para a ação imediata da polícia, podendo assim converter a cadeia atual em paço para a assembleia, cuja necessidade era premente. A proposta era de que o foco dos gastos fosse com a cadeia, já que a casa de detenção ocuparia uma das salas da casa de correção. Delfino Pinheiro de Ulhôa Cintra Júnior discordou do projeto porque entendia não ser conveniente o abandono das outras cadeias da província para fazer melhoramentos na capital; para ele, já haviam sido gastos muitos contos com a casa de correção. Ao que Paula Souza argumentou:

Mas se formos satisfazer o reclamo de todas as cadeias, o nobre deputado sabe que os recursos serão insuficientes. (...) Já vê que com maior razão a

¹⁹⁸BARROS, Maria Paes de. **No tempo de dantes**. 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 67.

¹⁹⁹Respectivamente, Antônio José Affonso, condenado a oito anos de prisão com trabalho por ofensas físicas, pelo júri de Franca, e Messias da Motta Ramos, condenado a 20 anos de prisão com trabalho por homicídio, pelo júri de São Roque. *AESP*. Caixas da Penitenciária. C03277. 9 de janeiro e 21 de abril de 1863. C03279. 30 de março de 1869.

²⁰⁰*AESP*. Caixas da Penitenciária. C03278. 5 de abril de 1864.

²⁰¹Relatório do administrador da Casa de Correção, 31 de dezembro de 1860, p. 13. Relatório do presidente da província de São Paulo, 2 de março de 1861, p. 34-35.

capital deve ter uma cadeia que satisfaça os reclamos de toda a província, e é justamente o que não acontece com a cadeia atual²⁰².

Contudo, Antônio Francisco não enviou o projeto e os planos de uma nova cadeia foram mais uma vez adiados; em 1865, o chefe de polícia voltava a reforçar ser de extrema necessidade a construção de um novo cárcere na capital²⁰³, mas a situação financeira parecia ainda não permitir tais gastos. O presidente da província dr. João da Silva Carrão notava que, “atendendo à assombrosa fertilidade do solo da província, e a moralidade e energia de sua população, (...) o progresso da riqueza pública, manifestado pelas rendas fiscais não corresponde às esperanças que tantas condições favoráveis devem naturalmente gerar”. A causa disso, segundo Carrão, era a existência de obstáculos naturais para a livre circulação dos produtos; por isso, a província, “onerada de necessidades” não podia arcar com as despesas decretadas²⁰⁴, ficando, dessa maneira, alguns melhoramentos materiais adiados.

Assim, como podemos ver na tabela seguinte, a partir da segunda metade da década de 1860, a aglomeração de presos na cadeia da capital foi cada vez mais expressiva: de 199 presos, em 1864, para 248, em 1869. A quantidade desses que eram sentenciados à pena de prisão com trabalho – e que, portanto, deveriam estar na Casa de Correção – também aumentou; em 1864, somavam 43 sentenciados; em 1869, já eram 58. Chama atenção também o fato de que, diferentemente do que ocorreu na Casa de Detenção de Recife ou na Casa de Prisão com Trabalho da Bahia, em São Paulo manteve-se o modelo norte-americano de isolamento noturno individual, a despeito do crescimento da demanda²⁰⁵. Na Casa de Detenção do Recife, na década de 1870, as celas projetadas para serem individuais abrigavam dois presos. A Casa de Prisão com Trabalho da Bahia, em Salvador, já na inauguração, em 31 de outubro de 1861, recebeu dois presos por célula, algo que nenhum dos dois sistemas penitenciários (Auburn e Filadélfia) previa²⁰⁶.

²⁰²Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 17 de março de 1863, p. 329-333.

²⁰³Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 9 de janeiro de 1865, p.80.

²⁰⁴Ainda segundo João Carrão: “Excetuados alguns anos em que predominou a ideia de não aplicar todas as rendas pelo natural receio de não resultar dessa aplicação todo o proveito e a conveniência de esperar oportunidade, as leis do orçamento contiveram sempre déficits consideráveis, facultando ao presidente o recurso melindroso do emprego de operações de crédito para preenchê-los, recurso que foi usado em alguns exercícios”. Relatório do presidente da província de São Paulo, 3 de fevereiro de 1866, p. 70-71.

²⁰⁵Embora esta medida pudesse ser devido ao acanhamento das células (**ver nota 75**), não houve nem menção de abrigar sentenciados em outras salas ou compartimentos que não os celulares, ou mesmo de adaptar o tamanho das células para abrigar mais presos, a fim de diminuir o excedente na cadeia.

²⁰⁶Relatório do chefe de polícia de Pernambuco, 16 de janeiro de 1876, p. 3. TRINDADE, Cláudia Moraes. **A casa de prisão com trabalho da Bahia (1833-1865)**. 2007. 172 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007, p. 80.

Por essa época, com três raios prontos, a instituição paulistana possuía somente 120 vagas. Mesmo com a construção do último raio, conseguiria absorver apenas mais 40 sentenciados, o que, como vimos, não atenderia à demanda represada nem em 1864 nem em 1869. Apesar disso, durante todo o século XIX, a Casa de Correção permaneceu devotada aos preceitos punitivos norte-americanos, mantendo seus sentenciados em células individuais (voltaremos a essa questão mais adiante).

Tabela 1 – População carcerária na Casa de Correção e na Cadeia Pública da Capital (1864-1869)

Anos	Casa de Correção ^a		Cadeia Pública da Capital	
1864	Homens	110	Pena de morte	6
			Galés perpétuas	95
			Galés temporárias	22
			<i>Prisão com trabalho</i>	43
			Prisão simples	1
	Mulheres	8	Absolvidos e apelados	8
			À espera de julgamento	15
			Respondem a processo na Capital	5
			Em custódia	4
	TOTAL	118	TOTAL	199
1867	Homens	112	Pena última	24
			Galés perpétuas	104
			Galés temporárias	20
			<i>Prisão perpétua com trabalho</i>	2
			<i>Prisão temporária com trabalho</i>	40
	Mulheres	13	Prisão simples perpétua	2
			Prisão simples temporária	2
			Dependentes de julgamento	19
			Respondendo a processo	5
	TOTAL	125	TOTAL	218
1868	Homens	119	Pena última	28
			Galés perpétuas	100
			Galés temporárias	18
			<i>Prisão perpétua com trabalho</i>	6
			<i>Prisão temporária com trabalho</i>	44
	Mulheres	14	Prisão simples perpétua	3
			Prisão simples temporária	6
			Dependentes de julgamento	30
	TOTAL	133	TOTAL	235
1869	Homens	120	Pena última	25
			Galés perpétuas	117
			Galés temporárias	21
			<i>Prisão perpétua com trabalho</i>	3
			<i>Prisão temporária com trabalho</i>	55
	Mulheres	13	Prisão simples perpétua	3
			Prisão simples temporária	4
			Pronunciados	17
			Escravos fugidos	1
			Ignora-se o motivo	2
	TOTAL	133	TOTAL	248

^aEstão computados apenas os homens sentenciados a pena de prisão com trabalho; já o número de mulheres engloba todas as encarceradas que, a partir de 1864, foram transferidas da cadeia para uma prisão comum na Casa de Correção. Não estão computados os escravos, que ficavam no calabouço dessa instituição.

FONTE: Relatório do presidente da província de São Paulo, 12 de maio de 1867, p. 11-12. Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 9 de janeiro de 1865, p. 111; 31 de dezembro de 1867, p. 10; 31 de dezembro de 1868, p. 10; 10 de janeiro de 1870, p. 67. Relatório do administrador da Casa de Correção, 29 de dezembro de 1864, p. 25; 10 de dezembro de 1867, mapa 1; 14 de dezembro de 1869, p. 3.

Outro dado importante apresentado na tabela era que mais da metade dos presos na cadeia pública estava condenado a pena de galés: em 1864 eram 117; em 1869, o número subiu para 138. Essa pena foi mantida no código criminal, como vimos, em grande parte porque era a única a que os escravos podiam ser submetidos (embora não lhes fosse exclusiva)²⁰⁷; desse modo, teria de ser mais infamante do que a condição de vida que eles tinham anteriormente. Por outro lado, a pena subsistiu, segundo os deputados que discursaram à época da formulação do código, porque ainda não havia no país casas de correção suficientes²⁰⁸ e, nesse sentido, o artigo 311 admitia que a pena de galés temporárias poderia ser substituída pela de prisão com trabalho assim que houvesse essas instituições “nos lugares em que os réus estivessem cumprindo sentença”.

Os sentenciados a essa pena deviam trabalhar em serviços públicos pesados e a pena era atribuída a crimes mais graves do que os sujeitos à de prisão com trabalho; entretanto, em São Paulo, os galés realizavam trabalhos leves como varrição e carpição de ruas, e transporte de água e comida para estabelecimentos públicos, podendo circular pelas ruas da cidade, inclusive comprando e vendendo objetos nos comércios da cidade. Por isso, começaram a aparecer críticas ao modo como era exercida a pena de galés, sobretudo para os escravos. Em 1860, o deputado Joaquim Mariano de Almeida Moraes argumentava que “o galé na execução da pena acha mais liberdade nos seus atos, amplitude no exercício de suas ações do que no cativeiro” e, por isso, pretendia mandar uma representação à assembleia geral no sentido de comutar essa pena, quando atribuída a escravos, para a de açoites. Joaquim Nébias lembrou que o governo imperial tinha tentado remediar esse “defeito” comutando as penas de galés em prisão com trabalho. Almeida Moraes aceitou então a substituição do pedido; disse que não tinha pensado nessa comutação “porque entendi que essa pena era menor que a de galés”; dessa forma, a representação foi formulada para entrar na ordem dos trabalhos²⁰⁹.

Já o chefe de polícia Daniel Accioli, em 1867, propôs a construção de prisões ao lado da penitenciária para onde fossem removidos todos os presos da cadeia da capital, especialmente os galés, retirando-os do centro da cidade e impedindo que sua circulação

²⁰⁷Excluindo a pena de morte. Para todas as demais penas, a condenação era comutada para açoites, conforme o artigo 60 do Código Criminal.

²⁰⁸COSTA, V. C. op. cit., p. 190-191.

²⁰⁹“Indicamos que se represente à assembleia geral sobre a necessidade da substituição da pena de galés para os escravos pela de prisão com trabalho ou outra mais útil aos interesses e moralidades do país”. Assinaram o pedido: Joaquim Mariano de Almeida Moraes, Américo Brasiliense, Joaquim de Almeida Leite de Moraes e Antônio Francisco de Paula Souza. Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 17 de março de 1860, p. 587-591.

provocasse a imoralidade da sociedade²¹⁰. Em todo caso, a expectativa era de que o investimento na Casa de Correção teria de ser ainda maior, pois um contingente bastante elevado de sentenciados passaria a ser remetido para esta instituição.

Em 1868, possivelmente por conta da inauguração da estrada de ferro Santos-Jundiaí no ano anterior, a província paulista voltou a apresentar equilíbrio nas contas públicas, tendo alcançado um saldo de 100:000\$000, revertido para abatimento da dívida²¹¹. Os rendimentos da província, a partir de então, embora sofressem algumas quedas esporádicas, cresceram vertiginosamente até o final do século.

Gráfico 2 – Receitas efetivas da província de São Paulo (1835-1890)

TE: Relatório do inspetor do tesouro provincial de São Paulo, 10 de dezembro de 1881, p. 37. Relatórios do presidente da província de São Paulo (1882-1890).

²¹⁰“Digno é de lástima o hediondo espetáculo que a população da Capital observa, todos os dias, nos passeios, não só que fazem, pelas ruas, os forçados postos em trabalhos, no comércio livre a que se dão, de compra e venda de objetos, como nos atos de escandalosa imoralidade que praticam de parceria com as praças incumbidas de vigiá-los e guardá-los. (...) A convivência do galé com o agente que o guarda, encerra um vício gravíssimo, que cumpre evitar de pronto, para prevenir consequências de funesto alcance. (...) Finalmente há, por assim dizer, incitação que tais sentenciados fazem a entes acanhados, por educação, mormente escravos, cujas iras despertam contra a sociedade em que vivem, será razão de sobra para que V. Ex., como serviço real a esta Província, procure, com empenho, retirá-los do centro de população laboriosa e moralizada, a qual escandalizam com a sua cínica depravação”. Relatório do chefe de polícia, 31 de dezembro de 1867, p. 15. Para saber mais sobre a relação entre galés e guardas, ver: GONÇALVES, F. M. de A. op. cit., cap. 3.

²¹¹Relatório do presidente da província de São Paulo, 2 de fevereiro de 1868, p. 92.

Àquela altura, o quarto raio achava-se pela metade; seriam necessários pelo menos 30:000\$000 para terminá-lo e para fazer mais casas de trabalho para as oficinas²¹². Assim, no orçamento de 1868, a assembleia paulista autorizou o governo a despender até 20:000\$000 com o estabelecimento de mais oficinas e a continuação das obras do raio (art. 75). Com esse valor, puderam ser feitas a casa da escola de primeiras letras, três casas para oficinas de encadernação, marcenaria e chapelaria (“que anteriormente trabalhavam cumulativamente em outras, insuficientes para o pessoal reunido”) e mais algumas acomodações para o serviço policial. Para o quarto raio, foi possível a colocação de doze janelas com grades e o levantamento quase integral das paredes²¹³.

Durante a sessão da assembleia provincial de 1869, os deputados receberam um ofício do diretor da penitenciária pedindo a quota de 10:000\$000 para a conclusão do edifício, o que foi prontamente atendido na lei orçamental²¹⁴. Assim, durante o ano de 1870, o último raio foi concluído e foram nele acomodados 40 condenados que estavam na cadeia²¹⁵. Ficava pronto “um dos estabelecimentos mais importantes do Império”, segundo o presidente dr. Antônio da Costa Pinto; a fachada principal do edifício media 153 m de frente e 136 m de largura. Ainda conforme o presidente, a principal causa dos crimes era a miséria e o sistema da penitenciária atacava justamente esse ponto, oferecendo ao condenado uma ocupação honesta, de onde poderia tirar meios para sua subsistência²¹⁶.

Pela tabela seguinte, podemos observar que, desde o início, a assembleia provincial consignou constantemente verbas para a construção da penitenciária até que o projeto adaptado pudesse ser concluído, fazendo com que a penitenciária passasse a ter 160 vagas para condenados à pena de prisão com trabalho.

²¹²Ibidem, p.54.

²¹³Relatório do presidente da província de São Paulo, 25 de abril de 1869, p. 17.

²¹⁴Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 5 de junho de 1869, p. 144.

²¹⁵Faltava ainda, conforme dizia o diretor, as prisões celulares para as mulheres, bem como salas de trabalho e enfermaria para elas, que podiam ser erigidas na ala setentrional da penitenciária: “Parece, porém, que o sistema da prisão celular é mais difícil de aplicar às mulheres, porque elas resignam-se menos ao isolamento, e conquanto o sistema de Auburn, que é adotado em nossa penitenciária, tenha já sido nos Estados Unidos também aplicado com vantagem às mulheres, todavia quase sempre nos planos das prisões celulares das nossas reformas penitenciárias tem-se omitido o tratar delas, o que se atribui geralmente antes ao figurarem em pequeno número nas estatísticas criminais do que à dificuldade do sistema. Em verdade é este um ponto que convém ser estudado. Por falta absoluta de acomodações para mulheres na Cadeia da Capital, tem o inspetor da mesma remetido para a prisão de mulheres da Casa da Correção as detidas preventivamente, e convém que estas não estejam em comum com as condenadas”. Relatório do administrador da Casa de Correção, 31 de dezembro de 1870, p. 3. Relatório do presidente da província de São Paulo, 5 de fevereiro de 1871, p. 13.

²¹⁶Relatório do presidente da província de São Paulo, 5 de fevereiro de 1871, p. 11-13. Relatório do inspetor do tesouro provincial de São Paulo, 10 de dezembro de 1880, p. 88.

Tabela 2 – Quantias orçadas para a construção da Casa de Correção de São Paulo (1837-1869)

Ano	Verba	Rubrica
1837	6:200\$000	O governo fica autorizado para dar princípio desde já a um edifício próprio para casa de prisão com trabalho no lugar que julgar mais conveniente, conforme o sistema que parecer mais adequado às circunstâncias do país
1838	8:000\$000	Com a casa de prisão com trabalho, além do que já foi consignado
1839	3:200\$000	
1840	4:000\$000	
1841	4:000\$000	
1844	12:000\$000	Para a conclusão de um só raio da casa de correção, servindo por enquanto de casa forte de retenção, desde já
1846	18:000\$000	Com a continuação da casa de correção, desde já, inclusive a quantia despendida no corrente ano financeiro
1847	6:000\$000	Continuação dos trabalhos da casa de correção
1848	10:000\$000	Continuação dos trabalhos da casa de correção, fazendo-se as obras necessárias para que o raio concluído seja desde já aproveitado. Com até 1:000\$000 dessa quota, o governo procurará obter esclarecimentos acerca da casa de correção de Catumbi [da Corte]
1850	4:000\$000	Com a casa de correção
1851	1:000\$000	
1853	955\$000	Com obras indispensáveis
1854	9:089\$000	Com obras indispensáveis, inclusive 8:000\$000 para construir outro raio da mesma casa
1855	10:000\$000	Para continuação das obras da casa de correção
1856	10:000\$000	Com a construção do raio setentrional da casa de correção
1857	10:000\$000	Para a conclusão das obras dos raios da casa de correção
1858	20:000\$000	Com as obras da casa de correção, desde já
1859	-	Lei n. 648 de 21 de março. Autoriza o governo a mandar continuar, desde já, as obras da casa de correção, despendendo para esse fim o que for necessário
1862	5:434\$000	Para conserto dos soalhos dos três raios do edifício e da casa do diretor
1868	20:000\$000	Fica o governo autorizado a despende até a quantia de 20:000\$000, além do orçado, com o estabelecimento de mais oficinas e continuação das obras da casa de correção desta capital
1869	10:000\$000	Governo autorizado a despende até a quantia de 10:000\$000 com o estabelecimento de mais oficinas e com a continuação das obras da casa de correção desta capital
TOTAL	175:478\$000^a	

^a Total consignado. O valor despendido efetivamente provavelmente é maior, sobretudo por conta da lei de 1859 que não estipulou valor.

FONTE: Coleção das leis promulgadas pela assembleia provincial de São Paulo (1837-1868).

É importante frisar, contudo, que, apesar de ser metade do número de vagas pretendidas no plano original, essa quantidade era praticamente equivalente à oferecida pela Casa de Correção da Corte. O raio dedicado à penitenciária da capital do Império tinha 200 células, mas só podia admitir 175 condenados, pois uma galeria estava ocupada pela enfermaria. No mesmo edifício, havia a prisão civil para condenados à prisão simples e galés;

os primeiros ocupavam as mansardas da penitenciária e os segundos, dois calabouços contíguos ao portão. O número de vagas para condenados à pena de prisão com trabalho não aumentou até o fim do século, pois o segundo raio, concluído em 1858, servia como Casa de Detenção²¹⁷.

Na década de 1870, a cidade de São Paulo passou por grandes transformações urbanísticas, sobretudo durante a presidência de João Theodoro Xavier de Mattos, professor da Faculdade de Direito, entre 1872 e 1875. Desejoso de ver o desenvolvimento econômico da província se refletir em sua capital, João Theodoro alargou e calçou a Rua Municipal, reformou o Palácio do Governo, retificou o rio Tamanduateí e, no meio, construiu a ilha dos Amores, local de encontros e recreios. Pôs em comunicação a região do Brás com o centro, bem como interligou as regiões da Consolação, Arouche e Largo dos Curros (atual Praça da República)²¹⁸. Além disso, promoveu o recenseamento da população da província e organizou uma exposição provincial²¹⁹, como preparação para a Exposição Internacional da Filadélfia. Também apoiou a instalação da Caixa Econômica e das estradas de ferro Paulista e Mogiana²²⁰. Nesse período, a assembleia provincial aprovou o primeiro código de posturas sistematizado da cidade e teve início o melhoramento da iluminação pública a gás²²¹.

²¹⁷Essa mudança no projeto da Casa de Correção da Corte foi tomada após um relatório entregue pelo cônsul do Brasil nos Estados Unidos e ex-diretor da instituição, Antonino José de Miranda Falcão, ao analisar as penitenciárias norte-americanas. Ele considerou um edifício para 800 presos “excessivo luxo”, e entendeu ser melhor suspender a obra e fazer uma casa nova pelo sistema pensilvânico, modelo que considerava preferível; o raio original ficaria como casa de detenção e prisão simples. Contudo, o processo acabou se desenvolvendo de modo inverso: o novo raio – construído em dois pavimentos com 60 divisões, 40 celas no térreo e 20 saletas no primeiro andar, com capacidade para seis presos cada – passou a servir como Casa de Detenção, e o original ficou como casa de correção e prisão civil (para galés e prisão simples). Além dessas instituições, figuraram no mesmo terreno da penitenciária, o calabouço para os escravos, o depósito de africanos livres e o Instituto dos menores artesãos – com uma seção de bombeiros –, o que transformou o terreno no Catumbi em um verdadeiro complexo punitivo. Relatório sobre as penitenciárias dos Estados Unidos, 15 de julho de 1854 (anexo ao relatório do ministro da Justiça de 15 de maio de 1855). Relatório do ministro da Justiça, 14 de maio de 1859, p. 16 e 273. Relatório do chefe de polícia da Corte, p. 6 e relatório do diretor da Casa de Correção da Corte, p.1-4 (anexos ao relatório do ministro da Justiça de 14 de maio de 1860). Relatório do diretor da Casa de Correção da Corte, 30 de março de 1863, p. 1-3. Relatório da comissão inspetora da Casa de Correção da Corte, 15 de fevereiro de 1874, p. 213.

²¹⁸Para a realização desses melhoramentos, a lei n. 15 de 17 de março de 1873 permitiu que a câmara municipal da Capital fizesse um empréstimo de 150:000\$000, com juros menores de 10% anuais.

²¹⁹Nesta exposição, inaugurada em 24 de junho de 1875, foram expostos os objetos que eram produzidos na Penitenciária: um par de arreios de carro; um serigote e seus pertences; um paliteiro de nó de pinho; um cabo de nó de pinho; algumas amostras de trabalhos de encadernação; 6 chapéus pintados de palha de coco; alguns machados, foices e facas; objetos de folha de flandres. *AESP*. Caixas da Penitenciária. C03279. 20 de novembro de 1875.

²²⁰MENEZES, R. de. João Teodoro, uma figura curiosíssima e excêntrica, foi o primeiro presidente que aformoseou São Paulo. In: op. cit., p. 234-239.

²²¹Em 17 de dezembro de 1872, foi determinada a substituição da iluminação a querosene da cadeia e Casa de Correção por combustores a gás. Foram marcados 19 para a cadeia e 27 para a Casa de Correção, embora para esta última o engenheiro comentasse serem necessários mais. Relatório do engenheiro fiscal da iluminação a

No bojo dessas transformações, a presença de uma cadeia no centro da cidade se fazia cada vez mais inconveniente; o fato de os presos poderem se comunicar com os transeuntes pelas grades parecia às autoridades uma convivência perniciosa. Ademais, a aglomeração de pessoas em um ambiente acanhado trazia risco de propagação de epidemias²²² e de perigo à segurança e tranquilidade públicas, por conta da possível ocorrência de revoltas e fugas²²³. Por isso, ainda no ano de 1870, foi aprovada na assembleia a lei n. 86 de 18 de abril que autorizava despender-se o que fosse necessário com a construção de uma nova cadeia nos terrenos contíguos à penitenciária, e também reparos do atual edifício para servir de paço da assembleia provincial, paço municipal e casa de audiências²²⁴.

Com base nessa lei, o presidente da província dr. Antônio Cândido da Rocha mandou organizar um projeto para um edifício para 350 presos; como o terreno ao lado da penitenciária não tinha essa capacidade, preferiu o da frente, pertencente ao Recolhimento da Luz. Tratou com as irmãs do convento a documentação para desapropriação e mandou extrair do rio Grande 306,5 braças cúbicas de granito, cujas primeiras levaras chegaram por trilhos de ferro para esse fim assentados; seu sucessor, contudo, paralisou os trabalhos porque entendeu que o projeto do dr. Rocha se afastava da letra da lei, pois não utilizava o terreno contíguo à Casa de Correção²²⁵.

O presidente dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior pedia uma reforma na lei n. 86 para que se desse à presidência o arbítrio sobre a escolha do local; ademais, segundo ele, as obras não tiveram seguimento também por conta das circunstâncias financeiras da província naquele ano; em 1870, houve uma grande geada nas plantações, o que diminuiu sensivelmente a produção de café: enquanto no ano financeiro de 1869-1870 foram colhidas 3.342.251 arrobas, em 1870-1871 a safra foi de apenas 2.276.608²²⁶.

gás, 4 de janeiro de 1873, p. 35-37 (anexo ao relatório do presidente da província de São Paulo de 5 de fevereiro de 1873).

²²²Em 1871, a varíola, que havia se manifestado de forma mais benigna na cidade, manifestou-se mais severamente na cadeia, por conta da aglomeração de pessoas e da falta de condições higiênicas. O obituário indicava 17 casos fatais em um total de 184 presos. Relatório do presidente da província de São Paulo, 2 de fevereiro de 1872, p. 20.

²²³Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 31 de dezembro de 1868, p. 10-11. Relatório do presidente da província de São Paulo, 2 de fevereiro de 1870, p. 40.

²²⁴Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 22 de março de 1870, p. 272.

²²⁵Relatório do presidente da província de São Paulo, 5 de novembro de 1870, p. 14-15; 5 de fevereiro de 1871, p. 17.

²²⁶Relatório do presidente da província de São Paulo, 5 de fevereiro de 1871, p. 17; 2 de fevereiro de 1872, p. 11-12 e 91. Sobre isso, o deputado Frederico José Cardoso de Araújo Abranches justificou a atitude do presidente, comentando que, naquele momento, iniciar uma obra daquela magnitude não seria conveniente: “como havia de construir uma obra que podia ser preterida, que podia ser adiada para melhores tempos, e na qual se ia gastar a importante quantia de 450:000\$000?” Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 15 de março de 1872, p. 423.

Em 9 de agosto de 1871, o administrador da Casa de Correção, Francisco Antonio de Oliveira faleceu, depois de mais de 18 anos à frente da instituição. O presidente Costa Pereira nomeou para o cargo o conselheiro Manoel Dias de Toledo, recomendado por haver dedicado mais de 40 anos ao estudo e ensino do direito penal²²⁷. Entre os alunos da Faculdade de Direito, Manoel Dias era tido como profundo conhecedor da matéria que lecionava, procurando apresentá-los tudo que havia de mais “progressivo” e “adiantado” sobre o assunto²²⁸.

Em seu primeiro relatório como diretor da penitenciária, Manoel Dias se mostrou favorável ao sistema da Filadélfia, de isolamento diuturno. Assim, em vez de uma cadeia comum, propunha a construção de uma penitenciária nesses moldes, que receberia todas as classes de presos. Nesta instituição, eles seriam separados em categorias: primeira, os presos correccionais, encarcerados para indagações policiais; segunda, os detidos em flagrante; terceira, os pronunciados; e a quarta, os condenados a prisão simples, galés ou prisão com trabalho. Conforme o próprio Manoel Dias de Toledo:

A assembleia provincial decretou a fundação de uma nova casa de prisão ou cadeia, atendendo seguramente à insuficiência e mau estado da que existe, sem entrar em detalhes a respeito do plano da obra e seu destino. Não é de crer-se que a ilustrada administração pública pretenda erigir uma prisão como a que se quer abandonar. Seria um horrível anacronismo seguir o plano primitivo (...) e encerrar ali o criminoso, importando-se pouco ou nada com ele enquanto dura a pena, e muito menos com a sociedade depois que ela expira. Seria retrogradar à época da barbaridade, dos suplícios atrozes, em que a vingança pública ou privada exercia atos de ferocidade. É indispensável, nas construções novas, seguir o progresso da ciência, aproveitando tudo quanto a teoria e experiência dos outros povos nos têm transmitido como mais conducente ao fim de aliar a pena com a correção moral do culpado. (...) [A prisão simples], sendo aplicada por muito tempo e em comum, é uma escola de corrupção e de vícios. A prisão celular não é incompatível com esta pena, com as modificações precisas. (...) Os que não forem condenados [à pena de prisão com trabalho] ocupar-se-ão nos trabalhos materiais ou intelectuais de sua escolha, fazendo-se desaparecer tudo quanto tiver aparência de pena. Os condenados, além da instrução elementar, moral e religiosa, devem aprender um ofício que os ponha ao abrigo da miséria para o futuro²²⁹.

Manoel Dias entendia que deveriam ser levados para a nova penitenciária os presos de melhor índole e os condenados a partir de então, permanecendo na antiga os sentenciados a

²²⁷Relatório do presidente da província de São Paulo, 2 de fevereiro de 1872, p. 13.

²²⁸REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, p. 280.

²²⁹Relatório do administrador da Casa de Correção, 15 de dezembro de 1871, p. 2-5.

pena de galés (comutada conforme o art. 311) e todos aqueles que por muito tempo habitaram as prisões em comum. Para isso, colocou à disposição do presidente da província seus livros com as plantas das penitenciárias da Europa e da América, e especialmente a de Cherry Hill, prisão modelo de Filadélfia²³⁰.

Em relação à Casa de Correção, o administrador pretendia aumentar a parte onde ficavam o calabouço e a prisão comum das mulheres para que pudessem ser construídas 20 ou 30 células para que elas dormissem separadas, ficando o xadrez atual para sala de trabalho. Segundo Dias de Toledo:

Além de varrerem o edifício e lavarem a roupa delas e dos condenados, nada mais fazem, senão corromperem-se mutuamente. Não recebem instrução nem moral nem religiosa (...) e, sobretudo, o que é repugnante à decência e bons costumes, é o perigo de imoralidades, sendo guardadas por homens que nem sempre oferecem garantias de honestidade²³¹.

Por isso, pedia que duas irmãs de caridade fossem contratadas para dirigir e tentar a regeneração das mulheres encarceradas. Outras propostas que denotavam o conhecimento do diretor sobre o que havia de mais moderno nos EUA e Europa eram a instituição de “casas de refúgio” para menores de 20 anos, que funcionariam como um meio-termo entre o colégio e a prisão, e a promoção de associações filantrópicas para “patrocínio dos liberados”, a fim de auxiliar a reintegração do condenado à vida social.

Apesar das recomendações de Manoel Dias, em 6 de março de 1872, o deputado Salvador José Corrêa Coelho apresentou um projeto mais prático e menos custoso à assembleia. Pretendia criar compartimentos para que pudessem ser realocados para dentro da penitenciária os condenados à prisão simples e os que estão em custódia, abrindo para isso um crédito de 80:000\$000. Corrêa Coelho considerava que havia muito espaço inutilizado na penitenciária:

Há dentro do recinto da penitenciária, sr. presidente, (...) muitos sítios para operar-se a inovação que apresenta o projeto. E, sr. presidente, me parece que devem ser excluídos os jardins e plantas (*riso*) porque ali é uma casa de

²³⁰ Mais do que uma modificação no sistema penitenciário, Manoel Dias acreditava ser necessária uma reforma no código criminal, pois pregava o fim da pena de galés – “ela pode ser aplicada a homens livres ou cativos, e tem todos os defeitos de uma pena desmoralizadora e capaz de corromper os mais honestos caracteres; e para o cativo é uma alforria antecipada e muito desejada pela diferença do trabalho público e privado” –, fim da pena de morte, das penas perpétuas e a diminuição das temporárias, reivindicações que também figuravam entre os juristas e outras autoridades, como os ministros de Justiça, e que culminaram na formulação do Código Penal de 1890. Ibidem, p. 5.

²³¹ Ibidem, p. 6.

arrependimento, uma casa de dor, e por conseguinte deve haver concentração de pensamento da parte daquele que sofre a pena, e não distrações, porque são condições, sobre inúteis, opostas ao fim da lei. Tenho concluído. (*Muito bem*)²³².

Este projeto só entrou em primeira discussão no ano seguinte; o deputado José Maria Correia de Sá e Benevides entendia que os melhoramentos que não eram urgentes deveriam ser adiados por conta da “situação financeira crítica”: “Hoje devemos tratar das despesas fixas, daqueles serviços sem os quais o mecanismo administrativo não pode viver; das estradas de primeira ordem, por causa do movimento da produção e do comércio, e deixarmos o mais para melhores épocas”²³³. Ademais, o deputado lembrava que já haviam sido feitas operações de crédito para a colonização, e não convinha comprometer ainda mais o tesouro provincial.

Em contrapartida, o autor do projeto argumentava que a província de São Paulo não estava “na esteira de muitas outras do Império”, que não tinham grandes meios; ao contrário, ela tinha recursos e 80 contos não a fariam “trepidar no progresso”. Explicou que uma das maiores vantagens do projeto era justamente acabar com a cadeia em São Gonçalo, que não tinha compartimentos, nem capacidade necessária; a outra seria a economia que se faria colocando a cadeia no mesmo terreno da penitenciária. Além disso, seria possível fazer a prisão das mulheres, que não estava boa, conforme ele próprio constataria em visita ao local. Mais do que isso, ele percebia que o projeto exprimia uma “necessidade social”: “Que maior honra para a província de São Paulo do que proporcionar aos desventurados, que tiveram a desdita de infringir os preceitos sociais e cair na miséria do crime, recolhê-los a esse estabelecimento, onde se concilie a necessidade de punição com os princípios de humanidade?”. Apesar dos argumentos, após o pedido de que o projeto fosse levado à avaliação da comissão da Fazenda, Corrêa Coelho preferiu que ele morresse “imediatamente aqui do que com morte lenta”, ficando assim o projeto rejeitado²³⁴.

O deputado Benevides apresentou a situação financeira como motivo para rejeitar o projeto. De fato, a província voltara a realizar uma série de empréstimos, pois por dois anos consecutivos as geadas assolaram o café. Com os estragos na lavoura, os direitos de saída, que haviam sido orçados em 1,720:000\$000 para 1871-1872, voltaram no seguinte a 760:000\$000 e, para 1873-1874, a 940:783\$000. Nesse período, faltaram recursos para o pagamento do

²³² Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 6 de março de 1872, p. 292.

²³³ Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 14 de fevereiro de 1872, p. 31-32.

²³⁴ Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 14 de fevereiro de 1873, p. 31-33.

Corpo Policial Permanente e outros empregados públicos; por isso, em junho de 1872, o presidente emprestou do barão de São João do Rio Claro 170:000\$000 e do comendador Antonio Ferreira da Silva 80:000\$000. Em dezembro daquele ano, foi necessária a realização de mais um empréstimo de 280:000\$000, sendo 197:000\$000 para pagamento dos juros das companhias das estradas de ferro. Na busca de maior arrecadação, o imposto de heranças e legados foi elevado a 15%²³⁵.

Contudo, o maior encargo da província eram os juros garantidos às companhias de estradas de ferro Paulista, Ituana, Mogiana e à São Paulo e Rio de Janeiro para a instalação das estradas de ferro; em 1875, metade da renda era consumida nisso²³⁶. Como já dissemos, a questão que mais interessava à província paulista era a construção de estradas para escoamento da produção; e o investimento nas estradas de ferro indicava uma perspectiva de aumento da receita. Em 1876, a dívida passiva da província havia chegado a 1,123:199\$000, mas o presidente Sebastião José Pereira dizia que só havia contraído empréstimos aquele ano para pagar as estradas de ferro; para ele, a causa principal dos embaraços financeiros da província era o “avultado dispêndio feito com as estradas, que facilitam à população e lavoura meios de locomoção e transporte por baixo preço”. Porém, ele considerava um gasto importante, pois já havia morado em “povoações centrais” e sabia “os graves prejuízos causados pela falta de sofríveis estradas, especialmente à agricultura, que é a fonte principal da riqueza e prosperidade da nossa província”²³⁷.

Assim, mais do que uma crise financeira estrutural (embora de fato houvesse momentos de alterações climáticas que diminuía sensivelmente a produção cafeeira), ao que parece a província teria preferido investir os recursos que possuía em estradas de ferro e outros melhoramentos materiais, deixando a questão carcerária, ao fim e ao cabo, em segundo plano. O projeto para construção da nova cadeia foi, aos poucos, obliterado não tanto pela falta de rendas, mas porque foi considerado excessivo.

Em 1874, em meio à “crise”, o presidente João Teodoro Xavier havia procurado dar prosseguimento ao projeto de Cândido da Rocha, desapropriando os terrenos e prédios em frente à penitenciária para a edificação da cadeia, e contratando com o gerente da companhia de *bonds* o assentamento de trilhos da estação da Luz até o local para o transporte das

²³⁵Relatório do presidente da província de São Paulo, 19 de junho de 1872, p. 18; 21 de dezembro de 1872, p. 22 e 36.

²³⁶Relatório do presidente da província de São Paulo, 27 de junho de 1875, p. 5.

²³⁷Relatório do presidente da província de São Paulo, 27 de junho de 1875, p. 5; 2 de fevereiro de 1876, p. 88-89.

pedras²³⁸. No entanto, quando assumiu a presidência, em 1875, Sebastião José Pereira parou os trabalhos, pois considerou a ideia de construir uma nova cadeia pouco conveniente, acreditando que as demandas seriam atendidas se se fizessem novos cômodos na Casa de Correção:

A nova Cadeia foi orçada em 860:000\$000. Essa despesa não pode ser feita porque a província, além de compromissos a solver, tem outras necessidades a atender. Com algum tempo de demora, poderemos utilizar-nos do resultado de estudos que o Governo mandou proceder sobre os melhoramentos do sistema penitenciário na Europa e América. A despesa com o aumento da Casa de Correção será módica, e poderá ser realizada gradualmente²³⁹.

Ademais, a população carcerária na cadeia havia diminuído consideravelmente quando Sebastião Pereira, na qualidade de chefe de polícia, conseguiu transferir 98 galés perpétuas para o presídio de Fernando de Noronha, em 20 de junho de 1871²⁴⁰. Assim, ele havia optado por uma solução menos custosa, a despeito do que preconizavam as teorias punitivas mais adiantadas.

Essa também foi a decisão dos deputados naquele ano; Salvador Corrêa Coelho havia apresentado novamente seu projeto de criação de novos raios na penitenciária para fazer compartimentos para prisão simples e custódia. O deputado Zeferino Jorge Damasceno, contudo, ofereceu uma emenda sugerindo a conversão da casa do diretor em prisão simples, edificando-se uma casa para este empregado dentro da área da penitenciária, podendo o governo vender o terreno adquirido para a cadeia nova²⁴¹. A adaptação foi aprovada e transformada na lei n. 2 de 2 de julho de 1875.

Dessa maneira, em vez de seguir o projeto de uma nova cadeia, que custaria centenas de contos de réis, os serviços de conversão da casa em cadeia e da construção de uma nova casa para o diretor foram contratados por 63:800\$000²⁴². Assim, em 9 de maio de 1877, os

²³⁸Em 1874, faleceu Manoel Dias de Toledo e assumiu a direção da Casa de Correção o então almoxarife, Joaquim Mariano Galvão Bueno, nomeado interinamente em 7 de março e definitivamente em 9 de maio. Relatório do presidente da província de São Paulo, 5 de fevereiro de 1874, p. 40; 14 de fevereiro de 1875, p. 41-45, anexo 16 e 19.

²³⁹Relatório do presidente da província de São Paulo, 27 de junho de 1875, p. 9.

²⁴⁰Ele e seu sucessor, Joaquim José do Amaral, tentaram remeter mais galés em 1872 e 1873, mas não conseguiram a remoção. Relatório do chefe de polícia, 15 de janeiro de 1872, p. 38; 15 de janeiro de 1873, p. 10; 15 de janeiro de 1874, p. 26.

²⁴¹Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 12, 16 e 21 de abril e 30 de junho de 1875, p. 307-308, 396, 433 e 12-13 (sessão extraordinária).

²⁴²Relatório do presidente da província de São Paulo, 2 de fevereiro de 1876, p. 59.

presos da antiga cadeia foram transferidos para dentro dos muros da penitenciária²⁴³. O sobrado continha nove salas, quatro no pavimento térreo e cinco no superior²⁴⁴. À época da remoção, os presos puderam ser bem distribuídos, pois a cadeia tinha apenas 83 encarcerados: 8 condenados à pena de morte, 43 a galés perpétuas, 4 a galés temporárias, 5 à prisão simples, 14 pendentes de julgamento e apenas 9 à prisão com trabalho²⁴⁵.

Outra medida importante dessa época e que diminuiu o contingente encarcerado na cadeia foi a criação da Companhia de Urbanos, em 1875; esses policiais civis trabalhavam mais no sentido de vigilância e prevenção de crimes, e tinham o poder de deter em suas estações os que ameaçavam a tranquilidade e ordem públicas. Em 1878, possuíam quatro estações: na Sé, Santa Ifigênia, Consolação e Brás. Nos dez primeiros meses daquele ano, 958 pessoas foram mantidas em custódia nesses lugares, entre embriagados, turbulentos e presos em flagrante que, por algum motivo, não puderam ser enviados diretamente às autoridades²⁴⁶; esse expediente tirava da cadeia o intenso fluxo de presos, permanecendo no local apenas os condenados e os efetivamente indiciados por algum crime.

Apesar da falta de novos investimentos durante a década de 1870, a Casa de Correção continuou a ser reconhecida por seus grandes resultados, principalmente porque não sentia os efeitos degradantes da aglomeração dos presos. A escola, em 1871, tinha 32 matriculados, que saíam sabendo ler, escrever e contar, ainda que “muito sofrivelmente”²⁴⁷. A celebração de contratos com negociantes, a partir de 1874, produziu um maior desenvolvimento para as oficinas, além de diminuição das despesas, pois estes ofereciam a matéria-prima, os instrumentos e os vencimentos dos mestres e sentenciados, além de comprometerem-se em vender os objetos produzidos mediante um valor mensal²⁴⁸. Com esses resultados, em 18 de

²⁴³Relatório da Penitenciária, 27 de dezembro de 1877, p. 4.

²⁴⁴Relatório da Comissão Inspetora da Penitenciária, 12 de novembro de 1885, p. 13.

²⁴⁵Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 10 de novembro de 1878, p. 10.

²⁴⁶Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 10 de novembro de 1878, p. 12. ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim**: uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: EDUSP, 2010, cap. 1.

²⁴⁷Relatório da Penitenciária, 15 de dezembro de 1871, p. 8.

²⁴⁸Em 1874, foram celebrados contratos para seis oficinas: a de marceneiro, com Antonio José Leite Braga, por 300\$000 mensais; a de ferreiro, com Sampaio Moreira & Companhia, por 250\$000; a de sapateiro, com Henrique Engetardt, por 100\$000; a de alfaiate, com Jacintho de Souza Neves, por 100\$000; a de funileiro, com José Antonio do Amaral, por 200\$000; e a de chapeleiro, com Costa & Irmão, cujo valor era conforme o número de chapéus produzidos. A arrematação da de sapateiro foi por dois anos e as outras por um ano. Relatório do presidente da província, 14 de fevereiro de 1875, p. 45. Em 1876, a oficina de encadernação foi extinta porque, segundo o diretor, não era uma profissão que fornecesse grandes oportunidades para o condenado após o término da pena. Também não era de fácil execução, pois quase nenhum sentenciado conseguia manejar bem a máquina. AESP. Penitenciária. C03279. 7 de junho de 1874 e 27 de dezembro de 1876.

agosto de 1876, a Casa de Correção foi um dos estabelecimentos, ao lado do Instituto de Educandos Artífices e da Faculdade de Direito, a serem apresentados ao Imperador em sua segunda visita oficial à província²⁴⁹.

Mesmo não tendo sido seguida a proposta de Manoel Dias para a construção de uma penitenciária que oferecesse trabalho espontâneo aos encarcerados (para que não vivessem no “vicioso” estado de ociosidade), algumas autoridades procuraram fazer com que esse expediente fosse praticado na cadeia adaptada na Casa de Correção. O chefe de polícia Joaquim de Toledo Pisa, em 1878, propôs a criação de oficinas em duas salas disponíveis da cadeia; uma onde os presos poderiam trabalhar com trança de palha, e outra que seria uma oficina de canteiros dentro dos muros da penitenciária, na qual poderiam ser empregados os galés. Contudo, nenhuma providência havia sido tomada; um ano depois, o chefe de polícia denunciava que “a pena de galés está, de fato, comutada na de prisão simples”. Reclamava novamente a remoção deles para Fernando de Noronha, mas um aviso do Ministério da Justiça de 25 de outubro de 1878 dizia que não podia haver remessa dada a aglomeração de presos naquele estabelecimento²⁵⁰. Mais tarde, foi-lhes permitido fabricar objetos como faziam na outra cadeia, mas sem nenhuma organização²⁵¹.

As próprias oficinas da Casa de Correção, a partir da década de 1880, não apresentavam mais o desenvolvimento da década anterior. Com o progresso do maquinário industrial, os produtos manufaturados na instituição não podiam mais competir com a produção feita fora²⁵². Assim, o trabalho só foi realizado até dia 21 de maio de 1880 e, segundo o presidente conde de Três Rios, “de um modo condenado”. As poucas oficinas que estavam contratadas por particulares o faziam por uma quantia que não correspondia aos

²⁴⁹ MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo**. Tomo II. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1950 [1879], p. 311.

²⁵⁰ Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 10 de novembro de 1878, p. 32 e 39. **Falaremos mais sobre Fernando de Noronha no subcapítulo 2.3.**

²⁵¹ Em 1885, o chefe de polícia reclamava da lotação da cadeia e da impossibilidade de serem mantidos em locais adequados as bagagens e os objetos de trabalho dos presos: “Pelo que acham-se na mesma prisão: réus condenados e réus indiciados e, ainda, baús, caixas, roupas, esteiras, molhos de palha, pedaços de couros, cubos de despejos, etc., parecendo ao espectador que cada prisão é um armazém, onde dificilmente pode o carcereiro fazer as visitas diárias. Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 20 de janeiro de 1886, p. 19.

²⁵² Conforme Rusche e Kirchheimer, esse movimento começou a ocorrer a partir dos anos de 1840 na Inglaterra. Com o aumento populacional, o trabalho passou de uma obrigação a um direito; foi assim que, nesse período, a classe trabalhadora pôs fim ao trabalho carcerário. A fábrica substituiu a casa de correção, pois eram requeridos altos investimentos em administração e disciplina. “Em outras palavras, a casa de correção caiu em decadência porque outras fontes melhores de lucro foram encontradas, e porque, com o desaparecimento da casa de correção como meio de exploração lucrativo, a possível influência reformadora do trabalho seguro também desapareceu”. RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. 2ª edição. Trad. Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004, p. 135-136.

vencimentos dos presos operários²⁵³. Em 1882, o presidente Manoel Marcondes de Moura e Costa procurou ativar o trabalho das oficinas custeadas pela administração; para não ser tão dispendioso, o presidente sugeria que se suprimissem os lugares de mestres das oficinas de alfaiates e sapateiros, “visto que para o preparo do grosseiro vestuário dos presos há entre eles mesmos alguns habilitados”²⁵⁴. Isso fazia com que os produtos fossem ainda menos atrativos para os comerciantes; por isso, em 1885, os deputados autorizaram, no orçamento, a mandar abrir concorrência para arrematação dos serviços das oficinas, mas, ao que tudo indica, não apareceu nenhum interessado.

Além dessas dificuldades, o asseio, outrora elogiado pelas autoridades, já não era possível de manter devido ao estado ruinoso dos compartimentos; em 1881, o presidente Laurindo Abelardo de Brito constatava que “as células oferecem um aspecto medonho: as paredes denegridas pelo tempo e o soalho reduzido a fragmentos”. Tal era a falta de manutenção que o flanco esquerdo do muro da penitenciária desmoronou no final do ano de 1879 e, em 10 de fevereiro de 1880, caíram mais 50 metros do mesmo lado; no exame feito pelo diretor de Obras Públicas, seria necessária a reconstrução da parte restante da taipa que também ameaçava ruína²⁵⁵; por isso, na lei n. 33 de 22 de março de 1880, a assembleia aprovou a reconstrução do muro por até 14:000\$000.

Nesse sentido, o presidente conde de Três Rios explicou em seu relatório que conseguia observar claramente na história da Casa de Correção dois momentos opostos: um de investimento na instituição e outro de descaso.

Este importante estabelecimento apresenta na sua história dois períodos bem distintos. Como um sucesso notável, que atestará sempre o progresso das ideias na obra meritória da regeneração do delinquente, em 1852, foi inaugurado o regime da casa de correção desta província, tendo por base a reclusão celular e o trabalho em comum. A província de São Paulo, com este passo, adiantou-se a todas as outras, e daí lhe vem a reputação de possuir, depois da Corte, o primeiro estabelecimento penal. Levantou-se o edifício em parte (...). Depois deste fervor da iniciativa, houve uma certa paralisação, *como se em assunto desta ordem se pudesse considerar completa a ação dos poderes públicos*. Basta considerar que a edificação, não correspondendo a todo o plano do estabelecimento, o aumento de condenados trazia a necessidade de aumento de células, de oficinas e outras dependências; basta considerar que o regime das prisões recebendo ano por ano novos e importantes subsídios da ciência, não se poderia conservar estacionário dentro dos moldes de sua primitiva organização. Este segundo período que

²⁵³Relatório do presidente da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1882, p. 21.

²⁵⁴Relatório do presidente da província de São Paulo, 10 de abril de 1882, p. 9; 10 de janeiro de 1883, p. 14; 2 de setembro de 1885, p. 16.

²⁵⁵Relatório do presidente da província de São Paulo, 13 de janeiro de 1881, p. 49-50.

pode ser prenúncio de decadência, exige estudo de vossa parte e tão enérgicas quão urgentes providências²⁵⁶.

Nenhum investimento significativo foi feito nem na cadeia nem na casa de correção, apenas consertos parciais que, por isso mesmo, precisavam de frequentes manutenções²⁵⁷. Em 1884, a província ainda estava profundamente comprometida com os gastos com as estradas de ferro. Apesar dos aumentos de rendas provinciais, São Paulo possuía, nesse momento, uma dívida passiva de 6,619:473\$795, das quais 4,303:696\$311 eram garantia de juros adiantados às estradas de ferro²⁵⁸. Daí resultava a incongruência apresentada pelo presidente da província João Alfredo Corrêa de Oliveira, em 1886:

Ao passo que outrora, quando a província contava recursos inferiores aos atuais e não tinha atingido o grau de progresso que hoje manifesta, podiam seus administradores realizar melhoramentos notáveis, hoje o governo fica reduzido a autorizar geralmente, em relação a cada um dos múltiplos casos que ocorrem, o que é imprescindível para evitar a ruína ou para manter o estado provisório. (...) É indispensável que habiliteis a administração a aplicar, conforme a conveniência que verifique pelos meios a seu alcance, os dinheiros que se destinarem a obras públicas, provendo o bem estar da comunhão, de modo que se obtenham resultados completos e satisfatórios, em vez de ser obrigada ora a recusar meios para despesas cuja necessidade verifica, ora cercear os melhoramentos que autoriza (...) e que, ainda quando atendidos em ulteriores concessões, não se concluem com os requisitos de perfeição que se obteriam pela observância ininterrompida de um plano prévio, e sempre vem a custar quantias superiores às que o seu valor representa²⁵⁹.

²⁵⁶Relatório do presidente da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1882, p. 20 (grifo nosso).

²⁵⁷Para o conde de Três Rios, “esse sistema de obras incompletas dá o seguinte resultado: quando se executam as últimas partes, as primeiras já estão necessitando de reconstrução”. Ibidem, p. 38.

²⁵⁸Relatório do presidente da província de São Paulo, 16 de janeiro de 1884, p. 89. Sobre isso, o inspetor do tesouro provincial José Joaquim Cardoso de Mello expôs o pensamento predominante na província de que, para aumentar a receita, era preciso investimento nas estradas e limitação das despesas com outras necessidades: “Se os seus recursos orçamentários ameaçam ficar em desarmonia com as necessidades do tesouro, não significa isso de modo algum dificuldade ou impossibilidade de aumentar os mesmos recursos, mas simplesmente a apreciação o levou a querer limitá-los ao indispensável para se não desperdiçarem inutilmente as forças produtivas da província e que especialmente o induziu a aliviar os impostos que sobrecarregavam a sua primeira indústria. (...) As estradas de ferro não cansam de penetrar pelos sertões, onde buscam e procuram criar novos centros de produção; o comércio conserva-se mais ou menos animado; a indústria redobra de esforços por estabelecer-se em escala maior; e a lavoura, a do café principalmente que constitui ainda a primeira riqueza da província, sustenta-se forte, vencendo terrores que aliás não são de desprezar, mantendo com firmeza a preeminência que ganhou e confiando no futuro, de que jamais desesperou. A prova de que a esperança não abandonou ainda os ânimos é que a exportação em geral não cessou de crescer e que o café continua a concorrer para ela mais que todos os produtos”. Relatório do inspetor do tesouro provincial, 20 de dezembro de 1883, p. 42.

²⁵⁹Relatório do presidente da província de São Paulo, 15 de fevereiro de 1886, p. 95-96.

O aumento de vagas para os sentenciados à prisão com trabalho foi repetidamente solicitado pelas autoridades, mas nunca feito. Assim, em pouco tempo, a cadeia passou a abrigar grande número de presos dessa categoria; em 1883, havia 144 pessoas na cadeia e apenas 12 deles deveriam estar na Casa de Correção; já em 1889, havia 214 presos, sendo 99 sentenciados ao trabalho²⁶⁰. Nesse período, a cidade sofreu mais um impacto populacional, com a chegada de imigrantes europeus; no censo de 1886, a população da capital chegou a 47.697 habitantes, dos quais os italianos, portugueses, alemães, austríacos, espanhóis, franceses e ingleses totalizavam 11.731²⁶¹.

Com o aumento da população da cidade, maior foi se tornando também o número de encarcerados na cadeia pública. A taxa de criminalidade na província havia crescido no início da década de 1880: foram 97 crimes em 1880, 205 em 1881 e 245 em 1882; em 1884, chegaram a 264²⁶². A insuficiência da capacidade da cadeia se revelou na famosa fuga ocorrida na noite de 1º para 2 de outubro de 1884; os presos arrombaram o postigo do xadrez n. 5 e fugiram, de uma só vez, 26; destes, 12 foram capturados e dois morreram no momento da apreensão²⁶³.

Além disso, os presos de toda a província continuavam a ser mandados para a capital, mesmo que para esperar julgamento e alguns até sem culpa formada. Em 1886, o chefe de polícia Manoel Juvenal Rodrigues da Silva percebeu que isso ocorria inclusive em lugares em que havia boas cadeias, tornando a cadeia paulistana “um depósito geral de todos os presos da província”. Em cada cela já havia mais de vinte presos, em prejuízo da vigilância, da segurança e da saúde dos encarcerados que viviam em salas pouco espaçosas e sem ar, servindo-se para a satisfação das suas necessidades corporais de baldes ou cubos de madeiras postos nas próprias prisões, onde permaneciam por mais de 24 horas (até que fosse feita a

²⁶⁰ Relatório do presidente da província de São Paulo, 16 de janeiro de 1884, p. 31-32. Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1889, p. 12. Esse tipo de defasagem também ocorreu na Casa de Correção na Corte, que tinha apenas 175 vagas para a pena de prisão com trabalho. Embora não tenhamos os dados de quantos presos da Casa de Detenção deveriam estar na penitenciária, sabemos que o excedente era mantido nesta instituição. Para termos ideia, em 1883, havia 147 sentenciados criminais na Casa de Correção da Corte, e mais 19 correccionais; na prisão civil, 13 condenados à prisão simples e 37 galés; e na Casa de Detenção havia 635 pessoas. Relatório do ministro da Justiça, 13 de maio de 1884, p. 154-155.

²⁶¹ Recenseamento geral de 1886. In: FERNANDES, F. BASTIDE, R. op. cit., p.52.

²⁶² Relatório do presidente da província de São Paulo, 10 de janeiro de 1883, p. 6; 10 de janeiro de 1885, p. 14.

²⁶³ As autoridades desconfiavam de convivência com o carcereiro, pois “no xadrez n. 5, foram-se reunindo, segundo declarações de presos, por iniciativa do sentenciado Antonio Pedro, criminosos dos mais destemidos e notáveis dos existentes na Cadeia, já a título de visitas, já por mudança para o mesmo xadrez”. O arrombamento pôde ser feito porque, na véspera, o cidadão Reginaldo de tal foi à cadeia e forneceu o formão e alguns canivetes de ponta aos fugitivos. Relatório do presidente da província de São Paulo, 10 de janeiro de 1885, p. 26-31. A fuga também está relatada em: MENEZES, R. de. Em outubro de 1884, rocambolesco episódio abalou a cidade. In: op. cit., p. 240-246.

faxina pelos galés), o que gerava uma “atmosfera mefítica”. Ademais, dizia que a lotação não permitia a classificação dos presos²⁶⁴.

A rede ferroviária criada até aquele momento facilitava as locomoções pelo território e, ao que parece, as câmaras achavam mais cômodo enviar os presos à capital do que sustentá-los em suas localidades, a despeito da qualidade de suas cadeias. As remessas, segundo denunciava o chefe de polícia, acarretavam despesas com passagens de trem para a ida e vinda dos presos, gastos com escolta e alimentação, tudo pago pelos cofres provinciais e não pela câmara municipal de origem. Por isso, em 11 de dezembro de 1885, Rodrigues da Silva expediu uma circular a todos os juízes municipais e delegados de polícia pedindo que não enviassem mais presos a esta cadeia, senão em casos especialíssimos²⁶⁵.

No final do ano de 1885, uma comissão, composta por André Augusto de Pádua Fleury, Joaquim Pedro Villaça e Francisco Rangel Pestana, foi convocada para observar as condições da Casa de Correção e apresentar possíveis melhoramentos. A comissão indicou uma série de defeitos estruturais do edifício que contribuíram para a degradação do ambiente: os corredores centrais, por exemplo, ficavam 1,28 m acima do nível das celas; e os corredores laterais, de 3,5m de largura, não permitiam a entrada do sol nas celas. Essas características as tornavam úmidas, frias e insalubres. Com isso, verificava-se que a proporção da mortalidade era bem maior que nas demais prisões de mesmo modelo; na penitenciária paulista, a taxa chegava a 21%, enquanto que nas europeias era por volta de 3%; mesmo a mortalidade das mulheres em São Paulo, que viviam em uma prisão comum e mais arejada, era de 5,3%, o que indicava que o problema estava relacionado à estrutura das células²⁶⁶.

Por isso, a comissão entendia que o ideal era construir uma nova penitenciária, aproveitando os sentenciados no trabalho de nivelamento do terreno e construção. O novo edifício deveria ser planejado para 400 células que seriam habitadas diuturnamente, podendo ser utilizadas tanto por indiciados como pelos que tinham penas de curta duração ou para o primeiro estágio dos que cumpririam penas mais longas²⁶⁷. Mais do que no sistema da Filadélfia, a comissão se inspirava no sistema irlandês ou inglês, mais moderno, no qual o condenado passaria por vários estágios durante o encarceramento, à medida que apresentasse

²⁶⁴Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 20 de janeiro de 1886, p. 19.

²⁶⁵Ibidem, p. 20. Essa medida, contudo, parece não ter sido seguida, pois, em 1887, o chefe de polícia Salvador Muniz reiterou o pedido. Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 31 de dezembro de 1887, p. 32-33.

²⁶⁶Relatório da comissão inspetora da penitenciária, 12 de novembro de 1885, p. 1-25. Para saber mais sobre a degradação da saúde mental e física dos presos da Casa de Correção, ver: GONÇALVES, F. M. de A. Suicídio, alienação mental e outras doenças. In: _____. op. cit., p. 216-229.

²⁶⁷Ibidem.

sinais de regeneração. A pena começava com isolamento total, passava por trabalho em comum nas oficinas, seguido de uma prisão intermediária numa penitenciária agrícola e, por fim, era concedida ao preso uma liberdade condicional²⁶⁸.

Com base nas informações oferecidas pelo chefe de polícia e pela comissão inspetora, os deputados provinciais permitiram na lei orçamental que o governo abrisse crédito de até 25:000\$000 para melhoramentos na cadeia da capital, sendo 20:000\$000 para a construção de mais um raio e 5:000\$000 para a organização do serviço da guarda, vigilância e higiene dos presos. Do mesmo modo, autorizaram a despesa de até 30:000\$000 para a edificação de uma nova penitenciária, em conformidade com o plano sugerido pela comissão²⁶⁹. Porém, o presidente em 1887, barão do Parnaíba, abriu mão das consignações de reforma do prédio da penitenciária por considerá-lo “completamente imprestável” e que os reparos seriam “pura perda”; da mesma forma, com relação à cadeia, quando visitou-a, convenceu-se de que o “dispêndio seria totalmente improfícuo”²⁷⁰. Com relação ao novo edifício, argumentou que ainda não havia conseguido autorização para a construção no terreno fronteiro ao atual segundo o plano apresentado, o qual exaltava por estar “de inteiro acordo com os progressos da ciência no tocante à questão penitenciária. (...) Além de preencher grande lacuna, viria demonstrar que a nossa província caminha na vanguarda, sempre que se trata de realizar progressos e melhoramentos em todos os ramos de serviço público”²⁷¹.

Com isso, a cada ano que passava, a cadeia e a Casa de Correção paulistanas iam se arruinando, e a vida dos encarcerados se degradava paulatinamente. Esse era o cenário descrito pelo chefe de polícia Salvador Antônio Muniz Barreto de Aragão, em 1888:

Na [cadeia da] Capital, os presos vivem em aglomeração perigosa, faltando-lhes tudo, inclusive ar e luz. Não falarei da Penitenciária sem sistema, uma verdadeira masmorra, mais própria para perseguir os que nela têm a desgraça de serem encerrados, do que para corrigi-los, como deve querer a sociedade. Os cubículos de isolamento são verdadeiras sepulturas em vida, e só a simples presença deles é para arrepiar as carnes do ser o mais cruel e afeito ao cinismo do crime. Enquanto não fosse possível edificar-se uma nova penitenciária, como já merece ter a adiantada província de S. Paulo, lembraria a V. Exc. determinar antes que os presos vivessem em comum, em prisões vastas e arejadas, como nas demais cadeias do interior, ou que de

²⁶⁸SÁ, Geraldo Ribeiro de. **A prisão dos excluídos**: Origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade. Juiz de Fora/ Rio de Janeiro: EDUFJF/ Diadorim, 1996, p. 97-98.

²⁶⁹Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 9 de abril de 1886, p. 352-4. Art. 26 e 28 da Lei n. 124 de 28 de maio de 1886.

²⁷⁰Relatório do presidente da província de São Paulo, 17 de janeiro de 1887, p. 127. Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 30 de novembro de 1886, p. 9.

²⁷¹Relatório do presidente da província, 19 de novembro de 1887, p. 110.

cada três cubículos se fizesse um, onde vivessem dois ou três presos conjuntamente. Esta providência é mais humana do que condenar-se à morte lenta um indivíduo em um espaço onde os movimentos são difíceis, respirando-se uma atmosfera úmida e perniciosa²⁷².

A província paulista parece não ter se interessado em aumentar as vagas da Casa de Correção durante as décadas de 1870 e 1880 porque, apesar de não garantir lugar para todos os condenados à prisão com trabalho, o estabelecimento cumpria sua função moral de trazer “honra” a província, pois indicava sua preocupação em estar vinculada às mais modernas práticas punitivas; a instituição paulista tinha praticamente a mesma capacidade do estabelecimento da Corte e seguia o regime preconizado à época de isolamento noturno e trabalho em comum.

Ao final da década de 1880, no entanto, novos conceitos punitivos se impunham e urgia a construção de uma outra penitenciária nos moldes vigentes. Em 1887, o governo foi autorizado pela assembleia, na lei orçamental, a mandar proceder no estudo e organização de plano e orçamento para a construção da nova penitenciária, devendo pedir posteriormente aos deputados os meios necessários para a realização da obra. Em 1889, uma emenda dos deputados Joaquim Lopes Chaves e Delfino Cintra autorizou a despender até 60:000\$000 com o começo da construção de uma nova cadeia, aprovada como artigo 7 da lei do orçamento²⁷³.

Em 6 de abril daquele ano, foi encarregado o engenheiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo para administrar as obras da nova cadeia; em 18 de setembro de 1900 foi entregue a primeira planta da chácara da nova penitenciária, no Carandiru, feita por ele já no período republicano, projetada para receber 1.200 condenados²⁷⁴. Entretanto, a construção da nova penitenciária só foi autorizada pela lei n. 267-A de 24 de novembro de 1905, tendo o lançamento da pedra fundamental ocorrido em 13 de maio de 1911. A inauguração formal do edifício ocorreu somente em 21 de abril de 1920, que recebeu, no mês de julho, 231 condenados²⁷⁵.

²⁷²Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 1888, p. 13 (anexo ao relatório do presidente da província de São Paulo de 27 de abril de 1888).

²⁷³Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 25 de fevereiro de 1889, p. 288.

²⁷⁴Relatório do presidente da província de São Paulo, 11 de abril de 1889, p. 28. *AESP*. Caixas da Penitenciária. C03281. 18 de setembro de 1900. SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo (1822-1940)**. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 1999, p. 185.

²⁷⁵LEMOS BRITTO. **Os sistemas penitenciários do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924-1926, vol. 3, p. 40.

O criminalista Antônio Evaristo de Moraes, em 1923, comentava que a Penitenciária do Estado de São Paulo era a única do país onde, a rigor, se podia praticar a prisão celular²⁷⁶. São Paulo mantinha, assim, seu protagonismo na construção de estabelecimentos carcerários condizentes com as reflexões mais “modernas”, sem precisar dividir, desta vez, a liderança com o Rio de Janeiro.

1.2 AS CADEIAS DO INTERIOR PAULISTA

Desde 2 de fevereiro de 1835, quando foram abertos pela primeira vez os trabalhos da assembleia provincial de São Paulo, a construção de cadeias no interior da província, para os 36 deputados, aparecia como uma questão secundária em vista da grande preocupação em buscar meios para aumentar a arrecadação e facilitar o escoamento dos produtos agrícolas, principal fonte de renda da província. A abertura e a manutenção de estradas era tema recorrente e absorvia grande quantidade de recursos; no discurso de encerramento da primeira sessão, em 2 de abril de 1835, o presidente da assembleia, deputado Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, dizia que “as estradas mereceram, como cumpria, especial contemplação”. Naquele ano, foi criado um gabinete topográfico, que estudaria planos para uma melhor execução das estradas, e mandaram-se engajar alguns trabalhadores estrangeiros para suprir a falta de braços nos serviços das estradas²⁷⁷.

Com relação às cadeias do interior paulista, o presidente da província Rafael Tobias de Aguiar relatava que elas em geral não garantiam o que previa a Constituição e eram muito

²⁷⁶SALLA, F. op. cit., p. 149. Paralelamente ao que verificamos em relação à construção da Casa de Correção de São Paulo em meados do século XIX, durante a construção da Penitenciária do Carandiru, os jornais também exaltavam a iniciativa do governo paulista em erigir uma instituição que representava o desenvolvimento e o espírito empreendedor do estado. Já os governadores traziam autoridades de outros estados e até de outros países para visitarem as obras. Ibidem, cap. IV e V.

²⁷⁷Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 2 de abril de 1835, p. 194-195. Tal era a necessidade por estradas e a carência de mão de obra que a assembleia expediu a lei n. 88 de 18 de março de 1838, determinando que, na falta de voluntários nos serviços das estradas, jornaleiros livres e escravos de serviço seriam obrigados a trabalhar por até seis dias, à custa dos cofres provinciais. Ao que tudo indica, inclusive, em Santos, além dos escravos da fazenda e trabalhadores do Arsenal, alguns presos foram empregados nas estradas, pois, em 4 de março de 1838, a câmara daquela cidade oficiou à assembleia pedindo indenização pelos gastos que teve com seus curativos. Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 4 e 8 de março de 1837, p. 101 e 105. A lei parece não ter tido efeito, pois foi reformulada em 29 de janeiro de 1846, e depois abolida em 1850, pois, segundo o presidente da assembleia, o “povo [a] apelidava de lei das corveias, porque a maioria dos paulistas era obrigada a trabalhos forçados e posta à mercê da autoridade pública”. Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 28 de junho de 1850, p. 245.

fracas. Nesse sentido, sugeria que fosse consignada uma verba de 400\$000 para cada um dos termos²⁷⁸. Contudo, àquela altura, a província já contava com 46 municípios, o que dificultava o atendimento de toda essa demanda²⁷⁹.

É importante lembrar que, durante o século XIX, permaneceu como prática vigente o modelo arquitetônico da casa de câmara e cadeia, no qual essas duas instituições (e mais o tribunal do júri e a casa de audiências, entre outras) ocupavam o mesmo edifício. Nesse sentido, muitas câmaras pediam a construção de cadeias nem tanto para depósito de presos, mas principalmente para o erguimento da sede municipal; essa situação dificultava a estruturação carcerária da província, pois pulverizava a solicitação por estabelecimentos punitivos. Outro problema enfrentado nesse período relacionava-se à competência de gastos para a edificação deste prédio; enquanto os custos com a construção de cadeias, pelo Ato Adicional, eram provinciais, a constituição de edifício para a câmara era despesa eminentemente municipal²⁸⁰.

Por isso, o esforço das autoridades era procurar desvincular a necessidade de cadeias da instalação de municípios e suas sedes. Já no primeiro orçamento elaborado pela assembleia, para 1835-1836, os deputados preferiram consignar 7:600\$000 somente para as cadeias das cabeças dos termos podendo, além disso, o presidente “preferir aqueles que mais necessitem a bem da causa pública”. O presidente da província José Cesário de Miranda Ribeiro, então, distribuiu a quota apenas para 18 câmaras: 800\$000 para cada uma das vilas de Areias, Franca e Iguape; 600\$000 para Constituição; 500\$000 para Mogi Mirim; 550\$000 para Curitiba e Castro; 300\$000 para Taubaté, Jacareí, Atibaia, Sorocaba, Itapetininga e Paranaguá; e 200\$000 para Guaratinguetá, Mogi das Cruzes, Itu, Santos e São Sebastião²⁸¹.

No orçamento seguinte, na tentativa de evitar altos custos com a estruturação carcerária no interior paulista, os deputados determinaram que as câmaras municipais deviam enviar para a presidência provincial propostas de “meios mais próprios” para a construção e conservação das cadeias em seus municípios; o governo, por sua vez, as remeteria com suas

²⁷⁸Fala do presidente da província de São Paulo de 2 de fevereiro de 1835 (impressa nos anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo de 1835, p. 14).

²⁷⁹Embora nem todos esses municípios fossem termos. Até 1841, por exemplo, Ubatuba pertencia ao termo de São Sebastião e Pindamonhangaba ao de Taubaté, quando se tornaram independentes ao demonstrarem o quanto era oneroso às suas câmaras ter de responder aos respectivos municípios. Relatório do presidente da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1841, p. 4. Lei n. 59 de 21 de março de 1836 (orçamentos municipais).

²⁸⁰Embora essa divisão, apesar de largamente discutida no século XIX, não tenha ficado terminantemente clara. Houve quem acreditasse, por exemplo, que os gastos com as cadeias eram verba geral. Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 17 de março de 1863, p. 333.

²⁸¹Fala do presidente da província de São Paulo de 7 de janeiro de 1836 (impressa nos anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo de 1835, p. 270).

observações para a assembleia²⁸². Assim, eram bem-vindas as sugestões que não utilizavam recursos provinciais; as câmaras de Bragança (em 1836), Atibaia (em 1838), Santos, Mogi das Cruzes e Ubatuba (em 1840), por exemplo, solicitaram a venda em hasta pública – e obtiveram autorização em lei – de suas antigas cadeias para aplicar o produto na construção de novas.

Nem todas as propostas, contudo, foram aceitas. Em 1836, a câmara do Bananal solicitou a concessão de oito loterias de 25:000\$000 para a construção da casa de câmara e cadeia e para a igreja da matriz, mas parece ter conseguido apenas para o edifício religioso, pois, no ano seguinte, pediu novamente uma loteria por quatro anos para a fatura da cadeia. A comissão da Fazenda não achou conveniente a utilização do método para essa finalidade, e indeferiu o pedido. Em 1841, Bananal voltou a pedir a concessão lotérica, caso não obtivesse consignação; a comissão recusou, argumentando que já havia sido concedido 1:600\$000 no orçamento (quantia bastante inferior a que pretendia despendar a câmara), “sendo de esperar que nos anos seguintes a assembleia continue a auxiliar a obra como for possível, mas nunca por meio de loterias”²⁸³.

Alguns gastos com cadeias também eram consignados como despesas municipais. No orçamento municipal para 1837-1838, o município de São Roque tinha 372\$250 de verba para obras públicas, inclusive o que se devia ao arrematante da obra da cadeia; a vila de Franca dispunha de 1:300\$000 para nova cadeia e outras obras; Iguape podia gastar 2:200\$000 com o novo cárcere e mais 100\$000 para o adjutório para a cadeia da então freguesia de Xiririca; São Sebastião dispunha de 1:646\$990 para a nova cadeia; Ubatuba, Areias e Jacaré tinham 2:803\$610, 3:084\$450 e 1:060\$330 respectivamente para a cadeia e outras obras.

Dessa maneira, municípios que tinham algum desenvolvimento econômico iam construindo suas cadeias com pouco ou nenhum auxílio provincial, como os do vale do Paraíba; as construções que se mostravam mais adiantadas recebiam dotações provinciais para impulsionar a conclusão das obras. Em 1839, a cadeia da vila de Areias estava coberta de telha, com as soleiras e as grades das enxovias; havia sido despendido 5:700\$706 na obra, sendo 3:200\$000 do cofre provincial e o resto da câmara, que relatava ainda faltar de 4 a 5 contos para terminar. Bananal conseguiu fazer uma subscrição com os habitantes, com a qual

²⁸² Artigo 13 do orçamento para 1836-1837. Esse artigo foi muito provavelmente inspirado em uma emenda proposta por Vergueiro (“as câmaras proponham os meios de cada uma satisfazer as despesas com a fatura das cadeias”) ainda na sessão de 1835. Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 16 de março de 1835, p. 119-120.

²⁸³ Anais da assembleia provincial de São Paulo, 22 de fevereiro de 1836, p. 330; 31 de janeiro de 1837, p. 65; 13 de janeiro e 19 de fevereiro de 1838, p. 80 e 128; 22 de janeiro e 13 de fevereiro de 1841, p. 411 e 450.

comprou o terreno e preparou as taipas; o governo queria auxiliar com 400\$000, mas a câmara dizia ser muito diminuto²⁸⁴. Assim, no orçamento para 1839-1840, essas câmaras receberam, respectivamente 1:600\$000 e 1:000\$000 para a continuação dos trabalhos.

Outras regiões conseguiram investimentos provinciais mais facilmente por serem influentes politicamente. A vila de Santos, por exemplo, era o principal porto da província e a mais importante ligação do planalto com o litoral; contudo, a essa época, não tinha a pujança econômica nem o afluxo populacional que tinham os municípios do vale do Paraíba. Apesar disso, pela lei n. 1 de 28 de janeiro de 1839, passou à categoria de cidade, por ser, segundo designava o presidente Venâncio Lisboa no corpo do texto, “pátria do conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva”. Era a segunda vila da província a ser elevada; até então, a capital era a única cidade desde 1711. Neste mesmo mês, a cidade santista havia remetido à assembleia a planta para uma nova casa de câmara e cadeia. Na lei orçamentária daquele ano, foi consignado 4:000\$000 para início das obras; outros 11 municípios também receberam quotas específicas, mas com valores inferiores a 1:600\$000²⁸⁵. No orçamento seguinte, novamente, os deputados votaram uma quota geral de 8:000\$000 para auxílio às obras das cadeias, “especialmente Guarapuava, São Roque, Batatais, Guaratinguetá, Areias e Mogi das Cruzes”, e 6:000\$000 exclusivos para a cadeia de Santos²⁸⁶. Ao que parece, o interesse na imediata construção da casa de câmara e cadeia de Santos estava menos vinculado a erigir um local apropriado para recolher os presos do que com a instalação de uma sede municipal à altura da nova cidade.

²⁸⁴Fala do presidente da província de São Paulo de 7 de janeiro de 1839 (impressa nos anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo de 1839, p. 253-254).

²⁸⁵Nesse sentido, era comum a assembleia receber ofícios de câmaras indicando que a verba havia sido escassa. Em 13 de fevereiro de 1840, por exemplo, a assembleia recebeu um ofício da câmara de Guaratinguetá sobre a insuficiência da quantia designada no orçamento para conserto da cadeia; em 24 do mesmo mês, foi a vez de Jundiaí pedir maior consignação para a obra da cadeia. Anais da assembleia provincial de São Paulo, 13 e 24 de fevereiro de 1840, p. 166 e 181.

²⁸⁶O mesmo ocorreu no orçamento para 1841-1842. Foram oferecidos 4:000\$000 para a cadeia de Santos e outras quotas específicas para 22 cadeias de vilas e freguesias, cuja maior verba dentre elas não ultrapassou 1:612\$000.

Figura 3 – Antiga casa de câmara e cadeia de Santos. 1865. Militão Augusto de Azevedo. Fotografia/papel. 11,4 cm x 16,8 cm. Acervo Instituto Moreira Salles.

Figura 4 – Largo da cadeia nova, em Santos (detalhe). 1865. Militão Augusto de Azevedo. Fotografia. Publicada em TOLEDO, Benedito Lima de. A cidade de Santos: iconografia e história. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 41, março/maio 1999, p. 54.

Quanto aos demais municípios, contudo, em 1840, o presidente da província Manoel Machado Nunes reconhecia que o rendimento da maioria era insignificante, faltando-lhes meios próprios para realizarem melhoramentos materiais em suas localidades. Ele entendia que as principais causas para a baixa renda municipal era o “excessivo e desproporcionado retalhamento da província em municípios” e o receio da impopularidade com eventuais novos impostos²⁸⁷. Por isso, a fim de capacitar as vilas a executarem seus projetos próprios, em 1841 e 1842, os rendimentos do imposto da décima urbana foram repassados aos municípios, para serem despendidos com consertos da igreja matriz e da cadeia²⁸⁸.

Ainda no intuito de tornar mais proveitoso o gasto com as cadeias, no orçamento para 1840-1841²⁸⁹, a assembleia legislativa provincial solicitou que os juizes de direito indicassem qual vila de cada comarca seria mais apropriada para ter uma cadeia que servisse toda a circunscrição; esta funcionaria, portanto, como uma cadeia central da região. Os juizes deveriam apresentar também um relatório declarando o estado dos cárceres existentes nas vilas escolhidas e o orçamento para seu melhoramento ou para a fatura de novos, juntamente com a planta e a indicação do tempo necessário para a sua conclusão. Essas informações serviriam de base para o governo fazer uma boa aplicação das consignações decretadas.

Dessa maneira, a assembleia paulista pretendia concentrar as verbas em cadeias que serviriam para toda a comarca e deixar que os demais municípios procurassem construir sua própria casa de câmara, cuja cadeia seria mais simples, funcionando apenas como detenção provisória. Esse possivelmente era o entendimento da comissão de obras públicas, em janeiro de 1841, ao adaptar o pedido da câmara municipal de Mogi das Cruzes a respeito da freguesia de São José de Paraitinga:

A comissão entende que em uma freguesia é desnecessária uma cadeia com sobrados e salas para audiências, como quer a Câmara Municipal, que para isso pede 2:000\$ rs.; sim, julga a Comissão, que será bastante uma casa térrea segura, e por isso é de parecer, que na Lei do Orçamento se consigne uma quantia razoável para a edificação ou compra (conforme o Governo achar mais conveniente) de uma casa que sirva de prisão naquela freguesia²⁹⁰.

²⁸⁷Relatório do presidente da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1840, p. 5.

²⁸⁸Lei n. 168 (ou n. 18) de 4 de março de 1841. Sobre isso, o presidente da assembleia Dom Antônio Maria de Moura falou no discurso de encerramento: “Destes uma nova aplicação ao imposto da décima dos prédios urbanos, determinando que nas cidades ela fosse aplicada para sua iluminação, o que muito pode concorrer para a sua boa polícia, e que nas vilas ela se convertesse em benefício de suas cadeias e matrizes”. Anais da assembleia provincial de São Paulo, 13 e 24 de fevereiro de 1840, p. 166 e 181.

²⁸⁹Artigos 7 e 26.

²⁹⁰Anais da assembleia provincial de São Paulo, 26 de janeiro de 1841, p. 415.

Seguindo essa linha, em 1842, quando da discussão sobre a elevação da freguesia de Silveiras à vila, a assembleia aprovou a emenda do deputado Nicolau Vergueiro, obrigando o novo município a construir “à sua custa, sem socorros do cofre provincial”, sua casa de câmara e cadeia. No mesmo ano, a comissão de estatística e justiça entendia que a freguesia de Xiririca podia se tornar vila, pois “o fato de terem os habitantes de Xiririca edificado a sua igreja matriz sem socorros do cofre provincial e a sua cadeia com mui pequeno adjutório das rendas públicas, é sobrada razão em abono da prosperidade e riqueza desse lugar”²⁹¹.

Nessa época, havia na província paulista sete comarcas²⁹²; assim, a instalação de sete boas cadeias parecia mais viável do que sua distribuição por tantos municípios. Entretanto, em 1841, apenas o juiz de direito da primeira comarca havia respondido à determinação, indicando a vila de Lorena como a mais central. O presidente Rafael Tobias de Aguiar sugeria as vilas de Sorocaba, Constituição, Curitiba e Franca como as que reuniam as condições exigidas em cada comarca. Para a capital e a cidade de Santos, Tobias de Aguiar constatava que as cadeias que estavam sendo erigidas seriam suficientes²⁹³. A cadeia santista, aliás, já tinha tido grande adiantamento e estava sendo construída com muita solidez; mas, para o presidente Mello e Alvim, tinha sido planejada em dimensões muito grandes, o que exigiria um alto dispêndio. Por isso, ele propunha a conclusão do primeiro lança da frente para que fosse capaz de servir logo e, dessa maneira, se pudesse vender a cadeia velha²⁹⁴.

Com a concentração de gastos em algumas instituições carcerárias centrais, pretendia-se também evitar a consignação de pequenas verbas para muitas cadeias, que, ao fim e ao cabo, acarretavam muitas obras inacabadas e de má qualidade. Conforme o presidente da província Manuel Felizardo de Souza e Mello:

Para que (...) possa a província ter para o futuro cadeias regularmente construídas, cumpre abandonar a prática de anualmente decretar-se subidas quantias para a edificação de cadeias em vários municípios ao mesmo tempo, prática sujeita a bem sérios inconvenientes, quais o de serem despendidos os dinheiros públicos em obras imperfeitas, sem a precisa segurança, e que não podem ser pela presidência bem fiscalizadas; sendo notável que, apesar de terem sido entregues largas somas para a construção,

²⁹¹Lei n. 12 de 28 de fevereiro de 1842. Anais da assembleia provincial de São Paulo, 26 de janeiro de 1841, p. 415.

²⁹²Embora já existissem reclamações de que algumas delas eram muito extensas e trabalhosas. Relatório do presidente da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1841, p. 4.

²⁹³Relatório do presidente da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1841, p. 23.

²⁹⁴Porém, em 1844, o presidente argumentava que a cadeia de Santos não havia recebido mais verbas havia três anos. Já se havia despendido 18:000\$000, mas a câmara pedia suprimimento de 37:929\$000 para a conclusão do edifício. Relatório do presidente da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1841, p. 38; 7 de janeiro de 1844, p. 44.

e reparos de cadeias, apenas uma ou outra câmara deixa de pedir auxílio para as mesmas, sendo quase todas acordes em solicitá-lo, representando o péssimo estado das prisões, solicitações que montam em perto de cem contos de réis, e talvez no dobro, porque algumas câmaras limitam-se apenas a manifestar a precisão de socorros, sem designar quantitativo. (...) entendo ser indispensável antes de tudo a construção de cadeias nas cabeças de comarcas, sendo além disso mister trabalhar-se primeiramente em uma ou duas, e depois nas outras consecutivamente, fazendo-se entretanto nas antigas cadeias os reparos absolutamente precisos para não desabarem, e a fim de serem os presos com alguma segurança conservados²⁹⁵.

Percebemos, assim, que tanto o executivo quanto o legislativo da província paulista entendiam que era importante centralizar os investimentos em poucas cadeias para que a conclusão dos projetos fosse, em pouco tempo, efetivada. Essa visão culminou na elaboração da lei n. 256 de 21 de março de 1844, que estabeleceu uma classificação mais aprofundada das prisões, por meio da qual as instituições carcerárias foram divididas em cinco classes. Toda vila que não tivesse reunião do tribunal do júri e toda freguesia ou capela mais populosa que tivesse subdelegado de polícia teria uma *casa de detenção*; as vilas ou cidades nas quais se reunisse o tribunal do júri possuiriam uma *prisão de polícia municipal*; em cada uma das comarcas (no município que fosse designado pelo governo), haveria uma *prisão de justiça de comarca*; já a *prisão central de retenção* e a *casa de correção* seriam, num primeiro momento, estabelecidas apenas na capital paulista.

A lei indicou também a dimensão e a função de cada uma dessas prisões, o que promoveria um melhor cálculo de alocação de verbas, que seria feita com base nas necessidades materiais de cada cárcere. As casas de detenção teriam uma única porta, dois compartimentos para os presos e um para os guardas; cada cômodo abrigaria de três a seis presos e seriam construídos de forma que eles não pudessem se comunicar com o exterior; estas instituições poderiam abrigar condenados a até 30 dias de prisão correccional. As prisões de polícia municipal teriam capacidade para 12 a 20 pessoas, com células individuais correspondentes a pelo menos um terço da capacidade máxima, mais dois ou três cômodos que comportariam de três a seis presos cada. Além disso, possuiriam casa para a guarda, quarto para o carcereiro e uma pequena enfermaria, podendo recolher condenados a posturas municipais e a até seis meses de prisão simples. Poderiam também ser depositados os condenados à morte, desterro ou degredo, até que suas penas fossem executadas.

As prisões de comarca seriam construídas para abrigar de 20 a 35 presos; possuindo também um terço da capacidade em células individuais e três a quatro compartimentos para

²⁹⁵Relatório do presidente da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1844, p. 43-44.

receber três a sete presos cada. Além das salas que possuiriam as da segunda classe, estas teriam também uma sala para os magistrados. Nelas, poderiam cumprir pena os condenados à prisão simples e mesmo alguns condenados à prisão com trabalho que o regulamento permitisse em razão das distâncias ou da exiguidade das penas.

A cadeia da capital seria considerada a prisão central de retenção; ali cumpririam pena os condenados à prisão simples, os galés e, interinamente, os condenados à prisão com trabalho. A lei também estabelecia que, tão logo fosse concluído um dos raios da casa de correção, ela receberia os sentenciados à prisão com trabalho, no regime de prisão solitária à noite e trabalho em comum e em silêncio durante o dia. A partir da segunda categoria, todas as prisões teriam um muro circundante, com apenas uma porta de comunicação com o exterior, junto a qual ficaria o corpo da guarda; o pátio que se formaria poderia ser usado para serviço dos presos. O objetivo da lei, ainda, era organizar plantas uniformes para cada uma das classes que seriam usadas nas construções novas. Para as cadeias começadas ou mais antigas, haveria um plano de ajuste, aproximando-as das plantas das novas construções.

Com essa determinação, vemos que os deputados tencionavam aplicar melhor os recursos e, ao mesmo tempo, organizar a construção das prisões de acordo com os preceitos punitivos mais modernos, pois estavam previstos o afastamento dos presos da sociedade – com a medida de se construir um muro exterior – e o isolamento em células individuais. Contudo, ao longo do tempo, esta lei não teve aplicabilidade por diversos motivos, sobretudo financeiros. Ainda que elevasse algumas cadeias a uma situação de maior importância, a verba necessária para a construção de prisões de todas as classes, nos moldes propostos, teria de ser muito maior do que a revertida para estes fins. Como já dissemos, esses dispêndios não eram prioritários para a província; as quotas orçadas para cadeias do interior eram, em geral, muito inferiores às necessidades. Além disso, a definição de qual vila seria a cabeça de comarca nunca foi claramente feita; provavelmente porque muitos municípios pleiteassem a função.

Enquanto não se fazia um plano geral das prisões, no orçamento para 1844-1845, a verba para construção de cadeias (33:494\$000) foi distribuída para 33 cadeias, em quotas que variavam de 300\$000 a 2:000\$000. Com valores tão pequenos, as obras nas cadeias de Curitiba, Jacareí e Bananal, por exemplo, se achavam paralisadas por haver terminado a quota²⁹⁶. Muitas cadeias, às vezes, nem recebiam as verbas determinadas; a comissão de obras

²⁹⁶Relatório do presidente da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1846, p. 12.

públicas, em 1845, denunciava que 25 das cadeias contempladas, por questões burocráticas, ainda não tinham recebido a quantia prometida – uma das exceções era a câmara de Santos²⁹⁷.

Por isso, a mesma comissão solicitou ao governo que formasse o plano geral das prisões de que tratava a lei da classificação para que o dinheiro fosse aplicado em conformidade com ele²⁹⁸. Enquanto não ficava pronto, entre os anos de 1846 e 1848, a assembleia votou apenas quotas gerais para as cadeias²⁹⁹, deixando ao arbítrio do governo, conforme a indicação dos juízes de direito, a melhor forma de aplicar esses valores. Todavia, em 1848, os magistrados ainda não haviam enviado sua escolha para o município que receberia a cadeia central da comarca; então, o presidente Vicente Pires da Motta enviou uma circular reiterando pedido³⁰⁰.

Apesar de não estarem formalmente determinadas, algumas cadeias receberam mais verbas que as demais. No orçamento para 1849-1850, por exemplo, foram consignados 30:000\$000 para diversas obras carcerárias, sendo os valores mais altos para a cadeia “central” de Sorocaba (5:000\$000), a nova cadeia de Pindamonhangaba (2:000\$000), a “cadeia central” de Guaratinguetá (2:000\$000), a nova cadeia de Itu (5:000\$000), para a conclusão da metade do raio da frente da de Santos (2:000\$000) e para a cadeia de Mogi das Cruzes (1:800\$000); as outras 14 cadeias receberam valores mais módicos, entre 300\$000 e 600\$000³⁰¹. O critério para essa escolha, no entanto, ainda não havia sido o de investir em uma cadeia por comarca, pois Guaratinguetá e Pindamonhangaba ficavam ambas na primeira comarca; Mogi das Cruzes pertencia à segunda, cuja cadeia principal era a da capital; Sorocaba e Itu eram da mesma comarca, a quarta; e não havia sido destinada verba para representantes da terceira, quinta e sétima comarcas.

Os demais municípios consignados receberam valores insignificantes, provavelmente porque se esperava que parte do edifício fosse feito com gastos municipais. No orçamento municipal para 1850-1851, por exemplo, foram instituídos 5:000\$000 para a vila de Ubatuba despendido com a casa de câmara e cadeia conforme o plano autorizado pelo governo, “devendo começar e progredir essa edificação no presente ano financeiro, sob pena de ser a

²⁹⁷ As câmaras pediam a verba ao governo, que solicitava à tesouraria que informasse ou satisfizesse uma dúvida. Depois disso, a câmara teria de solicitar o despacho, o que a comissão entendia ser de grande dificuldade para aquelas que ficavam longe da capital. Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 18 e 27 de janeiro e 3 de março de 1845, p. 399, 410 e 483.

²⁹⁸ Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 3 de março de 1845, p. 484.

²⁹⁹ 20:000\$000 em 1846, 12:000\$000 em 1847 e 20:000\$000 em 1848.

³⁰⁰ Relatório do presidente da província de São Paulo, 16 de outubro de 1848, p. 9.

³⁰¹ Incluída na quota de 30:000\$000, havia também a consignação de 5:600\$000 para construção e reparos de outras cadeias.

câmara por essa falta responsabilizada na forma da lei”. Em 1851, o presidente da província Vicente Pires da Motta distribuiu algumas quantias para a reparação de várias cadeias mais necessitadas, mas admitiu ser impossível atender a todas: “Querem todas que pelo cofre provincial se lhes edifiquem cadeias vastas e espaçosas, casas de câmara, salas de júri. Em uma palavra, as localidades querem tudo, mas não querem contribuir para nada”. Por isso, insistia no fato de que só se deveria elevar uma freguesia à vila quando construísse à sua custa a casa de câmara e cadeia³⁰². No orçamento de 1851-1852, os deputados indicaram uma quota geral de 8:000\$000 para serem distribuídos para as cadeias mais centrais das comarcas e 4:000\$000 específicos para a cadeia santista.

Em 1852, podemos observar o panorama do estado das cadeias paulistas por meio do relatório apresentado pelo chefe de polícia Joaquim Firmino Pereira Jorge, que o fez separando-as por comarcas³⁰³. Na 1ª comarca, ele constatou que a melhor cadeia era a de Guaratinguetá – que tinha quatro prisões com paredes forradas –, embora precisasse de alguns reparos para segurança; a de Bananal não tinha segurança alguma; a de Areias tinha duas divisões espaçosas, mas as paredes de taipa estavam arruinadas; a de Lorena também tinha só duas divisões, mas já havia sido por várias vezes arrombada.

Na segunda comarca, a cadeia mais importante era a da Capital; mas a de Bragança também era considerada uma das melhores da província, com quatro prisões arejadas, limpas e espaçosas; em Mogi das Cruzes e Santa Izabel, as novas cadeias estavam com as obras paradas; em Paraibuna, servia uma pequena casa com “paredes de mão”; em Atibaia e Jacareí, as cadeias não tinham as acomodações e seguranças precisas.

Na terceira comarca, a cadeia de Campinas era a melhor e, após alguns reparos, poderia receber 50 presos ou mais; a de Araraquara era feita de esteios e paredes de taipa até o vigamento e daí para cima de madeira; já a de Constituição e a de Jundiá eram pequenas e não ofereciam segurança.

Na quarta comarca, não havia, segundo ele, propriamente uma cadeia. Itu, Tatuí e Capivari recolhiam os presos em casas alugadas; Sorocaba iniciava então a construção de uma nova, já que a velha era pequena e insegura, e na vila de Faxina, depois de um arrombamento, a cadeia estava em ruína e não admitia conserto. A obra em Itapetininga estava parada por falta de fundos; a cadeia de São Roque necessitava pronto conserto no telhado; em Porto Feliz

³⁰²Relatório do presidente da província de São Paulo, 15 de fevereiro de 1851, p. 10 e 12.

³⁰³Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo (relatório das cadeias da província), 1º de fevereiro de 1852, p. 1-7.

e Pirapora, os cárceres eram muito pequenos, e nas freguesias de Sarapuí, Botucatu e Paranapanema não havia nem casas particulares como prisão.

Na quinta comarca, Curitiba e Paranaguá tinham cadeias sofríveis, mal divididas, e precisando de conserto por conta de constantes arrombamentos; em Castro e na vila do Príncipe, se edificavam novas, mas as quantias designadas eram insuficientes.

Na sexta comarca, a melhor instituição era a de Santos; estava concluída a frente: ela tinha três lados guarnecidos com 21 janelas, nove delas com sacada grossa de cantaria lavrada³⁰⁴. Em São Sebastião e Vila Bela da Princesa, as cadeias eram pequenas e sofríveis; em Iguape, a casa pequena, velha e sem segurança tinha duas fracas prisões; iniciara-se a construção de uma nova, mas não estava tendo andamento. Em Cananeia, o edifício tinha uma só enxovia; em Xiririca, a cadeia era de taipa mal socada, e facilmente se arrombava. Em Itanhaém, se edificava uma nova pequena, sobre as paredes da antiga; em Ubatuba, funcionava em uma casa alugada, com apenas um xadrez.

Na sétima e última comarca, a única cadeia era a de Batatais, que foi concluída com donativo dos particulares, pois a assembleia havia consignado apenas 1:600\$000; era de madeira e tinha alguma segurança. Na freguesia de Cajuru, começou-se uma pequena, mas ainda não estava concluída. Em Franca, havia uma fraquíssima cadeia, “que nem merece o nome”, assim como na freguesia de Caconde. Em Mogi Mirim, a cadeia era um edifício baixo, antigo, pequeno, pouco arejado e sem segurança; urgia a construção de um novo, já que a povoação, segundo o chefe de polícia, era a mais importante da comarca. A cadeia de Casa Branca era de taipa malfeita, que facilmente se arrombava e na de São Simão não havia nem casa particular.

Assim, podemos observar que alguns municípios que não haviam recebido aportes públicos significativos para a construção de cadeia possuíam, em 1852, bons cárceres, edificadas com recursos próprios. Tal era o caso de Bragança e Campinas, situados na região que já havia crescido economicamente com o açúcar e que agora experimentava maiores desenvolvimentos com o café. Já locais mais distantes do centro econômico, como a quinta comarca (região do Paraná) e a sétima (região de Franca e Batatais), não possuíam uma estrutura carcerária notável.

Como dissemos, a construção desses estabelecimentos na província de São Paulo não obedecia a critérios exclusivamente ligados à necessidade de controle social, mas também a interesses econômicos e políticos. A julgar pelo contingente populacional, por exemplo,

³⁰⁴Relatório do presidente da província de São Paulo, 1º de maio de 1852, p. 10 e 23.

enquanto muitos locais que possuíam boas cadeias eram populosos, como a capital (30.000 habitantes), Guaratinguetá e Bragança (20.000 cada), e Campinas (16.000), Santos construía um grande edifício, tendo apenas 9.000 habitantes. Outras vilas de grande porte como Constituição, com 22.000 habitantes, e Itu, com 18.000, possuíam cadeias pequenas ou alugadas. Na quinta e na sétima comarcas, que não tinham boas instituições carcerárias, havia vilas grandes como Paranaguá, Castro e Casa Branca (com 14.000 habitantes cada), e Mogi Mirim (10.000)³⁰⁵.

Em relação à quantidade de presos recolhidos nos estabelecimentos, notamos, conforme a tabela abaixo, em primeiro lugar, o grande número de encarcerados mantidos na cadeia da capital (197, o máximo em um dia). Isso ocorria porque para ela eram remetidos presos de toda a província condenados à pena de prisão com trabalho (que aguardavam vagas para irem para a Casa de Correção) e galés³⁰⁶.

Excluindo a instituição paulistana, as cadeias que mais recolheram presos foram Campinas (32) e Santos (27)³⁰⁷. Em contrapartida, as demais abrigaram um número muito menor de encarcerados, não excedendo 16 a quantidade mantida nas instituições. Nesse sentido, não foi a demanda carcerária o fator preponderante para que Bragança, por exemplo, que abrigou no máximo 12 presos, se prontificasse a construir quatro vastas prisões. As cadeias de Franca (16), Curitiba (12) e Jundiaí (15), que recolhiam em média a mesma quantidade de pessoas que a bragantina, ainda não tinham tido o investimento necessário para poderem construir suas instituições.

³⁰⁵Mapa da população dos municípios da província de São Paulo, conforme informações das respectivas câmaras e delegados, elaborado pela secretaria do governo, em 20 de abril de 1852. In: Relatório do presidente da província de São Paulo, 1º de maio de 1852, mapa.

³⁰⁶De acordo com os artigos 409 e 411 do regulamento n. 120 de 31 de janeiro de 1842, os galés deveriam ser remetidos para um município onde houvesse um estabelecimento de Obras Públicas para serem empregados. Porém, como dissemos anteriormente, muitos presos antes mesmo da culpa formada já eram enviados para a cadeia da capital.

³⁰⁷Nos dados sobre o total de presos recolhidos no ano, vemos que Santos recebeu 214 e Campinas 94, o que mostra que a cadeia em Santos tinha um fluxo maior de detidos que, no entanto, ficavam pouco tempo no estabelecimento. Nesse sentido, os dados que nos oferecem maiores condições para analisarmos a necessidade de cada localidade são os referentes ao número diário de presos (máximo e mínimo).

Tabela 3 - Quadro dos presos recolhidos às cadeias da Capital e de outros lugares da província de São Paulo no decurso do ano de 1851

Cadeias	Máx. diário	Mín. diário	Total anual
Capital	197	175	275
Campinas	32	16	94
Santos	27	12	214
Bragança	12	5	35
Itapetininga	10	2	55
Bananal	7	1	97
Areias	16	2	101
S. Roque	-	-	44
Tatuí	-	-	10
Faxina	-	-	10
Capivari	3	1	15
Iguape	7	1	-
Mogi das Cruzes	-	-	78
Cananeia	-	-	5
Paranaguá	-	-	30
Lorena	-	-	22
Guaratinguetá	-	-	61
Casa Branca	-	-	25
Franca	16	1	101
Ubatuba	3	1	51
Porto Feliz	7	2	13
Pirapora	2	1	22
Coritiba	12	2	44
Jundiaí	15	1	35
SOMA	366	223	1446

OBS: Vão mencionados unicamente as cadeias dos lugares donde vieram relatórios. No número dos presos estão incluídos os recrutas, escravos fugidos, loucos, embriagados, e outros que foram soltos independentemente de processos.

FONTE: Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo (relatório das cadeias da província), 1º de fevereiro de 1852, mapa.

Mais do que as necessidades locais de controle social e recolhimento de condenados, as escolhas de investimento recaíram naqueles municípios que já haviam começado suas cadeias às suas custas e, por conta disso, podiam conseguir mais facilmente auxílio provincial para a conclusão do plano. Como as consignações sempre foram muito reduzidas e havia preferência em dotar recursos para certos municípios, os demais tiveram de construir quase que integralmente sozinhos suas cadeias³⁰⁸, ficando aqueles que não tinham grandes rendas sem poder completar sua estrutura administrativa.

³⁰⁸ A vila de Capivari, por exemplo, criou um imposto de \$500 anuais por cada escravo para aplicar dois terços na fatura da nova matriz e um terço na da nova cadeia, que duraria enquanto as obras não fossem terminadas. Lei

De fato, como pudemos ver, o projeto previsto na lei de 1844 de construção de cadeias centrais em cada comarca, uma década depois, ainda não tinha sido implantado. Além das dificuldades já abordadas, com o objetivo de facilitar a administração judicial da província, o número de comarcas cresceu exponencialmente ao longo do século. Se no começo eram apenas sete, ao final do século já eram 47³⁰⁹, inviabilizando, afinal, a instalação de cadeias centrais em todas elas com as escassas quotas estipuladas pela província.

Tabela 4 – Comarcas criadas na província de São Paulo ao longo do século XIX

Anos	Nº. de comarcas	Cabeças de comarca criadas
1841	7	Não havia designação de cabeça para as comarcas
1852	10	Guaratinguetá, Taubaté, Jacareí, Capital, Campinas, Mogi Mirim, Franca, Sorocaba, Itapetininga e Curitiba
1854	10	A comarca de Curitiba virou província do Paraná e foi criada a de Santos
1858	13	<i>Reconfiguração:</i> Areias, Pindamonhangaba, Ubatuba, Jacareí, Santos, Iguape, Capital, Itu, Itapetininga, Campinas, Constituição, Mogi Mirim e Franca
1859	16	<i>Reconfiguração:</i> Capital, Bananal, Guaratinguetá, Taubaté, Paraibuna, Jacareí, Santos, Iguape, Itu, Itapetininga, Campinas, Constituição, Mogi Mirim, São João do Rio Claro, Bragança e Franca
1866	19	Lorena, Botucatu e Araraquara
1871	20	Sorocaba
1872	24	Casa Branca, Itapeva da Faxina, Ubatuba e São José dos Campos
1873	28	São Roque, Areias, Belém do Descalvado e Amparo
1874	32	Caconde*, Mogi das Cruzes, São Sebastião e Capivari
1875	38	Jundiaí, Queluz, São Luiz, Limeira, Batatais e Xiririca
1877	43	Lençóis, Tatuí, Pindamonhangaba, Jaú e São Simão
1882	47	São Carlos do Pinhal, Tietê, Atibaia e Espírito Santo**.
1883	52	Rio Novo, Silveiras, São João Baptista do Rio Verde, Cunha e Parapanema***
1885	58	Caçapava, São José do Barreiro, Porto Feliz, São João da Boa Vista, Itatiba e Jaboticabal***
1886	59	Santa Cruz do Rio Pardo***
1887	60	Cajuru***

* Apesar de, no corpo da lei, São Sebastião da Boa Vista estar como sede.

**Criadas em 1880, mas instaladas em 1882. A do Espírito Santo foi criada em 1881, mas só foi classificada em 27 de setembro de 1884.

***Só foram instaladas no período republicano.

FONTE: Relatórios dos presidentes da província de São Paulo (1841-1890). Coleção das leis promulgadas pela assembleia legislativa provincial de São Paulo (1835-1889).

n. 19 de 14 de abril de 1855. A câmara de Santos enviou ofício à assembleia pedindo a conservação de todos os seus impostos e autorização para contrair empréstimo de 30:000\$000 com particulares para a conclusão da cadeia, “no caso de não poder ser socorrida pelos cofres provinciais”. Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 20 de fevereiro de 1856, p. 150.

³⁰⁹Foram criadas 60 comarcas até 1887, mas 13 delas só foram efetivamente instaladas no período republicano.

Em 1854, o presidente dr. Josino do Nascimento Silva, reclamou da consignação de apenas 12:000\$000 para as obras de cadeias, por ser “diminuta em relação às necessidades”; optou, assim, por retê-la para poder reunir com a consignação do exercício financeiro seguinte, a fim de despende o dinheiro “mais utilmente”. Josino Silva aproveitou para reclamar do excessivo número de câmaras que foram criadas, que além do mais não tinham renda suficiente para realizar os melhoramentos municipais; a receita, em muitos casos, só dava para os exíguos ordenados dos empregados, o que fazia com que solicitassem frequentemente auxílios provinciais³¹⁰.

Durante as sessões daquele ano, os deputados resolveram votar verbas para cadeias específicas, a fim de tentar finalmente pôr em prática o sistema de cadeias centrais de comarca, deixando as demais como casas de detenção. Nesse sentido, foram aprovadas três leis, que autorizavam a construção de cadeias centrais em Itapetininga, Franca e Santos – que haviam recentemente se transformado em cabeça de comarca – e também casas de detenção em Itu (que pertencia à comarca de Sorocaba) e Pindamonhangaba (da comarca de Taubaté)³¹¹.

Não à toa, no ano seguinte, o presidente dr. José Antonio Saraiva solicitava a conclusão das cadeias de Itapetininga, Franca e Santos, e da casa de detenção de Itu, a qual entregou 3:000\$000. Isso porque, das cadeias mencionadas nas leis, apenas esta última recebeu consignação³¹². Para ele, o sistema a ser seguido era o de ter em cada comarca uma prisão segura para os criminosos que esperavam seus julgamentos e, em cada município ou mesmo freguesia populosa, prisões que servissem para guardar temporariamente os indiciados que estiverem aguardando a formação de culpa³¹³.

Embora a lei de 1844 previsse que as prisões de comarca abrigariam condenados à prisão simples e mesmo alguns à prisão com trabalho (em razão da distância ou da curta

³¹⁰Relatório do presidente da província de São Paulo, 16 de fevereiro de 1854, p. 17-18 e 21.

³¹¹São as leis n. 8 de 4 de abril, n. 10 de 6 de abril e n. 20 de 29 de abril. Para a cadeia de Itapetininga foram autorizados 12:000\$000, a serem pagos em quatro prestações anuais; a casa de detenção em Itu poderia despende até 6:000\$000; para a cadeia em Franca, poderiam ser despendidos até 16:342\$000 em quatro prestações; a de Mogi Mirim receberia 20:000\$000 em cinco vezes. Para Pindamonhangaba, o governo provincial daria somente 8:000\$000, podendo a câmara promover meios de obter maior quantia, caso a oferecida fosse insuficiente. O texto sugeria a arrematação da cadeia velha e do terreno anexo, a fim de aproveitar o valor na nova construção. Esta lei, contudo, não designava a cadeia de Pindamonhangaba como “casa de detenção”, mas assim o fez o deputado José Manuel da Silva, presidente da assembleia, em seu discurso de encerramento. Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 13 de maio de 1854, p. 390.

³¹²Nesta lei do orçamento, as cadeias que receberam dotação foram Itu (6:000\$000), Guaratinguetá (600\$000), Sorocaba (2:000\$000), Mogi das Cruzes (1:000\$000) e o restante para conserto das mais necessitadas (4:000\$000).

³¹³Relatório do presidente da província de São Paulo, 15 de fevereiro de 1855, p. 9 e 71.

duração das penas), isso, de fato, não ocorria; a praxe era enviar todos os condenados para a capital, e mesmo os que ainda aguardavam julgamentos³¹⁴. Por isso, como vimos no subcapítulo anterior, a cadeia da capital cada vez mais sofria com a superlotação. Por meio dos orçamentos para o sustento dos presos pobres nas instituições carcerárias, apresentados no gráfico abaixo, podemos perceber que a quantidade de presos mantidos nas instituições paulistanas (cadeia da capital e Casa de Correção) era muito maior do que na soma das demais cadeias da província.

Gráfico 3 – Despesas orçadas para sustento, vestuário e curativo de presos pobres da província de São Paulo (1856-1871)

FONT

E: Coleção das leis promulgadas pela assembleia legislativa provincial de São Paulo (1856-1871).

Uma das causas para este fenômeno poderia ser o baixo investimento na construção de instituições carcerárias no interior, o que fazia com que as cadeias fossem acanhadas e oferecessem pouca segurança. Em 1856, por exemplo, do total de despesas com obras públicas (208:512\$056), apenas 4,4% foram revertidos em instituições carcerárias (9:338\$485)³¹⁵. Segundo o relatório do inspetor das obras públicas de Santos, mesmo esta cadeia, que tantas dotações recebeu, amargava degradações pela insuficiência dos valores cedidos:

³¹⁴Relatório do presidente da província de São Paulo, 15 de fevereiro de 1856, p. 11.

³¹⁵Demonstração resumida de despesas da província segundo documento da Tesouraria, p. 21. (anexo ao relatório do presidente da província de São Paulo, 22 de janeiro de 1857).

A nova cadeia vai-se deteriorando sensivelmente pela insignificância das quantias, que de tempos a tempos lhe são consignadas, e que apenas chegam para a renovação dos andaimes, e para a fatura de alguns palmos de parede de alvenaria. Entendendo o mesmo inspector que a continuar-se neste estado de coisas, ao abandono, será inevitável a ruína de todo o edifício, cuja conclusão orça em 60:000\$000 rs, encarreguei o Engenheiro W. Elliot de examinar a obra e fazer um orçamento da despesa necessária para a conclusão de um dos seus raios³¹⁶, a fim de serem para ali removidos os presos que existem na cadeia velha³¹⁷.

Em 1858, a cadeia de Franca continuava em mau estado, embora já estivessem adiantados os trabalhos para a construção da nova. A de Batatais ameaçava ruína e precisava de 600\$000 para os reparos ou 1:200\$000 para começo de uma nova. Naquele ano, o presidente dispôs 800\$000 para Mogi das Cruzes (que necessitava de pelo menos 2:000\$000), 1:000\$000 para Iguape, 500\$000 para Santos e 4:000\$000 para Itapetininga. Mas ele também dizia serem urgentes quotas para Lorena, Areias, Bananal e a vila de Santa Bárbara, cuja lei “obrigou seus habitantes a fazê-la à sua custa, duvido porém, que essa obra se realize sem intervenção da assembleia”³¹⁸.

Como a necessidade de outras localidades que não eram cabeças de comarca era grande, a província não conseguia concentrar os recursos e acabava salpicando as quantias entre as demais instituições. O deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada Filho, ao solicitar quota maior para a cadeia de Cananeia, argumentou que não era possível seguir o preceito constitucional de cadeias limpas e seguras, se só se olhasse para as cabeças de comarca; havia que se cuidar das outras cadeias e das casas de detenção também. O barão do Rio Claro, por sua vez, admitia que a assembleia até havia cedido alguns impostos para os municípios construírem as cadeias (como o de aguardentes e carnes verdes), mas não eram suficientes:

Há localidades em que as cadeias se acham no estado mais lastimoso possível, a ponto de não se poder ter nelas nem um preso, porque pô-lo aí é o mesmo que dar-lhe a liberdade. Foi demonstrado (...) pelo nobre deputado pelo Rio Claro, o sr. Leite Moraes, que a cadeia de Araraquara, em consequência de uma tempestade, tremia toda, a ponto do juiz de direito ter receio de continuar a sessão do júri³¹⁹.

³¹⁶ Apesar de ser chamado de “raio” uma parte do edifício santista, este não estava sendo construído em estilo panóptico. O presidente da província refere-se ao primeiro lanço do edifício.

³¹⁷ Relatório do presidente da província de São Paulo, 27 de setembro de 1857, p. 8.

³¹⁸ Relatório do presidente da província de São Paulo, 2 de fevereiro de 1858, p. 32.

³¹⁹ Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 2 de abril de 1859, p. 400-401.

Leite Moraes havia pedido 4:000\$000, mas o barão entendia que, se não se podia dar essa quantia, que se desse ao menos 2:000\$000, bem como igual quantia para Limeira, 1:000\$000 para Rio Claro e mais 1:000\$000 para a casa de detenção de Sorocaba. Com tal dispersão de verbas, a consequência era que as cadeias permaneciam em más condições e os presos continuavam a ser enviados para a da capital, a maior da província. Contudo, este expediente ocorria mesmo em municípios onde as instituições eram boas, o que era contrário ao disposto no artigo 48 do Código Criminal – este determinava que as penas de prisão simples deveriam ser cumpridas nas prisões públicas de maior proximidade do local do delito.

Por esse motivo, alguns presos que estavam na cadeia da capital enviaram petições à assembleia provincial no sentido de poderem cumprir suas penas nos locais onde residiam. O preso Máximo de Castro queria ficar na cadeia de Guaratinguetá, pois não podia andar “porque é trôpego e gravemente enfermo, tudo bem comprovado” e também porque havia “lá cadeia boa e segura”. Antonio da Motta Paes, condenado a galés:

Achando largado ociosamente nas enxovias da cadeia desta cidade ponderou ser mais útil ao público, e a si (...) ser remetido para a cadeia de Guaratinguetá – a mais próxima do lugar do delito – a ser entregue à respectiva câmara, para o empregar nas suas obras, pois a sua condenação é galés; e tais condenados não são rigorosamente – isto é, por simples efeito de sua sentença – obrigados a virem dos termos para a cadeia da Capital: se vêm, é por antigo uso; e porque se supõem que na Capital há obras públicas em que se ocupem: não as havendo, como atualmente acontece, eles podem – e devem – ser espalhados pelos respectivos municípios a empregarem-se nas obras da localidade³²⁰.

Bento Alves dos Santos, foi condenado a quatro anos de prisão simples e sua mulher, Joaquina Maria, a dois em São João do Rio Claro; o casal foi, segundo o procurador, “a esmo”, remetido para as enxovias da capital da província:

Havendo tantas cadeias nas imediações (notavelmente a de Campinas, cujo Juiz Municipal já informou a favor) onde podem estes réus cumprir bem a sua pena, com proveito do público – para o exemplo – e seu, porque ficam ao alcance de, dali mesmo, administrarem sua casa, e sítio, que lá está tudo ao desamparo; e a lei não quer na punição do criminoso, a perda da família...³²¹

³²⁰Requerimento conjunto feito pelo procurador Manuel Alves Alvim, ex-mordomo dos presos da Santa Casa de Misericórdia. *ALESP*. Documentos manuscritos. 21 de abril de 1859. ESP 118 – IO 57-034.

³²¹*Ibidem*.

Além desses, Manoel Ribeiro de tal também pediu para ser remetido para Pindamonhangaba, que era o foro do delito³²². Esses presos, portanto, entendiam que não precisavam estar aglomerados na cadeia paulistana e podiam cumprir suas penas nas cadeias interioranas que apresentavam boas condições; pretendiam, portanto, que o projeto da criação de cadeias centrais em toda a província fosse, de fato, executado, a bem de seus próprios interesses.

Porém, conforme o relatório do chefe de polícia Bernardo Avelino Gavião Peixoto, em dezembro de 1859, a imensa maioria dos presos seguia sendo encarcerada na cadeia paulistana.

³²²Na petição, ainda, José Dias Fagundes fazia o mesmo pedido, pelas mesmas razões de Antonio Motta Paes. Havia também um requerimento dos “miseráveis presos da cadeia desta cidade”, reclamando do “parco e insalubre almoço que se ministra na cadeia”.

Tabela 5 – Presos recolhidos às cadeias da província de São Paulo durante o ano de 1859

Comarca	Localidade	Número de presos que	Número de presos Máx.	Mín.
Bananal	Areias	50	17	1
	Silveiras	40	9	2
	Queluz	3 a 8	-	-
Guaratinguetá	Pindamonhangaba	150*	14*	10*
	São Bento do Sapucaí-mirim			
	Lorena	-	-	-
	Caçapava	-	-	-
Paraibuna	São Luiz	10 a 16	-	-
	Ubatuba	-	-	-
Jacareí	Jacareí	10 a 16	-	-
	São José do Paraíba	30	-	-
	Mogi das Cruzes	-	-	-
Santos	Santos	130	-	-
	São Vicente	2 a 5	-	-
	Conceição de Itanhaém	2 a 4	-	-
	São Sebastião	2 a 4	-	-
	Vila Bela da Princesa	5 a 8	-	-
Iguape	Iguape	-	-	-
	Cananeia	-	-	-
	Xiririca	6 a 10	-	-
Capital	Capital	350 a 400	200	150
	Paranaíba	-	-	-
Itu	Itu	-	-	-
	Sorocaba	16 a 24	-	-
Itapetininga	Itapetininga	30 a 40	-	-
	Tatuí	-	-	-
Campinas	Campinas	150 a 200	25	12
	Jundiaí	50	-	-
	Bethlem	-	-	-
Bragança	Bragança	50 a 60	30	10
	Amparo	-	-	-
	Socorro	-	-	-
	Atibaia	10 a 16	-	-
	Nazaré	-	-	-
	Santo Antonio	-	-	-
	Campo Largo	-	-	-
Constituição	Constituição	70 a 80	-	-
	Capivari	16 a 20	-	-
	Pirapora	-	-	-
Mogi Mirim	Mogi Mirim	-	-	-
	Limeira	20 a 30	-	-
	Pirassununga	-	-	-
Rio Claro	Rio Claro	-	-	-
	Araraquara	30	-	-
Franca	Franca	-	-	-
	Batatais	-	-	-
	Casa Branca	-	-	-

*Soma do número de presos de Pindamonhangaba e São Bento do Sapucaí-mirim

FONTE: Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 14 de dezembro de 1859, p. 3-8.

Pelos dados obtidos, vemos que Campinas (25) e Bragança (30) ainda continuavam sendo as cadeias que mais recebiam presos. A cadeia campineira era tida pelo chefe de polícia como uma das principais da província, com segurança e bons cômodos, necessitando apenas

de pequenos reparos; a de Bragança estava bem construída, com cômodos suficientes e necessitando de alguns reparos para salubridade e segurança dos presos. Significativo era o fluxo em Pindamonhangaba e São Bento do Sapucaí-mirim que, juntas, receberam 150 presos naquele ano, embora a quantidade diária variasse entre 14 e 10. A cadeia pindamonhangabense era uma casa alugada, mal segura e pouco arejada, com duas prisões sem assoalho e tão pequenas que não acomodavam mais que seis presos; segundo Gavião Peixoto, quem se demorava lá sofria de saúde. O cárcere da freguesia de São Bento do Sapucaí-mirim tinha apenas um quarto de paredes de mão, sem comodidade nem segurança; os habitantes haviam começado um novo, mas ainda só tinha um muro de 4 palmos de altura³²³.

Outros números chamam atenção como a quantidade de presos em Santos e em Constituição; porém, com os dados apenas do fluxo anual, pouco podemos saber sobre a capacidade diária dessas instituições. A cadeia santista, pelo relatório de 1852, que vimos, chegou a receber 27 presos em um dia; mas a instituição que ainda estava funcionando era a cadeia velha, tida como muito úmida e insalubre. Já a da vila de Constituição era uma cadeia em péssimo estado e sem segurança³²⁴.

Em relação a Itu, Itapetininga e Franca, que vinham recebendo dotações específicas para a construção de novos cárceres, a situação não era promissora. Em Itu, ainda não existia cadeia, os presos eram conservados em “quartinhos”, onde permaneciam mais pela vigilância dos guardas do que pela segurança desses lugares; a cadeia em construção, de acordo com o chefe de polícia, “não se concluirá com brevidade”. Em Itapetininga, uma casa particular servia de casa de detenção, pois a nova ainda não havia sido terminada; e, em Franca, a cadeia velha era um “antigo e acanhado edifício em ruínas, que por esse motivo nenhuma segurança oferece, tanto que se faz necessário conservar os presos em ferros a fim de evitar sua evasão”³²⁵.

Podemos perceber, assim, que mesmo as cadeias que recebiam maiores consignações não podiam concluir as obras em razão de verbas insuficientes. Como vimos anteriormente, durante a década de 1860, a província investiu nas vias de comunicação gastando mais do que arrecadava, o que culminou em um alto endividamento, cujo plano de amortização levava a expectativa de liquidação para 1878. Assim, a construção de cadeias no interior, que já não era prioridade, tornou-se ainda mais secundária. Entre 1862 e 1869, não houve designação de

³²³Ibidem, p. 4-5.

³²⁴Ibidem, p. 5-7.

³²⁵Ibidem, p. 6-8.

verbas para cadeias específicas, apenas quotas gerais, cabendo ao presidente da província administrá-las conforme a necessidade³²⁶.

Em 1863, por exemplo, entrou em discussão um projeto de lei que previa a construção de uma casa de detenção em Botucatu. O deputado Pedro Taques defendia a construção, pois dizia não haver cadeia na região, que distava 18 léguas da cabeça de comarca, Itapetininga. Durante a primeira discussão, o deputado Martim Francisco, como membro da comissão da Fazenda, se mostrou contrário ao projeto, porque considerava que já havia providências a respeito no orçamento provincial. Achava mau decretar verbas parciais para este ou aquele município: “A intenção da comissão de orçamento é consignar uma quota suficiente para as cadeias da província, mas englobadamente, visto que confia na administração, e está certa de que ela fará uma justa distribuição desta quota”³²⁷.

Durante a discussão sobre o orçamento provincial daquele ano, no quesito “construção de cadeias”, o debate girou em torno justamente das propostas de se manter quota geral ou específica para as cadeias. O deputado Antônio Francisco de Paula Souza, outro membro da comissão da Fazenda, queria que a quota fosse geral, pois entendia ser esta uma questão administrativa; já Delfino Pinheiro de Ulhôa Cintra Júnior defendia as quotas com designação específica das cadeias a serem contempladas, como era feito com as estradas. Na réplica, Paula Souza argumentou que as estradas, pela importância econômica que tinham, não podiam ser contempladas ao arbítrio do presidente da província; já as cadeias podiam ter seu planejamento de construção feito administrativamente:

A designação da quota geral para estradas entendo que é um arbítrio de uma vastidão extraordinária e que não devemos deixar a administrador algum por maior confiança que ele nos mereça. As estradas são objetos que estão mais debaixo das vistas dos povos que as municipalidades, e os diferentes cidadãos que compõem a assembleia provincial podem conhecer e obter informações exatas colhidas *aliunde*; o que não acontece com matérias especialíssimas como essas pura e exclusivamente destinadas a certos fins governamentais. As estradas têm um fim comercial, todos estão interessados na sua manutenção, o que não acontece com as cadeias, casas de detenção, matrizes e outras obras que correm mais por conta e debaixo das vistas do administrador da província³²⁸.

³²⁶ Apenas no orçamento para 1868-1869, o artigo 65 determinou que se retirasse da consignação de 20:000\$000 para as cadeias da província, a quantia de 650\$660 para despesa com a cadeia de Santos.

³²⁷ Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 12 e 19 de fevereiro de 1863, p. 43 e 98.

³²⁸ Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 17 de março de 1863, p. 329.

Ulhôa Cintra respondeu que, com a quota geral, mantendo a designação para construção pelo executivo, as cadeias de algumas regiões, “cuja necessidade de reparos nós todos reconhecíamos, ficaram esquecidas”. Citava que em Franca e Mogi Mirim as obras estavam paradas. Paula Souza respondeu que sabia que muitas necessitavam de reparos, mas a individuação poderia caracterizar preferência. Alegava que ele e os demais membros da comissão estavam sendo estigmatizados como parciais “já porque vimos fazer favores a um amigo, já porque atendemos aos interesses políticos de nossa parcialidade”. Desejavam, portanto, agir de tal forma a evitar tais acusações:

Como pois designaríamos quota para esta ou aquela cadeia, quando depois poderíamos ser taxados por um dos nobres deputados do 3º distrito³²⁹ de parcialíssimos, de protetores, por exemplo de ricos contra pobres, ou de favorecer os municípios mais ricos? Eis a arguição constante que sofremos e que não é fácil desviar quando o espírito é um pouco argucioso e acostumou-se a marchar sofisticadamente³³⁰.

Cintra entendia que, se fosse aprovada realmente a quota geral, ela deveria ser aumentada, pois 40 contos, divididos “por diferentes cadeias, é coisa nenhuma”. Reclamava também do fato de se concentrarem as verbas na cadeia e na casa de correção da capital: “queremos ter o melhor quando não temos nem sequer o bom. Não temos cadeias nem sequer sofríveis, entretanto a comissão quer dar proporções majestosas à casa de correção!”³³¹.

Apesar das reclamações, a quota sancionada continuou sendo a geral, dando ao presidente da província o arbítrio de decidir qual cadeia receberia verbas. Com isso, as cadeias do 1º distrito receberam mais atenção que as outras, ficando o 3º distrito, como temia Ulhôa Cintra, esquecido. Em 1863, o presidente da província Vicente Pires da Motta mandou à câmara de Santos 10:000\$000 (da quota geral de 30:000\$000) para a conclusão das prisões

³²⁹ A partir do ano de 1856, o voto no Império era distrital; as províncias foram divididas em distritos eleitorais, e os deputados eram representantes dessas regiões. De 1860 a 1881, a província ficou dividida em três distritos: o 1º, com sede na cidade de São Paulo, compreendia as regiões da capital, Jundiaí, Atibaia, Bragança, Itu, Sorocaba, Porto Feliz, Santos, Iguape, São Vicente (área mais rica da província); o 2º, com sede na cidade de Taubaté, compreendia a região do vale do Paraíba e Ubatuba, Caraguatatuba, e o 3º, com sede em Mogi Mirim, compreendia Itapetininga, Botucatu, Itapeva da Faxina, Rio Claro, Campinas, Limeira, Belém do Descalvado, Franca, São João da Boa Vista (área mais afastada do centro administrativo e que continha a região mais pobre da província). Na sessão de 1863, Paula Souza era deputado pelo 1º distrito, e Pedro Taques e Ulhôa Cintra pelo 3º. Martim Francisco, apesar de ter sido eleito pelo 2º, residia no 1º distrito. Decreto imperial n. 1.822 de 17 de setembro de 1856. Decreto imperial n. 2.639 de 5 de setembro de 1860.

³³⁰ Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 17 de março de 1863, p. 330.

³³¹ Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 17 de março de 1863, p. 332-333.

do térreo³³²; em 1864, a cadeia santista recebeu nova dotação de 10:000\$000 porque as obras já estavam adiantadas³³³.

Já a cadeia de Mogi Mirim, do 3º distrito, por não haver mais quotas específicas, não recebeu mais dotação e ficou anos paralisada. Em 1865, o deputado Francisco Alves dos Santos, eleito por esse distrito, explicava que, com ela, já haviam sido gastos 14 contos na construção e mais 20 com os materiais; no entanto, parte das madeiras já estava deteriorada. Funcionava ainda a cadeia velha, que estava bastante arruinada, e por isso se evadiam constantemente os presos. O deputado disse que o presidente enviara 1:000\$000 para a obra, mas ele achava que com tal quantia nem os adobes era possível comprar; se desse, não sobrava para a mão de obra. Ademais, as casas de detenção da região eram tão inseguras que os presos tinham de ser colocados no tronco³³⁴.

Em 1865, a estrutura carcerária da província se constituía de uma casa de correção, 36 cadeias e 26 casas de detenção, mas poucas eram consideradas em boas condições. Além das cadeias de Campinas e Bragança, há alguns anos consideradas bem divididas e com segurança, havia ainda na comarca de Bragança a casa de câmara e cadeia de Atibaia, considerada espaçosa e bem construída. Na comarca de Itu, duas cadeias haviam sido inauguradas: a de Itu, que tinha cinco prisões no térreo e nas salas superiores funcionavam a câmara e o júri; e a de Sorocaba, um sobrado bastante espaçoso, com segurança e higiene. Em Jacareí, conquanto não fosse espaçosa, a cadeia estava bem dividida, com prisão forte, prisão de mulheres e outra para os presos de “melhor condição”³³⁵. Como podemos perceber, as cadeias em melhores condições eram as que ficavam nas regiões de maior desenvolvimento econômico, tendo inclusive duas em uma mesma comarca (Bragança e Atibaia; Itu e Sorocaba).

³³²Relatório do presidente da província de São Paulo, 3 de fevereiro de 1864, p. 5. O chefe de polícia João Guilherme Whitaker também solicitava a conclusão da cadeia santista, pois pretendia remeter os presos da cadeia da capital para lá, “não só porque diminuiria o grande número de presos que aqui se conservam como sendo estes acompanhados de maior força, serviria também esta força para coadjuvar as autoridades de Santos em presença dos desordeiros da estrada de ferro que infestam aquela cidade”. Esse intento, porém, nunca foi seguido. Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 23 de janeiro de 1864, p. 2.

³³³Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 24 de outubro de 1864, p. 11-12.

³³⁴Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 4 de março de 1865, p. 22-24. Alves dos Santos reclamava que, com quotas gerais, apenas os municípios do “norte” eram privilegiados, em detrimento do “sul” da província que, além do mais, era muito maior que o “norte”, mas tinha poucas estradas e recebia menos recursos. Sobre a divisão da província em norte e sul, [ver nota 9](#). Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 8 de abril de 1865, p. 190.

³³⁵Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 9 de janeiro de 1865, p. 80, 86, 88-89.

Se a província tivesse interesse em criar realmente as prisões de comarca, investiria nas cadeias das regiões mais longínquas e sem condições fazer a obra com recursos próprios. Na comarca de Franca, por exemplo, a cadeia nova da sede estava em construção e ainda era preciso manter os presos em ferros na antiga, que não tinha segurança e estava em ruínas. Em Batatais, os alicerces estavam se aluindo e o assoalho e as paredes estavam estragados pelas chuvas. De igual modo, não havia cadeias boas nas comarcas de Mogi Mirim, Constituição, Itapetininga, Iguape, Paraibuna, Taubaté, Guaratinguetá e Santos³³⁶.

Por isso, os presos continuavam a ser remetidos para a capital³³⁷ e, nesse sentido, o chefe de polícia reforçava, mais uma vez, a utilidade de se criarem cadeias fortes no interior:

No intento de evitar-se a aglomeração de presos na cadeia da capital, com o que se dão graves inconvenientes, quais os de avultada despesa, incômodos e perigos com a frequente remessa dos mesmos de uns para outros pontos, muitas vezes distantes e por maus caminhos, na maior parte destituídos de recursos, seria de mister criar ou concluir cadeias espaçosas e seguras, não em todas as povoações da província, como hoje se pratica, mas somente nas cidades ou vilas centrais e mais importantes das comarcas. Poder-se-ia, assim prover melhor sobre as necessidades deste ramo de serviço, poupando-se tanta despesa feita sem maior vantagem com as insignificantes e numerosas cadeias ou casas de prisão, que hoje contamos³³⁸.

Mas, com o endividamento provincial voltado para as estradas, os deputados não aceitavam as petições de construção de cadeias alegando falta de dinheiro nos cofres públicos. Em 1868, a comissão de fazenda, após analisar o pedido de conserto da cadeia de Batatais que, segundo o juiz de direito, não oferecia segurança, foi de parecer que não fosse, “nas atuais circunstâncias do tesouro, atendida esta reclamação, deixando-se para melhores tempos as justas observações”. O município de Faxina pediu auxílio para a construção da cadeia, de

³³⁶ Apesar dos altos investimentos, a construção da nova cadeia santista ainda não havia terminado e os presos continuavam nas prisões escuras, úmidas e pouco arejadas do antigo edifício. A transferência só ocorreu em 1869, quando a cadeia velha foi demolida. O novo edifício era grande e bem dividido. No térreo, havia quatro quartos para o corpo da guarda, comandante do destacamento e carcereiro; duas salas livres vastas; quatro grandes prisões fortes, duas enfermarias, cozinha, xadrez, latrinas, e quarto de banho e lavagem. No superior, havia vasto salão para júri com três saletas para juízes e sessões secretas; grande salão para câmara, quarto para arquivo, três salas menores para audiências e salas de espera para as partes e os empregados. Ibidem, p. 80-91. Relatório do presidente da província de São Paulo, 2 de fevereiro de 1870, p. 39. Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 10 de janeiro de 1870, p. 67-68.

³³⁷ Em Bananal, muitas vezes os presos eram transferidos até para a Corte, a fim de estarem em maior segurança os que esperavam julgamento, “fato que sobre irregular, acarreta algum desagrado à província, e sobretudo ao rico e importante município de Bananal”. Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 31 de dezembro de 1867, p. 12.

³³⁸ Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 9 de janeiro de 1865, p. 91-92.

chafarizes e de estradas; a comissão considerou que a construção da cadeia ficasse “esperada para quando melhorarem as finanças do tesouro”, que os chafarizes, “a não poderem ser feitos a expensas do município, muito menos pelos cofres da província poderiam ser construídos”; já quanto às estradas – principal interesse paulista – “a comissão não se olvidará de consignar no orçamento para aquela estrada que seja a principal via de exportação da Faxina”³³⁹.

No final da década de 1860, com a inauguração da estrada de ferro Santos- Jundiaí, a província experimentou um significativo crescimento econômico; se no ano financeiro de 1867-1868 havia arrecadado 1,593:852\$939, em 1868-1869, com a estrada em pleno funcionamento, a renda foi de 2,025:086\$693. Na expectativa de altas ainda mais expressivas, os projetos tidos “secundários” poderiam finalmente entrar em execução. Nesse sentido, a assembleia provincial, sem grandes debates, aprovou todos os planos de construção de cadeias propostos, procurando satisfazer a demanda reprimida nos anos anteriores. Dessa maneira, foram orçados 176:300\$000, distribuídos entre 42 instituições carcerárias³⁴⁰:

Orçamento provincial para 01/jul/1870 a 30/jun/1871

Artigo 31º. Cadeias.

§ 1º. Cadeia do Amparo.....	5:000\$000
§ 2º. Dita de Sarapuí.....	1:000\$000
§ 3º. Dita da Constituição.....	3:000\$000
§ 4º. Dita de Cabreúva.....	500\$000
§ 5º. Dita de Pirassununga.....	2:000\$000
§ 6º. Dita de Santo Amaro.....	1:000\$000
§ 7º. Dita de Serra Negra.....	3:000\$000
§ 8º. Dita de Botucatu.....	2:000\$000
§ 9º. Dita de Araraquara.....	10:000\$000
§ 10º. Dita de Areias.....	1:500\$000
§ 11º. Dita de Brotas.....	5:000\$000
§ 12º. Dita de Caçapava.....	1:000\$000
§ 13º. Dita de Caraguatatuba, para compra da casa que serve de cadeia.....	500\$000
§ 14º. Dita de Casa Branca.....	6:000\$000
§ 15º. Dita de Cunha.....	1:500\$000
§ 16º. Dita da Franca.....	9:000\$000
§ 17º. Dita de Guaratinguetá.....	2:000\$000
§ 18º. Dita de Iguape.....	8:000\$000
§ 19º. Dita de Itapetininga.....	10:000\$000
§ 20º. Dita de Itapeva.....	10:000\$000
§ 21º. Dita do Jaboticabal.....	4:000\$000
§ 22º. Dita do Jaú.....	4:000\$000
§ 23º. Dita do Juquiá.....	1:000\$000

³³⁹ Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 3 e 5 de março de 1868, p. 90 e 101.

³⁴⁰ Vale lembrar que foi também em 1870 que a assembleia aprovou a lei que previa a construção de uma nova cadeia da capital.

§ 24º. Dita de Lorena.....	12:000\$000
§ 25º. Dita de Mogi Mirim.....	2:000\$000
§ 26º. Dita da Limeira.....	6:000\$000
§ 27º. Dita de Nazaré.....	1:000\$000
§ 28º. Dita de Pindamonhangaba.....	4:000\$000
§ 29º. Dita do Rio Claro.....	5:000\$000
§ 30º. Dita de Santa Branca.....	4:000\$000
§ 31º. Dita de Santa Izabel.....	2:000\$000
§ 32º. Dita de S. José do Paraíba.....	2:000\$000
§ 33º. Dita de S. Luiz.....	12:000\$000
§ 34º. Dita de S. Roque.....	2:000\$000
§ 35º. Dita do Sapé.....	2:000\$000
§ 36º. Dita de Santos (40:000\$), sendo neste exercício.....	20:000\$000
§ 37º. Dita de Silveiras.....	500\$000
§ 38º. Dita de Tatuí.....	3:000\$000
§ 39º. Dita de Taubaté.....	4:000\$000
§ 40º. Dita de Una.....	1:000\$000
§ 41º. Dita de Xiririca.....	2:000\$000
§ 42º. Dita de Iporanga.....	800\$000

Nos anos seguintes, no entanto, a província sofreu com geadas e um consequente decréscimo significativo na produção de café. Assim, diante dos compromissos firmados com as companhias de estradas de ferro, as despesas tidas como de menor importância não puderam ser efetivadas. Com o auxílio às cadeias no exercício de 1870-1871, despendeu-se 77:931\$030 ou 44% do que havia sido orçado³⁴¹; este investimento foi, no entanto, bem maior do que já havia sido prescrito até então (45:500\$000 em 1858) e três vezes maior do que o estipulado no ano anterior (25:000\$000).

Essa quantia foi distribuída entre 29 cadeias, sendo os maiores valores para Santos (20:000\$000), São Luiz (9:000\$000) e Araraquara (5:000\$000) e os menores para Espírito Santo do Pinhal (48\$000) e Ubatuba (30\$000). Continuava, assim, o sistema de pulverização das verbas entre as cadeias, o que resultava em edifícios inacabados. Na tentativa de otimizar as verbas consignadas, os deputados provinciais, no orçamento para 1871-1872, determinaram que o governo só mandaria construir cadeias novas ou “reparar com inteira perfeição” os edifícios nas cabeças de comarca; nas outras povoações, as cadeias existentes sofreriam “apenas reparos indispensáveis para conservação e segurança”, e nas demais, que as não tivessem, seria alugada uma casa para servir de detenção dos criminosos.

Assim, esperava-se que os gastos excedentes fossem feitos pelos próprios municípios. A grande quantidade de instituições carcerárias estabelecidas na província, é bom lembrar, era requerida sobretudo por estes locais serem também casas de câmara. Em 1872, o chefe de polícia Sebastião José Pereira identificou esse problema e condenou o modelo:

³⁴¹Relatório do presidente da província de São Paulo, 2 de fevereiro de 1872, p. 12.

O sistema até hoje seguido é prejudicialíssimo aos cofres da província. Temos muitas cadeias principiadas, temos com elas despendido muito dinheiro, e de nenhuma tiramos proveito. A obra encetada não deve ser deixada em meio; há perda de materiais e de trabalhos feitos. Também deve ser condenado o sistema de anexar-se casas de câmara às cadeias. A província construa cadeias e as municipalidades edifiquem paços para suas sessões. A província fará menos despesa e as câmaras terão casas mais decentes e dignas delas³⁴².

Para o orçamento de 1872-1873, foi estipulado 30:000\$000 para as cadeias das cabeças de comarca, 15:000\$000 para as das outras localidades e 5:000\$000 para aluguel de casas de detenção. Os municípios que não foram contemplados tiveram de realizar empréstimos para aplicarem nas obras públicas locais; nesse sentido, Taubaté foi autorizada a contrair empréstimo de 12:000\$000 e a câmara de Brotas 4:000\$000 para aplicar em melhoramentos urgentes³⁴³.

Mesmo para a construção das cadeias das cabeças de comarca, às quais se pretendia priorizar, as verbas designadas pelos deputados continuavam sendo insuficientes. Embora tenham sofrido um aumento em números absolutos a partir da década de 1870, se observarmos o potencial apresentado em relação às receitas orçadas pela província, o investimento permaneceu baixo, e foi proporcionalmente menor ao realizado nas primeiras décadas (entre 1835 e 1849), especialmente no período imediatamente posterior à aprovação da lei de 1844 de classificação das prisões.

³⁴²Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 15 de janeiro de 1872, p. 25-26. Reiterado por ele próprio em 1876, quando era presidente da província. Relatório do presidente da província de São Paulo, 2 de fevereiro de 1876, p. 60.

³⁴³Lei n. 23 de 16 de março de 1873. Lei n. 61 de 15 de abril de 1873.

Tabela 6 – Relação entre as verbas orçadas para as cadeias do interior e a receita orçada para a província de São Paulo (1835-1889)

Anos	Verbas orçadas para as cadeias	Receita orçada da província	Porcentagem anual	Porcentagem período
1835	7:600\$000	243:700\$000	3,1%	3,2%
1836	10:000\$000	287:690\$000	3,4%	
1837	6:000\$000	315:198\$252	1,9%	
1838	8:593\$000	375:884\$960	2,3%	
1839	16:936\$540	431:375\$602	3,9%	
1840	14:000\$000	365:648\$000	3,8%	
1841	19:662\$000	431:760\$000	4,5%	4,7%
1844	43:000\$000	448:960\$000	9,5%	
1845	Não menciona	408:460\$000	0%	
1846	20:000\$000	422:160\$000	4,7%	
1847	12:000\$000	459:360\$000	2,6%	
1848	20:000\$000	497:160\$000	4,0%	
1849	30:000\$000	402:150\$000	7,4%	2,6%
1850	10:000\$000	486:450\$000	2,0%	
1851	12:000\$000	483:050\$000	2,5%	
1852	12:000\$000	564:090\$000	2,1%	
1853	12:000\$000	680:805\$000	1,7%	
1854	13:600\$000	551:600\$000	2,4%	
1855	10:000\$000	787:808\$000	1,2%	2,3%
1856	31:500\$000	766:500\$000	4,1%	
1857	30:000\$000	983:900\$000	3,0%	
1858	45:700\$000	1,095:722\$142	4,1%	
1859	30:000\$000	1,053:850\$000	2,8%	
1861	35:000\$000	1,116:513\$590	3,1%	2,5%
1862	30:000\$000	1,332:711\$366	2,2%	
1863	40:000\$000	1,637:101\$284	2,4%	
1864	40:000\$000	1,255:796\$700	3,1%	
1865	40:000\$000	1,315:250\$000	3,0%	
1866	20:000\$000	1,199:887\$000	1,6%	
1867	20:000\$000	1,250:900\$000	1,5%	1,8%
1868	20:000\$000	1,287:430\$000	1,5%	
1869	25:000\$000	1,350:800\$000	1,8%	
1870	176:300\$000	2,430:000\$000	7,2%	
1871	12:000\$000	1,500:000\$000	0,8%	
1872	45:000\$000	2,110:787\$000	2,1%	
1873	32:000\$000	2,063:115\$000	1,5%	1,8%
1874	50:000\$000	2,706:772\$665	1,8%	
1875	88:000\$000	2,236:760\$234	3,9%	
1876	55:000\$000	2,433:052\$000	2,2%	
1877	55:000\$000	2,587:285\$000	2,1%	
1880	30:000\$000	3,732:371\$176	0,8%	
1881	39:500\$000	3,807:892\$000	1,0%	1,8%
1882	83:200\$000	3,693:455\$300	2,2%	
1883	110:300\$000	3,743:460\$621	2,9%	
1884	76:600\$000	3,184:000\$000	2,4%	
1885	82:500\$000	4,167:610\$000	1,9%	
1886	94:500\$000	4,416:700\$000	2,1%	
1887	47:300\$000	4,149:000\$000	1,1%	0,7%
1888	40:500\$000	5,072:844\$000	0,7%	
1889	101:000\$000	5,061:120\$000	1,9%	

OBS: As verbas para as cadeias incluem as quotas gerais e as específicas e excluem as verbas para a cadeia da capital e para a Casa de Correção. Nos anos de 1842, 1843, 1860, 1878 e 1879 não foram sancionados orçamentos. A partir de 1881, além das quotas para cadeias específicas, houve também quotas gerais para obras públicas. FONTE: Coleção das leis promulgadas pela assembleia legislativa provincial de São Paulo (1835-1889).

Um dos motivos que podem ter levado a província a não ter como prioridade a construção de cadeias no interior parece ter sido o expediente muito utilizado de recolher a maior parte dos presos na cadeia da capital. Em 1872, durante a discussão sobre o orçamento, o deputado José Maria Correia de Sá e Benevides reclamou desse artifício, usado “sob pretexto de segurança pública” e contrário à legislação penal (pois os presos deveriam cumprir pena no foro de sua residência ou do delito), porque provocava “um movimento constante de presos” de uma localidade para outra e desta para a capital, o que acarretava grande despesa. Disse que, quando havia sido presidente em Minas Gerais (1869-1870), acabou com esse sistema abusivo, “com as remoções para a cadeia da capital” e, ao contrário do que os críticos acreditavam, não havia fugido nenhum preso das cadeias locais, ao passo que, durante os traslados para a capital, Ouro Preto, muitos conseguiam se evadir. Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, natural de Guaratinguetá, ponderou que isso ocorria em São Paulo porque em muitos lugares não havia cadeia, ao que Benevides retrucou:

O sr. BENEVIDES: - Não é por necessidade, porque na lei está o remédio; ela diz que, quando no lugar do delito não houver cadeia, o preso será remetido para a cadeia imediata. Mas, nesta província, dá-se o exemplo de presos da Faxina serem remetidos para esta capital; pois não há entre esta cidade e aquela uma cadeia segura? Respondam-me. (...)

O sr. P. VICENTE³⁴⁴: - Em Lorena não há.

O sr. BENEVIDES: - Em Guaratinguetá não há?

O sr. P. VICENTE: - Não há.

O sr. BENEVIDES: - Em Pindamonhangaba não há?

O sr. P. VICENTE: - Não há.

O sr. BENEVIDES: - Em Taubaté não há?

O sr. P. VICENTE: - Não há; pode vir até a capital que não encontra.

(...)

O sr. L. CHAVES³⁴⁵: - A razão é que ninguém quer criminosos em sua localidade; em Jacareí, por exemplo, é preso um criminoso, remete-se-o para Mogi das Cruzes; mas chega lá e o sr. dr. Corrêa não quer: passa adiante. É um jogo de empurra³⁴⁶.

Embora, de fato, algumas das cadeias citadas pelos deputados estivessem em más condições, outras poderiam abrigar presos com certa comodidade. Em 1872, a cadeia de Lorena era uma pequena casa em péssimo estado; a nova cadeia estava em andamento, mas dos 22:000\$000 orçados, só haviam sido despendidos 4:000\$000. A cadeia de Guaratinguetá, por sua vez, foi considerada pelo chefe de polícia um edifício cômodo, seguro e a par das

³⁴⁴Pedro Vicente de Azevedo, natural de Lorena.

³⁴⁵Joaquim Lopes Chaves, natural de Jacareí.

³⁴⁶Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 21 de março de 1872, p. 511-516.

necessidades locais. A cadeia de Taubaté era um sobrado de quatro faces com 125 palmos comprimento e 56 de largura, mas estava estragada e os consertos foram avaliados em 4:331\$000. Quanto à de Pindamonhangaba era considerada uma das melhores da província, mas precisava de reparos no telhado, pois as chuvas estavam deteriorando as taipas e, em breve, trariam a ruína do edifício. A de Mogi das Cruzes, contudo, era um bom edifício com prisões cômodas e seguras, necessitando apenas de pequenos consertos no assoalho do quartel³⁴⁷.

Desse modo, vemos que, ainda que algumas cadeias tivessem condições de abrigar os presos, a praxe era enviá-los para a cadeia da capital, diminuindo assim os custos locais com a manutenção e vigilância dos encarcerados. Essa medida foi facilitada, sobretudo, pela ampla rede de vias de comunicação da província e que agora eram aprimoradas com a implantação de estradas de ferro. O deputado José Francisco de Paula Eduardo, fazendeiro de café em Botucatu, lembrava, em 1873, que a primeira preocupação dos legisladores, e que devia ser levada em consideração em suas decisões, era: “temos de decretar estradas de ferro por quase toda parte”³⁴⁸.

Assim, para as cadeias do interior eram consignadas escassas verbas que, ademais, nem sempre eram usadas integralmente. No ano de 1873, foram gastos com cadeias apenas 22:183\$605, menos do que com matrizes (24:000\$000) e hospitais (25:000\$000)³⁴⁹. Por isso, mais uma vez, as câmaras municipais procuraram buscar recursos próprios para edificar sua casa de câmara e cadeia. Nesse mesmo ano, Belém do Descalvado apresentou um projeto à assembleia de criação de um imposto especial para a construção da cadeia; a câmara de Caçapava pediu autorização para contrair 10:000\$000 de empréstimo para as obras da igreja e da cadeia, além de um imposto especial de \$40 sobre cada arroba de café e algodão colhido no município. Em 1874, São José dos Barreiros solicitou empréstimo de 15:000\$000 e a criação de um imposto especial de \$50 para cada 15 kg de café por três anos para a conclusão da cadeia; em 1879, a câmara de Itatiba requereu autorização para emprestar 10:000\$000 com juro máximo de 10% ao ano por 10 anos para as obras da câmara e cadeia; em 1880, a câmara de Parnaíba foi autorizada a emprestar 4:000\$000 para a construção do edifício, devendo amortizar por suas rendas na razão de 40% anualmente³⁵⁰.

³⁴⁷Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 15 de janeiro de 1872, p. 29-33; 15 de janeiro de 1873, p. 11.

³⁴⁸Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 14 de fevereiro de 1873, p. 66.

³⁴⁹Relatório do presidente da província de São Paulo, 5 de fevereiro de 1874, p. 9.

³⁵⁰Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 11 de fevereiro, 15 e 17 de março de 1873, p. 15, 247, 162; 7 e 11 de fevereiro de 1874, p. 13 e 21; 6 de março de 1879, p. 77. Lei n. 161 de 2 de maio de 1880.

Enquanto as câmaras municipais procuravam construir as cadeias com recursos próprios, os gastos provinciais com a rubrica continuavam ínfimos. No ano de 1878, gastou-se apenas 20:558\$922, distribuídos para 18 cadeias interioranas, sendo as maiores quotas para Piracicaba (18:000\$000) e para a vila de Piedade de Sorocaba (1:030\$000), que havia sido começada por particulares, e as menores para Arujá (45\$840), São Pedro (42\$000) e Caçapava (32\$000)³⁵¹.

Dessa maneira, em 1879, o chefe de polícia João Augusto de Pádua Fleury afirmava que as melhores cadeias da província eram a da capital, Santos, Piracicaba, Pindamonhangaba e Campinas. As outras precisavam de consertos ou eram casas alugadas, impróprias para o fim a que se destinavam³⁵². As regiões com menor desenvolvimento econômico ou menor influência política não conseguiam estruturar-se administrativamente e ficavam de fora de dotações volumosas. Com isso, os presos continuavam a ser remetidos para a cadeia na cidade de São Paulo, prática condenada pelo chefe de polícia Joaquim de Toledo Pisa e Almeida:

A prática atualmente seguida de serem os réus enviados à capital, por falta de segurança nas prisões locais é prejudicial aos mesmos, e contrariando a designação das sentenças, torna-se ao mesmo tempo onerosa à província com o pagamento de passagens nas estradas de ferro, já para os ditos réus, já para as escoltas³⁵³.

Foi justamente o investimento em estradas de ferro, como vimos, e o comprometimento com o pagamento de juros às companhias férreas, que levou a província a ter um alto endividamento na década de 1880. No discurso de encerramento do presidente da assembleia Paula Souza, ele constatou que “a confiança excessiva nos recursos da província, animando o desenvolvimento de algumas estradas férreas de contestada oportunidade, veio perturbar a boa aplicação de nossas rendas”³⁵⁴.

Nesse sentido, alguns deputados procuravam justificar a dotação de verbas para as cadeias, demonstrando a importância do município. Em 1880, o barão do Pinhal³⁵⁵ solicitou a consignação de 10:000\$000 para a casa de câmara e cadeia de São Carlos do Pinhal (que só havia recebido 2:000\$000), justificando que este produzia 300 mil arrobas de café: “Ora, se

³⁵¹Relatório do inspetor do tesouro da província de São Paulo, 2 de janeiro de 1879, p. 86.

³⁵²Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 10 de dezembro de 1879, p. 28.

³⁵³Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 10 de novembro de 1878, p. 10.

³⁵⁴Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 17 de abril de 1880, p. 504.

³⁵⁵Grande produtor de café, com fazendas em São Carlos do Pinhal e Jaú. VASCONCELLOS, Barão de. VASCONCELLOS, Barão Smith de. **Archivo Nobiliarchico Brasileiro**. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, p. 355-356.

um município que concorre com tão avultada renda para os cofres da província não tem o direito de pedir o favor de uma pequena parcela dessa mesma renda, para obras de utilidade publica me parece que nenhum outro poderá, com melhor direito, pedir e merecer favores”. Na mesma linha, o deputado Nicolau de Souza Queiroz³⁵⁶ pediu 10:000\$000 para a cadeia em Belém do Descalvado que também exportava milhares de arrobas de café, mas, infelizmente, havia 12 anos que não tinha “representantes que façam valer suas questões”³⁵⁷. Ao falar da cadeia de Amparo, Carlos Norberto de Souza Aranha³⁵⁸, em 1883, lembrava que era o segundo município em exportação (mais de 600 mil arrobas de café), mas não tinha prisão segura; uma casa havia sido comprada por subscrição popular, mas reclamava providência havia 4 ou 5 anos³⁵⁹.

A fim de melhorar o sistema de dotação de verbas em obras públicas, a partir de 1881, as despesas com estradas, pontes, balsas, matrizes, cemitérios, hospitais, cadeias, entre outros passaram a receber uma quota única na rubrica “obras públicas em geral” e outra designando obras específicas nas quais as verbas seriam aplicadas. A quota da tabela das obras específicas era dividida igualmente entre os nove distritos eleitorais³⁶⁰, para que cada um pudesse racionar as quantias de acordo com as necessidades locais³⁶¹.

³⁵⁶Fazendeiro de café e acionista da estrada de ferro em Belém do Descalvado.

³⁵⁷Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 21 de fevereiro de 1880, p. 64-70.

³⁵⁸Nascido em Campinas, cafeicultor nas fazendas de Jaguari e Santa Clara, acionista da estrada de ferro Mogiana. NOGUEIRA, Almeida. **A Academia de São Paulo**: tradições e reminiscências. São Paulo: Typ. "A Editora", 1907-1912, vol. 9, p. 237-238.

³⁵⁹Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 15 de fevereiro de 1883, p. 226-230.

³⁶⁰A partir de 1881, os distritos eleitorais foram divididos em nove na província de São Paulo, como havia sido entre 1856 e 1860. O 1º distrito tinha como cabeça a cidade de São Paulo e abrangia as regiões de Santo Amaro, Itapeverica, Atibaia, Bragança, Mogi das Cruzes. O 2º distrito tinha como sede a cidade de Taubaté, e compreendia, entre outros, os municípios de Santa Izabel, Jacareí, Caçapava, São José dos Campos, Cunha, São Luiz do Paraitinga, São Bento do Sapucaí-mirim. O 3º distrito tinha por cabeça a cidade de Lorena e englobava as regiões de Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Bananal e Areias. O 4º distrito era liderado pela cidade de Itu, e composto por Sorocaba, Tatuí, Indaiatuba, São Roque, Jundiaí e Porto Feliz. O 5º distrito tinha por cabeça a cidade de Itapetininga e continha, entre outros, os municípios de Botucatu, Rio Novo, Lençóis, Itapetininga, Sarapuí e Paranapanema. O 6º distrito tinha por sede a cidade de Santos, e abrangia as regiões de Iguape, Xiririca, São Vicente, São Sebastião, Caraguatatuba, Ubatuba, Vila Bela e Paraibuna. O 7º distrito tinha como cabeça a cidade de Campinas, e englobava as regiões de Serra negra, Itatiba, Amparo, Mogi Mirim, Socorro e Pirassununga. O 8º distrito tinha por cabeça a cidade de São João do Rio Claro e tinha como principais municípios Piracicaba, Capivari, Brotas, Limeira, Santa Bárbara, Araraquara, São Carlos do Pinhal e Jaboticabal. Já o 9º distrito tinha por sede a cidade de Casa Branca e abrangia as regiões de São João da Boa Vista, Caconde, Mocóca, Batatais, Cajuru, Franca e Belém do Descalvado. Decreto imperial n. 8113 de 21 de maio de 1881.

³⁶¹Experiência parecida ocorreu nos orçamentos de 1873 e 1875, quando as verbas votadas para obras públicas foram divididas pelos três distritos eleitorais de então. Para 1873-1874, o 1º distrito decretou 7:000\$000 para três cadeias; o 2º distrito não decretou nenhuma quantia para esse verbete e o 3º distrito, mais deficitário nesse quesito, decretou 25:000\$000 para 13 cadeias. Para 1875-1876, o 1º distrito decretou 20:000\$000 para oito cadeias; o 2º, 33:000\$000 para 12 cadeias e o 3º, 35:000\$000 sem designação específica.

Contudo, as regiões menos ricas da província reclamavam da igualdade de investimentos, pois necessitavam de maiores estímulos para garantir uma estruturação que estava, havia anos, defasada. Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, residente em Rio Claro e deputado do 8º distrito, em uma discussão sobre construção de cadeias, lembrava que certas localidades eram olhadas com indiferença, tanto pelas comissões de Fazenda, no âmbito legislativo, quanto no executivo, pois não tinham “perante a administração da província a solicitude dos amigos. Os lugares que não tivessem proteção ficariam abandonados”. Para ele, o expediente de dividir a verba pública por igual era injusto, pois os antigos distritos já tinham tudo e podiam dispor da verba para “melhoramentos e embelezamentos das suas cidades e jardins, ao passo que os círculos das zonas mais novas que mais contribuem para a renda pública são dotados com verdadeiras migalhas”³⁶².

Prudente de Moraes, nascido em Piracicaba e deputado pelo 3º distrito, também denunciou o fato de que o presidente da província, Francisco de Carvalho Soares Brandão, não seguia as estipulações da tabela de quotas específicas. No orçamento para 1882-1883, a quota geral era de 182:650\$254 e a tabela específica de 274:000\$000; pelo relatório presidencial, contudo, haviam sido gastos 270:547\$511 como verba geral e apenas 86:368\$300 de verbas específicas. Prudente de Moraes disse que ele não havia empregado quantias urgentes como a da cadeia de Amparo (que era “um verdadeiro pardieiro estragado”), votada na assembleia. “Assim – dizia o deputado – Sua Excelência mostrou que nada valem para o governo as deliberações dos representantes da província”³⁶³.

Prudente de Moraes seguia seu discurso reclamando da cadeia de Piracicaba, cuja verba votada, de 2:000\$000, era insuficiente para os trabalhos. Era um edifício novo, mas o pavimento superior era metade do inferior (onde ficavam as prisões); assim, para aumentá-lo,

³⁶² Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 15 de fevereiro de 1883, p. 229.

³⁶³ Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 10 de março de 1883, p. 417-419. Nesse sentido, em 1888, muitos deputados continuavam a reclamar ainda da injustiça na distribuição igualitária das quotas gerais entre os distritos. Para o deputado pelo 5º distrito Eugênio Leonel Ferreira, advogado em Faxina, “a igualdade absoluta na distribuição das verbas é, nesse caso, uma ofensa às leis da relatividade”. Já o deputado Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, juiz do termo de Capivari e também pelo 5º distrito, quando da discussão sobre a construção de uma cadeia em Faxina, argumentou: “Se o 5º distrito tem maiores necessidades que os outros, como é que no orçamento onde justamente são distribuídas verbas para estas necessidades, é ele contemplado em igualdade de condições?! (...) Os outros distritos gozam mais ou menos de certas vantagens e comodidades de que está completamente privado o 5º distrito; bastando notar que todos em geral estão dotados de fáceis meios de comunicação, que tem mais pronta e mais rápida a ação da justiça e que neles, por exemplo, a falta de cadeia pode ser facilmente remediada, sendo os presos transferidos para a capital, ou para as comarcas vizinhas”. Como já vimos, das comarcas vizinhas e da própria Faxina, os presos, ao fim e ao cabo, eram remetidos para a capital. Os meios “mais fáceis” de comunicação a que o deputado se referia eram, certamente, as estradas de ferro. Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 7 de fevereiro de 1888, p. 191-193.

foi preciso descobrir o edifício, mas as obras paralisaram por ter-se esgotado a quantia; o prédio, então, atravessou a estação chuvosa sofrendo estragos com as águas que entravam pelo teto e pelas janelas, que estavam sem folhas nem vidraças. Dessa maneira, concluía o deputado, “o que é exato, sr. presidente, é que aquilo que se faria com 3:300\$, hoje não se faz talvez com o dobro em consequência dos estragos que tem sofrido o edifício”³⁶⁴.

Como podemos observar nas explicações de Prudente de Moraes, o que faltava à cadeia de Piracicaba não eram as prisões em si, mas a parte destinada à câmara municipal e às casas de audiência e júri, que ficavam no andar superior. Dessa maneira, podemos ver que, muitas vezes, a demanda não era por uma estruturação carcerária em todos os municípios da província, mas por uma estruturação administrativa, cuja despesa era municipal. Nesse sentido, a lei n. 40 de 11 de março de 1885, proibiu a instalação de vilas sem que estivessem já construídas “a expensas dos respectivos povos”, as cadeias e paços municipais. Essa medida era mais impositiva que os dispositivos anteriores que permitiam a elevação sem que a casa de câmara e cadeia estivesse inteiramente construída.

Em 1886, ao relatar o estado das cadeias da província paulista, o chefe de polícia Manoel Juvenal Rodrigues da Silva constatava que a imensa maioria estava em más condições e não podia abrigar encarcerados. Outras, porém, ele observava terem solidez e estrutura suficiente para abrigar condenados, mas mesmo assim mantinham em cárcere apenas os detentos, remetendo seus condenados para a cadeia paulistana.

Todavia pelo que tenho visto e pelo que tem chegado ao meu conhecimento, devo declarar que, se há na província prisões, verdadeiros antros imundos, focos de miasmas, que vitimam a desgraçados; há nas cidades principais sólidos prédios, que servem de cadeias públicas, ainda que em algumas delas não haja o asseio necessário, quer quanto à pintura e caiação, há muitos anos não renovadas, quer quanto ao sistema de limpeza, por falta de água e de esgoto para as matérias fecais. (...) Tive ocasião de certificar por mim mesmo, que algumas cadeias do centro da província, aliás bem construídas e nas melhores condições de segurança e limpeza, acham-se sem preso algum; porque os que nela existiam foram remetidos para a desta capital. Sendo isto muito inconveniente, não só porque, sem necessidade, ficam acumulados numa cadeia em péssimas condições, como é esta, um número de presos, que a sua lotação não comporta; como porque é preciso haver constantemente grande movimento de força pública, já muito escassa, para a condução desses presos na vinda e retorno, quando tem de responder ao júri, onerando-se os cofres públicos com passagens nos trens das ferrovias; por tudo isto, muito recomendo a V. S., que só em casos especialíssimos, que serão

³⁶⁴Ibidem.

declarados no ofício de remessa, mande presos para serem guardados na cadeia desta Capital”³⁶⁵.

Esta prática, em sua opinião, poderia ser abolida com algumas medidas. O chefe de polícia entendia que o melhor era fazer com que as cadeias do centro da província que já oferecessem segurança e comodidade servissem de depósito de presos da circunvizinhança, ficando, no entanto, as câmaras municipais originárias obrigadas por lei a pagar pelas despesas de seus presos. Com isso, lucraria o serviço público e também os cofres provinciais, por não terem de despender com transporte de soldados e presos. Segundo ele:

Semelhante medida já é com muito proveito adotada pela províncias da Paraíba e *Pernambuco*, havendo nesta uma boa cadeia na cidade de Flores e naquela na do Pombal, ambas sertanejas, em cada uma das quais são recolhidos e guardados os presos dos termos vizinhos, cujas cadeias não oferecem segurança, e cujo destacamento é nulo ou insuficiente para guardá-los³⁶⁶.

A proposta, contudo, não foi seguida e, na província paulista, continuou o sistema de dispersão das verbas entre várias cadeias. Entre novembro de 1886 e outubro de 1887, por exemplo, foram gastos 88:530\$555 distribuídos para 43 cadeias³⁶⁷. As verbas consignadas continuaram insuficientes para as necessidades das regiões mais pobres da província, ao mesmo tempo que certas localidades eram beneficiadas pela influência política e seu desenvolvimento econômico. No orçamento para 1886-1887, na quota geral de obras públicas – para estradas, pontes, balsas e edifícios públicos – de 200:000\$000 foi designado 30:000\$000 exclusivamente para a cadeia de Campinas³⁶⁸. Os outros municípios continuaram a ter de despender recursos próprios para concluir suas casas de câmara e cadeia³⁶⁹.

³⁶⁵Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 20 de janeiro de 1886, p. 19 e 21.

³⁶⁶Ibidem, p. 30-31 (grifo nosso).

³⁶⁷Relatório do diretor de Obras Públicas da província de São Paulo, 15 de novembro de 1887, p. 22-23.

³⁶⁸Em 1887, o deputado Arthur Prado justificava o pedido dizendo que a cidade de Campinas já tinha conquistado muitos “marcos no estádio do progresso e civilização” às custas de seus habitantes. Havia obras de beneficência, estabelecimentos de instrução, “que fazem honra à província e ao Império”, mas faltava uma cadeia, pois a atual era um contraste incompatível com as demais instituições. O projeto do edifício de casa de câmara e cadeia, porém, foi orçado em 98:685\$650. Além dos 30:000\$000 cotados no orçamento de 1886-1887, foram consignados 30:000\$000 no art. 7 da lei de orçamento provincial para 1889-1890. Essas verbas, contudo, não foram utilizadas. Nos anos de 1887 e 1888, gastou-se apenas 5:866\$300 para reparação e segurança da antiga cadeia. Relatório do diretor de obras públicas da província de São Paulo, 20 de novembro de 1888, p. 18-19. Relatório do presidente da província de São Paulo, 15 de novembro de 1887, p. 22-23; 10 de janeiro de 1888, p. 30.

³⁶⁹A lei n. 52 de 21 de março de 1888 permitiu a transferência da verba para a estrada de Caconde a Muzambinho, na província de Minas Gerais, para a construção da casa de câmara e cadeia de Caconde. No orçamento municipal para 1888-1889, a vila de Nazaré criou um novo imposto de 6\$400 e pôde utilizar o

Em 1888, o chefe de polícia Salvador Muniz repetia as conclusões de seus antecessores:

Jamais a província de São Paulo terá cadeias, a perdurar o sistema de se decretar pequenas verbas para o concerto e reparos de cada qual. Uma soma considerável e que reunisse todas as distribuídas para as diversas cadeias, seria bastante para a construção de uma, de duas ou de três, a começar pela da capital, e depois de certo número de anos possuir-se-ia algumas boas cadeias dignas desse nome³⁷⁰.

Assim, vemos que, com relação à estrutura carcerária, a província de São Paulo desde o início dos trabalhos legislativos, procurou dotar a região com um sistema que fosse condizente com o Código Criminal e os preceitos mais modernos de punição. Foi esse o sentido da aprovação da lei de 1844 de classificação das prisões, que proveria o interior com prisões centrais para abrigar os condenados à prisão simples e galés. Contudo, como os recursos provinciais estavam em grande parte voltados para a construção de estradas – de rodagem, num primeiro momento, e de ferro a partir do final da década de 1860 – priorizou-se a construção da Casa de Correção, instituição que trazia “honra” à província, a primeira a ser construída depois da Corte. Ademais, no fim do século, tinha quase a mesma capacidade que o estabelecimento do Rio de Janeiro.

Outro fator que dificultou a implantação do sistema prisional foi o surgimento cada vez mais crescente de municípios, que necessitavam da edificação de suas casas de câmara e cadeia; dessa maneira, como havia um interesse também municipal na construção desses edifícios, as localidades que tinham algum desenvolvimento econômico construíam-nos com recursos próprios. Já as verbas provinciais, por serem diminutas, acabavam sendo dispersas entre as vilas, e algumas quantias concentradas naquelas cujos deputados tinham influência política na assembleia. Já as regiões mais pobres e distantes do centro econômico, incapazes de construir as cadeias por seus próprios meios, permaneciam com cárceres improvisados.

No fim das contas, mesmo tendo algumas cadeias interioranas em boas condições, a província paulista aproveitou-se das vias de comunicação utilizadas para o escoamento da produção para enviar os condenados para a cadeia da capital. Esta, ao fim e ao cabo, foi mantida como a instituição central de toda a província, ficando as demais cadeias como simples casas de correção.

imposto provincial sobre aguardente, reses e subsídio literário para aplicar especialmente na sua casa de câmara e cadeia.

³⁷⁰Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 27 de abril de 1888, p. 13.

2 EXPERIÊNCIA PENAL EM UMA PROVÍNCIA REVOLTOSA: PERNAMBUCO

Tendo esta província um milhão de habitantes e contando mais de quatro mil presos recolhidos às suas cadeias, não pode prescindir de uma casa de correção ou penitenciária, onde cumpram sentença os réus que forem condenados à pena de prisão com trabalho. (...) Consequentemente, sr. presidente, as nossas prisões municipais, a casa de detenção e o presídio de Fernando de Noronha, estações estas que muitos dos condenados da província percorrem sucessivamente, como se tivessem de fazer um curso completo do crime, são mais próprios para corromper do que para moralizar o criminoso³⁷¹.

José Hygino, deputado provincial de Pernambuco

Durante a sessão da assembleia provincial de 1881, José Hygino Duarte Pereira, professor da Faculdade de Direito do Recife, procurava convencer os seus colegas da importância de haver, na capital pernambucana, uma casa penitenciária. Há mais de vinte anos as províncias de São Paulo, Bahia e a Corte já tinham essas instituições; já era tempo, segundo ele, de “preenchermos essa sensível lacuna das instituições da província, associando-nos também ao movimento reformador das prisões”. Duarte Pereira observava ainda que as prisões do interior, a casa de detenção e o presídio de Fernando de Noronha estavam repletos de condenados que não tinham nenhum estímulo à regeneração e reintegração à sociedade.

De fato, conforme pudemos acompanhar, a província de Pernambuco optou por construir uma Casa de Detenção em Recife (que abrigava além de detentos, condenados às mais diversas penas) e prisões centrais pelo interior, além de dispor do excedente fazendo envios sistemáticos de presos para a ilha de Fernando de Noronha. Um dos motivos para a estrutura carcerária ter ocorrido dessa maneira pode ter sido a alta densidade demográfica da província ao longo do século XIX.

Em 1819, quando ainda possuía as comarcas do São Francisco e Alagoas, a província tinha 368.465 habitantes, numa razão de 1,38 habitantes por km², enquanto São Paulo (ainda com a comarca de Curitiba) tinha 238.323 moradores, à razão de 0,49 hab./km², e Mato Grosso apenas 37.396 residentes, na incrível razão de 0,02 hab./km². Nessa época, Pernambuco possuía a 4ª maior população livre do Império (só perdendo para – em ordem

³⁷¹ Anais da assembleia legislativa provincial de Pernambuco, 20 de abril de 1881, p. 202-205.

decrecente – Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia) e a 5ª maior em número de escravos (tendo à frente, na mesma ordem, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Maranhão)³⁷². Em 1872, com as províncias já possuindo as configurações atuais, a densidade pernambucana era ainda maior. Com 841.539 moradores, a razão era de 8,58 hab./km²; a província paulista, mesmo com o início da expansão a oeste, tinha aumentado a população significativamente para 837.354, mas a relação com o território ainda era de 3,37 hab./km². Correndo por fora estava a província de Mato Grosso que, apesar de ter quase dobrado a população (60.417), esta era, ainda, bastante rarefeita (0,04 hab./km²). Neste ano, Pernambuco era a 3ª província em termos de população livre (atrás de Minas Gerais e Bahia) e a 5ª em número de escravos (sendo as primeiras Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo)³⁷³.

Ao adentrar o século XIX, Pernambuco já tinha os seus “sertões” (agreste e sertão) conhecidos e povoados³⁷⁴. Enquanto o açúcar predominou na faixa litorânea, a penetração pelo interior foi feita para apresamento de índios e busca de pastagens para o gado; a ocupação holandesa, no século XVII, intensificou esse processo. No século XVIII, a região entre o litoral e o sertão iniciaria uma nova atividade econômica com a produção algodoeira³⁷⁵.

Em 1711, Antonil dizia que nos currais pernambucanos havia mais de 800 mil cabeças de gado³⁷⁶, que comerciavam com Recife e Olinda, mas também com as zonas mineradoras de

³⁷²JANCSÓ, István (org.) **Cronologia de História do Brasil Monárquico** (1808-1889). São Paulo: Departamento de História da FFLCH-USP, 2000, p. 4. Os dados sobre as áreas das províncias (atuais estados de SP, PR, PE e AL) foram obtidos no site do IBGE. A área da comarca de São Francisco era de aproximadamente 140.000 km². MARTINS, Herbert Toledo. A retaliação de Pernambuco: o caso da comarca do rio de São Francisco. In: **Clio**: revista de pesquisa histórica. Recife: UFPE, vol. 28.2, 2010. A área da província do Mato Grosso (que abrangia os atuais estados de MT, MS e parte de Rondônia) foi calculada conforme relato do presidente da província. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1849, p. 9.

³⁷³Em 1890, a relação entre as províncias (agora estados) pouco havia se alterado, apesar do crescimento paulista ter sido maior. Com 1.384.753 residentes, a densidade demográfica paulista era de 5,57 hab./km²; Pernambuco continuava com maior concentração de pessoas (1.030.224), na razão de 10,5 hab./km². Mato Grosso havia crescido em um terço (92.927), expresso na densidade de 0,06 hab./km². Eram, respectivamente, o terceiro, o sexto e o último estados brasileiros em números absolutos de população. Recenseamentos gerais de 1872 e 1890.

³⁷⁴De fato, a concentração populacional era na zona da mata, sobretudo por conta da economia açucareira, que demandava grande mão de obra; mas a população foi se espalhando ao longo do XIX. Se em 1782, a região litorânea reunia 90% dos moradores, em 1826, a proporção era de 66%. MELLO, Evaldo Cabral de. **A ferida de Narciso**: ensaio de história regional. São Paulo: Senac, 2001, p. 70. Por estar com seu território já conhecido e povoado, a província de Pernambuco não teve de enfrentar problemas com índios bravios, como tiveram as províncias paulistas e mato-grossenses. Em 1838, por exemplo, havia na província apenas 2.094 índios, sendo a maior parte concentrada na comarca de Garanhuns, no agreste (803). Na comarca de Flores, no sertão, só habitavam 122 indígenas. Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1839, mapa.

³⁷⁵ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão territorial no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2004, cap. 1 a 3.

³⁷⁶Embora houvesse ainda áreas despovoadas entre o agreste e o sertão, já que os que primeiro adentraram essa região vieram da capitania da Bahia (sertões de dentro). Os que habitavam a capitania de Pernambuco primeiro

Minas Gerais e Goiás. Na travessia que Caetano Pinto de Miranda Montenegro fez de Cuiabá a Recife, para assumir o governo da capitania pernambucana, em 1804, ele relatou ter encontrado um número exagerado de vadios e criminosos na região do rio São Francisco, que se valiam da proximidade com a fronteira baiana para escaparem de qualquer punição. Para assegurar a administração da justiça no local, em 15 de janeiro de 1810, foi criada a comarca do “Sertão Pernambucano”, compreendendo as povoações de Cimbres, Garanhuns, Tacaratu, Cabrobó, Barra do Rio Grande, Pilão Arcado e Carinhanha, com sede em Flores, elevada à vila pela mesma lei³⁷⁷.

Possivelmente, essa necessidade de uma administração judicial mais presente tenha levado, mais tarde, a província de Pernambuco a ser uma das poucas que manteve a figura do prefeito (um intendente municipal do presidente da província com funções de polícia) até a lei de reforma do código de 1841, quando veio a ser substituído pelo delegado. Criado pela lei provincial de 1836, o prefeito tinha a função de, entre outras coisas, prender pessoas suspeitas; manter a segurança individual dos habitantes; mandar realizar rondas e dissolver ajuntamentos perigosos; fiscalizar o regime das prisões; realizar o corpo de delito e executar as sentenças criminais³⁷⁸.

Considerando sua vegetação e clima, o território da província pernambucana pode ser classificado em três grandes regiões: zona da mata, agreste e sertão. A zona da mata compreendia todos os 170 km de extensão costeira, penetrando 60 km para o interior no norte e 130 km no sul. Era subdividida em mata úmida (ou mata sul), com solo massapê mais fértil e argiloso, que se estendia do Recife à fronteira alagoana ao sul e até a cidade de Quipapá a oeste, abrangendo as vilas de Jaboatão, Escada, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Água Preta

desbravaram os “sertões de fora”, litorais sul (Alagoas) e norte (da Paraíba até Maranhão). Segundo Capistrano de Abreu, até a segunda metade do XVIII, a ocupação que vinha do litoral chegava até a região de Bezerros, a 15 léguas do litoral; foi no governo interino do bispo Azeredo Coutinho (1798-1804), que foi aberto um caminho da praça de Olinda até os sertões de São Francisco. ANTONIL, André João. Da grande extensão de terras para pasto, cheias de gado, que há no Brasil. In: **Cultura e opulência do Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1982, cap. 1 da 4ª parte. ABREU, J. Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1988, p. 39-41. PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. vol. 1. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1945, p. 56-57. ANDRADE, M. C. de. op. cit., 2004, p. 46-47.

³⁷⁷Por alvará de 3 de junho de 1820, a comarca foi desmembrada, sendo criada a de Rio de São Francisco, com sede na vila da Barra. MARTINS, H. T. op. cit.

³⁷⁸DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005, p. 121-122. Em São Paulo, a lei dos prefeitos, aprovada em 11 de abril de 1835, foi abolida em 29 de janeiro de 1838. Segundo o presidente da assembleia, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, ela “arrancara das mãos dos empregados de eleição popular poderes importantes para os entregar a uma criatura do só presidente, concentrara demais energias dispersas”. Há que se lembrar, contudo, que essas leis eram distintas; embora a paulista determinasse, entre outras coisas, que a ordem policial ficaria nas mãos do prefeito, a pernambucana detalhava muito mais suas funções nesse âmbito. Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo, 7 de março de 1838, p. 161.

e Barreiros, entre outras; e mata seca, ao norte, com solo arenoso e menos incidência de chuva, compreendendo as regiões de Itambé, Goiana, Nazaré, Igarassu, Pau d'Alho, Vitória e São Lourenço da Mata.

A principal economia na zona da mata sul era a canavieira, com plantações de grande propriedade escravista, sendo o transporte do açúcar para a costa feito principalmente por cabotagem. No início do século XIX, com a independência do Haiti (1801-1805) e o bloqueio continental napoleônico (1805-1814), houve um aumento do preço do açúcar, mas, com a concorrência do açúcar de cana antilhano e do de beterraba europeu, a desvalorização foi cada vez mais crescente, a ponto de, apesar do aumento da produção (o número de engenhos de açúcar saltou de 500 para mais de 2.000 ao longo do século³⁷⁹), o rendimento na década de 1870 ter sido o mesmo de duas décadas antes. Os novos processos de vaporização e cozimento utilizados na cana antilhana permitiam a extração do dobro de açúcar dos caldos sacaríferos, e o açúcar de beterraba europeu era invariavelmente subsidiado pelos governos, o que barateava a produção e reduzia os preços. A indústria açucareira de Pernambuco viu-se então estagnada pela falta de estímulos à modernização das máquinas e do escoamento, e o alto custo da produção³⁸⁰.

Já a mata norte, que também era açucareira, sofreu um surto algodoeiro no final do século XVIII, que foi se deslocando gradualmente até o agreste; assim, se antes os descaroçadores de algodão ficavam a duas léguas de Recife, passaram depois para Goiana, Limoeiro, até Bom Jardim³⁸¹. Nesse sentido, era mais populosa que a sul, sobretudo porque contava também com pequenos agricultores que cultivavam mandioca e fumo; ademais, dois terços da lavoura algodoeira desta região era feita com mão de obra livre. Goiana despontava como segundo núcleo urbano de Pernambuco e funcionava como intermediária no comércio entre Recife e o sertão³⁸².

A segunda região, mais para o centro da província, conhecida como agreste, com extensão de 20 léguas, sofria com a irregularidade das estações e a escassez de água. Tradicionalmente, seus habitantes se ocupavam de pequenas lavouras e plantação de algodão

³⁷⁹EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**. A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 1977, cap. 6.

³⁸⁰Ibidem, p. 32-33 e 41. MILET, Henrique Augusto. **Os quebra-quilos e a crise da lavoura**. São Paulo: Global; Brasília: INL, 1987, p. 43.

³⁸¹PRADO JÚNIOR, C. op. cit., p. 145.

³⁸²“No século XVIII, o litoral da mata seca já havia adquirido fisionomia própria, que a distinguia da costa meridional pela diversificação econômica, o que subentendia um comércio intenso com o Recife, em farinha, pescado, fumo, cocos, cal, lenha, sal. Daí que em toda marinha setentrional vivesse uma população livre, de surpreendente densidade, como constatavam surpreendidos os viajantes estrangeiros”. MELLO, E. C. de. op. cit., p. 71-73.

de pequena e média propriedade³⁸³. Algumas vilas da região eram Limoeiro, Brejo, Bezerros, Una, Caruaru, Garanhuns e Panelas. O algodão pernambucano sempre se beneficiou com a diminuição da produção norte-americana, especialmente durante as guerras de independência (1777-1783 e 1812-15) e a de Secessão (1861-1865), períodos em que a baixa na oferta aumentou o preço significativamente. Durante a Guerra Civil, por exemplo, os valores de venda quadruplicaram; contudo, assim que os estados sulistas se reorganizaram com a utilização de mão de obra livre, o algodão brasileiro perdeu mercado³⁸⁴. Além disso, por conta das longas distâncias com o porto exportador do Recife (200 ou até 300 km), o transporte era caro e a produção se tornava pouco remuneradora³⁸⁵.

No grande sertão, com constantes secas e solo mais árido, destacavam-se vilas como Buíque, Flores, Vila Bela, Tacaratu, Salgueiro, Exu, Granito, Leopoldina e Petrolina. Por conta da grande distância com o litoral, a agricultura para fins de exportação era praticamente inviável, por isso, as lavouras que existiam era para comércio local³⁸⁶. A maior parte da região era composta basicamente de grandes fazendas de criação de gado, de fácil transporte, fosse para fornecimento de carne e couro, fosse para a venda desses animais para serem utilizados nas moendas dos engenhos³⁸⁷.

O terreno pernambucano era, de um modo geral, pouco acidentado, o que facilitava o estabelecimento, a abertura e a manutenção de estradas; elas serviam tanto para a demanda de carne e couro do litoral, como para articular o sertão e ligar as povoações estabelecidas, permitindo deslocamentos, inclusive para que a população fugisse das regiões áridas em tempos de seca³⁸⁸.

Ademais, além do território continental, pertencia à província de Pernambuco o arquipélago de Fernando de Noronha, tido como presídio militar, em que se permitia o envio de condenados a degredo, galés e os moedeiros falsos. Contudo, ao longo do século, a ilha se

³⁸³ SOCIEDADE AUXILIADORA DA AGRICULTURA DE PERNAMBUCO. **Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife**. Outubro de 1878. Recife: Typ. De Manoel Figueroa Faria & Filhos, 1879. Edição Facsimilar publicada pela Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1978, p.211-212.

³⁸⁴ ANDRADE, Manuel Correia de. Introdução. In: MILET, H. A. op. cit., p.11.

³⁸⁵ MILET, H. A. op. cit., p.38, 42.

³⁸⁶ Embora nas regiões de Vila Bela e Floresta ainda houvesse algumas plantações de algodão. SOCIEDADE AUXILIADORA DA AGRICULTURA DE PERNAMBUCO. op. cit., p.211 e 370.

³⁸⁷ ANDRADE, M. C. de. Introdução. In: MILET, H. A. op. cit., p.21-22. PRADO JÚNIOR, C. op. cit., p. 183 e 189.

³⁸⁸ PRADO JÚNIOR, C. Vias de comunicação e transporte. In: op. cit., p. 235-241. Na zona de mata, contudo, as estradas necessitavam de maiores manutenções; por ser de clima mais úmido, as vias dessa área sofriam com os alagamentos e passagens de camboas. Para melhorar esses caminhos, entre 1840 e 1846, o engenheiro Louis Vauthier estabeleceu um novo sistema de vias, com estradas mais largas e trechos empedrados, como a de Santo Antônio. FREYRE, Gilberto. Introdução do autor à 2ª ed. In: **Um engenheiro francês no Brasil**. Vol. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, p.380-387.

tornou depósito de presos de quase todas as províncias do país – mas, em número expressivamente maior, de presos pernambucanos – condenados às mais variadas penas, além de receber também os incitadores de várias revoltas.

Mapa 2 – Esboço da carta corográfica da província de Pernambuco, 1874. FONTE: *Biblioteca Nacional*. ARC.001,02,007 – Cartografia. Repartição de Obras Públicas da província de Pernambuco. 1 mapa col.; 66 cm x 95 cm.

De fato, a região de Pernambuco sofreu com agitações sociais desde os tempos da invasão holandesa (1630-1654), quando a sede da capitania, Olinda, foi incendiada pelos batavos, que transformaram Recife, porto olindense, em capital e centro comercial (chamada então Mauriceia). Na luta pela restauração, em 1649, os pernambucanos fizeram um cerco a Recife, devastando os campos vizinhos que serviam de abastecimento, e forçando a retirada dos holandeses. Com isso, Recife voltou a ser povoação de Olinda³⁸⁹. A partir de então, contudo, dois grupos passaram a requerer a liderança política da vila: os mascates portugueses de Recife e os senhores de engenho de Olinda³⁹⁰; esses embates, que ficaram conhecidos como Guerra dos Mascates (1710-1711), terminaram com a conquista da autonomia política por Recife, que foi elevada à vila em 1711³⁹¹. Entretanto, as disputas sobre a sede política de Pernambuco continuaram, culminando na escolha de Recife como capital da província, após decisão do conselho provincial, apenas em 15 de fevereiro de 1827³⁹².

Ao longo do século XIX, a província sofreu constantemente com agitações sociais que, mesmo quando contavam com líderes da elite, abrangiam todas as camadas sociais³⁹³. O anseio por maior autonomia e pelo fim do pacto colonial e dos novos

³⁸⁹MELLO, E. C. de. op. cit., 25-40. SETTE, Hilton. ANDRADE, Manuel C. **Geografia e história de Pernambuco**. Recife: Editora do Brasil, 1955, p. 120-130. Ver também: MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654)**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Forense Universitária/ Edusp, 1975.

³⁹⁰Enquanto os senhores de engenho possuíam o poder político, os mascates portugueses detinham o poder econômico, pois, além de oferecerem adiantamento para os proprietários de terras, também cuidavam da arrematação de impostos, do tráfico negreiro, da navegação de cabotagem, além de serem proprietários de imóveis. MELLO, E. C. de. op. cit., p. 56-57.

³⁹¹MELLO, E. C. de. op. cit., p. 41-67. SETTE, H. ANDRADE, M. C. op. cit., p. 133-135. Ver também: MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates**, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Editora 34, 2003.

³⁹²COSTA, F. A. Pereira. *Anais Pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual/ Secretaria do Interior e Justiça, 1965, vol. 7. Recife: FUNDARPE, 1983-1985, p. 487-490. Essa escolha, de todo modo, demorou a ser consagrada. Tanto que a lei que previa a construção de duas Faculdades de Direito no país, uma na região sul e outra na norte, de 11 de agosto de 1827, indicou Olinda como a sede setentrional. A instituição foi estabelecida no mosteiro de São Bento; o ensino, no entanto, era tido pelos coevos como precário e, como a maioria dos professores e estudantes residia na capital, o curso foi transferido para Recife e reformulado em 1854. Entre as décadas de 1860 e 1880, floresceu um movimento intelectual, filosófico e jurídico na instituição, conhecido como *Escola do Recife*. SILVA, Antonio Henrique Ferreira da. A faculdade de direito do Recife e a nova ordem social: o bacharelismo como fonte imaginária de poder. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História*. Florianópolis: ANPUH-SC, 2015. BEVILAQUA, Clóvis. **História da faculdade de Direito do Recife**. 2ª ed. Brasília: INL, 1977.

³⁹³Quando visitou a província, em 1817, o francês Tollenare perguntou aos moradores se os negros davam motivos para inquietação, ao que lhe responderam que, a este respeito, gozava-se em Pernambuco da mais completa segurança. Mas, nas suas observações, descobriu outro motivo de desassossego: “Tranquilos do lado dos negros, os portugueses não o estavam, porém, do dos crioulos brasileiros [termo que se refere aos homens nascidos na América portuguesa]. Estes, mais indolentes, invejam a

impostos para a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro movimentou a capital pernambucana em 1817, o que levou à capitulação do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro e à instalação de um governo provisório³⁹⁴. Contudo, tropas foram encaminhadas pelo Rio de Janeiro, com o apoio das autoridades na Bahia, comandadas por Luís do Rego Barreto, instituído o novo governador de Pernambuco; em pouco tempo, os principais líderes foram fuzilados e os demais levados para cadeias baianas. Além disso, como punição, Pernambuco perdeu uma parte da zona da mata sul, que era a comarca de Alagoas, agora transformada em capitania³⁹⁵.

Com a Revolução constitucionalista do Porto de 1820, na qual foram redefinidas as relações da antiga metrópole com o Brasil, nasceu a possibilidade de os insurretos verem satisfeitos seus anseios de reestruturação política. Enquanto Luís do Rego aguardava instruções da corte para instituir um governo com novas bases liberais, a junta baiana soltou os presos participantes de 1817, que se reuniram em Goiana (com milícias de Pau d'Alho, Tracunhaém e Nazaré), e proclamaram uma junta provisória. Em apoio a

prosperidade comercial dos europeus". TOLLENARE, L. F. de. **Notas dominicaes**. Tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos anos de 1816, 1817 e 1818. Parte relativa a Pernambuco. Recife: Jornal do Recife, 1905, p. 175-176.

³⁹⁴ Composto por representantes de vários grupos sociais: o padre João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro, o capitão militar Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa, o advogado José Luís de Mendonça, o comerciante Domingos José Martins e o senhor de engenho Manoel Correia de Araújo; em pouco tempo, aderiram à insurreição regiões da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. SETTE, H. ANDRADE, M. C. op. cit., p. 136-142.

³⁹⁵ Curiosamente, era a mata norte que apoiou os movimentos insurrecionais, enquanto da mata sul vinha a repressão. E foi o surto algodoeiro que expôs as diferenças de interesses entre as duas matas: "Enquanto para o algodão o objetivo maior era a preservação da liberdade de comércio, o açúcar, embora também desejasse mantê-la, tinha de levar em conta que a antiga metrópole continuava a ser seu principal entreposto e que os capitais lusitanos (quatro ou cinco grandes comerciantes reinóis estabelecidos na praça) ainda financiavam e comercializavam a produção açucareira e garantiam o suprimento de mão de obra africana". Já o algodão, em 1823, era vendido principalmente para Inglaterra e França, não sendo mais necessário o intermédio português. Os mobilizados nas revoltas também eram diferentes; enquanto a mata seca tinha mais contato com os moradores do agreste e do sertão, a mata sul tinha um cinturão de floresta atlântica que impedia o contato com o interior; nessas áreas, viviam brancos pobres, índios e negros papa-méis (escravos fugidos), que eram conclamados pelos senhores de engenho a reprimir as revoltas. Nesse sentido, Marcus Carvalho apresenta relatos de homens livres pobres que fizeram interpretações pessoais das revoltas pernambucanas e apoiaram diferentes lados conforme os seus interesses. Muitos capitães-mores, por exemplo, estavam insatisfeitos com o governo de Luís Barreto, pois haviam sido substituídos por oficiais do Exército nas funções policiais. Além disso, a oferta de armas para a população a fim de ganhar adeptos para as insurreições teve como consequência o aumento do banditismo rural. MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Editora 34, 2004, cap. 1. CARVALHO, Marcus J. M. de. Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste (1817-1848). In: JANCSÓ, István (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: HUCITEC/ FAPESP, 2005, p. 881-914. BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. 1817. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). **Revoltas, motins e revoluções**. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011, cap. I. BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. ACIOLI, Vera Lúcia Costa. ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. **Fontes repatriadas**. Anotações de história colonial. Referenciais para pesquisa. Índices do catálogo da capitania de Pernambuco. Recife: UFPE, 2006, p. 9-10.

Rego Barreto, Recife (juntamente com as milícias da mata sul – Cabo, Ipojuca, Rio Formoso e Água Preta) montou uma reação. Durante a invasão dos goianistas a Recife, assinou-se a Convenção de Beberibe que previa a eleição de uma junta de governo, presidida então por Gervásio Pires Ferreira, ex-combatente de 1817. Nas ruas, houve um movimento de expulsão de autoridades portuguesas ligadas ao Antigo Regime e a ascensão de “brasileiros” a estes cargos. Pires Ferreira queria assegurar a autonomia frente a Lisboa e frente ao Rio de Janeiro; por isso, observava os rumos das Cortes portuguesas e as ações de d. Pedro I para decidir qual caminho seria melhor para Pernambuco. Essa demora resultou na dissolução da junta (mesmo após ter aderido à causa brasileira) e a organização de outra, presidida pelo goianista Paula Gomes (conhecida como Governo dos Matutos, composta por senhores de engenho da mata norte e da mata sul), que logo foi substituída por um conselho presidido por Manuel de Carvalho Paes de Andrade, também participante de 1817³⁹⁶.

Com a dissolução da Assembleia Constituinte em novembro de 1823, e a outorga da Carta em 1824 (que instalava o poder moderador e previa a subdivisão das províncias), os ânimos se acirraram, pois a garantia da autonomia provincial havia sido perdida. Em 2 de julho, Manuel de Carvalho Paes de Andrade – que havia sido eleito presidente do novo governo – proclamou a Confederação do Equador, governo republicano que abrangia Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Piauí e Pará. Dois meses depois, contudo, a nova república, cuja convulsão social teve abrangência muito maior que a de 1817, foi derrotada pelo governo imperial, que chancelou a conquista com a condenação à morte de seus principais líderes. No bojo das sanções punitivas, a província pernambucana perdeu mais uma parte de seu território, a comarca de São Francisco, que passou a pertencer primeiro a Minas Gerais, ainda em meio às convulsões de 1824, e, três anos depois à Bahia³⁹⁷.

Reuniões de liberais constitucionais continuaram a ocorrer na década de 1820, em Olinda, Recife e Goiana³⁹⁸. Em 1829, um movimento de menor expressão liderado

³⁹⁶MELLO, E. C. de. op. cit., 2004, cap. 2. BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. A gente ínfima do povo e outras gentes na Confederação do Equador. In: DANTAS, M. D. (org.). op. cit., cap. III.

³⁹⁷O decreto de desmembramento da comarca de São Francisco foi assinado por d. Pedro em 7 de julho de 1824, com o objetivo de “salvar meus fiéis súditos do contágio da sedução e impostura, com que o partido demagogo pretende ilaqueá-los”. Em 15 de outubro de 1827, a comarca foi transferida para a província baiana. MARTINS, H. T. op. cit.

³⁹⁸As ações do governo central também assustavam a população livre e liberta “de cor”; em 1828, por conta do censo provincial que começou a ser feito, nos termos da mata sul de Ipojuca, Escada e Água Preta (onde havia grandes engenhos), multidões invadiram igrejas e prédios públicos querendo ver os

pelo militar João Roma (filho de um dos mártires de 1817), iniciou-se na região de Afogados, no Recife. Os rebeldes começaram a mobilizar pessoas, conclamando a revolução; perseguidos, fugiram para Vitória de Santo Antão (na mata norte), onde libertaram presos da cadeia, e depois para Brejo da Madre Deus (no agreste)³⁹⁹.

Com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, a província se viu novamente conturbada; em um primeiro momento com os liberais contra as autoridades absolutistas – que doravante careciam do respaldo do imperador – e, após a implantação da Regência, também com partidários do primeiro reinado, contrários às mudanças empreendidas pelo novo governo. Entram no primeiro caso as quarteladas de setembro e novembro de 1831 (conhecidas como Setembrizada e Novembrada) e, no segundo caso, o levante de oficiais de primeira linha contra as demissões de seus superiores em abril de 1832 (Abrilada), liderada por Francisco José Martins, um oficial que havia participado da repressão de 1824. Os três movimentos ocorreram em quartéis da capital pernambucana⁴⁰⁰.

Os derrotados da Abrilada se reuniram, mobilizaram efetivos e obtiveram apoio de senhores de engenho que haviam se beneficiado com a derrota da confederação; tinha início, assim, a Cabanada ou Guerra dos Cabanos (1832-1835). Muitos índios que tinham comunidades assentadas na zona da mata sul, por conta da colaboração que deram à repressão de 1817 e 1824, também aderiram ao movimento. Dessa maneira, a resistência foi ganhando adeptos e começou a arregimentar um grande contingente na mata sul⁴⁰¹: elites que haviam se beneficiado com a emancipação da comarca de Alagoas também incentivaram o movimento; muitos escravos fugiam e se juntavam aos cabanos; soldados desertores também se uniam ao grupo. Em pouco tempo, os cabanos reuniram uma quantidade significativa e heterodoxa de insatisfeitos com a ordem vigente. Manuel de Carvalho Paes de Andrade, confederado que foi anistiado com a queda do imperador,

papéis que escravizavam forros. CARVALHO, Marcus J. M. de. *A República dos Afogados: a volta dos liberais após a Confederação do Equador*. In: **História: fronteiras**. XX Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 1999, p. 485-499.

³⁹⁹O fato de ter ocorrido no período das eleições para juiz de paz, segundo Marcus Carvalho, pode ser um indicativo de que eles estivessem protegendo os eleitores que fossem votar nos exaltados. Esta instituição liberal havia esvaziado as atribuições dos tradicionais capitães-mores. Assim, era comum, em muitas localidades, ver ex-combatentes de 1824 ganhando as eleições. Ibidem.

⁴⁰⁰Para esse e os próximos parágrafos: CARVALHO, Marcus J. M. de. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os “jacubinos”: a Cabanada, 1832-1835. In: DANTAS, M. D. (org.). op. cit., cap. IV.

⁴⁰¹Outra vila que também tinha muitos moradores que apoiavam os cabanos foi a vila de Panelas de Miranda, na região agreste, próxima a Quipapá, na mata sul.

voltou a assumir a presidência da província em 1834, e juntamente com o presidente de Alagoas Antônio Chichorro da Gama conseguiu debelar o movimento em 1835⁴⁰².

A partir de 1837, com o chamado Regresso, e a eleição do pernambucano Pedro de Araújo Lima para regente, uma nova configuração de poder se consolidou. Na província, assumiu a presidência Francisco de Rego Barros (barão, e depois, conde da Boa Vista), que governou quase ininterruptamente de 1837 a 1844, com o apoio da oligarquia Cavalcanti (futuros Visconde de Camaragibe, Visconde de Suassuna e Visconde de Albuquerque). Na oposição oligárquica, os liberais dissidentes denunciavam os desmandos dos Cavalcantis e de Rego Barros⁴⁰³.

Com a ascensão dos liberais ao ministério, em 1844, Rego Barros foi substituído, na presidência da província, por Manoel de Souza Teixeira e depois, respondendo às demandas dos praieiros, por Chichorro da Gama. Este demitiu mais de 650 autoridades (entre delegados, subdelegados, comandantes da Guarda Nacional) e instaurou uma série de inquéritos com vistas a coibir os antigos abusos. Na cidade de Recife, o comércio a retalho continuava exclusivamente nas mãos dos portugueses, o que, tal como nas lutas da independência, rendeu alguns motins populares que clamavam pelo fim desse monopólio, como os “fecha-fecha” de 1844 e 1845 e os “mata-marinheiro” de 1847-1848. A reação quando os conservadores voltaram ao poder no gabinete de 1848 fez

⁴⁰²Alguns líderes do movimento, entre eles Vicente de Paula, contudo, não foram capturados e permaneceram vivendo nas matas de Jacuípe (entre Água Preta, na província pernambucana, e Porto Calvo, em Alagoas) durante toda a década de 1840. Por receber no grupo os escravos fugidos, Vicente de Paula passou a ser visto pelos senhores de engenho que apoiavam os cabanos como uma ameaça à propriedade escrava. Durante muito tempo, Vicente tentou negociar sua anistia, mas impunha a condição de que os escravos cabanos fossem alforriados, o que não era aceito pelas autoridades. E, assim, um grupo considerável de pessoas ficou habitando as matas, construindo trincheiras, fazendo plantações, estabelecendo moradias em vários lugares para pudessem se deslocar quando necessário. Durante todo esse tempo, a província investiu quantias vultuosas para o desmantelamento do grupo, mas não obteve sucesso, pois as matas eram muito densas. Por esse motivo, inclusive, a mesma região foi utilizada pelos praieiros, em 1849, como local de refúgio; chegaram a estar mais de 2.000 rebeldes reunidos em Água Preta, antes da invasão a Recife. Nessa época, Vicente de Paula foi chamado pelas autoridades para auxiliar no combate e captura dos rebeldes, como Pedro Ivo e Caetano Alves, em troca da anistia. Embora tenham tido negociações, elas não foram levadas a cabo. O presidente Honório Carneiro Leão só conseguiu prender Vicente de Paula em 30 de abril de 1850, encaminhando-o, em seguida, para o presídio de Fernando de Noronha. A fim de controlar essa região tão densa, foram instaladas duas colônias militares: uma em Pernambuco (Pimenteiras) e outra em Alagoas (Leopoldina). Conforme o ministro do Império dizia em 1853, fundou-se a de Pimenteiras em comunicação com a de Leopoldina; essa composição “tem animado algumas pessoas a se irem estabelecer nas matas de Jacuípe, e serem assim delas desalojados os malfeitores que outrora as infestavam”. Relatório do ministro do Império, 14 de maio de 1853, p. 37. CARVALHO, M. J. M. de. op. cit. In: DANTAS, M. D. (org.). op. cit., cap. IV. OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. As guerras nas matas de Jacuípe. In: **Clio**: revista de pesquisa histórica. Recife: UFPE, vol. 33.2, 2015, p. 100-138.

⁴⁰³Como meio de publicar as denúncias, foi criado o jornal *Diário Novo*, cujo endereço, na Rua da Praia, acabou por dar o nome de “praieiros” aos adeptos.

eclodir, em novembro, a Rebelião Praieira, revolta impulsionada pela população descontente com a falta de emprego e a carestia. Para além das disputas entre as facções de oligarquias provinciais, vemos que outras camadas sociais também participaram da revolta. A rebelião havia se iniciado justamente quando da tentativa de prender o delegado praieiro recém-destituído do cargo, coronel Manoel Pereira de Moraes, que também era senhor de engenho em Igarassu (mata norte). Ao final, cerca de 1.600 homens marcharam das matas de Água Preta, na zona da mata sul, até Recife, liderados pelo capitão Pedro Ivo; com ele, vinham índios, negros, moradores de engenho e mesmo alguns proprietários, que lutavam pelos cargos outrora conquistados e dos quais estavam novamente aliados⁴⁰⁴. Houve, assim, uma intensa mobilização da zona da mata. Pouco antes da invasão ao Recife, Borges da Fonseca havia escrito seu manifesto em Limoeiro, pequena povoação do agreste, próxima à mata seca. Quando houve a derrota da invasão, os rebeldes foram se refugiar nas matas da zona sul (em torno de Ipojuca, Escada, Rio Formoso e Água Preta, embora houvesse alguns grupos circulando também no agreste, em Garanhuns e Bonito), onde ainda viviam alguns cabanos, que lutaram por mais um ano⁴⁰⁵.

Entre novembro de 1851 e fevereiro de 1852, a população do interior de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Ceará se revoltou com o decreto imperial n. 798, que impunha o registro civil para nascimentos e óbitos. Para os libertos e “livres de cor”, esta lei soava como uma maneira de identificar pessoas para escravização. Em Pernambuco, essa indignação foi bem abrangente; manifestações ocorreram nos municípios de Pau d’Alho, Vitória de Santo Antão, Igarassu, Goiana, Nazaré, Tracunhaém (na mata norte), Rio Formoso (na mata sul), Glória de Goitá, Limoeiro e, mais tarde, Bom Jardim, Garanhuns (no agreste) até em Flores (no sertão). A população não permitia a leitura da lei e rasgava os documentos oficiais, na tentativa de impedir que ela vigorasse; nos momentos de exaltação nas praças, reclamavam também dos impostos e do recrutamento obrigatório. Os revoltosos se manifestavam normalmente em dias de feira e aos domingos, quando havia aglomerações nos espaços públicos. Esse

⁴⁰⁴ Como haviam feito, anteriormente os proprietários das vilas do Cabo, Ipojuca, Escada, Bonito, Una (na mata sul) e Caruaru e Vitória (no agreste) que se juntaram sob o comando de um irmão de Rego Barros para resistir aos varejamentos feitos pela polícia praieira durante o Quinquênio liberal. CARVALHO, Marcus J. M. de. CÂMARA, Bruno Dornelas. A Rebelião Praieira. In: DANTAS, M. D. (org.). op. cit., cap. X, p. 370.

⁴⁰⁵ CARVALHO, M. J. M. de. CÂMARA, B. D. op. cit. In: DANTAS, M. D. (org.). op. cit., cap. X. CARVALHO, M. J. M. de. op. cit. In: JANCSÓ, István (org.). op. cit., p. 881-914. OLIVEIRA, M. L. F. de. op. cit., 2015, p. 100-138.

alvoroço fez com que a revolta ficasse conhecida, em Pernambuco, como “Guerra dos Marimbondos” (na Paraíba, foi denominada “Ronco da Abelha”); em muitos locais, os rebeldes contaram com 300, 500 homens armados. Grande parte dos revoltosos era, portanto, de homens pobres (“povo mais miúdo”), mas que contaram com o apoio de articulistas de jornais; ademais muitos senhores de engenho passaram a temer os revoltosos, pois estes invadiam as propriedades em busca de armas e mantimentos; os empregados públicos também receavam, uma vez que a indignação pela lei se voltava contra os delegados da ordem⁴⁰⁶. Diante disso e da incapacidade prática de tornar efetiva a lei, o governo acabou por revogá-la em 29 de janeiro de 1852⁴⁰⁷.

Duas décadas depois, novamente a população se levantou contra a efetivação de medidas governamentais. Em Pernambuco, a maioria das manifestações vieram dos lavradores algodoeiros da mata seca (Goiana, Itambé) e do agreste (Brejo e notadamente Caruaru, onde acontecia a mais importante feira da região, aos sábados), que já estavam sofrendo perdas financeiras com a queda do preço do algodão. No início da década de 1870, as autoridades municipais e provinciais criaram novos impostos (como o imposto de chão, cobrança pela área ocupada na feira) para equilibrar a arrecadação e, em 1874, foi aprovada a nova lei imperial de recrutamento militar por sorteio, chamado comumente de “imposto de sangue”, o que gerou descontentamento entre esses pequenos proprietários. No mesmo ano, o governo imperial implantou o sistema métrico decimal de pesos e medidas, que determinava o pagamento de mais um imposto para a alteração e autenticação de todos os pesos. Essa medida causou indignação entre a população, pois subtraía ainda mais dinheiro de seus bolsos, o que culminou na revolta que ficou conhecida como Quebra-Quilos, entre novembro de 1874 e janeiro de 1875, e que atingiu as províncias de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte⁴⁰⁸.

Nos dias de feira, a população quebrava os pesos novos e exigia que se cobrasse pelo sistema antigo (inclusive porque, com o sistema novo, comprava-se menos pelo mesmo valor); outros grupos chegaram a invadir câmaras municipais – onde os pesos ficavam guardados –, para destruí-los e queimar papéis oficiais. Além disso, invadiam

⁴⁰⁶Bom Jardim, Tracunhaém e Glória de Goitá, onde a ocupação dos revoltosos foi maior, chegaram a ficar mais de um mês sem inspetores, juízes de paz ou subdelegados. OLIVEIRA, Maria Luíza Ferreira de. Resistência popular contra o Decreto 798 ou a “lei do cativoiro”: Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Ceará, 1851-1852. In: DANTAS, M. D. (org.). op. cit., cap. X, p. 400.

⁴⁰⁷Ibidem.

⁴⁰⁸BARMAN, Roderick J. The Brazilian Peasantry reexamined: the implications of the Quebra-Quilo revolt, 1874-1875. In: **The Hispanic American Historical Review**, vol. 57, n. 3, aug./1977, p. 401-424.

cadeias a fim de resgatar os recrutados para o serviço militar e se recusavam a pagar o imposto sobre a área utilizada nas feiras. Apesar de severamente punidos, os revoltados tiveram parte de suas reivindicações atendidas, já que o imposto de chão foi suspenso e o sistema métrico teve que conviver ainda durante anos com o sistema anterior⁴⁰⁹.

Dessa maneira, vemos que Pernambuco enfrentou problemas com convulsões sociais ao longo de todo o século XIX, e teve de criar instrumentos para coibir essas manifestações. A dificuldade em exercer o controle social era agravada porque tratava-se de uma das províncias mais populosas do Império e que tinha seu território todo conhecido e povoado. Em decorrência de tais especificidades, a organização do sistema carcerário nesta província merece uma análise mais detida, que permita perceber de que maneira essas peculiaridades afetaram ou não a implementação das instituições penais.

2.1 A CASA DE DETENÇÃO DO RECIFE

Desde 1730, os presos, em Recife, eram recolhidos no prédio da casa de câmara e cadeia, localizado no bairro de Santo Antônio⁴¹⁰. Era um edifício de dois andares; no segundo andar, ficavam os presos sem pronúncia, a enfermaria, a câmara municipal e a habitação do carcereiro; no primeiro, eram recolhidos os pronunciados, os condenados a crimes menos graves e as mulheres; já o térreo era dividido em enxovias, contendo os condenados por roubo, homicídio e outras penas mais graves, e a prisão onde se recolhiam os galés⁴¹¹.

Logo após a aprovação do Código Criminal, a província se preocupou em instalar um estabelecimento próprio para o cumprimento da pena de prisão com trabalho. A menção de uma casa de correção para a cidade aparece já em 1830, por meio de uma resolução do Conselho da província, mandando realizar a construção e incumbindo a câmara municipal da organização. No ano seguinte, o major engenheiro João Bloem projetou uma casa de prisão na Fortaleza das Cinco Pontas; contudo, a

⁴⁰⁹LIMA, Luciano Mendonça de. Quebra-quilos: uma revolta popular na periferia do Império. In: DANTAS, M. D. (org.). op. cit., cap. XIII.

⁴¹⁰Antes dele, a casa de prisão vinha do tempo da dominação holandesa, no bairro de São Frei Pedro Gonçalves, onde hoje é a avenida Marquês de Olinda. COSTA, F. A. Pereira. **Anais Pernambucanos**. Recife: Arquivo Público Estadual/ Secretaria do Interior e Justiça, 1965, vol. 9, p.56-57.

⁴¹¹Relatório do presidente da província de Pernambuco, p.13-14; 1º de outubro de 1846, p.18-20.

câmara do Recife não obteve concessão do prédio junto ao Ministério da Guerra. Em 25 de junho de 1833, uma nova resolução do conselho pedia que se ouvisse a respeito da construção um engenheiro acerca de qual a melhor localidade para o edifício, com base na quota prevista no orçamento geral⁴¹².

Após o Ato Adicional, na lei de orçamento provincial de 1836, os deputados aprovaram uma verba para a edificação de uma casa de prisão com trabalho. Nela também ficou determinada a venda da então cadeia e a aplicação de alguns impostos municipais para investir na nova instituição. Assim, em 1838, o Inspetor Geral de Obras Públicas apresentou os projetos das casas de prisão com trabalho para o Recife e também para as comarcas de Bonito e Nazaré, que foram aprovados pelo presidente da província e, em seguida, encaminhados à deliberação da assembleia; contudo, a instituição para as duas comarcas não foram mais mencionadas⁴¹³. Os deputados parecem ter decidido concentrar os recursos na construção da instituição da capital, pois no ano seguinte determinaram em orçamento (art. 44) que os valores que o governo geral devia à província seriam aplicados exclusivamente para a construção da casa de correção do Recife (além das estradas de Santo Antão e Pau d'Alho). O governo imperial, entretanto, não consignou fundos para o pagamento dessa verba nos anos subsequentes⁴¹⁴.

Já nos orçamentos de 1840 e 1841, a nova instituição a ser construída não aparecia com as funções de casa de correção, mas como uma casa que serviria de cadeia e ao mesmo tempo atenderia às sessões da câmara, mantendo os moldes arquitetônicos coloniais. No entanto, o presidente da província Francisco do Rego Barros (futuro barão da Boa Vista) solicitou expressamente aos deputados da sessão de 1842 que mandassem construir uma casa de correção em local próprio e que o antigo edifício fosse demolido para no local ser construído um prédio que servisse exclusivamente para casa de câmara e para as audiências do júri e juízes⁴¹⁵.

Rego Barros, desde que assumira a presidência, havia iniciado uma série de obras públicas que visavam ao embelezamento e à modernização da cidade. Em 1840, contratou o engenheiro francês Louis Léger Vauthier para dirigir a repartição de obras públicas, desenhar o mapa topográfico da cidade, construir o Teatro Público, e pontes na

⁴¹²COSTA, F. A. P. op. cit., p.515-517.

⁴¹³Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1838, p.47.

⁴¹⁴Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1840, p.11; 1º de março de 1841, p.9.

⁴¹⁵Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1842, p.16.

cidade (entre elas a primeira ponte pênsil do Brasil, a da Caxangá, sobre o rio Capibaribe), além de estradas na zona da mata para escoamento da produção agrícola. Acompanhando Vauthier, vieram outros engenheiros, como Henrique Augusto Milet e Pierre Victor Boulitreau⁴¹⁶. Era de se esperar que a casa de correção aparecesse, então, no bojo desse anseio de apresentar Recife como cidade adiantada e afinada com as ideias progressistas ocidentais.

Na lei do orçamento provincial daquele ano, os deputados repetiram o artigo que insistia na construção de uma outra casa de câmara e cadeia, mas, dois dias depois, em 9 de maio aprovaram a lei n. 107 que autorizava a construção de uma “prisão penitenciária e casa de correção” e a nomeação de uma comissão para decidir qual o melhor local e plano para a instituição. Rego Barros chamou então para esta missão os drs. José Joaquim de Moraes Sarmiento, Zacarias de Góis e Vasconcelos, e Manuel Mendes da Cunha Azevedo, além de Manuel Coelho Cintra; nada consta, porém, do resultado de seus trabalhos⁴¹⁷.

A expectativa dos deputados era, portanto, manter uma cadeia para a detenção dos indiciados e dos condenados à prisão simples e construir uma penitenciária para os condenados à prisão com trabalho. Mas, face às já citadas obras públicas em empreendimento, a situação financeira da província era um tanto limitadora; Pernambuco gastava mais do que arrecadava, fechando frequentemente seus balanços anuais com déficit. No balanço de 1842-1843, deixou-se de arrecadar 46:418\$905 da receita orçada e a despesa chegou a 647:835\$086, o que levou a província a ter uma dívida passiva de 64:172\$079⁴¹⁸. Por isso, Rego Barros decidiu abrir uma subscrição voluntária para a construção da penitenciária e “já alguns homens interessados na moralização das classes infelizes mais sujeitas ao crime, prestaram sua assinatura”. O primeiro deles foi o empresário do Teatro Público do Recife que ofereceu o produto de

⁴¹⁶ Para Freyre, “não há exagero em considerar-se o Recife – em grande parte devido á ação renovadora de Vauthier e dos seus colaboradores – um dos centros mais vivos de irradiação de influência francesa no Brasil durante o século XIX. Essa influência se fez sentir de vários modos; e teve na capital de Pernambuco um foco de projeção regional”. O missionário americano James Fletcher, ainda segundo Freyre, que visitou Recife antes e depois das reformas, notou as diferenças: “Serviços de água foram construídos, boas pontes levantadas, extensos cais erguidos às margens dos rios que deveriam servir, segundo Mr. Hadfield, de modelos para os conservadores do Tâmis. (...) A rapidez de comunicação modificou o caráter da gente rural. Outrora a população do interior desta província era rude como o deserto em que se formava”. FREYRE, G. op. cit. vol. 1, p. 193, 453-454.

⁴¹⁷ COSTA, F. A. P. op. cit., p.517.

⁴¹⁸ Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1844, p.19.

algumas rendas, na importância de 519\$000; no ano seguinte, a subscrição chegava a 1:894\$800 e, em 1846, já eram 2:562\$800⁴¹⁹.

Contudo, a câmara municipal da capital ainda não havia encontrado comprador para a casa de câmara e cadeia existente, a fim de aumentar as receitas para a construção da penitenciária. Àquela época, a cadeia de Recife tinha 146 presos e mais 41 calcetas (galés), “que se recolhiam à noite dos trabalhos públicos”, número bastante avultado para o acanhado edifício de dois andares⁴²⁰. Além disso, a presença de uma cadeia no centro da cidade, em uma de suas ruas mais importantes, estava se tornando um incômodo: o Conselho de Salubridade examinou o velho edifício e concluiu, em 1846, que ele não estava bem situado nem tinha as proporções e requisitos necessários para uma cadeia pública e, sendo um grande foco de infecções, admirava-se do fato de ter se desenvolvido ali apenas a varíola⁴²¹.

Para Rego Barros, a casa penitenciária era urgentemente necessária e deveria ser instalada nos arredores da cidade e com capacidade para conter 200 presos, “entre os que estão a ela sujeitos e com prisão separada no mesmo edifício para os indiciados em crimes”⁴²². Percebe-se assim que, embora houvesse desde cedo a intenção da província em cumprir as novas diretrizes que o Código Criminal impunha com a introdução da pena de prisão com trabalho e a consequente necessidade da construção de uma instituição com essa finalidade, faltava uma maior reflexão e consenso acerca de como seria esse estabelecimento e quais tipos de presos recolheria. No início, os deputados aprovaram a construção de casa de prisão com trabalho ou casa de correção; depois, se contentaram com a simples construção de uma nova casa de câmara e cadeia para, em seguida, criarem uma lei para a construção de uma penitenciária. Desta vez, o presidente sugeria que esta instituição abrigasse todos os tipos de detentos; ali deveriam ser encarcerados não só os condenados à prisão com trabalho mas também aqueles apenas indiciados.

Como, em 1847, a comissão nomeada não havia apresentado qualquer resultado, o então presidente da província, Antonio Chichorro da Gama, nomeou outra para que preparasse um projeto para a “*casa de correção*” e indicasse o melhor local para a

⁴¹⁹Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1843, p.19-20; 1º de março de 1844, p.14; 1º de outubro de 1846, p.18.

⁴²⁰Relatório do presidente da província de Pernambuco, p.13-14; 1º de outubro de 1846, p.18-20.

⁴²¹COSTA, F. A. P. op. cit., p.517.

⁴²²Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1844, p.14.

construção⁴²³. O trabalho foi apresentado à assembleia provincial no mês de julho de 1848⁴²⁴, autorizando “o presidente da província a mandar construir nesta cidade uma *casa de detenção*”, de autoria do engenheiro José Alves Mamede Ferreira, que também era deputado com assento à casa⁴²⁵. O projeto, portanto, diferia do que a presidência da província havia pedido à comissão, já que não previa a instalação de uma *casa de correção* (que abriga condenados à pena de prisão com trabalho) e sim de uma *casa de detenção* (que recolhe presos meramente detidos ou que ainda não havia recebido sentença – como os indiciados e pronunciados).

Nesse sentido, o deputado Lourenço Trigo de Loureiro, professor de Direito Civil na Faculdade de Olinda, discordou do propósito do projeto, por entender que a cidade necessitava de uma casa de prisão com trabalho a fim de abrigar os condenados que viviam ociosos, “sepultados nessas enxovias”. Por isso, mandou uma emenda para que a instituição tivesse, ao menos, ambas as funções de detenção e de prisão, enquanto os condenados não tivessem outro estabelecimento.

Mamede Ferreira esclareceu que, de fato, a intenção do seu plano não era abrigar indiciados e condenados numa mesma casa, inclusive porque essas duas espécies de prisões tinham naturezas bastante distintas. Para ele, convinha que uma casa de detenção fosse construída próxima do centro da cidade, uma vez que os indiciados ainda não tinham sido julgados e necessitavam de deslocamento constante aos tribunais. As

⁴²³Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de junho de 1848, p.7.

⁴²⁴Curiosamente, em meio às discussões sobre construção de cadeias na sessão da assembleia de 27 de junho de 1848, o taquígrafo registra um “motim nas galerias”, no qual se pede que seja lida uma petição do povo: “Vinte e seis anos fazem que o Brasil é independente, e no entanto o povo tem continuado a ser esmagado pela influência estrangeira. (...) Não satisfeito em haver transportado para a Europa todo nosso ouro, ele invadiu o nosso comércio de maneira espantosa; e, como se isso não fosse bastante para saciar sua avareza, ele trata de apropriar-se de todos os ramos da indústria brasileira”. Por isso, o povo enviava a petição querendo que se fizesse “passar uma lei que garanta aos nacionais unicamente o comércio a retalho, bem como o direito de serem caixeiros e o exercício dos diferentes ramos da indústria brasileira dentro da província. (...) e que ordeneis ao presidente da província que, no prazo improrrogável de quinze dias faça embarcar a todos os portugueses solteiros, que se acharem na cidade e nos demais lugares da província, visto serem inimigos implacáveis dos brasileiros. (...) e que representeis à assembleia geral da nação acerca da necessidade que tem o país de uma constituinte para tratar de uma reforma social que se harmonize com o progresso liberal do século e estado presente da sociedade brasileira”. Uma comissão, formada pelos deputados Joaquim Vilela, José Mamede Alves Ferreira e Simplício Antonio Mavignier, foi aprovada para analisar a petição. Eram os primeiros movimentos para a nacionalização do comércio a retalho e expulsão dos portugueses, que culminariam na rebelião praieira. *Diário de Pernambuco*, 1 de julho de 1848.

⁴²⁵As discussões sobre o projeto foram publicadas no *Diário de Pernambuco* nos dias 6, 7, 8, 17 e 21 de julho de 1848. José Mamede Alves Ferreira havia se formado em Matemática em Coimbra e em engenharia em Havre. Projetou, além da Casa de Detenção, o cemitério de Santo Amaro, Hospital Pedro II e o Ginásio Pernambucano. Ver: COSTA, Cleonir Xavier de Albuquerque e. ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **José Mamede Alves Ferreira**: sua vida, sua obra (1820-1865). Recife: Governo do estado de Pernambuco/ APEJE, 1985.

penitenciárias, ao contrário, tinham de ser construídas fora do centro, pois ocupavam um espaço de terreno maior e precisavam conter maior número de indivíduos. Segundo o engenheiro:

As casas de detenção são muito mais pequenas do que as penitenciárias, e por isso é mais fácil alcançar local conveniente, e estabelecer-lhe a ventilação precisa; nestas não se fazem precisas oficinas, porque os detentos aí não são obrigados ao trabalho; mas nas outras, não; devem haver oficinas, e estas não se poderão estabelecer dentro da cidade⁴²⁶.

Em votação, contudo, a emenda de Trigo de Loureiro foi rejeitada. O artigo seguinte, que previa que a casa teria 100 cubículos para conter os presos isoladamente e mais 20 salas que poderiam conter cinco indivíduos, entrou em pauta. O deputado e médico Simplício Antônio Mavignier endossou-o, afirmando que a ciência penal mais moderna aconselhava que tanto os indiciados como os já condenados não deviam ter contato com outros presos, a fim de se evitar “a escola de barbaridades”; por isso, o prédio deveria ter células individuais, enquanto as outras salas (já que fazer o prédio inteiro com celas individuais seria muito dispendioso) abrigariam os que tivessem cometido pequenos delitos ou transgressão de posturas, bem como os criminosos políticos. Em outra oportunidade, Mavignier pretendia propor a construção de uma penitenciária no estilo Filadélfia para que a província pudesse ter os dois tipos de estabelecimento.

Trigo de Loureiro discursou mais uma vez, argumentando que a fala de Mavignier era contrária à função de casa de detenção conforme aprovada na assembleia no primeiro artigo do projeto, pois permitiria o recolhimento de criminosos no estabelecimento. Ele explicou que, segundo os princípios criminalistas, uma casa de detenção deveria receber apenas indiciados ou suspeitos de crimes que, após a formação de culpa e a condenação, seriam recolhidos em outra instituição. Assim, na detenção não poderia haver criminosos condenados, como afirmara o deputado Mavignier. Além disso, para Loureiro, uma instituição com capacidade para 200 pessoas seria muito grande para apenas detentos, que costumavam permanecer no estabelecimento por pouco tempo. Seria necessária, portanto, a criação de outra instituição para receber os sentenciados, como Mavignier havia sugerido, hipótese por demais dispendiosa para

⁴²⁶*Diário de Pernambuco*, 6 de julho de 1848.

uma província que já custava a manter as contas equilibradas. Urgia então definir muito bem o propósito desta instituição que, ao menos por um bom tempo, seria o único estabelecimento carcerário da capital e o mais importante da província.

O deputado Xavier Lopes entendia que o mais importante era a construção de um estabelecimento carcerário, independentemente do sistema adotado e, nesse sentido, sugeria a substituição do artigo 2º por um que apenas indicasse a capacidade do edifício (200 indivíduos) e determinasse que os presos seriam separados conforme os preceitos constitucionais. O projeto arquitetônico poderia ser posteriormente examinado por uma comissão de médicos, juristas e engenheiros nomeados pelo presidente da província:

Não sei com que proveito, ou mesmo se será muito conveniente uma discussão tão lata como a que tem havido a respeito dos diversos sistemas de prisões, quer se considere a prisão como casa de correção, quer como casa de detenção, quer como de reclusão. (...) Ora, o que nos convém (...) é que tenhamos uma cadeia, como prescreve a constituição, que substitua a atual prisão desta cidade, que não oferece comodidades, que está em mal local, muito arruinada e sujeita por conseguinte a diversas evasões de presos. Isto é por certo uma grande necessidade da província e é na ideia de remediar esta necessidade que entendo que o projeto a não satisfaz plenamente; porque como que quer apenas uma casa de detenção e desnatura o disposto na constituição. (...) A emenda que eu apresentei parece-me que sana esta dificuldade, porque manda criar uma prisão com o caráter de casa de detenção, segundo o que foi vencido no art. 1º, e demais dá-lhe também o caráter de casa de reclusão, na forma prescrita na constituição⁴²⁷.

Na sessão de 19 de julho, a redação do projeto foi aprovada e a lei publicada em 14 de agosto de 1848. Contudo, por conta das divergências que surgiram na assembleia e das emendas que recebeu, o texto da lei para a criação do estabelecimento ficou ambíguo, pois, apesar de no primeiro artigo o estabelecimento ser chamado de Casa de Detenção, no seguinte dizia-se que os presos seriam separados conforme a natureza dos seus crimes – separação que só poderia ocorrer após a condenação dos réus. Ou seja, tal artigo deu condições para que a casa assumisse um papel maior do que o projeto original previa.

O plano de José Mamede Alves Ferreira foi submetido a uma comissão nomeada em 14 de dezembro de 1849, composta pelo desembargador Gregório da Costa Lima

⁴²⁷*Diário de Pernambuco*, 8 de julho de 1848.

Belmonte e o advogado Joaquim José da Fonseca, os médicos José Eustáquio Gomes e Joaquim de Aquino Fonseca, e os engenheiros Francisco de Barros Barreto e João Luís Vitor Lieuthier, sendo seu presidente o desembargador Belmonte. Foi finalmente aprovado e mandado executar em 16 de janeiro de 1850⁴²⁸. O então presidente da província, Honório Hermeto Carneiro Leão, aprovou a planta, orçada em 237:903\$731 e que, pelos seus cálculos, caso a assembleia concedesse a quota necessária, estaria pronta em 4 ou 5 anos⁴²⁹.

A planta da construção previa um edifício – como de fato foi feito – cujo exterior lembrava uma fortaleza e o interior seguia o estilo panóptico radial. Cercado por um muro com 20 palmos de altura e dois de espessura, de contorno hexagonal, e com guaritas em cada um dos ângulos, tinha espaço suficiente para as sentinelas andarem em cima. O prédio teria um corpo central chamado “sala de inspeção”, também com a forma hexagonal, que seria ligado a um segundo ambiente destinado à morada dos empregados, no térreo, e a cozinha, armazém, escritório e quarto de banhos no 1º andar. Em outras três faces seriam dispostos os raios das prisões.

A sala de inspeção central possuía uma varanda de observação em forma de púlpito, de modo que todos os raios poderiam ser vistos deste ponto de convergência. Cada um dos raios tinha 234 palmos de comprimento, 80 palmos de largura e dois andares. No térreo, havia 24 celas individuais, com 20 palmos de comprimento, 12 de largura e 20 de altura, fechada na parte superior por uma abóbada. Nos dois andares superiores estavam dispostas 20 salas, com 27 palmos de largura, podendo conter 4 a 5 presos, e oito celas de dimensões individuais, para penas disciplinares. As prisões do primeiro e segundo andares se comunicavam por uma varanda que ladeava o corredor na altura de cada um dos pavimentos, com escadas para a passagem de um andar a outro. Em todas as prisões, havia latrinas com canos de ferro que se ligavam a reservatórios de água e canos gerais de esgoto subterrâneo. Outro sistema de canos de chumbo conduzia a água a todos os pontos do edifício, por meio de torneiras para limpeza e asseio das celas. Achava-se assim concebido com toda solidez e segurança e de “harmonia com todos os preceitos da arte, tendo capacidade para receber 360 presos, e poderia ser avaliado depois de concluído em 400:000\$000”⁴³⁰.

⁴²⁸COSTA, F. A. P. op. cit., p.517-519.

⁴²⁹Relatório do presidente da província de Pernambuco, 7 de abril de 1850, p.36-37.

⁴³⁰Relatório do diretor de Obras Públicas, 2 de janeiro de 1855, p.32.

Figura 5 – A Casa de Detenção do Recife, c.1863-1868, desenho de Louis Schlappritz. *Biblioteca Nacional*. Iconografia – vol. 107-bis. Carl, F. H. 1 litogravura. 28 cm x 36,5 cm.

As obras começaram a ser feitas em 28 de janeiro de 1850 pela administração provincial e não por arrematação, o que, segundo o diretor de obras públicas, trazia grandes vantagens⁴³¹. Nos trabalhos feitos pela administração, a obra era dirigida por agentes técnicos, enquanto que nas arrematações geralmente eram homens que não tinham formação acadêmica e desconheciam os melhores métodos a serem empregados; seus utensílios e máquinas também eram mais precários.

Por tais razões, o trabalho por arrematação costumava ter custo menor; mas, uma vez que o valor total da obra já estava definido, os arrematantes não tinham estímulo para executar um trabalho bem feito e, em geral, procuravam realizá-lo com a maior brevidade possível. Para torná-la ainda mais barata, costumavam utilizar braços escravos, o que era ruim para o governo da província naquela época, pois nas obras feitas pela administração ocupavam-se “braços livres ociosos, o que seria mui vantajoso à moral e ordem pública, ao mesmo tempo que concorreria para o aumento da

⁴³¹Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1851, p.11-13.

agricultura e fabrico do açúcar, a quem as obras públicas subtraem uma parte dos braços escravos, com que são eles exclusivamente exercidos”⁴³².

Com a seca de 1844-1846, muitos retirantes do sertão e do agreste vieram para a zona da mata e para a capital, aumentando o que o diretor de Obras Públicas chamou de “braços ociosos”. Os censos de 1828 e 1855 mostram o crescente aumento da população livre no Recife de 69% do total para 81,2%. Além da migração interna, muitos jovens portugueses afluíam para a capital na década de 1840⁴³³. Por outro lado, com o fim efetivo do tráfico negreiro, muitos escravos das regiões norte começaram a ser vendidos para a cafeicultura do sul do país sempre ávida por mais mão de obra; por isso a preocupação do diretor em preservar os escravos na lavoura, cujo contingente já diminuía pelo tráfico interprovincial.

Por falta de terreno no centro da cidade para a construção da Casa de Detenção, escolheu-se uma área defronte à rua da Concórdia, à margem do rio Capibaribe e próximo à ponte da Boa Vista. Porém, por ser este alagado, era necessária primeiramente a construção de um aterro, o que encareceu a obra. O aterro passou a ser feito por arrematação e, assim que este foi se elevando acima das águas, foram empregados 95 operários livres na construção dos alicerces, de modo que, no fim daquele ano, já pôde ser assentada a pedra fundamental⁴³⁴.

Na cerimônia de assentamento da pedra, em 8 de dezembro de 1850, estiveram presentes o presidente da província, José Ildefonso de Souza Ramos, o bispo diocesano, os coronéis comandantes das armas e da Guarda Nacional, deputados, vereadores, padres, chefes de repartição, engenheiros, oficiais, 600 operários livres da primeira e terceira seção da repartição de obras públicas e muitos populares. A inscrição na pedra era feita em mármore branco e foi cunhada uma medalha comemorativa de prata com a perspectiva do edifício em uma das faces⁴³⁵.

Os outros lanços do aterro só puderam ter seguimento a partir de julho de 1851, após o período das cheias. Até o final daquele ano, já haviam sido gastos 126:606\$781 com a construção e ainda havia muito para ser feito. Com a quota anual de 18:000\$000

⁴³²Relatório do diretor de Obras Públicas, 16 de setembro de 1846, p.41-43.

⁴³³CARVALHO, M. J. M. de. CÂMARA, B. D. A Rebelião Praieira. In: DANTAS, M. D. (org.). op. cit., p.372-373.

⁴³⁴Relatório do diretor de Obras Públicas, 31 de janeiro de 1851, p.16-17 e mapa 3.

⁴³⁵APEJE. Termo de assentamento da pedra fundamental da Casa de Detenção desta cidade do Recife (publicado originalmente na Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, vol. VI, n. 39, p. 55-58).

esgotada, o diretor de Obras Públicas atestou que a obra não poderia ficar suspensa na altura em que estava, sob pena de se perder o que já estava construído. Assim, o presidente da província, Victor de Oliveira, assegurou a continuação dos trabalhos com as verbas do artigo 30 do orçamento que nada tinham a ver com obras públicas, pois tratava-se de um crédito de 40:000\$000 para se empregar em medidas que evitassem o encarecimento das carnes verdes. O presidente ainda lastimava que a Casa de Detenção tivesse sido orçada por 237 contos, quando, na verdade, era notório que com menos de 350 não ficaria pronta⁴³⁶.

Com custos tão altos, em 15 de março de 1852, os trabalhos, que visavam à conclusão do prédio como um todo, foram suspensos para que fosse organizado um orçamento para a finalização, num primeiro momento, de apenas três partes da casa de detenção (casa de administração, casa de inspeção geral e raio norte). A fim de reduzir os custos, a obra foi colocada em praça para arrematação; no entanto, após 60 dias, não apareceu nenhum licitante⁴³⁷. A construção, então, teve que continuar pela administração, e as quantias investidas na Casa de Detenção mostram o empenho do governo provincial em concluir a obra, já que sempre foram maiores do que a quota estipulada (entre 18:000\$000 e 25:000\$000). Como dizia o presidente da província José Bento da Cunha Figueiredo: “É verdade que a obra vai custando mui caro à província; mas não se podia esperar menos, atentas às suas dimensões, e a perfeição e solidez com que vai sendo construída”⁴³⁸.

⁴³⁶Relatório do diretor de Obras Públicas, 26 de janeiro de 1852, p.7-8 e 19. Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1852, p.20-21.

⁴³⁷Relatório do diretor de Obras Públicas, 29 de janeiro de 1853, p.12.

⁴³⁸Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1855, p.16.

Tabela 7 – Despesas realizadas nos primeiros anos da construção da Casa de Detenção do Recife (1850-1857)

ANOS	QUANTIA
1850	63:608\$806
1851	52:118\$475
1852	56:897\$427
1853	41:566\$050
1854	67:878\$682
1855	54:750\$419
1856	30:046\$220
1857	56:920\$713
Total	423:786\$792

FONTE: Relatórios dos diretores de Obras Públicas (1852-1858).

Enquanto isso, a cadeia do Recife continuava recebendo grande número de presos sem a devida separação de classes, o que, para os coevos, implicava que saíam mais corrompidos do que haviam entrado. Raro era o mês em que não havia arrombamentos no edifício⁴³⁹. O Conselho Geral de Salubridade por diversas vezes solicitou a remoção dos presos porque a cadeia estava em uma das melhores e mais centrais ruas da cidade e era foco de infecção e imoralidade. Em 1854, a comissão de saúde relatava com esperança a breve mudança dos presos para a Casa de Detenção, onde seriam colocados em salas e quartos espaçosos e ventilados, tornando assim o estado sanitário satisfatório:

Subdivididos segundo o sistema adotado, nem se tornarão piores do que entram em consequência da aglomeração, como sucede na cadeia, nem travarão entre eles rixas, de que resultam sempre ferimentos e mortes; além de que, não sendo permitido no mesmo edifício a estada dessas mulheres, que se encontram na mesma cadeia e sua circunvizinhança, não será fácil a introdução de bebidas espirituosas, que deterioram a saúde dos presos, e concorrem para essas rixas, nem a de instrumentos que, destinados a certos trabalhos, são depois convertidos em armas perigosas, com que eles se ferem e se matam⁴⁴⁰.

No ano seguinte, tinha início mais um surto de varíola e cólera na cadeia, o que agravava a situação dos presos aglomerados nas enxovias. Em 23 de abril, parte deles

⁴³⁹Relatório do diretor de Obras Públicas, 29 de janeiro de 1853, p.25.

⁴⁴⁰Relatório do estado sanitário da província de Pernambuco, 26 de dezembro de 1854, p.6.

tentou arrombar a porta do oratório, que dava acesso à saída do edifício, mas foram descobertos antes da fuga. Os presos, então, iniciaram uma rebelião que só terminou quando foi jogada cal sobre eles⁴⁴¹. Dada a situação, o presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo, apressou a inauguração da Casa de Detenção e, quatro dias depois do triste incidente, transferiu todos presos da antiga cadeia⁴⁴². Portanto, desde o início do funcionamento, ali foram recolhidos os indiciados, pronunciados ou em custódia – grupo previsto para uma casa de detenção – mas também os galés, os condenados à prisão simples ou com trabalho. O próprio regulamento de 16 de agosto de 1855 permitia que permanecessem no local os “presos de correção ou sentenciados, enquanto se lhe não destinar prisão, que lhe é própria”.

Figura 6 – Vista de um dos raios da Casa de Detenção do Recife, c. 1924. In: LEMOS BRITTO. **Os sistemas penitenciários do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol.1, 1924, p.266.

⁴⁴¹*Diário de Pernambuco*. 24, 25 e 30 de abril de 1855. Apud ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcanti de. Da cadeia à Casa de Detenção: a reforma prisional no Recife em meados do século XIX. In: MAIA, Clarissa Nunes. SÁ NETO, Flávio de. COSTA, Marcos. BRETAS, Marcos Luiz (org.). **História das Prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, vol.II, p.106.

⁴⁴²Relatório do presidente da província de Pernambuco, 21 de abril de 1856, p.30-32.

Como apenas o raio norte estava pronto, dado o número de encarcerados para lá remetidos (em 31 de dezembro de 1855, havia 252 presos), não foi possível seguir a distribuição dos presos conforme originalmente previsto. A cozinha era precária e os presos doentes estavam sendo tratados nas células, pois não havia enfermaria ainda. Por essa razão, a comissão de salubridade solicitou à presidência que estas duas dependências fossem construídas ao lado do raio, como anexos, deixando este exclusivamente para acomodação dos presos. A solicitação foi rapidamente atendida: uma parte do raio leste, que já estava pronta, foi preparada para ser receber uma enfermaria para 50 doentes e uma botica, e a cozinha começou a ser construída contígua ao muro, com dois repartimentos⁴⁴³.

Embora não fosse uma casa de prisão com trabalho, foi facultado, pelo art. 16 do regulamento, aos presos trabalharem “nas artes e ofícios de sua profissão” e “ter consigo no lugar de trabalho os instrumentos indispensáveis”. Em 1857, havia 95 sapateiros trabalhando em suas células. A comissão de salubridade entendia a importância de dar ocupação aos presos, mas como eles se utilizavam de martelo e outros instrumentos, ela considerava melhor construir uma sala própria para trabalho, já que o barulho das atividades ecoava no prédio e tornava-se insuportável. Enquanto isso, as obras para a conclusão do raio sul continuavam; para ajudar na construção, 25 presos trabalhavam como serventes ganhando \$800 diários em 1857; no ano seguinte já eram 40⁴⁴⁴.

Por conta da alta dos salários, da falta de operários, da escassez dos materiais e da elevação dos preços, a assembleia provincial autorizou a arrematação desta parte do edifício. Novamente não foram encontrados arrematantes, ao passo que a aglomeração de presos no único raio existente era cada vez maior. Em dezembro de 1857, num espaço em que podiam caber 200 pessoas, havia 295 presos; em 1858 já eram 302 e, em 1860, o raio possuía o dobro de presos que a capacidade permitia. Por isso, apesar das dificuldades, o presidente Luiz Barbalho Muniz Fiúza decidiu seguir a obra por administração:

⁴⁴³Relatório da Comissão de Higiene Pública, 10 de janeiro de 1856, p.45. Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1857, p.24-25, 102. Relatório do diretor de Obras Públicas, 15 de janeiro de 1857, p.11-13.

⁴⁴⁴Relatório da Comissão de Higiene Pública, 10 de janeiro de 1856, p.46. Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1857, p.24-25, 102. Relatório do diretor de Obras Públicas, 15 de janeiro de 1857, p.11-13.

Sendo necessária a conclusão desse raio, porque os presos jazem muito amontoados nas diversas células do raio findo, com detrimento da vigilância e da salubridade (...) desde a minha primeira inspeção à dita casa, eu recomendei toda a atividade na conclusão do segundo raio⁴⁴⁵.

Em 29 de setembro de 1860, estava concluído o raio sul, que imediatamente foi totalmente ocupado; para tanto, foram gastos pouco mais de 83:417\$729⁴⁴⁶.

No ano seguinte, uma comissão de deputados foi encarregada de visitar a Casa de Detenção e avaliar possíveis reformas no regulamento. Entre outras coisas, a comissão lamentava o fato de a diária para alimentação ser de apenas \$240 para cada preso, o que só servia para fornecer pouca comida e de baixa qualidade. Caso os cofres públicos não permitissem o aumento da diária, a comissão pedia que se mandasse estabelecer no recinto duas oficinas de trabalho em comum, podendo ser aproveitados pelo menos 90 artistas, que poderiam, assim, custear seus alimentos; tal medida, para a comissão, traria economia aos cofres provinciais e uma saúde melhor aos presos, que adquiririam hábitos laboriosos e moralizados⁴⁴⁷.

Manifestando-se na assembleia provincial, o deputado Manoel do Nascimento Machado Portela, professor de direito comercial da Faculdade de Olinda, entendia que o mais profícuo seria fazer sentir ao governo geral a necessidade de uma prisão própria para os condenados, já que a casa de detenção apenas permitia provisoriamente sua manutenção na instituição: “assim não só se reduziria a avultada despesa que fez a província com o sustento e curativos dos presos pobres, como também se poderia adotar sistema especial para os sentenciados em prisão própria; e para os simples detentos na casa de detenção, que lhes é especialmente destinada”⁴⁴⁸.

O presidente da província à época, Luiz Barbalho, também pediu ajuda ao governo imperial para a conclusão do edifício da Casa de Detenção, uma vez que o estabelecimento recebia presos de várias províncias, encaminhados para o Recife até o embarque para o presídio militar de Fernando de Noronha, seu destino final.

Sendo a casa de detenção desta província uma obra digna de toda a atenção do governo imperial, não só por ser um edifício muito bem planeado, e com todas as comodidades precisas, muito bem feito e

⁴⁴⁵Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1860, p.13.

⁴⁴⁶Relatório do diretor de Obras Públicas, 7 de fevereiro de 1861, p.5. Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de abril de 1861, p.42.

⁴⁴⁷Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 25 de maio de 1861, p.256.

⁴⁴⁸Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 29 de maio de 1861, p.288.

seguro, como porque serve para as províncias vizinhas, que carecendo de boas prisões, para ela remetem seus presos; e estando os cofres da província exaustos em obras, todas de vantagens para as rendas gerais, e esta podendo-se dizer propriamente geral, por servir a diversas províncias, fiz subir essas ponderações à presença do digno Exm. Sr. Ministro da justiça, e pedi-lhe que coadjuvasse a sua conclusão⁴⁴⁹.

Em 1862, diante dessas necessidades e da falta de respostas do governo geral, em 1862, a assembleia provincial aumentou a diária de alimentação de \$320 para \$380 e, para tentar diminuir esses gastos, o presidente da província, Antonio Marcelino Nunes Gonçalves, juntamente com o administrador da Casa de Detenção, Rufino Augusto de Almeida, iniciou a montagem de pequenas oficinas de ferreiro, carapina, sapateiro e funileiro, com as quais se despendeu 460\$800 para a compra de instrumentos. Naquele mesmo ano, fabricou-se na oficina de ferreiro um grande fogão de ferro econômico para uso de cozinha, avaliado em 1:200\$000, cuja matéria prima custara apenas 500\$000⁴⁵⁰. No ano seguinte, foram encomendados dois pequenos teares, do mesmo tipo que se usava nas prisões da Bélgica, para que os presos pudessem tecer suas próprias roupas, valendo-se da produção algodoeira da província⁴⁵¹. Segundo o presidente:

Os presos trabalham voluntariamente, e mostram-se satisfeitos. Convém, pois, muito aos interesses da província animar essa tendência, organizar e regularizar em maior escala as oficinas existentes e outras que possam convir, *tornando o trabalho obrigatório, ao menos para aqueles que são alimentados e vestidos à custa dos cofres públicos*⁴⁵².

Em 1863, o presidente comemorava o fato de que já havia tido economia no sustento dos presos e pedia mais estímulos para que o trabalho fosse feito em maior escala e as oficinas regularizadas. No ano seguinte, o presidente João Silveira de Souza manteve o mesmo espírito, dizendo que “as oficinas criadas proporcionam meios de

⁴⁴⁹Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1860, p.14. Em visita ao Recife em 1859, D. Pedro II considerou a Casa de Detenção uma bela obra e sugeriu, ele próprio, que a construção ficasse à custa do governo imperial, já que a casa recebia presos de todas as províncias do Norte do país. MAIA, Clarissa Nunes. A Casa de Detenção do Recife: controle e conflitos (1855-1915). In: MAIA, C. N. SÁ NETO, F. de. COSTA, M. BRETAS, M. L. (org.). op. cit., vol.II, p.112.

⁴⁵⁰Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1863, p.7-8.

⁴⁵¹APEJE. Ofício do administrador da Casa de Detenção para o chefe de polícia, 20 de janeiro de 1864. Apud MAIA, Clarissa Nunes. Uma *casa* para criminosos, escravos, loucos, prostitutas e mendigos: a Casa de Detenção do Recife. In: **Policiados**: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife (1865-1915). 2001. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001, cap. 4, p.217.

⁴⁵²Relatório do presidente da província de Pernambuco, 20 de março de 1862, p.8-9 (grifo nosso).

subsistência aos infelizes sem dispêndio dos cofres provinciais”⁴⁵³. Assim, é possível perceber que para estes presidentes da província e para os deputados que compunham a comissão que avaliou a Casa de Detenção, as oficinas tinham como principal objetivo proporcionar aos presos condições de se sustentarem sem gastos provinciais. Uma outra medida aprovada em assembleia, e adotada pelo presidente da província de Pernambuco, foi a requisição de indenização aos presidentes das províncias de onde eram remetidos os presos que iam para Fernando de Noronha, para que arcassem com os custos de seu sustento e curativo enquanto estivessem na cidade.

Nesse sentido, não parece nada estranho que Rufino Augusto de Almeida tenha relutado em entregar o preso Leandro Aprígio – que deveria ser levado para Fernando de Noronha – pois este era mestre sapateiro e havia montado “à custa própria uma pequena oficina na qual trabalham dez presos pobres e que são sustentados por ele”⁴⁵⁴. O administrador procurava mostrar ao chefe de polícia a importância de Leandro na instituição, sem o qual dez presos voltariam a depender da alimentação provincial.

À época, as oficinas de sapateiro eram as que mais produziram; entre junho e dezembro de 1863 foram feitos mais de 6 mil pares, sendo 4 mil destinados ao Exército e ao Arsenal de Guerra e o restante para as lojas, além de borzeguins para homens e outros com acabamentos especiais para crianças e senhoras⁴⁵⁵. Contudo, entraram em declínio quando, ao final da década, a produção de Fernando de Noronha, que também enviava seus produtos para o Arsenal, começou a crescer⁴⁵⁶.

Nunes Gonçalves dizia ainda que a Casa de Detenção era um estabelecimento “destinado a servir de simples prisão primitiva aos indiciados em crimes e a pessoas suspeitas”; contudo, “as necessidades do serviço público converteram esse edifício em casa penitenciária, onde um grande número de sentenciados cumpre as penas que lhe são impostas”⁴⁵⁷. Apesar de conter oficinas e haver permissão de os presos trabalharem, esta instituição não era uma penitenciária. Primeiramente, não havia mestres contratados que

⁴⁵³Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1863, p.7-8; 13 de janeiro de 1864, p.8.

⁴⁵⁴APEJE. Ofício do administrador da Casa de Detenção para o chefe de polícia, 24 de maio de 1862. Apud MAIA, C. N. A Casa de Detenção do Recife: controle e conflitos (1855-1915). In: MAIA, C. N. SÁ NETO, F. de. COSTA, M. BRETAS, M. L. (org.). op. cit., p.129.

⁴⁵⁵APEJE. Ofício do administrador da Casa de Detenção para o chefe de polícia, 20 de janeiro de 1864. MAIA, C. N. Uma *casa* para criminosos, escravos, loucos, prostitutas e mendigos: a Casa de Detenção do Recife. In: op. cit., p.217.

⁴⁵⁶ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcanti de. Punir, corrigir, lucrar: o trabalho penal na Casa de Detenção do Recife na segunda metade do século XIX. Experiências e repercussões. In: **História e Perspectivas**. Uberlândia, n.49, jul/dez 2013, p.260.

⁴⁵⁷Relatório do presidente da província de Pernambuco, 20 de março de 1862, p.8.

ensinassem aos presos os ofícios; eles trabalhavam de acordo com as habilidades que possuíam anteriormente. Depois, eles trabalhavam voluntariamente, independentemente de serem condenados à prisão com trabalho ou não.

Além disso, conforme o regulamento, os presos podiam receber visitas das 10h ao meio-dia e das 3h às 5h da tarde (art. 28), e os que comiam por conta própria podiam mandar trazer o almoço das 8h às 9h da manhã, o jantar da 1h às 2h da tarde e a ceia das 5h às 6h da tarde (art. 62). Este fato assemelhava a instituição às cadeias dos moldes coloniais (como era a cadeia paulistana), nas quais os presos compravam, pelas grades, seus alimentos com quitandeiras que ficavam na rua. A diferença era que os visitantes da Casa de Detenção recebiam um cartão dos guardas que permitia a sua entrada ao estabelecimento⁴⁵⁸; de todo modo, distanciava-se dos modelos da Casa de Correção de São Paulo ou da Corte, na qual os presos viviam isolados da sociedade e eram alimentados com recursos provinciais.

Ela também se assemelhava às antigas cadeias pelo fato de ter recebido, ao longo de todo o século XIX, loucos abandonados por suas famílias. O administrador Rufino de Almeida reclamava que, se não fosse possível removê-los, ao menos se construíssem seis pequenas células na extremidade da muralha para que não atrapalhassem o andamento da instituição: “os gritos medonhos e descompassados de meia dúzia de alienados, repercutidos em um edifício, cuja acústica é perfeita, não só incomodam atrozmente os que são obrigados a morar no estabelecimento, como também afligem aos habitantes da vizinhança”⁴⁵⁹.

Faltava ainda para a conclusão da planta do edifício o término do raio central e do raio leste; que, apesar de contar então com paredes à altura do segundo andar, estava com as obras suspensas por deficiência das rendas provinciais. Por esse motivo, em 1864, o presidente sugeriu a realização do empreendimento por operações de crédito⁴⁶⁰. Em outubro daquele ano, apareceram dois pretendentes habilitados a arrematar a obra; José Augusto de Araújo ganhou a concorrência, pela qual recebeu 43:450\$000 para a conclusão do raio central e 54:916\$803 para o raio leste, que veio a entregar prontos em

⁴⁵⁸Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 25 de maio de 1861, p.255.

⁴⁵⁹Relatório da Casa de detenção, apresentado ao chefe de polícia Dr. Pedro Francelino Guimarães pelo administrador da mesma, o comendador Dr. Rufino Augusto de Almeida. Publicado em: *Diário de Pernambuco*, 12 de março de 1868.

⁴⁶⁰Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1864, p.5; 1º de dezembro de 1864, p.4.

14 de dezembro de 1868, ficando assim o projeto da construção plenamente executado⁴⁶¹.

O investimento que a província de Pernambuco fez para a construção da Casa de Detenção foi imenso. A obra, que em 1850 foi orçada em quase 237:903\$731, teve ao final, em 1868, um gasto total de 727:512\$153, o triplo do esperado⁴⁶². Para o diretor de Obras Públicas, a Casa de Detenção de Pernambuco era um dos melhores edifícios desse gênero que havia no Império e satisfazia “a todas as necessidades da província e de um bom estabelecimento penitenciário”⁴⁶³. Porém, ao contrário do que o diretor dizia, e como pudemos ver, esta dispendiosa instituição, embora feita nos moldes mais modernos previstos para uma casa de detenção, não era uma penitenciária, pois possuía presos condenados às mais variadas penas e o trabalho exercido em suas celas era voluntário e feito à própria custa dos presos. Em contrapartida, ainda conforme o diretor, ela parecia satisfazer, a essa época, às necessidades da província, pois era um sólido cárcere que recolhia os presos da província (e de outras regiões do império que aguardavam o embarque para Noronha) e ainda permitia que ali trabalhassem, diminuindo os custos com seu sustento e, como depois se descobriu, auferindo lucros ao administrador.

O trabalho nas oficinas da Casa de Detenção, executados a partir de 1862, começaram a ser alvo de críticas dos deputados provinciais já em 1868. Nesse ano, o deputado Maximiano Duarte pediu ao governo informações sobre o modo como este era feito pelos presos; requeria detalhes acerca da maneira como era considerado, se o tempo de trabalho era levado em conta em suas sentenças, pois acreditava que essas oficinas não poderiam existir informalmente, elas deveriam ser regulamentadas, como o eram nas penitenciárias paulista e na corte⁴⁶⁴. O deputado João Baptista do Amaral e Mello concordou com o requerimento e afirmou que a Casa de Detenção havia se transformado em uma casa de indústria e, assim, se desviava do fim a que era destinada por lei. Segundo ele, o trabalho na prisão só poderia ser feito por condenados a essa pena e em proveito do estado, e não para satisfazer as necessidades do réu, já que:

⁴⁶¹Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1866, p.15. Relatório do diretor de Obras Públicas, 27 de janeiro de 1869, p.7 e mapa 4.

⁴⁶²Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1868, p.24.

⁴⁶³Relatório do diretor de Obras Públicas, 31 de janeiro de 1867, p.27.

⁴⁶⁴Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 3 de abril de 1868, p.192-193.

A sociedade tem o dever de dar alimento àqueles a quem ela priva de trabalhar, àqueles a quem ela proíbe o trabalho, temos disposição escrita que manda alimentar os presos pobres. Como, pois, admitir-se-á que a casa destinada para reclusão do indivíduo condenado à prisão simples seja convertida em casa de indústria e indústria de natureza tal que é condenada pela lei escrita? (...) Não, senhores, não é assim; em todos os países onde existem casas de correção não se misturam condenados à prisão simples com os condenados à prisão com trabalho, e os condenados à prisão simples não trabalham percebendo paga do governo, porque não é este o característico da prisão simples. Até aqui supponho que tenho demonstrado que o característico da pena de prisão simples proíbe o trabalho na Casa de Detenção em proveito do condenado⁴⁶⁵.

Curiosamente, Amaral e Mello, ao criticar o desvirtuamento da função da Casa de Detenção, apresentava uma função que também não lhe era própria, a de abrigar os condenados à prisão simples. Outro problema apresentado pelo deputado era o fato de o contratante dos serviços e fornecedor de matérias-primas aos condenados ser o próprio administrador da Casa de Detenção, Rufino Augusto de Almeida; um problema, uma vez que um contrato exigia o concurso de duas vontades livres, e o administrador era como chefe dos presos, o que limitava a liberdade para um acordo justo. Havia muitos anos que o administrador tinha permissão de ser fornecedor de aviamentos e materiais aos presos e, ao mesmo tempo, era comprador de seus produtos, pelos quais pagava adiantado, revendendo-os no centro da cidade⁴⁶⁶. Segundo o deputado, o próprio administrador teria dito várias vezes na assembleia provincial: “eu sou sócio-capitalista daqueles presos, e os presos são meus sócios e meus fregueses”⁴⁶⁷. Alguns deputados chegaram a considerar o método de revenda de Rufino de Almeida uma extorsão, já que ele pagava \$600 aos presos e revendia os produtos por 4\$000⁴⁶⁸.

O deputado Silva Ramos lembrou que esse fato era público e notório, já que os jornais anunciavam que havia uma loja na Rua Nova que vendia calçados e demais objetos fabricados na Casa de Detenção, o que, obviamente, indicava que havia “negócio” na instituição. Disse que o próprio administrador pediu por várias vezes à

⁴⁶⁵ Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 6 de abril de 1868, p.204-205.

⁴⁶⁶ Em 1865, o presidente da província desembargador Anselmo Francisco Peretti já via esse inconveniente e sugeria que a quantia desse adiantamento fosse votada pela assembleia provincial, dada pela Tesouraria, e paga com o produto das obras feitas pelos presos, “devendo o administrador prestar contas das somas que lhe fossem entregues e marcando-se-lhe pelo seu trabalho uma gratificação ou porcentagem que se julgasse razoável”. Relatório do presidente da província de Pernambuco, 30 de janeiro de 1866, p.13.

⁴⁶⁷ Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 6 de abril de 1868, p.206.

⁴⁶⁸ Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 23 de abril de 1868, p.277.

assembleia que regulasse a maneira pela qual eram fornecidas as matérias-primas aos presos, mas que ela nunca o fez e, por isso, Rufino cuidava por conta própria⁴⁶⁹. Naquela sessão, não houve mais discussão sobre esse assunto, mas o mal-estar causado pela dupla função do administrador parece ter feito com que as oficinas fossem desativadas.

Em seu relatório de 1868, Rufino de Almeida justificava a liquidação das oficinas pela alta no custo da matéria-prima e a falta de salões para as oficinas; o trabalho havia sido diminuído aos poucos, até que fora obrigado a findá-lo para evitar prejuízos maiores. Ainda assim, sugeria a construção de salões para as oficinas e a oferta de trabalho por empreitadas a terceiros, sem despesas públicas.

Ao menos, segundo o administrador, o fim das oficinas trouxera um melhoramento moral:

Os efeitos salutareos da retirada das mulheres que frequentavam esta casa a pretexto de prestarem serviço aos presos operários, já se tem sentido em grande escala: resta acabar com o comércio das quitandeiras e vendedores de alimentos, aos que são sustentados á custa própria⁴⁷⁰.

Nesse mesmo ano, tramitou na assembleia um projeto de um novo regulamento da Casa de Detenção, a fim de organizar o trabalho dos presos⁴⁷¹. Ele estabelecia a incompatibilidade de qualquer função pública com a de administrador ou outros empregados da casa; previa a distribuição dos presos em três classes: sentenciados, pronunciados e em custódia; propunha a arrematação dos serviços dos presos em prazos de seis meses, com recolhimento ao Tesouro de metade da renda para ser entregue quando fossem soltos; determinava que o valor desses serviços seria estipulado semestralmente pelo chefe de polícia; e proibia a venda de produtos dentro da

⁴⁶⁹ Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 7 de abril de 1868, p.216.

⁴⁷⁰ Relatório da Casa de detenção, apresentado ao chefe de polícia Dr. Pedro Francelino Guimarães pelo administrador da mesma, o comendador Dr. Rufino Augusto de Almeida. Publicado em: *Diario de Pernambuco*, 12 de março de 1868. Muitos presos sapateiros, no entanto, continuaram a solicitar permissão para trabalharem em suas celas por conta própria; Rufino de Almeida considerava este modelo prejudicial à segurança do estabelecimento e à disciplina dos presos, por conta do constante fluxo de pessoas que iam às celas trazer matérias-primas e levar os produtos. Porém, com autorização do chefe de polícia, o administrador parece ter permitido que os que apresentavam bom comportamento empreitassem o serviço com um negociante. *APEJE*. Ofício do administrador da Casa de Detenção para o chefe de polícia Francisco d'Assis Oliveira Maciel, v.07, p.104. Apud MAIA, C. N. Uma *casa* para criminosos, escravos, loucos, prostitutas e mendigos: a Casa de Detenção do Recife. In: op. cit., p.219.

⁴⁷¹ Assinado pelos deputados Amaral e Mello, Franklin Távora, Eduardo Pina, Columbano Seráfico, José de Vasconcelos, Lopes Machado e Maximiano Duarte.

instituição. Com essas medidas, a instituição teria finalmente um regime penitenciário; porém, a proposta foi encaminhada para uma comissão e não voltou mais para a ordem dos trabalhos⁴⁷².

Em 1872, entrou na ordem do dia 18 de abril um novo projeto que autorizava o presidente da província a estabelecer na Casa de Detenção as oficinas que julgasse convenientes. O deputado José Bernardo Galvão Alcoforado Júnior considerava desnecessária essa discussão, pois a lei n. 511 de 1861 já autorizava a reforma do regulamento como melhor conviesse, e o projeto de 1868 previa a organização do trabalho. Além disso, entendia que a despesa seria muito grande e que não deveria ser feita nesse momento em que o estado das finanças não era favorável.

O deputado Olympio Marques lembrava que, se fossem estabelecidas oficinas, deveria ser mudado o caráter do estabelecimento, pois deixaria de ser Casa de Detenção. Nesse sentido, Alcoforado Júnior dizia que não era possível obrigar a ocuparem-se nas oficinas aqueles que não eram condenados à prisão com trabalho. Henrique Mamede, signatário do projeto, respondeu que o intuito do projeto era oferecer facultativamente trabalho para os infelizes que ficam no estabelecimento em tão avultado número, jazendo ociosos e contraindo várias moléstias, já que a epidemia de beribéri que se desenvolvera ali no ano anterior, havia sido atribuída pelo médico da instituição, entre outras coisas, à falta de trabalho.

O deputado Oliveira Fonseca assim resumia as motivações para o projeto:

Segundo creio, a intenção do nobre autor do projeto não é que se estabeleça na casa de detenção uma penitenciária propriamente dita, de modo que a província se encarregue de fazer com que os presos condenados à prisão com trabalho cumpram esta pena, e não a de prisão simples, em que tem sido comutada por não haver entre nós uma penitenciária. O que se pretende é facilitar o trabalho àqueles presos, que a ele se quiserem dedicar. Temos o exemplo do que existia na casa de detenção. (...) Não é novo que os presos possam trabalhar, eles atualmente têm a faculdade de fazê-lo, mas trata-se de lhes facilitar os recursos de que precisam. O administrador da casa de detenção, compadecido da sorte dos detentos, facultava-lhes os meios de trabalharem; comprava à sua própria custa os instrumentos e a matéria-prima, que lhes fornecia por adiantamento; para isso foi preciso contrair débitos que ele depois teve de fazer com grave prejuízo seu, a ponto de não poder continuar a fazer essa obra de caridade. (...) Homens que para ali tinham entrado viciosos, vadios, sem nenhum ofício ou modo decente de vida, que como detentos

⁴⁷²Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 22 e 23 de abril de 1868, p.272-283.

pobres e sem recursos eram alimentados à custa dos cofres provinciais, aprendiam um ofício, começavam a ser alimentados à sua própria custa, ganhavam com que comprar alguma coisa de que necessitavam e saíam com um meio seguro de subsistência. Vê-se que a ideia de promover-se ali o trabalho não é inconveniente, nem é uma infração de lei.

Ainda segundo Fonseca, o trabalho era tão proveitoso que muitos presos chegaram a reunir pequenos pecúlios de cem, duzentos mil réis ou mais, por isso a província gastava tão pouco com alimentação àquela época. Ademais, por vezes, a proibição de trabalhar por um ou dois dias era usada pelo administrador para punir alguma falta cometida. O deputado Henrique Mamede reiterava que a despesa com a instalação das oficinas seria na casa de oito ou dez contos, bastante baixa para os benefícios que traria. Ao final da discussão, contudo, ficou decidido que o projeto de Mamede, bem como aquele apresentado em 1868, seriam encaminhados à comissão de legislação para lhe dar parecer⁴⁷³.

Assim, vemos que não havia grande esforço dos deputados em transformar o trabalho da Casa de Detenção em um trabalho propriamente penitenciário, sobretudo porque não havia só condenados à pena de prisão com trabalho na instituição. De um modo geral, os legisladores preferiam permitir que todos os presos trabalhassem a fim de diminuir os encargos da província com seu sustento. Até porque o alimento fornecido pela província era muito pouco. Não era fornecida a ceia, o que deixava os presos pobres muitas horas sem comer; e o que se oferecia nas outras refeições era insuficiente e não variava; no almoço, segundo o administrador, o pão tinha 3 onças, enquanto que nas prisões inglesas era entregue um pão de 8 onças. Quando foi deputado provincial, em 1870, Rufino pediu a reforma da tabela de alimentação dos presos pobres, que passavam mais de 14 horas sem alimentação, e lembrou que tivera que permitir a entrada de quitandeiras no estabelecimento, a fim de minorar a sorte dos presos:

⁴⁷³ Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 18 de abril de 1872, p.138-142. Em 1874, o projeto de 1868 voltou de novo à discussão (sem a menção sobre o projeto de 1872), sendo encaminhado à comissão de justiça civil e criminal e novamente à de legislação. Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 17 de março de 1874, p.55-56. No ano seguinte, o projeto n. 99 de 1868, que aparece descrito como “estabelecendo uma penitenciária na Casa de Detenção desta cidade e contendo outras providências”, voltou à ordem dos trabalhos; porém, após uma fala do deputado Gaspar de Drummond (que não entregou o discurso), foi posto a votos e rejeitado. Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 31 de março e 1º de abril de 1875, p.55-56.

Não é possível manter-se completa disciplina, nem garantir-se perfeita segurança em uma prisão frequentada diariamente pela pior gente que se poderia pôr em contato com os presos, as pretas quitadeiras. Não há em país algum civilizado, uma prisão regular em que semelhante prática se tolere. Pela tabela que foi organizada em 1861 e que é a mesma que ainda vigora, despende a província de 340 a 380 rs. diários com cada um preso pobre. Nas circunstâncias atuais do nosso mercado, não é possível fornecer alimentação sadia e abundante aos presos pobres mediante tão pequena quantia⁴⁷⁴.

Um outro melhoramento moral pedido por Rufino de Almeida ainda em 1868 foi a contratação de dois mestres-escolas para instrução dos detentos, já que era crescido o número de analfabetos. Em 13 de março do mesmo ano, um projeto de lei⁴⁷⁵, criando uma cadeira de instrução primária na Casa de Detenção, entrou nos trabalhos da sessão, mas o cargo só foi efetivamente criado em 1870, com a lei n. 912 de 30 de abril⁴⁷⁶. As aulas começaram em agosto daquele ano e eram frequentadas por 70 presos⁴⁷⁷.

A partir da década de 1870, a cidade do Recife recebeu um grande número de homens livres pobres e, com isso, a concentração de pessoas levou a um aumento da criminalidade, em virtude da falta de emprego e do ócio. Por conta das constantes secas (a maior da década em 1877-1879), cerca de 20 mil retirantes do agreste e do sertão afluíram para a capital, em busca de auxílio e emprego; as autoridades distribuíram alguns em alojamentos do Arsenal da Marinha, em Santo Amaro e nos Coelhos. Outros conseguiram emprego em diversas obras públicas da capital, como na reforma do Hospital Pedro II e na construção do aterro do Passeio Público ao lado do Ginásio Pernambucano⁴⁷⁸. Alguns moradores da capital recolhiam donativos para os flagelados da seca, mas outros entendiam que esse era um novo meio de espoliação do povo e que protegia a ociosidade e a vadiagem, facilitando a repercussão de crimes. O único remédio para os retirantes, segundo eles, era o trabalho⁴⁷⁹.

⁴⁷⁴Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 18 de junho de 1870, p.259. O pedido foi aprovado e o presidente foi autorizado a reformar a tabela de alimentação conforme o art. 19 §9 da lei de orçamento provincial de 1870. Em 1872, o presidente da província conseguiu arrematar a alimentação incluindo uma ceia às 6 horas da tarde, mas seguindo o valor da tabela de 1861, que era mais baixo. Assim, a diária de cada preso, que custava \$567, passou a ser, mesmo com a inclusão da ceia, de \$485 em média; assim, a comida passou a ser oferecida em mais um horário, mas em menor quantidade. Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1872, p.15.

⁴⁷⁵Assinado pelos deputados Armínio Tavares, Ermírio Coutinho, Franklin Távora, Cícero Peregrino, Araújo Beltrão, Epaminondas e Miguel Amorim.

⁴⁷⁶Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 13 de março de 1868, p.102.

⁴⁷⁷Relatório do presidente da província de Pernambuco, 27 de outubro de 1871, p.7.

⁴⁷⁸MAIA, C. N. Polícia versus policiados. In: op. cit., cap. 3.

⁴⁷⁹*Diário de Pernambuco*, 17 de setembro de 1877 e 1º de março de 1878. Apud MAIA, C. N. op. cit., p.170.

Mesmo os que possuíam empregos podiam também ser vetores de criminalidade. Em 1871, moradores da freguesia de Boa Vista reclamavam dos acendedores de lampião que, aproveitando do fato de usarem escadas e andarem pelas ruas tarde de noite, roubavam casas da região⁴⁸⁰.

Havia igualmente os marinheiros nacionais e estrangeiros que aportavam na cidade em busca de diversão nos momentos de folga e que, por conta da embriaguez, se envolviam em brigas. Muitos ferreiros, serralheiros, carregadores e escravos de ganho eram capoeiras e praticavam a luta nas ruas do Recife, o que a polícia frequentemente reprimia, enviando-os para a Casa de Detenção. Alguns acompanhavam as bandas musicais dos Corpos de Linha ou da Guarda Nacional em solenidades públicas e esperavam seu retorno ao quartel para iniciarem a briga quando “fechava-se o tempo e trovejava o pau”. Além dos homens livres, muitos escravos fugidos dos engenhos da zona da mata encontravam na cidade seu melhor esconderijo; se reuniam sob a sombra das gameleiras, bebendo e falando impropérios, o que assustava a população e chamava a atenção da imprensa⁴⁸¹.

O impacto do afluxo de pessoas para o Recife na década de 1870 pode ser percebido quando vemos que, em 1859, havia na capital pernambucana 36.747 pessoas, sendo 28.353 livres (77,15%) e 8.394 escravos (22,85%). Entre os livres, 2.623 eram estrangeiros (cuja imensa maioria, 2.433, era de portugueses, além de 66 franceses, 50 ingleses, 3 espanhóis, 12 italianos e 59 alemães)⁴⁸². Quinze anos depois, em 1874, a população livre havia se quadruplicado; estima-se o número de livres em 110.535, sendo 7.877 estrangeiros⁴⁸³.

Em vista da aglomeração de pessoas, o governo começou a criar uma série de medidas a fim de organizar a população e evitar crimes e perturbações no espaço público. Muitas posturas municipais foram aprovadas por essa época para coibir a vadiagem, como aquelas que proibiam os jogos, tidos como viciantes e estimuladores do ócio. Em 1873, uma postura proibía as casas de bebidas, tavernas e casas de molhados de permanecerem abertas depois das 9 horas da noite. As festividades eram vistas como imorais e degradantes, pois atraíam vadios, escravos e criminosos e, por isso, estimulavam distúrbios, “vozerias” e “assuadas”, sendo por isso objeto de

⁴⁸⁰*Diário de Pernambuco*, 13 e 15 de junho de 1871. Apud MAIA, C. N. op. cit., p.162.

⁴⁸¹MAIA, C. N. Polícia versus policiados. In: op. cit., cap. 3.

⁴⁸²Dos livres, 14.062 eram homens e 14.291 mulheres e dos escravos, 4.069 homens e 4.325 mulheres.

⁴⁸³Mapa estatístico da população da província de Pernambuco com declaração dos respectivos municípios e freguesias existentes. Apud MAIA, C. N. op. cit., p.132.

regulamentações que visavam à manutenção da ordem, como a proibição do uso de fogos de artifícios.

A inauguração do Mercado Público de São José, em 1875, teve como pano de fundo essa mesma perspectiva de organização do espaço público, a fim de substituir o antigo mercado popular, onde as barracas eram montadas ao ar livre, causando muito alvoroço. No novo estabelecimento haveria um administrador para cadastrar cada vendedor, que teria um balcão próprio, e um porteiro que regulava o horário de funcionamento da feira. O regulamento, ainda, proibia o comerciante de anunciar, “por meio de gritos e vozerias, a natureza e o preço dos artigos à venda”, a fim de evitar confusões⁴⁸⁴. Tudo isso, contudo, não impediu os frequentes roubos, brigas e uso de armas proibidas que passaram a acontecer no interior do mercado⁴⁸⁵.

Aos vadios, o artigo 295 do Código Criminal previa a prisão com trabalho por oito a 24 dias e, para os que mendigavam, o artigo 294 instituía a pena de prisão simples ou com trabalho (dependendo das forças do sentenciado) de oito dias a um mês. O juiz de paz e, a partir de 1841, o chefe de polícia eram responsáveis por fazer os “vadios, mendigos, bêbados por hábito, prostitutas, que perturbam o sossego público, e os turbulentos que, por palavras ou ações ofendem os bons costumes, a tranquilidade e a paz das famílias” e os “suspeitos da pretensão de cometer algum crime” a assinarem um termo de bem-viver (ou de segurança, no segundo caso), no qual se comprometiam a não reincidirem em seus atos. Caso quebrassem o termo, podiam sofrer penas que variavam de multa de 30\$000 à prisão simples até 30 dias ou encarceramento de, no máximo, 3 meses na Casa de Correção ou oficinas públicas⁴⁸⁶.

No Recife, os presos envolvidos em brigas, disputas, roubos e ofensas físicas e demais crimes ou contravenções eram enviados para a Casa de Detenção que, aos poucos, foi sentindo o excesso de encarcerados. Desde a transferência dos presos para a instituição, as celas, que foram projetadas para serem alojamentos individuais, passaram a ser ocupadas por dois sentenciados e as outras, maiores, por cinco. Dessa maneira, o edifício da Casa de Detenção ficava com capacidade para abrigar 370 presos, pois os raios norte e sul acomodariam juntos 280 detentos, mas o raio leste só comportava 90 detentos, já que no terceiro andar ficava a enfermaria (4 salões com 10 leitos cada) e, no

⁴⁸⁴MAIA, C. N. O disciplinamento das classes populares na cidade do Recife. In: op. cit., cap. 1.

⁴⁸⁵Ibidem, p.146-147.

⁴⁸⁶Código de Processo Criminal de 1832, art.12 §1º e 2º e art. 121 e 122. Reforma do Código de Processo Criminal de 1841, art. 4º §1º.

segundo, funcionava a escola⁴⁸⁷. Em 31 de dezembro de 1870, havia 351 detentos na instituição, mas, três meses depois, em 14 de março de 1871, já eram 409. Ao longo da década de 1870, a média de presos na instituição permaneceu sempre superior a 400, chegando a 489 em 1882, o que configurava uma situação de constante superlotação⁴⁸⁸.

Ademais, a economia de Pernambuco a partir da década de 1870 não andava muito favorável, gastando a província mais do que arrecadava, e aumentando a cada ano a sua dívida passiva. Por conta do aumento da produção de açúcar no mundo todo, os preços estavam em franca desvalorização, até porque o açúcar de beterraba, apesar do alto custo do maquinário que utilizava, forçava os preços para baixo, pois era subsidiado pelos governos europeus. Ademais, os compradores do açúcar brasileiro preferiam comprar o mascavo – que era 25 a 33% mais barato que o branco – para refiná-lo em suas indústrias e depois distribuir para os consumidores⁴⁸⁹.

Desse modo, apesar de a província aumentar sua produção, o valor arrecadado era cada vez menor. Entre 1856-1860, por exemplo, Pernambuco exportou em média 48.523 toneladas de açúcar pelo valor de £1,007,331 (£20,75 por tonelada); entre 1871-1875, a produção foi de 78.699 toneladas, mas a venda foi de apenas £930,345 (£11,82 por tonelada), quase metade do valor anterior. Já entre 1881-1885, a produção mais que dobrou em relação ao primeiro intervalo, chegando a 103.889 toneladas, mas o valor arrecadado pela exportação não passou de £1,188,376 (£11,43 por tonelada)⁴⁹⁰.

⁴⁸⁷ Em uma célula do 3º andar do raio sul, funciona também a enfermaria das mulheres. Relatório do chefe de polícia de Pernambuco, 16 de janeiro de 1876, p.3.

⁴⁸⁸ Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1871, p.9; 27 de outubro de 1871, p.7.

⁴⁸⁹ EISENBERG, P. op. cit., p.48-51.

⁴⁹⁰ Ibidem, p.42, quadro 3.

Gráfico 4 – Relação entre a receita e a despesa efetivas da província de Pernambuco (1870-1885)

FONTE: Balanços da receita e despesa da província de Pernambuco (1870-1871 a 1885-1886).

OBS: Não foram encontrados os balanços de 1877-1878, 1880-1881 e 1883-1884.

Por esse motivo, a província preferia concentrar seus recursos em maneiras de aprimorar a produção. Embora a construção da Casa de Detenção tivesse sido prioritária (para a qual foram vertidos grandes recursos), depois de terminada, a instituição foi deixada em segundo plano, sobretudo porque, como veremos nos próximos subcapítulos, a província procurou resolver o problema da aglomeração de presos com a construção de cadeias centrais no interior da província e, principalmente, com a remessa constante de presos para Fernando de Noronha.

Com a casa lotada e sem trabalho, a saúde dos presos foi se deteriorando; os presidentes da província ansiavam pelo restabelecimento das oficinas, para que estes pudessem ter ocupações e comprar alimentos por conta própria, diminuindo os gastos públicos com a alimentação dos presos pobres. Em 1871, o presidente dr. Manoel do Nascimento Machado Portella, lembrava que, quando as oficinas funcionavam, na década de 1860, a província despendia 21 contos anuais com a alimentação dos presos pobres e, agora, já se gastava cerca de 60 contos. Para que pudessem funcionar novamente, segundo o presidente, bastava um pequeno gasto com a construção de salões. O administrador Rufino de Almeida também ressaltava que, quando elas estavam em funcionamento, não havia ocorrido nenhum caso de suicídio nem loucura; depois de suprimidas, no entanto, a instituição registrara três suicídios e alguns casos de loucura, além de “notar-se no geral dos presos sinais de abatimento de espírito e de

forças”. Segundo o médico, por conta da parca alimentação, epidemias de beribéri e varíola voltaram a surgir na instituição⁴⁹¹.

Quando visitou Pernambuco, o escritor norte-americano Fletcher notou que “era o som dos instrumentos do trabalho e da civilização, o martelo do progresso que se ouvia, quando se entrava na casa de detenção do Recife”. Agora, para o presidente da província João Junqueira, a instituição vivia uma “morna ociosidade”⁴⁹².

Em 1874, o administrador Rufino de Almeida escreveu um artigo para o jornal carioca *O Globo*, que foi posteriormente também publicado no *Diario de Pernambuco*, intitulado “Questão penitenciária”, no qual descrevia as condições da Casa de Detenção. Dizia que na instituição não havia qualquer sistema penitenciário, já que ela não tinha acomodações nem para prisão penitenciária nem correccional. Os presos estavam em número maior do que a capacidade de edifício; os sentenciados e pronunciados viviam misturados com os simples detentos; as mulheres não tinham compartimento especial nem enfermaria própria, e os menores eram encerrados junto com os adultos. Não havia passeios ao ar livre, apenas para os doentes; os homens podiam passear pelos corredores, mas as mulheres só ficavam nas celas, que eram escuras e sem móveis suficientes. Alguns presos dormiam em barras de madeiras sem travesseiro, enquanto outros dormiam no chão.

Segundo o administrador, nenhum dos elementos moralizadores previstos nos sistemas penitenciários era empregado na instituição. Em relação à educação, até havia a aula de instrução primária, mas ela não era obrigatória e poucos frequentavam⁴⁹³; também não eram fornecidos nem tinta nem papel para os presos. Não havia capela ou capelão para a instrução religiosa; e, quanto ao trabalho, todos os presos viviam no mais completo ócio: “Não há oficinas! Comer e dormir, eis aqui caminho para regeneração do culpado”.

A higiene era precária, pois a água era insuficiente para a lavagem dos esgotos e o encanamento que ia das latrinas ao rio ficava exposto durante a maré baixa, o que fazia com que o odor que voltava ao prédio fosse insuportável; nas chuvas, as águas inundavam as células, dando margem à proliferação de inúmeras moléstias, como tísica (tuberculose) e afecções do coração. Os presos não tinham uniformes e se vestiam como

⁴⁹¹Relatório do presidente da província de Pernambuco, 27 de outubro de 1871, p.8.

⁴⁹²Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1872, p.15. A citação do Fletcher foi feita pelo presidente, na mesma ocasião.

⁴⁹³Em 1876, havia 76 matriculados, mas a frequência média era de 35 presos. Relatório do chefe de polícia da província de Pernambuco, 16 de janeiro de 1876, p.3.

quisessem; também não havia qualquer recompensa para os de bom comportamento e todos viviam em comum dia e noite, situações que haviam sido duramente reprovadas no Congresso Penitenciário Internacional de Londres, em 1872. A livre conversação com qualquer pessoa que entrasse no estabelecimento, segundo Rufino, levava à crescente perniciosidade dos presos, que chegavam a ocultar objetos roubados por seus parceiros do lado de fora:

Não há locutórios: os presos conversam com as visitas sem que os ouçam os empregados. Entram no estabelecimento, no interior da prisão e comunicam com os presos, a pretexto de levarem-lhes comida, pessoas estranhas. Por causa deste sistema e do das visitas, chegaram as coisas ao ponto de ser esta casa o melhor lugar para a ocultação e venda de objetos furtados. Do poder de presos têm se tomado objetos de ouro e prata furtados e dados a guardas ou vendidos na ocasião da visita; têm sido encontrados nas células punhais, instrumentos para serrar grades, e também bebidas espirituosas, fornecidas pelos portadores de alimentos⁴⁹⁴.

De fato, os visitantes deveriam ser revistados, mas eram tantos que apenas em razão de suspeita os guardas os revistavam. Mas os demais visitantes que chegavam todos os dias iludiam a vigilância dos guardas e do administrador e, nessas ocasiões, muitas vezes forneciam armas aos presos⁴⁹⁵. Outra questão que indignava Rufino de Almeida era o fato de que muitos presos jaziam na prisão durante dois ou três anos sem julgamento – o caso mais extremo era de um escravo que estava na Detenção há 19 anos sem guia. Outros recebiam alvará de soltura, mas os trâmites burocráticos arrastavam a sua libertação por alguns meses ou anos.

Em vez de levar à regeneração, segundo Rufino de Almeida, os defeitos que apresentava o sistema da Casa de Detenção só faziam aumentar a reincidência, que a essa altura já acometia quase um terço dos detentos, podendo alguns presos ter contadas suas entradas em dezenas. O administrador fechava seu artigo condenando o sistema que produzia esse resultado:

Embrutecidos, ainda mais do que quando nela entraram, sem ofício nem hábito de trabalho, sem meio de manterem-se enquanto procuram ocupação honesta, sem a menor proteção, quer pública, quer particular, desprezados pela sociedade, repelidos pela indústria e pela

⁴⁹⁴*Diário de Pernambuco*, 20 de outubro de 1874.

⁴⁹⁵Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 9 de março de 1876, p.59-60.

lavoura, eis a posição dos delinquentes ao deixarem a prisão, depois de satisfeita a vindita pública⁴⁹⁶.

Diante desse relato sobre as tristes condições da Casa de Detenção, nesse ano, os deputados aprovaram um artigo no orçamento provincial (art.25) que autorizava o presidente a criar oficinas de trabalhos na instituição, dando uma nova organização aos serviços. Ele também regularia sobre o modo como seriam alimentados os presos e poderia montar uma enfermaria, abrindo os créditos necessários para as despesas com estas reformas. No artigo 29, contudo, ficava estipulado que a alimentação dos presos pobres da instituição não poderia custar mais de \$450 diários para cada um (\$35 a menos do que em 1872), devendo para isso serem alteradas as tabelas.

Dessa maneira, podemos ver que à expectativa da criação de oficinas na Casa de Detenção correspondia entre as autoridades uma diminuição do valor destinado para alimentação dos presos pobres. No orçamento de 1877 (art. 9 § 1º), a diária foi baixada novamente para \$350, enquanto o artigo 31 permitia a despesa de dez contos com a criação das oficinas e compra dos instrumentos e matéria-prima “a fim de os detentos por seus ofícios e artes se aplicarem ao trabalho voluntário”.

Entretanto, apesar de tais previsões, nenhuma oficina com recursos provinciais foi instalada na Casa de Detenção, e alguns presos continuaram trabalhando e comprando seus materiais por conta própria, enquanto a maioria vivia na ociosidade. Entre os deputados pernambucanos, faltava um consenso sobre qual a função da Casa de Detenção, e se seria mais profícuo investir em oficinas de acesso facultativo nessa instituição ou na criação de uma penitenciária para condenados à pena de prisão com trabalho.

Em 1876, o deputado Pedro Gaudiano de Ratis e Silva apresentou um projeto para organização do trabalho na Casa de Detenção, com a construção de um edifício para oficinas de artes e ofícios mecânicos dentro dos muros da instituição; ele havia sido administrador da Casa de Detenção por seis meses, e conhecia bem a rotina do estabelecimento. Por seu projeto, os presos trabalhariam das 6 horas da manhã até às 6 da tarde; receberiam gratificação, sendo um terço dela retido como pecúlio após soltura; os produtos seriam expostos em uma casa para venda; e quando não houvesse entre os

⁴⁹⁶*Diario de Pernambuco*, 20 de outubro de 1874. Pouco depois de seu desabafo na imprensa, Rufino Augusto de Almeida pediu demissão e, em 29 de março de 1875, assumiu a direção da Casa de Detenção o bacharel Jefferson Mirabeau de Azevedo Soares. Relatório do presidente da província de Pernambuco, 10 de maio de 1875, p.4.

presos algum capacitado a ensinar, seria contratado um mestre. O ponto polêmico do projeto era que todos os presos, condenados ou não, seriam obrigados a trabalhar⁴⁹⁷.

No ano seguinte, o projeto entrou em discussão; Ratis e Silva o justificava dizendo que era de interesse da província, pois os produtos seriam vendidos e o dinheiro recolhido aos cofres públicos, diferentemente do que ocorria com as primeiras oficinas, cujo investimento era particular, correndo por conta do administrador. O deputado Gaspar de Menezes Vasconcelos de Drummond contestava o investimento em outra instituição – pois entendia que se tratava de uma penitenciária – quando se havia acabado de conferir pesados gastos para a conclusão da Casa de Detenção:

Não contesto, senhores, que haja utilidade em construírem-se edifícios para servirem de penitenciárias aos condenados à prisão com trabalho; pelo contrário, aplaudo a ideia do nobre deputado porque se conhece que S. Exc. deseja que esta província esteja a par dos países civilizados onde o sistema penitenciário tem feito progressos. Não contesto, sr. presidente, que a assembleia provincial tenha o direito de deliberar sobre a construção de tais casas, porque no ato adicional se lê semelhante faculdade. Divirjo, porém, do signatário do projeto em outro ponto. Será útil e conveniente a realização dos desejos do nobre deputado presentemente? Será conveniente que a assembleia chame a si despesas extraordinárias? Não, sr. presidente, não há utilidade, porque nem temos os dados precisos para deliberarmos a semelhante respeito, nem há conveniência, porque o estado financeiro da província inspira-nos receios e não nos anima a cometimentos como este. Sabe V. Exc. e sabe a província, o quanto nos foi dispendiosa a casa de detenção, e hoje quando ainda procuramos cicatrizar as feridas que nos trouxe esse estabelecimento, quer o nobre deputado ordenar a construção de outro, que nos acarretará somas fabulosas.

Drummond entendia que esse tipo de casa de correção deveria ser construído com auxílio dos cofres gerais; antes, quando Recife tinha apenas uma cadeia, o vencimento do carcereiro corria pelos cofres gerais⁴⁹⁸, mas, quando os deputados resolveram construir a Casa de Detenção, as despesas com todo o funcionalismo desta instituição passaram a correr pela província, o que fez com que aumentassem as despesas públicas. Outro problema que ele encontrava no projeto era o fato de ele obrigar todos os presos, inclusive os detentos ao trabalho comum; isso não era competência provincial, pois as penas já estavam determinadas pelo código criminal e ninguém poderia obrigar um condenado à prisão simples a trabalhar.

⁴⁹⁷ Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 25 de abril de 1876, p.247.

⁴⁹⁸ Conforme previsto no artigo 8º da lei geral n. 261 de 3 de dezembro de 1841 (lei de reforma do código de processo criminal).

Nesse sentido, o deputado Olympio Marques lembrava que, em tese, a casa de detenção era um lugar em que os presos estavam apenas de passagem. Ali só se recolheriam simples detentos ou indivíduos que estavam sendo processados; presos vindos de outras províncias, em passagem para Fernando de Noronha; ou vindos do interior, e ali conservados à espera de julgamento por falta de acomodações nas prisões pernambucanas; “de sorte que, condenados à prisão com trabalho, pode-se dizer na casa de detenção não existe”. Por isso, como os presos pouco se demoravam, entendia que o trabalho deveria ser facultativo e em pequena escala.

O ex-administrador Ratis e Silva respondeu que a Casa de Detenção, por norma, deveria abrigar apenas essa gama de detentos, mas não era assim que funcionava. Os presos condenados ficavam bastante tempo na instituição e muitos que eram marceneiros e ferreiros desejavam trabalhar, ainda que dentro de suas células. Lembrava que o projeto não visava à construção de uma penitenciária nem de um prédio suntuoso, apenas seria oferecido um galpão, instrumentos e matéria-prima a fim de garantir meios para os presos trabalharem e se sustentarem; nesse sentido, admitia uma emenda ao projeto original tornando o trabalho voluntário⁴⁹⁹.

Já o deputado Fábio Alexandrino dos Reis e Silva entendia que o ato adicional conferia às províncias o direito de legislar sobre a construção de casas de prisão e trabalho e, por conseguinte, sobre o modo e condições por que deveria ser feito este trabalho. Por isso, a assembleia teria competência para estabelecer trabalho obrigatório nas oficinas da Casa de Detenção. Segundo ele: “se o preso só trabalhar se quiser, qual a força da lei? Ou o trabalho para os presos recolhidos à casa de detenção é necessário ou não é”.

O deputado Francisco José Medeiros concordava com Alexandrino e entendia que as atribuições dadas pelo ato adicional às províncias tinham por base o fato de que as assembleias provinciais conheciam os hábitos e a educação dos povos locais e sabiam o que mais interessava à ordem social e o que não podia ser adiado. Para ele, a cadeia deveria ser um local de regeneração, assim conservar os presos na prisão sem dar-lhes ocupação era perverter-lhes a alma. Por isso, considerava legal a imposição do trabalho porque, no caso das oficinas da Casa de Detenção, ele não estaria compreendido no catálogo das penas, afinal a regeneração não interessava simplesmente ao regenerado, mas à comunhão social:

⁴⁹⁹ Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 7 e 8 de março de 1877, p.9-16.

Pouco importa, sr. presidente, que a medida decretada vá ferir a interesses individuais, uma vez que ela se proponha a acautelar a ordem, a segurança e o bem estar social, está na justa esfera de nossas atribuições, por força da delegação dos poderes que todos os pernambucanos em sociedade nos outorgou.

Vê-se assim que os deputados forçavam as mais variadas interpretações para o ato adicional a ponto de, nesse caso, mudarem as imposições do código criminal, ao procurar impor a todos os presos o trabalho obrigatório. O deputado José Bernardo Galvão Alcoforado Júnior, por sua vez, entendia que essa interpretação de Medeiros e de Reis e Silva feria o ato adicional, que dava a atribuição às províncias de legislarem sobre as casas de prisão com trabalho, mas apenas para os condenados à prisão com trabalho, já que isso era um atentado às leis criminais. Segundo ele, se esse projeto passasse, “não haveria mais prisão simples na província de Pernambuco”. E completava: “ora, senhores, em um país regido por um sistema livre como o nosso, quando as leis procuram cercar o cidadão de todas as garantias, pode-se por ventura considerar os presos fora da lei e obrigá-los a fazer aquilo que a lei não consente?”⁵⁰⁰.

Desse modo, os deputados Gaspar Drummond, Alcoforado Júnior, Dr. Chacon, Antonio Joaquim de Moraes e Silva e José Moreira Alves da Silva, contrários à imposição do trabalho, se reuniram e mandaram uma emenda substitutiva considerando o ingresso às oficinas facultativo. Posta a votos, a emenda foi aprovada. A discussão do projeto, porém, foi adiada e não mais voltou aos trabalhos⁵⁰¹.

As oficinas regulamentadas não foram estabelecidas, mas alguns presos continuaram a trabalhar por conta própria, como faziam os presos nas cadeias tradicionais. Na Casa de Detenção, como vimos, o isolamento também não era praticado, já que inúmeras pessoas frequentavam a instituição para vender ou comprar produtos dos presos; nem mesmo o isolamento noturno era possível, pois a aglomeração há muito já havia acabado com esse dispositivo. Além disso, conforme denúncias que apareceram em 1879, muitos detentos tinham permissão de sair às ruas para resolver assuntos pessoais.

A José Francisco Carneiro, preso por ferimentos graves, foi concedida licença para ir à rua falar com seu advogado, por ser pessoa de confiança do administrador. José

⁵⁰⁰ Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 15, 17 e 20 de março de 1877, p.27-31; 33-36; 37-47.

⁵⁰¹ Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 7 de maio de 1877, p.191.

Duarte de Oliveira Rego, preso por quebra fraudulenta, foi visitar sua esposa, que estava doente. José Ferreira da Silva Chaves, detido por fabricação de moeda falsa, pôde sair da instituição para tratar dos papéis do julgamento. Ao detento Joaquim Gomes Salgueiro foi concedida permissão para ir, “convenientemente escoltado”, à casa de seu patrão na Rua do Sossego, n. 31. O criminoso de roubo, Manoel da Rocha Wanderley, pôde ir, “conduzido com a devida segurança”, à Rua do Nogueira, na casa de sua irmã, que se achava moribunda. Antonio Francisco das Chagas, absolvido pelo tribunal do júri, mas apelado para o superior tribunal da relação, pediu licença para visitar sua mulher com graves incômodos de moléstia, na freguesia de Santo Antônio, a fim de saber qual era o seu estado de saúde. Hermenegildo Severiano Gonçalves pediu licença para ir à sua casa por poucas horas a fim de tratar de negócio de seu particular interesse⁵⁰².

Em 1881, o deputado José Hygino Duarte Pereira, conforme vimos na epígrafe deste capítulo, apresentou um projeto na assembleia para a construção de uma casa penitenciária. Para ele, esta província não poderia prescindir de uma instituição em que se pudesse cumprir a pena de prisão com trabalho, “destinada a ocupar o 1º lugar no código das nações civilizadas”, única que além de repressiva era eminentemente correcional, pois moralizava o condenado e lhe fornecia meios de subsistência e pecúlio. “Estando as nossas cadeias repletas de criminosos que vivem ociosamente à custa dos cofres provinciais, não pode esta província continuar privada de uma casa penitenciária onde aquela pena seja dada à execução”.

José Hygino entendia que no estado em que se achava, a Casa de Detenção era, em maior escala, o que eram as prisões locais: “corrompe e não intimida o delinquente”.

⁵⁰² Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 7 de fevereiro de 1879, p.259. Essa parecia ser uma prática corriqueira, como sustentou o deputado Lourenço de Sá. Contudo, o caso de Hermenegildo Severiano Gonçalves virou um estopim para a condenação desses abusos, que culminou na demissão do administrador da Casa de Detenção, major Odilon Câmara Lima, e do delegado Joaquim Costa Ribeiro, que estava como chefe de polícia interino. Nos casos anteriores, os presos saíam de dia e eram acompanhados por um guarda. Já o preso Hermenegildo ia para sua casa quase todas as noites; em uma delas, a patrulha o capturou. De início, ele disse que iludiu a guarda para poder sair, mas depois acabou confessando que tinha permissão do delegado – que inclusive o tinha acompanhado – e respondeu “que gozava de liberdade dentro dos muros do edifício e estas vantagens desfrutava por concessão feita pelo administrador, se bem supunha, ao delegado de polícia, com quem tinha relações de amizade”; o delegado era o advogado de Hermenegildo. O guarda do portão Bastor confessou que, na noite da captura, o preso tinha saído com o delegado e que ele achou normal, pois não era a primeira vez que acontecia, pois já estava informado pelo administrador Câmara Lima que “toda a vez que o delegado vier ou mandar buscar o Hermenegildo, deixe-o sair, porque tem para isso autorização minha”. Conforme os próprios deputados já analisavam, a demissão dos dois funcionários parece ter sido a única alternativa do presidente da província, para não ficar exposto à censura pública. Porém, quatro anos depois, em 1883, Joaquim da Costa Ribeiro aparecia novamente como chefe de polícia. Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 8 de fevereiro de 1879, p.267-270; 9 de maio de 1879, p.4 (apêndice).

Condenava a instituição onde presos viviam em comum, sem asseio nem higiene, em um edifício insalubre, com uma enfermaria dentro do edifício, onde eram tratadas as moléstias contagiosas. Ali se achavam custodiados, indiciados, pronunciados, condenados e apelados, além de loucos, mulheres e menores de idade nos mesmos raios e andares. Não se podia trabalhar nas celas, nem havia fora delas local apropriado para o trabalho “a não serem umas miseráveis palhoças na parte posterior do edifício, onde trabalham alguns detentos, que sabem algum ofício mecânico e podem comprar a matéria-prima de que precisam”. Os presos se comunicavam com o exterior, mandavam vir comidas de suas casas, introduziam nas celas bebidas alcoólicas e objetos furtados. Por isso, fazia-se indispensável a reforma desse péssimo estado de coisas, intervindo o poder público para fundar novas prisões acomodadas ao regime penitenciário:

Admira-me mesmo, sr. presidente, que mais cedo não se cogitasse de dotar esta província com esse melhoramento. (...) Há um século que os filantropos, os criminalistas, os congressos internacionais agitam essa grande questão nos Estados Unidos e na Europa (...). A obra da reforma chegou mesmo a tal ponto que o distinto penologista português, o dr. Ayres de Gouveia, disse que hoje se pode aferir da civilização de um povo pelo estado das suas prisões⁵⁰³.

O deputado conhecia as determinações estabelecidas nos mais recentes congressos penitenciários; para ele, por exemplo, a pena de prisão com trabalho deveria ser aplicada a todos os condenados de crimes comuns. De igual modo, nas reuniões do Congresso Penitenciário de Estocolmo de 1878, chegou-se à conclusão que todo sistema penitenciário deveria reunir essencialmente duas condições comuns: privação de liberdade e obrigação do trabalho, já que não era possível adotar um sistema mais moralizador para uns e menos para outros⁵⁰⁴.

Diante das argumentações jurídicas e científicas, o projeto foi aprovado sem debate e virou a lei n. 1.550 de 19 de maio. Por meio dela, a província estava autorizada a construir uma penitenciária para cumprimento da pena de prisão com trabalho; o edifício seria construído no estilo panóptico de quatro raios, contendo cada um deles pelo menos 100 celas individuais. Durante os primeiros oito meses de prisão, o condenado trabalharia isolado em sua cela; depois, passaria para o trabalho comum nas

⁵⁰³ Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 20 de abril de 1881, p.205-206.

⁵⁰⁴ FLEURY, André Augusto de Pádua. **Congresso Penitenciário Internacional de Estocolmo em 1878.** 19 de novembro de 1878, p.18 (anexo ao relatório do ministro da Justiça, 13 de maio de 1879).

oficinas. Essa modalidade de regime penitenciário se assemelhava ao que era aplicado na Europa e o que foi aconselhado que fosse aplicado na Casa de Correção da Corte pela comissão inspetora de 1874⁵⁰⁵. Para a aquisição do terreno e a construção dos dois primeiros raios e da parte central, o presidente da província estava autorizado, pela lei, a despendar até 400:000\$000, sendo 150:000\$000 já para o próximo exercício.

Como forma de diminuir os males que ocorriam na Casa de Detenção, essa mesma lei determinava que a enfermaria que estava no terceiro andar do raio leste fosse removida para um pavilhão construído nos muros exteriores, passando o referido andar a ser exclusivo para as mulheres. Também instituía que no asilo de mendicidade se recolhessem os meninos desvalidos e os menores infratores (conforme o artigo 13 do código criminal) para aprenderem ofícios mecânicos.

Ainda em 1881, foi nomeada uma comissão de especialistas para conceber a planta da penitenciária, composta pelo diretor interino da Faculdade de Direito e lente de Direito Criminal, conselheiro João José Ferreira de Aguiar, pelo presidente do Tribunal da Relação, conselheiro Quintino José de Miranda, pelo inspetor de Saúde Pública dr. Pedro de Atahyde Lobo Moscozo, pelo engenheiro Henrique Augusto Milet e pelo advogado dos auditórios desta cidade, dr. Antonio José da Costa Ribeiro. Não podendo Milet, pois havia regressado doente para Europa, foi nomeado engenheiro Felipe de Figuerôa Faria. Durante o ano, eles fizeram algumas sessões e, em 1882, os trabalhos já quase estavam concluídos⁵⁰⁶.

Contudo, voltando ao gráfico 4 (sobre as receitas e despesas provinciais), podemos ver que na década de 1880, os problemas financeiros que a província já enfrentava só se agravaram. Em agosto de 1882, o governo geral suspendeu os impostos provinciais de consumo que, em 1881-1882 haviam gerado 1,395:148\$195 de renda comum e mais 38:853\$445 de extraordinária. A assembleia não quis aumentar os outros impostos naquele ano, mas, para diminuir os efeitos dessa perda brusca na arrecadação, resolveu reduzir as despesas para 2,706:313\$327, quando no ano anterior decretara

⁵⁰⁵Relatório da comissão inspetora da Casa de Correção da Corte, 15 de fevereiro de 1874, p.232-237 (anexo ao relatório do ministro da Justiça, 7 de maio de 1874). Em 1889, o ministro da Justiça lembrava que quase todos os países da Europa adotavam o sistema Filadélfia (isolamento diuturno) até três anos da pena, após o qual iam para o regime de Auburn (trabalho em comum de dia e isolamento noturno). Relatório do ministro da Justiça, 18 de maio de 1889, p.107.

⁵⁰⁶Relatório do presidente da província de Pernambuco, 11 de setembro de 1882, p.11.

4,705:369\$327. De igual modo, autorizou empréstimo de 1,000:000\$000 para a liquidação das despesas ordinárias da província no exercício anterior⁵⁰⁷.

Apesar dessa redução nas despesas, a receita da província era insuficiente para saldar as dívidas. No exercício de 1884-1885, surgiu um déficit de 811:762\$343, que poderia chegar a 910:235\$123 com a alimentação dos presos pobres, que não estava prevista no orçamento⁵⁰⁸. Segundo o inspetor do tesouro:

A sua dívida consolidada acha-se aumentada com 1,000:000\$000 mais, e o Tesouro sobrecarregado com mais os juros anuais de 7% dessa dívida e em estado insolvável para satisfazer as suas urgentíssimas necessidades, agravadas com a insuficiência do empréstimo para a liquidação das despesas do exercício findo e com a insuficiência da receita criada pela lei n.1786 para as despesas do exercício corrente, que terá provavelmente uma liquidação igual a do exercício findo, isto é, por meio de um novo empréstimo igual, ou quase igual ao primeiro; a crise monetária cada vez produzindo maiores estragos a ponto de vermos uma grande safra de açúcar sacrificada, e o retraimento dos capitais cada vez maior, a ponto de só se fazerem descontos de letras, ainda garantida pelas melhores firmas, com um ágio elevadíssimo⁵⁰⁹.

À crise financeira somava-se o aumento da população carcerária. Conforme a população da província crescia, o número de presos aumentava cada vez mais; em 1882, o deputado barão de Nazaré lembrava que:

A Casa de Detenção desta cidade está impossível de nela se guardarem presos; a administração estuda por todos os meios a maneira de guardar esses presos, mandando-os para a Ilha de Fernando, ou colocando-os em qualquer das cadeias da capital, para que possa desse modo melhorar o estado lamentável em que se acha a Casa de Detenção desta cidade⁵¹⁰.

Em 1884, os que deviam ficar presos por menos tempo eram enviados para as prisões da Guarda Cívica. Criada por lei provincial de 3 de junho de 1876, nos mesmos moldes da Guarda Urbana paulistana, esta instituição civil tinha o propósito de realizar o policiamento preventivo, patrulhando as regiões centrais do Recife, e recolhendo, em

⁵⁰⁷ Projeto de receita provincial organizado pelo administrador do consulado provincial, 25 de fevereiro de 1884, p.3.

⁵⁰⁸ Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1884, p.25.

⁵⁰⁹ Projeto de receita provincial organizado pelo administrador do consulado provincial, 25 de fevereiro de 1884, p.4-5.

⁵¹⁰ Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 5 de julho de 1882, p.777.

suas estações, aqueles que cometessem infrações ou fossem pegos em flagrante delito⁵¹¹. Nessas estações, contudo, os presos ficavam detidos provisoriamente, devendo os indiciados por crime serem encaminhados para a Casa de Detenção.

Segundo o deputado Demócrito Cavalcante, no começo, os presos ainda ficavam um pouco mais de tempo nas estações porque não havia força suficiente para conduzi-los. Mas, desde então, cometiam-se abusos e os presos ficavam ali dias, aglomerados e sem comida. O problema era ainda maior porque esses presos não figuravam nas partes diárias⁵¹², o que transformava suas prisões, segundo o representante provincial, em situações de cárcere privado:

Mas, como quer que seja, o que é verdade é que a regra hoje é mandar apenas um terço dos presos para a Casa de Detenção, ficando dois terços nos cárceres privados das estações da guarda cívica. Ora, é fácil concluir que naqueles pequenos ergástulos, o preso que se demora por mais de 24 horas tem a sua vida ameaçada, vindo a expirar pobres diabos à fome, e chegando até os soldados, por sua própria autoridade, em caso de risco, a deitar alguns para fora pedindo-lhes por favor que vão-se embora⁵¹³.

Por isso, requeria o deputado que se perguntasse ao presidente qual a relação do número de cárceres existentes nas estações da Guarda Cívica, bem como a relação dos nomes dos presos, motivo e tempo da prisão, por ordem de quem estavam e, por fim, se a Casa de Detenção não comportava mais presos.

Tal qual se observava na antiga cadeia do Recife na década de 1840, a aglomeração de presos na Casa de Detenção aumentava o risco do desenvolvimento de epidemias. Ainda em 1881, um novo surto de beribéri teve início na Casa de Detenção; por esse motivo, o deputado Olympio Marques relembra na assembleia a utilidade de se estabelecerem oficinas de trabalho nesta instituição, já que, para ele, um dos motivos da moléstia era a inação dos presos. Além disso, devido aos altos custos e as dificuldades financeiras da província, ele acreditava que a penitenciária não seria construída tão cedo:

⁵¹¹SILVA, Wellington Barbosa da. A Guarda Cívica do Recife: a utopia de uma força policial guiada pela cortesia nas décadas finais do Brasil Império (1876-1889). In: **Saeculum**: revista de história. João Pessoa, vol. 33, jul./dez. 2015, p. 129-144.

⁵¹²Relatórios que as instituições carcerárias tinham de enviar às autoridades, com o registro de entrada e saída dos presos, com informações sobre o motivo dessa movimentação (absolvição, término de sentença, fuga ou morte) e outros detalhes, como número de presos encaminhados à enfermaria.

⁵¹³Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 23 e 28 de maio de 1884, p.111 e 123, vol. II.

Estou convencido de que a penitenciária não teremos tão cedo: quer seja feita pela província, quer pelo Governo geral, porque penitenciária quer dizer muito dinheiro, não só com a sua construção, como também com a sua conservação e custeio. Se não podemos fazer muita coisa, façamos alguma coisa tendente a diminuir a despesa da província com aquele estabelecimento. (...) Façamos, pois, alguma coisa de prático, de realizável, forneça a assembleia ao presidente da província os recursos necessários para o melhoramento das condições da Casa de Detenção, não só quanto a higiene como no que for relativo ao melhoramento moral dos presos⁵¹⁴.

Durante a sessão, o deputado Estevão de Oliveira leu um artigo de jornal escrito pelo médico da cidade do Recife, em que apresentava os números da epidemia na instituição, desde sua primeira manifestação em 1871 até os altos índices de 1881 e 1882:

Tabela 8 – Número de presos da Casa de Detenção do Recife acometidos de beribéri e seus respectivos destinos (1871-1882)

ANOS	ACOMETIDOS	MORTOS	TRANSFERIDOS
1871	92	14	78 para Fernando de Noronha
1876	1	1	
1877	2	2	
1878	1	1	
1881	159	2	14 para o Hospital D. Pedro II e 140 para Fernando de Noronha
1882 (até junho)	218	9	180 para Fernando de Noronha

FONTE: Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 10 de junho de 1882, p.XXXII (apêndice).

Em 1882, uma comissão foi convocada pelo presidente da província para estudar o estado sanitário daquela prisão. Os médicos Pedro de Athayde Lobo Moscozo, João da Silva Ramos, Adrião Luiz Pereira da Silva, João Maria Seve e Malaquias Antonio Gonçalves visitaram o estabelecimento e propuseram a imediata evacuação do prédio enquanto se melhorava o serviço de esgoto. Os presos seriam removidos para Fernando

⁵¹⁴Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 16 de junho de 1882, p.746-747.

de Noronha ou para a Fortaleza do Brum, e assim não se consentiria mais com a perigosa acumulação de indivíduos. Para a realização da reforma, o presidente abriu verba de Socorros Públicos em 10:000\$000⁵¹⁵. Para todos os consertos reclamados, contudo, seriam necessários 32:000\$000; por isso, fez-se apenas a caiação do edifício e as limpezas mais urgentes, sem que os presos fossem transferidos para outra instituição⁵¹⁶.

Assim, diante da crise financeira crescente da província de Pernambuco e dos problemas enfrentados na Casa de Detenção (e da pouca verba destinada à resolução), a ideia da criação de uma penitenciária no Recife foi ficando cada vez mais difícil de se concretizar. Em 1883, o deputado Góes Cavalcante chegou, inclusive, a apresentar um projeto de revogação da lei n. 1.550 que previa a construção da penitenciária. Dizia que a ideia era boa, mas que a construção deveria correr pelos cofres gerais, mas enquanto houvesse uma lei provincial que tratasse desse assunto, o governo imperial não tomaria nenhuma iniciativa⁵¹⁷.

Para resolver os problemas mais urgentes decorrentes da ociosidade dos presos, no orçamento de 1882-1883, os deputados resolveram conceder 15:000\$000 para o estabelecimento de oficinas de trabalho na Casa de Detenção; mas o presidente da província não pôs em execução, pois considerou a verba insuficiente. Em 1883, as duas únicas que funcionavam eram as de marceneiro e ferreiro – estabelecidas debaixo do velho telheiro, pequeno e arruinado, que havia sido construído em 1862 –, nas quais alguns presos trabalhavam por conta própria. A maioria dos outros detentos, por falta de acomodações, continuava a realizar seus trabalhos em suas células, com prejuízo da disciplina e do asseio da casa; o trabalho era voluntário e o produto lhes pertencia integralmente, por serem de sua propriedade os instrumentos e a matéria-prima. Também em relação à instrução primária houve pouco adiantamento; dos 360 presos que existiam na Casa de Detenção, apenas 25 frequentavam a escola de primeiras letras⁵¹⁸.

Em 1884, o administrador da instituição, major Leopoldo Borges Galvão Uchôa, reclamava do estado deplorável das células e temia pela cobertura dos três raios, que ameaçava desabar. Dizia que, na fundação, o estabelecimento tinha sido “destinado a

⁵¹⁵Relatório do presidente da província de Pernambuco, 11 de setembro de 1882, p.11-12.

⁵¹⁶Relatório do presidente da província de Pernambuco, 10 de novembro de 1886, p.20.

⁵¹⁷Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 7 de março de 1883, p.41-42.

⁵¹⁸Relatório do chefe de polícia da província de Pernambuco, 15 de fevereiro de 1883, p.5-6.

simples Casa de Detenção, mas hoje está ele convertido em casa de correção, penitenciária, hospital de loucos e até de hidrofóbicos, sem que tenha para tudo isso as precisas condições e acomodações”. Os loucos, em vez de serem remetidos diretamente para o hospício da Tamarineira, eram ainda conduzidos pela polícia ou pelos parentes à Casa de Detenção, “a se furtarem ao trabalho de os levar mais longe”. A estada deles trazia inconvenientes, pois estragavam as células, arrancavam tijolos e caixilhos e faziam algazarra, sobretudo à noite. A escola já contava com 39 alunos, mas eram pouco frequentes, devido às entradas para a enfermaria ou viagens para Fernando de Noronha, a fim de tratar da beribéri. Naquele ano, o número de “beribéricos” havia chegado a 147⁵¹⁹.

Ao final da década de 1880, sabendo que a penitenciária não poderia ser construída, as autoridades, ao que tudo indica, passaram a investir ao menos na conservação da Casa de Detenção, que não recebia grandes reparos há décadas. Em 1887, foram consignados mais 24:000\$000 para os reparos da cobertura do edifício. O diretor geral das obras públicas encarregou um dos dois engenheiros que havia na repartição para dirigir e fiscalizar as obras da Casa de Detenção, que por sua natureza e importância exigia sua presença diariamente⁵²⁰. Para a realização da reforma, o engenheiro poderia contar com o trabalho dos detentos, a fim de diminuir os gastos com a obra:

Fui informado que existem entre os detentos e sentenciados ali recolhidos, quatro ou cinco carapinas, ferreiros, serralheiros e pintores, cujos serviços poderão ser aproveitados oportunamente nos diversos trabalhos a executar-se ali. É, porém, indispensável que sejam completamente desocupadas as prisões de um dos raios do edifício, enquanto estiver o mesmo em obras, e como os outros dois raios não comportam mais de duzentos a duzentos e vinte presos, será preciso transferir para Fernando de Noronha ou para outra parte os excedentes deste número⁵²¹.

Os trabalhos começaram no raio sul, feitos pelo arrematante Nicéas da Silva Gusmão por 16:400\$000. Paralelamente, a Companhia de Beberibe, se responsabilizou pela reforma do serviço de suprimento de água, que passou a ser feito diretamente por meio de torneiras, dispensando os antigos depósitos. Em seguida, foram contratados os

⁵¹⁹Relatório do administrador da Casa de Detenção do Recife, 14 de janeiro de 1884, p. 1-3

⁵²⁰Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 31 de janeiro de 1888, p.4.

⁵²¹Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 31 de janeiro de 1888, p.9.

trabalhos para o raio norte, com o qual se despendeu 12:390\$966, feitos por administração⁵²².

Em 1888, o administrador da Casa, Agostinho Bezerra da Silva Cavalcanti, fazia ver os recentes melhoramentos físicos da instituição. A canalização do esgoto não funcionava mas, como forma de melhorar a higiene, passou-se a verter oito baldes de água duas vezes por dia nos aparelhos de cada célula; assim, o ar ficava menos fétido e a propagação de doenças era menor; naquele ano, houve apenas dois casos de beribéri⁵²³. Àquela época, com apenas dois raios ocupados, a diminuição do número de presos (305, em 18 de junho) parece ter contribuído para as melhorias. Em 29 de outubro do ano seguinte, para resolver o problema do esgoto e acabar com o uso de baldes d'água, o presidente mandou o engenheiro da Companhia Recife Drainage providenciar a substituição das latrinas por aparelhos da companhia, quantos fossem necessários, e construir um encanamento de esgoto das matérias fecais desse edifício de modo que convergissem para os canos do Forte das Cinco Pontas, cessando o lançamento das matérias no rio Capibaribe em frente ao edifício (obra que custou 3:600\$000)⁵²⁴.

Segundo o engenheiro responsável pelas obras públicas, a alimentação era feita com gêneros de boa qualidade; cada refeição custava em média \$420 e era oferecida três vezes por dia; quantidade que o diretor julgava suficiente, embora entendesse que faltavam verduras. A cozinha, porém, era afastada dos raios, fazendo com que os 18 detentos que ali trabalhavam saíssem constantemente do ambiente quente para o frio, o que acarretava gripes fatais, especialmente porque andavam descalços. Para evitar esses inconvenientes, em 6 de agosto de 1888, o diretor de Obras Públicas fazia ver a necessidade da construção de uma nova cozinha em um dos ângulos exteriores dos raios. Dizia que a obra seria feita sem grande dispêndio, aproveitando-se parte do material retirado do raio norte e a mão de obra dos detentos⁵²⁵.

Na parte moral, no entanto, o administrador considerava que poucas melhorias podiam ser sentidas. Com relação à instrução religiosa, continuava não tendo capela nem capelão; em contrapartida, o cônego Ananias Correia do Amaral realizava missas da

⁵²²Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 31 de janeiro de 1889, p.6 e Relatório do engenheiro A. do Rego Barros, 25 de janeiro de 1889, p.1-7 e quadro (anexo ao relatório do diretor).

⁵²³Relatório do administrador da Casa de Detenção do Recife, 16 de julho de 1888, p.12-18.

⁵²⁴Relatório do presidente da província de Pernambuco, 14 de novembro de 1889, p.26.

⁵²⁵Relatório do engenheiro A. do Rego Barros, 25 de janeiro de 1889, p.6 (anexo ao relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 31 de janeiro de 1889).

varanda do observatório central e o reverendo Wellimen ia de célula em célula confortar o ânimo dos fracos e abatidos; finalmente, alguns moços da sociedade de São Vicente de Paula também visitavam a instituição frequentemente. Na aula de instrução primária, havia 35 matriculados, mas a frequência era de 20; a província fornecia os livros, mas papel, pena e tinta vinham do bolso do professor.

Em relação ao trabalho dos presos, continuava não havendo oficinas governamentais; o trabalho que existia era feito por conta própria, já facultado no regulamento de 1855 e reiterado no novo regulamento de 1885⁵²⁶. Alguns presos se juntaram para fazer trabalhos de marcenaria e com isso levavam sustento para suas famílias; outros se ocupavam em suas celas na fabricação de calçados, chapéus de palha de carnaúba, esteiras, vassouras. Fora esses, “os outros dois terços vegetavam na ociosidade”⁵²⁷.

Pelo projeto inicial, a Casa de Detenção do Recife deveria abrigar apenas os detentos e indiciados que, após a condenação, deveriam ser encaminhados para outra instituição; no caso dos presos condenados à prisão com trabalho seria construída uma casa de correção. No entanto, o alto custo do estabelecimento e as crescentes dificuldades econômicas da província impediram a construção de uma penitenciária; de fato, o investimento foi concentrado em uma casa de detenção, construída nos moldes mais modernos, mas que assumiu um caráter híbrido, recebendo também os condenados a galés, prisão simples e prisão com trabalho. As oficinas que foram estabelecidas na instituição, porém, jamais tiveram os regulamentos de uma casa de correção, funcionando, sobretudo, para diminuir as despesas com o sustento e alimentação dos presos. Em todos os momentos que as autoridades pretenderam estabelecer um regime penitenciário, os projetos foram arquivados, dando-se preferência à permissão de trabalho voluntário para todos os encarcerados, que compravam matéria-prima e vendiam seus produtos para as pessoas que visitavam as prisões.

Dessa maneira, a instituição, apesar da imponência da construção e do alto investimento, cada vez mais foi se assemelhando às cadeias tradicionais, com os presos

⁵²⁶O regulamento da Casa de Detenção do Recife de 1885 era, em grande medida, uma reedição do regulamento de 1855. Poucas coisas haviam mudado, como a retirada do art. 15, que dizia que haveria uma gratificação para os presos que trabalhassem na limpeza do prédio; a retirada do art. 31, que permitia um pedido de licença para que o preso pudesse ficar a sós com sua visita; o aumento do tempo das penas disciplinares; o aumento do número de empregados; o aumento dos livros de escrituração e algumas modificações sobre o seu preenchimento.

⁵²⁷Relatório do administrador da Casa de Detenção do Recife, 16 de julho de 1888, p.12-18.

vivendo em regime comum, trabalhando para seu próprio sustento, sem isolamento com o mundo exterior, recebendo indiscriminadamente indiciados, pronunciados, sentenciados, mulheres e loucos e sem grandes estímulos à “regeneração”.

2.2 AS CADEIAS PERNAMBUCANAS

Em 1839, o presidente da província Francisco do Rego Barros ressentia-se do fato de que, na província de Pernambuco, faltavam cadeias seguras, limpas e arejadas, em conformidade com os preceitos da Constituição. Naquela época, a província contava com dez comarcas: Goiana e Nazaré, na mata norte; Rio Formoso, na mata sul; Limoeiro, Santo Antão, Garanhuns e Brejo, no agreste; Flores e Boa Vista, no sertão; além de Recife.

Tabela 9 – População da província de Pernambuco em 1838 por comarcas

Comarcas	Livres	Libertos	Escravos	Estrangeiros	TOTAL	Indígenas*
Recife	62.690	3.222	23.582	1.561	91.055	446
Goiana	8.076	150	2.160	29	10.415	42
Nazaré	22.067	-	6.688	8	28.763	20
Limoeiro	16.423	321	3.428	99	20.271	-
Santo Antão	13.764	1.657	4.400	1	19.822	91
Boa Vista	9.495	272	1.735	-	11.502	280
Garanhuns	28.554	32	6.773	4	35.363	803
Brejo	10.935	42	4.137	-	15.114	290
Flores	22.883	698	4.951	1	28.533	122
Rio Formoso	18.159	-	10.604	-	28.763	-
TOTAL	213.046	6.394	68.458	1.703	289.601	2094

*Computados no conjunto dos livres.

FONTE: Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1839, mapa organizado pelos prefeitos das comarcas.

Como dissemos anteriormente, Pernambuco era uma região de povoamento antigo e seu território no início do XIX já era bem ocupado. Pela tabela, vemos que a zona da mata tinha 67.914 habitantes (sendo 39.178 na mata norte e 28.763 na mata sul); o agreste contava com 90.570 moradores; e o sertão, 40.035. Por esse motivo, houve preocupação por parte das autoridades em prover a província com ao menos uma boa cadeia em cada comarca. Conforme especificado nos orçamentos de 1836 a 1841, o

esforço dos deputados provinciais foi sempre o de concentrar os poucos recursos na edificação de cadeias nas cabeças de comarca.

Muitos fatores, contudo, contribuíam para as dificuldades na construção de estabelecimentos penais apropriados no interior da província àquela época, sobretudo a falta de operários para serem empregados nas obras públicas e a ausência de engenheiros que as dirigissem. Como forma de resolver o primeiro desses problemas, Rego Barros começou a requerer presos para trabalho nas obras públicas e a isenção do recrutamento para os outros trabalhadores; aventou, inclusive, a possibilidade da contratação por 3 a 5 anos de uma companhia de artífices da França, Suíça, Bélgica ou Alemanha, em número de 200 para trabalhar nas estradas e mais obras públicas⁵²⁸. Já para o segundo fator, em 1840, como vimos, o presidente Rego Barros contratou o engenheiro francês Louis Léger Vauthier para ser o engenheiro-chefe da repartição das obras públicas, e outros engenheiros para auxiliá-lo, como Milet e Boulitreau⁵²⁹.

Como eram poucos engenheiros para administrarem as obras de toda a província, as cadeias do interior começaram a ser feitas por arrematação. Segundo o diretor de obras públicas, tal prática facilitava a organização da repartição, que não conseguia dirigir, administrar e fiscalizar todas as obras, preferindo delegar a execução para terceiros⁵³⁰. Além disso, muitos arrematantes utilizavam escravos, diminuindo os custos e, conseqüentemente, aumentando consideravelmente o lucro, uma vez que o valor da empreitada já estava fixado⁵³¹. Após a fatura do orçamento por um dos engenheiros, a obra era colocada em praça e o licitante que oferecesse o maior abate no

⁵²⁸ Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1838, p.48; 1º de março de 1839, p.12 e 34. Foi contratada a Companhia de Operários alemães, porém a experiência foi um fracasso, pois muitos se recusaram a continuar trabalhando por vencimentos tão baixos. Alguns se engajaram no Exército, enquanto outros se dirigiram para Recife ou passaram a se dedicar ao trabalho agrícola. LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do século XIX**. São Paulo: EDUSP, 2012, p.179.

⁵²⁹ Conforme Gilberto Freyre, Louis Vauthier levantou o mapa topográfico da província de Pernambuco considerando-a por regiões: a primeira, “ocupada pelo fabrico do açúcar e estendendo-se da beira-mar até 15 ou 18 léguas para o interior; a segunda, estendendo-se até os extremos limites das bacias do Capibaribe, do Ipojuca e do Una; a terceira, compreendendo os afluentes do São Francisco”. A partir de então, em seus trabalhos, o engenheiro tinha como critério analisar os problemas de Pernambuco regionalmente, “distinguindo interesses sub-regionais dos regionais; pesando-os; procurando conciliá-los e harmonizá-los por meio de estradas intra-regionais”. FREYRE, G. op. cit., vol. 1, p. 144.

⁵³⁰ Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 16 de setembro de 1846, p.43.

⁵³¹ As constantes secas no sertão, como a de 1844-1846, forçavam os moradores da região a irem para a zona da mata e o agreste em busca de emprego. A utilização de mão de obra escrava, na opinião do diretor de Obras Públicas, José Mamede Alves Ferreira, resultava em ficarem vários “braços livres ociosos”, o que trazia “prejuízo moral”. Por isso, entendia que, toda vez que uma obra exigisse precauções ou fosse feita em algum lugar onde “abundam desocupados”, não era vantajoso o sistema de arrematação. Relatório do diretor de obras públicas da província de Pernambuco, 31 de janeiro de 1851, p. 4-5.

valor estipulado assumia a execução, cabendo à administração provincial uma fiscalização periódica.

A primeira obra a ser arrematada, ainda em 1837, foi a construção da nova cadeia do Limoeiro (na região agreste), cujo contrato previa a conclusão em dois anos. Contudo, alguns problemas surgiram durante a execução, entre eles: o falecimento do arrematante, cuja viúva e herdeiros assumiram o contrato; a abertura de uma grande fenda e algumas rachaduras nas paredes devido à má realização do trabalho; e a necessidade da reconstrução da cobertura por conta da fragilidade das paredes. A obra, após esses inconvenientes, foi definitivamente entregue apenas em 1844, tendo sido gastos 26:043\$738⁵³². Vauthier atribuía esses atrasos à inexperiência dos arrematantes, à falta de vigilância da administração e à imperfeição dos orçamentos⁵³³.

Já as cadeias de Goiana (ambas na mata norte) e Brejo (no agreste) começaram a ser construídas com administração das respectivas câmaras, pois, como mantinham o modelo de casa de câmara e cadeia, era de interesse destas que o edifício que seria sua sede fosse construído prontamente. Embora as obras estivessem tendo um bom andamento, em 1839, dois anos depois, em Goiana, elas estavam paradas; já haviam sido entregues 8:897\$662 à câmara, que pedia mais 3:000\$000 para concluir a cobertura. Com a cadeia do Brejo, a província havia despendido mais de 5:000\$000, e era necessário mais para a conclusão. Ao que tudo indica, essas cadeias recebiam verbas conforme o andamento da construção e não segundo um plano de prestações, como ocorria no sistema de arrematações. Assim, no intuito de tirar o peso administrativo (e

⁵³²Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1838, p.40; 1º de março de 1839, p.31; 1º de março de 1840, p.10; 1º de março de 1841, p.7-8; 1º de março de 1842, p.18-19; 1º de março de 1843, p.21; 1º de março de 1845, p.19 e mapa 5.

⁵³³Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 20 de fevereiro de 1843, p.6 e 9. Mesmo com as dificuldades que apresentamos, a organização dada pelos engenheiros franceses na administração das obras públicas de Pernambuco era admirada pelas autoridades de outras províncias. Em 1852, doze anos após o início dos trabalhos da comissão de Vauthier em Pernambuco, o presidente da província de São Paulo relatava que havia conseguido aprovar um regulamento para a diretoria de obras públicas que faria “cessar a desorganização em que se achava este ramo importante do serviço público: as obras e estradas se projetavam, se executavam, se acabavam, se consideravam perfeitas sem estudos gráficos, sem trabalhos preparatórios, sem plano, sem orçamento e sem inspeção e fiscalização de um agente do governo”. Segundo ele, isso ocorria porque “não havia um conselho de engenheiros ao qual se pudesse consultar”. E completava: “o sistema de regulamento não é coisa nova, mas é seguido pelas províncias mais importantes do Império, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco”. Relatório do presidente da província de São Paulo, 1º de maio de 1852, p. 41-42.

diminuir o custo) dessas obras, elas foram postas em arrematação, seguindo o modelo que estava sendo implementado para outras obras públicas⁵³⁴.

A fim de aplicar melhor as verbas destinadas às cadeias, em 1843, Rego Barros encarregou Louis Vauthier de apresentar um plano de prisões para todas as comarcas, onde se pudesse “conciliar a urgência das obras com a limitada soma que se podia aplicar”. Porém, o ano financeiro de 1841-1842 havia fechado com um déficit de 88:729\$180, o que fez com que muitos arrematantes não tivessem suas prestações pagas⁵³⁵. As dificuldades econômicas fizeram com que as cadeias de Goiana e do Brejo, arrematadas em 1845 por 9:009\$867 e 8:484\$670, respectivamente, só pudessem ser definitivamente entregues em 1850, excedendo em muito o prazo original de 15 meses⁵³⁶.

Quando foi decretada a lei que autorizava o presidente a nomear uma comissão para construção da penitenciária, em 1842, a assembleia decidiu concentrar as verbas na instituição recifense. Os recursos para as cadeias do interior – à exceção de Brejo e Goiana, que já estavam em andamento – não foram mais discriminados, ficando englobados, genericamente, na rubrica “Obras Públicas”⁵³⁷. Em 1846, o presidente Antonio Pinto Chichorro da Gama mostrava que também tinha o mesmo posicionamento, pois achava mais conveniente, em vez de se consignar quotas para prisões novas no interior, que se aplicassem essas quantias para dar começo o quanto antes à casa de correção, realizando apenas os consertos estritamente indispensáveis. Por isso, apesar de ter sido autorizado pela assembleia, em 1847, a construir uma casa de câmara e cadeia na vila de Água Preta, o presidente preferiu não iniciar a obra,

⁵³⁴Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1839, p. 32; 1º de março de 1843, p.22. Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 16 de setembro de 1846, p.8, 14 e 21.

⁵³⁵Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1842, p.22, 25-26.

⁵³⁶Para o término das obras da cadeia do Brejo, Vauthier havia calculado 7:012\$125. Curiosamente, em sua planta, o engenheiro aparentemente não considerou a parte da câmara; o edifício teria somente o andar térreo e, no interior, seis partes, dentre elas, três prisões (para as mulheres, para os homens e para os apenas detidos); os outros compartimentos, em geral, eram designados para carcereiro e corpo da guarda. Contudo, em 1847, o orçamento provincial concedeu mais 4:000\$000 para a construção um andar na cadeia do Brejo para servir de sala dos jurados e câmara municipal. Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 13 de janeiro de 1847, mapa sobre as obras arrematadas; 31 de janeiro de 1851, p. 5. FREYRE, G. op. cit., vol. 2, p. 781-789.

⁵³⁷Medida que durou, grosso modo, até a década de 1860, embora no corpo do verbete viessem, algumas vezes, menções a construção de cadeias específicas.

inclusive porque a quantia designada era muito inferior ao orçamento; a construção fora calculada em 14:245\$000, mas haviam sido destinados apenas 1:000\$000⁵³⁸.

Talvez por conta da demora na organização da planta para a penitenciária do Recife, na sessão de 1847, os deputados voltaram a mencionar cidades específicas no orçamento para terem suas cadeias construídas: Bonito (no agreste, e à essa altura, cabeça de uma nova comarca) e Rio Formoso (sede de comarca na mata sul). Em 1848, no mesmo ano em que o projeto da Casa de Detenção foi discutido na assembleia, entrou em pauta um plano, assinado pelos deputados José Mamede Alves Ferreira, Laurentino Antonio Pereira de Carvalho e Xavier Lopes, para a construção de uma cadeia em Rio Formoso, com capacidade para 60 criminosos e que servisse também de câmara municipal, tribunal de júri e para o corpo da guarda. Pela dimensão proposta, percebemos que se pretendia construir uma cadeia que seria referência na região. O deputado Xavier Lopes, natural e morador daquela vila, explicava que esta era a mais comercial da província e ainda não havia recebido uma só obra governamental: a igreja matriz havia sido feita pela irmandade; a câmara era uma casa particular que não tinha salas para júri e audiências; e a cadeia, um armazém alugado sem segurança nem cômodos. Além disso, o deputado procurava mostrar que a cadeia de Rio Formoso precisava ser mais bem estruturada, pois recebia também os presos da recém-emancipada Água Preta⁵³⁹.

O deputado Simplício Antônio Mavignier⁵⁴⁰ se mostrou favorável ao projeto, mas contra o plano proposto de construção de casa de câmara e cadeia, pois, afinal:

Não é bom procrastinar a velha prática de trabalharem as câmaras no mesmo edifício em que se acham os presos: uma câmara municipal é o corpo representante do respectivo município, logo deve fazer as suas sessões numa casa mais decente: entendo, pois, que devemos decretar a separação dos edifícios, a menos que queiramos dar um testemunho público de que estamos em perfeito anacronismo a respeito da ciência das cadeias. (...) O pequeno acréscimo que daí há de provir não será para notar, tanto mais quanto ele tende a mostrar que esta assembleia acha-se a par da construção das prisões modernas, e se não quer apresentar à face do mundo como perpetuadora de um anacronismo revoltante, como não querendo acompanhar o progresso da civilização. Além disto, tenho para mim que a despesa com a construção de casas

⁵³⁸Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de outubro de 1846, p.18-19; 1º de junho de 1848, p.6-7.

⁵³⁹*Diário de Pernambuco*, 1º de julho de 1848.

⁵⁴⁰Que, como vimos anteriormente, pleiteava, à mesma época, a construção de duas instituições nos moldes modernos no Recife: uma casa de detenção e uma penitenciária no sistema Filadélfia.

para as câmaras e tribunais não deve de ser provincial, e que a assembleia geral está na obrigação de marcar quota para ela.

A sugestão, no entanto, foi rejeitada porque, para o autor do projeto, essa medida aumentaria os custos, pois seria necessária a construção de dois estabelecimentos, o que dificultaria a realização da obra⁵⁴¹. O deputado padre Vicente, por sua vez, sugeriu uma emenda que incluísse Pau d'Alho e Nazaré, cabeças de comarcas da mata norte, para também receberem esse benefício, afinal estavam nas mesmas condições de Rio Formoso. Xavier Lopes se mostrou contrário à emenda, ponderando que se tratava de uma tentativa de nulificar o projeto, já que dificultava a sua execução. Apesar das reclamações, o projeto de lei foi aprovado com a emenda de Vicente⁵⁴². Nesse sentido, Mavignier julgava ser melhor fazer um projeto mais lato, que autorizasse o presidente a levantar plantas e edificar cadeias em todas as comarcas “quando entendesse, e que as fosse construindo à medida que as necessidades do serviço público o permitissem, para então esta assembleia, nas leis do orçamento, ir consignando quotas até que se completasse a edificação”⁵⁴³.

As obras, como Xavier Lopes havia previsto, demoraram para serem efetivamente iniciadas, pois dependiam das forças das finanças e do arbítrio da administração. Apenas em 1853, foi realizada a compra de uma casa em Nazaré, que pertencia a d. Anna Perpétua Dantas Senhorinha e, no ano seguinte, começou a construção em Pau d'Alho. Já a edificação da cadeia de Rio Formoso, primeira necessidade do projeto, posta em praça em 1854, com o orçamento de 33:000\$000, não teve arrematantes. Só nove anos depois, em 1865, seria realizada a compra de uma cadeia para a cidade (que havia sido elevada em 1850), pertencente a Lourenço José da Silva⁵⁴⁴.

Segundo a historiadora Maria Luiza Ferreira de Oliveira, na Guerra dos Marimbondos (1851-1852), revolta popular que envolveu, em maior ou menor grau,

⁵⁴¹ Nove anos depois, em 1867, o diretor de Obras Públicas também considerava necessária a construção de casas de câmara e cadeia a fim de reduzir os custos, sobretudo nas áreas do sertão, em que havia carência das duas instituições: “como nas vilas do sertão não há ordinariamente casa de câmara municipal, de júri e prisão em boas condições, é indispensável que na organização dos projetos para as cadeias, se atenda a necessidade de prestar-se o edifício a esses três fins”. Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 31 de janeiro de 1867, p.28.

⁵⁴² Tornou-se a lei n. 218 de 16 de agosto de 1848.

⁵⁴³ *Diário de Pernambuco*, 24 de julho de 1848.

⁵⁴⁴ Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1855, p.8; 1º de março de 1853, p.13; 30 de janeiro de 1865, p.5. Exposição do estado das diversas cadeias da província, p.6 (anexo ao relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1857).

todas as regiões da província, as autoridades locais desistiram de instaurar processos contra os sediciosos justamente pela falta de aparelhos repressores efetivos, como policiamento, armamento e cadeias seguras⁵⁴⁵. As dificuldades tanto em punir a revolta como em colocar a lei do registro civil em prática fizeram com que o desfecho fosse a suspensão do decreto.

Em 1853, o presidente da província Francisco Antonio Ribeiro reclamava que um dos principais entraves para a prisão e justa punição de criminosos era a falta de prisões seguras situadas em distâncias não muito grandes do local de delito ou do julgamento. Dizia que mandar um preso de Ouricuri (no extremo sertão) para a cadeia do Recife e de lá voltar para a cidade para ser julgado, “percorrendo-se uma extensão de 180 léguas pela mor parte deserta, é como um absurdo; e admira que não tenham todos fugidos em caminho; não menos é de admirar que essas denominadas prisões existentes no interior da província tenham podido guardar alguns presos”⁵⁴⁶.

Nesse sentido, a fim de evitar os gastos com muitas cadeias que recebiam melhoramentos imperfeitos e continuavam acanhadas e sem segurança, os presidentes, em geral, eram favoráveis à construção de cadeias centrais, que pudessem receber presos de outras localidades, para além da abrangência das comarcas. Em 1851, o presidente José Ildefonso de Souza Ramos propunha a construção de quatro cadeias na província “em pontos diversos e convenientes” destinadas a receber os presos dos municípios mais próximos; desta maneira, os destacamentos policiais poderiam ser mais efetivos na condução dos presos, pois, apesar de estar com o mesmo contingente, este se manteria concentrado em certas localidades, em vez de permanecer disperso em pequenos grupos pela província⁵⁴⁷.

Ainda em 1852, o presidente Victor de Oliveira chegou nomear as cidades e vilas onde poderiam ser construídas as cadeias centrais:

É este um serviço que exige o dispêndio de grandes somas para ser definitivamente estabelecido, segundo as condições de um sistema geral, que urge entretanto ser estudado e realizado para pôr termo aos sérios inconvenientes, que à segurança pública e individual resultam da falta tão lastimada de boas prisões. Enquanto se não puderem edificar cadeias em todas as comarcas, convirá adotar um sistema que minore consideravelmente o mal presente; e pois, se além da que está

⁵⁴⁵ OLIVEIRA, M. L. F. de. op. cit. In: DANTAS, M. D. (org.). op. cit., cap. X, p.407.

⁵⁴⁶ Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1853, p.1.

⁵⁴⁷ Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1851, p.

se edificando nesta cidade [Recife], se fizerem quatro casas centrais de detenção, uma na Serra Talhada, outra no Brejo, outra em Goiana e outra no Rio Formoso, destinadas a receber não só os presos das comarcas em que forem situadas, senão também os das mais próximas, ter-se-há conseguido um grande melhoramento, que dispensará por muitos anos obra alguma desse gênero em outros lugares e poupará os contínuos e sempre improfícuos consertos de pequenas cadeias, que para nada prestam⁵⁴⁸.

A proposta previa, então, a construção de cadeias em pontos estratégicos com o propósito de abranger toda a província: Serra Talhada (também denominada Vila Bela), na região do sertão; Brejo, na região agreste; Goiana, na mata norte; e Rio Formoso, na mata sul⁵⁴⁹. Com esse mesmo espírito, em 1855, o presidente José Bento da Cunha e Figueiredo falava na construção de algumas “prisões fortes” em pontos equidistantes da província para não haver necessidade de, a todo o momento, remontar muitas prisões “insignificantes que todos os dias são arrombadas, e que nem sempre podem ser guardadas por destacamentos”⁵⁵⁰.

Mesmo com todas as dificuldades na construção de cadeias pela província pernambucana, em 1856, já havia sete com capacidade igual ou superior a 25 presos: uma na comarca de Recife, em Olinda (60 presos); três na zona da mata (todas na mata norte): Goiana (25 a 30), Pau d’Alho (40) e Santo Antônio (42); e três no agreste: Caruaru (25 a 30), Garanhuns (50) e Brejo (80)⁵⁵¹. Como vimos na introdução, as regiões da mata norte e do agreste eram as áreas onde se localizaram boa parte dos movimentos sociais ocorridos na província. Nelas, historicamente, havia maior concentração de homens livres pobres, sobretudo por conta da economia algodoeira de pequena propriedade⁵⁵². Em 1857, por exemplo, havia em Goiana 17.238 livres e 3.752 escravos;

⁵⁴⁸Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1852, p.34.

⁵⁴⁹As cidades de Rio Formoso e Goiana, e a vila do Brejo, como já vimos, eram importantes e conhecidos centros de suas regiões. Já Serra Talhada até o ano anterior era distrito do município de Flores; parece ter sido escolhida em razão de sua localização mais central. Foi elevada á vila pela lei provincial n. 280 de 6 de maio de 1851.

⁵⁵⁰Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1855, p.6.

⁵⁵¹É verdade, porém, que muitas destas construções ainda permaneciam frágeis, pois as fugas, naquele ano, foram constantes: Goiana registrou 17 casos, Caruaru, seis, e Garanhuns, três. As outras ocorreram em cadeias menores, como Vitória (10), Nazaré (1) e Bonito (1) e das obras da Casa de Detenção (1). Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1857, mapa 4.

⁵⁵²Roderick Barman, partindo das observações de um contemporâneo, deixa clara a diferença entre os homens da região açucareira e os da região algodoeira: “the worker of the sugar area, when addressed, frequently holds his hat in his hand and casts his eyes downward... the man in the *agreste* will leave his hat on and look you directly in the eye”. BARMAN, R. op. cit., p. 410.

em Caruaru, 26.839 livres e 2.250 escravos⁵⁵³; Garanhuns, 31.618 livres e 2.276 escravos⁵⁵⁴.

Todas estas cadeias de grande porte ainda preservavam o modelo de casas de câmara e cadeia. A cadeia de Olinda, antiga sede da capitania, era um edifício grande e antigo, muito bem construído, situado na Rua São Bento, em frente ao mercado público, com 85 palmos de frente e 80 de fundo; tinha três andares e divisões para o seguro (prisão disciplinar), as mulheres, os custodiados e os condenados. A de Goiana, importante centro comercial da mata norte, era um prédio concluído em 1847, bem conservado, com 90 palmos de frente e 46 de largura, localizado no centro da cidade; possuía prisão geral, prisão das mulheres, seguro, casa do porteiro, casa da guarda e cozinha; no 1º andar ficavam a casa de câmara e a sala do júri. A cadeia de Pau d'Alho, até 1853, era um pequeno quarto imundo, quando foram construídas então três salas para prisão na casa de câmara que, segundo as autoridades, ofereciam comodidade, eram arejadas e salubres; o edifício tinha ao todo 68 palmos de fundo e 45 de largura. Já a cadeia de Santo Antônio, apesar de ter boas dimensões (55 palmos de comprimento e 34 de largura), era fraca por ser de barro “de modo que no inverno, as águas da chuva, correndo por uma ladeira que fica no fundo do edifício, penetram nele e amolecem as paredes”.

No agreste, a cadeia de Caruaru era um edifício comprado por volta de 1850, situada no centro da vila, com 81 palmos de frente e 57 de largura, e sala para prisão dos homens, para as mulheres e para o corpo da guarda; os cárceres, no entanto, eram pouco arejados e insalubres, e neles subsistia o inconveniente que apresentavam as prisões estabelecidas nos centros dos povoados: “as algazaras e brigas dos presos, do meio das quais se ouvem palavras e cantigas obscenas, incomodam a vizinhança e ofendem a moral pública”. A do Brejo era um bom edifício, com 80 palmos de frente e 70 de fundo, de “sólida construção”, e com prisões para homens, mulheres e recrutas; mas precisava de uma calçada em roda, que evitasse a acumulação das águas pluviais que danificavam os alicerces. A de Garanhuns (72 palmos de frente e 40 de largura) era muito arejada, com duas salas grandes para os homens e uma pequena para as mulheres;

⁵⁵³Se contar também Bonito, que fazia parte da mesma comarca, havia um total de 60.525 livres e 6.163 escravos.

⁵⁵⁴Contando com Buique, que fazia parte da mesma comarca, seriam 43.715 livres e 4.213 escravos. Relatório do presidente da província de Pernambuco, 14 de outubro de 1857, anexo 4, mapa.

como costumava lotar, por ser a única da comarca, o juiz de direito passou a designar Recife ou Brejo para os condenados a mais de um ano⁵⁵⁵.

O sertão, no entanto, ainda estava desprovido de cadeias maiores; a única, em Ingazeira – cuja população era de 15.255 livres e 764 escravos⁵⁵⁶ –, tinha capacidade para 24 presos⁵⁵⁷. O engenheiro José Mamede Alves Ferreira, diretor de Obras Públicas entre 1851 e 1856, sentia a necessidade de uma boa cadeia no sertão e sugeria o município de Vila Bela para abrigar a cadeia central; para ele, essa construção não podia mais ser preterida, pois “em lugar tão longínquo, os atentados contra a segurança individual têm sido frequentes e se dão assalto às cadeias”⁵⁵⁸. Ainda em 1857, o juiz de direito da comarca da Boa Vista (à qual pertencia Ouricuri à época), também no sertão, relatava que, muitas vezes, como a guarda nesta localidade era pequena, os presos tinham que acompanhar algemados as diligências do destacamento, que não raramente se estendiam por vários dias e longa marcha⁵⁵⁹.

Entre o final da década de 1850 e o começo de 1860, os deputados provinciais designaram a compra ou a edificação de algumas cadeias em municípios específicos, porém não estipularam quotas suficientes para a execução das obras, o que resultava na não aplicação das verbas. Os trabalhos com as cadeias, então, seguiam um pouco mais morosos; a compra de uma cadeia em Pesqueira (no agreste), por exemplo, decretada no orçamento de 1854, foi reiterada nos orçamentos seguintes até ser efetivamente feita em 1857⁵⁶⁰.

Por vezes, a morosidade vinha por conta da inabilidade (ou falta de empenho) dos arrematantes, como vimos anteriormente. Os consertos da cadeia de Pau d’Alho, arrematados em 1854, ainda em 1859 não haviam sido concluídos, levando o presidente a ter de terminá-los por administração. Foi preciso arrear a coberta, demolir as paredes desaprumadas e construí-las de novo, bem como o assoalho e o forro da sala da

⁵⁵⁵Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1855, p.6-8. Exposição do estado das diversas cadeias da província, p.1-11 (anexo ao relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1857). Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 2 de janeiro de 1855, p.38-42.

⁵⁵⁶Relatório do presidente da província de Pernambuco, 14 de outubro de 1857, anexo 4, mapa.

⁵⁵⁷Exposição do estado das diversas cadeias da província, quadro do movimento das diversas cadeias da província no ano de 1856 (anexo ao relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1857).

⁵⁵⁸Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 2 de janeiro de 1855, p.23-25.

⁵⁵⁹Relatório do presidente da província de Pernambuco, 14 de outubro de 1857, p.2.

⁵⁶⁰Relatório do presidente da província de Pernambuco, 16 de dezembro de 1858, p.5.

frente⁵⁶¹. Parte desses atrasos também era devida à alta dos valores dos jornais dos operários e dos materiais. Por conta disso, em um ano, o orçamento feito pelo engenheiro Lieuthier, de 1858, para os consertos da própria cadeia de Pau d'Alho já não podia servir de base e teve de ser revisto⁵⁶². Para o inspetor do Tesouro Provincial, José Pedro da Silva, o motivo pelo qual muitas obras deixaram de ser arrematadas ou o foram mediante apenas pequenos abates nos orçamentos originais era:

Sem dúvida por causa dos altos salários, e dificuldade de obterem-se trabalhadores, e por isso julgo necessário que não se inclua nas condições para estes contratos a do emprego de braços livres. Não há necessidade desta providência atualmente para que a população livre ache trabalho⁵⁶³.

José Pedro da Silva se referia à medida tomada pelo governo provincial (a qual nos referimos anteriormente), sobretudo depois da seca de 1844 a 1846 – quando muitos homens do sertão e do agreste se dirigiram para a região da zona da mata –, de privilegiar o uso de braços livres “ociosos” nas obras públicas. Nesse sentido, ainda em 1852, o presidente da província, Victor de Oliveira entendia que só a necessidade de dar trabalho aos braços livres fazia o sistema de obras por administração ser preferível, pois o de arrematações era mais econômico. Porém, o uso de livres nas obras pela administração pública, segundo ele, estava se tornando danoso aos próprios operários, pois:

Ganham eles tais hábitos de mandriice e morosidade no serviço que, dali despedidos, não acham particular algum que os queira para suas obras, ou para seus estabelecimentos agrícolas. (...) Reduzirei o máximo possível o serviço por administração, e alargarei o expediente das arrematações, podendo sim estipular-se que os arrematantes não possam ocupar nas obras arrematadas senão braços livres, os quais sob administração e fiscalização particular não deixarão de trabalhar⁵⁶⁴.

No final da década de 1850, no entanto, quando muitos já haviam retornado às suas moradias, essa obrigatoriedade havia se tornado um empecilho para o andamento das obras públicas, pela falta de mão de obra e aumento dos vencimentos.

⁵⁶¹Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 31 de janeiro de 1854, p.11; 13 de fevereiro de 1859, p.8.

⁵⁶²Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 14 de janeiro de 1858, p.15.

⁵⁶³Relatório do inspetor do tesouro, 31 de janeiro de 1857, p.18-19.

⁵⁶⁴Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1852, p. 25.

Aqueles que permaneciam nas localidades também preferiam trabalhos menos pesados. Segundo o pesquisador Ademar Benévolo, os trabalhadores livres em Pernambuco nesse período, em geral, eram homens de ganho, acostumados a serviços inconstantes como aguadeiros, tropeiros, ambulantes, canoeiros; limpavam quintais, faziam mudanças e eram serventes nas construções. “Já os operários de ofício, carpinteiros, pedreiros, ferreiros deviam ser poucos, empregados preferencialmente nas obras públicas e na capital da província, já em crescimento ponderável”⁵⁶⁵.

Diante dessas dificuldades, e dos inúmeros pedidos das mais diversas localidades por cadeias, obtinham aprovação para construção ou reparos aquelas que os deputados apresentavam como passíveis de funcionarem como cadeias centrais da comarca. Na sessão de 1862, por exemplo, o deputado Figueiredo pedia reparos para a cadeia de Sirinhaém, na mata sul, e argumentava que ela tinha boas proporções para servir de prisão central para os termos vizinhos⁵⁶⁶. Em seu relatório, o presidente Antonio Marcelino Nunes Gonçalves corroborava essa informação; explicava que na comarca de Rio Formoso (onde ficavam os termos de Rio Formoso, Barreiros e Sirinhaém), a cadeia de Barreiros era cálida e acanhada e sem divisão dos sexos, e a de Rio Formoso era insalubre, com a divisão para os sexos feita de pau a pique e em um estado deplorável.

Pela precariedade dessas duas cadeias, os presos estavam sendo levados para Sirinhaém, esta “uma das melhores do interior da província”, por ter as acomodações necessárias e divisão dos sexos. Situava-se no pavimento térreo de um grande e antigo sobrado em que funcionava a respectiva câmara municipal. Para o presidente, com um novo ladrilho, a abertura de algumas janelas para melhor ventilação e o acabamento da rampa principiada no fundo para evitar o seu desabamento, ficaria uma boa prisão⁵⁶⁷. Em 1864, o diretor de Obras Públicas Raphael de Mello Rego reclamava que, nos últimos anos, a assembleia havia restringido as consignações das obras novas, o que era devido “aos apuros com que tem lutado o cofre provincial”. Em relação às cadeias, naquele ano, só se realizaram, por arrematação, justamente os reparos da cadeia de Sirinhaém⁵⁶⁸.

⁵⁶⁵BENÉVOLO, Ademar. **Introdução à História Ferroviária do Brasil: estudo social, político e histórico**. Recife: Folha da Manhã, 1953, p.311. Apud LAMOUNIER, M. L. op. cit., p.232.

⁵⁶⁶Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 2 de junho de 1862, p. 347.

⁵⁶⁷Relatório do presidente da província de Pernambuco de 20 de março de 1862, p.10.

⁵⁶⁸Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 11 de fevereiro de 1864, p.3.

Em 1866, o presidente apresentava o estado das cadeias provinciais; podemos perceber que algumas se distinguíam por terem dimensões maiores. Na mata norte, três cadeias tinham destaque: a de Pau d'Alho, que funcionava em três salas do andar térreo da casa de câmara, sendo duas para homens (com capacidade para até 30) e uma para as mulheres (podendo abrigar 10); a de Santo Antônio, que comportava 35 homens e 20 mulheres; e a de Goiana, com duas salas para 40 homens e um quarto para 6 mulheres. Na mata sul, a cadeia de Sirinhaém podia abrigar 25 homens e 15 mulheres. Já no agreste, cinco cadeias apresentavam grandes dimensões, sendo três em bom estado, caso de Caruaru (40 presos), Brejo (100) e Pesqueira (100); já a de Limoeiro (76) era “péssima” e a de Bonito (25) estava “sem serventia”,⁵⁶⁹.

Percebemos então que, das sete maiores cadeias pernambucanas em bom estado, três ficavam na mata norte, uma na mata sul e três no agreste. Não havia nenhuma cadeia central no sertão. Naquele ano, o presidente dizia que a de Cabrobó era um prédio particular “pouco idôneo por falta de segurança” e a de Exu era uma “insignificante casinha particular”.

Em 1865, na assembleia, começaram a surgir denúncias entre os deputados sobre o estado condenável dessas cadeias sertanejas, que chegavam a ter de manter os presos amarrados em troncos devido à falta de segurança das instituições. Embora relatos desse teor não fossem novidade, parece que, naquele momento, encontraram eco nas sessões. Em 28 de março, a comissão de agricultura, comércio e obras públicas emitiu um parecer sobre a proposta da compra de um prédio para casa de câmara e cadeia na vila de Salgueiro, no sertão, feita pelo juiz de direito interino. Ela considerou que o pedido deveria ser deferido, e a compra da casa dotada em 6:000\$000, pois entendia que todas as cadeias daquela comarca (Cabrobó) eram construções em péssimo estado. No termo de Exu, a cadeia era uma casa alugada que não tinha as proporções necessárias e o proprietário se recusava a fazer os reparos, ameaçando reclamá-la de volta; no termo de Cabrobó, a casa não tinha segurança nem as divisões convenientes, tendo por diversas vezes os presos se evadido; e no termo do Salgueiro, alvo da proposta, a cadeia era “um instrumento de tortura que serve de prisão parcial do corpo, o que se torna demasiadamente escandaloso, por ser na sede da comarca”,⁵⁷⁰.

⁵⁶⁹Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1866, p. 15-16.

⁵⁷⁰Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 28 de março de 1865, p.181.

Impressionado com a descrição da cadeia do Salgueiro, dias depois, o deputado José Maria, eleito pelo 3º distrito eleitoral, na mata sul⁵⁷¹, chamou a atenção da assembleia para a declaração de que as cadeias do “centro” – termo utilizado à época para se referir ao interior da província – eram troncos (“e isto é coisa que vai passando despercebida”), e fez um requerimento pedindo ao presidente que se fizesse um inventário sobre quais cadeias mantinham essa prática, para acabar com o abuso. Segundo ele, após o relato sobre Salgueiro, muitas pessoas lhe tinham dito que isso era comum em todo interior⁵⁷².

O deputado pelo 4º distrito⁵⁷³, do agreste, que era promotor da comarca do Bonito, e que ali ainda residia, lhe havia informado que nas prisões do Bonito e Caruaru, no agreste, existiam troncos em cima das tarimbas. Para José Maria, “isto é uma vergonha para a província (*apoiados*), o tronco é um flagelo terrível”. E completava:

Sr. presidente, se nós não podemos ter cadeias com segurança, redobremos de diligência; é preciso lembrar que a melhor cadeia é a guarda, a melhor segurança são as sentinelas. Nos lugares aonde não existem cadeias, aonde se julgam necessários hoje esses troncos, alugue-se uma casa com mais ou menos segurança. (...) Se numa localidade não existe cadeia, aonde com segurança podem ser detidos os presos, a autoridade que os mande para o lugar aonde houver, porque é assim que se procede regularmente, é assim que se procede em toda a província do Ceará, província também muito extensa⁵⁷⁴.

O deputado Silva Barros, “sendo filho do alto sertão, a parte mais esquecida da província”, disse que presenciava o sistema de troncos nessa região e atribuía grande parte desse abuso à falta de prisões em diversas comarcas do centro. Em vários lugares, o tronco era utilizado para evitar os estragos que faziam os presos nas casas em tentativas de fuga, ao ponto de muitos locatários não quererem alugar suas propriedades para esse fim. Contudo, Silva Barros ponderava que nem todos usavam esse método:

⁵⁷¹O 3º distrito eleitoral ficava na zona da mata sul e abrangia as regiões dos municípios de Vitória, Escada, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso e Água Preta, com sede na vila do Cabo. Foi, portanto, um deputado da zona da mata que chamou a atenção para a denúncia da existência de troncos no centro da província. Decreto imperial n. 2.633 de 1º de setembro de 1860.

⁵⁷²Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 30 de março, p. 217.

⁵⁷³O 4º distrito eleitoral ficava no agreste e abrangia as regiões dos municípios de Bonito, Bezerros, Garanhuns e Buíque, com sede na vila de Caruaru. Decreto imperial n. 2.633 de 1º de setembro de 1860. O deputado referido era, provavelmente, Cândido Martins de Almeida, embora José Maria não tenha falado o nome.

⁵⁷⁴Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 4 de abril de 1865, p. 241-242.

Os nobres deputados sabem quanto é difícil a captura de criminosos pelo centro, aonde existem vastos terrenos inhabitados, aonde as diligências são quase sempre baldadas, e quando a polícia pode agarrar um criminoso, não havendo prisão segura, receando a sua evasiva, mete-o no tronco como garantia da ordem pública; mesmo porque nem sempre contam com o auxílio da força para guarda e conservação dos criminosos. (...) Esse sistema, porém, sr. presidente, não é seguido por todas as autoridades do centro, nos lugares mesmo aonde existem troncos sei que muitos não fazem uso deles. (...) Concorro perfeitamente com o nobre deputado que se deve acabar com os troncos, lastimo mesmo que ainda haja entre nós, tanto mais quanto sei que esse sistema de prisão em muitos lugares do sertão tem sido causa de grandes desgraças; haja vista a morte do infeliz capitão Barros, delegado de Tacaratu, que foi proveniente de ter prendido no tronco a um moço de alguma consideração⁵⁷⁵.

Em 28 de abril do mesmo ano, o deputado Buarque, membro da comissão de orçamento, guiando-se pelo relatório da repartição de Obras Públicas, e pelas indicações de diversos deputados acerca da construção de cadeias, fez uma lista com as obras requeridas “porque pareceu à comissão que as observações apresentadas pelo ilustre representante do terceiro distrito [José Maria] com relação a cadeias, haviam sido bem acolhidas, que todos desejavam que no centro da província houvesse prisões convenientes”. Porém, segundo ele, as propostas representavam uma despesa muito grande para a insignificante receita orçada. E como convinha que, sempre que se decretasse uma despesa, se habilitasse o governo a satisfazê-la, não conseguiu atender a todas as necessidades “tanto mais quanto é visto que dia a dia o açúcar e o algodão, principais gêneros de produção da província, baixam de preço”⁵⁷⁶.

As propostas, na verdade, não diziam respeito apenas às cadeias sertanejas, mas a todas as regiões que queriam ter suas casas de câmara e cadeia construídas. Em todo caso, naquele ano, o orçamento provincial autorizava a compra de uma casa para cadeia no Salgueiro (6:000\$000), requerida no projeto, bem como a construção de uma cadeia em Vila Bela (7:000\$000) e outra em Floresta (5:000\$000), ambas também no sertão; mais 13:800\$000 para outras cadeias específicas⁵⁷⁷; além de uma quota geral para “construção, compra e reparos de edifícios que sirvam de cadeia, devendo o presidente

⁵⁷⁵ Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 30 de março e 4 de abril de 1865, p. 217, 239-247.

⁵⁷⁶ Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 28 de abril de 1865, p.377.

⁵⁷⁷ Compra de cadeias na mata sul (Rio Formoso, por 5:000\$000 e Ipojuca, por 4:000\$000), na mata norte (Pau d’Alho - 80\$000) e no agreste (reparos na cadeia de Garanhuns - 2:000\$000 e na cadeia em Cimbres - 2:000\$000).

da província enviar à assembleia no começo da próxima sessão a cópia de todos os documentos em que se basear para fazer a distribuição da verba”, por 20:000\$000. Cabe lembrar que esses valores, contudo, representavam apenas uma parcela para dar início às obras; o orçamento para a construção da cadeia em Floresta, por exemplo, estimou a obra em 18:000\$000⁵⁷⁸, mais que o triplo do que fora autorizado.

Assim, com essas autorizações de verbas dispersas, corria-se o risco de continuarem as cadeias do sertão sem serem beneficiadas. A fim de evitar essa pulverização, em 1866, os deputados aprovaram, praticamente sem debate, a lei n. 665 que autorizava o presidente a despender a vultuosa quantia de 100:000\$000 com a construção de cadeias nas vilas do interior da província. A alocação de verbas ficaria, portanto, ao arbítrio do administrador provincial, tendo como base os pedidos dos diretores de obras públicas, as reclamações das câmaras municipais e as indicações dos deputados provinciais. Essa autorização, segundo os deputados, não valeria apenas para aquele ano, mas poderia ser usada pelo governo conforme as necessidades.

No ano seguinte, por exemplo, o deputado Cândido Martins de Almeida enviou um projeto de lei para a construção da cadeia do Bonito (no agreste), marcando despesa de 16:000\$000. Para o deputado Amynthas, contudo, cabia ao autor do projeto explicar quais circunstâncias especiais levariam a assembleia a votar tão alta soma para esta localidade, já que cadeias eram necessidade de várias regiões. O deputado Lopes Machado compartilhava da opinião, entendendo que a assembleia tinha atribuição de legislar, mas não podia “ordenar” o presidente a cumprir aquela autorização, porque esse ato era puramente administrativo. Lembrava que já existia a lei de 1866 que concedia 100 contos para essas obras e sugeria que se fizesse apenas um requerimento ao presidente perguntando a razão da não realização da obra naquela localidade.

O autor do projeto, que era promotor público na comarca de Bonito, alegou que, para as obras desta cadeia, já haviam sido marcadas quotas em anos anteriores, mas deixaram de ter aplicação por serem insuficientes. A obra até havia sido posta em arrematação, porém a pessoa incumbida desistira do empreendimento; além disso, já havia um começo de cadeia que, a se prolongar a demora, seria brevemente inutilizado. José do Rego Barros, que também representava o 4º distrito, que abrangia a região de Bonito, entendia que a lei dos 100 contos era facultativa, mas fazia-se necessário que a casa fizesse uma disposição imperativa para que, de fato, o presidente da província

⁵⁷⁸Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 31 de janeiro de 1867, p.28.

usasse a verba para a cadeia com mais necessidade. Também procurou justificar o projeto argumentando que a cadeia de Bonito precisava ser construída porque não havia outra em boas condições nas suas proximidades:

Eu ouvi dizer, sr. presidente, que muitos são os lugares que necessitam de cadeias, porque, os que possuem, se acham no estado da do Bonito e falou-se para exemplo na cadeia de Barreiros [na mata sul]. (...) A cadeia de Barreiros pode ser uma das piores, mas é preciso atender a distância em que se acha o termo de Barreiros desta capital, é preciso atender também a que muito próximo à vila de Barreiros existem lugares onde há cadeias com todas as condições que deve ter uma casa de prisão; entretanto não acontece o mesmo com relação ao Bonito, em cujas vizinhanças não existe uma cadeia boa e de modo a guardar com segurança todos os presos que forem remetidos daquela localidade. As cadeias que mais segurança oferecem e que mais próximas ficam, são as do Limoeiro e Brejo. Mas a que distâncias não ficam essas cadeias do distrito do Bonito? Talvez a não menos de 30 léguas.

Assim, com a alegação de que a cadeia do Bonito era de interesse para receber presos de várias localidades, o projeto foi então aprovado⁵⁷⁹.

As leis para pedido de quotas específicas continuaram sendo promulgadas para servirem de diretriz para a administração provincial, inclusive porque, como mostrou o deputado Mello Rego em 1870, a lei de 1866 não havia tido efeito, pois não se havia marcado na lei de orçamento quota para a sua execução⁵⁸⁰. Em todo caso, ela serviu para evidenciar a preocupação cada vez mais crescente, por parte das lideranças legislativas, com a construção de cadeias no interior da província. Ainda em 1867, comprou-se uma casa na vila do Salgueiro, no sertão, por 6:300\$000 com capacidade para 30 ou 40 presos; foi posta em praça a construção da cadeia da Floresta, também no sertão; e foi arrematada por 18:643\$933 a construção da cadeia de Nazaré, na mata norte, concluída no ano seguinte, com capacidade para 40 presos⁵⁸¹.

De fato, àquela época, as autoridades percebiam um aumento na criminalidade na região do sertão. Em 1868, um “grupo de facinorosos” invadiu a cadeia da Floresta, na comarca de Tacaratu para matar o preso Antonio Mendes de Sá; mataram também a

⁵⁷⁹ Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 10, 11 e 14 de maio de 1867, p.109-118, 132 (tomo I).

⁵⁸⁰ Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 10 de maio de 1870, p.122.

⁵⁸¹ Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 31 de janeiro de 1867, p.28. Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1866, p.15; 16 de novembro de 1866, p.10; 1º de março de 1868, p.11.

sentinela da cadeia e soltaram alguns presos “de importância”⁵⁸². No ano seguinte, o presidente da província relatava que, com o mau estado das cadeias, os presos se evadiam muito facilmente, o que aumentava o número de crimes. Sugeria, então, que a assembleia estabelecesse um plano regular de construção de prisões que trouxesse “vantagens para a boa administração e classificação dos presos e segurança”⁵⁸³.

Em 1870, o deputado Oliveira Fonseca denunciava que, no sertão da província, “hordas de criminosos” circulavam impunemente:

Ninguém desconhece o estado lastimoso, o estado deplorável, quase depoeante a que tem chegado no interior da província, especialmente no alto sertão, a falta de segurança individual e de propriedade. Bandos numerosos de assassinos e roubadores, capitaneados por criminosos célebres, infestam as estradas públicas, tornando-as quase intransitáveis, atacam os viandantes, acometem as casas, praticam os maiores atentados contra a propriedade, a honra e a vida dos habitantes desses lugares. (...) Dois motivos muito poderosos concorrem para esse estado: primeiro, a falta de educação popular, consequentemente a ignorância e a corrupção dos costumes; segundo, a falta de ação policial, isto é, falta de força policial regular, e de prisões seguras. (...) As comarcas de Flores, Tacaratu, Cabrobó e Boa Vista [todas sertanejas], que mais têm sofrido a falta de segurança individual, são justamente aquelas onde em geral não há cadeias, mas casebres arruinados, e sem segurança⁵⁸⁴.

Em novembro de 1870, grupos de criminosos, capitaneados pelos irmãos Joaquim e José Nazário, José Barbosa e Ataíde Siqueira Carvalho vagavam pelas comarcas mencionadas pelo deputado “depredando aquelas paragens”. O presidente da província reconhecia que ainda havia muito que fazer “no intuito de firmar o império da lei nesses lugares, e particularmente nas fronteiras da província, para onde afluíam os malfeitores das províncias limítrofes”⁵⁸⁵.

⁵⁸²Relatório do presidente da província de Pernambuco, 23 de agosto de 1868, p.19.

⁵⁸³Relatório do presidente da província de Pernambuco, 10 de abril de 1869, p.26.

⁵⁸⁴Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 8 de junho de 1870, p.234.

⁵⁸⁵Em 1878, ainda havia reclamações sobre grandes grupos de criminosos que assaltavam os viajantes e roubavam as propriedades, não raras vezes juntando a esses crimes o de assassinato. Não parece ter sido por acaso que, nesse período, o escritor (e também deputado) Franklin Távora começou a escrever romances com o intuito de valorizar a “literatura do norte”, como *O Cabeleira* (1876), que narrava as aventuras de João Gomes, criminoso que assustava as populações do interior. Embora ambientados no século anterior, é possível pensar que a realidade presente inspirou o autor. Relatório do presidente da província de Pernambuco, 10 de novembro de 1870, s/p.; 1º de março de 1871, s/p.; 15 de fevereiro de 1878, p.2. Apud SILVA, Wellington Barbosa da. “Grupos de criminosos infestam aquela parte da província”: banditismo no Sertão de Pernambuco nas últimas décadas do período imperial (1870-1889). In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis. **Anais do**

Ainda no ano de 1870, teve início uma fase que podemos chamar de “aurora das cadeias”, para usar a expressão do deputado Pedro Afonso Ferreira na sessão de 1870⁵⁸⁶ – embora ele a tenha utilizado em sentido pejorativo, como veremos adiante – que durou até pelos menos 1881, quando foi concluída a cadeia de Flores, a maior cadeia do sertão. Nesse período, o anseio pela construção de cadeias apresentado no final da década anterior parece ter se concretizado por conta das necessidades cada vez mais urgentes por prisões com relativa solidez em várias partes do interior da província, conforme procuraremos apontar mais adiante.

O projeto de orçamento provincial de 1870 previa a construção ou compra de sete cadeias: São Bento (15:000\$000), Bonito (10:000\$000) e Garanhuns (8:000\$000), no agreste; Itambé (15:000\$000), na mata norte; e Vila Bela (8:000\$000), Cabrobó (compra de uma casa para cadeia e quartel - 8:000\$000), e 6:000\$000 para a reconstrução da cadeia de Pajeú de Flores, as três no sertão.

O deputado Pedro Afonso se dizia favorável a todo e qualquer melhoramento material, sobretudo àqueles que eram proveitosos à agricultura, como as estradas de rodagem e pontes. Porém, segundo o deputado, no projeto de orçamento pouco se atendia às obras com vias de comunicação, ao passo que se destinava grande soma para a construção e reparos de cadeias. Vale a pena acompanhar essa parte da discussão:

PEDRO AFONSO: Quanto às cadeias, entendo que são elas necessárias por toda a parte, mas por toda a parte já existem em melhores ou piores condições. E não é de cadeias que nos devemos agora ocupar principalmente. Entretanto o projeto do orçamento abre uma aurora para as cadeias, porque ocupa-se delas de preferência.

OLIVEIRA FONSECA: É uma das necessidades mais urgentes.

PEDRO AFONSO: Não diga isto. Se há essa urgência de cadeias para as localidades às quais se refere o orçamento, afirmo que essa urgência se estende a todos os pontos da província (*apoiados*). Em Água Preta, na Escada, Rio Formoso⁵⁸⁷ e outras muitas localidades não existem cadeias nas condições em que é para desejar que existissem. Raras são as localidades, na província, em que existem cadeias nas condições precisas, todavia a polícia vai exercendo as suas funções, e o crime vai sendo punido.

UM DEPUTADO: Logo não se façam.

OLIVEIRA FONSECA: O tronco existe.

XXVIII Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História. Florianópolis: ANPUH-SC, 2015. AGUIAR, Cláudio (ed.). **Teatro de Franklin Távora.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

⁵⁸⁶Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 7 de junho de 1870, p.226.

⁵⁸⁷Curiosamente, o deputado apenas menciona cadeias da região da mata sul, onde havia lavoura canavieira.

PEDRO AFONSO: Independente do tronco, vamos indo como é possível ir.

UM DEPUTADO: Continua o tronco e as algemas.

PEDRO AFONSO: Não quero que continuem o tronco e as algemas, que são um abuso intolerável. Porém, pergunto: atualmente a necessidade das cadeias é mais urgente, deve merecer de preferência a nossa atenção, do que as necessidades palpitantes da agricultura? Nisto é que consiste a minha questão. (...) Destinemos o que for absolutamente indispensável para os reparos das cadeias que estão deterioradas.

GUSMÃO LOBO: Essa aurora não é seguramente muito cor de rosa.

PEDRO AFONSO: É uma aurora para as cadeias, porque com elas ocupou-se, de preferência, o orçamento.

MELLO REGO: Some as verbas e verá que não.

PEDRO AFONSO: Proporcionalmente? Fiz a soma das verbas destinadas a esse fim e chega a 87:000\$. (Trocem-se apartes). Entendo que as estradas, as pontes e todos os melhoramentos que aproveitam imediatamente à agricultura são de maior alcance, e devem merecer-nos preferência. (...) Portanto, a respeito de cada uma dessas verbas destinadas às cadeias, apresentarei emendas reduzindo-as⁵⁸⁸.

Conforme o prometido, Pedro Afonso, então, propôs uma emenda que reduziria drasticamente as quotas para as cadeias: para as que foram designados 15:000\$000, ele propunha 5:000\$000; para as de 10:000\$000, marcava 4:000\$000; e para as de 8:000\$000, ele indicava 2:000\$000. Todos os deputados que se manifestaram sobre esta proposta, contudo, foram contrários a ela. Felipe de Figuerôa respondeu que ansiava ver essa “aurora de cadeias porque ao menos acabar-se-ia de uma vez com a aurora de troncos e de algemas”, o que era uma vergonha para um país civilizado e livre. Mello Rego entendia que a comissão havia tido muito trabalho para preparar o orçamento, no qual consignou quotas que lhe pareceram suficientes para a execução das respectivas obras. Com as quantias pedidas, “as obras podem ser começadas, o que não acontecerá se passar a emenda do nobre deputado, que marca quotas por demais insignificantes”. Assim, foram rejeitadas as emendas de Pedro Afonso e aprovado o projeto de orçamento⁵⁸⁹.

Diante dessas necessidades, ainda em 1872, o presidente João José de Oliveira Junqueira iniciou a construção de uma cadeia na região central da província, na vila de Pajeú de Flores, para abrigar os presos daquela comarca e os do alto sertão. Orçada em 48:400\$000, esta construção foi arrematada pelo coronel Pedro Pessoa de Siqueira

⁵⁸⁸ Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 17 de maio e 7 de junho de 1870, p. 154-159 e 225-226.

⁵⁸⁹ Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 8, 13 e 14 de junho de 1870, p.233-241 e 244- 246.

Campos por 47:916\$000, sob a fiscalização do engenheiro Joaquim Gomes de Oliveira⁵⁹⁰. Como não havia fundos para toda a obra, parte dos gastos foi feita com o empréstimo de 1,800:000\$000 que a província realizou conforme a lei n. 994 de 13 de janeiro de 1871. Nessa conta, além da prestação da cadeia de Flores, entraram também a compra de uma casa para servir de cadeia em Cabrobó (8:035\$000) e em Tacaratu (1:500\$000), ambas sertanejas, as obras na Casa de Detenção (3:768\$858) e as obras da cadeia e casa de câmara de Pau d'Alho (2:956\$580), na mata norte⁵⁹¹.

O uso de recursos extraordinários para a construção de estabelecimentos carcerários também ocorreu em 1874, quando a lei do orçamento provincial determinou que o empréstimo de 4,000:000\$000, autorizado em lei anterior⁵⁹², seria aplicado, entre outras coisas, nos reparos e construções de cadeia, como as de Sirinhaém e Escada (na mata sul), Petrolina (sertão), Olinda, Itambé e Igarassu (mata norte) e Bom Jardim (agreste). Já os consertos das cadeias em Limoeiro (agreste), Tacaratu e Ouricuri (ambas no sertão) foram executados, em 1877, com os recursos destinados a socorrer as vítimas da seca⁵⁹³.

Embora os deputados pernambucanos, assim como os paulistas, almejassem que as cadeias de suas localidades fossem contempladas e apresentassem constantemente projetos, ao fim e ao cabo, deixou-se ao arbítrio dos presidentes das províncias, que decidiram por concentrar os recursos em cadeias centrais. Era nesse sentido que o deputado Peretti, em 1874, se manifestava contra o projeto de construção de cadeias em Rio Formoso, Barreiros, Escada e Nossa Senhora do Ó de Ipojuca (todas na mata sul). Para ele, não era necessária a construção de todas essas cadeias porque elas estavam em lugares muito próximos; a de Escada, por exemplo, apesar de deteriorada, ficava à margem da estrada de ferro, “donde portanto é muito fácil a remessa dos presos para a cadeia da capital”⁵⁹⁴.

⁵⁹⁰Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1872, p.15; 1º de março de 1873, p.8 e 32; 1º de março de 1874, p.41.

⁵⁹¹Relatório do inspetor do Tesouro Provincial, 18 de fevereiro de 1875. Na parte relacionada à segurança pública, o dinheiro do empréstimo também foi utilizado para alimentação dos presos pobres da Detenção (4:393\$743), de Ingazeira (51\$000) e para gratificação ao ajudante de enfermeiro da Casa de Detenção (40\$000).

⁵⁹²Art. 37 da lei n.1115.

⁵⁹³Relatório do presidente da província de Pernambuco, 15 de novembro de 1877, p.8.

⁵⁹⁴Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 6 de março de 1874, p.14. A segunda estrada de ferro a ser construída no Império foi em Pernambuco, em 1854, com a empresa inglesa Recife and São Francisco Railway, interligando a zona da mata sul canavieira, de Recife até Palmares (125 km), terminada em 1862; não houve, contudo, interesse em estender as ferrovias para o agreste e o sertão. A estrada só foi ampliada na década de 1880, ao norte de Carpina até Timbaúba (58 km) e a

Além da construção de uma cadeia central em Pajeú de Flores, o presidente da província João Pedro Carvalho de Moraes, em 1876, considerava fundamental a instalação de mais duas cadeias centrais no interior da província, ficando as demais apenas como prisões menores:

Penso que, para evitar os inconvenientes que resultam da guarda dos presos em cadeias mal seguras, ou de sua concentração na casa de detenção, convém construir, em pontos centrais da província, outros edifícios apropriados para a conservação de, pelo menos, 100 sentenciados ou indiciados, que pela gravidade dos crimes ou outras circunstâncias exijam condições especiais de segurança. Duas cadeias para este fim, além da que está sendo construída em Flores (...). A vila de Palmares [na mata sul] parece-me estar nestas condições. Construída a primeira cadeia, sem interrupção das obras encetadas em Flores, se trataria do levantamento de segunda, que poderia ser colocada em Limoeiro ou Bom Jardim [no agreste]. Nos outros pontos da província, bastariam prisões pequenas, mas seguras, para 20 presos, com acomodações suficientes para um destacamento de força policial⁵⁹⁵.

De fato, algumas cadeias foram aos poucos absorvendo os presos das vilas mais próximas, que contavam com estabelecimentos em pior estado – diferentemente do que ocorria na província de São Paulo, cuja cadeia da capital recebia os presos de todo interior. Se, no ano de 1877, em Jaboatão (que não tinha mais cadeia e os presos eram recolhidos no quartel) e Igarassu (com a cadeia arruinada, sem acomodação e capacidade para apenas 10 pessoas), os presos eram remetidos para a Casa de Detenção do Recife pela proximidade; em Timbaúba (casa particular, em péssimo estado e sem segurança), eles eram transferidos para Itambé; os do Rio Formoso (particular, insalubre e arruinada) eram enviados para Sirinhaém (municipal, salubre, arejada, com capacidade para 40 presos); e os de São Bento (particular, pequena e sem segurança) eram conduzidos para a cadeia de Caruaru (provincial, com capacidade para 30 homens e 5 mulheres)⁵⁹⁶.

oeste até Limoeiro (84 km). De Palmares até Garanhuns (141 km) a obra só foi completada em 1887. Nas províncias do norte, o investimento na modernização dos engenhos pode ter absorvido prioritariamente os capitais; além disso, a mercadoria tinha baixo valor e o transporte nas linhas de ferro era caro, o que não permitiu a rentabilidade. EISENBERG, P. op. cit., p.72. CECHIN, José. **A construção e operação das ferrovias no Brasil do século XIX**. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 1978, p.30-31. Apud LAMOUNIER, M. L. op. cit., p. 75.

⁵⁹⁵Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1876, p.21.

⁵⁹⁶Relatório do chefe de polícia da província de Pernambuco, 16 de janeiro de 1876, p.7; 13 de fevereiro de 1877, p.5-7. É certo que a Casa de Detenção ainda recebia muitos presos, mas podemos observar, em 1878, o cuidado de enviar apenas os mais perigosos. O juiz municipal de Caruaru havia recolhido à

Uma série de fatores parece ter contribuído para a aurora das cadeias na década de 1870. A preocupação do deputado Pedro Afonso em concentrar recursos para a agricultura era bastante pertinente; como vimos anteriormente, nesse período, tanto a produção açucareira como a algodoeira sofreram importantes baixas de preço. Durante a Guerra Civil norte-americana, os portos daquele país foram todos bloqueados, paralisando o comércio do algodão dos estados sulistas e elevando significativamente os preços no mercado mundial, em razão da diminuição da oferta; neste período, deu-se, então, um novo *boom* algodoeiro do norte do Brasil. Com o fim da guerra e a recuperação da economia sulista, todavia, os Estados Unidos voltaram a exportar o algodão acumulado, fazendo o preço cair mais de 80% em relação ao ápice alcançado nos anos anteriores⁵⁹⁷. Enquanto na década de 1861-1870, o algodão correspondia a 18,3% das exportações totais do Império brasileiro, na década seguinte esse número caiu para 9,5% e, em 1881-1890 para apenas 4,2%⁵⁹⁸.

Tabela 10 – Produção e renda média do algodão na província de Pernambuco (1859-1883)

	Produção	Renda média
1859-1867	4.638.697	6,439:382\$281
1867-1875	8.338.008	5,447:136\$322
1876-1883	5.216.969	2,264:530\$100

FONTE: Projeto de receita provincial organizado pelo administrador do consulado provincial, 25 de fevereiro de 1884, quadro 2.

cadeia daquela cidade o célebre criminoso José de Ataíde, natural da comarca de Flores, “onde em companhia dos famigerados bandidos Corrêa, Nazário e outros, tornou-se o terror das comarcas circunvizinhas”; por sua fama e periculosidade, expediu as ordens necessárias para que fosse conduzido para a capital com a devida segurança. Aos poucos, essas cadeias foram sendo reconhecidas como importantes pontos para manter os presos antes de uma eventual remessa para o Recife ou Fernando de Noronha; em 1882, havia na cadeia de Caruaru 22 presos, 16 deles já condenados, sendo dez a galés perpétuas; entre os galés estavam “dois terríveis sicários”, Pedro Gouveia e José Nem, criminosos de morte. Segundo o deputado Juvêncio Mariz, os condenados já haviam sido julgados havia oito meses, mas aguardavam recursos. Ironicamente, essas informações nos chegam após a evasão desses criminosos da cadeia de Caruaru. Segundo o deputado Rosa e Silva, a responsabilidade desse fato recaía sobre o chefe de polícia, “que não duvidou conservar tão avultado número de presos” nesta cadeia. Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 3 de abril de 1882, p.269-273. Relatório do presidente da província de Pernambuco, 20 de maio de 1878, p.13.

⁵⁹⁷ Projeto de receita provincial organizado pelo administrador do consulado provincial, 25 de fevereiro de 1884, p.8.

⁵⁹⁸ EISENBERG, P. op. cit, quadro 2.

⁵⁹⁹ O cálculo da renda média foi feito com base nos dados sobre a arrecadação média de imposto, apresentados no projeto de receita, e com a média das taxas de imposto do período (1859-1867: 3,375%; 1867-1875: 4,46% e 1876-1883: 1%).

Dessa maneira, pela tabela acima, vemos que, entre 1867 e 1875, era preciso produzir o dobro do que se fazia no decênio anterior para alcançar apenas 85% do rendimento. Com o açúcar, deu-se quase o mesmo processo; apesar do crescente aumento de produção, a concorrência com o açúcar antilhano e com o de beterraba europeu fez com que os preços abajassem significativamente. A julgar pelo que apontava Henrique Milet, o açúcar bruto, entre 1872 e 1875, teve seu preço reduzido de 2\$200 por arroba, para 1\$500⁶⁰⁰.

Assim, tanto a lavoura canavieira como a algodoeira necessitavam de mais mão de obra para aumentar a produção a fim de procurar manter minimamente equilibradas as receitas. Contudo, desde o fim do tráfico internacional de escravos, Pernambuco estava sistematicamente vendendo escravos para as províncias do centro-sul; de 89.028 escravos que possuía em 1872, chegou a ter apenas metade (41.122), em 1886⁶⁰¹. Precisava, portanto, angariar braços entre os livres que, em 1872, eram 752.511 ou 89% da população pernambucana.

No entanto, com a queda dos preços da lavoura, os vencimentos oferecidos também sofreram baixa e passaram a não ser muito convidativos. Se antes de 1871, os jornais de um trabalhador agrícola haviam chegado a 1\$000, depois disso diminuíram sensivelmente para \$800, \$640, até chegar a \$500, metade do valor oferecido anteriormente⁶⁰².

Uma das questões recorrentemente apontadas no congresso agrícola pernambucano de 1878⁶⁰³ referia-se às dificuldades em empregar a mão de obra livre existente no trabalho da lavoura canavieira, o que não advinha, porém, de uma real escassez de braços. O engenheiro Henrique Milet, também secretário do congresso,

⁶⁰⁰MILET, H. A. op. cit., p.37.

⁶⁰¹Recenseamento geral de 1872. Matrícula de escravos em 1886-1887. Relatório do ministro da Agricultura, 14 de maio de 1888, p. 24.

⁶⁰²MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o Império (1871-1889)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984, p. 23.

⁶⁰³Essa reunião foi uma resposta ao congresso agrícola realizado em julho de 1878, na Corte, para o qual só foram convidadas as províncias de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, demonstrando, segundo os nortistas, que a preocupação era apenas com o desenvolvimento do café, produto que já era responsável por 56,6% das exportações na década de 1870-1880. Em outubro daquele ano, fazendeiros das províncias de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe promoveram um encontro para discutir propostas de melhorias para a lavoura canavieira (e algodoeira) da região norte do país, como disponibilidade de crédito bancário e medidas coercitivas para obrigar a população livre ao trabalho. SOCIEDADE AUXILIADORA DA AGRICULTURA DE PERNAMBUCO. op. cit., p.40-50 e índice. PERRUCCI, Gadiel. Introdução. O canto do cisne dos barões do açúcar. Um congresso de classe. In: *Ibidem*, p.XV.

apontava que esse problema já perdurava há anos, antes mesmo da grande seca de 1877-1878 contribuir para o aumento a população na região da zona da mata:

Sei que não temos agora falta de braços, pois milhares de retirantes entulham as povoações do litoral e não há trabalho para todos; concedo também que antes da seca não houvesse falta absoluta de braços, porque sempre tivemos muita gente vadia, mesmo cá na privilegiada zona dos matos, onde os trabalhos agrícolas duram todo o ano e com maioria de razão na caatinga e no sertão, onde só há plantações enquanto chove; mas, tais braços não estão à disposição do agricultor a tempo e à hora. Fui senhor, ou para melhor dizer escravo de engenho por espaço de doze anos e muitos prejuízos sofri por não poder adquirir trabalhadores quando deles precisava, quer para roçar, quer para plantar e limpar. O mato comeu-me muita cana; muitas vezes fiz mau açúcar, por ter que moer canas cortadas há dias e que tinham ficado no campo expostas ao sol e chuva por falta de cambiteiros (*sinais de adesão de vários membros do Congresso*). Os braços existem, sim, mas não estão à disposição do lavrador e para ele é como se não existissem!⁶⁰⁴

Os trabalhadores livres preferiam se ocupar com trabalhos esporádicos, o que, para os agricultores, ocorria devido à falta de hábito para o trabalho constante e intenso, como o era na cultura canavieira⁶⁰⁵. Alguns proprietários de engenho, segundo Henrique Milet, lamentavam haver mariscos, siris e caranguejos nos mangues e caça nas matas, ocupações nas quais os homens livres preferiam se dedicar. Contra esses seus colegas, que queriam uma lei que tornasse o trabalho obrigatório, o francês conjecturava: “se tenho poucos desejos e posso satisfazer as minhas necessidades trabalhando alugado um ou dois dias na semana, ou uma semana no mês, e passar o resto do tempo no Santo Ócio, ou mesmo não trabalhar a pessoa alguma e sustentar-me da caça que mato, ou dos caranguejos e mariscos que apanho, nada tem com isto o poder social”⁶⁰⁶.

Além da falta de estímulo que os baixos salários na lavoura geravam, em 1874, com a nova lei de recrutamento por sorteio, os senhores de engenho haviam perdido um importante meio de coerção, já que antes era possível ameaçar mandar “ociosos” e figuras sem meios de vida “honestos” para o Exército⁶⁰⁷. O governo, inclusive, em muitos momentos, também ofereceu isenção ao recrutamento para aqueles que

⁶⁰⁴SOCIEDADE AUXILIADORA DA AGRICULTURA DE PERNAMBUCO. op. cit., p.136-138.

⁶⁰⁵Na época da moagem, as canas eram processadas das 5 horas da manhã às 10 horas da noite. MILET, H. A. op. cit., p. 32.

⁶⁰⁶Nesse sentido, Henrique Milet entendia que o melhor meio para se obter mão de obra era oferecendo incentivos. SOCIEDADE AUXILIADORA DA AGRICULTURA DE PERNAMBUCO. op. cit., p. 149.

⁶⁰⁷SOCIEDADE AUXILIADORA DA AGRICULTURA DE PERNAMBUCO. op. cit., p. 136-138.

trabalhavam nas obras públicas; com o estabelecimento do sorteio, esses recursos deixaram de existir⁶⁰⁸. Talvez, com a construção de cadeias, se pretendesse efetivar um outro meio de coerção ao trabalho, uma vez que, como vimos no subcapítulo anterior, os vadios e turbulentos eram encaminhados às cadeias caso houvesse quebra do termo de bem-viver.

Foi justamente o descontentamento com a crise econômica e o aumento de impostos que levou parte da população a se rebelar na revolta do Quebra-quilos (1874-1875); desta vez, contudo, a província já contava com uma estrutura policial e carcerária maior do que nos anos da Guerra dos Marimbondos (1851-1852) e pôde combater mais efetivamente os sediciosos⁶⁰⁹. Havia boas cadeias nas regiões da mata norte e do agreste⁶¹⁰, áreas abrangidas pelo conflito, que teriam condições de conter os revoltosos. Conforme explicava o presidente de então Henrique Pereira de Lucena:

Resultou disso que, com exceção das comarcas do Recife, Olinda, Cabo, Escada, Santo Antônio, Água Preta, Barreiros, Rio Formoso, Sirinhaém, Pau d'Alho, Tacaratu, Boa Vista e Cabrobó, todas as outras [as do agreste e da mata norte] fossem, mais ou menos, agitadas pelos grupos sediciosos, já nas respectivas sedes, já em seus povoados. Dando as providências que as circunstâncias exigiam, recomendei às autoridades toda a prudência, moderação e energia, e que usassem de medidas coercitivas se, por meios brandos e suasórios, não pudessem conter os sediciosos. (...) Em virtude dessa e de outras enérgicas providências, e graças também ao bom senso da população e ao decidido apoio que em todas as localidades encontrei da parte de cidadãos prestigiosos, amigos da ordem e da lei, foram contidos os desordeiros, capturados vários criminosos, e processados os cabeças da sedição, acabando em pouco tempo esses movimentos, que a história, adotando a irrisória denominação vulgar, há de descrever com o nome de Quebra-quilos⁶¹¹.

⁶⁰⁸Para Henrique Milet: “O recrutamento dava lugar a muitos abusos e violências; mas oferecia favorável ensejo para corrigir os vadios, meios de suprir as lacunas da nossa legislação policial e de minorar certas desastrosas consequências de nossas leis penais, leis inspiradas sem dúvida pela mais acrisolada filantropia, mas feitas para uma população instruída e morigerada, ao passo que têm de ser aplicadas à muita gente analfabeta e viciosa. Podiam e deviam ser corrigidos os abusos, com habeas-corpus ou outro qualquer meio; mas a lei do sorteio veio desarmar a autoridade policial, com prejuízo da vida e propriedade dos cidadãos e quanto ao benefício político tão apregoado, é mister não conhecer as nossas coisas para crer que o sorteio será uma realidade. Ainda não houve precisão de se recorrer a ele; mas, chegada a ocasião, tenho toda a certeza que a sorte só recairá na rapaziada que não pertencer à política dominante!”. Ibidem, p. 148.

⁶⁰⁹OLIVEIRA, M. L. F. de. op. cit. In: DANTAS, M. D. (org.). op. cit., cap. X, p.409. Na Paraíba do Norte, com a operação comandada pelo general Severiano da Fonseca, milhares de pessoas foram presas sem julgamento formal, outras punidas com recrutamento militar e muitas barbaramente torturadas. LIMA, L. M. de. op. cit. In: DANTAS, M. D. (org.). op. cit., cap. XIII, p. 476.

⁶¹⁰Como vimos com o relatório do presidente da província de 1866.

⁶¹¹Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1875, p. 4-5.

Embora muitos dos que os senhores de engenho chamavam de vadios e criminosos fossem apenas homens livres que não queriam se sujeitar aos pagamentos irrisórios da lavoura canavieira, de fato, o aumento da população aliado à falta de trabalhos com boas remunerações gerou um crescimento na taxa da criminalidade. Em 1870, segundo o chefe de polícia paulista, Pernambuco era a província com maior número de crimes do Império, seguida do Ceará e, em terceiro, São Paulo⁶¹².

Para o congressista Coelho Rodrigues, “em um país onde cada ocioso não tem dois homens ocupados a vigiá-lo está ameaçada a segurança e a vida dos cidadãos úteis. A aglomeração de ociosos nos grandes centros de população é um perigo iminente, é uma revolução adiada, é uma revolução brutal; porque é a convulsão da fome e das más paixões das massas incitadas pelos cortesãos da praça pública”⁶¹³. Com a grande seca de 1877-1878, e a retirada de milhares de sertanejos para a zona da mata, o aumento da concentração de pessoas só agravou a criminalidade. No fim da década, os registros de crime na província haviam crescido de 283 casos, em 1876, para 486, em 1877, e 650 no ano de 1878⁶¹⁴.

Essa conjuntura socioeconômica da década de 1870, ao que tudo indica, trouxe a necessidade de maior estruturação carcerária na província. Outra medida, tomada pelo governo, que parece ter contribuído para dar maior agilidade às construções de cadeias foi a mudança das regras para arrematação, em 1875. As prorrogações nas arrematações tinham dado lugar a abusos por parte dos arrematantes; muitas obras chegavam ao triplo do tempo estipulado no contrato sem estarem concluídas. Em 1873, o diretor de obras públicas sugeria como medida corretiva que, se depois da primeira prorrogação o serviço não tiver concluído, a nova só seria dada mediante abate de 5% sobre o valor das prestações que tiver para receber⁶¹⁵.

Dessa forma, as regras de arrematação foram mudadas em 1875; em primeiro lugar, o processo de licitação passou a ser feito obrigatoriamente na repartição de obras públicas, estando presente o diretor. As propostas deveriam conter a especificação dos materiais que seriam empregados, os prazos previstos, sendo a divisão do pagamento

⁶¹²“Tomando ainda por base a estatística policial do Império relativa ao ano de 1870, cuja liquidação está terminada, observo que a província de São Paulo só é inferior, quanto aos crimes, à província de Pernambuco e à do Ceará, tendo a de Pernambuco população maior na razão de um terço e a do Ceará menor na razão de quase metade. Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 15 de janeiro de 1874, p. 7.

⁶¹³SOCIEDADE AUXILIADORA DA AGRICULTURA DE PERNAMBUCO. op. cit., p.174 e 450.

⁶¹⁴MAIA, C. N. op. cit., p.131.

⁶¹⁵Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 29 de janeiro de 1873, p.3.

em prestações correspondentes aos prazos apresentados. Haveria fiscalização durante a execução da obra e a última prestação somente seria entregue depois do recebimento definitivo⁶¹⁶. Em 1879, mais uma determinação foi adotada no sentido de evitar os adiamentos intermináveis para a entrega das obras. Com a lei n.1315 de 4 de fevereiro, as prorrogações de prazos para começo ou conclusão de qualquer obra, sem autorização especial da assembleia provincial, só poderiam ser concedidas pela presidência da província por no máximo a quinta parte do que estivesse estipulado no respectivo contrato.

Ainda no intuito de agilizar os trabalhos, a partir de 1875, muitos arrematantes de cadeias tiveram suas obras inspecionadas pelos juízes de direito da comarca para evitar os deslocamentos dos engenheiros, que passaram a vistoriar apenas o começo dos trabalhos. A construção da cadeia de Flores, arrematada em 1872, foi fiscalizada até junho de 1874 pelo engenheiro Joaquim Gomes de Oliveira e Silva. Após isso, os trabalhos continuaram sob a inspeção do juiz de direito⁶¹⁷. Em 1880, os reparos da cadeia do Brejo, de Pesqueira e de Tacaratu também eram fiscalizados pelos respectivos juízes das comarcas; da mesma forma, em 1886, os reparos da cadeia de Caruaru, contratados com Firmino Manoel da Silva Braga, foram inspecionados pelo juiz⁶¹⁸. Outras vezes, eram os juízes quem contratavam os arrematadores: para as obras em Tacaratu, em 1878, o juiz de direito interino fez contrato com o tenente-coronel Francisco Cavalcante de Albuquerque; em 1880, os reparos da cadeia do Brejo foram contratados pelo juiz de direito com Rodopiano Florêncio de Carvalho Calumby por 8:842\$460⁶¹⁹.

Contudo, muitas vezes as vistorias feitas por quem não era técnico não eram acuradas e os trabalhos precisavam ser refeitos; para a cadeia de Pesqueira, o fiscal era o juiz de direito da comarca de Cimbres, “pela dificuldade de se tem de ter lá um engenheiro desta repartição e pela grande distância que fica das sedes dos distritos”. Quando a obra estava adiantada, em 1879, o juiz solicitou a presença de um técnico para ver se podia considerá-la concluída; o engenheiro Gustavo Mermoud, que se achava em Flores, aproveitou para visitá-las e informou que as obras não estavam bem feitas e

⁶¹⁶Após o prazo de responsabilidade (ver nota 211). Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1876, p.61.

⁶¹⁷Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 31 de janeiro de 1876, p.28-29.

⁶¹⁸Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 31 de janeiro de 1880, p.8.

⁶¹⁹Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 15 de novembro de 1878, p.24; 31 de janeiro de 1880, p.16.

parte teve de ser desmanchada. A reforma da cadeia do Brejo foi recebida provisoriamente em 24 de novembro daquele ano pelo juiz de direito, mas a cancela de ferro e a cobertura das guaritas saíram defeituosas e o arrematante teve de refazer o serviço durante o prazo de responsabilidade⁶²⁰.

Em janeiro de 1878, o responsável pela arrematação da cadeia de Flores pediu rescisão do contrato; em 31 de outubro de 1879, Francisco Ávila de Mendonça arrematou a conclusão da obra por 22:998\$665. Segundo o diretor de Obras Públicas, foi mandada edificar para servir de prisão central no interior da província, “devendo oferecer a devida segurança para o cumprimento de penas que não exijam a remessa de presos para o presídio de Fernando de Noronha nem para a desta capital, como também auxiliar as de outras localidades próximas que não tiverem a capacidade precisa para conterem os presos ou que estejam danificadas”. Por estar fora da zona dos distritos da repartição, enviou o engenheiro Gustave Mermoud para assistir a sua execução, que vinha sendo feita com presteza; as obras foram concluídas em 17 de setembro de 1881⁶²¹.

Desta forma, a despeito da fala pessimista do deputado José Hygino acerca do estado geral das cadeias, em 1881, vemos que algumas delas já se destacavam pela salubridade e capacidade:

As cadeias dos municípios não são mais do que a continuação das imundas enxovias e cárceres dos tempos coloniais. *Com exceção de algumas poucas mais limpas ou espaçosas, com a de Flores, do Limoeiro, (...) do Brejo*, as outras constam de uma simples e acanhada sala, às vezes sem ladrilho, comunicando com o exterior por duas ou três janelas com grades de ferro ou madeira, mal alumadas e arejadas, úmidas em geral e, demais a mais, infeccionadas por uma cloaca. Os presos vivem aí promiscuamente, em completo ócio e imundos; passam o tempo a conversar livremente com os seus cúmplices do exterior, com suas amasias, de quem recebem bebidas espirituosas, ou entretêm-se com seus companheiros de prisão⁶²².

⁶²⁰Quando os trabalhos eram concluídos, a obra era entregue “provisoriamente”, pois durante um ano, chamado de “prazo de responsabilidade”, o arrematante ainda era responsável por sua manutenção. Depois disso, a obra era entregue “definitivamente” para o poder público. Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 25 de janeiro de 1881, p.20-21. Curiosamente, em 21 de maio de 1877, chegou à assembleia provincial uma petição de diversos artistas mecânicos pedindo para não serem admitidos às arrematações de obras públicas indivíduos que não fossem artistas. Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 21 de maio de 1877, p.47.

⁶²¹Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 15 de novembro de 1878, p.24; 31 de janeiro de 1881, p.17; 25 de janeiro de 1880, p.21-22; 30 de janeiro de 1882, p.16.

⁶²²Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 20 de abril de 1881, p.203 (grifo nosso).

Ao final da “aurora das cadeias”, em 1881, 20 delas tinham capacidade igual ou superior a 25 presos. Oito ficavam na zona da mata, sendo quatro na mata sul: Água Preta (25 presos), Gameleira (40 presos), Jaboatão (25 presos) e Sirinhaém (25 presos), e quatro na mata norte: Goiana (30 presos), Nazaré (30 presos), Olinda (20 a 25 presos), e Vitória (25 presos). No agreste, eram sete: Brejo (50 presos), Caruaru (30 presos), Cimbres (40 presos), Limoeiro (50 presos), Pesqueira (40 presos), São Bento (30 presos), Taquaritinga (25 presos). E, finalmente, cinco se localizavam no sertão pernambucano: Exu (50 presos), Flores (40 presos), Granito (40 presos)⁶²³, Tacaratu (30 presos) e Triunfo (25 presos)⁶²⁴.

Essas cadeias, de fato, passaram a receber os presos das regiões vizinhas, coadjuvando a Casa de Detenção no acolhimento dos condenados, conforme o relato do chefe de polícia em 1883:

[As cadeias] pela maior parte são lugares acanhados e sem asseio, onde os presos mal se poderiam conservar horas, e onde todavia são detidos por espaço de dias, durante as diligências de formação de culpa, ou no decurso de uma sessão de jurados, aguardando ainda depois a custosa oportunidade de escolta *para serem transportados a alguma outra cadeia das menos remotas ou à Casa de Detenção*. Dos prédios municipais ou provinciais destinados às prisões, os que estão bem conservados são apenas os de Flores, Cabrobó, Pesqueira, Brejo, Caruaru, Vitória, Goiana, Pau d’Alho e Sirinhaém⁶²⁵.

A partir de 1882, contudo, nenhuma cadeia nova foi feita. O desequilíbrio entre a receita e a despesa foi ficando cada vez maior (conforme gráfico 4, no início do capítulo). Já em 1880, a insuficiência das verbas votadas para obras públicas forçou o presidente da província a suspender o serviço permanente de conservação das estradas, o que resultou em algumas ficarem intransitáveis, assim como várias pontes do interior⁶²⁶. Com a suspensão do imposto de consumo, em 1883, a província não conseguiu pagar o funcionalismo público, pelo déficit de 1,400:000\$000 na receita; teve, então, que começar a fazer vários empréstimos para pagar as despesas ordinárias. Assim, no projeto de orçamento, a comissão procurou reduzir ao máximo as despesas; para o corpo de polícia foi estimada a diminuição de 950 para 450 e o da guarda cívica

⁶²³Não aparece no mapa, fica entre as cidades de Exu e Leopoldina.

⁶²⁴Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1882, p.9. Relatório do chefe de polícia da província de Pernambuco, 15 de fevereiro de 1883, p.7-13; 15 de fevereiro de 1884, p.6-12.

⁶²⁵Relatório do chefe de polícia da província de Pernambuco, 15 de fevereiro de 1883, p.5.

⁶²⁶Relatório do presidente da província de Pernambuco, 16 de junho de 1880, p.9.

de 150 para 100⁶²⁷. No exercício de 1886-87, a dívida passiva da província já estava elevada a 7,639:100\$000⁶²⁸.

Em 24 de março de 1882, as obras da cadeia de Itambé foram arrematadas por Francisco Tavares da Silva Cavalcante por 22:215\$171 para serem construídas em dois anos. Os trabalhos começaram em setembro, mas não foi feito o primeiro pagamento por falta de consignação no orçamento. Assim, em dezembro, a obra foi suspensa. Em 1884, o arrematante pedia na assembleia indenização de 4:000\$000 pelos prejuízos causados com a interrupção do serviço. O mesmo ocorreu com os trabalhos na cadeia e quartel de Goiana que, contratados em 10 de agosto de 1882, nem começaram a ser feitos por conta da suspensão das obras⁶²⁹.

O diretor de Obras Públicas assinalou que, durante o ano de 1883, não houve nenhum desenvolvimento material na província e, antes, agravou-se o estado de ruína de algumas obras provinciais por conta da suspensão do serviço de reparos no ano anterior. A lei de 1882-83 havia consignado para as obras públicas 1,151:264\$300, mas apenas pôde ser aplicado, “e com pouco aproveitamento”, 247:668\$217. Desse modo, ele empreendeu apenas os reparos mais urgentes em pontes e bueiros que ameaçavam desabar e interromper o trânsito; com relação aos edifícios públicos, os reparos eram tão insignificantes que nem foram explanados⁶³⁰.

No final da década, contudo alguns importantes reparos puderam ser feitos, como os da cadeia de Nazaré (1:464\$100), Água Preta (2:960\$000) e Olinda (930\$235), concluídos o primeiro em janeiro e os outros dois em outubro de 1885; a reconstrução da cadeia de Limoeiro (4:325\$000), entregue em fevereiro de 1886; da cadeia de Caruaru, por 2:188\$117, e da de Igarassu (1:350\$740), entregues em junho e julho de 1887; e os de Goiana (2:918\$249) e Sirinhaém (1:320\$364), ambos entregues em julho de 1888⁶³¹.

⁶²⁷ Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 13 de abril de 1883, p.377-378 e p.I-III (anexo).

⁶²⁸ Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 10 de março de 1887, p.6. A lei n. 1927 de novembro de 1888 vai, inclusive, autorizar o presidente a contrair um empréstimo externo no valor de 8,600:000\$000; aumentado em 300:000\$000 “para liquidação do exercício financeiro corrente” na lei n. 2125 de orçamento provincial de 1889.

⁶²⁹ Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 27 de janeiro de 1883, p.15; 25 de janeiro de 1884, p.6-7. Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 10 de março de 1884, p.83.

⁶³⁰ Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 25 de janeiro de 1884, p.3-5.

⁶³¹ Todos esses reparos estão listados com a data da entrega provisória, faltando apenas o prazo de responsabilidade (ver nota 211). Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 15

Ao fim e ao cabo, em 1888, das 51 cadeias listadas, as maiores eram as de Olinda (50 presos); Goiana (40 presos) e Vitória (35 presos), na mata norte; Sirinhaém (40 presos), na mata sul; Limoeiro (50 presos), Brejo (50 presos), Pesqueira (40 presos) e Garanhuns (40 presos), no agreste; e Ouricuri (40 presos) e Flores (60 presos), no sertão. Todas essas dez cadeias foram consideradas boas, por sua conservação, salubridade e segurança; por outro lado, as demais, cuja capacidade variava entre 2 e 20 presos, apresentavam em geral mau estado e péssimas condições higiênicas⁶³².

Portanto, diferentemente do que ocorreu na província paulista, Pernambuco empreendeu a instalação de cadeias centrais ao longo de todo o território. Desde o início, essa medida era aventada pelas autoridades, devido à alta densidade demográfica pernambucana. A comissão de obras públicas, dirigida inicialmente por engenheiros franceses, trouxe planejamento, fiscalização e bom andamento para as obras – embora fossem, em sua maioria, realizadas por arrematação. No final da década de 1860 e início do decênio seguinte, a desvalorização do preço do açúcar e do algodão, somada à crescente venda de escravos para o centro-sul, geraram uma pressão sobre a população livre pobre. A baixa remuneração e a criação de novos impostos acarretaram descontentamentos, revoltas e aumento da criminalidade. A grande seca de 1877-1878 trouxe maiores aglomerações aos grandes centros, o que só agravou a situação. Por esses motivos, e a fim de evitar a superlotação na Casa de Detenção do Recife, a província pernambucana precisou realizar uma ampla reestruturação carcerária, com a construção de algumas grandes cadeias centrais, que abrigavam entre 50 e 60 presos, mantendo as demais como casas de detenção.

de janeiro de 1886, p.18-19; 26 de janeiro de 1887, p.18; 31 de janeiro de 1888, p.16; 31 de janeiro de 1889, quadro demonstrativo das obras contratadas anteriormente ao semestre findo.

⁶³²Relatório do chefe de polícia da província de Pernambuco, 15 de julho de 1888, p.6-10.

2.3 O PAPEL DO PRESÍDIO DE FERNANDO DE NORONHA

Ao falarmos de práticas punitivas na província de Pernambuco, certamente devemos lembrar o presídio militar de Fernando de Noronha, apesar de ter sido administrado pelo governo geral. Como veremos, esta instituição teve um papel importante no contexto da estruturação do sistema prisional brasileiro no século XIX – e, mais especificamente, pernambucano – que precisa ser mais bem analisado.

Fernando de Noronha é um arquipélago composto por cinco ilhas (Fernando de Noronha, Rata, Rasa, do Meio e Sela Gineta) e mais 16 ilhotas ou rochedos com uma área total de 26 km², sendo 17 km² na ilha principal, distando 96 léguas (ou 545 km) de Recife. O arquipélago é rico em minerais de ferro e sal marinho na ilha Rata, além de carbonato de cal e abundante argila na ilha principal. Tem apenas dois ancoradouros naturais, pelo lado norte: o de Santo Antônio e o de Santana, sendo que o primeiro podia ser utilizado o ano inteiro, mas o segundo apenas de abril a setembro. Em todo o caso, nos dois pontos o desembarque era difícil, mesmo que o mar não estivesse agitado⁶³³.

Em 1500, a ilha apareceu desenhada no planisfério do cartógrafo espanhol Juan de la Cosa como “ínsula descubierta por Portugal”, o que indica que navegadores europeus já haviam se aproximado da região no século XV. Com a expedição exploradora de Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio (1503-1504), o arquipélago, chamado à época de ilha de São João, foi doado a Fernão de Loronha, financiador da viagem e comerciante de pau-brasil. Embora a doação tenha sido referendada a filhos, netos e outros descendentes de Fernão, a ilha não foi explorada e permaneceu abandonada, servindo de ponto de reabastecimento para navegantes alemães, holandeses e franceses.

⁶³³Para esse e os próximos parágrafos: SILVA, Marieta Borges Lins e. **Fernando de Noronha: cinco séculos de história**. Série Cadernos Noronhenses. 2ª ed. Recife: UFPE, 2013, cap.1 e 2. ROHAN, Henrique de Beaupaire. **A ilha de Fernando de Noronha considerada em relação ao estabelecimento de uma colônia agrícola-penitenciária**. p.1-23. (publicado em anexo ao relatório do ministro da Guerra, 8 de maio de 1865). BANDEIRA FILHO, Antonio Herculano de Souza. **Informações sobre o Presídio de Fernando de Noronha. Relatório apresentado ao governo pelo dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho, diretor de Seção na Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça**, 25 de janeiro de 1880, p.45 (publicado em anexo ao relatório do ministro da Justiça, 13 de maio de 1880). Decreto n. 1371 de 14 de fevereiro de 1891. Cartas régias de 7 de setembro de 1696, 24 de setembro de 1700 e 26 de maio de 1737.

Entre 1629 e 1654, os holandeses ocuparam o arquipélago (chamado por eles de Pavônia, graças ao seu arrendatário e diretor da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais, Michiel Reyniersz Pauw⁶³⁴) concomitantemente à invasão de Pernambuco. Lá construíram fortes, casas, armazéns e uma igreja calvinista. Após a expulsão dos holandeses, por iniciativa do governo da capitania de Pernambuco – confirmada posteriormente em carta régia de 7 de setembro de 1696 –, foram tomadas as primeiras providências para povoamento e fortificação da região. A carta autorizava a vinda de uma fragata com vinte ou trinta soldados, um capitão e um sacerdote que servisse de capelão; em 24 de setembro de 1700, outra missiva oficial entregava a administração do arquipélago à capitania.

Contudo, ao que parece, essas autorizações não foram efetivadas, pois em 1736 a ilha foi invadida pelos franceses da Companhia das Índias, que a chamaram de Isle Delphine (ou Dauphine), e que prontamente começaram a construção de casas e iniciaram trabalhos agrícolas e de criação de animais. No ano seguinte, porém, o governador de Pernambuco, Henrique Luiz Pereira Freire, enviou uma expedição com 250 praças sob o comando do tenente-coronel João Lobo de Lacerda, que conseguiu vencer os estrangeiros e retomar o governo do arquipélago; com isso, a carta régia de 26 de maio de 1737 ordenou que a ilha fosse ocupada e que fosse levantada “no porto da dita ilha alguma fortificação para a sua defesa, pondo nela presídio capaz de resistir a alguma invasão repentina que poderá intentar-se, enquanto não resolvo o modo porque deve ser povoada e fortificada mais regularmente”.

É importante lembrar que até fins do século XIX a palavra “presídio” não tinha a conotação de estabelecimento prisional, mas sim de uma instituição militar. Vinha do latim *praesideo*, que significa “ocupar o primeiro lugar, presidir, comandar, proteger”. Rafael Bluteau definiu presídio como “gente de guarnição; soldados que estão em uma praça para a guardar e defender do inimigo”; Luiz Maria da Silva Pinto manteve a definição em 1832: “gente que guarnece uma praça; praça presidiada; socorro”⁶³⁵.

Assim, em 1739, para garantir a ocupação do território mais oriental do país, foi estabelecido um presídio na ilha de Fernando de Noronha. Em 1741, tiveram início as obras das fortificações e, ao que tudo indica, começaram a chegar os primeiros

⁶³⁴À mesma época, Michiel Pauw também obteve cessão de uso de parte do atual estado de Nova Iorque.

⁶³⁵BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8 v. PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz.** Ouro Preto: Na Typographia de Silva, 1832.

sentenciados militares, condenados a carrinho perpétuo (trabalhos públicos). Ao longo do século, além desses, muitos militares condenados a degredo passaram a ser enviados para lá, com o intuito de auxiliar na construção das fortificações⁶³⁶.

Em 1778, foi concluído um amplo sistema defensivo para Fernando de Noronha com dez fortificações, planejado pelo engenheiro militar português Diogo da Silveira Veloso. No porto de Santo Antônio, foram construídos os fortes de São José do Morro, Santo Antônio e a fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios. Além dessas, no mar de dentro (voltado para a costa brasileira), havia os fortes de Nossa Senhora da Conceição, Santa Cruz do Pico, São Pedro de Boldró e São João Batista dos Dois Irmãos. No mar de fora, os dois fortes do Bom Jesus do Leão e de São Joaquim do Sueste completavam o sistema de proteção. Para essas construções, os sentenciados utilizaram pedras da ilha ou vindas nos lastros dos navios; também eram empregados tijolos e telhas, feitos na olaria montada especialmente para essa finalidade⁶³⁷.

⁶³⁶ROHAN, H. de B. op. cit., p.22. (publicado em anexo ao relatório do ministro da Guerra, 8 de maio de 1865). Decreto n. 1371 de 14 de fevereiro de 1891.

⁶³⁷SILVA, M. B. L. op. cit., cap.4.

Durante a Revolução Pernambucana de 1817, o alferes José de Barros Falcão de Lacerda (que havia comandado o presídio de 1811 a 1812) foi enviado à ilha pelo governo provisório para dismantelar as fortificações, proclamar a revolução, pegar munição e recrutar homens, entre soldados e sentenciados, para a luta no continente. Cerca de trezentos homens foram trazidos, mas, quando desembarcaram, o movimento já estava derrotado⁶³⁸.

Até então era proibida a entrada de mulheres em Fernando de Noronha; porém, com o objetivo de povoar a região e evitar a facilidade com que este posto militar fora sublevado, em 13 de agosto de 1817, d. João VI revogou essa proibição, declarando aberta a ilha para residirem quaisquer pessoas, sem distinção de sexo. Nesse sentido, para que deixasse de ser “um mero presídio para guarda de degredados”, o rei ordenou, pelos meios que parecessem mais convenientes ao governador Luiz do Rego Barreto, a promoção da povoação com casais “que para ali hajam de ir estabelecer-se, conservando-se todavia a guarnição na forma que até agora se tem praticado”⁶³⁹. Assim, a ilha passou a abrigar, além dos soldados que faziam parte da guarnição do presídio e dos militares condenados a trabalhos públicos e degredo, pessoas comuns que fizeram do arquipélago seu local de residência.

As autoridades queriam também desenvolver a agricultura na região; sete anos depois, foi permitida aos degredados e deportados a concessão de um trato de terra para que pudessem trabalhá-la com a condição de que, “não deixando filhos”, a terra e as benfeitorias ficassem com a nação. Aos degredados, portanto, também estava facultada a possibilidade de constituírem família no presídio. A ilha era igualmente o destino de militares amotinados; cerca de 800 soldados que se rebelaram em Pernambuco, em setembro de 1831 (Setembrizada), foram enviados para o arquipélago⁶⁴⁰.

Ademais, por conta do isolamento geográfico, muitos presos civis considerados perigosos foram remetidos para o presídio, sobretudo os participantes de convulsões sociais. Em carta de fevereiro de 1824, empossando o novo comandante, coronel Luís de Moura Acioli, o presidente da província avisava que remetia para ilha alguns portugueses suspeitos de serem inimigos da independência; contudo, esclareceu que eles não faziam parte nem da tropa nem dos degredados e, por isso, não podiam ser empregados nos trabalhos militares ou agrários; eles eram livres e seriam ali alocados

⁶³⁸SILVA, M. B. L. op. cit., p.39-40 e 154.

⁶³⁹Carta régia de 13 de agosto de 1817.

⁶⁴⁰COSTA, F. A. P. op. cit., p.10-11, 426-429.

apenas em razão de suas opiniões políticas. Nas instruções, inclusive, o antigo comandante, major José Bernardes Salgueiro, e o padre frei Bento eram demitidos pelo mesmo motivo, devendo ser embarcados presos para o continente. Mais de um ano depois da independência, Fernando de Noronha ainda se mantinha como território português, com bandeira hasteada, por consentimento ou tolerância do comandante⁶⁴¹. Em 1825, foi a vez de Alexandre Raymundo Pereira Ibiapina ser mandado para o presídio por ter participado da Confederação do Equador⁶⁴².

Mesmo com a aprovação do código criminal de 1830, que prescrevia aos sentenciados por participação em movimentos de conspiração, rebelião ou sedição penas como desterro e prisão com trabalho (art. 107 a 112), os presos políticos civis continuaram a ser, ilegalmente, mandados para Fernando de Noronha, possivelmente para agravamento da pena oficialmente imposta a fim de inibir reincidências⁶⁴³. Os sediciosos da Carneirada, por exemplo, exigiam que o governo removesse para o arquipélago todos os portugueses, brasileiros natos ou adotivos tidos como restauradores e coniventes com os cabanos, bem como todo oficial superior ou subalterno que se negasse a reprimi-los⁶⁴⁴; de fato, anos depois, tal foi o destino de Vicente Ferreira de Paula, líder da Cabanada⁶⁴⁵. Também desembarcaram na ilha Angelim e Vinagre, líderes da Cabanagem, do Pará, deportados por dez anos e, em 28 de outubro de 1844, 49 farroupilhas de Piratini⁶⁴⁶.

⁶⁴¹Ibidem, p.8-9 e 16-17.

⁶⁴²SILVA, M. B. L. op. cit., p.209.

⁶⁴³Como veremos, havia no presídio algumas oficinas (em um local chamado, a partir da década de 1870, de Arsenal), o que pode ter contribuído para que presos condenados à pena de prisão com trabalho fossem remetidos para lá. Contudo, a finalidade da ilha nunca ficou claramente determinada, sendo comum, posteriormente, o envio de condenados a galés e à prisão simples. Os condenados a desterro, conforme define o art. 52 do Código Criminal, eram obrigados a sair do termo do local do delito, da sua residência ou da do ofendido, e não retornar durante o tempo marcado pela sentença; com esta pena, portanto, ficava determinado o lugar onde o preso *não* devia residir, e não o seu destino, como no caso do degredo.

⁶⁴⁴COSTA, F. A. Pereira. **Anais Pernambucanos**. 2ª ed. Recife: FUNDARPE, vol. 10, 1983-1985, p.3-5.

⁶⁴⁵Preso e enviado para a ilha em 1850. Em janeiro de 1854, inclusive, iniciou uma sublevação com mais 90 sentenciados para que, no dia 22 de janeiro, à hora da missa, assassinassem o comandante do presídio, embarcassem no vapor Pirapama para descerem em São Miguel, na província de Alagoas, a fim de adentrar as matas para se unir aos rebeldes. O levante, no entanto, foi rapidamente sufocado. Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1854, p.5. Vicente Ferreira de Paula foi solto apenas em 1861, aos 70 anos de idade. CARVALHO, Marcus J. M. de. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os “jacubinos”: a Cabanada, 1832-1835. In: DANTAS, M. D. (org.). op. cit., p.170.

⁶⁴⁶SILVA, M. B. L. op. cit., p.210-211. PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Cabanagem: percursos históricos e historiográficos. In: DANTAS, M. D. (org.). op. cit., p.208. Gláucia Pessoa menciona ainda a ida de alguns revolucionários baianos de 1798 para o arquipélago. PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. **Fernando de Noronha, uma ilha-presídio nos trópicos**. 1833-1894. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, Cadernos de Pesquisa 1, 1991, p.27-30.

Em 1849, com a derrota da Rebelião Praieira, muitos presos políticos, condenados a prisão perpétua⁶⁴⁷, também foram remetidos para Fernando de Noronha, como Antônio Borges da Fonseca, o poeta Jerônimo Vilela de Castro Tavares⁶⁴⁸, Henrique Pereira de Lucena (futuro presidente da província), Leandro César Paes Barreto, Felipe Lopes Netto (mais tarde, diplomata), general José Ignácio de Abreu e Lima (que escreveu obras sobre a ilha) e Camilo Henrique de Silveira Távora (pai do escritor Franklin Távora)⁶⁴⁹. Eles se mantiveram ali até 1851, quando foram removidos para as prisões da capital, por não convir mais ao governo pernambucano que “por mais tempo os constrangesse ali”. Porém, Antonio Borges da Fonseca e Leandro César Paes Barreto preferiram, “por cômodo particular”, residir no presídio⁶⁵⁰.

Conjuntamente com os presos políticos, outros civis foram condenados a cumprir pena na ilha como forma de agravar a punição para o cometimento de certos crimes, já que o arquipélago oferecia um afastamento natural da sociedade. Pelo código criminal, os falsificadores de dinheiro – tanto em moeda como em cédula – sofreriam prisão com trabalho de um a oito anos e multa pela metade do tempo (art. 173 e 174). Contudo, em 1833, com o aumento da falsificação de moedas de cobre, a lei imperial n. 52 de 3 de outubro, alterou o código, determinando que os fabricantes de moeda ou cédula falsa passassem a ser punidos com pena de galés para Fernando de Noronha pelo dobro do período de tempo determinado pelo código; em caso de reincidência, a punição seria de galés perpétuas⁶⁵¹.

⁶⁴⁷Segundo Urbano Sabino, no livro *Apreciação da Revolta Praieira*, p. 228, os acusados foram condenados à prisão perpétua com trabalho. Mas, na p. 409, vem descrita a sentença como pena de prisão perpétua simples: grau máximo do art. 110 (que seria prisão perpétua com trabalho) combinado com o art. 49 (que dizia que enquanto não houvesse casas de prisão com trabalho, a pena seria comutada para a de prisão simples mais a sexta parte da duração da sentença). Apud NABUCO, Joaquim. **Um estadista no Império**: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. Tomo I (1813-1857). Rio de Janeiro: H. Garnier, 1897, p. 110, nota 1.

⁶⁴⁸Trecho do poema escrito por Jerônimo Vilela em 19 de junho de 1850, durante a prisão em Fernando de Noronha: “Que noites eu passo aqui no rochedo/ À borda do mar,/ Inquieto e aflito, com susto e com medo/ E sempre a cuidar!// Se chove, ligeiro as águas correndo/ A choça umedecem/ Viúvas, mombebos na gruta gemendo/ Minh’alma entristecem.// Se o cume do pico a lua prateia/ Ao seu clarear/ Meu peito infeliz suspira e anseia,/ Começo a chorar// (...) Sem forças, em vão, deitado no leito/ Eu quero dormir;/ Saudades do povo, da gente que amei/ Mas que perdi!// (...) Saudade das ruas e rios e pontes/ Que há na Cidade;/ Saudade do prado, dos vales e montes/ De tudo saudade.// Nota do poeta: Viúvas e mombebos são pássaros abundantes na ilha de Fernando de Noronha; só comem peixe, dormem nas grutas, e, assim que amanhece o dia, estão a esvoaçar por toda a costa da ilha até as Ave Marias. São feios e tristes”. SILVA, M. B. L. op. cit., p.449.

⁶⁴⁹SILVA, M. B. L. op. cit., p.210-211. AGUIAR, Cláudio (ed.). **Teatro de Franklin Távora**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.XXXVII e XXXVIII.

⁶⁵⁰Relatório do presidente da província de Pernambuco, 16 de junho de 1851, p.2.

⁶⁵¹Essa mudança de postura dos legisladores está claramente relacionada à conjuntura político-econômica do Império entre as décadas de 1820 e 1830. Nesse período, o país sofreu com uma grave crise

Como vemos, o presídio militar foi, aos poucos, assumindo novas funções, admitindo habitantes paisanos e condenados civis sem, contudo, ter um regulamento para formalizar essa situação. A primeira menção do presídio pelo ministério da Guerra, pelo qual era administrado desde a independência, foi em 1845 e assim iniciava a autoridade:

Esta ilha, quer se considere como ponto militar e marítimo, quer como presídio de muitos criminosos do Império que para ali são mandados expiar seus crimes, deve merecer a atenção do Corpo Legislativo para que habilite o Governo com os meios de a tornar própria aos fins a que é destinada; e por isso trarei ao vosso conhecimento o que consta das informações que tenho exigido e acabo de receber sobre o estado atual do referido ponto⁶⁵².

Àquela altura, havia em Noronha 187 condenados (inclusive 4 mulheres), sendo 75 a galés, 28 à prisão com trabalho e 84 à prisão simples, além de 34 prisioneiros do Rio Grande e 5 anistiados por crimes políticos. Contudo, como o alojamento dos presos (chamado Aldeia) não comportava tantos, os de melhor comportamento eram relaxados da reclusão, morando em residências particulares. Mesmo os presos que ficavam na Aldeia trabalhavam fora durante o dia e apenas dormiam por lá e, portanto, também não viviam em regime de confinamento. Tal era a dificuldade em manter os presos cativos

financeira por conta da volta de D. João VI a Portugal e pelas guerras de independência e da Cisplatina. O governo então aumentou significativamente a produção de moedas de cobre (de menor valor), a fim de evitar um colapso na circulação monetária, o que estimulou o surgimento de muitos fabricantes de moeda de cobre falsa, sobretudo por conta da desproporção entre o valor intrínseco e o valor da cunhagem. Apesar disso, segundo a historiadora Vivian Costa, no Código de 1830, os deputados teriam suavizado as punições a esse crime, se comparado com os códigos penais ocidentais da mesma época. Nos códigos penais franceses de 1791 e 1810 e no austríaco de 1803, esses crimes eram punidos com a pena capital; e os códigos penais toscano de 1786, austríaco de 1787, prussiano de 1794, bávaro de 1813 e espanhol de 1822 impunham pena de trabalhos públicos severos, alguns deles perpétuos. A autora aponta dois possíveis motivos para essa relativa tolerância à falsificação. Por um lado, os deputados receavam que a eliminação das moedas falsas provocasse a derrocada da situação financeira do país; por outro, a permanência de moedas falsas em circulação atrasava a solução dos problemas econômicos, deixando D. Pedro I mais dependente do legislativo, que a essa altura já se opunha fortemente à centralização do monarca. Contudo, em 1833, no período regencial, os deputados não tinham mais o imperador como alvo e o governo já tinha condições de realizar a substituição das moedas de cobre, cessando a necessidade da convivência com a ilegalidade. COSTA, Vivian Chieregati. **Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a positividade das leis no pós-Independência**. 2013. 361 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p.197, 215, 293-299.

⁶⁵²Relatório do ministro da guerra, 14 de janeiro de 1845, p.19-22.

que os mais recalcitrantes eram mandados para a ilha Rata (ou dos Ratos), que “servia de prisão mais severa”.

Os condenados trabalhavam nas oficinas para carpinteiro, tanoeiro, ferreiro e funileiro ou como criados dos oficiais e dos outros empregados, no serviço do hospital, da botica, nos currais e nas hortas, reservando-se aos de pior comportamento os trabalhos mais pesados nas fortificações, construções de casas, fabrico de cal e lavouras. Para melhoramento do presídio, o comandante solicitava a construção de um trapiche na enseada do norte (para facilitar o desembarque), uma pequena embarcação de guerra que ficasse estacionada (para evitar fugas⁶⁵³ e pedir socorros em caso de necessidade), o aumento do alojamento dos presos e um regulamento que determinasse o modo mais proveitoso de se utilizar seus serviços.

As oficinas, a Aldeia e o mercado ficavam todos dispostos ao redor da Praça do Comando, na vila dos Remédios, local onde, desde o início, os primeiros habitantes decidiram se instalar. No mesmo lado das oficinas, ficava a diretoria do presídio e, completando o quadrilátero da praça, havia o armazém.

⁶⁵³Muitos presos se aventuravam nas jangadas que serviam para pesca e tentavam chegar ao continente. Outros, como conta o comandante ainda em 1845, eram deliberadamente enviados em comissão para trazer alimentos ou fazer outros pedidos urgentes, e aproveitavam a ocasião para se evadirem. Ibidem, p.19-22.

que indicassem o melhor local para a fundação dessas colônias; em Pernambuco, o presidente indicou a ilha de Fernando de Noronha, por ser fértil e rica em caça e pesca⁶⁵⁶.

Em 1855, o ministro da Justiça José Thomaz Nabuco de Araújo sugeria que a colônia penal viesse a substituir não só a pena de prisão com trabalho como também a de galés. Ele propunha a instituição de pelo menos duas colônias penais: uma de “forçados”, para substituir a pena de galés; e outra de “livrados” para os galés que, depois de um período, apresentassem boa conduta, e para os condenados à prisão com trabalho que estivessem para terminar a pena. Conforme já dissemos no capítulo anterior, a pena de galés, que era imposta para os crimes mais graves⁶⁵⁷, havia perdido seu papel de intimidação, pois os trabalhos exercidos por eles eram mais leves do que o que se concebera originalmente. Já a maioria dos condenados à pena de prisão com trabalho no Império não tinham onde cumpri-la; por isso, invariavelmente a pena se transformava em prisão simples. Para o ministro: “É fora de dúvida que, ao menos enquanto não tivermos prisões seguras e salubres, a instituição das colônias penais será um recurso eficaz, reclamado pela ordem pública pela necessidade da repressão, e pelo interesse da humanidade”⁶⁵⁸.

Em 1857, o presidente de Pernambuco afirmava que nenhuma contradição haveria em entregar os condenados à prisão com trabalho para uma colônia que era quase isso; como o trabalho era ao ar livre, ela funcionaria como uma “passagem da penitenciária para a liberdade”⁶⁵⁹. Naquele ano, o comandante do presídio relatava que 400 sentenciados eram empregados na cultura da mandioca, feijão, milho e jerimum; 20 trabalhavam na indústria da pesca, a partir da qual se pretendia dar início à pesca [sic] de baleias, estimado em 4:000\$000 o lucro por animal; e 56 condenados trabalhavam nas oficinas (sendo 16 pedreiros, 6 carpinas, 4 ferreiros, 11 alfaiates, 11 sapateiros, 3 tanoeiros, 2 funileiros, 1 abridor, 1 ourives e 1 pintor). Para mitigar seus sofrimentos, o

⁶⁵⁶Relatório do ministro da Justiça, 10 de maio de 1854, p.20; 15 de maio de 1855, p.21.

⁶⁵⁷Excluindo a pena de morte. Se bem que, em muitos e crescentes casos ao longo do século, a pena de morte foi comutada para a de galés perpétuas. Em 1865, em recursos de graça de 47 réus condenados à pena capital, somente seis não tiveram a comutação aconselhada. Segundo Joaquim Nabuco, o conselheiro consultor José de Alencar, a secretaria e a seção procuravam invariavelmente salvar o réu. “Só a leitura desses pareceres pode mostrar até que ponto estava morta entre nós a pena de morte”. NABUCO, J. op. cit., Tomo II (1857-1866), p.371, nota 1.

⁶⁵⁸Relatório do ministro da Justiça, 15 de maio de 1855, p.21; 15 de maio de 1856, p.31.

⁶⁵⁹Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1857, p.86-87.

comandante permitia que plantassem, por conta própria, cereais e criassem aves e suínos⁶⁶⁰.

Apesar das sugestões para a criação de colônias penais, em 1859, elas ainda não haviam sido efetivamente estabelecidas em nenhuma região do império⁶⁶¹. Fernando de Noronha, porém, passou a assumir esse papel, sobretudo a partir do decreto n. 2.375 de 5 de março daquele ano, que marcava os casos em que os condenados poderiam cumprir sentença no presídio. Nos três primeiros artigos, o decreto estipulava que só seriam aceitos os militares condenados a seis anos ou mais de trabalhos públicos e a mais de dois anos de galés, além dos moedeiros falsos e dos condenados a degredo – que eram já encaminhados para a ilha, conforme a lei de 1833. O artigo 4º, contudo, permitiu a entrada de “condenados à prisão, quando no lugar em que se deva executar a sentença não haja prisão segura, precedendo neste caso, ordem do Governo”. Desse modo, essa determinação abriu possibilidade para o envio ao arquipélago de sentenciados a outros tipos de pena.

De fato, com essa permissão, o número de sentenciados civis cresceu significativamente no presídio militar de Fernando de Noronha, enquanto o número de condenados militares praticamente estagnou. Somente nesse ano (1859), a quantidade de presos civis subiu de 537 para 689 em relação ao ano anterior, até chegar ao auge de 1.411, em 1881; já os militares, após chegarem a 206 em 1863, mantiveram a média de 250 presos, oscilando entre 178 (em 1872) e 296 (em 1878) (ver tabela 11). O único momento em que houve uma queda do número de presos foi em 1867, quando a população se elevava a 1.068 sentenciados, mas 199 obtiveram do Imperador perdão das penas que cumpriam para seguirem para a Guerra do Paraguai⁶⁶².

⁶⁶⁰Relatório do comandante do presídio de Fernando de Noronha, 14 de fevereiro de 1857, p.1-8 (anexo ao relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1857).

⁶⁶¹Relatório do ministro da Justiça, 14 de maio de 1859, p.16.

⁶⁶²Relatório do presidente da província de Pernambuco, 15 de abril de 1867, p.45. Durante a guerra, os soldados que faziam a guarnição da ilha foram substituídos pela Guarda Nacional, “civil e sem treinamento”, o que gerou um período de constantes ameaças de sublevação por parte dos sentenciados. Relatório do presidente da província de Pernambuco, 25 de julho de 1865, p.17; 1º de março de 1866, p.46; 19 de novembro de 1866, p.36.

Tabela 11 – Número de presos civis e militares no presídio de Fernando de Noronha (1858-1889)

OBS.: Para o ano de 1869, havia ainda 123 presos cuja origem era ignorada. FONTE: Relatórios dos presidentes da província de Pernambuco (1859, 1866, 1868-1873, 1875-1877, 1881-1887). Relatórios dos ministros da Guerra (1865, 1873-1874, 1877).

Os paisanos – habitantes civis que não eram empregados nem sentenciados – também foram se achegando à ilha em número considerável, sobretudo as mulheres e as crianças, transformando Fernando de Noronha em uma pequena comunidade. Em 1859, a população do arquipélago havia chegado a 1.286, sendo paisanos 13 homens, 128 mulheres e 189 meninos e meninas, filhos desses habitantes, dos empregados e dos sentenciados. As crianças precisavam ter estudo regular e, nesse sentido, o comandante mandou construir uma escola com duas salas para as aulas de primeiras letras, sendo os alunos separados conforme o sexo; o ensino foi confiado a um degredado com aprovação da presidência da província⁶⁶³.

Em 1º de junho desse mesmo ano, inclusive, foi instalada formalmente uma oficina de sapataria, composta por um agente, um mestre, dois contramestres e 50 operários; os calçados manufaturados seriam enviados para o Arsenal de Guerra de Pernambuco. Entre junho e setembro, foram produzidos 1.100 pares⁶⁶⁴; em pouco tempo, essa se revelaria a mais produtiva oficina do arquipélago: entre 1859 e 1862, foram fabricados 9.559 pares de sapatos e 220 coturnos para o Exército⁶⁶⁵.

Assim, com base no artigo 4º do decreto de 1859, uma grande quantidade de presos passou a ser enviada para a ilha com o intento de evitar a aglomeração nas prisões, sem que houvesse, contudo, um regulamento com o qual se pudesse ensaiar a colônia agrícola-penal. Por isso, em aviso de 14 de novembro de 1862, o ministro da Guerra, general Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, nomeou o coronel do corpo de engenheiros Henrique de Beaupaire Rohan para ir à ilha examinar o estado do presídio e propor meios de melhorar o serviço⁶⁶⁶.

⁶⁶³Relatório do comandante do presídio de Fernando de Noronha, 1º de setembro de 1859, p.1-2 e mapa (anexo ao relatório do presidente da província de Pernambuco, 15 de outubro de 1859). Em 1865, exercia o cargo de professor dos meninos um sentenciado militar que era empregado na secretaria do comando. A educação das meninas era dirigida por sua filha de 13 para 14 anos. Este condenado tinha também uma escola particular, na qual só recebia os “filhos das pessoas de sua amizade”. ROHAN, H. de B. op.cit., p.31 (publicado em anexo ao relatório do ministro da Guerra, 8 de maio de 1865). A partir de 1867, as aulas dos meninos passaram a ser regidas pelo padre capelão Carlos Candiani, com 18 alunos, e as das meninas pela professora D. Catarina Duarte de Aguiar, com 17 alunas. Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1868, p.40.

⁶⁶⁴Relatório do comandante do presídio de Fernando de Noronha, 1º de setembro de 1859, p.1-2 e mapa (anexo ao relatório do presidente da província de Pernambuco, 15 de outubro de 1859). Relatório do presidente da província de Pernambuco, 15 de outubro de 1859, p.8.

⁶⁶⁵ROHAN, H. de B. op. cit., p.33 (publicado em anexo ao relatório do ministro da Guerra, 8 de maio de 1865).

⁶⁶⁶Relatório do ministro da Guerra, 11 de maio de 1863, p.25-27; 14 de maio de 1864, p.18.

Àquela época, das dez fortificações construídas no século XVIII, apenas duas estavam em condições de uso: a dos Remédios, onde havia sido instalado um telégrafo e um farolete, e a de Santo Antônio; as demais estavam em ruína. Contudo, para o engenheiro, apenas as duas em bom estado e a de São José do Morro seriam suficientes, já que nos outros lados da ilha o eventual invasor encontraria as rochas como obstáculo. Quanto ao trabalho, a imensa maioria dos sentenciados se dedicava à lavoura, enquanto 62 se distribuíam em seis oficinas: 10 carpinteiros, 2 tanoeiros, 4 ferreiros, 2 oleiros, 24 sapateiros, 20 caieiros e 20 pedreiros empregados nas construções e reparações dos edifícios. Alguns outros operários trabalhavam isoladamente, como funileiros, alfaiates, ourives, entre outros.

Rohan encontrou no presídio uma série de irregularidades, embora esse termo não seja o mais adequado, uma vez que o arquipélago nunca teve um regulamento que o regesse; tudo era feito conforme o arbítrio do comandante. Entre os paisanos, ele encontrou os vivandeiros, grupo de comerciantes que lucravam cobrando preços exorbitantes pelos produtos vindos do continente; ademais, como eram pagos por ministérios diferentes, os réus militares recebiam diárias maiores que os sentenciados civis, o que caracterizava uma desigualdade de condições inapropriada; e a nenhum deles se fornecia roupas. Todos os sentenciados eram obrigados a trabalhar, mas muitos exerciam serviços particulares aos empregados, sem receber remuneração para isso; oficiais do destacamento os empregavam em suas plantações de mandioca, feijão, milho e frutas, que vendiam para o continente⁶⁶⁷.

A partir de suas observações, Beaupaire Rohan (agora ministro da Guerra) organizou um regulamento para o presídio, aprovado por decreto n. 3.403 de 11 de fevereiro de 1865. Entre as medidas expedidas, estavam a proibição de se manterem no arquipélago os que já tivessem cumprido sentença, salvo por idade avançada, enfermidade ou pobreza (art. 7); a proibição dos empregados de terem plantações ou criações para negócio, sendo apenas permitido para subsistência; a obrigação de remunerar os serviços de sentenciados – nas horas de folga – a particulares (arts. 16 e 17); a permanência de um navio de guerra estacionado para a guarda do presídio (art. 23); a obrigatoriedade de os sentenciados pernovernarem na prisão, sendo dispensados somente “os serventes, os chefes de família, os de penas diminutas, os velhos e doentes

⁶⁶⁷ROHAN, H. de B. op. cit., p.23-32 (publicado em anexo ao relatório do ministro da Guerra, 8 de maio de 1865).

incapazes de desordens, e aqueles que por seu bom comportamento se mostrassem dignos de confiança” (art. 27); a proibição do ingresso de vivandeiros no presídio, sendo que os produtos necessários para empregados e sentenciados deveriam ser adquiridos diretamente por um agente do continente (arts. 29, 31 e 34); o recebimento das diárias dos condenados em gêneros, e não mais em dinheiro (art. 35), para evitar o comércio ilícito; o pagamento de um jornal para aqueles que trabalhavam em armazém ou como operários, cuja parte ficaria no Banco do Brasil de Pernambuco (arts. 36 e 42); e, finalmente, a obrigatoriedade a todos os condenados de trabalharem com o que lhes fosse designado (art. 37).

O presidente da província de Pernambuco comunicou que havia mandado dar execução ao regulamento em 22 de julho, “menos na parte relativa aos vivandeiros em observância ao aviso do Ministério da Guerra de 26 de junho”⁶⁶⁸. No entanto, quase nada se alterou no arquipélago com a entrada em vigor do regulamento, e a vida em Fernando de Noronha continuou se assemelhando à de uma pequena comunidade, tanto para os paisanos como para os sentenciados.

Em 1868, por exemplo, havia ali 1.934 pessoas (sendo 344 mulheres), das quais 1.233 eram sentenciados e as demais, soldados da guarnição, empregados, vivandeiros, e suas respectivas famílias. Naquele ano, foram celebrados seis casamentos, 27 nascimentos, 27 batismos e 42 óbitos (tendo falecido 26 sentenciados, seis paisanos, oito crianças e dois soldados). Existiam na ilha uma capela, um cemitério e 373 edifícios, sendo 34 públicos e 339 particulares (muitos dos quais eram choupanas de sentenciados). Estavam em funcionamento oficinas de tanoeiro, carapina, ferreiro, pedreiro, oleiro e sapateiro. No ano anterior, os presos lavradores produziram 450 alqueires de milho e 255 arrobas de algodão em rama; e os operários, cal na fábrica, e tijolos, telhas e vasos de barro na olaria. Havia também criação de gado em pequena escala: em 1870, eram 344 bois, 48 cavalos, 329 ovelhas e 201 cabras⁶⁶⁹.

Em 1871, 16 vivandeiros continuavam comerciando no arquipélago; em 1873, ainda não podia ser cumprido o artigo 27 do regulamento, pois a Aldeia só comportava 280 homens (no máximo 300), fazendo com que mais de $\frac{3}{4}$ dos sentenciados tivessem

⁶⁶⁸Relatório do presidente da província de Pernambuco, 25 de julho de 1865, p.17.

⁶⁶⁹Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1868, p.40; 10 de abril de 1869, p.38. Relatório do ministro da Guerra, maio de 1871, p.35. Já em 1873, produziu-se 913 alqueires de mandioca, 159 arrobas e 13 libras de algodão, 76 canadas de azeite de mamona para luzes e 1.737 alqueires de cal. Relatório do comandante do presídio, 1º de fevereiro de 1873, p.10-11 (anexo ao relatório do ministro da Guerra, 15 de maio de 1873).

que pernoitar fora do edifício. Pertenciam ao vivandeiros seis casas de pedra e cal, três com telha e três com zinco; e aos sentenciados 12 casas de pedra e cal com telhas, duas com zinco e 485 de taipa e palha. Naquele ano, inclusive, pensou-se em utilizar o quartel de Santana como dormitório de presos, mas ainda seria insuficiente, já que cerca de 800 presos deveriam dormir reclusos. Segundo o ministro da Guerra, se fossem todos recolhidos, cessariam os roubos, brigas e outros acontecimentos que “diariamente se dão por viverem à sua vontade, sem poder proibir-se, e apareceria ordem, respeito e moralidade em todo presídio”. Para o presidente da província, em vez de ser um local de regeneração, o presídio havia se tornado “um foco de intrigas permanentes”⁶⁷⁰.

Além disso, nenhum vapor permanecia estacionado na ilha e as viagens para entrega e busca de produtos estavam reduzidas a seis por ano; os empregados continuavam negociando com os sentenciados e remetendo para o Recife certos produtos da ilha⁶⁷¹. Os presos também continuaram a receber diárias de \$140, muito baixas para sua subsistência e de suas famílias; em 1873, apenas 4 meninas e 7 meninos frequentavam as aulas, porque os sentenciados não conseguiam comprar roupas para os filhos. Após a organização de comissão composta pelo major da praça, o padre-mestre capelão, e o alferes Lourenço José Romão para o recebimento de donativos, a escola passou a ter 43 alunos e 29 alunas⁶⁷².

O desenvolvimento das oficinas, contudo, sofreu algumas modificações, sobretudo a partir da década de 1870. Com o objetivo de regularizar o trabalho dos operários e aperfeiçoar os rumos da indústria nacional, o ministro da Guerra, em 1872, resolveu transformar a oficina de sapateiros em uma produção de grande escala. Por meio dela, se fabricariam todos os calçados que seriam distribuídos para as praças do Exército, em parceria com o Arsenal de Guerra de Pernambuco, que forneceria a matéria-prima e receberia os artigos manufaturados⁶⁷³. Até 1867, produzia-se pouco mais de 2.000 anualmente; na década seguinte, a produção cresceu exponencialmente,

⁶⁷⁰Relatório do ministro da Guerra, maio de 1871, p.34. Relatório do comandante do presídio, 1º de fevereiro de 1873, p.3-4, 6-7 (anexo ao relatório do ministro da Guerra, 15 de maio de 1873); 1º de setembro de 1873, p.4-5; 31 de dezembro de 1873, p.5-6 (anexos ao relatório do ministro da Guerra, 6 de maio de 1874). Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1871, p.10; 1º de março de 1872, p.16.

⁶⁷¹Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1871, p.10; 1º de março de 1872, p.16; 1º de março de 1873, p.9; 1º de março de 1874, p.20; 1º de março de 1876, p.28.

⁶⁷²Relatório do comandante do presídio, 31 de dezembro de 1873, p.9-10 (anexo ao relatório do ministro da Guerra, 6 de maio de 1874).

⁶⁷³Relatório do ministro da Guerra, 28 de dezembro de 1872, p. 62-63.

bem como o número de operários empregados⁶⁷⁴. O crescimento foi tão significativo que, em 1882, os trabalhos tiveram de ser suspensos, pois já havia muito estoque de calçados no Arsenal de Guerra do continente⁶⁷⁵.

Tabela 12 – Produção de sapatos na oficina do Arsenal do presídio de Fernando de Noronha (1873-1880)

ANOS	SAPATEIROS	PARES
1873	39	4.068
1874	75	8.863
1875	78	15.434
1876	-	28.817
1880	-	26.517

FONTE: Relatórios dos presidentes da província de Pernambuco (1868, 1874-77 e 1881).

Aos poucos, a ilha foi se transformando num depósito de presos do país inteiro. Por falta de espaço nas cadeias até das capitais das províncias, os condenados eram remetidos constantemente para o presídio militar de Fernando de Noronha em tal quantidade que, em pouco tempo, o número de condenados civis já era cinco vezes maior do que de presos militares. Segundo denúncia do ministro da Justiça, alguns condenados à prisão simples eram enviados para lá, o que os colocava em duplo agravamento da pena, não só pelo afastamento da região do delito como pela obrigação de trabalhar conforme o artigo 37 do regulamento de 1865 prescrevia:

Como sabeis é tal a afluência e aglomeração de presos nas cadeias das capitais, que o governo tem-se visto obrigado a reunir naquele presídio militar e sem regime penitenciário 1.357 sentenciados, dos quais somente 214 não pertencem ao ministério da justiça. Para ali têm sido mandados até os condenados à prisão simples, transformadas em degredo as penas a que estavam sujeitos!⁶⁷⁶

De fato, muitos presos eram irregularmente mandados para Fernando de Noronha a fim de desafogar as cadeias de Pernambuco, e, sobretudo, da Casa de

⁶⁷⁴Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1868, p.41.

⁶⁷⁵Relatório do presidente da província de Pernambuco, 1º de março de 1868, p.41; 1º de março de 1883, p.26.

⁶⁷⁶Relatório do ministro da Justiça, 7 de maio de 1874, p.43.

Detenção. A sugestão de remover os presos sentenciados desta instituição apareceu ainda em 1861, em fala do deputado Luiz Felipe de Souza Leão:

Na casa de detenção estão aglomerados muitos sentenciados, e creio que aquele não é o lugar mais próprio em que eles cumpram suas sentenças; temos a ilha de Fernando de Noronha, que é um presídio militar destinado expressamente para esse fim, e que oferece todas as garantias de segurança; por conseguinte, me parece que para ali poderão ser remetidos todos esses presos a fim de lá cumprirem suas sentenças, aliviando os cofres provinciais da despesa que eles fazem com a sua alimentação: isto seria não só uma medida de economia, mas também de salubridade, porquanto as atuais células não podem comportar o número de presos que nelas existem sem prejuízo da salubridade daquele estabelecimento. Quando ali fui, observei que algumas continham de 10 a 13 presos, e ninguém deixará de convir que essa aglomeração de pessoas em um pequeno espaço é danosa à saúde. Quando, pois, esta providência não fosse aconselhada e reclamada pela economia, seria uma exigência de salubridade⁶⁷⁷.

Embora catorze outras províncias mandassem presos para o arquipélago, certamente a província de Pernambuco foi a que mais usou desse expediente, conforme observamos na tabela abaixo:

Tabela 13 – Províncias de origem dos sentenciados civis de Fernando de Noronha (1869, 1874, 1876 e 1877)

PROVÍNCIAS	1869	1874	1876	1877*
Pará	21	22	22	22
Maranhão	41	59	54	51
Ceará	45	63	76	76
Piauí	4	17	15	13
Rio Grande do Norte	16	21	22	22
Paraíba	118	78	55	53
Pernambuco	351	537	681	721
Alagoas	28	20	22	20
Sergipe	5	4	4	5
Bahia	37	36	34	32
Espírito Santo	0	4	3	4
Rio de Janeiro	52	53	52	93
São Paulo	5	88	84	77
Minas Gerais	65	90	76	54
Rio Grande do Sul	80	71	60	54
TOTAL	868	1.183	1.260	1.297

*dezembro de 1876

FONTE: Relatórios dos presidentes da província de Pernambuco (1869, 1876 e 1877). Relatório do ministro da Guerra, 1874.

⁶⁷⁷ Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 31 de maio de 1861, p.295.

Pelos que se pode observar da tabela acima, a porcentagem de presos civis recolhidos na ilha e que vieram de Pernambuco foi crescendo paulatinamente até representar mais da metade da população carcerária do arquipélago: em 1869 era de 40,4%; em 1874, 45,4%; em 1876, já chegava a 54%; e, em 1877, 55,6%.

No ano de 1868, por exemplo, 380 presos que estavam na Casa de Detenção do Recife foram remetidos para Fernando de Noronha⁶⁷⁸. Portanto, apesar de a Casa de Detenção sofrer com a aglomeração de presos, outras medidas foram tomadas para que a instituição permanecesse com um limite de lotação minimamente tolerável, entre elas, a construção de cadeias centrais no interior da província (como vimos) e, principalmente, a remessa constante de presos para Fernando de Noronha. Em 1879, o diretor da seção da secretaria do Ministério da Justiça, dr. Antonio Henrique de Souza Bandeira Filho, dizia que a jurisprudência adotada pelas autoridades judiciais de Pernambuco havia convertido, de fato, o presídio em “prisão complementar” da Casa de Detenção do Recife:

Entendem elas [as autoridades] que não dizem respeito àquela província as reiteradas recomendações do Ministério da Justiça, no sentido de não ser preso algum remetido para Fernando sem prévia autorização. (...) A lotação [da Casa de Detenção] é de 300 presos, porém o número efetivo é sempre maior e, para reduzi-lo, de vez em quando se remete uma porção para Fernando, de sorte que a província aumenta, quando lhe parece, a despesa do Governo Geral. O administrador disse que a escolha é feita arbitrariamente no juízo das execuções criminais, sem que preceda audiência do administrador. Às vezes, sucede que vão para Fernando presos cujas sentenças devem findar dentro de 3 meses; ficam os galés, e vão os de prisão simples, etc⁶⁷⁹.

A partir de 1868, quando a Casa de Detenção já estava com os três raios concluídos, podemos ver que o número de presos existentes, embora alto, permaneceu razoavelmente estável:

⁶⁷⁸Relatório do presidente da província de Pernambuco, 10 de abril de 1869, p.27. É certo que muitos desses presos poderiam ser de outras províncias, já que os que eram destinados à ilha passavam primeiro pela instituição recifense. Contudo, quando chegavam em Fernando, eram computados conforme a província onde houve o julgamento. Relatório do presidente da província de Pernambuco, 20 de março de 1862, p.8; 1º de dezembro de 1864, p.4-5.

⁶⁷⁹BANDEIRA FILHO, A. H. de S. op. cit., 25 de janeiro de 1880, p.18 (publicado em anexo ao relatório do ministro da Justiça, 13 de maio de 1880).

Tabela 14 – Movimento de presos na Casa de Detenção do Recife^a (1868-1888)

ANOS	NÚMERO DE
1868	259
1869	267
1870	351
1871 ^b	409
1871	364
1881	409
1882 ^c	489
1882	360
1883	243
1884	252
1885 ^d	382
1885	317
1887 ^e	394
1888 ^f	305

^a Em 31 de dezembro de cada ano.

^b Em 14 de março.

^c Em 16 de fevereiro.

^d Em janeiro.

^e Em 17 de novembro.

^f Em 30 de junho.

FONTE: Relatórios dos presidentes da província de Pernambuco e relatórios dos chefes de polícia (1868-1888).

OBS.: Para os anos seguintes, Clarissa Nunes Maia aponta os números de 420 presos em outubro de 1888 e 455 presos em março de 1889, o que, apesar de ser superior ao número dos anos imediatamente anterior, ainda não alcançava o pico de superlotação de fevereiro de 1882. *APEJE*. Ofício do administrador da Casa de Detenção para o chefe de polícia, 2 de outubro de 1888 e 11 de março de 1889. Apud MAIA, C. N. Uma *casa* para criminosos, escravos, loucos, prostitutas e mendigos: a Casa de Detenção do Recife. In: op. cit., p.203. Também cabe lembrar que, em 1888, o diretor de Obras Públicas pediu que o raio que estivesse em obras (o primeiro foi o norte) fosse desocupado para facilitar os trabalhos de conserto e, como os outros dois não comportavam juntos mais do que 200 a 220 presos, seria preciso “transferir para Fernando de Noronha ou para outra parte os excedentes”. Assim, a julgar pelos dados obtidos por Nunes Maia, o problema da superlotação na Casa de Detenção foi ainda mais agravado nesse período. Relatório do diretor de Obras Públicas da província de Pernambuco, 31 de janeiro de 1888, p.9. Relatório do administrador da Casa de Detenção do Recife, 16 de julho de 1888, p.13 (anexo ao relatório do presidente da província de Pernambuco, 15 de setembro de 1888).

Na ilha, desde 1869, os comandantes do presídio também reclamavam do número excessivo de presos⁶⁸⁰. Em 1872, o ministro Manoel Duarte de Azevedo entendia que já não havia mais lugar no presídio para tantos condenados e que lá

⁶⁸⁰Relatório do presidente da província de Pernambuco, 5 de novembro de 1869, p.17; 10 de novembro de 1870, p.10.

deveriam ser conservados apenas os sentenciados a galés, pois a pena de prisão com trabalho deveria ser cumprida no recinto das prisões⁶⁸¹.

A grande crítica dos ministros e dos presidentes de província relacionava-se à pena de galés que, embora fosse aplicada em casos considerados mais graves do que aqueles em que a condenação era prisão com trabalho, era menos intensa que esta punição. No regulamento de 31 de janeiro de 1842 (art. 409), recomendava-se que os trabalhos públicos dos galés fossem feitos no Arsenal da Marinha ou outro estabelecimento de Obras Públicas; contudo, na prática, os galés eram enviados para as capitais das províncias, onde viviam nas prisões, mas saíam diariamente, trabalhando no serviço de asseio e abastecimento de água da cadeia e de outras repartições públicas, varrendo ruas ou capinando várzeas. Esse serviço era muito menos penoso e durava em média cinco horas, enquanto que o trabalho nas oficinas das casas de prisão com trabalho era feito num local fechado e durante doze horas diárias. A pena de galés, portanto, havia perdido o caráter dissuasivo, especialmente para os escravos e, por isso, foi também solicitada pelas autoridades a sua abolição⁶⁸².

Em 1865, o ministro Francisco José Furtado requeria que essa pena, enquanto não fosse extinta, fosse cumprida em Fernando de Noronha, a fim de evitar o “repugnante espetáculo” dos galés empregados nos trabalhos públicos, o que desmoralizava a sociedade e não trazia ao criminoso estímulos para emenda⁶⁸³. Para o ministro Joaquim Otávio Nebias, em 1870, era importante “restituir à pena de galés o seu primitivo caráter de trabalho forçado, transformando a existência do condenado em uma vida de fadigas e privações”. Por isso, reclamava a fundação de estabelecimentos

⁶⁸¹Relatório do ministro da Justiça, 28 de dezembro de 1872, p.26.

⁶⁸²Relatório do ministro da Justiça, 7 de maio de 1874, p.41-42. Em nosso trabalho anterior, analisamos o cotidiano dos galés na cidade de São Paulo e também observamos sua preferência por permanecer na cadeia em vez de serem transferidos para a Casa de Correção. Conforme previa o artigo 311 do Código Criminal, alguns condenados a galés temporárias tiveram a pena substituída pela de prisão com trabalho, tendo sido, por isso, enviados para a Casa de Correção de São Paulo. Em três visitas do chefe de polícia a essa instituição, ocorridas entre os anos de 1859 e 1862, 59 réus fizeram reclamações e petições de todo tipo. Destes, pouco mais da metade (30) pedia sua transferência para a cadeia, com a justificativa de terem sido condenados a galés. GONÇALVES, Flávia Maíra de Araújo. **Cadeia e Correção: sistema prisional e população carcerária na cidade de São Paulo (1830-1890)**. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2013, subcapítulo 2.2.

⁶⁸³Relatório do ministro da Justiça, 8 de maio de 1865, p.10. Em relatório sobre a visita às penitenciárias da Europa, em 1866, dr. Felipe Lopes Netto – que, como dissemos, esteve cumprido sentença em Fernando de Noronha pela Revolução Praieira – discordava do ministro da Justiça e entendia que não seria bom estabelecer uma colônia penal em Fernando, pois carecia de capacidade para admitir todos os grandes criminosos do império e de guarnição para os conter. Para ele, seria necessário construir prisões vastas e seguras por lá, e como isso também era preciso nas principais províncias, entendia que era melhor priorizar o continente. Relatório do dr. Felipe Lopes Netto, acerca do sistema penitenciário, 22 de janeiro de 1866, p.4-6 (anexo ao relatório do ministro da Justiça, 15 de maio de 1866).

centrais como o do Arquipélago de Fernando para onde pudessem ser remetidos os condenados de todas as províncias⁶⁸⁴.

Porém, os sentenciados ainda preferiam ir à ilha a serem mantidos em prisões com trabalho, longe do convívio social. Quando, em 1866, os galés do Rio de Janeiro foram remetidos da cadeia para a Casa de Correção da Corte, eles sentiram muito a remoção, pois estavam acostumados a uma vida menos monótona, em que podiam trabalhar ao ar livre e obter frutos, condimentos, fumo, etc, nas ruas e, nesse sentido, diziam preferir ser enviados para cumprir suas sentenças em fortalezas ou em Fernando de Noronha, “alegando que gozavam de mais *liberdade* em qualquer desses lugares do que dentro da Casa de Correção, fechados por seus muros, sempre trabalhando no mesmo âmbito”⁶⁸⁵. Em 1874, um réu condenado a galés perpétuas teve a pena comutada para a de prisão com trabalho perpétua, por ser menor de idade (conforme o artigo 45 do Código Criminal). Contudo, requereu a transferência para o presídio de Fernando, “onde, embora longe de seus parentes mais próximos, não seria obrigado ao silêncio contínuo e à separação dos outros réus; trabalharia ao ar livre, sem constrangimento e na companhia de uma numerosa população de sentenciados”⁶⁸⁶.

Como a maioria dos sentenciados no arquipélago eram civis, e muitos condenados à prisão com trabalho ou galés temporárias⁶⁸⁷, uma outra medida sugerida pelos ministros da Justiça era a transferência da administração do presídio para este ministério a fim de fundar uma penitenciária no local⁶⁸⁸. Em vista disso, por aviso de 11 de setembro de 1876, como “os braços diariamente escasseiam à lavoura, a extensão territorial dificulta as comunicações e não pequena parte da população vive dispersa e

⁶⁸⁴Relatório do ministro da Justiça, 14 de maio de 1870, p.22-23.

⁶⁸⁵Relatório do ministro da Justiça, 15 de maio de 1866, p.45.

⁶⁸⁶Relatório do ministro da Justiça, 7 de maio de 1874, p.42.

⁶⁸⁷Pelo art. 311 do Código Criminal, sempre que houvesse casas de prisão com trabalho nos locais onde os réus estavam cumprindo sentença, a pena de galés temporárias seria substituída pela de prisão com trabalho pelo mesmo tempo.

⁶⁸⁸Relatório do ministro da Justiça, 14 de maio de 1872, p.13. Já em 1859 esta discussão estava posta. Em ofício, dizia que as despesas requeridas para a manutenção do presídio de Fernando de Noronha foram sempre pagas pelo ministério da Guerra, mas que “entendeu-se uma vez” que era mais apropriado que corresse pelo da Justiça. Contudo, no orçamento de 1858-1859, a despesa não foi consignada para nenhum dos dois. O governo resolveu então consultar o Conselho de Estado e, por meio da resolução de 20 de março de 1858 foi determinado que continuassem tais despesas a cargo da repartição da Guerra. Após a comissão de Beaupaire Rohan ao arquipélago, em 1865, o ministro da Guerra também sugeriu que o presídio passasse para a repartição da Justiça, cabendo ao seu ministério apenas o fornecimento dos soldados para a guarnição das fortalezas e segurança dos condenados. Porém, naquele momento, nada foi feito a respeito. Relatório do ministro da Guerra, 14 de maio de 1859. p.7 (anexo – documentos oficiais); 8 de maio de 1865, p.19.

ociosa”⁶⁸⁹, o governo sentiu a necessidade de fundar estabelecimentos para melhorar o cumprimento das penas de galés e de prisão com trabalho, dando emprego aos sentenciados recolhidos às prisões civis, por meio da organização de penitenciárias agrícolas (organizadas pelo ministério da Justiça), e, para os não sentenciados, presídios militares e núcleos coloniais (organizados pelos ministérios da guerra e da agricultura). Para tanto, foi nomeada uma comissão composta pelo conselheiro Francisco Antonio Raposo e o dr. Luiz Vianna de Almeida Valle e o dr. brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães para considerar qual o melhor plano de execução. Essa comissão não faria uma reforma penal ou penitenciária, mas viria a se basear nos artigos 32, 44-46, 49, 53-54, 57 e 311 do Código Criminal:

Inspirando-se nas sãs doutrinas do legislador, atenderá muito à natureza e ao fim das referidas penas, que importam a privação da liberdade com a obrigação do trabalho, no intuito de garantir-se a ordem pública tanto pela prevenção do crime como pela reabilitação do criminoso. Assim, não esquecerá a comissão que nas penitenciárias agrícolas deverão os condenados ser submetidos a um regime que, obrigando-os a trabalhar, permita-lhes igualmente adquirir uma profissão útil com a qual, quando restituídos à liberdade, possam prover à subsistência e que, sujeitando-os ao rigor disciplinar, habilite-os ao mesmo tempo à prática dos deveres sociais pela consciência da própria responsabilidade. As operações agrárias, o exercício dos misteres mecânicos mais usuais, a instrução primária e profissional, o ensino moral e religioso se apresentam como meios mais profícuos a tais resultados⁶⁹⁰.

Nesse sentido, o governo nomeou ainda naquele ano uma comissão presidida pelo agora marechal de campo, conselheiro Henrique de Beaupaire Rohan, mais o brigadeiro Francisco Antonio Raposo, o dr. José Vieira Couto de Magalhães e o diretor da repartição fiscal José Rufino Rodrigues Vasconcellos, para estudar as condições dos presídios militares, sobretudo o de Fernando de Noronha, e elaborar um plano para seu

⁶⁸⁹ Conforme já vimos no item 2.2, a crise na lavoura pernambucana se tornou cada vez mais crescente a partir da década de 1870.

⁶⁹⁰ Relatório do ministro da Justiça, 30 de dezembro de 1876, p.41-42. Como não convinha ter mais sentenciados em Fernando de Noronha e nem afastar os do sul para tão longe, o ministro também entendia que era indispensável a construção de uma penitenciária agrícola central perto da capital do Império, “com regime severo e propriamente penitenciário”, a fim de tornar a sanção da pena de galés mais efetiva e eficaz. Ibidem, p.44-45.

regime e organização⁶⁹¹. Contudo, essa comissão não realizou a visita e o plano para a reorganização foi adiado.

O primeiro passo efetivo para a reestruturação de Fernando de Noronha foi dado com a transferência da administração do presídio do ministério da Guerra para o de Justiça, segundo a autorização do art. 3 da lei de orçamento geral de 20 de outubro de 1877, confirmada pelo decreto n. 6.726 de 3 de novembro, ficando com o ministério da Guerra apenas o fornecimento do destacamento. “Sem preceito algum legislativo sobre a alteração do regime de caráter militar, sem meios pecuniários para ao menos encetar um exame competente, como base de reforma indispensável e sem autorização para organizar o novo regulamento” limitou-se o governo a dar providências pontuais, sendo necessária a posterior ida de pessoas habilitadas para fazer um estudo mais eficaz. O plano era transformar o presídio militar em penitenciária civil, em que fossem admitidos os condenados a galés ou prisão com trabalho de todos os pontos do Império, mas em número compatível com o espaço e condições de segurança. A agricultura seria o principal meio de trabalho, coadjuvada pelas oficinas, especialmente a de sapateiros⁶⁹².

Em 30 de agosto de 1879, o ministro da Justiça encarregou o diretor de Seção na Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho, de prestar informações para a reorganização do presídio; para este trabalho, o empregado permaneceu na ilha durante os meses de outubro e novembro. Àquela época, havia 278 presos militares e 1.400 civis: 685 cumpriam pena de galés perpétuas, 649 de prisão simples, 195 de prisão temporária com trabalho, 84 de galés temporárias, 28 de prisão perpétua com trabalho, 13 eram condenados à morte e 24 não tinham guia. No entanto, a escrituração das matrículas dos presos era irregular e também não havia nenhum tipo de registro dos paisanos existentes no presídio⁶⁹³.

Além disso, ainda conforme a observação de Bandeira Filho, nos trabalhos com a agricultura, principal atividade dos presos, não havia preocupação no aprimoramento dos processos agrícolas nem noções de cultivo: “Não havia regimento algum para o serviço do presídio: faz-se tudo pelo que se chama *prática*, isto é, rotina ininteligente, que data de antes do regulamento”⁶⁹⁴. Tradicionalmente, os presos eram divididos em

⁶⁹¹Relatório do presidente da província de Pernambuco, 2 de março de 1877, p.29. Relatório do ministro da Guerra, 15 de janeiro de 1877, p.40-41.

⁶⁹²Relatório do ministro da Justiça, 26 de dezembro de 1878, p.94-96.

⁶⁹³Para este e os parágrafos seguintes: BANDEIRA FILHO, A. H. de S. op. cit., 25 de janeiro de 1880, p.1-104 (publicado em anexo ao relatório do ministro da Justiça, 13 de maio de 1880).

⁶⁹⁴Ibidem, p. 17.

15 companhias dirigidas por sargentos e subdivididos em 30 esquadras, dirigidas por cabos. Entre esses empregados, apenas dois eram paisanos; os demais eram todos sentenciados, como também os guardas do almoxarifado e o carcereiro dos presos reclusos. As companhias eram compostas por grupos de 89 a 160 pessoas: dez companhias ficavam no serviço do campo, uma nas oficinas, três na polícia das praias, da ilha e da vila, e uma era a companhia dos inválidos (velhos ou doentes). Entre as funções, 808 presos trabalhavam na lavoura, 105 nas oficinas, 59 nas repartições como empregados ou serventes, 189 como criados aos empregados, oficiais do destacamento e a outros sentenciados (*camaradas*), 238 faziam o policiamento da ilha, 16 compunham música e 209 estavam dispensados de qualquer serviço.

Segundo Bandeira Filho, em Noronha, alguns abusos já eram inveterados. A organização das companhias era arbitrária, sem atender à natureza da pena ou ao merecimento do condenado, o que acarretava em um nivelamento das diferentes penas. Os galés, por exemplo, não usavam nem calceta ao pé nem corrente de ferro, como prescrevia o Código Criminal, gozando, portanto, da mesma liberdade concedida aos outros. Os moedeiros falsos, condenados à pena de galés, eram em geral homens com habilidade e logo achavam emprego na escrituração ou outros cargos de confiança. Em 1879, nenhum moedeiro trabalhava no campo; assim, a única pena que sofriam era a de degredo: “Eis a razão porque o presídio de Fernando tornou-se o sonho de todos os galés; eles sabem que lá lhes é minorada a pena, sem o trabalho de remeterem petição de graça, cuja solução depende de minucioso exame”⁶⁹⁵.

⁶⁹⁵ Bandeira Filho ouviu de um juiz de direito que descobriu que um preso, que tinha voltado de Fernando de Noronha por ter cumprido a pena, havia sido, na verdade, condenado a galés perpétuas. Soube-se então que ele havia conseguido alterar sua guia por ter sido empregado na secretaria. *Ibidem*, p.11. Por outro lado, alguns presos que já tinham cumprido sentença permaneciam indefinidamente na ilha. A esse respeito, um fato curioso ocorreu em 1883. O então presidente da província, Francisco Maria Sodré Pereira, realizou uma visita à ilha de Fernando, por meio da qual se condoeu ao ver os filhos dos sentenciados sem roupas e logo nomeou uma comissão para angariar donativos. Durante sua estadia, conheceu um preso que já tinha concluído a sentença e levou-o consigo de volta para o continente. Em Recife, solicitou que o preso aguardasse até que fosse expedido o alvará de soltura. “E passaram-se as horas até que às 6 horas da tarde, o sentenciado lembrou-se de ir à Casa de Detenção, e aí chegando referiu ao administrador tudo quanto se passara. O administrador fê-lo recolher; comunicou ao chefe de polícia o ocorrido e o chefe de polícia oficiou ao juiz das execuções, dizendo que estava à sua disposição o sentenciado José Ferreira de Oliveira, que tinha completado o tempo de sentença. Dias depois foi liquidado tudo e felizmente o homem não estava sujeito à outra sentença. Se este sentenciado que veio, depois de cumprir sua sentença, desacompanhado da força pública e é solto nesta cidade, e que por si mesmo vai procurar o administrador, estivesse sujeito à outra sentença e se pusesse a panos, quem era o responsável pela sua evasão? Não era S. Exc.? S. Exc., praticando um ato dessa espécie, como pode ser classificado de um administrador criterioso, circunspecto e refletido? Não, de nada disto. (...) É uma infelicidade para a minha província ter o sr. Sodré como presidente”. Discurso do deputado

Já os condenados à prisão simples, segundo Bandeira Filho, jamais poderiam ser encaminhados para a ilha, uma vez que o regimento do presídio previa que todos os presos fossem obrigados a trabalhar. De igual modo, o artigo 48 do código era duramente violado, já que determinava que essas penas deveriam ser cumpridas em prisões públicas mais próximas ao local do delito ou da residência do sentenciado. Estes réus tinham, portanto, sua pena agravada duplamente, pelo degredo e pelo trabalho. Ademais, infringia-se também o artigo 47, que estipulava que os condenados à prisão simples deveriam ficar reclusos.

Por outro lado, alguns juízes entendiam que Fernando de Noronha, por não ter trabalho no “recinto das prisões” (art. 46), deveria ser considerado local de execução de pena de prisão simples e, por isso, para os condenados à prisão com trabalho, aumentavam-lhes na sexta parte suas penas (conforme art. 49). Bandeira Filho condenava “tão literal interpretação”, uma vez que era inegável a importância do trabalho dos presos no arquipélago. Para piorar, ele encontrou 51 condenados à prisão com trabalho cumprindo suas sentenças sem acréscimo da sexta parte, o que criava uma desigualdade perante a lei, uma vez que presos condenados à mesma sentença estavam cumprindo-a de modo diferente⁶⁹⁶. Para além dessas irregularidades nas guias, havia também algumas mulheres cumprindo galés e escravos cumprindo prisão simples, o que era proibido pelo código⁶⁹⁷.

O serviço mais desejado entre os presos era o de *camarada*; na prática do presídio, cada empregado tinha quatro presos a seu serviço, trabalhando como criados, passeando com os filhos do “amo”, cozinhando ou administrando assuntos particulares. Alguns sentenciados também tinham direito a camaradas; Bandeira Filho chegou a ver condenados dispensados de todo serviço, morando em casas próprias, onde entregavam-se a pequenos trabalhos, com presos para os servir. Outros, donos de pequenas casas de negócio, ocupavam alguns camaradas no serviço de caixeiros.

Os presos tinham a maior liberdade para se corresponder com pessoas do continente, sem que houvesse fiscalização alguma das cartas; para Bandeira Filho,

Estêvão de Oliveira. Anais da assembleia legislativa da província de Pernambuco, 17 de março de 1883, p.118.

⁶⁹⁶Outras situações para Bandeira Filho colocavam os presos em situação de desigualdade: os militares continuavam a receber diárias maiores que os civis; a diária dos solteiros era a mesma daqueles que tinham família. Ibidem, p.40-41.

⁶⁹⁷As mulheres deveriam ter as penas de galés substituídas por prisão com trabalho pelo mesmo tempo (art. 45 item 1º) e os escravos, à exceção dos condenados a galés ou à morte, tinham as penas comutadas para açoites (art. 60).

conviria extinguir a agência dos Correios ali existente. Ele também entendia que a distribuição dos gêneros aos presos era muito mal dirigida: duas vezes por mês se dava fumo, sabão, açúcar e café, e três vezes, farinha e carne; nesses dias, suspendiam-se os trabalhos e a população ficava em longas filas aguardando a sua parte. Sugeriria, então, que a distribuição fosse feita semanalmente e a duas companhias por dia, com o que se gastariam apenas duas horas e os presos não ficariam tantos dias sem ração, à espera da nova remessa.

Com relação ao comércio, existiam ainda na vila 31 vivandeiros, sendo seis paisanos e 25 sentenciados. Apesar da proibição em 1865, eles mandavam vir sortimentos de Recife e os vendiam a retalho. Apenas em fins de 1878, mandou-se seguir o regulamento, deixando de pagar as diárias em dinheiro e fornecendo o valor delas em gêneros e marcando-se 60 dias para os negociantes saírem da ilha⁶⁹⁸, prazo prorrogado por mais 60. Os vivandeiros, porém, continuaram vendendo produtos, mas em menor quantidade, sobretudo porque agora só recebiam em dinheiro os presos que tinham direito a gratificações, os empregados e as praças do destacamento. Contudo, para manter o lucro, vendiam a preços exorbitantes; havia relatos de negociantes que tinham feito verdadeiras fortunas com esse tipo de especulação, embora eles também pagassem caro aos fornecedores. Dois portugueses, que haviam cumprido pena de 12 e 14 anos, voltaram ao continente com mais de 30 contos cada um; alguns sentenciados chegavam a emprestar dinheiro a empregados cobrando 20% de juros.

Para Bandeira Filho, os elementos que serviriam de moralização dos presos (trabalho, instrução e religião) estavam de certa forma ausentes. O serviço penal no presídio durava de 4 a 5 horas por dia e, com isso, não oferecia regeneração; os que se ocupavam das repartições e das oficinas trabalhavam das 9h às 14h, e do campo, das 8h às 12h. Assim, os presos aproveitavam as horas vagas para plantar e criar gado para subsistência e para entretenimento. Havia inclusive sociedades de dança e até um teatro, que realizava duas representações por mês, sendo atores tanto presos como empregados. As relações entre eles eram de amizade, inclusive porque muitos presos trabalhavam na guarda e soldados contrabandeavam bebida alcoólica⁶⁹⁹. Bandeira Filho chegou a presenciar alguns soldados indo jantar na casa de um galé para comemorar seu

⁶⁹⁸Também em: Relatório do presidente da província de Pernambuco, 18 de setembro de 1879, p.15.

⁶⁹⁹Sobre as relações harmônicas entre guardas e presos na província de São Paulo, ver: GONÇALVES, Flávia Maíra de Araújo. **Cadeia e Correção**: sistema prisional e população carcerária na cidade de São Paulo (1830-1890). São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2013, capítulo 3.

aniversário. Por isso, era expressão usual no continente: “Em Fernando, o preso vem passar a festa”.

À época da visita, não havia escola para os presos e apenas 13% deles sabiam ler e escrever; quanto às crianças, das 100 que existiam na ilha, somente 4 ou 5 frequentavam as aulas, por conta da falta de vestuário. Quanto à religião, não havia instrução apropriada; um capelão realizava missas na igreja com capacidade para 200 pessoas, mas os presos não tinham obrigação de assistir e poucos o faziam espontaneamente. Ainda segundo Bandeira Filho, as mulheres na ilha viviam na prostituição, tanto sentenciadas como paisanas; ele viu casos em que maridos aconselhavam a infidelidade para auferir lucros e até meninas de 8 e 9 anos que também estavam sendo aliciadas.

Diante deste quadro, ele apontou algumas medidas para o estabelecimento de um regulamento provisório na nova instituição penal. Para uma reorganização definitiva, contudo, indicava ser imprescindível a alteração do código criminal:

O aproveitamento da ilha de Fernando de Noronha não poderá ser feito com vantagem, sob o domínio da presente legislação penal (...). Assim é, por exemplo, que em Fernando de Noronha hoje só podem legalmente permanecer os moedeiros falsos, segundo a lei de 1833, ou os condenados a degredo. Quanto aos outros, o Código, no art. 44, ordena que a pena de galés seja cumprida *na província onde tiver sido cometido o delito*; no art. 48, dispõe que as penas de prisão sejam cumpridas *na maior proximidade que for possível dos lugares dos delitos*; e quanto aos de prisão com trabalho, expressamente mandou que fosse convertida em prisão simples com aumento da sexta parte, quando não houvesse lugar apropriado para aquele. Quais, pois, os presos que, segundo o Código, poderão ser remetidos para Fernando? Somente para as duas classes referidas, não vale a pena manter ali uma prisão e a ida de outros importa violação daquele. Eis a razão porque, sem a reforma do Código, não se poderá aproveitar a ilha. (...) Uma reforma proveitosa do Código seria a que suprimisse a pena de galés, substituindo-a pela de prisão com trabalho. Esta poderia ser cumprida nas penitenciárias do continente, pelo sistema celular, enquanto não excedesse certo prazo; e para as maiores seriam destinados os estabelecimentos como Fernando, onde os recursos de que se dispõe facilitam o cumprimento de penas de longa duração. Mas qualquer ideia, em tal sentido, exige uma alteração correspondente na penalidade fixada pelo Código, e antes da revisão deste é temerário uma reorganização⁷⁰⁰.

⁷⁰⁰Ibidem, p.48-49.

Como medidas paliativas, ele sugeria a construção de uma prisão no sistema celular com capacidade para 400 presos, já que na ilha não havia células para os presos incorrigíveis. Como não havia recompensas, o castigo era o único recurso de controle; anteriormente, era utilizada a chibata ou gameleira, mas com a proibição do castigo corporal em maio de 1879, não havia mais recursos de intimidação. A prisão em comum na Aldeia não trazia nenhum constrangimento, mesmo quando eram usados o tronco e os ferros; os presos não faziam caso e se distraíam conversando e jogando.

Naquela época, estavam em funcionamento as oficinas de sapateiros, ferreiros e carpinteiros (esta última apenas quando havia necessidade de obras ou consertos no presídio), além de alguns pedreiros⁷⁰¹; contudo, só trabalhavam os presos que já conheciam o ofício. Ele sugeria a montagem de mais uma oficina de sapateiros e a de alfaiates para ensinar aos presos que eram impróprios para agricultura; o produto destas seria enviado para o Exército e a Armada.

Para o envio de gêneros e materiais ao presídio, entendia que o melhor sistema seria por arrematação, por meio do qual o fornecedor se comprometia com a qualidade e quantidade dos produtos. Já para a compra de outros produtos, considerava melhor a extinção de um agente único, fazendo com que cada empregado fosse responsável pela aquisição dos artigos pessoais.

Quanto à permanência de paisanos na ilha, acreditava que apenas os familiares dos empregados poderiam residir, caso contrário não se encontraria ninguém de confiança para assumir tais cargos. Já os soldados do destacamento deveriam ser substituídos de dois a três meses, a fim de evitar a convivência com os presos, tornando-se desnecessária a presença de suas famílias. Quanto aos sentenciados, apenas os de bom comportamento e os condenados a penas perpétuas deveriam receber essa permissão, como recompensa. Contudo, os paisanos, segundo ele, não deveriam ser admitidos na ilha: “em uma penitenciária nada tem que ir buscar aquelas pessoas que não forem estritamente necessárias para o serviço”⁷⁰².

Em 30 de abril de 1880, o ministro da Justiça entregou o relatório de Bandeira Filho para o conselheiro André Augusto de Pádua Fleury dar o seu parecer e indicar quais medidas poderiam ser logo adotadas e quais careciam de autorização legislativa.

⁷⁰¹Havia também alguns artesãos livres, que produziam bengalas, baús, colheres de pau, objetos de osso, chifre, búzios, coco, fechaduras e outros objetos de marcenaria, imagens de santo, pássaros empalhados, palhas para cigarros. Ibidem, p.65.

⁷⁰²Ibidem, p.79.

Pádua Fleury já tinha um importante histórico de conhecimento na área penal; havia feito parte, em 1874, da comissão inspetora da Casa de Correção da Corte, depois da qual foi encarregado de visitar os principais estabelecimentos penais da Europa para avaliar os diferentes regimes penitenciários. Em 1878, participou do Congresso Penitenciário Internacional de Estocolmo, tendo reportado suas impressões e opiniões para o ministro da Justiça⁷⁰³.

Pádua Fleury apresentou, então, um plano de reorganização do estabelecimento de Fernando de Noronha e um esboço para o melhoramento das prisões. Para ele, uma das medidas mais urgentes era colocar a escrituração dos sentenciados em dia, mandando o juiz de execuções de Recife para a ilha, já que o número dos sem guia havia subido para 81. As companhias deveriam ser subdivididas em 20 presos para facilitar a vigilância, que também seriam separados de acordo com a pena (galés, prisão com trabalho, prisão simples) e o comportamento (bons, sofríveis, maus); do mesmo modo, os escravos ficariam agrupados separadamente e a eles se daria trabalho mais duro. Aqueles que moravam em casas particulares deveriam ser espalhados em diferentes pontos, em vez de ficarem todos aglomerados na vila dos Remédios. Paisanos e familiares não deveriam ser permitidos no arquipélago⁷⁰⁴.

Posteriormente, instituições paralelas teriam de ser criadas para estancar ou dar direção diversa às correntes de sentenciados que para aquele ponto afluíam. Por isso, entendia ser urgente a necessidade de estabelecer no continente uma casa de prisão com trabalho e um estabelecimento central para cumprimento da pena de galés⁷⁰⁵ e cárceres centrais não longe da ilha para receberem os condenados que não puderem cumprir a pena nas prisões das províncias a que pertencem.

Além disso, a criação de um estabelecimento para cumprimento da pena de prisão com trabalho em Recife desafogaria a Casa de Detenção. Fleury propunha que se

⁷⁰³Mais tarde, em 1885, fazia parte da comissão inspetora da Casa de Correção de São Paulo. Relatório da comissão inspetora da Casa de Correção da Corte, 15 de fevereiro de 1874, p.208-238 (anexo ao relatório do ministro da Justiça, 7 de maio de 1874). Relatório do ministro da Justiça, 1º de maio de 1875. FLEURY, André Augusto de Pádua. **Congresso Penitenciário Internacional de Estocolmo em 1878**, 19 de novembro de 1878 (anexo ao relatório do ministro da Justiça, 13 de maio de 1879). Relatório da Comissão Inspetora da Penitenciária, 12 de novembro de 1885, p.1-25 (anexo ao relatório do presidente da província de São Paulo, 15 de fevereiro de 1886).

⁷⁰⁴Para este e os parágrafos seguintes: Parecer do Conselheiro Fleury sobre o presídio de Fernando de Noronha, 30 de abril de 1880 (anexo ao relatório do ministro da Justiça, 13 de maio de 1880).

⁷⁰⁵Para Fleury apenas os escravos deveriam cumprir esta pena. Este estabelecimento deveria ser criado nas imediações da cidade do Rio de Janeiro, já que o município neutro possuía mais da metade de toda a população escrava àquela época. A condição do escravo condenado não poderia ser superior à de um escravo normal. Por isso, o trabalho deveria ser de doze horas diárias. Ibidem, p.15-16.

utilizasse um terreno da marinha, à margem do Capibaribe, para a construção de uma prisão com 400 celas individuais (sistema Filadélfia); ela funcionaria como prisão do primeiro período. A ilha de Nogueira⁷⁰⁶ também poderia abrigar uma prisão (no sistema Auburn) com 1.200 a 1.400 homens que trabalhariam no melhoramento do porto da cidade.

Fernando de Noronha serviria como colônia penal de segundo período, para onde seriam removidos os condenados à prisão perpétua ou de mais de vinte anos de prisão com trabalho que, após terem passado um tempo nas prisões do continente, merecessem essa suavização da pena; contudo, só seria permitida a entrada de homens, para manter o grau de intimidação na ilha.

Por conta dos relatórios de Bandeira Filho e Pádua Fleury, o governo expediu algumas medidas a fim de regularizar os trabalhos em Fernando de Noronha. Conforme a decisão n. 479 de 1º de outubro de 1880, o ministro da Justiça esclareceu ao presidente da província de Pernambuco que os presos só poderiam ser enviados com autorização do governo:

A falta de cômodos precisos na Casa de Detenção é o motivo alegado para justificar essa remoção e a de outros indivíduos condenados a penas iguais ou inferiores. (...)

Em resposta declaro que, pelo decreto (...) de 1859, última parte, os condenados à prisão (...) não podem ser remetidos ao presídio sem autorização do Governo Imperial. (...)

Sendo o presídio estabelecimento geral e correndo a respectiva despesa pelo orçamento do Império, não convém aumentá-la sem prévio assentimento do Governo, nem arriscar as condições de disciplina e segurança do estabelecimento com a aglomeração já excessiva de presos. (...)

Recomendo, portanto, a V. Ex.:

Que faça remover do Presídio de Fernando todos os presos dessa província que não se acharem estritamente compreendidos na citada lei e decreto;

Que envie, com a possível brevidade, uma relação nominal dos presos atuais que não pertençam a essa província e se achem fora das condições da lei e decreto citados.

Se fosse seguir a decisão de 1880 que pedia a remoção dos presos irregulares de Pernambuco, deveriam voltar para a província 939 réus. Por isso, em 1882, o ministro da Justiça teve de revogar a execução desta ordem, pois o presidente de Pernambuco alegava que não havia na província cadeias com os requisitos necessários para conter

⁷⁰⁶Atual bairro do Pina, na cidade de Recife.

tantos condenados. Ademais, teve de conceder licença para que fossem tratados na ilha os réus das cadeias pernambucanas infectados com beribéri⁷⁰⁷.

Em decisão n. 458 de 19 de setembro de 1881, foram expedidas instruções para serem executadas provisoriamente em Fernando, enquanto o estado financeiro não permitisse as mudanças necessárias no regime, sendo que as alterações mais profundas dependiam de reforma legislativa. Essas instruções tinham como finalidade cessar os abusos encontrados. Assim, solicitava-se um exame das guias dos sentenciados e o entendimento com o juiz de sentenças sobre os que não tinham guia; a retirada das mulheres condenadas da ilha; a substituição da guarnição de dois em dois meses; o fornecimento de gêneros por arrematação com exame do inspetor de saúde pública; um orçamento para vestuário dos presos igual ao da Casa de Detenção. Os presos de mau comportamento continuariam a ser recolhidos na Aldeia e, seriam feitos reparos para segurança no parque de Santana para que este também fosse utilizado, evitando assim ao máximo que esse tipo de preso pernoitasse fora desses edifícios; ademais, nenhum preso poderia residir no presídio depois de cumprida a pena.

Além disso, só os presos de bom comportamento poderiam receber correspondência, que seria lida pelo comandante; um preso seria encarregado do ensino dos demais; todas as crianças seriam obrigadas a ir para a escola; nenhum empregado poderia obrigar presos a prestarem serviço particular, tendo que indenizá-los caso trabalhassem nas horas vagas; seriam retiradas do presídio as mulheres de mau procedimento e seria absolutamente proibido o comércio no presídio, sendo fechadas as vendas existentes. Somente os presos de bom proceder e os empregados poderiam mandar vir objetos pessoais do continente, por meio de uma lista a ser apresentada ao comandante.

Como obras a serem feitas, as instruções listavam a continuação da construção do edifício para casa de trabalho (oficina) ao lado do Arsenal e a construção de cubículos para castigo disciplinar. Para penas disciplinares, ficavam estipulados apenas a mudança para companhia de menor nota, o emprego de ferro, o isolamento nos cubículos, e a privação de comida, contanto que não ultrapassasse 24 horas.

Em 1883, algumas das medidas propostas entraram em execução; foram preparadas cinco solitárias e um xadrez para conter os sentenciados incorrigíveis; aumentou-se o cemitério, alguns edifícios foram caiados e foi iniciada a reparação da

⁷⁰⁷Relatório do ministro da Justiça, 19 de janeiro de 1882, p.158-159.

igreja. Foi criado um lugar retirado para enfermaria de beribéri e uma escola noturna para sentenciados de bom procedimento. No ano seguinte, já funcionavam três escolas: duas infantis, com 38 meninos e 48 meninas e uma para os adultos, com 76 sentenciados, esta última regida pelo sentenciado João Evangelista Gomes de Castro, “credor de estima dos seus superiores”,⁷⁰⁸.

Embora, como vimos, muitas das reformas necessárias ao presídio dependessem de alterações legislativas que demandavam tempo, era importante que fosse expedido logo um regulamento que desse a Fernando de Noronha um caráter unicamente civil e que compilasse as providências mais urgentes já apresentadas em avisos e instruções. Assim, em 10 de janeiro de 1885, por meio do decreto n. 9.356, foi instituído o novo regulamento para presídio. Por meio dele, a instituição não era mais administrada por um comandante militar, mas sim por um diretor civil⁷⁰⁹, nomeado pelo Governo Imperial.

Os serviços de mestres das oficinas, auxiliar de escrituração, enfermeiro, barbeiro, cabeleireiro, despenseiro, serventes, professor dos presos e outros seriam desempenhados por sentenciados mediante jornal. Para as oficinas seriam contratados homens livres apenas quando não houvesse preso habilitado para desempenhar as funções. A fim de assegurar o funcionamento regular do presídio, uma comissão inspetora com pelo menos três membros examinaria anualmente a escrituração, contabilidade, estado de conservação dos edifícios, segurança e regime dos presos e os médicos deveriam apresentar um relatório sobre o estado sanitário da ilha.

Os presos seriam divididos em turmas de 100 sob a vigilância de um guarda e separados em três classes, segundo o seu comportamento e o tempo em que estivessem na ilha. Cada turma de condenados seria subdividida em seções de 20, sob a vigilância de um preso de bom procedimento. Os presos da 3ª classe seriam recolhidos na Aldeia e no parque de Santana (assim que terminassem os reparos deste); os da 2ª em casas nas ruas próximas da vila (enquanto não fosse construída prisão apropriada); e apenas os da 1ª classe poderiam morar com as suas famílias nos lugares e casas que lhes fossem designados.

Para a guarda do presídio haveria um navio de guerra e uma guarnição da infantaria e artilharia suficiente para guardar os pontos fortificados, sendo proibido às

⁷⁰⁸Relatório do ministro da Justiça, 11 de maio de 1883, p.141-142; 13 de maio de 1884, p.160.

⁷⁰⁹Embora esse cargo tenha sido invariavelmente atribuído a militares.

praças de pret terem família no presídio, “salvo com licença do Governo”. Igualmente ficava expressamente proibida a residência de pessoas que não estivessem a serviço do estabelecimento, sendo também retiradas as mulheres de mau procedimento. O comércio ficava abolido e todas as vendas teriam que ser fechadas; os objetos necessários vindos de fora poderiam ser comprados pelos empregados e pelos sentenciados de 1ª classe mediante autorização do diretor ou seu ajudante. Da mesma maneira, ficavam proibidos no presídio os jogos de dados, cartas ou outros e a introdução de bebidas alcoólicas.

Contudo, por falta de recursos, muitas das medidas impostas não puderam ser implementadas. Em 1887, foram interrompidas as obras para a construção de um novo edifício para oficinas ao lado do Arsenal e para o aumento da Aldeia e a adaptação do quartel de Santana, para dormitório dos presos. Assim, mais de mil presos continuaram a viver “licenciosamente” em 700 palhoças da vila. Os mais de 900 presos da província de Pernambuco condenados à prisão simples permaneciam no presídio, por falta de acomodações no continente. O mesmo se dava com os réus militares, cuja remoção havia sido solicitada pelo ministro da Justiça, depois que o estabelecimento se tornou civil⁷¹⁰. A produção das oficinas no triênio 1885-1887 havia sido de 4:914\$821, ou seja, no dizer do ministro da Justiça, “evidencia-se que as oficinas nada rendem há três anos”. Ainda havia em estoque no depósito do Arsenal de Guerra mais de 13.000 pares de calçados, que não eram aproveitados⁷¹¹.

Os serviços particulares que os sentenciados realizavam para os empregados continuaram a ser feitos. Em julho de 1888, houve uma ocorrência entre o diretor do presídio, capitão honorário do Exército Joaquim Agripino Furtado de Mendonça, e o seu ajudante, tenente José Ignácio Ribeiro Roma. O ajudante havia ido para Recife e deixado em sua casa para cuidá-la o sentenciado André, “que lhe servia de camarada”. André furtou um pouco de mandioca do roçado nacional e o diretor mandou castigá-lo com ferro ao pé. Quando soube do ocorrido, Ignácio Roma proferiu injúrias ao diretor, perguntando “se o castigo de André tinha por fim desmoralizá-lo”. Havia ainda a acusação de que Ribeiro Roma, quando fora diretor interino, abusara do cargo, utilizando-se da plantação de mandioca para seu consumo e de outros empregados

⁷¹⁰Relatório do ministro da Justiça, 10 de maio de 1887, p.159-165.

⁷¹¹Relatório do ministro da Justiça, 21 de maio de 1888, p.139.

(possivelmente André também tivesse sido privilegiado à época), em vez de transformá-la em farinha para distribuir aos sentenciados⁷¹².

A distribuição dos gêneros era feita de dez em dez dias, mas muitos chegavam com alto preço: o saco de milho na ilha custava 8\$000 enquanto que para a ilha Rata era 4\$000, o que fazia com que a ração fosse sempre insuficiente. O comércio continuava a ser feito por 24 sentenciados, sobretudo por conta da seca, da falta de depósito suficiente para os gêneros e da ração deficiente. Eles inclusive conseguiam dos fornecedores preços menores do que os pagos pelo Estado e lucravam com isso. Para o delegado de polícia em diligência na ilha essa tolerância não podia ser permitida:

Mas V. Exc. bem compreende que é um grande abuso tolerar-se sentenciados negociando, com estabelecimentos bem montados, impondo seus gêneros pelo preço e condições que entendem a outros sentenciados, e até aos próprios empregados do Presídio. O resultado disso é o bem estar de poucos e a ganância destes contra a falta de recursos e precárias condições de quase todos. Para aqueles a pena se torna suavíssima, para estes vexatória⁷¹³.

O delegado expunha ainda as reclamações que muitos sentenciados faziam a ele sobre as suas sentenças: muitos já estavam com a pena cumprida, alguns queriam liquidar a multa mas não conseguiam, outros diziam que haviam sido condenados à prisão simples e se achavam cumprindo no presídio com trabalho e 182 se achavam sem guia.

Em 1889, o ministro da Justiça dr. Francisco de Assis Rosa e Silva reiterava a necessidade da construção de prisões, base de todo sistema penitenciário, sem a qual a ilha jamais seria uma colônia penal. Para ele, razoavelmente não se podia exigir que 1.000 a 1.500 sentenciados à prisão com trabalho cumprissem pena de prisão onde não havia meios para a reclusão para mais de 300, nem a de trabalho onde não o havia organizado nem para 300 (referindo-se às oficinas, uma vez que o serviço nas lavouras era frequentemente interrompido pelas secas). Também não se podia esperar que a prisão em comum, onde ficavam aglomerados os réus de todos os tipos de crime, deixasse de produzir corrupção. Nem que a promiscuidade em que viviam os habitantes da ilha (1251 sentenciados, 24 sentenciadas, 492 não-sentenciados e 24 esposas de

⁷¹²Era acusado também de deslocar um sentenciado para servir de cozinheiro da empresa de extração de guano na ilha Rata. Relatório do delegado de polícia do 1º distrito da capital, 20 de agosto de 1888, p.1-14 (anexo ao relatório do presidente da província de Pernambuco, 15 de setembro de 1888).

⁷¹³Ibidem, p.4.

condenados) não desse em relaxação da disciplina e da moral. Como não havia prisões suficientes, os diretores recorriam a outros meios para conter os condenados; faziam concessões aos criminosos, chefes de turmas, ao ponto de lhes ser permitido ter indústria própria, abrir casas de negócio e ter dezenas de presos como camaradas⁷¹⁴.

Ao longo do século XIX, o presídio de Fernando de Noronha, que originalmente servia de posto militar e local para cumprimento de pena de militares condenados a degredo ou trabalhos públicos, foi se tornando receptáculo do excedente carcerário civil do Império. Pelo seu isolamento geográfico natural, tornou-se o lugar preferido para o afastamento do convívio social de presos políticos; a fim de agravar a punição e diminuir as reincidências, virou também o destino dos moedeiros falsos. E, na falta de cadeias seguras no continente, converteu-se na principal instituição a receber galés.

Algumas comissões foram designadas para inspecionar Fernando de Noronha e indicar qual seria a melhor função da instituição ali localizada. Assim, a ilha foi concebida por ministros da Justiça e outras autoridades no bojo das reflexões sobre reforma penitenciária como o local ideal para o estabelecimento de uma colônia penal para alguns, de um local para cumprimento de galés para outros, ou ainda de uma penitenciária civil; alguns projetos e reformas foram iniciados nesse sentido, mas nenhum foi efetivamente implantado.

Para além de ser um estabelecimento central, administrado pelo governo imperial, Fernando de Noronha se transformou, de fato, em prisão complementar da província de Pernambuco para onde eram enviados os presos da Casa de Detenção do Recife condenados à prisão com trabalho ou mesmo à prisão simples. Era, portanto, peça fundamental do sistema prisional em Pernambuco, embora não fosse exatamente uma prisão. Longe dos olhos da sociedade e em detrimento dos regulamentos oficiais, viviam na ilha soldados, presos e paisanos com suas famílias, fazendo com que o presídio se assemelhasse muito mais a uma simples comunidade.

⁷¹⁴Relatório do ministro da Justiça, 18 de maio de 1889, p.128-134.

3 PRÁTICAS PUNITIVAS EM UMA PROVÍNCIA DE FRONTEIRA: MATO GROSSO

É para admirar que numa capital não haja uma cadeia pública, quando qualquer vila por pequena que seja é a primeira coisa em que cuida, ninguém ignora o estado de fereza da nossa povoação do sertão, e quanto se acha ainda fraca a mola da justiça, origem dos frequentes assassínios que aparecem em diferentes pontos desta província⁷¹⁵.

Coronel Zeferino Pimentel Moreira Freire,
presidente da província de Mato Grosso

Se, conforme anunciava o presidente da província, Zeferino Pimentel, a capital de Mato Grosso, ainda em 1844, não possuía sequer uma cadeia pública, menos ainda teria uma casa de correção em conformidade com os preceitos constitucionais. Além disso, Pimentel denunciava as difíceis condições para a administração da justiça nos municípios do interior, onde não havia aparato policial, judicial e repressivo suficiente para garantir que a “mola da justiça” estivesse presente. Em vista disso, podemos perceber que a implementação do sistema prisional nos moldes do Código Criminal foi tarefa especialmente árdua nessa província.

As dificuldades enfrentadas pela província para realizar sua estruturação carcerária podem ser explicada por vários fatores. Ao longo do século XIX, a província de Mato Grosso sofreu com baixa arrecadação de receita, dependendo de auxílios vindos do cofre geral, com a penosa comunicação com o centro do Império, e tendo que lidar com todas as implicações de se localizar em uma área de fronteira. Aos elementos mencionados, somavam-se o baixo índice proporcional de povoamento e os constantes ataques de índios “não civilizados”.

O território da província de Mato Grosso (1.398.060 km²) era cinco vezes e meia maior que São Paulo (248.222 km²) e catorze vezes o tamanho do de Pernambuco (98.076 km²); entretanto, seu índice populacional sempre figurou entre os menores do

⁷¹⁵Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de março de 1844, p. 13.

país⁷¹⁶. Além disso, grande parte desses habitantes eram índios bravios que circulavam pela província e hostilizavam as povoações. No ano de 1849, por exemplo, havia 54.558 habitantes na província, sendo 21.947 livres, 10.886 escravos e 21.725 índios⁷¹⁷. Embora nem todos esses índios fossem considerados agressivos, boa parcela (sobretudo os Coroados e os Caiapós) assustava os habitantes da província com seus ataques às estradas e às fazendas, deixando mortos e feridos. Além disso, suas incursões atravancavam o desenvolvimento econômico, pois roubavam o gado e as ferramentas agrícolas, além de incendiarem as casas e as plantações. Por esse motivo, durante todo o século XIX, a província priorizou iniciativas para lidar com os ataques indígenas, despendendo altas quantias (sobretudo em comparação com a receita provincial) com obras de catequese e “civilização dos indígenas”, com expedições para afugentá-los, com brindes para promover relações mais amistosas e com o estabelecimento de colônias para acolhê-los⁷¹⁸.

Segundo o próprio presidente da província constatava em 1849, com uma área de cerca de 540.000 milhas quadradas, a relação de habitante por milha quadrada em Mato Grosso era de 0,1 ou 1 habitante a cada 10 milhas⁷¹⁹. Por isso, o governo teve dificuldades para conseguir promover sua estruturação burocrática e, na falta de pessoal habilitado para assumir as funções administrativas e judiciárias, precisou manter circunscrições muitíssimo extensas; em 1868, por exemplo, a província era composta por apenas três comarcas⁷²⁰ (capital, Mato Grosso e Miranda), enquanto Pernambuco e

⁷¹⁶Em 1819, com 23.216 livres e 14.180 escravos, tinha a 19ª população livre e a 15ª escrava (de um total de 20 províncias). No censo de 1872, tinha 53.750 livres e 6.667 escravos, figurando na 19ª posição entre as populações livres e a última em número de escravos. No censo de 1890, possuía 92.917 habitantes, ficando em último lugar, com o menor índice populacional do país. JANCSÓ, István (org.) **Cronologia de História do Brasil Monárquico (1808-1889)**. São Paulo: Departamento de História da FFLCH-USP, 2000. Os dados da área de SP e PE são do IBGE. A área da província do Mato Grosso (que abrangia os atuais estados de MT, MS e parte de Rondônia) foi calculada conforme relato do presidente da província de 1849, mencionado logo adiante (nota 5), que dizia que ela tinha 540.000 milhas quadradas. Cada milha quadrada tem aproximadamente 2,589 km².

⁷¹⁷Entre índios aldeados, independentes, mas com relações de amizades, e hostis. Este número da população indígena era estimado.

⁷¹⁸Essas medidas, contudo, só começaram de fato a surtir efeito em 1886, quando, como veremos adiante, houve uma mudança nos métodos de abordagem e mais de 400 coroados se apresentaram espontaneamente para serem conduzidos a aldeamentos. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 12 de julho de 1886, p. 14-15; 9 de novembro de 1886, p. 5-6.

⁷¹⁹O presidente da província, major dr. Joaquim José de Oliveira, apresentava um contraste, fazendo uma comparação entre a província e a república de Bremen (atualmente cidade pertencente à Alemanha), que tinha 50 milhas quadradas e 50.000 habitantes, na proporção, portanto, de 1.000 habitantes por milha quadrada. Dessa maneira, a população relativa de Bremen era 10.000 vezes maior que a de Mato Grosso. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1849, p. 9, 31-32.

⁷²⁰Unidade administrativa da justiça. Cada comarca deveria ter um juiz de direito e um promotor. Lei geral n. 261 de 3 de dezembro de 1841, cap. III e IV.

São Paulo tinham 19 cada uma⁷²¹. O número de municípios também era muito pequeno, o que fazia com que houvesse grandes extensões de território sem uma estrutura administrativa efetiva. No censo de 1872, por exemplo, Mato Grosso possuía apenas 9 municípios, enquanto Pernambuco tinha 39 e São Paulo já contava com 89 vilas e cidades.

De fato, o início da ocupação do território mato-grossense era bem recente, tendo sido feito apenas no século XVIII, por meio das explorações mineradoras – embora tenha havido algumas incursões dos espanhóis no século XVI e dos paulistas em busca do apresamento de índios para mão de obra no século XVII⁷²². Foi com a bandeira do sorocabano Pascoal Moreira Cabral, subindo pelo rio Cuiabá, na foz do Coxipó, que fundou-se o arraial de Cuiabá, em 1719. Três anos depois, Miguel Sutil, outro sorocabano que havia se assentado na povoação, encontrou jazidas de ouro na encosta do morro da Prainha, perto ao arraial. A partir de então, grandes levadas de exploradores se instalaram nas proximidades, iniciando o ciclo da mineração na região; por conta do rápido aumento populacional, em 1727, Cuiabá foi elevada à vila (Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá), tornando-se centro irradiador para novas povoações⁷²³. Em 1728, foi fundado o arraial do Alto Paraguai, depois denominado Diamantino que, além de lavras de ouro, possuía minas dessa pedra preciosa; em 1738, às margens do rio Cocais, foi estabelecido o arraial de São José, que seria futuramente a vila de Livramento e, entre 1731 e 1734, mais distante, às margens do rio Guaporé (na atual divisa com a Bolívia), o arraial de São Francisco Xavier que viria a ser, em 1746, a Vila Bela da Santíssima Trindade⁷²⁴.

Dessa maneira, foram estabelecidos dois grandes núcleos de povoação na região: um na baixada cuiabana (Cuiabá, Diamantino, Livramento), mais articulado com São Paulo pela via das monções, e outro na região da Vila Bela, na baixada guaporeana, que se ligava pela via fluvial à região do Grão-Pará. Essa área toda fazia parte da capitania

⁷²¹ALMEIDA, Candido Mendes de. **Atlas do Império do Brazil**. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomatico, 1868.

⁷²²Os paulistas começaram a adentrar o interior do território ainda no século XVII, conduzindo embarcações pelos rios que, naquela capitania, corriam do litoral para o centro. Desse modo, os bandeirantes Manoel de Campos Bicudo e seu filho Antonio Pires de Campos chegaram ao planalto dos Parecis, na região de Mato Grosso, entre 1670 e 1673 para apresamento dos índios Coxiponés. PÓVOAS, Lenine C. **História Geral de Mato Grosso: dos primórdios à queda do Império**. Vol. 1. Cuiabá: edição do autor, 1995, cap. II e III.

⁷²³Ibidem, cap. IV e V.

⁷²⁴AYALA, S. Cardoso. SIMON, Feliciano. **Album Graphico do Estado de Matto-Grosso**. Corumbá: s/ed., 1914, p. 358-363.

de São Paulo, mas ficava muito longe da capital, o que dificultava a sua administração, já que a comunicação entre Cuiabá e a cidade de São Paulo àquela época demorava seis meses. Além disso, havia a necessidade de garantir a ocupação da terra que, pelo tratado de Tordesilhas, pertenceria à Espanha; não eram desconhecidos, inclusive, ataques dos descendentes de espanhóis da região de Santa Cruz. Assim, por carta régia de 9 de maio de 1748, foi criada a capitania de Mato Grosso⁷²⁵, bem como a de Goiás, desmembradas de São Paulo. Nesse sentido, para marcar a presença na fronteira com a Bolívia, no rio Guaporé, e a despeito da região de Cuiabá ter sido o centro político até então e possuir maior concentração populacional, a capital escolhida foi a Vila Bela da Santíssima Trindade (mais tarde cidade de Mato Grosso), elevada à vila em 1752. Essa preferência, como veremos, logo trouxe embates entre as duas vilas.

Ainda no intuito de assegurar a presença portuguesa na região de fronteira que ainda era despovoada (na baixada guaporeana e na área sul da província), na década de 1770, o capitão-general Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres construiu uma série de fortalezas, presídios militares e povoações para a manutenção do território nas mãos dos portugueses, à luz do princípio do *uti possidetis*⁷²⁶. Na década seguinte, várias povoações foram fundadas por pessoas que tiveram de buscar outras atividades econômicas com o esgotamento do ouro na província pela franca exploração mineradora; uma das últimas lavras descobertas foi em 1777, onde seria fundado o arraial de São Pedro del Rei (mais tarde, a vila de Poconé). Com a decadência aurífera,

⁷²⁵Não por acaso, as autoridades quase sempre se referiram a essa região como “capitania do Cuiabá e Mato Grosso”, o que demonstrava a dualidade apresentada na região. LIMA, André Nicacio. **Caminhos da integração, fronteiras da política**: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso. 2010. 366 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 191.

⁷²⁶Nessa esteira, foram fundados o forte de Coimbra, na margem direita do rio Paraguai (1775) e o forte do Príncipe da Beira, na margem direita do rio Guaporé (1776). Foi assim também com as povoações de Registro de Jauru, às margens do rio de mesmo nome, em 1774; de Viseu, na margem esquerda do rio Guaporé, assegurando o controle da navegação desse rio, em 1776 – esta povoação passou a pertencer à Bolívia com o Tratado de 27 de março de 1867. PÓVOAS, L. C. op. cit., p. 147. De igual modo, foi fundada Albuquerque (depois Corumbá), em princípio como destacamento militar; e a povoação de Vila Maria do Paraguai (atual Cáceres), com 83 descendentes de portugueses mais 78 índios fugidos da região espanhola de Chiquitos, ambas em 1778. Mais tarde, com o capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, foi fundado o presídio de Miranda, às margens do rio Mbotetê, em 1797, garantindo a posse da região mais central do sul da capitania. PÓVOAS, L. C. op. cit., cap. VIII e IX. AYALA, S. C. SIMON, F. op. cit., p. 49-57, 325, 349-350, 371. Nesse sentido, em 1849, em uma discussão sobre a fronteira com a Bolívia, o presidente da província, major Joaquim José de Oliveira, observava que muitas das povoações militares e fazendas de criação na região foram estabelecidas depois de 1777, por isso, não era vantagem para o Brasil reconhecer como ainda válido o Tratado de Ildefonso, firmado naquele ano. Para ele, o princípio deveria ser o *uti possidetis* depois da existência política das duas nações (1825). Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 8 de setembro de 1849, p. 4-5.

alguns habitantes da capitania se dedicaram à criação de gado; foi por meio da reunião de pastos dispersos de moradores que foi fundada a povoação de Casalvasco, na margem esquerda do rio Guaporé, em 1783. Outros começaram a plantação de cana-de-açúcar, em regiões próximas a Cuiabá, como Livramento, Poconé, Santo Antônio do Rio Abaixo, Cáceres e Chapada⁷²⁷. Já na região de Vila Maria (bacia do Alto Paraguai, atual Cáceres), os habitantes passaram a realizar a extração e comercialização da poaia ou ipecacuanha, planta medicinal com propriedades vomitivas⁷²⁸.

Dessa maneira, a região de Cuiabá obteve um desenvolvimento econômico maior que a de Vila Bela, e continuou sendo a mais populosa⁷²⁹; em 1820, por exemplo, enquanto a capital tinha 6.000 habitantes, a região central (Cuiabá, Poconé, Santo Antônio do Rio Abaixo e Rosário do Rio Acima) já tinha 20.000⁷³⁰. Por isso, os capitães-generais costumavam permanecer em Cuiabá, transformando-a, de fato, em sede da administração da província. Alguns aparelhos administrativos, inclusive, já haviam sido transferidos para Cuiabá, como a Junta da Fazenda, a Casa de Fundição e a ouvidoria da província⁷³¹.

⁷²⁷PÓVOAS, L. C. op. cit., p. 151-153. AYALA, S. C. SIMON, F. op. cit., p. 269. CORRÊA FILHO. Virgílio. **História de Mato Grosso**. Coleção Memórias Históricas. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, vol. 4, 1994, p. 454-455.

⁷²⁸AYALA, S. C. SIMON, F. op. cit., p. 259.

⁷²⁹Em 1818, inclusive, uma carta régia elevou as duas vilas à categoria de cidade, o que indica o reconhecimento da importância das duas localidades. Na ocasião, Vila Bela passou a ser denominada cidade de Mato Grosso.

⁷³⁰Havia também, no imaginário local, a ideia de que Vila Bela estava localizada em área insalubre, muito propícia a manifestações de doenças. Alguns dos capitães-generais que lá governaram morreram em decorrência de enfermidades adquiridas no local. João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, irmão de Luís e que também foi capitão-general de Mato Grosso, faleceu vítima de malária em 1796. Seu sucessor, Manoel Carlos de Abreu e Menezes, morreu com a mesma doença em 1805. Outra questão levantada pelos cuiabanos contra a indicação da cidade de Mato Grosso para ser a capital foi justamente o fato de estar muito próxima da fronteira boliviana, ficando sujeita a um golpe repentino. PÓVOAS, L. C. op. cit., p. 164-169. SENA, Ernesto Cerveira de. **Entre anarquizadores e pessoas de costumes: a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)**. 2006. 368 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Humanidades, Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p. 32.

⁷³¹CORRÊA FILHO. V. op. cit., p. 459.

Mapa 4 – Esboço da carta da província de Mato Grosso em 1860.

FONTE: *Biblioteca Nacional*. Cartografia – ARC.023,03,003. LEVERGER, Augusto. *Esboço da carta da Província de Matto Grosso, em que vão configurados tão somente os rios e pontos principais e os de que trata a memória que acompanha o mesmo esboço*. Cuiabá: s/n, 1860. 1 mapa entelado. 42,5 x 54,5cm em f. 55,8 x 74,5cm.

Em função das mudanças administrativas elaboradas na reunião das cortes constituintes de Lisboa, em 1821, as rivalidades políticas entre as duas localidades se mostraram mais evidentes. O capitão-general Francisco de Paula Magessi foi destituído em Cuiabá, onde residia, e esta câmara aclamou uma junta provincial formada pela elite local. Contudo, os líderes da cidade de Mato Grosso, que era a capital oficial, não reconheceram este governo e criaram uma junta própria⁷³². A solução desse impasse só veio quando d. Pedro I solicitou a dissolução das duas juntas e a criação de uma mista com sede na cidade de Mato Grosso, em 1823. Porém, como grande parte da população (e dos conselheiros da província) residiam em Cuiabá, em setembro de 1825, o novo presidente da província, José Saturnino da Costa Pereira, se instalou nesta cidade, que permaneceu como sede oficiosa ainda mais uma década, até a primeira reunião da assembleia provincial, quando se tornaria a capital de fato e de direito⁷³³.

Por ser uma região de fronteira e pouco povoada, Mato Grosso era uma província extremamente militarizada; para se ter uma ideia, ainda em 1815, havia 744 soldados regulares num universo de 27.000 habitantes, o que dava um índice de 1 militar para cada 36 moradores; entre 1839 e 1843, o índice era de 1 para cada 43⁷³⁴. Por esse motivo, os gastos com os soldos eram os mais onerosos à província⁷³⁵, situação que, com a estagnação da exploração mineradora, só se agravou; enquanto na segunda metade do século VIII, o quinto do ouro representava 70% das receitas, em 1821, caiu a 40% e, no final desta década, chegou a representar menos de 10%⁷³⁶. Por isso, em 1824, a província já amargava uma dívida com o funcionalismo público estimada em 800 contos de réis⁷³⁷. O atraso nos vencimentos dos soldados e a crise econômica fizeram com que

⁷³²Entre a elite cuiabana, estavam homens como André Gaudie Ley, tenente-coronel Jerônimo Joaquim Nunes, José da Silva Guimarães e tenente-coronel de milícias Antônio Navarro de Abreu. Já na cidade de Mato Grosso, a junta foi presidida pelo padre José Antônio de Assunção Batista e tinha como membros, entre outros, Joaquim Teixeira Coelho e José da Silva Gama e Cunha. REIS, Arthur César Ferreira. *Mato Grosso e Goiás*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. O Brasil Monárquico. Vol. 2. Dispersão e unidade. 6ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/ DIFEL, 1976, cap. II.

⁷³³Lei n. 19 de 28 de agosto de 1835.

⁷³⁴LIMA, André Nicacio. **Mobilização política, revolta e repressão na formação do Estado nacional brasileiro (província de Mato Grosso, 1821-1844)**. Relatório de qualificação do doutorado apresentado ao programa de pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014, cap. 1 (gentilmente cedido pelo autor).

⁷³⁵No período de 1790 a 1796, os gastos com os militares chegaram a atingir 76,96% das despesas, sendo as demais relativas a folha civil e eclesiástica (9,57%), obras públicas (6,86%) e outros (6,61%). GARCIA, Romyr Conde. **Mato Grosso (1800-1840): Crise e Estagnação do Projeto Colonial**. São Paulo: FFLCH – USP, 2003, cap. IX. Apud LIMA, A. N. op. cit., 2014.

⁷³⁶Ibidem.

⁷³⁷CORRÊA FILHO, V. op. cit., p. 471.

aparecesse uma crescente hostilidade aos “adotivos” (portugueses que aderiram à independência brasileira, também chamados de “bicudos”), pois estes normalmente ocupavam os altos cargos militares⁷³⁸ e figuravam entre os mais abastados comerciantes da província. Foi assim que uma série de levantes e motins de soldados ocorreu nas regiões de fronteira⁷³⁹ até alcançarem Cuiabá, em 1831. Em 7 de dezembro daquele ano, com a tomada do quartel e da casa de pólvora de Cuiabá, as tropas exigiram a demissão de todos os funcionários civis e militares nascidos em Portugal e a condução de Poupino Caldas, negociante em Cuiabá e comandante das milícias locais, como novo comandante das armas, ao que foram atendidos na última parte. A questão, contudo, não era um mero antilusitanismo; a crítica recaía na elite cuiabana de um modo geral e em todos os afeitos à antiga ordem dos tempos dos capitães-generais.

Por essa época, pessoas que não eram ligadas nem à elite cuiabana nem à da cidade de Mato Grosso, começaram a despontar no cenário político da província e se uniram fazendo críticas aos dirigentes de então. Em 1833, foi criada a Sociedade dos Zelosos da Independência, cujo presidente era o mulato Patrício da Silva Manso, cirurgião paulista⁷⁴⁰. O primeiro artigo do estatuto dizia que o objetivo da sociedade era reunir os “verdadeiros brasileiros” para “fazer resistência legal à tirania onde quer que esta se achar”. O alvo, portanto, não era apenas os portugueses, mas os restauradores e, no limite, o governo da província. Em oposição a essa sociedade, foi criada a Sociedade Filantrópica de Mato Grosso, congregando adotivos e brasileiros, como o presidente da província Antônio Corrêa da Costa.

Com os ânimos já exaltados, a nomeação do adotivo José Joaquim Vaz Guimarães como procurador fiscal do Tesouro da Fazenda foi o estopim para a reação que reuniu os soldados, insubordinados pela falta de soldos e a nova elite (representada pela Sociedade dos Zelosos) que pretendia se impor⁷⁴¹. Diante das críticas à nomeação, o

⁷³⁸Como o caso de Jerônimo Joaquim Nunes, comandante das armas.

⁷³⁹Em 1829, soldados depuseram o comandante Santiago na fronteira do Baixo Paraguai, expulsaram o alferes Moreira da Silva do comando de Casalvasco e receberam com hostilidades a nomeação do comandante Negrão, no forte Príncipe da Beira. Nesse momento, entre a tropa de 1ª linha e o corpo de ligeiros, “a indisciplina generalizou-se” Ibidem, p. 477.

⁷⁴⁰Entre seus membros havia Pascoal Domingues de Miranda, juiz de direito; Caetano da Silva Albuquerque, tenente-coronel da Guarda Nacional; e José Alves Ribeiro, fazendeiro e comerciante em Poconé. Na vice-presidência da sociedade foi instituído Poupino Caldas que, apesar de ser da elite cuiabana, comungava dos mesmos interesses em destituir os adotivos dos altos cargos militares. SENA, E. C. de op. cit., p. 45. LIMA, A. N. op. cit., 2014, cap. 1.

⁷⁴¹Segundo André Nicacio Lima, a chave para compreensão do levante da Rusga, em 1834, está justamente na análise da articulação que os grupos políticos fizeram com os grupos subalternos que já estavam em contestação e em busca de melhoria das condições de vida nos anos anteriores. LIMA.

presidente Antônio Corrêa da Costa decidiu se afastar do cargo, passando o comando para o vice, Poupino Caldas. Isso, contudo, não evitou a revolta de 30 de maio de 1834, que ficou conhecida como Rusga. Naquela noite, guardas nacionais e militares assaltaram o Quartel Municipal de Cuiabá, apoderaram-se das armas e iniciaram o saque às casas dos portugueses e o assassinato dos que eram encontrados. Nos dias seguintes, todas as regiões da província foram atingidas pelos “anarquizadores”, à exceção do distrito da cidade de Mato Grosso. Não há número exato de mortos; em toda a província, a cifra ficou acima de 100, podendo chegar a 400. Em Cuiabá, foram 44 portugueses e três brasileiros⁷⁴².

Politicamente, o resultado da Rusga foi o dismantelamento de elite cuiabana, mais conservadora, e a ascensão da elite liberal interiorana, na figura de Manoel Alves Ribeiro, irmão de José Alves (participante da revolta) e fazendeiro de Poconé⁷⁴³, que dominou o cenário político mato-grossense até pelo menos 1850, a despeito das mudanças políticas no cenário imperial⁷⁴⁴. Manoel Alves, por exemplo, usou de sua influência política para os envolvidos na Rusga, que haviam sido encaminhados para serem julgados em Porto Feliz, na província de São Paulo retornassem para serem julgados em Cuiabá e, assim, absolvidos. Seu irmão, José Alves da Costa Ribeiro, que além de participar da rebelião também foi acusado de mandante do assassinato de Poupino, refugiou-se na região de Miranda, onde comprou a fazenda Forquilha, para criação de gado; outros revoltosos também se instalaram no sul da província, nas proximidades do rio Apa⁷⁴⁵.

André Nicácio. Experiências políticas, ação coletiva e violência: algumas hipóteses sobre a Rusga. In: SENA, Ernesto Cerveira de. PERARO, Maria Adenir (org.). **Rusga, uma rebelião no sertão: Mato Grosso no período regencial (1831-1840)**. Cuiabá: EdUFMT, 2014, p. 167-189.

⁷⁴²Como era presidente da província, Poupino Caldas procurou diminuir os impactos da revolta, detendo e punindo os rusguentos. Por esse motivo, foi considerado traidor, sendo assassinado pouco antes de deixar a província, em 9 de maio de 1837. CORRÊA FILHO, V. op. cit., p. 474-496. PÓVOAS, L. C. op. cit., p. 199-211. SENA, E. C. de. op. cit., p. 42-48.

⁷⁴³SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. A verdade jurídica do sumário crime da Rusga e outras versões. In: SENA, E. C. de. PERARO, M. A. (org.). op. cit., p. 34-35. SENA, E. C. de. op. cit., p. 58-59.

⁷⁴⁴Formando, mais tarde, o Partido de Camapuã, nome dados pelos opositores, em referência à fazenda de Manoel Alves Ribeiro, provavelmente adquirida irregularmente. Ernesto Cerveira de Sena percebeu que, quando o presidente nomeado pelo governo central era conservador, havia conflitos na assembleia sobre a interpretação de leis provinciais SENA, E. C. de. op. cit., p. 71, 90-91, 314.

⁷⁴⁵BRAZIL, Maria do Carmo. CANSIAN, Elaine. A Rusga cuiabana e a ocupação do sul de Mato Grosso: apontamentos de pesquisa. In: SENA, E. C. de. PERARO, M. A. (org.). op. cit., p. 142-150. Também há indícios de que, logo após os acontecimentos, muitos revoltosos se refugiaram na Bolívia, onde obtiveram asilo. Figuras de destaque entre os liberais tinham conhecidas articulações com os bolivianos, como cônego Silva Guimarães e Manoel Alves Ribeiro. SENA, Ernesto Cerveira de. O “30 de maio” em Mato Grosso e as relações com a Bolívia. In: SENA, E. C. de. PERARO, M. A. (org.). op. cit., p. 153-165.

Esse movimento de ocupação do sul de Mato Grosso por fazendas de gado foi ocorrendo paulatinamente a partir dos anos 1830; como vimos, até então, o povoamento da província havia se concentrado na região do meio norte, nas proximidades do rio Cuiabá e do rio Guaporé. O novo processo migratório foi feito por aqueles que vinham do norte em direção ao lado oeste da província, na região do Pantanal, e por outros que vinham da região de Uberaba, na província de Minas Gerais, ou de Franca, na província paulista, para o lado leste, ocupando a região dos Campos da Vacaria, no extremo sul da província⁷⁴⁶. Foi nesse curso, ainda em 1832, que os irmãos mineiros José, Januário, Pedro e Joaquim Garcia Leal, estabeleceram uma fazenda de criação de gado, na divisa com as províncias de Minas Gerais e São Paulo, dando origem a uma povoação que mais tarde seria a freguesia de Santana do Paranaíba. Essas novas freguesias, contudo, permaneceram pouco habitadas e só foram elevadas à vila no final da década de 1850, como Miranda e Santana do Paranaíba, em 1857, e Vila Maria, em 1859⁷⁴⁷. Por essa época, a população indígena, que habitava essas terras menos populosas, marcava presença por meio de ataques aos povoamentos, às lavouras e às estradas, como veremos no subcapítulo 3.2.

As vias de comunicação da província também eram muito precárias o que produzia um certo isolamento do centro administrativo imperial. Durante a primeira metade do XIX, as principais rotas de comunicação interprovinciais de Mato Grosso eram terrestres. A via fluvial monçoeira de São Paulo, com embarque em Porto Feliz, descida dos rios Tietê, Pardo e Paraná até chegar ao rio Cuiabá – tendo a fazenda de Camapuã como pouso –, durou todo o século XVIII, mas perdeu importância junto com a mineração; a rota fluvial para o Pará, percorrendo os rios Guaporé-Madeira ou Cuiabá-Tapajós, foi desativada quando começaram as revoltas na região. Além disso, essas rotas eram de difícil acesso, com inúmeras quedas d'água, planaltos e depressões. Com o aumento da produção agropecuária e do comércio de gado muar, os caminhos terrestres

⁷⁴⁶GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Mato Grosso (1850-1889):** uma província na fronteira do império. 2001. 146 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p. 12. BRAZIL, M. do C. CANCIAN, E. op. cit. In: SENA, E. C. de. PERARO, M. A. (org.). op. cit., p. 143-145.

⁷⁴⁷AYALA, S. C. SIMON, F. op. cit., p. 356-358, 410, 425. A elevação dessas vilas, como veremos, foi feita no bojo de uma política de reforço da presença administrativa provincial nessas regiões, a despeito de um crescimento populacional significativo.

foram sendo preferidos; a estrada mais antiga passava por Vila Boa, capital de Goiás, seguindo por Minas Gerais, até chegar à Corte, no Rio de Janeiro⁷⁴⁸.

Para a província, as vias terrestres também eram importantes porque permitiam maior arrecadação de impostos sobre as mercadorias, com a instalação de barreiras alfandegárias⁷⁴⁹. Contudo, havia as dificuldades de manutenção e os ataques indígenas, além da grande demora em completar a viagem. A ambição da província era, na verdade, a navegação dos rios Paraguai e Paraná, mais caudalosos, até desembocar no rio da Prata de onde seguiria por via marítima, o que facilitaria a comercialização e a comunicação com os centros econômicos do Império; por esse meio, a viagem que demorava meses seria feita em 30 ou 40 dias. Porém, por serem rios internacionais, sua utilização dependia de acordos com o Paraguai e a Argentina; por esse motivo, a província de Mato Grosso era a parte do império brasileiro que mais sofreu economicamente com os impactos das disputas diplomáticas que envolveram o fechamento desses rios.

Quando José Gaspar Rodríguez Francia se tornou ditador no Paraguai, em 1814, proibiu a navegação do rio Paraguai na parte em que cruza seu território⁷⁵⁰, em represália às altas taxas cobradas por Uruguai e Argentina; já no governo de Carlos Antonio López, em 1844, com o reconhecimento da independência paraguaia pelo Brasil, os dois países assinaram um tratado de amizade, no qual concediam a navegação do Paraguai e do Paraná em seus respectivos territórios e se comprometiam a “trabalhar de comum acordo (...) a fim de assegurar a seus súditos a liberdade de navegação do rio Paraná até o rio da Prata”⁷⁵¹.

⁷⁴⁸MORAIS, Viviane Alves de. **Estradas interprovinciais no Brasil Central: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (1834-1870)**. 2010. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 34-37. GARCIA, D. S. da C. op. cit., p. 8-9.

⁷⁴⁹Na década de 1830, houve interesse tanto por parte de Mato Grosso como de São Paulo em criar uma nova estrada que fosse de Cuiabá a São Paulo, passando pelo rio Piqueri. Mas o problema dessa via era o encarecimento do frete em função da cobrança de taxas de passagem pela província paulista. Além do mais, ainda em 1851, não havia povoamento ao redor dessa estrada, o que aumentava o ataque dos índios. Já o caminho por Goiás era mais frequentado, possuía atalhos para Rio Claro e Franca, e cobrava menor taxa de imposto. MORAIS, V. A. de. op. cit., p. 51-52, 122-124, 133-134, 185-191.

⁷⁵⁰O rio Paraguai nasce na chapada dos Parecis e fazia a divisa da província de Mato Grosso com a república do Paraguai a partir da foz do rio Apa; depois, percorre o território paraguaio até desembocar no rio Paraná.

⁷⁵¹YEGROS, Ricardo Scavone. BREZZO, Liliana M. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013, p. 35-36, 51. PÓVOAS, L. C. op. cit., p. 172-173, 217-218.

Quando assumiu o governo de Buenos Aires, Juan Manuel Rosas proibiu a navegação do rio Paraná⁷⁵², sobretudo ao descobrir os tratados de amizade e comércio que López havia feito com a província argentina de Corrientes, em 1841. O objetivo de Rosas era incorporar os territórios de Paraguai, Bolívia e Uruguai, reconstruindo o antigo Vice-Reino do Prata com sede em Buenos Aires; com a sua derrota, em 1852, a navegação foi aberta, ratificada através dos dois tratados de aliança e amizade de 1856 estabelecidos pelo Brasil com o Paraguai e com a Argentina.

Porém, ainda restavam questões de delimitação de fronteira do Paraguai com a província de Mato Grosso e, por isso, a liberação da navegação foi feita com algumas restrições⁷⁵³; por meio de negociações feitas com o futuro barão de Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, um aditivo ao tratado foi assinado em 1858, ficando ainda algumas questões de fronteira para serem discutidas posteriormente⁷⁵⁴. Nesse momento, a província sentiu um florescimento econômico por conta da abertura do caminho pelos rios em direção à Corte e ao mercado externo, o que trouxe fôlego para a retomada da estruturação administrativa mato-grossense.

Contudo, a indefinição com relação às fronteiras provocou um acirramento das tensões entre os dois países; Carlos López planejou atacar a província de Mato Grosso, com o intuito de resgatar os territórios “historicamente” paraguaios, que haviam sido usurpados pelo Brasil; inclusive mandou militares disfarçados de fazendeiros para espionar as terras sulinas da província⁷⁵⁵. Na parte brasileira, procurou-se estabelecer colônias militares na região fronteira, de forma a promover a povoação, assegurando sua posse⁷⁵⁶: em Nioac (1855), Lamare (1859), Miranda (1859), Dourados (1861), apesar

⁷⁵²O rio Paraná, que nasce da confluência dos rios Grande e Paranaíba, entre São Paulo e Minas Gerais, descia fazendo da divisa de São Paulo com a província de Mato Grosso, e desta com Paraná; depois, faz a divisa entre a Argentina e o Paraguai, percorrendo o território argentino até desaguar no rio da Prata.

⁷⁵³Para as negociações para o tratado de 1856, inclusive, o presidente da província Augusto Leverger teve que transferir a sede do governo provincial de Cuiabá para o forte de Coimbra entre 12 de fevereiro de 1855 e 17 de novembro de 1856.

⁷⁵⁴YEGROS, R. S. BREZZO, L. M. op. cit., p. 42-55, 61-65.

⁷⁵⁵REYNALDO, Ney Iared. Guerra do Paraguai: um conflito anunciado (1852-1864). In: 9º ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 2010, Goiânia. **Anais eletrônicos do IX Encontro Internacional da ANPHLAC**. Goiânia: ANPHLAC, 2010, p. 13-14. BRAZIL, Maria do Carmo. O rio Paraguai e a Grande Guerra: contribuição para o ensino de História. In: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. PERARO, Maria Adenir (orgs.). **Brasil e Paraguai: uma releitura da Guerra**. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2012, p. 418.

⁷⁵⁶A presença das colônias militares também traria segurança e proteção aos viajantes das estradas contra os ataques indígenas, facilitando as comunicações e o comércio. A expectativa era de que os núcleos populacionais promovessem o desenvolvimento da lavoura e também facilitassem a catequese e civilização dos indígenas, como veremos no subcapítulo 3.2. Relatório do ministro do Império, 14 de

de o decreto ser de 1856) e Brilhante (decreto de 1855, mas ainda não havia tido desenvolvimento em 1861)⁷⁵⁷.

Para além das questões na região oeste do Império, Paraguai e Brasil também disputavam influência na região sul do continente e defendiam rivais na luta pelo poder no Uruguai⁷⁵⁸. Em 1863, teve início uma guerra civil no Uruguai e, em 12 de setembro de 1864, o Brasil interferiu diretamente na disputa, invadindo o território e bloqueando o porto de Paissandu, a favor da tomada de poder pelo general colorado Venâncio Flores. Essa ação foi considerada pelo governo paraguaio um atentado ao equilíbrio dos Estados do Prata e serviu de pretexto para que, em 12 de novembro de 1864, Solano López apreendesse o navio mercante *Marquês de Olinda*, que conduzia o recém-nomeado presidente da província de Mato Grosso, Frederico Carneiro de Campos, e sua comitiva, fechando o rio Paraguai⁷⁵⁹.

Em 26 de dezembro, 5.000 homens das tropas paraguaias invadiram a província de Mato Grosso, atacando o forte de Coimbra, que era guarnecido por apenas 150 guardas; estes resistiram por dois dias, mas terminaram batendo em retirada para as povoações de Albuquerque e Corumbá, que foram evacuadas e posteriormente invadidas sem oferecer resistência. Logo caíram em poder dos invasores a colônia militar de Dourados, Nioac e o presídio de Miranda. Em 21 de janeiro, já estavam as tropas paraguaias de posse de todo o Baixo Paraguai, chamando a região de província de Mbotetê⁷⁶⁰.

maio de 1855, p. 63; 12 de maio de 1860, p. 64. Relatório do ministro da Guerra, 11 de maio de 1863, p. 27.

⁷⁵⁷Relatório do ministro da Guerra, maio de 1862, p. 28, 35-36.

⁷⁵⁸Paraguai, bem como os combatentes da confederação argentina (derrotada em 1861), apoiavam o partido blanco; já o Brasil e os unitaristas argentinos apoiavam o partido colorado. O porto de Montevideu aparecia como um competidor com o de Buenos Aires e alternativa para o Paraguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes para escoamento da produção, o que desagradava os buenaienses. Já o Império brasileiro reclamava do governo blanco porque o presidente Prudêncio Berro pretendia taxar os brasileiros residentes no país e controlar a circulação de gado e escravos na fronteira com a província do Rio Grande do Sul. Para saber mais sobre a Guerra do Paraguai, bem como seus antecedentes e consequências, ver também: COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do império**. São Paulo: HUCITEC, 1996. DORATIOTTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁷⁵⁹IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial (1831-1870)**. Vol.2. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011, cap. IX, p. 389-393. YEGROS, R. S. BREZZO, L. M. op. cit., p. 74-79. Frederico Carneiro de Campos e mais oito autoridades foram considerados prisioneiros de guerra e passaram por inúmeros cárceres no território paraguaio. Todos morreram por fome ou falta de remédios entre novembro de 1867 e janeiro de 1869. Ao que tudo indica, apenas João Coelho de Almeida sobreviveu às privações. BRAZIL, M. do C. op. cit. In: BORGES, F. T. de M. PERARO, M. A. (orgs.). op. cit., p. 422-423.

⁷⁶⁰Relatório do presidente da província de Mato Grosso, agosto de 1865, p. 10-27; 17 de outubro de 1865, p. 3-10. CORRÊA FILHO, V. op. cit., p. 540.

Após a arregimentação de recrutas no Império inteiro, tropas de São Paulo, Minas Gerais e Goiás se juntaram às forças mato-grossenses e iniciaram os trabalhos para a reconquista do sul da província⁷⁶¹. Contudo, em junho de 1867, as terras alagadas e os longos períodos de fome levaram parte das tropas brasileiras a sofrer epidemias de cólera e a ser forçada a voltar para a capital, em um movimento que ficou conhecido como Retirada de Laguna⁷⁶². Finalmente, em 13 de junho de 1868, as tropas conseguiram retomar a cidade de Corumbá, já bastante devastada pelos paraguaios⁷⁶³; a região, contudo, estava contaminada pela varíola e, ao voltarem para Cuiabá, inúmeros soldados transmitiram a doença para a população que ali estava sitiada, provocando milhares de mortes⁷⁶⁴.

O saldo da guerra foi bastante negativo para a província de Mato Grosso: as povoações sulinas haviam sido destruídas pelos soldados paraguaios; as lavouras e outras benfeitorias foram incendiadas; e a população devastada pela carestia de alimentos e pelas epidemias. Tudo isso evidenciava uma dura retomada para a província. Em contrapartida, com o fim da guerra, em março de 1870, houve a reabertura definitiva da navegação dos rios Paraguai e Paraná, por meio da qual a província pôde fomentar a exportação de seus produtos e a arrecadação de impostos.

Ao sul da província, porém, eram necessários maiores incentivos para a sua reconstrução; assim, o porto de Corumbá foi favorecido com a isenção alfandegária, o que acarretou um aumento populacional e crescimento do comércio. Foi no final dessa década, por exemplo, que começou a comercialização da erva-mate, que se tornaria um dos principais produtos de Mato Grosso. Procurou-se reforçar a região com a reconstrução do forte de Coimbra e a construção de cinco outros fortins: Limoeiro, Junqueira, Conde d'Eu, Duque de Caxias e Major Gama; em Corumbá, foi construído um outro Arsenal de Guerra e para a região de Ladário foi transferido o Arsenal da Marinha, em 14 de março de 1873⁷⁶⁵.

Contudo, o atraso na estruturação da província e as dívidas resultantes dos anos de guerra ainda se faziam presentes até o final do Império, atravancando o

⁷⁶¹FARIAS, Aluísio Gonçalves de. O Batalhão 21 de Infantaria em Cuiabá e sua atuação nos anos posteriores à Guerra com o Paraguai – 1867 a 1889. In: BORGES, F. T. de M. PERARO, M. A. (orgs.). op. cit., p. 243.

⁷⁶²AYALA, S. C. SIMON, F. op. cit., p. 75-81.

⁷⁶³Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1868, p. 7.

⁷⁶⁴CORRÊA FILHO, V. op. cit., p. 550-551.

⁷⁶⁵BRAZIL, M. do C. op. cit. In: BORGES, F. T. de M. PERARO, M. A. (orgs.). op. cit., p. 432. AYALA, S. C. SIMON, F. op. cit., p. 254.

desenvolvimento de Mato Grosso. Dessa maneira, torna-se de grande interesse analisar como uma província que vivenciou condições econômicas e políticas tão adversas lidou com as mudanças estruturais punitivas estabelecidas pelo Império. Veremos que, em relação ao sistema carcerário, as melhorias que a província conseguiu implementar ficaram aquém não só do que estava determinado no Código Criminal como também do que foi implantado em outras províncias.

3.1 A CADEIA DE CUIABÁ

A primeira casa de câmara e cadeia de Cuiabá foi construída logo após a elevação do povoado à vila, quando tomou posse como ouvidor o dr. José de Burgos Vila Lobos, em 1730. Tão logo este funcionário chegou, mandou edificá-la em frente à igreja matriz⁷⁶⁶. Em 1835, contudo, esta cadeia apresentava-se em um estado deplorável, sem segurança, sem cômodo para a separação dos réus, estreita e mal ventilada. Segundo o presidente da província, as autoridades inclusive vacilavam em prender criminosos, prevendo que o edifício não poderia contê-los⁷⁶⁷. Por isso, ainda naquele ano, o dr. Pascoal Domingues de Miranda, primeiro juiz de direito da comarca de Cuiabá, mandou desmanchar a cadeia, passando os presos a serem recolhidos no quartel municipal, em recintos fracos, dos quais ao menor descuido poderiam se evadir⁷⁶⁸. Urgia, pois, a construção de uma nova cadeia.

Além dessa instituição, o governo provincial considerava importante a construção de uma casa de correção para a aplicação da pena de prisão com trabalho. Os deputados também julgavam urgente o início da obra e, em 7 de julho de 1835, Antonio José da Silva apresentou um projeto de lei em que sugeria que o estabelecimento fosse edificado onde se achava a casa de pólvora da cidade; contudo, em debate, decidiu-se deixar o governo responsável por designar o local mais apropriado⁷⁶⁹. A vontade de

⁷⁶⁶PÓVOAS, L. C. op. cit., p. 94. VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888**. São Paulo: Marco Zero/ Cuiabá: EdUFMT, 1993, p. 26.

⁷⁶⁷Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de julho de 1835, p. 8-9; 2 de março de 1836, p. 6-7.

⁷⁶⁸Atas das sessões da assembleia legislativa provincial de Mato Grosso, 5 de março e 29 de abril de 1836.

⁷⁶⁹Atas das sessões da assembleia legislativa provincial de Mato Grosso, 7 de julho de 1835.

fazer as demandas do novo código criminal serem atendidas em Mato Grosso fica expressa pelo fato de esta ter sido a segunda lei a ser publicada pela assembleia, em 8 de agosto de 1835, atrás apenas daquela que regulava os trâmites burocráticos para a promulgação de leis. Lembremos que, nesse momento, estava no poder a facção liberal que havia saído vitoriosa da Rusga. Nesse sentido, é possível pensar que a vontade de construir logo a casa de correção podia estar atrelada à pretensão que este grupo tinha de se manter afinado com os liberais do centro do Império.

Para que pudesse ter início a construção dos dois estabelecimentos, os deputados provinciais aprovaram uma verba de 8:000\$000. Este orçamento, elaborado para 1836-1837, contudo, havia estipulado despesas que somavam 69:673\$200 frente a uma receita estimada em apenas 17:132\$000. Para evitar o déficit, no artigo 4º da lei, os deputados autorizaram o governo provincial a requerer crédito suplementar do tesouro geral no valor de 52:541\$200, segundo admitia o art. 11 § 3º do Ato Adicional⁷⁷⁰. Naquele ano financeiro, porém, o governo provincial recebeu do cofre geral apenas 5:000\$000; em aviso de 14 de outubro de 1837, foi autorizado para os anos seguintes um suprimimento anual de 25:000\$000, quantia ainda bem inferior à esperada pela assembleia⁷⁷¹. Por isso, muitos dos gastos previstos não puderam ser efetuados; até para os empregados públicos a província ficou a dever, em 1837, 12:685\$163⁷⁷².

Em 1836, o secretário do governo havia remetido à assembleia uma planta para a nova cadeia em Cuiabá; foi então nomeada uma comissão de três deputados para analisar o pedido, mas não há registro do conteúdo do parecer⁷⁷³. Em 1838, o presidente da província enviou para a assembleia a planta da cadeia de Diamantino, a qual, segundo ele, poderia servir de base para aquela a ser construída em Cuiabá, apenas em dimensões maiores⁷⁷⁴. Contudo, a falta de recursos atravancava qualquer iniciativa da província de construir a instituição.

⁷⁷⁰Lei n. 18 de 28 de agosto de 1835.

⁷⁷¹Para o ano financeiro de 1838-1839, o ministro da Fazenda mandou suspender o suprimimento de 25:000\$000 por entender que a lei de outubro de 1837 só dizia respeito àquele ano. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 15 de junho de 1840, p. 5. Nos anos seguintes, o repasse foi regularizado, embora, como veremos na tabela 15, tenha sido geralmente inferior ao estipulado. Pelos orçamentos gerais do Império, nos anos de 1838-1839 até 1842-1843, o suprimimento para a província de Mato Grosso seria de 25:000\$000; no ano financeiro de 1843-1844, de 22:000\$000; em 1844-1845, de 11:000\$000, para, no exercício seguinte, cessar a remessa.

⁷⁷²Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de março de 1838, p. 25.

⁷⁷³Atas das sessões da assembleia legislativa provincial de Mato Grosso, 20, 21, 25 e 28 de abril de 1836.

⁷⁷⁴Em 1841, a assembleia recebeu um ofício da presidência com uma outra planta e o orçamento para a edificação de uma cadeia na capital, que foi remetido para a respectiva comissão. Atas das sessões da assembleia legislativa provincial de Mato Grosso, 17 de março de 1841.

No orçamento para 1838-1839, por exemplo, os deputados previam que a receita proveniente das rendas da província seria somente de 27:920\$000 e que, se o suprimento do cofre geral não fosse aumentado de modo que perfizesse a quantia orçada para despesa de 75:719\$000, conforme o artigo 3º:

o presidente da província, na falta dos necessários recursos aplicará os que houver em benefício dos objetos materiais de despesa contemplados na presente lei que não possam sofrer demora, e que maiores prejuízos ocasionem quando desprezados, atendendo porém que não fiquem os empregados públicos privados de receber os seus vencimentos⁷⁷⁵.

Assim, na tabela abaixo, vemos que a despesa orçada pela assembleia provincial para os anos financeiros de 1836-1837 a 1844-1845 foi sempre muito superior à receita efetivamente obtida, mesmo com o auxílio do suprimento geral que, em muitos momentos, chegou a representar mais da metade da receita total efetiva. Desta maneira, a despesa efetuada também teve que ser bem menor que a estipulada pelos orçamentos, o que fez com que alguns melhoramentos tivessem que ser adiados.

Tabela 15 – Orçamentos e balanços de receita e despesa da província de Mato Grosso com os valores concedidos pelo suprimento geral (1836-1845)

Anos	Despesa	Receita	Suprimento	Receita	Despesa
1836-1837	69:673\$200	15:293\$264	5:000\$000	20:293\$264	19:570\$494
1837-1838	55:949\$000	19:225\$827	22:916\$665	42:142\$492	40:836\$754
1838-1839	75:719\$000	15:529\$943	3:389\$113	18:919\$056	18:591\$354
1839-1840	81:335\$000	13:029\$504	22:916\$666	35:946\$170	35:143\$360
1840-1841	56:308\$278	11:526\$974	21:633\$333	33:160\$307	20:097\$516
1841-1842	84:090\$020	24:011\$545	28:447\$000	52:458\$545	49:472\$236
1842-1843	59:832\$291	21:487\$990	22:000\$000	43:487\$990	41:203\$443
1843-1844	61:985\$650	20:336\$793	22:000\$000	42:336\$793	42:018\$099
1844-1845	52:661\$120	16:345\$185	11:000\$000	27:345\$185	27:313\$243

FONTES: Coleção das leis promulgadas pela assembleia provincial de Mato Grosso (1835-1844); relatórios dos presidentes da província de Mato Grosso (1839-1840, 1845); orçamento geral do Império (1843); relatório da tesouraria provincial de Mato Grosso (1873).

Foi também pela falta de recursos nos cofres provinciais que, em 1835, em emenda do deputado Albano de Sousa Osório, aprovada pela assembleia, a despesa com

⁷⁷⁵ Art. 3º da lei n. 10 de 2 de maio de 1838. O mesmo foi sugerido no ano seguinte, no orçamento para 1839-1840, no qual a renda da província era estimada em 50:400\$000, enquanto a despesa orçada era de 81:335\$000. Art. 3º da lei n. 12 de 6 de maio de 1839.

o sustento dos presos pobres foi dividida entre as câmaras e a província⁷⁷⁶; naquele ano, ficou estipulado para a província apenas 600\$000 a serem usados somente “quando faltem meios às respectivas câmaras”. Por isso, o governo provincial suspendeu a consignação mensal de 30\$000 para o sustento dos presos de Cuiabá uma vez que, segundo o presidente da província, a câmara tinha condições de arcar com essa despesa; no ano seguinte, o orçamento municipal cuiabano reservava 360\$000 para a manutenção dos presos da capital⁷⁷⁷.

Quando houve a diminuição pela metade do suprimento geral (ao que se seguiu a cessação da remessa), em 1844, a assembleia revogou a lei que criava a casa de correção em função da notável diminuição da já pequena arrecadação da província, e decidiu concentrar os recursos na construção de uma nova cadeia cuiabana⁷⁷⁸. É possível que igualmente tenha pesado para essa decisão o fato de que nas instituições carcerárias criadas por assembleias provinciais (como a Casa de Correção de São Paulo e a Casa de Detenção do Recife), os empregados fossem pagos pelos cofres provinciais, enquanto que nas cadeias comuns, a partir da reforma do código de processo criminal de 1841, os carcereiros eram remunerados pelo cofre geral⁷⁷⁹.

⁷⁷⁶Mais tarde, em 1857, Albano de Sousa Osório, então capitão da Guarda Nacional, sabendo das fragilidades econômicas da província, voluntariamente fardou à sua custa os guardas de sua companhia. SENA, E. C. de. op. cit., p. 270.

⁷⁷⁷Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 30 de novembro de 1836, p. 7. Art. 2º § 8º da lei n. 9 de 8 de maio de 1837. O sustento dos presos pobres continuou a ser pago pela câmara de Cuiabá até o orçamento para 1851-1852, quando a província passou a arcar com o sustento dos presos da capital e das vilas que eram cabeças de termo (que, na época, era apenas Poconé). Em 1843, a assembleia requereu que o cofre geral ficasse responsável por esta verba, e consignou 1:200\$000 como despesas eventuais, “no caso de não se fazer esta despesa pelo cofre geral”, o que, no fim, acabou se mostrando necessário. Como muitas províncias reclamavam a respeito da verba para o sustento dos presos pobres, alegando que deveria correr pelo tesouro geral, o caso foi levado para o Conselho de Estado em 1878. A seção de justiça deste conselho foi de parecer que esta verba deveria ser do cofre geral, mas que “se a lei do orçamento geral do Império não tem consignado fundos para essa despesa nas províncias, também é certo que as assembleias provinciais ainda não recusaram tais fundos; e, portanto, não será talvez oportuno nas atuais circunstâncias, em que o tesouro luta com tantas dificuldades, alterar desde já o que está em prática e tem a seu favor a sanção do tempo”. Relatório do ministro da Justiça, 13 de maio de 1879, p. 91. A província de Mato Grosso, contudo, continuou dividindo essas despesas com as cidades e vilas, em maior ou menor grau, ao longo de todo o período imperial, como veremos no subcapítulo 3.2.

⁷⁷⁸Resolução n. 6 de 12 de abril de 1844.

⁷⁷⁹Art. 8º da lei geral n. 261 de 3 de dezembro de 1841.

Tabela 16 – Orçamentos provinciais para a construção da cadeia de Cuiabá (1843-1848)

Ano	Verba	Rubrica
1843-1844	6:000\$000	Construção de uma cadeia na capital, que não tem.
1844-1845	400\$000	Para dar princípio neste ano à construção de uma cadeia na capital
1845-1846	2:000\$000	Para dar princípio à construção de uma cadeia na capital
1846-1847	2:000\$000	Resolução n. 2 de 28 de maio de 1847 autoriza o presidente a despender desde já dois contos para a construção de uma cadeia pública na capital que tenha os cômodos precisos, fazendo levantar planta e orçamento, que serão presentes à próxima sessão da assembleia para aprovação.
1847-1848	2:000\$000	Para dar começo de uma cadeia na capital.
1848-1849	2:000\$000	Para dar começo de uma cadeia na capital.

FONTE: Coleção das leis promulgadas pela assembleia provincial de Mato Grosso (1842-1847).

A cadeia continuava a ser uma obra urgente, pois os presos prosseguiram improvisadamente recolhidos em quartéis. Àquela altura, estava servindo de prisão civil uma sala do quartel militar do corpo de ligeiros; tinha 40 a 50 palmos de comprimento por 15 a 20 de largura. Era “escura, mal arejada, aflitiva, e fraca, e tão fraca, que os infelizes que nela existem eram, por cautela do carcereiro, postos em ferros durante a noite para se não evadirem”. A prisão para as mulheres era ainda menor e mais insalubre, pois era úmida e recebia exalações e miasmas das matérias pútridas que eram depositadas em um lugar contíguo⁷⁸⁰.

Enquanto a obra não era iniciada, ainda em 1838, o presidente da província José Antonio Pimenta Bueno decidiu arrumar uma prisão no Arsenal de Guerra, para que os presos condenados a galés e à prisão com trabalho não continuassem com a sentença sem execução e misturados com os réus de prisão simples⁷⁸¹. Além disso, a quantidade de presos era demasiada para o quarto que habitavam; muitas vezes, o alojamento chegou a ter 25 ou mais presos, onde só poderia caber metade desse número. Num ambiente “sem ventilação se acham emparedados todos os criminosos sem distinção de culpa, passando uma vida quase vegetativa, e sofrendo tal compressão que o próprio hálito os vai lentamente envenenando”⁷⁸². Assim, também por questões higiênicas e de segurança, era mister diminuir a lotação daquele estabelecimento.

Os Arsenais de Guerra, existentes na Corte e nas províncias de Pará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Mato Grosso foram reorganizados pelo

⁷⁸⁰Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 2 de março de 1839, p. 31.

⁷⁸¹Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de março de 1838, p. 18.

⁷⁸²APMT. Manuscritos. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de março de 1841. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de março de 1844, p. 13.

decreto de 21 de fevereiro de 1832. Por meio de oficinas para operários militares e aprendizes, estas repartições produziram materiais bélicos e outros objetos e gêneros necessários para uso e consumo do Exército. Esta medida era muito importante para a província, pois tornaria a região menos dependente das remessas vindas da Corte; àquela época, a administração militar mato-grossense estava completamente desorganizada tanto com relação aos seus estabelecimentos, que estavam arruinados, como com relação à força militar, que estava desestruturada; muitos soldados, inclusive, não possuíam calçados para realizar os serviços⁷⁸³.

Situado em um antigo quartel feito de taipa, mal construído, entre a cidade de Cuiabá e o porto do rio, e ainda inacabado, estava o Arsenal de Guerra de Mato Grosso. Em 1845, possuía cinco oficinas (carpinteiro, marceneiro, ferreiro, latoeiro e correeiro); contudo, a falta de operários fazia com que ainda não houvesse construtores de reparos, coronheiros e armeiros. A província aguardava a chegada da Corte de 16 artistas para ensinar aos mato-grossenses diferentes ofícios, a fim de tornar a instituição mais autônoma. Assim, como o estabelecimento possuía oficinas, os presos sentenciados à prisão com trabalho eram transferidos para lá para se ocuparem nessas atividades⁷⁸⁴.

No ano de 1844, o quadro de movimentação carcerária de Cuiabá mostra que, em 30 de dezembro, estavam retidos 15 homens livres e três escravos. Contudo, não estavam todos no mesmo estabelecimento: uma nota apontava que oito deles estavam no quartel que servia de cadeia, mas seis estavam no Arsenal de Guerra de Cuiabá e um no de Maranhão⁷⁸⁵.

Ao que tudo indica, até que houvesse uma cadeia apropriada, os presos continuaram a ser enviados para o Arsenal. Entre 1849 e 1851, ainda aparecem registros de pagamentos mensais de férias para “presos sentenciados” trabalhando no Arsenal de Guerra, provavelmente os condenados à prisão com trabalho⁷⁸⁶. De igual modo, por essa época, os galés ainda realizavam serviços nesta instituição; em 3 de junho de 1850, foram castigados corporalmente os calcetas Cândido Bernardo e Joaquim Antonio da Rocha pela falta de respeito demonstrada perante o presidente da província Costa

⁷⁸³Relatório do ministro da Guerra, 14 de maio de 1838, p. 17.

⁷⁸⁴Relatório do ministro da Guerra, 14 de janeiro de 1845, p. 17-18.

⁷⁸⁵A nota explica o destino de 15 homens, muito embora o total de detidos seja 18. Ela também relata que três presos haviam fugido naquele ano, sendo dois do Arsenal e um do hospital. Relatório do ministro da Justiça, 10 de maio de 1845, mapa em anexo.

⁷⁸⁶APMT. Registro de despacho da Tesouraria (incompleto), 1849-1851, n.ºs 531 (1849); 65, 103, 133, 196, 234, 271, 306, 322, 441 (1850); 26, 42, 121, 148, 192, 227, 293, 386 (1851).

Pimentel no Arsenal de Guerra em Cuiabá. Em 1851, o presidente Augusto Leverger reclamava da limitação da consignação aos presos pobres para \$100 a diária individual, alegando que seria mais conveniente que fosse igual “a que recebem os calcetas no Arsenal de Guerra”⁷⁸⁷.

Contudo, mesmo em relação à construção de uma obra menos complexa que uma casa de correção, as verbas autorizadas para a edificação da cadeia de Cuiabá não podiam ser utilizadas porque as rendas provinciais não comportavam tais despesas. Em 1845, o presidente da província explicava que, além dos problemas financeiros, as dificuldades para o início da obra também estavam ligadas à falta de profissionais habilitados para empreendê-la:

De muitas coisas essenciais à economia das povoações e ao serviço público carecem ainda, e com razão, não só esta, como as demais províncias do Império; mas nada pode haver tão singular e revoltante como a falta de cadeia pública em uma cidade já populosa⁷⁸⁸, como esta, e a imperiosa necessidade, que daí resulta de serem os criminosos conservados, contra o disposto na Constituição, em o estreito e mal arejado calabouço do quartel militar. Sei que esta assembleia tem providenciado pela sua parte, consignando quantias por diferentes vezes, e ainda no orçamento vigente, para a obra da cadeia, mas ignoro os motivos por que até agora não foi ela nem ao menos principiada. Pelo que toca a minha recente administração, não me tenho descuidado de semelhante obra, e tratava de fazer levantar a respectiva planta, quando fui informado que um projeto já existia por vós aprovado. Este projeto, porém, que há de exigir, segundo julgo, muito maior despesa do que a orçada, não pode ser executado sob a direção de um simples pedreiro, e não pude ainda descobrir um mestre de obras habilitado para dirigir a construção, ao mesmo tempo que os saldos mensais do cofre provincial não têm sido suficientes, nem para animar-me a encomendar os primeiros materiais⁷⁸⁹.

Por isso, em 1846, o presidente resolveu utilizar parte das verbas destinadas à construção para reparos do quartel militar onde estava a cadeia⁷⁹⁰.

⁷⁸⁷ APMT. Caixas não catalogadas. Indicação: “1850”. 3 de julho de 1850. Não pudemos, contudo, saber de quais tipos de serviços os galés se ocupavam no Arsenal de Guerra. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 10 de maio de 1851, p. 51-52. Os condenados a trabalhos públicos eram geralmente referidos como “os galés” (termo utilizado para essa pena no código criminal) ou “os calcetas” (termo referente à argola de ferro que era presa ao tornozelo do réu).

⁷⁸⁸ Em 1849, juntando as freguesias de Bom Jesus de Cuiabá e São Gonçalo de Pedro II (que eram as que compunham a cidade de Cuiabá), havia 4.398 livres e 3.210 escravos, perfazendo um total de 7.608 habitantes. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1849, p. 31. VOLPATO, L. R. R. op. cit., p. 27.

⁷⁸⁹ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de março de 1845, p. 26.

⁷⁹⁰ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 10 de junho de 1846, p. 29.

Como vimos, a economia na província de Mato Grosso se desenvolveu com base na mineração no século XVIII; no século XIX, porém, a extração de ouro e diamantes havia diminuído consideravelmente pela dificuldade em descobrir os minerais, dada a imperfeição dos métodos e a escassez de braços. O extrativismo também se estendia aos minérios de ferro, calcário e salitre na região de Vila Maria, cobre às margens do rio Jauru, sal comum às margens do Baixo Paraguai e poaia nas matas da bacia do Alto Paraguai⁷⁹¹. Para além disso, havia o cultivo de cana-de-açúcar nos arredores de Cuiabá e a criação de gado no oeste e sul da província. Embora houvesse exportação desses gêneros para as províncias vizinhas e para a Corte, como os caminhos por terra eram demorados e de difícil acesso e as vias fluviais do Prata estavam fechadas, ela atingia índices baixos, o que dificultava o desenvolvimento da província.

Por esse motivo, ainda na década de 1850, a cidade de Cuiabá era bastante simples se comparada com outras capitais de província: não possuía teatro público, matadouro, nem cemitério; as igrejas, casas e demais construções eram todas em adobe ou taipa. As marcas da mineração se faziam sentir por meio de imensos buracos existentes por toda a parte, onde antes se havia procurado ouro; quando chovia, era comum ver pessoas revolvendo o cascalho na esperança de encontrar grãos do precioso metal. O abastecimento de água era bastante deficiente; nessa época, existiam apenas sete bicas para suprir toda a população⁷⁹².

Em 1850, o presidente da província, coronel João José da Costa Pimentel, fez um apelo à assembleia provincial para que ela solicitasse a volta dos suprimentos gerais, pois:

Ainda mesmo com o suprimento de 20:000\$000 que fazia o cofre geral ao provincial nunca esteve a receita a par da despesa, e tendo se tornado de cada vez mais críticas as circunstâncias dos cofres provinciais com a supressão deste auxílio, pode-se assegurar que é hoje impossível manter-se a província com seus próprios recursos. Um grande benefício podeis fazer a ela se, orçando com atento exame a receita e a mais urgente e indispensável despesa, pedirdes à assembleia geral e ao governo imperial um suprimento, mostrando com a linguagem irresistível dos algarismos que não pode a província

⁷⁹¹Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1849, p. 15-16.

⁷⁹²Duas na Mandioca, uma no Rosário, três na Prainha e uma na Misericórdia ou Mundéu. VOLPATO, L. R. R. op. cit., p. 29-32, 45.

ocorrer por si mesma às suas despesas, tendo esgotado todos os meios justos e praticáveis de aumentar a sua receita⁷⁹³.

Naquela sessão, a assembleia nomeou uma comissão para redigir e enviar uma representação à assembleia geral pedindo suprimimento de 30 contos de réis anuais; esta notificou recebimento, mas não fez a remessa pedida⁷⁹⁴. No ano seguinte, o presidente Augusto Leverger, concluía:

A continuarmos assim não só não poderemos empreender construções novas, de que tanto precisamos, mesmo nesta capital, como que os poucos edifícios públicos que temos não tardarão em cair em ruínas, e nossas extensas estradas em breve se tornarão intransitáveis. Quanto a mim, entendo que, ainda com a mais estrita economia, não se pode fazer o serviço da província com menos de 50 a 60 contos de réis⁷⁹⁵.

Desse modo, em 1852, Leverger solicitou auxílio ao ministro da Justiça, apresentando a necessidade que tinha o Mato Grosso de possuir uma cadeia conveniente em comparação com a insuficiência das rendas provinciais, que não permitiam a implementação do projeto. Em resposta, o governo imperial autorizou que fossem utilizadas para a construção as eventuais sobras da verba consignada para a estrada da cidade de Mato Grosso; esta, porém, apresentou um déficit de 1:200\$000, a ser pago ao empresário dos serviços da mata⁷⁹⁶. Tal era a escassez de recursos que, em 1853, a assembleia provincial transformou em lei a impossibilidade de se elevar os vencimentos dos empregados públicos, enquanto as rendas não o permitissem⁷⁹⁷.

Entre 1852 e 1855, o governo central, por meio do ministério do Império, decidiu liberar recursos para auxílio às obras públicas, efetuando duas remessas de

⁷⁹³Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1850, p. 15-16. Por alguns anos, no final da década de 1840, o tesouro geral ofereceu algumas remessas de suprimimento, mas exclusivamente para despesas com culto público. São elas: 1846-1847 – 5:500\$000; 1847-1848 – 5:866\$000; 1848-1849 – 3:418\$333. Orçamentos provinciais. Coleção das leis promulgadas pela assembleia provincial de Mato Grosso (1847 e 1848). Relatório da tesouraria provincial de Mato Grosso (1873).

⁷⁹⁴Em 1851, o deputado José Delfino de Almeida propôs que se reiterasse o pedido de suprimimento, o qual foi aprovado por votos. No ano seguinte, a assembleia recebeu um ofício do senador pela província José Saturnino da Costa Pereira, datado de 10 de maio de 1851, acusando recebimento da representação. Em 1854, o deputado Luiz da Silva Prado requereu que se remetesse mais uma vez o pedido de 1850 para que saísse impresso no jornal que publica os trabalhos da câmara dos deputados. Contudo, como veremos adiante, foram feitas apenas pequenas remessas. Atas das sessões da assembleia legislativa provincial de Mato Grosso, 6, 7, 10, 22 de maio; 8 e 18 de junho; 2 de julho de 1850; 27 de maio de 1851; 6 de maio de 1852; 22 de maio de 1854.

⁷⁹⁵Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 10 de maio de 1851, p. 17.

⁷⁹⁶Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1852, p. 24; 3 de maio de 1853, p. 24; 3 de maio de 1854, p. 28.

⁷⁹⁷Resolução n. 2 de 6 de junho de 1853.

4:000\$000 (para o ano financeiro de 1852-1853 e para 1854) e uma de 5:000\$000 (1855). Essas quantias, contudo, eram muito pequenas diante das necessidades de obras provinciais, que incluíam estradas, pontes, igrejas, cadeias e outros edifícios públicos⁷⁹⁸.

Gráfico 5 – Receita arrecadada pela província de Mato Grosso (1845-1864)

OBS: Receita líquida, sem os saldos anteriores nem suprimento geral.

FONTE: Relatórios do presidente da província de Mato Grosso (1849-1852, 1854, 1860-1864, 1867); relatório da tesouraria provincial de Mato Grosso (1873).

Como podemos ver pelos dados do gráfico 5, a partir da segunda metade da década de 1850, a arrecadação da província começou a aumentar. Dois fatores contribuíram para isso: primeiramente, nesse período, o sistema de arrecadação de impostos foi aperfeiçoado. Em 22 de junho de 1850, a assembleia provincial mato-grossense promulgou uma lei que criava dois mercados em Cuiabá, um no centro da cidade e outro no Porto Geral; em cada um deles, haveria um coletor e um escrivão para cobrarem o dízimo dos produtos. A partir da instalação desses estabelecimentos, ficava proibida a venda dos gêneros sem que antes tivessem sido apresentados nos mercados⁷⁹⁹. Dessa maneira, o dízimo da lavoura pôde ser mais facilmente cobrado, pois antes os produtos eram vendidos de maneira dispersa. Em 1853, o presidente da província avaliava os benefícios da nova lei:

⁷⁹⁸ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1854, p. 38. Relatório da tesouraria provincial de Mato Grosso (1873).

⁷⁹⁹ Sob o risco de o infrator ser preso. Lei n. 7 de 22 de julho de 1850. José Maria Leite de Medeiros foi recolhido à cadeia pública em 27 de julho de 1859, por não ter “manifestado” seus produtos no mercado. Foi solto no dia 29, após pagamento de multa. O mesmo ocorreu com Simeão da Mota, preso em 9 de agosto de 1859, e liberado apenas no dia 16. MACHADO FILHO, Oswaldo. **Illegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá** (1872). Cuiabá: EdUFMT, 2006, p. 30.

Prescrevi também que houvesse toda a exatidão e equidade no pagamento da dívida passiva que deixaram os exercícios anteriores. Estas medidas não podiam efetuar-se senão deixando-se de fazer despesas decretadas na vossa última sessão. É assim que, dos cinco contos de réis consignados para Obras Públicas, não chegou a despender-se um conto; de sorte que a respeito de melhoramentos materiais, quase nada se teria feito, nem se poderia fazer, se o governo imperial não se dignasse de atender as minhas instantes rogativas, e vir em o nosso auxílio como adiante vos direi. (...) Desde que cessou o subsídio do Tesouro Nacional até o ano de 1850 nossa receita não chegara a vinte e dois contos de réis e elevou-se no dito ano a mais de vinte e nove contos, pelos benefícios da lei que criou os mercados. Era de crer que decresceria no ano seguinte, reduzido de metade o imposto da maior parte dos artigos contemplados na citada lei dos mercados. Entretanto, o respectivo balanço mostra que pelo contrário subiu a receita a mais de trinta contos réis. (...) Não haverá quem conteste que este satisfatório resultado é principalmente devido à melhor arrecadação das rendas. Porém, senhores, no estado estacionário, se não regressivo em que se acham quase todos os ramos de riqueza da província, não é de esperar que, por maior diligência que faça a administração, possa a renda fazer face a todas as necessidades do serviço público, às quais, na minha opinião já anteriormente emitida, não se pode convenientemente acudir com menos de cinquenta contos de réis⁸⁰⁰.

Em 10 de julho de 1857, uma nova lei estendeu a criação desses mercados para os outros municípios da província⁸⁰¹. Naquele mesmo ano, foram criadas mais duas coletorias para cobrar o dízimo do gado vacum, uma em Santana do Paranaíba, para recolher o imposto do gado exportado para Minas Gerais e São Paulo, e outra à margem do rio Araguaia, na estrada que seguia para Minas Gerais e Goiás, o que também contribuiu para o aumento da arrecadação⁸⁰².

O segundo fator fundamental para o crescimento da receita da província de Mato Grosso foi a abertura dos rios Paraguai e Paraná que, como vimos anteriormente, puderam ser navegados após firmados os tratados de amizade e comércio com o Paraguai e com a Argentina, estabelecidos e ratificados entre 1856 e 1858. Com isso, as comunicações com a Corte e as outras províncias se tornaram muito mais ágeis, facilitando o escoamento da produção para os grandes centros econômicos.

Com essa injeção na economia mato-grossense, o governo entendeu que era possível realizar alguns dos melhoramentos mais urgentes de Cuiabá. Em 1856, o

⁸⁰⁰Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1853, p. 11-12.

⁸⁰¹À exceção da cidade de Mato Grosso. Lei n. 12 de 10 de julho de 1857.

⁸⁰²Regulamento de 16 de junho de 1857, sobre a lei n. 2 de 16 de janeiro de 1857.

presidente prometia usar os cinco contos de réis enviados pelo governo imperial no ano anterior para dar início à construção da tão esperada cadeia; o terreno doado ficava na praça do Riachuelo, em frente ao Arsenal de Guerra, onde, além da guarda desta instituição, aquartelava-se a Companhia de Artífices, que poderia ajudar em caso de necessidade de força. Em 1858, foi nomeada uma comissão, composta pelos cidadãos Henrique José Vieira, tenente-coronel Luiz Moreira Serra e capitão Antonio de Cerqueira Caldas, encarregada da aquisição dos materiais e da edificação da nova cadeia; o responsável pela adaptação da planta foi o major de engenheiros bacharel José de Miranda da Silva Reis. Nessa época, mais de trinta presos se aglomeravam no quartel que servia de prisão, composta por dois quartos de adobe, de 25 palmos em quadro, com quatro janelas fechadas por grades de pau que já estavam podres⁸⁰³.

O empenho dos deputados provinciais para que a cadeia fosse efetivamente construída aparece nas altas verbas por eles votadas nesse período:

Tabela 17 – Orçamentos provinciais para a construção da cadeia de Cuiabá (1857-1869)

Ano	Verba	Rubrica
1857	5:000\$000	Para auxílio da construção de uma nova cadeia nesta capital
1859	5:000\$000	Consignação para construção de cadeia nesta capital
1860	10:000\$000	Para a construção da cadeia da capital desde já
1861	10:000\$000	Para a construção da cadeia da capital desde já
1862	10:000\$000	Para continuação das obras da nova cadeia da capital
1863	8:000\$000	Para as obras da nova cadeia da capital
1864	4:000\$000	Para as obras da nova cadeia da capital
1865	1:000\$000	Para as obras da nova cadeia da capital
1866	2:000\$000	Para as obras da nova cadeia da capital
1867	2:000\$000	Para continuação da obras da cadeia da capital
1869	4:000\$000	Continuação da [cadeia] desta capital

FONTE: Coleção das leis promulgadas pela assembleia provincial de Mato Grosso (1856-1868).

No final de julho de 1858, a construção foi iniciada, mas, até fevereiro de 1862, havia sofrido frequentes paralisações por falta de materiais e de operários, falta de fundos, falta de carros para o transporte de pedras, além da mudança dos administradores da obra. No início, o encarregado da obra era o cidadão Henrique José Vieira, porém, em 1860, a incumbência já se achava com o tenente-coronel Caetano Manoel de Faria e Albuquerque. No entanto, apesar das dificuldades, podemos ver que

⁸⁰³Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 4 de dezembro de 1856, p. 8 e 15; 3 de maio de 1857, p. 7; 3 de maio de 1858, p. 22-23. Relatório da tesouraria provincial de Mato Grosso, 12 e 23 de abril de 1874, p. 22-23.

o investimento na edificação era significativo, especialmente levando-se em conta a fraca receita provincial; até 1862, haviam sido gastos cerca de 60:000\$000, o que representava mais de 19% das rendas da província nesse período⁸⁰⁴. Em 1862, o presidente Herculano Ferreira Penna decidiu utilizar todo restante do crédito concedido pelo governo imperial para as obras provinciais na conclusão de alguns compartimentos para que, no prazo de tempo mais curto possível, os presos pudessem ser transferidos. O número de presos no quartel militar havia crescido significativamente; em 1861, ficaram detidos 40 presos no dia mais cheio e 33 na lotação mínima; em 1862, foram 51 e 32, respectivamente⁸⁰⁵. Vale notar que, nesse ínterim, a população cuiabana também havia aumentado notoriamente; se em 1849 havia 7.608 habitantes, em 1862 já eram 11.008⁸⁰⁶.

Com esse investimento, puderam ser terminadas algumas partes importantes do edifício: o compartimento da frente, as duas prisões fortes, uma prisão provisória para mulheres. Acabou-se mais um quarto para depósito, levantaram-se as paredes de outro e as laterais da cozinha, socou-se a taipa para formar as duas faces do corpo do edifício, onde ficaram a capela e a prisão das mulheres, e aumentou-se a altura do muro exterior. No pátio interior, bordaram-se as duas faces prontas com calçadas de pedra canga e pedra cristal. Construiu-se na entrada uma escada também em pedra canga, sendo as arestas dos degraus reforçadas com chapas de ferro e as cavidades enchidas de “cimento artificial”.

Assim ficou pronta uma parte do edifício, com as acomodações necessárias para o carcereiro e a guarda, duas salas livres e três prisões seguras e arejadas. Apesar de não estar concluído o edifício, em 14 de novembro de 1862 foram transferidos 37 homens e oito mulheres do antigo quartel para a nova cadeia⁸⁰⁷.

⁸⁰⁴ Apenas a título de comparação. Boa parte desse dinheiro veio de auxílios do governo imperial. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1874, p. 40. Segundo Ernesto Sena, entre 1854 e 1856, o governo imperial destinou 6:000\$000 exclusivamente para a construção da cadeia de Cuiabá. SENA, E. C. de. op. cit., p. 253.

⁸⁰⁵ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1859, p. 27; 3 de maio de 1860, p. 18; 3 de maio de 1861, p. 17; 3 de maio de 1862, p. 8-10; 3 de maio de 1863, p. 15. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1862, p. 35.

⁸⁰⁶ Sendo 6.900 livres e 4.108 escravos (compreendendo, como anteriormente, as freguesias da Sé e de São Gonçalo de Pedro II). Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1862, p. 35.

⁸⁰⁷ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1863, p. 14-15.

Figura 8 – Fachada principal da Cadeia Pública de Cuiabá, c. 1925. In: LEMOS BRITTO. **Os sistemas penitenciários do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol.2, 1925, p. 285.

A partir de então, as penas de prisão com trabalho passaram a ser substituídas pelas de prisão simples aumentada na sexta parte, conforme o artigo 49 do Código Criminal, já que não era mais preciso remeter os presos para o Arsenal de Guerra. Porém, a expectativa era de que, assim que o edifício estivesse concluído, se pudessem estabelecer algumas oficinas “em que se empreguem [os presos] com proveito de sua saúde e moralidade”⁸⁰⁸.

A capital de Mato Grosso também recebeu outros melhoramentos materiais nessa década, como o Seminário da Conceição, ao lado da igreja do Bom Despacho, administrado pelos padres salesianos e dedicado ao ensino dos meninos, iniciado em 1858, e o cemitério da Piedade, inaugurado em 1864. Ainda não havia sido construído um matadouro, mas, em 1865, instituiu-se um terreno onde deveria ser colocado o gado a ser abatido, garantindo mais higiene no manuseio da carne⁸⁰⁹.

Em 1863, havia mais de 500 mil cabeças de gado em Mato Grosso, que eram negociadas para outras províncias, bem como o seu couro e derivados; exportava-se por

⁸⁰⁸Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1863, p. 4 e 15. Nesse período, também não há registro de que galés tenham permanecido no Arsenal de Guerra. Pelos orçamentos municipais, vemos apenas que, entre 1859 e 1864, a cidade de Cuiabá sustentou um galé que estava a serviço na câmara por 100\$000 anuais. Coleção das leis promulgadas pela assembleia provincial de Mato Grosso (1859-1864).

⁸⁰⁹VOLPATO, L. R. R. op. cit., p. 51-55. O matadouro público em Cuiabá só seria inaugurado em 1891. MACHADO FILHO, O. op. cit., p. 34.

ano, em média, 5.000 oitavas de ouro, 150 oitavas de diamante e 2.000 arrobas de poaia. Contudo, a província ainda tinha de comprar mais do que vendia e os produtos importados de outras províncias, como víveres e artigos de primeira necessidade, eram adquiridos por altos preços⁸¹⁰.

Entretanto, o incipiente desenvolvimento econômico da província foi abruptamente interrompido com o início da Guerra do Paraguai. No dia seguinte à apreensão do navio *Marquês de Olinda*, em novembro de 1864, o governo paraguaio rompeu relações com o Império brasileiro e proibiu a navegação pelo rio Paraguai⁸¹¹. A região sul da província sofreu com as invasões das tropas estrangeiras, que a ocuparam por quase três anos; as vilas de Miranda e Corumbá foram destruídas; a produção agrícola foi duramente afetada, seja pela destruição das lavouras seja pelo deslocamento da mão de obra para o serviço militar.

Cuiabá viveu os tempos de guerra recebendo os emigrados das áreas invadidas e sofrendo ameaças de ataque; um grupo de guardas nacionais, comandados por Leverger, acampou na colina do Melgaço a fim de barrar a investida na capital. Para piorar a situação, no início de 1865, a cidade sofreu com grandes inundações do rio Cuiabá, que devastaram a região do Porto e as plantações ribeirinhas: 159 casas foram destruídas, além de roças de feijão, cana, arroz e mandioca⁸¹². A falta de abastecimento de víveres provocou o aumento dos preços dos artigos de primeira necessidade e a fome⁸¹³. Foi também na capital que as tropas vindas de São Paulo, Minas Gerais e Goiás se reuniram para formar o batalhão 21 de infantaria em julho de 1865; quando retornaram, em 1867, muitos dos soldados estavam contaminados pela varíola, que se espalhou por Cuiabá, provocando muitas mortes⁸¹⁴.

O corte nas comunicações provocou um abalo na economia de Mato Grosso; em agosto de 1865, já fazia seis meses que a província não recebia participação da Corte nem do governo nem de particulares. Diante das circunstâncias, em outubro de 1865, o

⁸¹⁰Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 15 de julho de 1863, p. 17-18.

⁸¹¹YEGROS, R. S. BREZZO, L. M. op. cit., p. 79.

⁸¹²VOLPATO, L. R. R. op. cit., p. 72.

⁸¹³O sal, por exemplo, chegou a custar em Cuiabá 20\$000 a medida; quando conseguiram ser abastecidos por algumas porções que vieram de Poconé e Diamantino, o preço pôde baixar para 5\$000. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 17 de outubro de 1865, p. 13.

⁸¹⁴A esse período, Luiza Volpato se refere como o “apocalipse cuiabano”. VOLPATO, L. R. R. op. cit., cap. 2. CORRÊA FILHO, V. op. cit., p. 540-55. FARIAS, Aluísio Gonçalves de. **Ações militares em Mato Grosso**: o batalhão 21 de infantaria e a guerra com o Paraguai. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2009, p. 95. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 17 de outubro de 1865, p. 13.

presidente resolveu reduzir as quantias aplicadas às verbas de obras públicas e suprimir quase completamente as de iluminação e força policial; ainda assim, a província apresentou um déficit de 22:312\$610. O índice de impostos que Mato Grosso deixou de arrecadar subiu consideravelmente durante a guerra: a dívida ativa, que era de 18:576\$942 em 1864, saltou para 84:573\$256 em 1870⁸¹⁵.

Com relação à cadeia de Cuiabá, durante a guerra, na falta de dinheiro e braços para o término do edifício, os presidentes se preocupavam apenas com consertos e manutenção do que já estava construído⁸¹⁶. Em 1864, por exemplo, foi contratado o capitão Antonio Cerqueira Caldas por 3:700\$000 para fazer um “acréscimo nos dois lanços deste edifício que estão por acabar”, garantindo assim que não caísse em ruínas o que já estava adiantado⁸¹⁷. As chuvas torrenciais do começo de 1865 abateram as taipas do muro, mas a maior parte foi logo consertada. Mesmo assim, apesar de inacabada, a nova cadeia de Cuiabá era a melhor e mais bem construída da província; nela eram recolhidos em média 50 a 60 presos, entre sentenciados, pronunciados e de correção⁸¹⁸.

Ao final do conflito, em 1870, a população de Mato Grosso havia sido parcialmente aniquilada pela epidemia de varíola⁸¹⁹; além disso, os artigos de primeira necessidade eram vendidos a preços excessivos, a mineração estava quase extinta, a exportação de couro e poaia havia diminuído e a criação de gado cavalар se ressentia da peste cadeira que atingia os animais havia quase 20 anos⁸²⁰. Em contrapartida, o fim da guerra trouxe a reabertura da navegação do rio Paraguai, o que reanimou a economia da província.

Com o acesso fluvial à Corte e ao mercado externo restabelecido, a exportação dos gêneros locais e a importação dos produtos manufaturados estimulou o comércio na

⁸¹⁵Relatório do presidente da província de Mato Grosso, agosto de 1865, p. 21; 17 de outubro de 1865, p. 20-21; 3 de maio de 1864, p. 33; 20 de agosto de 1871, p. 53.

⁸¹⁶Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 15 de julho de 1863, p. 23; 8 de maio de 1866, p. 18.

⁸¹⁷Segundo o presidente da província, deste montante, 700\$000 eram do cofre provincial e os outros três contos foram deduzidos dos 20:000\$000 consignados ao ministério da Agricultura para auxílio às obras gerais e provinciais. Esse tipo de auxílio não entrava nos balanços provinciais, por não era considerado suprimento geral para a receita da província. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1864, p. 24.

⁸¹⁸Relatório do presidente da província de Mato Grosso, agosto de 1865, p. 71.

⁸¹⁹A província, que tinha 64.000 habitantes em 1862, chegou a apenas 52.000 em 1869. Foi necessária uma década para que a população atingisse os patamares anteriores (65.321 em 1879). Em relação à população cuiabana, os índices guardam proporções parecidas: 37.128 (1862); 30.117 (1869) e 37.020 em 1879. PERARO, Maria Adenir. **Bastardos do Império**: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX. São Paulo: Contexto, 2001. Apud MACHADO FILHO, O. op. cit., p. 22.

⁸²⁰Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 20 de setembro de 1869, p. 5.

província e, consequentemente, uma maior arrecadação de impostos. Por outro lado, há que se lembrar que, para fomentar a economia, a província teve de oferecer algumas isenções e abrir mão de certos tributos. Para promover o desenvolvimento da região sul, o governo desobrigou o porto de Corumbá de pagar taxas alfandegárias e dos direitos de consumo, medida que durou de 1869 até 1878; em 1870, a empresa Conceição & Comp., sediada em Montevidéu, ganhou a concorrência pública para explorar, por cinco anos, a linha fluvial Montevidéu - Corumbá - Cuiabá, recebendo em troca isenções e subvenções dadas pelo governo central para incentivar o comércio⁸²¹.

Gráfico 6 – Relação entre a receita arrecadada e a despesa efetuada pela província de Mato Grosso (1870-1885)

*Balanço provisório; os demais correspondem ao definitivo.

OBS: Receita líquida, sem suprimimento geral nem saldos anteriores. Foram encontradas as receitas totais para os anos financeiros de 1873, 1882, 1885 e 1886, mas não havia indicação dos valores referentes a saldos anteriores e suprimimento.

FONTES: Relatórios dos presidentes da província de Mato Grosso (1871-1872, 1876). Relatório da tesouraria provincial de Mato Grosso, 13 de abril de 1873 (balanço provisório de 1872); 20 de abril de 1877 (balanço definitivo de 1875); 12 de outubro de 1878, p. 1; 16 de abril de 1881 (balanço definitivo de 1879-1880 e provisório de 1880-1881) (anexados aos relatórios dos presidentes da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1873; 3 de maio de 1877; 1º de novembro de 1878; 3 de maio de 1881). Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 12 de julho de 1886, p. 34.

⁸²¹ Art. 8º da lei geral n. 1352 de 19 de setembro de 1866. Decreto n. 4388 de 15 de julho de 1869. Art.11§ 2º da lei geral n. 2348 de 25 de agosto de 1873. GARCIA, D. S. da C. op. cit., p. 103. CASTRILLON, Maria de Lourdes Fanaia. Guerra do Paraguai e navegação fluvial em Vila Maria do Paraguai. In: BORGES, F. T. de M. PERARO, M. A. (orgs.). op. cit., p. 178.

Pelo gráfico 6, podemos ver que as rendas da província na década de 1870 ficaram acima da casa dos 100:000\$000, chegando a 146:566\$007 no ano financeiro de 1878-1879. Naquele momento, além de gado, couro e derivados, e poaia, Mato Grosso passou a exportar erva-mate; em 1878, o comerciante gaúcho Tomaz Laranjeira descobriu, na bacia dos rios Iguatemi e Amambaí, ao sul da província, grandes extensões de ervais nativos; na década seguinte, esse produto veio a se tornar o mais rentável da província⁸²².

O aumento da receita estimulou a busca pela continuidade dos projetos provinciais, como os melhoramentos materiais. Ainda no final de 1869, o presidente da província Augusto Leverger (agora com o título de barão de Melgaço) deu providências para que comesçassem as obras de conclusão da cadeia da capital, e solicitou que a província fizesse uma gratificação especial para o carcereiro enquanto não houvesse aumento de seus vencimentos, já que o ordenado mensal de 25\$000, oferecido pelo tesouro geral, era insuficiente⁸²³. Em 1871, a província estudou estabelecer um contrato com o argentino Rafael del Sar para o abastecimento de água na capital por meio da distribuição das águas do rio Cuiabá levadas por canos de ferro subterrâneos a 16 pontos diferentes, inclusive um chafariz na cadeia pública, além de uma bomba portátil para ser usada em caso de incêndio, doze mangueiras e uma carroça para regar praças e ruas⁸²⁴. No campo da instrução pública, em 1873, foi criado o Gabinete de Leitura e, em 1880, o Liceu Cuiabano⁸²⁵.

Em relação ao sistema prisional, o presidente Francisco José Cardoso Júnior examinava um meio de tornar a cadeia um espaço de regeneração dos detentos, provendo-a de escola, padre e uma oficina de trabalho, garantindo assim aos presos

⁸²²PÓVOAS, L. C. op. cit., p. 317-318.

⁸²³Pelos orçamentos provinciais, vemos que o carcereiro recebeu uma gratificação anual de 300\$000 entre 1870 e 1872, 360\$000 em 1873 e 1874 e 200\$000 para 1875. Para este último ano, o presidente também foi autorizado a pagar mais 200\$000 do que se estava devendo de gratificações atrasadas. Coleção das leis promulgadas pela assembleia provincial de Mato Grosso (1869-1874). Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 20 de setembro de 1869, p. 34 e 41. Mesmo com as gratificações, no entanto, o ordenado era baixo, sobretudo por conta das exigências do cargo, como o fato de o encarregado não poder se afastar da cadeia nenhum momento. Por isso, era grande a instabilidade no cargo; no ano de 1872, dois carcereiros da cadeia de Cuiabá pediram demissão: Antonio Bernardes Barcelos e Joaquim José Cardoso Arinos. No lugar de Arinos, entrou João Antonio Luiz Galvão em 20 de fevereiro de 1873. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 24 de abril de 1873, p. 19; 27 de abril de 1874, p. 38.

⁸²⁴Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 20 de agosto de 1871, p. 56.

⁸²⁵CORREIA FILHO, V. op. cit., p. 554, 572-573.

ensino moral, profissional e religioso⁸²⁶. Após sua sugestão, a assembleia provincial consignou, para 1872, 1:500\$000 para o ensino dos presos. Para Cardoso Júnior, essa medida:

Será um passo que se adianta para modificar a sorte adversa daqueles a quem a sociedade, privando da liberdade, não exerce uma vingança, mas convida à expiação e ao arrependimento. Será uma nova luz a brilhar no mais escuro das masmorras, será, enfim, a instrução antecipando ali a regeneração moral de tantos infelizes⁸²⁷.

Assim, em 20 de dezembro daquele ano, foi inaugurada uma escola de instrução primária e religiosa, para a qual foi nomeado professor Salustino de Souza Gouvêa Portugal, por 800\$000 anuais⁸²⁸. Contudo, em 23 de julho de 1873, o professor pediu exoneração e, em 14 de agosto, entrou interinamente Camilo Senechal Goffredo, que logo foi transferido, deixando vaga a cadeira⁸²⁹. Em 1874, dos 900\$000 orçados para o ensino dos presos, gastou-se apenas 66\$666, pois não houve preenchimento do cargo. A escola era supervisionada pelo diretor de Instrução Pública da província, mas, ao que parece, os professores evitavam a permanência no cargo:

A prática tem demonstrado que nenhum proveito tem gozado essa classe de indivíduos com as lições de primeiras letras, que mais aproveitariam em ouvir alguns conselhos morais que o trabalho enfadonho de um alfabeto, reduzido o preceptor a quase sorte dos mesmos presos⁸³⁰.

Em 1876, o chefe de polícia reclamava da falta de uma escola de instrução primária “para os infelizes ali detidos” na cadeia de Cuiabá. Assim, na ausência de um professor habilitado, em 1879, quem passou a dirigir as aulas foi o próprio carcereiro, Benedito Ferreira da Costa. Em 1881, estavam matriculados 35 presos, mantendo um bom aproveitamento. Nesse sentido, o chefe de polícia tentava novamente a dotação de

⁸²⁶Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 20 de agosto de 1871, p. 13-14.

⁸²⁷Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 4 de outubro de 1872, p. 27.

⁸²⁸Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 24 de abril de 1873, p. 19; 27 de abril de 1874, p. 37.

⁸²⁹Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 27 de abril de 1874, p. 38.

⁸³⁰Relatório da tesouraria provincial de Mato Grosso, 13 de abril de 1873, p. 7.

um profissional mais apto, pois o carcereiro dispunha de conhecimentos limitados e já não podia acompanhar o “desenvolvimento crescente” dos alunos⁸³¹.

Com relação ao ensino profissional, não havia na cadeia cuiabana um local apropriado para a instalação de oficinas; em 1876, os sentenciados se ocupavam com trabalhos de sapateiro e em fazer objetos de palha de maneira informal, no recinto das prisões. Essa permissão não abrangia apenas os sentenciados à prisão com trabalho, descaracterizando a instituição prevista no código criminal, pois todos podiam realizar seus trabalhos na cadeia, não havia mestres e o dinheiro que recebiam ficava inteiramente para eles. Porém, a combinação de aglomeração de presos e uso de instrumentos cortantes logo se mostrou perigosa; em 13 de agosto de 1880, o preso Manoel João Lagueiro assassinou o companheiro de prisão Antonio Raimundo da Rocha com a faca que utilizava para trabalhar. Ambos ainda não tinham sido condenados e estavam na cadeia aguardando sentença. Diante da fatalidade e a fim de evitar mais crimes semelhantes, o chefe de polícia ordenou ao carcereiro que ficassem proibidos os trabalhos nas prisões, e que fossem recolhidas todas as ferramentas dos presos⁸³².

Já os galés se ocupavam da faxina da cadeia e das ruas, e da distribuição de água às escolas públicas e ao quartel de polícia, o que aumentava as chances de fuga. Em 13 de julho de 1874, Francisco José do Monte e José Barbosa de Lima, acompanhados pelos soldados do batalhão 21 de infantaria, a serviço da cadeia, Malaquias Ferreira da Costa, Antonio de Pinho, Firmino José Ferreira e Calistro José da Costa, foram até a Goiabeira, nos subúrbios e, às 5 horas da tarde, quando tiveram a oportunidade, se evadiram. Em circunstâncias semelhantes, em 14 de fevereiro, havia se dado a saída do escravo fugido Pedro – pertencente à herança de José Mineiro, de Vila Maria –, na região do Limoeiro, abaixo da travessa de São Gonçalo⁸³³.

⁸³¹Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 29 de abril de 1876, p. 17. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 2 de abril de 1881, p. 9. No balanço do ano financeiro de 1879-1880, aparece 200\$000 de “gratificação ao carcereiro da cadeia desta capital por lecionar aos presos”. Relatório da tesouraria provincial de Mato Grosso, 16 de abril de 1881, balanço definitivo de 1879-1880.

⁸³²Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 29 de abril de 1876, p. 16-17; 6 de setembro de 1880, p. 1.

⁸³³Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 27 de abril de 1874, p. 5, 20-21; 2 de abril de 1881, p. 1. No mestrado, analisamos os serviços dos galés na cidade de São Paulo e como essa relativa liberdade facilitava as fugas. GONÇALVES, Flávia Maíra de Araújo. **Cadeia e Correção: sistema prisional e população carcerária na cidade de São Paulo (1830-1890)**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2013.

Apesar do desenvolvimento econômico, como também podemos ver no gráfico 6, a cada ano as despesas superavam a receita, fazendo com que a dependência dos auxílios dos cofres gerais se tornasse ainda mais forte. A partir de 1875, o governo central teve que passar a suprir Mato Grosso com recursos exclusivamente revertidos para a estruturação da força policial; tal auxílio consta nos orçamentos provinciais até 1888, tendo sido remetida anualmente a expressiva quantia de 43:000\$000 em média⁸³⁴.

Diante das dificuldades financeiras, a assembleia provincial decidiu incumbir os municípios com os gastos de sustento dos presos pobres, até mesmo para poder aumentar a diária, que a essa altura já estava insuficiente. Foi assim que, a partir de 1874 até 1879, Cuiabá teve que despender 5:000\$000 anuais com sustento, curativo dos presos pobres e “inclusive o enterro de indigentes, quando fosse solicitado o pagamento pela polícia”⁸³⁵.

Com isso, a pretensão de concluir a cadeia de Cuiabá era constantemente adiada. Quando pronto, o edifício térreo teria acomodações para 100 presos e compartimentos para condenados, pronunciados e indiciados, mulheres, detentos e escravos fugidos. Contudo, apenas metade estava em funcionamento: havia a sala para os sentenciados, outra para pronunciados e a prisão comum para as mulheres. Já em 1872, carecia de alguns reparos e de substituição das grades de pau pelas de ferro⁸³⁶. Nesse sentido, a demanda de presidentes e chefes de polícia de Mato Grosso por auxílio do governo central para o término da obra era constante. Em 1874, o presidente da província argumentava:

Este importante edifício, como sabeis, havendo sido começado mediante um auxílio prestado pelos cofres gerais, nunca foi concluído e, por isso, cedo começou a arruinar-se a parte construída. Sua conclusão e reparos são orçados em mais de 20:000\$000 réis, e por não poder a província atualmente despender essa quantia, ele estará em breve destruído se, em auxílio dos cofres provinciais, não vierem

⁸³⁴Ver tabela 22 – Verbas orçadas para força pública da província de Mato Grosso (1869-1889).

⁸³⁵Coleção das leis promulgadas pela assembleia provincial de Mato Grosso (1873-1878). Como forma de auxiliar as câmaras municipais a cobrir essa despesa, foi feito o repasse do imposto, outrora provincial, de 200 réis por arroba de gêneros transportados para outros pontos da província (exceto os sujeitos aos dízimos e os de bagagem). Por isso, a despesa da cidade de Cuiabá, prevista em 1872 como 23:793\$000, foi orçada em 35:609\$322 no ano seguinte; já para 1878, a previsão era mais baixa, de 32:450\$000. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1873, p. 28-29.

⁸³⁶Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 4 de outubro de 1872, p. 25. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 29 de abril de 1876, p. 16-17.

os da Fazenda Nacional que às obras de tantas províncias têm subvencionado por muitos anos⁸³⁷.

Segundo o orçamento feito pelo major Luiz Francisco Henriques, em 1874, para a conclusão do edifício seriam necessários 21:642\$882 e a obra demoraria 150 dias; para a realização apenas dos consertos mais urgentes, seriam gastos 6:517\$035, e o trabalho ficaria pronto em 25 dias⁸³⁸. Frente à falta de verbas, restava, assim, à província, procurar consertar e fazer a manutenção da parte que já estava pronta. Em 1873, despendeu-se 144\$000 com consertos; em 1874, novas chuvas fizeram desabar mais uma vez uma parte do muro de taipa que fechava o pátio externo do edifício e parte dos telhados das prisões; para cuja restauração foram despendidos 295\$600. No mesmo ano, alguns presos forçaram as grades de madeira de duas portas de suas prisões, que facilmente foram destruídas em razão do estado em que se encontravam; foi mandado construir novas no Arsenal de Guerra, por 308\$000. Para a colocação de quatro postes de madeira para sustentar lampiões em cada ângulo do edifício, foram investidos 300\$000, correndo as despesas pela câmara municipal. Entre 2 de maio e 27 de novembro de 1876, o cidadão Tito José Ignácio foi contratado para realizar a reforma do assoalho, “tijolamento”, pintura, caiação e outros consertos na cadeia pública por 3:200\$000⁸³⁹.

Conforme o gráfico abaixo, até a metade da década de 1870, a cadeia comportava os presos que recebia; embora tenha atingido a superlotação de 60 presos, em 1869, o índice baixou significativamente até chegar a 28. Como ainda havia espaço suficiente, foi possível aquartelar o batalhão 20 de infantaria em um dos lanços do edifício até que fossem enviados para Goiás, em 1873⁸⁴⁰. A partir de 1878, contudo, a parte do estabelecimento concluída já não comportava o número de presos que ali chegavam, inclusive porque vinham muitos condenados do interior da província para cumprir pena.

⁸³⁷Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1874, p. 40. Também em: Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 24 de abril de 1873, p. 18. Nesse ano, inclusive, os deputados consignaram 2:000\$000 no orçamento municipal da cidade de Cuiabá para auxiliar nas obras da cadeia.

⁸³⁸Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 27 de abril de 1874, p. 38.

⁸³⁹Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1873, p. 23; 3 de maio de 1874, p. 40 e 47. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 27 de abril de 1874, p. 38. Relatório do engenheiro das obras gerais e provinciais, 2 de abril de 1877, p. 1.

⁸⁴⁰Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 24 de abril de 1873, p. 18.

Gráfico 7 – Número de presos na cadeia de Cuiabá (1869-1887)

FONTES: Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 20 de agosto de 1871, p. 12; 4 de outubro de 1872, p. 24; Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 24 de abril de 1873, p. 19; 27 de abril de 1874, p. 39; 29 de abril de 1876, p. 17; 18 de abril de 1877, mapa 5; 6 de setembro de 1880, mapa 1; 2 de abril de 1881, mapa 1; 2 de abril de 1882, mapa 1. *APMT*. Manuscritos. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 30 de maio de 1885; 31 de maio de 1886, mapa; 6 de junho de 1887, mapa.

Àquela época, estava tão insuficiente a parte do edifício terminada que a polícia teve de usar o mesmo expediente das décadas de 1840 e 1850 e recolher criminosos às prisões do Arsenal de Guerra, pois já não podiam mais ser admitidos na cadeia. Desta vez, no entanto, não foram apenas os presos condenados à prisão com trabalho ou galés que seguiram para a instituição militar, a fim de que tivessem atividades correspondentes à pena. Desta vez, o excedente carcerário estava sendo remetido ao Arsenal como um recurso excepcional e o intento era que, tão logo fosse concluída a planta da cadeia, haveria de se “cessar a irregularidade”⁸⁴¹.

Ao que parece, os presos que tiveram de cumprir suas penas nesta instituição militar também podiam trabalhavam no recinto. Em 9 de julho de 1880, Serafim Luiz de Oliveira foi assassinado com um golpe nas costas “pelo seu companheiro de prisão” Manoel Corrêa Dias de Moura no recinto do Arsenal de Guerra; o instrumento usado para o crime foi uma sovela, espécie de agulha com cabo que sapateiros e correeiros usam para furar o couro e depois costurá-lo. Serafim havia sido condenado por roubo e

⁸⁴¹Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de novembro de 1878, p. 40.

estava quase terminando de cumprir a sentença de oito anos de galés, tendo dado entrada na cadeia de Cuiabá em novembro de 1872⁸⁴².

Por avisos do ministério da Guerra de 26 de novembro de 1881 e de 31 de março de 1882, foram removidos para a cadeia pública os diversos presos que cumpriam sentença no Arsenal e que já estavam excluídos do Exército, em virtude das sentenças recebidas do Conselho Supremo Militar de Justiça; os que ainda cumpriam pena como praças foram recolhidos nos xadrezes dos respectivos corpos⁸⁴³. Assim, em 1881, a superlotação na cadeia de Cuiabá atingiu seu ápice; havia 72 homens presos, distribuídos em duas salas, e sete mulheres na prisão comum, em um ambiente de pouca higiene e segurança. Conforme o chefe de polícia:

Vivem todos aglomerados em duas salas relativamente pequenas, produzindo assim um ambiente mefítico, que pouco a pouco vai corroendo a existência daqueles infelizes. Acresce que devem ser classificados por sexo, idade, moralidade e condições, conforme as determinações do art. 148 do regulamento de 31 de janeiro de 1842, e os sentenciados do interior da província vêm todos cumprir penas na referida cadeia, e é preciso, pois, por mais estes motivos, que ela tenha mais vastas proporções. Logo que assumi o cargo de chefe de polícia, depois da primeira visita que fiz à referida cadeia, tive a honra de dirigir à V. Ex. um ofício reclamando a conclusão das obras de um vasto compartimento que fica à esquerda do edifício, ao entrar. Insisto por esta reclamação, que deve ser com urgência atendida. Sei que V. Ex. tem tomado todas as providências para realizar esse melhoramento imprescindível, mas a falta de dinheiro nos cofres provinciais tem sido causa de sua não efetividade⁸⁴⁴.

Em 1884, o presidente da província, barão de Batovi, visitou a cadeia e encontrou os presos em completa inação e alguns até anêmicos pela vida ociosa que levavam. A instrução primária para os presos fora suspensa ainda em 1884, quando o carcereiro Benedito Ferreira da Costa, que servia de professor desde pelo menos 1879, foi exonerado, segundo o chefe de polícia, “a bem do serviço público”. Depois dele, a província teve dificuldades em preencher o cargo. Manoel Batista de Carvalho, nomeado para substituir Ferreira da Costa, foi exonerado “a seu pedido”; seu substituto,

⁸⁴²Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 6 de setembro de 1880, p. 1; 24 de abril de 1873, mapa 4.

⁸⁴³Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 15 de junho de 1882, p. 57. Ademais, nessa época, o ministro da Guerra pretendia reduzir as diversas oficinas dos arsenais de guerra ao material bélico, uma vez que a indústria privada já podia fornecer alguns produtos que, no tempo em que essas instituições foram fundadas, havia grande deficiência. Relatório do ministro da Guerra, 18 de janeiro de 1882, p. 33-34.

⁸⁴⁴Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 2 de abril de 1881, p. 19-20.

Eusébio Alves de Arruda, foi afastado “por falta de exaço no cumprimento de seus deveres”⁸⁴⁵. Com essa instabilidade no exercício de carcereiro da cadeia, a escola deixou de funcionar.

Talvez para diminuir o número de detentos, em 1885, oito foram transferidos para o forte de Coimbra (possivelmente para realização de trabalhos públicos) e três para São Luiz de Cáceres. Além dos presos que cumpriam pena e dos que aguardavam sentença, havia aqueles que eram detidos por quebra do termo de bem viver, os quais ficavam pouco tempo, o que gerava uma alta rotatividade na cadeia. Entre maio de 1885 e 31 de maio de 1886, por exemplo, passaram pelo cárcere cuiabano, em custódia, 190 presos: 92 por embriaguez, 46 por desordem e 52 por vagabundagem. Para o chefe de polícia José de Azevedo Silva, essa expressiva quantidade de presos custodiados seria diminuída se fosse aplicada uma pena mais severa que a de prisão simples, “única de possível aplicação na província”. Ele acreditava que a criação de oficinas na cadeia para os condenados à prisão com trabalho e os vadios talvez fosse o bastante para corrigir uns e intimidar outros, “logo que tivessem certeza que a ociosidade em que vivem seria punida com trabalho forçado”. Para ele, com o estabelecimento de duas ou três oficinas, haveria economia para a província, pois os detentos poderiam arcar com as despesas de sua manutenção. Por isso, em 17 de fevereiro de 1886, solicitou ao presidente autorização para efetuar na cadeia a criação de uma pequena oficina de sapateiro e correeiro, pedindo o auxílio de 600\$000. Infelizmente, porém, o ensaio deste melhoramento não pôde ser realizado porque o preso que tomaria a direção do ensino profissional havia completado o tempo de sua sentença⁸⁴⁶.

⁸⁴⁵Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de outubro de 1884, p. 5. *APMT*. Manuscritos. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 30 de maio de 1885, p. 11. Em maio de 1885, assumiu a carceragem Manoel Pedro Celestino. É provável que se trate de um homônimo, mas, curiosamente, no mapa nominal de presos da cadeia de Cuiabá de 1875, há um Manoel Pedro Celestino, indiciado por homicídio, que havia dado entrada em 13 de maio. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 29 de abril de 1876, mapa. 7.

⁸⁴⁶*APMT*. Manuscritos. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 31 de maio de 1886.

Tabela 18 – Movimentação da cadeia de Cuiabá conforme o sexo e as sentenças (1880-1887)

	jul/1880		jul/1881		abr/1882		ago/1884		mai/1885		jun/1887	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Galés perpétuas	4	-	4	-	4	-	4	-	4	-	11	
Galés temporárias	13	-	13	-	13	-	13	-	12	-	-	
Prisão simples	31	2	29	2	22	1	29	-	27	-	14	
Prisão com trabalho											13	
Com culpa formada			15	4	20	2						
Sem culpa formada			10	1	4	-						
Para sentenciar							19	-	18	-	21	1
TOTAL	48	2	71	7	63	3	65		61		59	1

FONTES: Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 2 de abril de 1881, mapa 1; 2 de abril de 1882, mapa 1. *APMT*. Manuscritos. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 30 de maio de 1885; 31 de maio de 1886, mapa; 6 de junho de 1887, mapa.

Pela tabela acima, podemos ver que, na cadeia de Cuiabá, não havia, até 1885, condenados à pena de prisão com trabalho, pois, como vimos, a pena era comutada para prisão simples no momento da sentença; em 1887, porém, a pena de prisão com trabalho aparece desmembrada da de prisão simples, por conta da tentativa de instalação de oficinas feita pelo chefe de polícia.

Se a instalação de oficinas e de uma escola primária para desenvolvimento dos presos encontrava impedimentos de ordem financeira, muito mais o era o aumento da cadeia de Cuiabá, que exigia grandes recursos, com os quais a província não podia arcar; na década de 1880, a dificuldade que tinha em ser financeiramente independente se fazia a cada ano mais presente. Assim, muitos dos projetos pretendidos não puderam ser realizados. Como, em 1879, ainda não havia sido possível melhorar o abastecimento de água em Cuiabá, o presidente João José Pedrosa sugeriu a contratação de um empréstimo no valor de 250:000\$000 para a construção do sistema, devidamente aprovado pela assembleia. Tal medida implicou em um grande endividamento

provincial; em 1883, por exemplo, foram emitidas apólices no valor de 165:250\$000 para saldar essa dívida⁸⁴⁷.

A canalização da água para a cadeia, contratada com João Frick por 1:520\$000, não pôde ser levada a efeito, por ser o ponto do encanamento de onde devia partir a derivação, em frente ao Arsenal de Guerra, de nível inferior àquele no interior do pátio da cadeia, onde tinha sido colocada a torneira; os galés, então, continuaram a ir ao porto geral da cidade, no rio Cuiabá, e carregar a água por cerca de 500 metros em pequenos barris. Além desse serviço, o chefe de polícia, notando que a praça onde estavam o Arsenal de Guerra e a cadeia estava coberta de mato, ordenou que estes sentenciados fizessem o trabalho de poda e aplainamento da praça que, no final de 1884, já se achava pronta para ser arborizada⁸⁴⁸. As dificuldades financeiras da província, contudo, ainda teriam largo impacto na situação da cadeia da capital.

Em 1886, o presidente da província calculava que, da receita total, mais de 18% era suprimento geral para a força pública e 62% de impostos internos cobrados da pequena lavoura, da economia dos proprietários urbanos, dos gêneros estrangeiros e nacionais de primeira necessidade e das pequenas indústrias, ofícios e transações de que subsistiam entre o povo. Apenas 20,5% era rendimento dos impostos de exportação, que costumavam ser os mais altos em províncias mais ricas. Entre 1885 e 1886, o governo ainda aumentou em 3% a taxa sobre a erva-mate, principal produto de exportação à época, mas teve de diminuir em 4% o imposto sobre o gado, para não travar a produção.

⁸⁴⁷GARCIA, D. S. da C. op. cit., p. 107-108. Para o abastecimento de água em Cuiabá foram empregados velhos canos de espingarda retorcidos, por meio dos quais a água escorria das 6 às 8 horas da manhã e das 5 às 8 horas da noite. MACHADO FILHO, O. op. cit., p. 27.

⁸⁴⁸Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de outubro de 1884, p. 5.

Tabela 19 – Produção e tributação dos gêneros exportados pela província de Mato Grosso (1885-1886)

1885			
Qualidade	Valor oficial	Imposto	Porcentagem
Erva-mate	337:083\$000	16:854\$150	5%
Couros	141:290\$000	14:129\$000	10%
Gado vaccum	66:036\$000	11:006\$000	17%
Poaia	43:739\$500	4:373\$950	10%
Caldo de carne	43:200\$000	4:320\$000	10%
Chifres	2:460\$000	246\$000	10%
Açúcar, café, carne seca, crina de animais, fumo e graxa	2:084\$380	208\$438	10%
Cal de pedra	4:072\$000	203\$600	5%
TOTAL ARRECADADO	51:341\$138		

1886			
Qualidade	Valor oficial	Imposto	Porcentagem
Erva-mate	481:476\$000	40:123\$000	8%
Gado vaccum	158:265\$000	21:102\$000	13%
Couros	117:485\$000	11:748\$500	10%
Poaia	55:140\$350	5:514\$030	10%
TOTAL ARRECADADO	78:487\$530		

FONTES: Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 12 de julho de 1886, p. 36; 1º de novembro de 1887, p. 101-105.

Já as despesas eram quase em um terço consumidas com o funcionalismo público, ativo e inativo. Dessa forma, sobrava pouco para a realização de novos investimentos:

Importou a despesa do mesmo exercício em 235:449\$118, ou 263:623\$572 se incluir-se a quantia de 28:174\$454 que ficou por pagar. Mais de 32,5% daquele total ou 76:802\$162 foram absorvidos em vencimentos do pessoal ativo e inativo e dos agentes da administração pública; a força policial consumiu mais do que consignaram-lhe os cofres gerais, incluindo-se o que ficou em dívida, e a instrução pública despendeu 35:332\$877, ficando ainda credora de 5:970\$500. Com estes serviços, pois, despendeu-se a soma de

153:756\$712, restando somente 81:692\$406 para os demais, que não são poucos, entre os quais se torna saliente o das obras públicas pela quota insignificante que lhe coube – 11:833\$280 apenas. Com tão exígua quantia, na qual, além disto, incluem-se 800\$000 de vencimentos do engenheiro da província, compreende-se que nenhuma obra de importância pôde empreender-se, não passando por isso o melhoramento material que executou-se de pequenos reparos de igrejas, pontes e cadeias, de um insignificante trabalho de desencachoeiramento no rio Cuiabá e da aquisição de uma barca de passagem para o Paranaíba⁸⁴⁹.

Em 1887, a dívida provincial já havia chegado a 230:000\$000; mesmo com o crescimento do aparelho fiscal, o arrecadado não era suficiente para suprir as necessidades da província⁸⁵⁰. Houve estagnação da agricultura, em boa parte por conta dos ataques indígenas, que arrasavam as plantações, roubavam o gado e assassinavam os proprietários. Tal era a situação que, em 13 de fevereiro de 1888, o deputado dr. João de Moraes e Mattos mandou um projeto de lei reduzindo os vencimentos dos empregados públicos, aprovado em 16 de fevereiro. Nas sessões daquele ano, houve várias propostas para a supressão de cargos e a diminuição de vencimentos dos funcionários da província; ainda naquele dia, foi aprovada a supressão de dois lugares de amanuenses na Secretaria da Presidência e redução da gratificação anual do secretário⁸⁵¹.

Em 1886, o chefe de polícia clamava pelo fornecimento de vestuário aos presos pobres e novamente pela criação de oficinas e escola primária na cadeia de Cuiabá:

A desta capital ressentida da falta de segurança e de prisões em número suficiente para a separação dos réus conforme suas circunstâncias e natureza dos crimes; e essas faltas, a primeira das quais é devida à própria construção do edifício, feito de adobe, à fraqueza das portas e grades das prisões, algumas das quais são de madeira sem drapeamento de ferro torna de perigosa guarda os presos ali encarcerados (...). A consequência é a acumulação dos detentos em compartimentos relativamente acanhados para o número dos que se acham aí recolhidos, prejudicando as condições higiênicas que devem ter as prisões, sendo a causa da anemia e outras moléstias de que são geralmente afetados os presos. Esse mal, porém, não podendo ser removido senão com a separação deles em novos compartimentos torna urgente a conclusão das obras desse edifício para o qual são remetidos os criminosos de diversas localidades da província, onde a falta de cadeias ou a pouca segurança delas não permite que sejam aí

⁸⁴⁹Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 12 de julho de 1886, p. 35.

⁸⁵⁰GARCIA, D. S. da C. op. cit., p. 108.

⁸⁵¹Atas das sessões da assembleia legislativa provincial de Mato Grosso, 13 e 16 de fevereiro de 1888.

conservados. Além dessa providência (...) o fornecimento de vestuário aos presos pobres reclama instantemente a atenção da ilustre assembleia provincial. O aspecto das prisões da cadeia pública ao mesmo tempo que repugna à vista pelo estado andrajoso dos detentos, quase todos miseráveis, infunde dó e compaixão sem que a autoridade que ali tem inspeção seja dado melhorar a sorte dos infelizes. Conceder-lhes o pão da caridade para que não morram de fome e negar-lhes a vestimenta para cobrir os corpos nus é cumprir a meio um dever. (...) Uma outra providência, que reputo indispensável, é a criação de oficinas de trabalho nesse estabelecimento público, não só para que possam os réus cumprir suas penas, quando forem a ela sentenciados, como também para aqueles que sendo condenados à prisão simples voluntariamente quiserem aplicar-se ao trabalho. (...) Reclusos em comunhão, no meio de indivíduos corrompidos e muitas vezes já bastante afeitos à prática de crimes, em completa ociosidade, e entregues a perigosas cogitações, aqueles dos criminosos que podiam ser restituídos à sociedade completamente regenerados, tornam-se pelo contato mais desmoralizados e mais pervertidos. (...) Não basta porém dar-lhe uma educação profissional, é mister também educar a sua inteligência e purificar-lhe o coração. (...) A par da oficina, obra-se uma escola para que ao mesmo tempo que o condenado se moraliza pelo trabalho, eleve seu espírito pela instrução⁸⁵².

Contudo, em 1888, embora o presidente da província reconhecesse a urgente necessidade de conclusão da planta da cadeia, argumentava que tinha se “abstido de empreender a sua execução enquanto os cofres da província não se acharem em estado de ocorrer pontualmente às despesas que daí resultarem”. Por isso, o único melhoramento que se fez na instituição foi seu retelhamento, orçado em 223\$458⁸⁵³.

Dessa maneira, vemos que a província de Mato Grosso, embora tivesse interesse em acompanhar as mudanças instituídas pelo Código Criminal de 1830 e tentasse construir uma casa de correção ou ao menos oficinas na cadeia, não pôde empreender esses projetos por falta de receita. A fim de tornar executável a pena de prisão com trabalho enquanto não houvesse instituição para esse fim, valeu-se das instalações militares já prontas, como o Arsenal de Guerra, para que os presos pudessem trabalhar em suas oficinas, e o próprio quartel do corpo de ligeiros, enquanto não havia prisão civil em Cuiabá.

Nos picos de desenvolvimento econômico, vemos o esforço em seguir os preceitos constitucionais e do código criminal; no final da década de 1850, foi feito um

⁸⁵²APMT. Manuscritos. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 31 de maio de 1886.

⁸⁵³Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 4 de outubro de 1872, p. 25; 1º de novembro de 1878, p. 40; 20 de outubro de 1888, p. 33. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 29 de abril de 1876, p. 16-17; 2 de abril de 1881, mapa 1.

alto investimento para construção de uma sólida cadeia na capital, que receberia os condenados de toda a província com asseio, acomodação e segurança necessários; anos depois, na década de 1870, buscou-se estabelecer uma escola de primeiras letras, a fim de moralizar os presos pela instrução, e instalar oficinas, para regenerá-los pelo trabalho. Contudo, ao longo de todo o século XIX, Mato Grosso se viu dependente de recursos e auxílios do tesouro geral para a realização da estruturação mais básica da província, em detrimento de outros melhoramentos materiais. Com isso, a cadeia em Cuiabá permaneceu inacabada e insuficiente para conter o número de presos, podendo apenas aplicar a pena de prisão simples a todos os condenados.

3.2 AS DEMAIS CADEIAS DO INTERIOR MATO-GROSSENSE

No interior da província, as cadeias também sofriam pela falta de recursos financeiros. Em 1837, dos quatro municípios existentes em Mato Grosso, apenas dois tinham edifícios próprios para prisões: a vila de Poconé e a cidade de Mato Grosso, cujas cadeias ainda assim eram consideradas sofríveis. Em Diamantino, alugava-se uma casa que não oferecia segurança alguma e, em Cuiabá, como vimos, os presos eram recolhidos em prisões militares⁸⁵⁴. Assim, para os anos financeiros de 1838-1839 e 1839-1840, os deputados provinciais votaram 8:000\$000 e 4:000\$000, respectivamente, para a construção das duas cadeias que faltavam e reparos nas existentes.

O edifício que servia de cadeia na cidade de Mato Grosso, construído em 1752 – quando a cidade ainda era capital da província –, ficava na praça do Palácio, ao lado do quartel. Tinha quatro compartimentos térreos, sendo a sala da frente para prisão de homens, com 7,3 m de frente por 6,3 m de fundo; uma prisão para as mulheres, virada para os fundos, de mesmo comprimento; uma sala de 3,9 m x 6,3 m que servia de entrada da cadeia; e outra de 3,9 m x 2,5 m de fundo. Acima havia também um sótão entre o forro e o teto, onde provavelmente funcionava a câmara. Apesar de solidamente

⁸⁵⁴Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de março de 1837, p. 23.

construída, necessitava reparos; além disso, era um cárcere sem janelas, onde o ar não circulava e havia muita umidade⁸⁵⁵.

Na vila de Diamantino funcionava como cadeia um pequeno quarto de um negociante que o alugara apenas para corrigir policialmente seus camaradas; quando estes se foram para o Pará, não quis mais alugá-lo, ficando a vila sem prisão. Em Poconé, a casa havia recebido reparos recentemente, mas não podia ser usada por causa de uma infestação de morcegos⁸⁵⁶.

A iniciativa para a construção de cadeias muitas vezes vinha da própria câmara municipal, que relatava a necessidade e pedia consignação provincial para a assembleia. Ainda em 1836, a vila do Diamantino apresentou à assembleia a planta e o orçamento para a construção da cadeia; o deputado José Gomes da Silva requereu que se nomeasse uma comissão para dar parecer sobre os documentos enviados, mas, como estavam em sessão extraordinária, foi decidido que o encaminhamento seria tratado no ano seguinte⁸⁵⁷.

Para que as obras pudessem ser iniciadas sem prejudicar a receita provincial, a assembleia se serviu, inúmeras vezes, do expediente de decretar que as verbas para consertos e construções das cadeias deveriam correr por conta dos cofres municipais, a fim de desafogar as obrigações da província. Para o ano financeiro de 1838-1839, a câmara de Diamantino recebeu como consignação no orçamento municipal 1:500\$000 para a construção da cadeia e, em 1840-1841, mais 340\$000. Em 1842, foi apresentada à assembleia uma nova planta, a partir da qual a câmara de Diamantino começou a fazer a obra. Em 1847, o pequeno edifício já estava coberto com telhas e com os alicerces assentados, mas necessitava de mais verbas para completá-lo⁸⁵⁸.

Como podemos ver na tabela abaixo, cada um dos quatro municípios era composto por várias freguesias (à exceção da cidade de Mato Grosso, que só tinha uma povoação), muitas vezes bastante dispersas. Assim, para evitar grandes deslocamentos e, conforme a povoação aumentava, se fazia necessária a construção de casas de detenção que pudessem recolher os criminosos capturados enquanto não fossem remetidos para a cabeça do termo ou comarca.

⁸⁵⁵Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 2 de março de 1839, p. 32; 3 de maio de 1862, p. 12. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 29 de abril de 1876, p. 21-23.

⁸⁵⁶Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1847, p. 12-13.

⁸⁵⁷Atas das sessões da assembleia legislativa provincial de Mato Grosso, 5 de dezembro de 1836.

⁸⁵⁸Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1847, p. 13.

Tabela 20 – Mapa da população livre e escrava da província de Mato Grosso em 1849

Municípios	Freguesias	População		
		Livres	Escravos	TOTAL
Cuiabá	Bom Jesus de Cuiabá	2846	2654	5500
	S. Gonçalo de Pedro II	1552	556	2108
	N. Sr. ^a das Brotas	1412	154	1566
	S. Antônio do Rio Cuiabá Abaixo	2755	579	3334
	N. Sr. ^a do Livramento	1152	1069	2221
	Santana da Chapada	669	1551	2220
	Santa Cruz do Piqueri	19	5	24
Mato Grosso	Santíssima Trindade de Mato Grosso	2210	530	2740
Diamantino	N. Sr. ^a da Conceição do Alto Paraguai Diamantino	1833	1129	3012
	N. Sr. ^a do Rosário do Rio Cuiabá Acima	1794	376	2170
	N. Sr. ^a do Rosário do Poconé	1596	1404	3000
Poconé	S. Luiz de Vila Maria	890	246	1136
	N. Sr. ^a da Conceição de Albuquerque	1839	55	1894
	N. Sr. ^a do Carmo de Miranda	530	178	708
	Santana do Paranaíba	800	400	1200
SOMA		21947	10886	32833

FONTE: Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1849, p. 31.

Pela tabela, vemos que pouco mais da metade da população da província vivia nas freguesias que formavam o município de Cuiabá, região de povoação mais antiga, onde se desenvolveu a mineração, e que agora estava voltada para a produção de açúcar e demais derivados da cana (rapadura, aguardente) e outros gêneros de abastecimento, como feijão, milho, café e mandioca. Por este motivo, inclusive, o número de escravos era maior nessa região, representando 38,7% da população local, pois eram empregados em trabalhos nos engenhos e nas lavouras⁸⁵⁹.

A concentração populacional demandava a instalação de mais cárceres nessa região, que não podia ficar dependente da cadeia da capital que, inclusive, como vimos, só teve iniciada sua construção em 1858. No entanto, como as rendas provinciais eram poucas – e os deputados procuravam concentrá-las na construção da instituição carcerária de Cuiabá –, as freguesias e vilas tinham que dispor de outros recursos para construir suas cadeias. Em 1838, por exemplo, estava sendo edificada uma casa de prisão na freguesia do Livramento à custa de subscrições dos habitantes, às quais o governo provincial decidiu auxiliar com a irrisória quantia de 100\$000; porém, em 1839, a obra, que já estava adiantada, foi paralisada por falta de recursos, uma vez que

⁸⁵⁹VOLPATO, L. R. R. op. cit., p. 36.

as rendas municipais eram absorvidas pelos ordenados de seus empregados, sobrando pouco para as obras públicas⁸⁶⁰. Dois anos depois, parte das paredes já estava deteriorada pelo abandono e a freguesia clamava por mais verbas para terminá-la, além do acréscimo de mais um cômodo para servir de corpo da guarda⁸⁶¹.

Para a freguesia da Chapada, o juiz de paz propôs a construção de uma casa de prisão pelas frequentes desordens que ali apareciam sem que houvesse recursos para contê-las, “porquanto existindo um tronco exposto em uma casa aberta não se anima a usar de semelhante prisão por a julgar anticonstitucional, ficando assim impunes a maior parte das desordens e bebedeiras ali cometidas”⁸⁶².

Um dos motivos levantados pelas autoridades para criminalidade em Mato Grosso era o fato de que não havia cadeias ou casas de detenção suficientes para abrigar os réus dispersos na província. Contudo, eles alegavam que outros problemas na estrutura administrativa provincial também impediam o bom funcionamento da justiça. A falta de polícia para vigilância e captura de criminosos, por exemplo, era patente em toda província. Na primeira sessão da assembleia provincial, em 1835, criou-se uma lei que instituía os “homens do mato”, corporação policial que atuaria na cidade de Cuiabá, composta por 1 comandante ou capitão, 3 cabos e 24 soldados, a serem pagos pela câmara cuiabana. Em 1840, o deputado Antonio José da Silva⁸⁶³ requeria do governo qual a execução que tinha tido essa lei; o secretário mandou resposta dizendo que a corporação não havia sido criada por falta de recursos⁸⁶⁴.

De fato, o trabalho de polícia vinha sendo feito pelos guardas municipais permanentes na capital e pelo corpo de ligeiros, do Exército, no restante da província. Em dezembro de 1836, a assembleia decidiu que a guarda municipal cuiabana fosse

⁸⁶⁰Essa situação continuou muito comum na província de Mato Grosso. Conforme o presidente Augusto Leverger, em 1852: “Por exemplo, algumas pessoas piedosas cotizam-se para reparar-se a matriz da sua freguesia; um lavrador se propõe a consertar uma ponte próxima do seu sítio; os habitantes de uma povoação empreendem a construção de uma casa de prisão; mas, porque venha a faltar a estes e àqueles algum auxílio de materiais ou de operários, descoroçoam e desistem de seu intento; e, assim, deixam de fazerem-se obras úteis que se levariam a efeito tendo o governo da província a faculdade de prestar os precisos auxílios”. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1852, p. 36-37.

⁸⁶¹Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de março de 1838, p. 18. *APMT*. Manuscritos. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de março de 1841.

⁸⁶²*APMT*. Manuscritos. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de março de 1841.

⁸⁶³Nas sessões da assembleia, Antonio José da Silva frisou as fragilidades claramente visíveis da província, como a falta de cadeias apropriadas e a perambulação de pessoas ociosas francamente armadas, sem receio de justiça. Por isso, entendia que a assembleia deveria concentrar esforços para a criação da guarda rural. SENA, E. C. de. op. cit., p. 60.

⁸⁶⁴Lei n. 30 de 5 de setembro de 1835. Atas das sessões da assembleia legislativa provincial de Mato Grosso, 24, 27 de março, 1º de abril de 1840.

dissolvida, e a capital também passou a contar com o corpo de ligeiros para o serviço policial⁸⁶⁵. Houve também a coadjuvação dos guardas nacionais, sobretudo nos momentos de maior tensão política, como durante a Rusga, a estada do presidente no forte de Coimbra (1855-1856) e a Guerra do Paraguai.

Em 1837, eram 484 praças do corpo de ligeiros atuando, sendo 240 em Cuiabá e o restante em diferentes pontos da província. Segundo o presidente Estêvão Ribeiro de Rezende, eles prestavam um bom serviço, velando diuturnamente várias áreas e prendendo ou afugentando malfeitores, apesar de não terem uma organização própria para isso. Por esse motivo, “e por conhecer a impossibilidade que há de levar a efeito a criação, e organização de um corpo policial (atenta a falta de rendas para uma tal despesa)”, Ribeiro de Rezende entendia que era melhor conservar essa força tal qual se achava⁸⁶⁶. Em 1840, o corpo de ligeiros foi extinto, e a força policial passou a ser feita por praças dos novos corpos de 1ª linha, também do Exército⁸⁶⁷.

Conforme a tabela abaixo, a partir do ano financeiro de 1840, os soldados de 1ª linha desviados do serviço militar para o policial deixaram de receber gratificações por este trabalho. Para o presidente da província, seria necessária a criação de uma pequena força de 40 a 50 praças ou ao menos voltar a pagar o suplemento para que o serviço fosse executado com regularidade. Em 1846, não havia corpos de linha estacionados nos termos de Poconé e Diamantino e “tem sido preciso, para prover a segurança das cadeias e a polícia das povoações, conservar pequenos destacamentos de 1ª linha”, os quais não deveriam mais continuar porque, segundo aviso do ministro da Guerra, tais destacamentos eram contrários à disciplina, “como de fato a experiência o mostra todos os dias”. A partir de 1849, o policiamento em Cuiabá passou a ser efetuado pelos soldados da companhia de pedestres e nas outras povoações ainda pelos destacamentos do corpo de linha. Nesse período, a província apenas despendia recursos para a gratificação dada ao comandante de pedestres, de 300\$000 anuais. Augusto Leverger, em 1851, ironizava o baixo valor despendido com a polícia, dizendo que não havia

⁸⁶⁵Mediante uma gratificação pelo serviço extra prestado. Resolução provincial n. 11 de 30 de dezembro de 1836.

⁸⁶⁶Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de julho de 1835, p. 6-7; 1º de março de 1837, p. 24-25; 2 de março de 1839, p. 36-37.

⁸⁶⁷Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de março de 1840, p. 30.

pessoa de alguma abastança que não gastasse igual ou maior quantia para a conservação e segurança de suas propriedades⁸⁶⁸.

Tabela 21 – Verbas orçadas para a força policial da província de Mato Grosso (1836-1859)

Ano financeiro	Orçamento	Rubrica
1836-1837	13:193\$200	Com as guardas policiais
1837-1838	3:300\$000	Com a Força policial, em conformidade da lei de 30 de dezembro de 1836
1838-1839	2:800\$000	Com a Força pública
1839-1840	4:000\$000	Com a Força pública (com o serviço policial e com clarins, cornetas, bandeiras, livros e expediente das guardas nacionais)
1840-1841	600\$000	Com clarins, cornetas, bandeiras, livros e expediente das guardas nacionais
1842-1843	300\$000	Com a Força pública (expediente e luzes para o quartel da polícia; consignação para clarins, cornetas, e livros para os corpos da Guarda Nacional)
1843-1844	140\$000	Com a Força pública (expediente e livros para o quartel da polícia; consignação para clarins, cornetas, e livros para os corpos da Guarda Nacional)
1844-1845	80\$000	Com luzes para o quartel da polícia
1850-1851	425\$000	Gratificação ao comandante da polícia na razão de 300\$000 por ano, contando de 1º de fevereiro em diante
1851-1852	300\$000	Gratificação ao comandante da polícia
1852-1853	300\$000	Gratificação ao comandante da polícia
1854	300\$000	Gratificação ao comandante da polícia
1855	300\$000	Gratificação ao comandante da polícia
1858	300\$000	Gratificação ao comandante da polícia
1859	300\$000	Gratificação ao comandante da Companhia de Pedestres enquanto este fizer o serviço de polícia

FONTES: Coleção das leis promulgadas pela assembleia provincial de Mato Grosso (1835-1858).

A falta de uma corporação específica para o policiamento da província fazia com que militares fossem enviados para fazer este trabalho em detrimento das atividades próprias do Exército, como argumentava o presidente da província Joaquim José de Oliveira:

⁸⁶⁸Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de março de 1845, p. 9; 10 de junho de 1846, p. 10-11; 3 de maio de 1849, p. 7; 10 de maio de 1851, p. 17.

Muito conviria se nessa província se organizasse, como nas mais províncias do império, um corpo especial para o serviço de polícia, a fim de que as praças da companhia de pedestres, que fazem esse serviço, pudessem empregar-se nos destacamentos do sertão, ficando os corpos de linha apenas para a defesa das fronteiras⁸⁶⁹.

Além da ausência de um corpo policial que ficasse responsável pela captura, vigilância e transporte de criminosos, a província também se ressentia da falta de juízes letrados, o que atravancava os processos criminais e atrasava os julgamentos, sendo considerado “um grande estorvo e transtorno à administração da justiça”⁸⁷⁰.

Muitos juízes designados para Mato Grosso nem sequer assumiam o posto, por conta da distância desta província dos grandes centros econômicos do Império; ou, os que o faziam, tratavam logo de pedir transferência para os centros litorâneos⁸⁷¹. Pascoal Domingues de Miranda, que era juiz de direito de Cuiabá, foi demitido em 1836 por estar fora da província havia dois anos⁸⁷². Em 1839, as duas comarcas existentes⁸⁷³ estavam sem juiz formado porque o magistrado da capital, Antonio Navarro de Abreu, havia se mudado para a Corte para exercer o cargo de deputado geral, e o que foi nomeado para a segunda comarca ainda não havia recebido a aprovação. Assim, os cargos eram preenchidos por juízes interinos que, segundo o presidente, eram homens sem o conhecimento necessário que ficavam “à testa da vida e fazenda dos nossos concidadãos”⁸⁷⁴.

Havia também dificuldades para arregimentar homens capacitados para compor o júri. Durante o ano de 1838, por exemplo, houve na capital e em Poconé apenas duas sessões de jurados; em Diamantino uma. Já em Mato Grosso, desde que fora promulgado o Código de Processo Criminal (1832), nenhuma sessão havia sido realizada; ademais, as juntas de paz, à exceção da cuiabana, havia dois anos que não se reuniam. Ainda em 1845, havia dificuldades em todos os termos de fazer as reuniões dos jurados em número legal, o que provinha, segundo o presidente da província, da pouca dedicação dos sorteados mas também das grandes distâncias e dos maus caminhos. Tal foi o caso que, em 1847, reconheceu-se que na cidade de Mato Grosso

⁸⁶⁹Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 8 de setembro de 1849, p. 11.

⁸⁷⁰Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de julho de 1835, p. 7-8.

⁸⁷¹SENA, E. C. de. op. cit., p. 211-212.

⁸⁷²Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 30 de novembro de 1836, p. 7.

⁸⁷³A de Cuiabá, que englobava a capital e Diamantino, e a da cidade do Mato Grosso, que reunia esta e a vila de Poconé. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 2 de março de 1839, p. 24.

⁸⁷⁴Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 2 de março de 1836, p. 4; 1º de março de 1837, p. 22; 8 de setembro de 1849, p. 11.

não havia pessoas qualificadas o suficiente para compor o júri; por isso, passou-se a formar um só conselho com o termo de Poconé⁸⁷⁵. Anos antes, em 1840, o presidente da província, dr. Estêvão Ribeiro de Rezende, que também havia tido experiência como chefe de polícia em Minas Gerais e em São Paulo, admitia que:

A falta ou ineficácia da proteção das leis, a ineptidão ou negligência dos juízes de paz, a incerteza da imposição das penas, a maneira fraca porque se acha organizada a nossa polícia sem um centro de ação enérgico e forte e, finalmente, a falta de prisões seguras, são as causas principais da impunidade dos delitos, da qual deve de força resultar o seu aumento⁸⁷⁶.

A província de Mato Grosso enfrentava outra importante questão relacionada ao controle social que não podia ser resolvida pelas vias judiciais: os ataques dos índios selvagens. Em 1837, calculava-se em 53 o número de nações indígenas conhecidas, mas somente dez tinham boas relações com a população que habitava as vilas. Os Apiacás, por exemplo, ajudavam na navegação do rio Juruena para o Pará; e os Jacarés e Caripunas, na navegação pelo Guaporé⁸⁷⁷. Mas os índios Cabaçais, que percorriam a região entre os rios Paraguai e Jauru, eram hostis e atacavam os que faziam a viagem de Vila Maria a Mato Grosso, além de, conforme a documentação oficial, cometerem roubos nas plantações e casas de moradores vizinhos do rio Jauru. Não raramente, estes ataques terminavam em assassinatos, como o do negociante Joaquim Pereira de Souza Leite e seu escravo, junto ao ribeirão das Pitas. Os índios Parecis perseguiram os moradores de Lavrinhas, “perpetrando roubos e insultos”. Já os índios Coroados ameaçavam os que passavam pela estrada para Goiás e pelas imediações do rio São Lourenço, na estrada nova do Piqueri. Segundo o presidente da província, estes estavam descontentes porque o novo caminho passava por um lugar onde tinham alojamento; por isso, em 1840, atacaram a fazenda do capitão Victoriano José de Couto, onde assassinaram duas pessoas e feriram gravemente uma; na estrada de Goiás, causaram a

⁸⁷⁵Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de março de 1845, p. 5-7; 3 de maio de 1847, p. 5.

⁸⁷⁶Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de março de 1840, p. 13.

⁸⁷⁷Segundo o presidente da província, os Aicurus, Terenas, Guanás, Laíanas, Guatós, Quinquinaos também prestavam importantes serviços na fronteira do Baixo Paraguai. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de março de 1837, p. 18; 1º de março de 1840, p. 16.

morte de mais cinco pessoas, mataram grande número de gado, destruíram e roubaram as plantações, e lançaram fogo sobre as casas⁸⁷⁸.

Essas situações não podiam ser resolvidas com prisões, pois os índios não estavam sujeitos à lei penal⁸⁷⁹. Por isso, outras medidas teriam de ser tomadas para evitar as agressões. No caso dos índios Cabaçais, em 1838, o governo convocou uma bandeira⁸⁸⁰ de 110 pessoas, sob direção do delegado de Vila Maria; eles recuperaram os objetos roubados e apreenderam quatro adultos e 24 crianças, que foram entregues a moradores da vila que pudessem educá-los. Contra os Coroados, em 1840, foi montada uma bandeira com 50 homens, inclusive soldados de linha, mas não conseguiram capturá-los, pois os índios se embrenharam nas matas, e o único trilhador da expedição havia ficado doente. Como a província não tinha mais recursos para uma segunda bandeira, o presidente decidiu criar dois destacamentos interinos de 1ª linha: um em São Lourenço (estrada do Piqueri) e outro no Sangrador Grande (estrada para Goiás)⁸⁸¹.

Os índios, porém, seguiram aterrorizando os habitantes da província. Em 1848, três moradores do distrito de Miranda foram assassinados pelos índios Caiuás; o presidente da província expediu então ordem para que saísse uma bandeira a fim de

⁸⁷⁸Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de março de 1838, p. 10-12.

⁸⁷⁹O código criminal de 1830 foi omissivo em relação aos índios. Contudo, em regra, as autoridades se valiam das disposições apresentadas na lei de 27 de outubro de 1831, que revogava as guerras justas e proibia a servidão indígena. No artigo 4º desta lei, os índios deveriam ser considerados como órfãos e entregues ao juizado responsável, conforme título 88 do livro I das Ordenações Filipinas. Embora a carta estivesse falando dos índios que foram escravizados, generalizou-se a determinação, considerando todos os índios como inimputáveis. SOUZA FILHO, C. F. Marés de. O direito envergonhado: o direito e os índios no Brasil. In: **Revista IIDH**, vol.15, enero/junio, San José: El Instituto, 1992, p. 145-166. Mesma interpretação oferece o presidente da província dr. João José Pedrosa, em 1878, quando recebeu como prisioneiras duas índias com seus dois filhos: “A essas índias dei destino conveniente, mandando-as entregar, com as crianças, ao dr. juiz de direito, pois que são todos eles equiparados aos órfãos na nossa legislação”. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de novembro de 1878, p. 35.

⁸⁸⁰Apesar de o presidente da província utilizar o termo “bandeira”, esta expedição não tinha como objetivo apreender os índios a fim de escravizá-los. Elas pretendiam afugentá-los para o interior e os que fossem presos seriam educados pelos moradores da vila. Entretanto, como veremos, essa medida será duramente criticada na província do Mato Grosso a partir da década de 1870. Segundo Manuela Carneiro da Cunha, entre o fim do século XVIII até meados do século XIX, os debates sobre a questão indigenista giravam em torno de “se se devem exterminar os índios ‘bravos’, ‘desinfestando’ os sertões – solução em geral propícia aos colonos – ou se cumpre civilizá-los e incluí-los na sociedade política – solução em geral propugnada por estadistas e que supunha sua possível incorporação como mão de obra. Ou seja, nos termos da época, se se deve usar de brandura ou de violência”. A solução pacífica pressupunha o estabelecimento dos índios em aldeamento, submetidos ao “jugo da lei”. CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 57 e 61.

⁸⁸¹A bandeira enviada não conseguiu alcançar os índios, mas acabou encontrando e destruindo um quilombo que havia junto à barra do rio Piraputanga. Tinha 16 casas de morada, sendo dois sobrados, além de grandes roçados; alguns quilombolas fugiram, mas muitos foram presos. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de março de 1838, p. 10-11; 1º de março de 1840, p. 15-16; 33-34.

afugentar ou capturar os índios; apesar de reconhecer que esse tipo de expedição não se coadunava com a legislação moderna, a autoridade entendia que não havia outros meios. Em 1851, os índios Coroados provocaram mortes e depredações em estabelecimentos rurais vizinhos do rio São Lourenço; os Cabixis e os Maimbarés atacaram um engenho a sete léguas da cidade de Mato Grosso e, em dezembro daquele ano, os Barbados atacaram uma comitiva que ia da Vila do Diamantino para Vila Maria⁸⁸².

O governo tinha claramente formas distintas de lidar com os índios “selvagens” e com aqueles que lhes pareciam mais amistosos. Nestes casos, as autoridades ofereciam brindes, como ferramentas para lavoura, conserto daquelas que eles já traziam, e vestuário, a fim de manter as boas relações⁸⁸³. Além disso, buscavam alocá-los em aldeamentos para sua catequese; em 1845, por exemplo, havia 8.868 índios catequizados, sem contar os aldeados no Piqueri e no Jauru. O objetivo era não só “domesticar os índios e torná-los imperfeitos cristãos” mas também “fixá-los na vida civil, e fazer-lhes contrair o hábito do trabalho, a que são avessos”⁸⁸⁴.

A falta de recursos financeiros e de pessoal habilitado para ser juiz ou jurado acarretava baixo policiamento, alto índice de impunidade, dificuldades em aplacar os ataques indígenas e cadeias inacabadas. Contudo, a partir da década de 1850, com o crescimento econômico a que já nos referimos, por conta da instalação de mercados – que facilitavam a arrecadação de impostos –, e da abertura para navegação do rio Paraguai – que ensejava uma maior comercialização de produtos –, muitas das obras que haviam se arrastado nas primeiras décadas puderam ser finalizadas com a junção de recursos provinciais, municipais e particulares. Assim, em 1853, foram concluídas a cadeia de Diamantino e a casa de detenção na freguesia do Rosário (pertencente ao município de Diamantino); em 1856, as cadeias das freguesias do Livramento, da Chapada (ambas do município de Cuiabá) e de Santana do Paranaíba e, em 1859, a cadeia de Vila Maria (essas duas pertencentes a Poconé)⁸⁸⁵.

A câmara de Diamantino recebeu dotação provincial de 700\$000 para a construção da cadeia e do curral público em 1851-1852; já dos cofres municipais foram despendidos 300\$000 anuais em 1847-1848 e 1848-1849, e mais 500\$000 em 1849-

⁸⁸²Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1849, p. 4; 10 de maio de 1851, p. 3-6.

⁸⁸³Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de março de 1840, p. 16.

⁸⁸⁴Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de março de 1845, p. 27-28.

⁸⁸⁵Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1853, p. 24; 4 de dezembro de 1856, p. 15; 3 de maio de 1859, p. 8.

1850⁸⁸⁶. A freguesia de Livramento recebeu do governo provincial a consignação de 500\$000, em 1844-1845, e 200\$000, em 1847-1848, para a sua casa de detenção; ademais, o produto de subscrições entre seus habitantes também auxiliou nas despesas⁸⁸⁷.

Em 1851, o contador provincial colocou à disposição do subdelegado da freguesia de Rosário do Rio Acima a quantia de 420\$000, com os quais ele pôde construir uma pequena casa de prisão, com a ajuda dos habitantes. Por sua vez, o subdelegado da freguesia da Chapada, em 1852, se ofereceu para promover uma subscrição entre os comparoquianos para a construção de uma casa de detenção. Ademais, para o ano de 1855, a assembleia consignou dois contos para a fatura dessa casa de prisão e da estrada que ligava a Chapada à capital; o restante da obra foi feito às expensas do tenente-coronel João José de Siqueira, que também mandou reparar a estrada da mesma freguesia⁸⁸⁸.

Para a freguesia de Santana do Paranaíba, o governo provincial autorizou o repasse de verba para a construção de uma casa de prisão para o ano financeiro de 1849-1850, “despendendo para isso os rendimentos da respectiva coletoria até 600\$000”. Este valor foi encaminhado ao subdelegado; contudo, em 1852, a obra ainda não tinha começado, apesar de ter sido projetada com simplicidade e reduzida às proporções indispensáveis para o fim a que se destinava. Com a ajuda dos moradores, cuja renda também havia crescido com a exportação do gado, a obra ficou pronta em 1856; em 10 de agosto de 1857, o cidadão Martim Gabriel de Mello Taques e sua mulher doaram a casa que serviria para as sessões da câmara, tornando possível a elevação à vila ainda naquele ano⁸⁸⁹. Em Vila Maria, a iniciativa para a construção da casa de câmara e cadeia foi toda dos moradores. Em 1858, eles se reuniram e juntaram 5:000\$000, com

⁸⁸⁶Diamantino também recebeu do governo provincial dotação de aluguel de uma casa para prisão enquanto a cadeia não estivesse pronta. Coleção das leis promulgadas pela assembleia provincial de Mato Grosso (1846-1851).

⁸⁸⁷Coleção das leis promulgadas pela assembleia provincial de Mato Grosso (1844-1847). Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1854, p. 28.

⁸⁸⁸Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 10 de maio de 1851, p. 37; 3 de maio de 1852, p. 25; 3 de maio de 1854, p. 28; 4 de dezembro de 1856, p. 15-16. Coleção das leis promulgadas pela assembleia provincial de Mato Grosso (1850 e 1854).

⁸⁸⁹Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1852, p. 25; 3 de maio de 1854, p. 28; 28 de fevereiro de 1858, p. 10. Coleção das leis promulgadas pela assembleia provincial de Mato Grosso (1849).

que compraram um prédio que ainda estava por acabar; com mais 2:000\$000, ele estaria apto a servir de prisão, casa de câmara e júri⁸⁹⁰.

Para que uma freguesia se tornasse vila era necessário que ela pudesse construir uma estrutura administrativa independente, concretizada através de uma igreja matriz e uma casa de câmara e cadeia. Por isso, os moradores contribuíam para que essas povoações tivessem tais edificações a fim de se tornarem autônomas. Nesse sentido, logo após a conclusão de suas cadeias, foram elevadas à vila as freguesias de Santana do Paranaíba (1857) e Vila Maria (1859).

Conforme vimos anteriormente, entre 1855 e 1856, o presidente da província, Augusto Leverger, teve de instalar a sede provincial no forte de Coimbra, para tratar de questões de fronteira e navegação com o Paraguai; ao final das discussões, porém, muitos limites ainda não haviam ficado claramente definidos. Dessa maneira, algumas medidas foram tomadas para assegurar a posse da região sul da província, não só frente às ameaças estrangeiras mas também devido aos ataques indígenas.

Uma delas, realizada pelo ministério do Império, foi a instalação de colônias militares, que tinham como objetivo “manter a segurança individual e a polícia em nossas matas, já como transição e preparativo indispensável para a povoação de lugares, para onde, sem o auxílio e proteção que podem prestar as colônias militares, tão cedo não afluiria a população”⁸⁹¹. Algumas colônias foram fundadas próximas a rios e estradas para proteger e ajudar os viajantes e estimular a passagem por esses novos caminhos, facilitando as comunicações e o comércio. As colônias de Nioac e Brilhante, por exemplo, tinham o fim especial de assegurar a navegação fluvial entre as províncias do Mato Grosso e Paraná. Outra colônia, a de Avanhadava, foi fundada na província de São Paulo, na estrada que ligava a cidade da Constituição com a vila de Santana do Paranaíba, em Mato Grosso, a fim de prestar segurança aos viandantes e auxiliar no serviço dos correios. Já a colônia de Lamare foi mandada fundar com o fim de repelir os ataques dos índios Coroados⁸⁹².

Em 1861, a administração desses estabelecimentos ficou a cargo do ministério da Guerra, que agregou outro sentido para as colônias. Segundo o ministro, elas não eram “só uma conveniência administrativa, [eram] também uma medida política de

⁸⁹⁰Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1859, p. 8.

⁸⁹¹Relatório do ministro do Império, 14 de maio de 1855, p. 63.

⁸⁹²Relatório do ministro do Império, 15 de maio de 1856, p. 92-93; 6 de maio de 1858, p. 37-38. Relatório da repartição geral das terras públicas, 28 de fevereiro de 1859, p. 98. Relatório do ministro da Guerra, maio de 1862, p. 35.

reconhecida necessidade”. Esses núcleos de população em pontos desertos, ao mesmo tempo em que promoveriam o desenvolvimento da lavoura e facilitariam a catequese e civilização dos indígenas, serviriam “de garantia contra injustas pretensões de absorção de território, e de poderoso auxílio no cultivo de boas relações com as nações vizinhas; ao passo que igualmente contribuem para o progresso da indústria e do comércio com as mesmas nações”⁸⁹³.

As colônias, no entanto, não tiveram o desenvolvimento esperado; o fato de serem estabelecimentos isolados das povoações tornava a empreitada mais penosa e bastante dispendiosa; o acesso a ferramentas, materiais e mantimentos também era mais difícil⁸⁹⁴. Além do mais, a mudança de administração desses estabelecimentos contribuiu para a falta de organização e má utilização dos recursos. Pertencente ao ministério do Império desde 1850, a administração das colônias militares havia passado para o da Guerra, em 1861; mas, segundo o ministro José Mariano de Mattos, deveria ter sido transferida para o ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, pois este teria condições de promover a agricultura e a distribuição de terras mais propriamente. Segundo ele, as colônias de militares só tinham o nome, e porque alguns pequenos destacamentos nelas existiam⁸⁹⁵. De fato, devido à má constituição, elas foram completamente destruídas com a invasão paraguaia⁸⁹⁶.

Outra forma de efetivar a ocupação da região mais ao sul da província, desta vez tomada pelo governo provincial, foi a elevação das povoações existentes a vilas – ainda que não tivessem população para isso – a fim de garantir uma estrutura administrativa mais presente. Tal foi o caso de Miranda, transformada em vila em 1857. A região onde fora instalado um presídio no final do século XVIII tinha uma população muito pequena; em 1862, havia apenas 820 habitantes, sendo 720 livres e 100 escravos⁸⁹⁷. Por isso, seria necessária intervenção provincial para estabelecer os aparatos administrativos.

Ademais, a transformação de Miranda em vila possibilitaria a criação de um novo termo judiciário, o que evitaria outro inconveniente para o andamento dos negócios judiciários, que era a distância que dessas povoações em relação à cabeça da

⁸⁹³Decreto 2747 de 16 de fevereiro de 1861. Relatório do ministério da Guerra, maio de 1862, p. 28; 11 de maio de 1863, p. 27.

⁸⁹⁴Relatório do ministro do Império, 12 de maio de 1860, p. 64.

⁸⁹⁵Relatório do ministro da Guerra, 14 de maio de 1864, p. 19-20.

⁸⁹⁶Relatório do ministro da Guerra, 14 de maio de 1872, p. 60.

⁸⁹⁷Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1862, p. 35.

comarca. Assim, para facilitar os deslocamentos, pela lei n. 9 de 25 de junho de 1858, a vila de Miranda virou sede da terceira comarca na província. Fariam parte dela o termo de Miranda, que também compreendia a freguesia de Albuquerque (mais tarde Corumbá), e o de Santana do Paranaíba, que igualmente abrangia a povoação de Piqueri.

Como Miranda foi elevada à vila por questões mais administrativas que de desenvolvimento próprio, a lei não exigiu a construção de uma igreja e da casa de câmara e cadeia, diferentemente das demais povoações⁸⁹⁸. De fato, em 1858, a vila não tinha nem igreja matriz; por meio de subscrição voluntária, os habitantes estavam tentando edificá-la; enquanto isso, para os cultos religiosos, era utilizada a capela do presídio militar. Em 1862, também não havia ainda prisão civil; os presos eram recolhidos ao xadrez do novo quartel que ao menos, segundo o presidente, era espaçoso, seguro e limpo, podendo conter até 20 detidos. A câmara, por sua vez, funcionava na casa do major Caetano da Silva Albuquerque, mas não oferecia os cômodos precisos para as reuniões do júri. A construção de uma casa de câmara e cadeia estava orçada em 4:000\$000, mas, conforme acreditava o presidente da província, esta vila “difícilmente poderá construir a casa da câmara e cadeia, além de que me dizem que ali se não achará o pessoal necessário para ocupar os cargos que devem ser criados por motivo da sua elevação”⁸⁹⁹.

Já quando Santana do Paranaíba foi elevada à vila, o presidente da província procurou informar-se do movimento que se dava na região para a construção da casa de câmara e cadeia e se havia pessoas “mais gradas e idôneas para serem nomeadas aos cargos de judicatura”⁹⁰⁰. Na lei que elevava Paranaíba à vila, havia uma cláusula obrigando os habitantes “a construir à sua custa os edifícios precisos para as sessões da câmara e cadeia pública; e só depois de concluídos os tais edifícios gozarão dos foros de município conferidos na presente lei”⁹⁰¹. Depois dela, em todas as demais leis sobre constituição de vilas passaram a constar proposições semelhantes. A lei n. 8 de 25 de junho de 1861, por exemplo, elevou a freguesia do Rosário do Rio Acima à vila com essa condição. Porém, a cadeia do Rosário havia desmoronado em 1858, restando apenas ruínas; para sua reconstrução, seriam necessários pelo menos 3:000\$000. Em

⁸⁹⁸Lei n. 1 de 2 de junho de 1857.

⁸⁹⁹Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 28 de fevereiro de 1858, p. 10; 3 de maio de 1858, p. 7-8; 3 de maio de 1859, p. 14; 3 de maio de 1862, p. 12; 3 de maio de 1863, p. 45-46.

⁹⁰⁰Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 28 de fevereiro de 1858, p. 10.

⁹⁰¹Lei n. 5 de 6 de julho de 1857.

1862, estava sendo reedificada solidamente, tendo duas salas e uma varanda; a despesa corria por conta de particulares com um auxílio provincial de 600\$000. Assim, a sua elevação só pôde ser efetivada com a conclusão da casa de prisão, em 1865⁹⁰².

Com a freguesia de Santa Cruz de Corumbá também se deu o mesmo processo; em 1859, o presidente da província elogiava seu crescimento comercial e populacional (inclusive pela chegada de alguns imigrantes na região), e dizia serem indispensáveis uma alfândega, uma igreja e uma casa de prisão. Por seu desenvolvimento, a assembleia decretou a elevação à vila pela lei n. 6 de 10 de julho de 1862; contudo, em 1863, o presidente dizia que haveria demora na instalação dessa vila, “por faltarem-lhe edifícios que sirvam de cadeia e casa de câmara, cuja construção não poderá ser tão acelerada como se deseja, ainda quando os habitantes, que segundo a cláusula da mesma lei devem fazê-las à sua custa, recebam auxílio dos cofres públicos, como me parece conveniente e necessário”⁹⁰³.

Ao fim e ao cabo, no ano de 1862, havia nove casas de prisão construídas⁹⁰⁴. A cadeia de Diamantino estava sem segurança, em consequência de um arrombamento sofrido alguns anos antes. Tinha dois quartos e uma varanda, podendo acomodar de 15 a 20 presos; ao delegado havia sido entregue 400\$000 para acrescentar duas varandas. A de Poconé era uma construção sólida e salubre e havia sido reparada recentemente por 400\$000; tinha dois quartos e podia abrigar até 36 presos, tendo recebido no ano anterior 20 presos no máximo e quatro no mínimo. A da cidade de Mato Grosso achava-se deteriorada; tinha dois salões para os presos e mais um para a câmara. A de Santana do Paranaíba tinha dois quartos de 20 palmos em quadro cada e uma varanda para corpo da guarda; tinha recebido apenas dois presos e os dois se evadiram; o presidente achava mais conveniente edificar outra, no valor de 5:000\$000, do que consertá-la.

A prisão da freguesia do Livramento tinha dois quartos, uma sala para o corpo da guarda e uma varanda; era “segura e arejada”, mas nela, até então, haviam sido recolhidos apenas dois presos. A da freguesia da Chapada tinha duas salas, e uma entrada, que era destinada ao corpo da guarda; podia conter até 10 presos, mas no ano anterior também só havia recebido dois. A do Rosário tinha duas salas de 22 palmos em

⁹⁰²Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1858, p. 25; 3 de maio de 1859, p. 29; 3 de maio de 1862, p. 11; agosto de 1865, p. 81-82.

⁹⁰³Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1859, p. 21-22; 3 de maio de 1862, p. 37 e 40; 3 de maio de 1863, p. 7.

⁹⁰⁴Nesta conta, o presidente estava incluindo a cadeia de Cuiabá e descartando a Vila de Miranda, que não possuía cadeia própria.

quadro, um corredor de oito palmos de largura e uma varanda com 52 palmos de comprimento e 16 de largura. A de Vila Maria tinha apenas duas salas e estava construída com “segurança e salubridade”; cada uma poderia conter comodamente até 40 presos, mas o número maior que já tivera era 23. Em Vila de Miranda, como dissemos, não havia cadeia, sendo utilizado o xadrez do quartel⁹⁰⁵.

Pela descrição, percebemos que as cadeias tinham plantas parecidas: todas possuíam dois quartos ou salas para os presos e uma varanda para o corpo da guarda. Com essa disposição, elas ficavam aquém do que estava prescrito na constituição sobre a separação dos réus – conforme as circunstâncias e natureza de seus crimes –, e muito mais distantes do preceituado pelo código criminal que, com a instituição da pena de prisão com trabalho, pretendia “moralizar e regenerar o criminoso”. Conforme reclamava o presidente da província, conselheiro Herculano Ferreira Pena:

Não basta prover-se à segurança dos condenados para que eles se não evadam; convém igualmente que se cure da reforma de seus costumes, a fim de que saiam reabilitados das prisões, e abandonem a carreira do crime. É certamente um pensamento grande e generoso abrir ao condenado a perspectiva de uma regeneração completa aos olhos da sociedade por ele ofendida. O progresso das luzes pede, a religião recomenda e o interesse social exige instituições em que se morigeram aqueles que, apartando-se do caminho da virtude e do dever, se precipitam nas veredas do vício. Um bom sistema de prisões deve, pois, existir necessariamente em todo o país onde se deseje conseguir tão útil fim. Sem estas condições, existem na província 9 casas de prisão em que, por falta de acomodações, apenas se pode pôr em prática a separação dos presos quanto aos sexos. Nelas se confundem os simples indiciados com os já pronunciados e condenados, o acusado por delitos leves com os grandes facinorosos, e o homem que em um momento de irreflexão ou cólera foi arrastado ao crime com os completamente pervertidos, o que equivale a uma terrível agravação de pena para todo aquele que nutrir em seu coração algum sentimento nobre e generoso⁹⁰⁶.

Pela quantidade de presos que podiam abrigar, percebemos que havia três cadeias do interior, nesse momento, que recolhiam um número considerável: Diamantino (ao norte de Cuiabá), Poconé (ao sul) e Vila Maria (a oeste), todas no meio norte da província, região de maior concentração populacional. Em contrapartida, chama a atenção o fato de que apenas duas pessoas haviam sido presas nas cadeias de Santana do Paranaíba, Livramento e Chapada durante todo aquele ano. As de

⁹⁰⁵Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1862, p. 10-12.

⁹⁰⁶Ibidem, p. 9.

Livramento e Chapada eram próximas à Cuiabá, e era bem possível que os presos fossem encaminhados para lá, inclusive porque elas eram casas de detenção de pequenas dimensões. No caso de Santana do Paranaíba, a explicação poderia ser que, desde que o termo fora criado, em 1858, nenhum juiz de direito o havia visitado e, por isso, ainda não tinha havido júri. O juiz de direito justificava sua ausência dizendo que não havia recursos para o deslocamento, já que entre a Vila de Miranda (onde era a sede) e Paranaíba a distância era de 80 a 100 léguas e o caminho era deserto e perigoso. A ausência de um juiz letrado na vila trazia graves consequências para o desenvolvimento da justiça, conforme apontava Herculano Penna:

Ora, um município novo, tão afastado da capital e outros centros de população, cujas autoridades são todas leigas, onde não há normas a seguir, nem pessoas a quem consultar, bem se pode imaginar o estado de confusão e desordem em que deve achar-se a administração da justiça. Além disso, não sei se somente por tibieza ou por conivência das autoridades locais, é certo que os assassinios se reproduziam até dentro da própria vila; que os réus desses e outros graves delitos viviam não só à vista e face das autoridades sem serem incomodados, mas ainda exercendo funções públicas e que um ou outro que se capturava ou era tornado à força do poder das escoltas ou tirado publicamente da cadeia⁹⁰⁷.

Para minorar o problema, o presidente mandou um destacamento de linha para a região em maio de 1862; porém, segundo ele, a administração da justiça ainda continuava “em estado que reclama pronto remédio”.

A escassez de queixas crime também era interpretada pelo presidente como um retrato da pouca confiança às decisões do júri e à falta de denúncia dos promotores. Em toda a província, durante o ano de 1861, julgaram-se 37 crimes e, no ano seguinte, apenas 17. O presidente Herculano Penna – que já tinha tido experiência como presidente das províncias de Minas Gerais, Espírito Santo, Pará, Pernambuco, Maranhão, Amazonas e Bahia –, atribuía essa diferença à morosidade dos processos, às frequentes “não pronúncias”, ao adiamento dos julgamentos e às dificuldades encontradas para a captura dos criminosos⁹⁰⁸.

Provavelmente no intuito de sanar esses problemas, Herculano Ferreira Penna pôs em execução, em 1862, a lei n. 3 de 9 de julho de 1858, que criava uma companhia

⁹⁰⁷Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1862, p. 5-6.

⁹⁰⁸Ibidem, p. 11.

de força policial da província. Ela constava de um oficial subalterno, um sargento, quatro cabos e 20 praças; contudo, segundo o regulamento, por ser ainda uma companhia pequena, ela deveria se encarregar apenas do policiamento de Cuiabá. Ainda no artigo 1º havia a promessa de que “a força se aumentará quando as rendas da província o permitam e na proporção da consignação anual decretada”⁹⁰⁹. Então, para os anos de 1864 e 1865, os deputados votaram para a força policial 10:552\$000.

Entretanto, em 1864, teve início a Guerra do Paraguai, que trouxe graves e perduráveis consequências para o Mato Grosso. Em 27 de dezembro daquele ano, uma expedição paraguaia atacou o forte de Coimbra; suas forças navais e terrestres eram 20 vezes superiores às que defendiam o forte; depois de dois dias, a guarnição brasileira seguiu para Corumbá, que também foi invadida; os vapores paraguaios tomaram Albuquerque, saquearam Miranda, incendiaram Nioac e investiram contra a colônia militar de Dourados. Em 21 de janeiro, a parte sul da província estava toda de posse das forças paraguaias, que ameaçavam avançar para Cuiabá⁹¹⁰. Diante disso, da carestia de alimentos e da falta de comunicação com a Corte, como vimos, em 1865, o presidente reduziu consideravelmente as quantias aplicadas às obras públicas e suprimiu completamente as de força policial e iluminação pública⁹¹¹.

Em fevereiro de 1866, os paraguaios evacuaram a vila de Miranda, não sem antes destruírem os edifícios públicos e particulares, deixando apenas 12 casas de telhas. Em 13 de junho de 1867, as tropas brasileiras retomaram Corumbá, onde também encontraram muita destruição, além da varíola grassando à solta⁹¹². Por conta disso, os deputados decidiram, em 1869, extinguir as vilas de Miranda e Corumbá, reduzindo-as a freguesias anexas ao município de Cuiabá⁹¹³. Essa medida, no entanto, duraria apenas o tempo suficiente para a região sul da província se reerguer. Mato Grosso também procurou reforçar militarmente essa área contra futuras investidas estrangeiras. Um

⁹⁰⁹O oficial comandante receberia 50\$000 mensais; se fosse oficial de linha perceberia também o seu soldo e, sendo da Guarda Nacional, o valor que correspondesse a sua graduação no Exército; o sargento venceria 40\$000, cada cabo, 35\$000, e cada praça, 30\$000. Regulamento s/n. de 12 de abril de 1859, art. 1º, 7º e 10º.

⁹¹⁰Eram 400 léguas de linhas fronteiras com apenas quatro corpos de linha com pouco mais de 1.000 homens. Conforme concluía o presidente da província, Augusto Leverger, ela estava desarmada e indefesa, e não por falta de previsão. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, agosto de 1865, p. 7, 10-20.

⁹¹¹Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 17 de outubro de 1865, p. 3-13; 20-21; 8 de maio de 1866, p. 15.

⁹¹²Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 8 de maio de 1866, p. 3-4; 3 de maio de 1868, p. 7.

⁹¹³Lei n. 5 de 11 de novembro de 1869. Antes disso, a lei n. 2 de 15 de outubro de 1869, havia reunido as freguesias de Albuquerque e Corumbá formando um único município, com sede na última.

outro Arsenal de Guerra foi construído em Corumbá e, em 1873, o Arsenal da Marinha foi transferido para Ladário; o forte de Coimbra foi reconstruído em 1874 e outros fortins foram edificados, como Limoeiro, Junqueira, Conde d'Eu, Duque de Caxias e Major Gama⁹¹⁴. Porquanto todos os edifícios públicos da região tinham sido destruídos, no orçamento provincial elaborado em 1869, os deputados decidiram investir em uma cadeia em Corumbá, consignando 4:000\$000 para sua construção.

Conforme já vimos, o governo isentou o porto de Corumbá das taxas alfandegárias, entre 1869 e 1878, para estimular seu crescimento. A expansão da economia atraiu imigrantes e migrantes interessados em investir em comércio, agricultura (cana-de-açúcar, feijão, mandioca), extrativismo (poaia e, no final da década, erva-mate) e pecuária. Uma pequena indústria surgiu aproveitando a criação do gado para produzir seus derivados: couro, chifres, caldos de carne. A abertura do rio Paraguai trouxe maior possibilidade de consumo de produtos vindos do Uruguai, Argentina, França, Inglaterra, Alemanha e Bélgica⁹¹⁵. Além disso, Corumbá se beneficiou do fato de ser parada obrigatória para os vapores que faziam a linha fluvial Montevidéu-Cuiabá, uma vez que os navios que saíam do Uruguai tinham que ancorar neste porto a fim de baldear a carga para embarcações menores com destino à capital mato-grossense⁹¹⁶.

A facilidade de comunicação com os centros econômicos fez com que a oferta de juízes letrados na região aumentasse um pouco, pois as famílias mais abastadas passaram a enviar seus filhos para faculdades de Direito (de São Paulo ou de Recife), e os cargos eram preenchidos com um pouco menos de dificuldade, embora vários, em não muito tempo, pedissem dispensa ou licença para trabalharem em centros mais “promissores”⁹¹⁷. Assim, com o crescimento econômico, tornou-se possível a instalação de novas comarcas na província⁹¹⁸. Pela lei n. 7 de 7 de outubro de 1871, foram

⁹¹⁴BRAZIL, M. do C. op. cit. In: BORGES, F. T. de M. PERARO, M. A. (orgs.). op. cit., p. 432. AYALA, S. C. SIMON, F. op. cit., p. 254. GARCIA, D. S. da C. op. cit., p. 101-102.

⁹¹⁵PÓVOAS, L. C. op. cit., cap. XVI. CASTRILLON, M. de L. F. op. cit. In: BORGES, F. T. de M. PERARO, M. A. (orgs.). op. cit., p. 175-180.

⁹¹⁶As embarcações maiores tinham capacidade para 300 toneladas de carga e 50 passageiros de 1ª classe. Já as menores suportavam 80 toneladas de carga e podiam receber até 25 passageiros de 1ª classe. Decreto n. 4.535 de 7 de junho de 1870.

⁹¹⁷SENA, E. C. de. op. cit., p. 211-215.

⁹¹⁸Conforme a reforma do código de processo criminal de 1841, cada vila ou cidade deveria ter um juiz municipal – embora ele pudesse ter autoridade sobre mais municípios, segundo a extensão e população (art. 20). Já para cada comarca, deveria haver um juiz de direito e pelo menos um promotor (art. 23). Os juízes municipais e de direito tinham obrigatoriamente de ser bacharéis (art. 13 e 24), enquanto que para

restauradas as vilas de Corumbá e Miranda, fazendo parte da 3ª comarca, junto com Santana do Paranaíba. Dois anos depois, a província teve a sua divisão judiciária refeita, ficando a 4ª comarca com o município único de Santana do Paranaíba, garantindo assim a presença de um juiz de direito nesta vila. Outras freguesias foram elevadas à vila, como Rosário, em 1872, ou à cidade, como Vila Maria, em 1874, que passou a ser chamada de São Luiz de Cáceres. Ademais, ainda em 1874, foi instalado o Tribunal da Relação da província de Mato Grosso, em Cuiabá⁹¹⁹.

Apesar das melhorias, ainda assim, alguns cargos menores da polícia judiciária não podiam ser preenchidos por falta de pessoal idôneo. Em 1876, os lugares de delegado de Corumbá e de suplente de delegado em Santana do Paranaíba, e de outras localidades de interior, ainda estavam vagos. Segundo o chefe de polícia à época, José Joaquim Ramos Ferreira:

Não se tem podido preencher estas vagas por falta de pessoal habilitado para ocupar os cargos policiais. A instrução, como se sabe, está no interior da província em bastante atraso, não havendo em alguns lugares do interior de quem lançar mão para tais cargos, porque muitos se recusam aceitar um lugar que lhes pode trazer comprometimentos, ódios, abandono de seus interesses (...), outros recusam porque lhes falta a força pública que lhes dê apoio e faça das disposições da lei uma realidade; finalmente, há lugares em que dentro da população não há absolutamente quem nomear para tais cargos, e as pessoas idôneas e habilitadas moram a grande distância deles⁹²⁰.

Em relação ao policiamento, durante a guerra, o serviço foi feito por destacamentos de guardas nacionais; em 1865, eram 231 para guarnição da capital e outros pontos da província⁹²¹. É possível que, por conta da baixa guarnição e da falta de preparo militar dos guardas nacionais (e pela falta de garantia de que os processos caminhassem, já que muitas vezes não havia juízes ou delegados), muitas pessoas tenham desistido de prestar queixas crime, recorrendo a outras formas de resolução de conflitos. O chefe de polícia Firmo José de Mattos dizia que a falta de reclamações às

o promotor, o corpo da lei permitia os leigos, mas pedia que se “preferisse sempre” os formados em Direito (art. 22).

⁹¹⁹PÓVOAS, L. C. op. cit., p. 323. Em 1874, ainda, criou-se uma 5ª comarca: Diamantino e Rosário formaram a comarca do Alto Paraguai Diamantino; em 1876, a 6ª comarca compreendia apenas o termo de Miranda. Em 1883, foi criada a 7ª e última comarca do império, formada apenas pela recém-elevada vila do Livramento. Lei n. 1 de 21 de maio de 1873; lei n. 1 de 15 de maio de 1874; lei n. 9 de 30 de junho de 1876. Lei n. 618 de 23 de junho de 1883.

⁹²⁰Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 29 de abril de 1876, p. 12.

⁹²¹Relatório do presidente da província de Mato Grosso, agosto de 1865, p. 7-8.

autoridades nesse período fizeram com que as taxas de criminalidade se tornassem pouco confiáveis. Os números de 1865 (16), 1866 (44), 1867 (12) e 1868 (23) apresentam uma alteração anual muito discrepante. Para ele, um dos motivos para a falta de consistência dos dados era o fato de que muitos ofendidos não prestavam queixa sobre os crimes, especialmente os furtos de gado, que ocorriam em decorrência da ausência de uma força regular de polícia e da concentração da que existia na capital. E completava:

Devo mais informar a V. Ex. que não são os algarismos neles mencionados a expressão fiel dos crimes cometidos na província nesses anos, mas sim daqueles de que teve conhecimento esta secretaria, por isso que muitos outros indubitavelmente terão se dado nos diferentes termos e distritos desta província e dos quais não teve a secretaria participação, ou por omissão dos respectivos agentes da polícia, ou porque eles os ignorem em razão das grandes distâncias em que se deram dos lugares de suas residências. Assim mais não vão nesse mapa mencionados os pequenos crimes sobre os quais não pode, em face da lei, a autoridade providenciar sem queixa dos ofendidos ou prisão em flagrante⁹²².

Ainda antes da guerra, crimes de furto de gado muitas vezes eram punidos com recrutamento forçado. Em 1859, estavam na cadeia pública da capital, vindo de um distrito de Livramento, Camilo Corrêa e Manuel dos Santos, apreendidos “em razão dos continuados furtos de gado por eles praticados”. Mas, como os prejudicados não apresentaram queixa, o chefe de polícia mandou-os “assentar praça”⁹²³.

A caserna era o destino também de outros perturbadores da ordem; homens que quebrassem o termo de bem viver, bêbados, desordeiros, briguentos e mesmo criminosos eram para lá enviados a fim de prestarem serviços à sociedade. Eufrosino Soares de Moraes, em 1860, foi recrutado por ser vadio, caloteiro e, além disto, ter estuprado no distrito da Guia uma menina de onze anos; à esta “punição” declarou “sujeitar-se como meio de evitar a imposição de penas decretadas para essa espécie de

⁹²²APMT. Manuscritos. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso para o ministro da Justiça, 27 de abril de 1869. Essa situação prosseguia ainda em 1873; o chefe de polícia relatava que “sendo tão frequentes no interior os furtos de gado, não há nenhum nas notícias oficiais”. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 24 de abril de 1873, p. 2-3.

⁹²³APMT. Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, 3 de outubro de 1859. Apud MACHADO FILHO, O. op. cit., p. 273.

crime”⁹²⁴. Gregório Pires de Camargo, apesar de ser filho único de mulher viúva, não foi dispensado do encargo por ser público e notório seu “péssimo” comportamento, visto que se embriagava com frequência e insultava as “famílias honestas do lugar”⁹²⁵.

Dessa maneira, é possível pensar que o Exército, além de ter realizado muitas vezes as funções repressivas, na falta de força policial, funcionou também, na província de Mato Grosso, como alternativa de punição, controle social e reforma para aqueles que tivessem cometido delitos ou crimes⁹²⁶.

Em 1869, a verba para a força policial foi retomada, mas ainda em valores menores do que antes. Não havia, portanto, força suficiente “para policiar todos os lugares mais ou menos habitados, levando até lá a ação da autoridade; ao passo que a repressão e punição imediata dos crimes não se pode tornar de pronto efetiva; não obstante achar-se a população esparsa em lugares remotos”⁹²⁷. Para diminuir essa defasagem, em 1872, os deputados passaram a decretar verbas três vezes maiores para a força pública, e a partir de pelo menos 1875, como podemos ver na tabela abaixo, a força policial de Mato Grosso começou a ser subsidiada quase que integralmente pelo governo geral:

⁹²⁴APMT. Ofício do chefe de polícia ao presidente da província. Cuiabá, 29 de outubro de 1860. Apud WOJCIECHOWSKI, Eula. Recrutar, disciplinar e moralizar: os soldados na província de Mato Grosso (1850-1864). In: BORGES, F. T. de M. PERARO, M. A. (orgs.). op. cit., p. 292.

⁹²⁵APMT. Ofício do chefe de polícia ao presidente da província. Diamantino, 5 de novembro de 1863. Apud Ibidem, p. 296-297. Para mais sobre o recrutamento no Mato Grosso, ver também a dissertação de mestrado de Eula Wojciechowski. WOJCIECHOWSKI, Eula. **“Sem lei nem rei”: debochados, vadios e perniciosos: os soldados militares na província de Mato Grosso (1850-1864)**. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

⁹²⁶Essas funções heterodoxas do Exército eram observadas, em maior ou menor grau, em outras áreas do Império. Em seu trabalho sobre recrutamento, Peter Beattie mostra que o Exército no Brasil funcionou como uma instituição protopenal que recebia criminosos ou ociosos para reformar. Segundo ele, Caxias teria afirmado que o Exército havia salvado vários indivíduos da vagabundagem porque, na caserna, os ociosos encontravam vigilância e correção pronta para suas infrações. Quando da discussão sobre a reforma da lei de recrutamento, em 1874, um senador se posicionou contra o recrutamento forçado, pois considerava que “a caçada de homens (...) tem reduzido o Exército a uma casa penitenciária e que deve ser proscrito o quanto antes”. BEATTIE, Peter M. Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 126, 211-233.

⁹²⁷Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 20 de agosto de 1871, p. 8-9.

Tabela 22 – Verbas orçadas para força policial da província de Mato Grosso (1869-1889)

Ano financeiro	Orçamento	Suprimento geral
1869	10:492\$000	
1870	13:249\$500	
1872	34:172\$500	Não menciona
1873	33:232\$500	
1874	33:232\$500	
1875	33:232\$500	42:004\$831
1876	33:232\$500	51:112\$431
1877-1878	74:970\$000	Renda extraordinária
1878-1879	74:490\$000	
1879-1880	44:807\$650	46:767\$448
1880-1881	45:637\$248	34:751\$666
1882	45:906\$690	41:422\$480
1884	46:964\$124	42:749\$998
1885	46:895\$000	Renda com aplicação especial
1886	46:994\$610	
1887	52:425\$680	Renda com aplicação especial (suspensa)
1888	15:812\$452	Suspensa
1889	15:724\$030	

FONTES: Coleção das leis promulgadas pela assembleia provincial de Mato Grosso (1868-1888). Relatório da tesouraria provincial de Mato Grosso, 20 de abril de 1877; 12 de outubro de 1878; 16 de abril de 1881; 10 de junho de 1882. *APMT*. Caixas não catalogadas. Indicação “1883 D-1”. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 12 de julho de 1886, p. 34.

Durante o ano de 1872, com uma polícia um pouco mais organizada, e alguns pequenos destacamentos pela província, o número de detenções chegou a 300, abrangendo criminosos, soldados desertores, escravos fugidos ou retidos por correção, suspeitos, desordeiros, ébrios e vagabundos; sem contar o envio de 24 recrutas e 18 menores para os Arsenais de Guerra e Marinha⁹²⁸.

Assim, no começo da década de 1870, a taxa de criminalidade subiu, seja pelo real aumento dos crimes, seja por um maior investimento no policiamento: de 51 casos, em 1871, para 83, em 1873. O aumento nas prisões em relação à década anterior fez com que, em 1871, o inspetor da tesouraria provincial solicitasse aumento da verba de sustento dos presos em 25% devido a ter “subido extraordinariamente o número de

⁹²⁸Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 24 de abril de 1873, p. 2-3.

presos pobres”⁹²⁹. A comissão de orçamento e fazenda foi de parecer favorável à consignação, mas o deputado comendador Henrique José Vieira – que havia, no final da década de 1850, como vimos, participado da construção da cadeia de Cuiabá – reclamou que, na verdade, havia “um escandaloso abuso das autoridades policiais em conservar sem indefinidade [sic] nas prisões públicas as pessoas pobres e miseráveis”. Quando esteve como juiz municipal substituto, em 31 de março daquele ano, o deputado encontrou nas prisões civis e militares “presos que ali jaziam desde 1869 para cá, (...) que parece são conservados nas prisões mais por ostentação que por amor de justiça e pelo gosto de lhes formarem culpa para depois, sob qualquer pretexto, os absolverem sobrecarregando assim o cofre provincial e o municipal com despesas supérfluas que certamente não haveria se cada um cumprisse o seu dever”⁹³⁰.

Desde 1857, a província arcava apenas com o sustento dos presos pobres da capital, enquanto nas demais localidades a despesa era computada como gasto municipal. Isso ocorria sobretudo porque a despesa para a cadeia cuiabana era muito superior às demais; enquanto, por essa época, Poconé gastava 120\$000 anuais com o sustento de dois presos pobres (às vezes 175\$200, para três presos) e Mato Grosso 57\$000 com apenas um preso, a província despendia 1:800\$000 com os presos pobres de Cuiabá e, muitas vezes, tinha que indenizar a Santa Casa de Misericórdia (que era a fornecedora da capital) por excesso de gastos. Para o orçamento de 1860, inclusive, a consignação foi aumentada para 3:600\$000, chegando aos 4:000\$000 em 1863. Quando, porém, houve a necessidade de aumentar para 5:000\$000, no orçamento para 1874, os deputados decidiram passar o encargo para a câmara municipal de Cuiabá por verem que, com o desenvolvimento havido nos últimos anos, ela poderia suportar o dispêndio. Assim, diferentemente do que usualmente ocorria em outras províncias, as despesas com o sustento de presos pobres em Mato Grosso passaram a correr exclusivamente por conta dos municípios⁹³¹.

⁹²⁹O valor consignado era 4:000\$000 e o inspetor solicitava mais 1:000\$000 para aquele ano.

⁹³⁰A comissão de orçamento “foi de parecer que seja atendido o referido aumento, continuando, por enquanto, esta verba a figurar na respectiva lei do orçamento, muito embora dever ela de direito pertencer aos cofres da municipalidade, como reflexiona o referido inspetor; mas não dispondo por ora de meios suficientes a municipalidade para acudir a tantas outras necessidades urgentíssimas não se deve, ao menos por equidade, quando outras razões não existam, sobrecarregá-la com a despesa já dita”. Atas das sessões da assembleia legislativa provincial de Mato Grosso, 15, 19 e 25 de setembro de 1871.

⁹³¹Coleção das leis promulgadas pela província de Mato Grosso (1856-1873). Em 1878, contudo, havia notícias de que os serviços custeados pelas câmaras municipais eram pessimamente feitos, “ao ponto de ficarem, por vezes, os presos, em muitas localidades, quase mortos de fome, esmolando à caridade dos transeuntes”. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de novembro de 1878, p. 40.

Desse modo, pela quantidade orçada para despesas municipais com o sustento dos presos pobres, a partir de 1874, podemos perceber quais cadeias dos municípios mato-grossenses recolhiam mais presos em média. Pela tabela abaixo vemos que, durante a década de 1870, a cadeia de Cuiabá continuou a receber a maior quantidade de presos da província, sendo a principal receptora de sua população carcerária. Porém, a partir da segunda metade de 1870 e, sobretudo, da década de 1880, Corumbá despontou como a segunda maior cadeia a receber presos, passando a gastar com eles um valor que não ficava muito aquém do da capital. Em terceiro lugar, com valores bem menores, mas consideravelmente maiores do que o das demais prisões, vinha a cadeia de São Luiz de Cáceres.

Nesse período, Cuiabá e Corumbá se tornaram os dois grandes polos econômicos da província, por serem os portos principais na rota de navegação até o rio da Prata; o porto de São Luiz de Cáceres também se beneficiou com a movimentação fluvial, uma vez que ficava entre esses dois municípios. O crescimento econômico atraiu novos habitantes, o que certamente contribuiu para o aumento do número de presos. Já as outras cadeias do interior recebiam bem menos presos, pelo menor desenvolvimento populacional, econômico e estrutural. Miranda e Santana do Paranaíba, por exemplo, por não serem regiões portuárias, não foram favorecidas pelo desenvolvimento trazido com a via fluvial. Já a cidade de Mato Grosso e a vila do Diamantino, desde 1862, vinham decrescendo de maneira considerável em população e comércio⁹³². Além disso, em geral, as cadeias interioranas estavam bem deterioradas e tinham que enviar seus presos para Cuiabá, inclusive para aliviar seus gastos com os presos pobres.

⁹³²Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1862, p. 37.

Tabela 23 – Verbas municipais orçadas para sustento e curativo dos presos pobres da província de Mato Grosso (1874-1889)

Ano financeiro	Cuiabá	Mato Grosso	Poconé	Diamantino	São Luiz de Cáceres	Rosário	Miranda	Santana do Paranaíba	Corumbá	Livramento
1874	5:000\$000	112\$000*	200\$000*	nc	150\$000	nc	nc	nc	nc	-
1875	“	“	“	nc	“	160\$000*	nc	80\$000*	nc	-
1876	“	“	“	nc	400\$000	nc	nc	100\$000*	720\$000	-
1877	“	“	“	nc	480\$000	100\$000*	nc	nc	“	-
1878	“	72\$000	“	100\$000*	850\$000	100\$000*	nc	nc	1:000\$000	-
1879	“	nc	40\$000*	“	820\$000	“	100\$000	nc	“	-
1880	7:500\$000	nc	“	“	1:300\$000	“	nc	nc	nc	-
1882	7:000\$000	60\$000	“	130\$000*	900\$000	150\$000	100\$000	150\$000	4:000\$000	-
1884	6:400\$000	100\$000	100\$000*	30\$000	1:800\$000	200\$000*	“	“	4:200\$000	-
1885	“	“	“	100\$000	“	200\$000	“	“	“	70\$000*
1886	“	“	“	“	2:500\$000	“	“	“	4:900\$000	80\$000*
1887	“	“	“	130\$000*	1:720\$000*	120\$000*	200\$000*	200\$000*	“	“
1889	“	nc	nc	“	1:800\$000*	350\$000*	nc	nc	6:600\$000	nc

*Inclui luzes para cadeia

nc: não consta

OBS: Em 1874, São Luiz de Cáceres ainda aparece como Vila Maria. No orçamento para 1880-1881, o sustento dos presos da capital voltou a ser feito pela província. Em 1883, Livramento foi elevada à vila. Entre 1886 e 1887, os sustentos da capital e de Corumbá são despendidos pela província (11:300\$000). Para o ano de 1889, a verba para Corumbá incluía 3:000\$000 “para o corrente ano”. Em 1889, há ainda mais 117\$500 para o sustento dos presos pobres da vila de Livramento para saldar dívida do ano anterior.

FONTES: Coleção das leis promulgadas pela província de Mato Grosso (1873-1888)

Quando houve a necessidade de reunir, ao final da guerra, as freguesias devastadas de Albuquerque e Corumbá em um só município, em 1869, a lei que instituiu a união autorizou a construção de uma câmara e cadeia em Corumbá, podendo ser gasto o que fosse necessário. Para o orçamento provincial de 1870, foram consignados 4:000\$000 para a construção de uma cadeia. Contudo, em 1874, a obra ainda não tinha sido feita, pois servia de cadeia uma prisão militar de apenas um quarto, com capacidade para 10 pessoas, sem a divisão dos sexos; apesar de ser feita de pedra, era muito baixa, podendo um preso facilmente agarrar um dos caibros do telhado e fugir pelo teto. Enquanto não era possível a construção de outra, o delegado sugeria alugar a casa de pedra do cidadão Miguel Paes de Barros, a qual serviria como uma boa prisão civil com dois salões⁹³³. Em 1876, contudo, parece ter sido utilizado outro espaço para cadeia, de propriedade municipal, com 14,63 m de frente e 6,23 m de fundo, composto por dois quartos, um para os presos e outro para a guarda. O quarto para os presos, no entanto, não podia conter mais de seis e o edifício era ruinoso e insalubre. O chefe de polícia se preocupava com essa situação e argumentava que:

A população de Corumbá cresce dia a dia, a imigração de todas as nacionalidades que ali concorre, boa parte dela ociosa e turbulenta ocasiona sempre muitas prisões, de modo que é de urgente necessidade edificar-se uma outra cadeia, mesmo porque a prisão que ora existe, comum para os dois sexos, não pode continuar sem grave ofensa à moralidade pública⁹³⁴.

O impulso econômico oferecido pela abertura da navegação platina na década de 1870 trouxe aumento considerável da população da província; se, em 1872, havia 60.417 habitantes, em 1890, esse número chegou a 92.827. A maioria dos novos moradores se concentrava nos municípios do sul (especialmente Corumbá), que ofereciam mais oportunidades de trabalho. Isso porque, na região do meio norte da província, onde havia o predomínio do cultivo da cana-de-açúcar, o trabalho era realizado por mão de obra escrava; já na região sul, as relações de trabalho para as atividades pecuárias e de extração da erva mate eram eminentemente livres⁹³⁵. Dessa maneira, um considerável número de imigrantes se instalou na região no pós-guerra;

⁹³³Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 27 de abril de 1874, p. 42.

⁹³⁴Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 29 de abril de 1876, p. 21.

⁹³⁵RODRIGUES, M. A. Z. op. cit., p. 65-68.

segundo Ney Iared Reynaldo, em 1870, havia 1.665 estrangeiros (entre paraguaios, italianos, espanhóis, portugueses, argentinos e bolivianos) em Mato Grosso e, em 1875, mais 845 chegaram, a grande maioria para trabalhar na zona de extração de erva-mate⁹³⁶.

Em 1872, as cadeias de Mato Grosso e Santana do Paranaíba foram consideradas imprestáveis pelo chefe de polícia. Os caibros da cadeia da cidade de Mato Grosso estavam todos podres e quebrados, de modo que, quando chovia, entrava muita água pelo teto; a escada estava arruinada e as folhas das portas e janelas estragadas. Para o conserto, seria necessário 2:500\$000; se houvesse o auxílio dos soldados de folga, o valor seria reduzido para 1:200\$000. Quanto àquela de Santana do Paranaíba, já em 1862, o presidente da província achava mais conveniente que fosse demolida, uma vez que os consertos estavam orçados em 5:000\$000; contudo, no ano seguinte, continuou-se a usar o velho edifício, no qual foram empregados 600\$000 para as reparações mais urgentes. Durante treze anos, o prédio não recebeu mais nenhum melhoramento; segundo o chefe de polícia era um “velho pardieiro, completamente arruinado e sem segurança”⁹³⁷.

A cadeia de Diamantino era pouco salubre, em razão da umidade do terreno dos fundos, que era próximo ao ribeirão do Ouro; necessitava de consertos nos telhados, cujos caibros estavam podres, e também nas paredes, janelas e portas. Um sentenciado teve de ser remetido à capital por falta de segurança; mas, apenas os reparos mais urgentes haviam sido orçados em 1:600\$000. Já a de Poconé recebeu uma grande reparação em 1872, quando foram gastos 4:000\$000, em contrato celebrado com João Rodrigues do Prado. Ela se tornou uma “sólida construção”, e, segundo as autoridades, uma das melhores do interior da província. Contudo, não se havia empregado meios para impedir a continuação da infestação dos morcegos; dois anos depois, a quantidade desses animais que se alojavam na cadeia era tão grande que o edifício se deteriorava sensivelmente, tornando a cadeia quase inabitável. Em 1876, as duas salas dos fundos estavam arruinadas e demandavam reparos em 2:000\$000⁹³⁸.

⁹³⁶REYNALDO, Ney Iared. **Comércio e navegação no Rio Paraguai**. Cuiabá: EdUFMT, 2004, p. 101. Apud CASTRILLON, M. de L. F. op. cit. In: BORGES, F. T. de M. PERARO, M. A. (orgs.). op. cit., p. 101.

⁹³⁷Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1862, p. 12; 3 de maio de 1863, p. 15-16; 4 de outubro de 1872, p. 26. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 29 de abril de 1876, p. 20-21.

⁹³⁸Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1873, p. 24. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 27 de abril de 1874, p. 39-40; 29 de abril de 1876, p. 18.

A cadeia da vila do Rosário estava desde pelo menos 1872 com as portas e fechaduras arruinadas, o que possibilitava a evasão de diversos presos; os reparos necessários foram orçados, em 1876, em 800\$000. O município de Miranda, três anos depois de ter sido aprovado pela lei de 1871, ainda não havia sido instalado porque não fora possível fazer a eleição de vereadores e juízes. Servia de cadeia o calabouço do quartel militar, um recinto de pau a pique com 5 m², cujas paredes tinham pouca altura, o que facilitava as evasões. Na cadeia de São Luiz de Cáceres, uma das paredes estava rachada e ameaçava desabar, as janelas precisavam de novas ferragens, e eram necessários novos ladrilhos nas salas, além de reboco e caiação. A edificação não tinha nem a capacidade nem a segurança necessárias, de modo que os presos mais importantes tinham de ser enviados para Cuiabá⁹³⁹.

As freguesias de Santo Antônio do Rio Abaixo, Chapada e Livramento, por terem uma população relativamente expressiva e serem produtoras de cana-de-açúcar, mereceram ao longo do tempo um pouco mais de atenção do governo provincial. Santo Antônio do Rio Abaixo recebeu da província algumas consignações para a construção de uma cadeia: 1:000\$000 (1859), 2:000\$000 (1862), 2:500\$000 (1864) e 3:000\$000 (1869)⁹⁴⁰. Em 1870, a obra já estava concluída, com duas salas de 4,4 m² cada e uma varanda. Seis anos depois, porém, estava em ruínas, com as paredes de adobe simples a ponto de desabar; por isso, os presos considerados mais importantes eram enviados para Cuiabá. Os reparos foram orçados em 1:800\$000, mas o chefe de polícia entendia ser melhor edificar outra cadeia. Na cadeia da freguesia da Chapada, em 1872, desmoronou a parede de taipa do lado norte; em 1874, o estado de ruína era tal que os consertos estavam orçados em 1:238\$000, não incluídas as despesas com tinta e óleo para as portas e janelas. O subdelegado, comendador João José Siqueira, se comprometeu a realizar as obras recebendo apenas o auxílio provincial de 500\$000, arcando ele próprio com o excedente; o serviço, no entanto, durou pouco tempo, pois, em 1876, a cadeia estava completamente arruinada, sendo mais conveniente a edificação de outra mais

⁹³⁹Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 27 de abril de 1874, p. 40; 29 de abril de 1876, p. 18-21. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1874, p. 46.

⁹⁴⁰Orçamentos provinciais (1859-1869). Lei n. 5 de 4 de julho de 1862. Estes eram valores que a assembleia provincial autorizava o presidente a despendar com a obra. Eles denotam o interesse dos deputados na construção dessa cadeia, mas não representam o total gasto para a realização da obra. Na verdade, essas consignações nem sempre podiam ser efetivamente despendidas, seja porque a receita arrecadada tinha sido menor que a orçada, seja porque não havia sido possível iniciar os trabalhos por falta de material ou mão de obra. Não sabemos, portanto, quanto foi de fato despendido com a construção desta cadeia.

sólida e mais bem dividida. A de Livramento era espaçosa e podia ser considerada uma boa cadeia, não fosse seu estado ruinoso; seus reparos urgentes foram orçados em 700\$000⁹⁴¹.

Se o investimento provincial na construção de cadeias nas cidades, vilas e freguesias maiores já era precário, para as demais povoações menores era praticamente nulo; assim, as localidades tinham que improvisar seus cárceres. Nas freguesias de Brotas e de Guia, em 1876, ainda não havia cadeias, sendo os presos regularmente remetidos para a capital; quando era necessário conservá-los nas povoações durante o inquérito, ficavam em casas particulares, de onde não raro fugiam. Em Herculânea de Taquari, núcleo colonial militar, a cadeia era um rancho de palha, onde também ficavam aquarteladas as praças do destacamento. Na povoação do Rio Grande, limite da província com a de Goiás, a prisão era um casebre de palha em mau estado e sem segurança. O chefe de polícia considerava necessária a construção de uma cadeia, ainda que de adobe, para poder conservar os presos sem ter de amarrá-los em troncos de madeira até serem remetidos para a capital, que ficava a não pequena distância⁹⁴².

O chefe de polícia José Joaquim Ramos Ferreira apresentou, em 1876, um quadro geral sobre o estado das cadeias do interior mato-grossense:

Em certas localidades está a cadeia em velhos pardieiros ou casebres de palha, em outras não existe absolutamente casa boa ou má que sirva de cadeia, estando os presos nos quartéis dos destacamentos, e finalmente em algumas em que existem edifícios com o nome de cadeias, não tem eles nem as separações e condições de salubridade exigidas pela lei, nem oferecem a necessária segurança, máxime nos lugares aonde não há força pública para guardar a cadeia, em que muitas vezes se torna preciso ter os presos por crimes inafiançáveis em troncos de madeira para evitar sua evasão até serem remetidos para a cadeia da Capital⁹⁴³.

Para ele, as principais causas para tal despreparo eram, em primeiro lugar, o fato de que as despesas com a construção e reparos das cadeias estavam nas mãos dos cofres provinciais, que não tinham para isso os fundos necessários. Mesmo com o governo geral remetendo auxílio de cerca de dois mil contos anuais, o valor era insuficiente, pois

⁹⁴¹Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 27 de abril de 1874, p. 40-41; 29 de abril de 1876, p. 19-20. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 20 de setembro de 1869, p. 34; 4 de outubro de 1872, p. 25.

⁹⁴²Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 27 de abril de 1874, p. 42; 29 de abril de 1876, p. 20.

⁹⁴³Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 29 de abril de 1876, p. 16.

a província precisava utilizá-lo para “as suas necessidades mais palpitantes”. Em segundo lugar, o chefe de polícia entendia que, durante muito tempo, se considerou a questão de polícia, cadeias e outros ramos relacionados à ordem pública como secundários⁹⁴⁴. Em 1863, por exemplo, Augusto Leverger se jactava de que em Mato Grosso, diferentemente de outras províncias (como Pernambuco), não havia quadrilhas de salteadores que ameaçassem a quem morava ou viajava pelos “nossos extensos sertões”⁹⁴⁵; entretanto, os índios bravios faziam esse aterrador papel com suas correrias.

De fato, na década de 1870 e 1880, uma das questões mais importantes para a província ainda era controlar os ataques indígenas às povoações e lavouras. Durante a invasão paraguaia, os índios foram empurrados para o norte da província e começaram a atacar as regiões da baixada cuiabana, cada vez mais próximos da capital⁹⁴⁶. Por isso, pela lei n. 9 de 15 de novembro de 1869, foi autorizada a despesa de até 8:000\$000 para afugentar os índios que acometessem os estabelecimentos dos fazendeiros e agricultores residentes nas freguesias da Chapada e de Santo Antônio do Rio Abaixo⁹⁴⁷. A situação era tão grave que, em 1870, o deputado capitão João Roberto da Cunha Bacellar propôs enviar uma representação para a assembleia geral solicitando a criação de um corpo especial para policiar o sertão que mediava a província de Mato Grosso e a de Goiás para “afugentar os índios bravios que quase todos os anos nos causam tantos males com as hostilidades que fazem aos viajantes e fazendeiros”. Segundo o deputado, dessa

⁹⁴⁴Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 29 de abril de 1876, p. 16.

⁹⁴⁵Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 15 de julho de 1863, p. 6.

⁹⁴⁶Em 1872, o presidente classificava as nações indígenas habitantes da província de Mato Grosso da seguinte forma:

1. *Os que não se furtam ao exame e observação*: Cadieus, Beaqueos, Guanás, Quinquinaos, Terenas, Laianas, Bororos da Campanha, Cabaçais, Caiapós e Jacarés.
2. *Os que vivem ainda no estado quase de primitiva independência, mas se relacionam um pouco com os civilizados*: Caiuás, Chamococos, Cadieus [sic], Guatós, Bacairis, Parecis, Maimbarés, Apiacás, Guaraíos e Caripunás.
3. *Os que fogem de qualquer contato*: Coroados, Cajabis, Barbados, Cabixis, Nambiquaras, Tapanhumas, Mequens, Cautários, Pacás, Senabós e Ararás.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 4 de outubro de 1872, p. 131-149.

⁹⁴⁷Pela mesma lei, ficou autorizada a utilização de até 8:000\$000 para a destruição de quilombos, outro problema que também causava ameaça à ordem pública, e com o qual a província começava a se preocupar. Havia um quilombo, formado antes de 1859 – quando dele se tem a primeira notícia –, a 30 léguas da capital e a 14 da Chapada, onde existiam vários arranchamentos compostos de escravos fugidos, criminosos e desertores que, em 1871, ainda não havia sido dispersado. Além deste, que era próximo ao rio Manso, havia outros no interior do termo da vila do Diamantino, e outro, em maior escala, nas imediações da povoação de San Matías, na província de Chiquitos, na Bolívia, não muito longe do destacamento de Corixá, distrito da cidade de São Luiz de Cáceres. Todos eram difíceis de extinguir, pois havia muitos coniventes com quem comerciavam. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 20 de agosto de 1871, p. 12. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 18 de abril de 1877, p. 5.

maneira, seria mais fácil povoar esse sertão de mais de 100 léguas de extensão⁹⁴⁸. Em 1871, novamente, a assembleia votou 8:000\$000 “com a afugentação dos índios Coroados, como proteção aos criadores e agricultores”. Esses investimentos, no entanto, pouco efeito surti.

Em fevereiro de 1874, em Santo Antônio do Rio Abaixo, os índios incendiaram as casas de Caetano, João, Manoel e Custódia, parentes do inspetor de quartirão Antônio Gonçalves Dias; em abril, em Melgaço, distrito da mesma freguesia, lançaram fogo sobre as casas de Apolinário Soares e Antonio Gomes, as quais foram reduzidas a cinzas. No mesmo mês, no distrito de Herculânea de São José do Taquari, os índios Coroados mataram a flechadas José Bernardo do Espírito Santo, de 14 anos. A 12 léguas do destacamento de São Lourenço, dois filhos menores de José Pedroso de Alvarenga e três filhos de Antonio Silva Lima foram atacados pelos Coroados, que mataram dois e levaram outros dois consigo, tendo escapado somente um. Além disso, destruíram as roças e roubaram todas as ferramentas que encontraram. No dia 11 de novembro, na fazenda Tamanduá, de propriedade de Augusto Corrêa da Costa, distrito de Santo Antônio, o cidadão José Marques de Fontes e mais quatro camaradas estavam nos matos de sua casa tirando madeiras, quando foram surpreendidos por índios, aos quais conseguiram afugentar com armas de fogo, ficando gravemente ferido com duas flechadas o camarada Manoel Teófilo da Costa⁹⁴⁹.

Ainda em 1875, os índios continuavam errantes, com suas correrias e depredações. Em julho, saquearam o estabelecimento de Victorino Gomes, onde mataram um casal; em 29 de outubro, atacaram a casa de Felipe da Silva Albuquerque; em fevereiro de 1876, foram à casa de Catharina do Carmo Reis, no lugar chamado Potreiro, onde mataram quatro pessoas (duas mulheres e duas crianças) e feriram gravemente outra mulher. Em todos esses lugares, reduziram a cinzas as habitações que encontraram. Em 27 de janeiro, o capitão policial Sabino Fernandes de Souza seguiu os índios até a cabeceira do Araguaia, onde encontrou o seu aldeamento de 34 ranchos e mais de 400 índios, entre homens, mulheres e crianças; eles, contudo, conseguiram passar a nado para a margem oposta⁹⁵⁰.

O presidente da província, general Hermes Ernesto da Fonseca, declarou em 1877:

⁹⁴⁸Atas das sessões da assembleia legislativa provincial de Mato Grosso, 9 e 18 de maio de 1870.

⁹⁴⁹Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 27 de abril de 1874, p. 22-23.

⁹⁵⁰Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1876, p. 19-21.

Se não existissem em alguns pontos da província os índios selvagens (...) que continuamente cometem mortes, depredações, tentativas de incêndio e roubos em vários estabelecimentos rurais, podia esta província ser considerada como uma das mais felizes do Império⁹⁵¹.

Para ele, a expedição que se costumava fazer, em bandeiras, para vingar as atrocidades e prevenir que se renovassem, além de “repugnar aos princípios de humanidade e às repetidas recomendações do Governo imperial”, raramente produzia o efeito que se esperava. Uma expedição era montada, urdida pelos clamores dos lavradores e moradores e, ainda antes de ela se recolher, os índios eram vistos atacando sítios em lugares não muito distantes de onde esta havia passado. Hermes da Fonseca entendia que o meio mais eficaz para prevenir esses ataques era ter uma força policial encarregada de rondar os distritos onde costumavam aparecer os índios para prestar auxílio aos moradores, uma vez que, frequentemente, com a notícia da chegada de índios, os habitantes abandonavam suas casas e lavoura que aqueles, sem resistência, roubavam e incendiavam. Essa medida teria resultados eficazes se a força policial existente pudesse multiplicar os destacamentos para cobrir toda a vasta zona do interior da província sujeita às “correrias dos selvagens”. Mas, com a pouca força disponível, a medida era apenas um paliativo⁹⁵².

Para ajudar na questão indígena, algumas colônias militares foram restauradas, como a de Brilhante, em maio de 1876, a de Miranda e a de São Lourenço em 1877⁹⁵³. Havia também as de Conceição de Albuquerque, Dourados, Itacaiú e o núcleo colonial do Taquari⁹⁵⁴. Segundo o presidente da província:

Esses estabelecimentos militares, *desde que tenham organização conveniente*, podem tornar-se não só centros de atração para a catequese e o aldeamento dos selvagens, como ainda verdadeiros núcleos de emigração [sic] para a província, pois que à sua sombra os agricultores encontrariam proteção e segurança⁹⁵⁵.

⁹⁵¹Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1877, p. 7.

⁹⁵²Ibidem, p. 7-8. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de novembro de 1878, p. 9.

⁹⁵³APMT. Manuscritos. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 4 de março de 1878.

⁹⁵⁴Este núcleo foi emancipado do regime militar, por aviso do ministério da Guerra de 19 de fevereiro de 1879, e elevado à categoria de freguesia, por aviso de 10 de março do mesmo ano, com a denominação de São José de Herculânea. Relatório do ministro da Guerra, 5 de maio de 1879, p. 7.

⁹⁵⁵Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de novembro de 1878, p. 61 (grifo nosso).

Em 1879, o presidente da província via a necessidade de catequizar os Coroados – que habitavam a cabeceira do rio São Lourenço – e os Caiapós – situados na região entre os rios Paraná, Paranapanema e a cabeceira do Taquari –, “tribos das mais bravias e indomáveis que faziam correrias contra os lavradores”. Entretanto, as colônias militares, mais uma vez, não tiveram o crescimento almejado; todas elas se ressentiam em extremo da falta de força militar e de recursos financeiros, sem os quais não poderiam se desenvolver⁹⁵⁶.

A colônia de Conceição de Albuquerque, naquele ano, estava em estado deplorável: tinha 1 segundo tenente, 1 anseçada e 11 praças, sendo 7 inválidas, e pouco mais de 70 habitantes⁹⁵⁷; o presidente sugeria que ela fosse transferida para a antiga freguesia de Albuquerque, onde havia 500 almas e vagavam muitos índios Quiniquinaos, Guanás, Chamococos e Caudieos, que poderiam ser aproveitados. Na colônia de Miranda, o destacamento não excedia 12 praças; a de Brilhante tinha dez praças e estava localizada próxima às aldeias dos Caiuás e dos Guaranis, ambas com mais de 160 almas. A de Dourados, depois da invasão paraguaia, não tinha tido mais incremento; lá estavam estacionados 19 soldados do corpo de cavalaria de Nioac. Já a de Itacaiú tinha apenas pouco mais de 40 pessoas e nos arredores algumas famílias, quase todas paupérrimas⁹⁵⁸. Além disso, a falta de missionários para coordenar a catequese era cada dia mais sensível⁹⁵⁹.

Em virtude do estado decadente em que se encontrava a colônia de Itacaiú, fundada em 1871, à margem do Araguaia, o governo decidiu extingui-la em novembro de 1880, fazendo recolher o material ao depósito de artigos bélicos da província de Goiás⁹⁶⁰. Em 1884, Albuquerque, Miranda, Brilhante e Dourados tinham apenas o diretor e três soldados habitando em palhoças e plantando o necessário para seu sustento⁹⁶¹. A de São Lourenço era a única que parecia prosperar; em 1883, contava com 107 habitantes, uma escola de instrução primária para 12 alunos, engenho de moer

⁹⁵⁶Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 15 de junho de 1882, p. 65.

⁹⁵⁷Em 1877, um relatório da colônia de Albuquerque apontava que nunca havia passado seu pessoal de um pequeno destacamento, sendo parte dos soldados doentes ou inválidos que os comandantes dos corpos mandavam destacados para a colônia a fim de convalescerem ou serem aproveitados em algum serviço leve, “conforme permitir suas moléstias incuráveis, e desta maneira não é possível esta colônia prosperar-se continuando assim”. *APMT*. Manuscritos. Registros das ordens dos diferentes ministérios dirigidos à tesouraria desta província (1852-1876) [sic]. Documento de 1º de janeiro de 1878.

⁹⁵⁸Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de outubro de 1879, p. 93-97.

⁹⁵⁹Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1881, p. 27.

⁹⁶⁰Relatório do ministro da Guerra, 18 de janeiro de 1882, p. 44.

⁹⁶¹Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de outubro de 1884, p. 16.

cana, olaria, oficinas de carpinteiro e ferreiro, e máquina para fabrico de farinha; em 1884, já eram 156 pessoas; porém, em 1888, havia apenas 99 moradores, pois dez colonos haviam ido embora com suas famílias devido ao desgosto de verem suas plantações estragadas pelos índios Coroados que, em número de 400, permaneceram na colônia por 4 meses⁹⁶².

As investidas indígenas não pararam e a província despendia seus poucos recursos em tentativas para acabar com os ataques que, segundo as autoridades, além de ameaçarem seus habitantes, desestimulavam a lavoura, atravancando o desenvolvimento econômico da região⁹⁶³. Entre 1875 e 1880, foram mortos pelos ataques indígenas 134 homens, 46 mulheres, 17 crianças e 7 escravos, e feridos 11 homens, 6 mulheres, 3 menores e 7 escravos, além de 43 casas queimadas⁹⁶⁴. Por isso, para 1880, a lei provincial n. 554 de 4 de novembro permitia despendar 10:000\$000 em expedições que fizessem recuar às suas matas ou aldeias os diversos índios que vagueavam praticando hostilidades aos lavradores e fazendeiros. Essa lei também oferecia recompensa para aqueles que conseguissem aldear com recursos próprios os índios Coroados ou encaminhá-los à profissão útil.

A província e o governo geral empregaram muitos recursos com as colônias militares e com as expedições sem, contudo, conseguirem dirimir as investidas indígenas. Em 1884, o presidente da província, barão de Batovi, procurou empreender uma outra estratégia; solicitou ao ministro da Justiça um auxílio de 20:000\$000 para atacar os índios em seus “antros” e obrigá-los a se internarem definitivamente,

⁹⁶²Relatório do ministro da Guerra, 5 de maio de 1884, p. 32; 5 de maio de 1885, p. 36; 7 de maio de 1887, p. 42; 8 de maio de 1888, p. 37.

⁹⁶³Os ataques dos índios atingiam inclusive os mais abastados da província. Durante a sessão da assembleia provincial de 21 de outubro de 1880, o dr. Dormevil José dos Santos Malhado fez uma “longa e sentimental exposição” relativa às hostilidades de que foi vítima a esposa do sr. alferes honorário do Exército José Martins de Figueiredo: “Quebram as portas de uma casa segura, invadem o lar de uma família, e matam com mais de 50 flechadas a essa varonil senhora da fazenda do Bananal, juntamente com seu filho maior de 7 anos, e deixou feridas gravemente às pessoas que nunca lhes hostilizaram, antes eram fâmulos do distinto fazendeiro, que sempre procurou as proximidades das aldeias para deixá-los brindes que os encaminham à catequese. (...) Outra horda de índios, a 5 léguas da freguesia de N. Sr.^a de Brotas, de que foram vítimas (segundo participações da polícia) uma filha e uma neta do capitão Joaquim José de Santana”. O orador concluiu requerendo “que se dirija ao Governo Imperial uma representação pedindo providências enérgicas em relação aos índios Coroados, que ameaçam, pelas suas constantes correrias, aniquilar a lavoura da província, matando e roubando os habitantes indefesos, e zombando dos meios sábios e prudentes compatíveis com as forças da mesma”. Em 6 de maio do ano seguinte, o ministério da Fazenda acusou recebimento da representação e declarou que “examinará com a maior atenção o seu pedido e procurará fazer quanto possível para atender ao seu justo reclamo”. Atas das sessões da assembleia legislativa provincial de Mato Grosso, 21 de outubro de 1880; 6 de maio de 1881.

⁹⁶⁴Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 3 de maio de 1881, p. 11.

apreendendo o maior número possível. Para ele, esta medida era da maior urgência para “acabar de uma vez com o flagelo de que constantemente são vítimas os pobres habitantes do interior e de fora das povoações”⁹⁶⁵.

Entretanto, nada disso foi eficaz para impedir os índios de continuar cometendo assassinatos, roubos e depredações. Entre 1881 e 1885, haviam sido mortos pelos índios 60 homens, 11 mulheres, 17 crianças, e feridos 6 homens, 10 mulheres, 5 crianças e 3 escravos⁹⁶⁶. A diminuição dos ataques veio realmente só a partir de 1886, com a mudança na atitude dos expedicionários⁹⁶⁷.

Por ordem do presidente da província Joaquim Galdino Pimentel, uma expedição militar comandada pelo alferes Antonio José Duarte saiu de Cuiabá, em 21 de abril, com destino aos aldeamentos da tribo dos Coroados no rio São Lourenço. Levou consigo brindes para os “selvagens” e, como mediadores, seis índias e um índio daquela tribo que haviam sido aprisionados há tempos e já estavam acostumados à “vida civilizada”. Desse modo, segundo relatado, a expedição conseguiu trazer 28 índios que espontaneamente quiseram se alojar na capital. Em novembro daquele ano, Antonio Duarte conduziu nova expedição, por meio da qual cerca de 400 Coroados teriam se apresentado espontaneamente para serem guiados por aquele oficial. Eles foram acomodados à margem do rio Cuiabá, no edifício denominado Couto de Magalhães; posteriormente, foram divididos em duas colônias indígenas: Teresa Cristina e Isabel. Deste modo, as agressões indígenas praticamente desapareceram⁹⁶⁸.

Portanto, ao que parece, a estrutura carcerária não era uma prioridade para a província mato-grossense, pois os maiores problemas de perturbações da ordem vinham dos grupos indígenas que atacavam as fazendas, queimavam as plantações, roubavam o

⁹⁶⁵Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de outubro de 1884, p. 9.

⁹⁶⁶APMT. Manuscritos. Relatório do chefe de polícia de Mato Grosso, 31 de maio de 1886.

⁹⁶⁷O chefe de polícia, em 1886, condenava a maneira como eram conduzidas as investidas contra os indígenas: “O extermínio do selvagem é um crime, mas procurá-los, como se tem feito, no meio das florestas, no centro de seus aldeamentos, surpreendê-los para os matar a sangue frio, como quem mata animais ferozes em seus covis, não respeitando sexos nem idades, é uma atrocidade indigna de um povo civilizado; e o sangue do gentio derramado por ordem das passadas administrações e por expedições mantidas a custa dos cofres públicos há de manchar a história da catequese da província, pondo em relevo o erro de tais alvitre, cujos efeitos tem sido retemperar no coração do selvagem o ódio contra a raça que os mata, sem dó nem piedade, e retardar por muito tempo a pacificação dos indígenas que cada vez em represália redobram de audácia, de ferocidade e de barbárie. É, pois, pelos meios brandos que se conseguirá a paz com os selvagens e a sua redução ao estado civilizado”. APMT. Manuscritos. Relatório do chefe de polícia de Mato Grosso, 31 de maio de 1886.

⁹⁶⁸Com a criação dessas duas colônias, foi extinta a colônia militar de São Lourenço, por ter sido considerada desnecessária. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 12 de julho de 1886, p. 14-15; 9 de novembro de 1886, p. 5-6; 9 de dezembro, p. 15-19; 20 de outubro de 1888, p. 16-17.

gado e, algumas vezes, matavam os moradores. Como a receita provincial estava comprometida com esses e outros gastos considerados mais urgentes, as municipalidades tinham que assumir as despesas de conserto ou construção de cadeias. No orçamento de 1877, por exemplo, foram decretadas verbas municipais de 600\$000 e 200\$000 (podendo esta ser elevada a 800\$000) para os reparos das cadeias da vila do Diamantino e do Rosário, respectivamente, mas só seriam aplicadas “se a receita o permitir”. Assim, como os municípios nem sempre arrecadavam o suficiente, as prisões permaneciam sem reparos ou se fazia apenas o que era mais urgente e, ano a ano, iam se deteriorando.

Já os municípios mais prósperos procuravam arcar com tais despesas. Em 1875, por exemplo, a câmara da capital consignou verba de 2:000\$000 para auxílio às obras de sua cadeia. Para 1876, a câmara municipal de Corumbá orçou 581\$000 para conserto da cadeia, calçamento das ruas e outras obras municipais, além de outros 400\$000 para o melhoramento da atual cadeia, localizada em frente à rua São Gabriel. No ano seguinte, reivindicou a construção de uma cadeia, tendo sido orçados, como gastos municipais, 6:000\$000 para início da obra. Em 1877, o engenheiro em serviço na câmara aprovou a planta e o contrato celebrado com Fernando Sanclemente para a construção da cadeia, no valor total de 8:500\$000. Para 1878, foram consignados mais 500\$000 para complementação da quantia⁹⁶⁹; naquele ano, inclusive, com o aumento populacional da vila, Corumbá foi elevada à categoria de cidade⁹⁷⁰. Como essas duas cidades puderam investir minimamente em suas cadeias (embora ainda fossem insuficientes para abrigar a quantidade de presos que eram recolhidos), em 1881, todas

⁹⁶⁹Para o pagamento do empreiteiro, foi aplicada também a não despendida consignação do art. 1 § 8º n 17 da lei n. 5 de 25 de junho de 1875. Art. 11 da lei n. 520 de 3 de julho de 1877. Orçamentos municipais (1874-1877).

⁹⁷⁰Pela lei n. 525 de 15 de novembro de 1878. Em 1879, a lei n. 532 de 12 de novembro, determinou quais seriam os critérios para a formação de freguesias, vilas, cidades e comarcas a partir de então. Para se criar uma freguesia era necessário, entre outros, que houvesse ao menos 2.000 almas livres se tivesse 8 léguas quadradas, ou mais habitantes se a área fosse menor; que estivesse edificada uma igreja que seria a matriz ou pelos menos sua parte principal, cuja finalização não custasse mais de 300\$000. Para vila, teria que ter ao menos 4.000 almas livres, igreja no lugar que seria a sede e edifício com comodidade e segurança para cadeia, casa de câmara e sessões de júri ou edifício oferecido para esse fim, com a correspondente capacidade, coberto, ao menos, e que possa ser concluído com 3:000\$000. Para cidade, deveria ter pelo menos 6.000 almas livres. Para se criar uma comarca, era necessário que no termo residissem 104.000 pessoas, se distar da capital 400 km; 12.000, se distar até 800 km; 10.000 até 1.000 km; 8.000 até 1.200 km e 6.000, se mais de 1.200 km. Além disso, as sedes das comarcas distantes da capital mais de 1.000 km deveriam distar entre si 300 km.

as cadeias da província foram consideradas péssimas pelo chefe de polícia, por não oferecerem condições de segurança e salubridade, “à exceção da capital e Corumbá”⁹⁷¹.

Apesar do impulso econômico produzido pela abertura da navegação pelo rio Paraguai, as necessidades estruturais da província de Mato Grosso eram tão grandes que os recursos obtidos não abrangiam todas as despesas necessárias e, na década de 1880, ficou patente que ainda havia muito para ser feito com o pouco que era arrecadado. O sustento dos presos pobres começou a ficar pesado para a câmara de Cuiabá, pois a sua renda havia reduzido; enquanto a expectativa de orçamento apresentada para a capital para o ano de 1878 era de 32:450\$000, no ano seguinte diminuiu para 24:614\$600. Assim, a partir do orçamento para 1880-1881, a província assumiu os gastos.

A cidade de Corumbá, desde que havia perdido o direito à isenção de impostos, em 1878, padecia pelo declínio do comércio local⁹⁷². A renda prevista para a cidade em 1884 era de 18:556\$000; para 1885, a perspectiva havia diminuído para 17:295\$000, enquanto que o sustento dos presos havia subido de 4:000\$000 para 4:200\$000 (conforme exposto na tabela 23). Em 1885, o deputado tenente Vital Baptista de Araújo resolveu solicitar que essa despesa fosse provincial, pois já estava pesada demais para a cidade. Durante a discussão, o deputado alferes Joaquim Caraciolo Peixoto de Azevedo, que também havia assinado o projeto, reconsiderou o apoio e votou contra, por lhe haver constado que a municipalidade de Corumbá era rica e estava na condição de continuar a fazer a despesa pelos seus cofres, não agravando assim o estado precário dos cofres provinciais. Após uma primeira votação, que ficou empatada, o projeto foi aprovado e a província acabou assumindo esses gastos no orçamento para o ano seguinte⁹⁷³.

Em 1886, contudo, o deputado Salomão Alves Ribeiro mandou um projeto de lei revertendo à cidade de Corumbá os gastos com os presos pobres. O corumbaense Generoso Nunes Nogueira procurou justificar a medida anterior alegando que a câmara daquela cidade já tinha um déficit de mais de 20:000\$000 e não podia suportar esses gastos; o projeto foi então adiado. Porém, em 1887, o deputado César Velasco

⁹⁷¹Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 2 de abril de 1881, p. 19.

⁹⁷²Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de novembro de 1878, p. 19.

⁹⁷³Orçamentos municipais da província de Mato Grosso (1883-1884). Atas das sessões da assembleia legislativa provincial de Mato Grosso, 13, 17, 24 e 25 de novembro de 1885; 16, 17 e 19 de agosto de 1886.

apresentou-o novamente e, neste ano, ele foi aprovado, voltando os gastos a serem feitos pelo município⁹⁷⁴.

De fato, as rendas da província também minguaram durante a década de 1880. O fim da taxaço provincial sobre produtos importados, declarada inconstitucional em 1883, pesou para Mato Grosso, tanto quanto havia pesado para Pernambuco, como vimos; segundo o inspetor do tesouro, essa fonte rendia de 10 a 12:000\$000 de receita para a província. Em 1884, a dívida passiva havia chegado a 175:000\$000, provenientes de apólices emitidas para o abastecimento de água em Cuiabá, além do atraso no pagamento dos salários. A solução encontrada pela assembleia provincial para tentar saldar a dívida foi reduzir em 5% os vencimentos dos empregados públicos, diminuir os vencimentos dos professores, e outras economias, que incluíam a “patriótica desistência” que alguns deputados fizeram de seus subsídios⁹⁷⁵.

Outro contingenciamento acabou tendo que ser feito, afetando desta vez o policiamento provincial; em 1879, com a ajuda do suprimento geral (conforme exposto na tabela 22), o contingente policial havia aumentado para 1 capitão, 1 tenente, 2 alferes, 1 primeiro sargento, 2 segundos sargentos, 1 furriel, 6 cabos, 69 soldados, 1 corneta. Apesar disso, o número ainda era insuficiente para a guarda da cidade e dos subúrbios⁹⁷⁶. Já em 1886, a assembleia decretou a ampliação da força para 1 capitão, 1 tenente, 2 alferes, 1 primeiro sargento, 2 segundos sargentos, 1 furriel, 8 cabos de esquadra, 80 soldados e 2 cornetas⁹⁷⁷. Para que esse aditamento pudesse ser feito, em 11 de dezembro daquele ano, a presidência da província solicitou ao ministério da Justiça a elevação do auxílio a 80 contos de réis; porém, o ministro, em resposta vinda em 14 de fevereiro de 1887, não só recusou o aumento como suspendeu o auxílio, por entender que a despesa com o policiamento devia ser feita com verba provincial. Dessa forma, por falta de dinheiro, o presidente teve de licenciar 1 tenente, 2 alferes, 1 cabo, 33 soldados e 1 corneta⁹⁷⁸. Para 1888, a assembleia decretou uma substancial redução na

⁹⁷⁴Atas das sessões da assembleia legislativa provincial de Mato Grosso, 25, 27 e 29 de fevereiro, 2 e 3 de março de 1887.

⁹⁷⁵Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de outubro de 1884, p. 3 e 29.

⁹⁷⁶Lei n. 531 de 5 de novembro de 1879. Em 1883, pela lei n. 596 de 23 de maio, foi adicionado 1 soldado e um corneta, inteirando 70 soldados e 2 corneta para a força.

⁹⁷⁷Lei n. 702 de 31 de julho de 1886.

⁹⁷⁸Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de novembro de 1887, p. 7-8.

força policial para uma “insignificante” tropa composta por 1 alferes ou tenente, 1 primeiro sargento, 1 furriel, 3 cabos de esquadra, 30 soldados, 1 corneta⁹⁷⁹.

O maior investimento desse período por parte da província parece ter sido com a cadeia de São Luiz de Cáceres, devido à sua má construção e por ser muito pequena em comparação com o crescido número de presos que dia a dia eram recolhidos; no entanto, também nesse caso, dificuldades econômicas se fizeram presentes. Após visita do chefe de polícia, que constatou essas dificuldades, a assembleia provincial consignou, para 1885, 5:000\$000 contos para seu o aumento e reparo; a câmara executou-as por contrato de empreitada, despendendo 4:550\$000 e mais 1:000\$000, que haviam sido votados em 1883. Como, porém, a coletoria provincial, que recebera a ordem de ir entregando os saldos que apurava, atrasava os pagamentos, a municipalidade se viu obrigada a fazer adiantamentos. Ao final daquele ano, a província devia à câmara 1:741\$960, que esperava o ressarcimento para realizar uma reforma no cemitério⁹⁸⁰.

Já Santo Antônio do Rio Abaixo contou com o empenho do deputado José Marques de Fontes, que era morador da freguesia⁹⁸¹, para que as obras pudessem ser prontamente aprovadas e realizadas. Em 15 de maio de 1883, Marques de Fontes apresentou um projeto autorizando o presidente da província a gastar 1:500\$000 com a construção de uma nova cadeia na região; em 17 de maio, o deputado solicitou urgência para a entrada do projeto na ordem do dia. No dia 18, ele entrou em pauta e foi aprovado em 1ª discussão; no dia 19, passou em 2ª e, no dia 21 de maio, foi aprovado em 3ª sem debate. Entre a apresentação do projeto e a sua aprovação final passaram-se apenas seis dias. No ano de 1886, o presidente da província recebia a notícia de que o

⁹⁷⁹Totalizando 37 praças. A província de São Paulo, à mesma época, possuía 1.500 praças do Corpo Policial Permanente e 240 policiais urbanos. Lei n. 722 de 27 de fevereiro de 1888. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 20 de outubro de 1888, p. 5. Relatório do chefe de polícia da província de São Paulo, 7 de janeiro de 1889, p. 10.

⁹⁸⁰APMT. Manuscritos. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 30 de maio de 1885, p. 16-17. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 12 de julho de 1886, p. 18. Uma das maiores necessidades da vila de São Luiz de Cáceres era os socorros aos presos pobres, que quase sempre viviam privados de alimentação, em quase completa miséria. Em 1885, dois presos de São Luiz de Cáceres, excluídos do Exército, representaram ao chefe de polícia, quando esteve em visita a esta cadeia, não terem meios de subsistência e, por isso, desejavam ser transferidos para a cadeia da capital, onde entendiam que poderiam ser mais bem alimentados. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de outubro de 1879, p. 55. APMT. Manuscritos. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 30 de maio de 1885, p. 17.

⁹⁸¹Em 1881-1882, José Marques de Fontes foi também o primeiro juiz de paz da paróquia de Santo Antônio do Rio Abaixo. *A provincia de Matto-Grosso*, 25 de junho de 1882, p. 4.

edifício já estava concluído, tendo sido feito mediante contrato com Miguel José Faria, por 1:989\$432⁹⁸².

Diante da crise econômica, não houve durante este década, a construção de nenhuma outra cadeia; com muito custo, procurava-se tão somente consertar aquelas que já existiam antes que se arruinassem. A cidade de Corumbá não tinha conseguido concluir sua cadeia, pois, ainda em 1882, haviam sido orçados 3:000\$000 como despesas municipais para a construção de mais duas salas, a fim de se poder fazer a separação dos réus. Porém, naquele ano, só foi possível realizar alguns consertos, com os quais a câmara despendeu 135\$136. A consignação para aumento da cadeia foi repetida em 1884 e 1885, provavelmente porque a cidade não conseguia realizar os melhoramentos; as dificuldades eram tão grandes que, em 1888, a municipalidade ponderava que, devido às circunstâncias financeiras, não lhe havia sido possível pagar as despesas com o sustento, vestuário e curativo dos presos pobres, a seu cargo desde 13 de março daquele ano⁹⁸³.

O juiz de direito da comarca de Miranda, em ofício de 16 de fevereiro de 1880, relatava ao presidente da província o estado de ruína em que se achava o lugar que servia de cadeia para esta vila. Além do mais, possuía apenas um salão, não sendo possível nem a separação dos sexos; foi feito então um orçamento de 3:000\$000 para a reforma, mas nenhuma medida foi tomada⁹⁸⁴. A cadeia de Poconé estava completamente arruinada pela infestação de morcegos; em 1880, o escravo Miguel, réu pronunciado por homicídio, conseguiu evadir-se arrombando a parede da prisão em que se achava. Em 1883, a província decretou 1:000\$000 para conserto mas, ao tomarem conhecimento do estado do edifício, em 31 de dezembro do ano seguinte, os deputados resolveram decretar a reconstrução da cadeia com as verbas de Obras Públicas; contudo, em 1887, ainda não havia sido possível arrumá-la. Naquele ano, o preso José Antonio Baptista, “criminoso de morte”, conseguiu facilmente fugir de Poconé, ainda mais porque era guardado apenas “por uma praça de polícia”⁹⁸⁵.

⁹⁸²Atas das sessões da assembleia legislativa provincial de Mato Grosso, 15, 17, 18, 19 e 21 de maio de 1883. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 12 de julho de 1886, p. 32.

⁹⁸³Orçamentos municipais da província de Mato Grosso (1881-1884). Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 15 de junho de 1882, p. 38; 20 de outubro de 1888, p. 25.

⁹⁸⁴Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de outubro de 1880, p. 47.

⁹⁸⁵Lei n. 657 de 31 de dezembro de 1884. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 1º de novembro de 1878, p. 23; 1º de outubro de 1880, p. 7; 12 de julho de 1886, p. 32. *APMT*. Manuscritos. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 6 de junho de 1887.

Em 13 de março de 1885, abateu-se todo um lado do teto da cadeia pública da cidade de Mato Grosso, correspondente ao compartimento de prisão das mulheres; o restante ameaçava desabar a qualquer momento, colocando em risco a vida dos presos. A câmara não conseguia fazer o reparo por sua conta, pois “falecia ante à absoluta falta de recursos pecuniários”, já que “a indústria e a lavoura definhavam com as agressões indígenas”. Foi autorizado pela província o repasse de 200\$000 para o conserto, embora a cadeia precisasse de maiores investimentos, estando sua ruína iminente⁹⁸⁶.

Em 1885, uma comissão de práticos (na falta de profissionais habilitados) orçou em 5:000\$000 os reparos de que carecia a cadeia de Santana do Paranaíba, por se achar imprestável todo o edifício; entretanto, nenhum valor foi consignado pela província e, ainda em 1887, a câmara reclamava a necessidade da construção de duas enxovias com segurança para a prisão dos criminosos⁹⁸⁷.

Muitas vezes, a província autorizava consertos para as cadeias, mas consignava valores abaixo do necessário, o que fazia com que o trabalho fosse imperfeito e os edifícios continuassem precários. Em 1886, a província consignou 500\$000 para a cadeia da vila do Rosário, mas o presidente concedeu 800\$000, pois o contrato aprovado para a realização dos reparos, feito com Tibúrcio Borges Campos, havia sido de 700\$000. Ainda assim, esses reparos não foram suficientes para garantir a segurança do edifício e evitar as evasões. Em 1888, a câmara ainda pedia a execução dos consertos complementares que haviam sido adiados pela insuficiência do crédito concedido⁹⁸⁸.

Após falar sobre a cadeia de Cuiabá, o chefe de polícia fez um panorama sobre o estado das cadeias do interior da província mato-grossense em 1886:

As demais cadeias da província, as quais todas carecem de condições de salubridade e segurança, reclamam algumas delas consertos indispensáveis à sua conservação que, se não forem feitos sem demora, ocasionarão a ruína desses próprios provinciais. Desse número estão as de Diamantino, São Luiz de Cáceres e Livramento, pois que a de Poconé, Chapada, Santana do Paranaíba e Mato Grosso estão em tal estado que necessitam de reconstrução. (...) Nas demais

⁹⁸⁶ APMT. Manuscritos. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 30 de maio de 1885. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 12 de julho de 1886, p. 19 e 32.

⁹⁸⁷ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 15 de junho de 1882, p. 37; 1º de novembro de 1887, p. 58-59.

⁹⁸⁸ APMT. Manuscritos. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 31 de maio de 1886. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, 12 de julho de 1886, p. 17; 1º de novembro de 1887, p.56; 20 de outubro de 1888, p. 23.

vilas e freguesias servem de prisão casas alugadas quase todas impróprias para o fim⁹⁸⁹.

A falta de cadeias na província de Mato Grosso era apenas a ponta final de uma série de falhas na estrutura administrativa da justiça. Os processos e julgamentos não eram feitos com regularidade por falta de juízes habilitados e jurados qualificados; o policiamento nunca foi efetivo por falta de recursos pecuniários para a formação de uma guarda policial que atendesse a toda a província; pouco podemos saber sobre a criminalidade na província, pois as estatísticas, conforme apontado pelos contemporâneos, não eram confiáveis. Embora algumas dessas dificuldades também fossem encontradas em outras províncias, em Mato Grosso o problema era agudizado pelo baixo povoamento, dispersão das povoações e baixa renda. Ademais, a província percorreu o século XIX lidando com os ataques indígenas que, ao mesmo tempo em que absorviam boa parte dos poucos recursos, eram considerados um importante obstáculo ao seu desenvolvimento econômico, uma vez que as lavouras eram destruídas, o gado roubado e muitos moradores mortos ou feridos. Diante de todas essas dificuldades, ainda era possível ver, nos momentos de crescimento econômico, o esforço da província em procurar prover ao menos a capital com uma boa cadeia pública, quando da sua inauguração, em 1862, e da instalação de uma escola de instrução primária para os presos, em 1871.

No início da década de 1870, também foi possível perceber que o aumento no investimento na guarda policial teve como consequência o aumento da repressão e do número de presos nas cadeias. O deslocamento populacional do meio norte para a região sul da província de igual modo pôde ser acompanhado pelas lotações nas instituições carcerárias. Se, em 1862, as cadeias mais cheias ficavam em Diamantino e Poconé, nas décadas de 1870 e 1880, as que abrigavam mais presos eram as de Corumbá e São Luiz de Cáceres.

Porém, os impulsos econômicos não foram suficientes para suprir todas as necessidades de estruturação que a província tinha. No campo do sistema prisional, não foi possível a instalação de uma casa de correção e as cadeias não tinham as separações dos réus conforme a prescrição pela Constituição; algumas dispunham de apenas uma sala, não podendo fazer nem a separação dos sexos. Em todo tempo, Cuiabá continuou sendo a principal cadeia pública da província, abrigando presos de todas as localidades,

⁹⁸⁹ APMT. Manuscritos. Relatório do chefe de polícia da província de Mato Grosso, 31 de maio de 1886.

mas não pôde de fato implementar as oficinas para cumprimento da pena de prisão com trabalho, tendo de substituí-la pela de prisão simples.

A província de Mato Grosso teve, então, que realizar arranjos improvisados, como o aproveitamento dos soldados militares para vigilância e controle social nas vilas e cidades, o uso do recrutamento militar como forma de punição, e a utilização de instituições militares, como os quartéis de destacamento para servir de cadeia, ou, em alguns momentos, até mesmo as oficinas do Arsenal de Guerra, para onde foram encaminhados os condenados à prisão com trabalho e galés.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As melhores intenções dos poderes públicos encontrariam na atual legislação sério obstáculo à adoção de um sistema uniforme em todo o Império, desde que pelo Ato Adicional as prisões nas províncias estão sujeitas às alternativas e variedades das disposições decretadas pelas respectivas assembleias⁹⁹⁰.

Conselheiro Francisco Prisco de Souza
Paraíso, ministro da Justiça

Conforme relatava o ministro da Justiça em 1884 – e como procuramos demonstrar neste estudo – no que tange à estruturação prisional, as províncias tiveram autonomia para legislar sobre as construções de cadeias e sobre a criação de estabelecimentos penitenciários, bem como para determinar quais seriam seus regimes. Assim, embora o Código Criminal de 1830 tivesse abrangência nacional, com o Ato Adicional de 1834 não houve uniformidade em sua aplicação, pois cada província estruturou seu sistema prisional de maneira bem distinta, adaptando-o conforme suas especificidades históricas, geográficas, econômicas, políticas e sociais.

A província de São Paulo investiu desde 1835 na instalação de uma Casa de Correção e procurou manter o seu regime de isolamento noturno e trabalho comunitário, ao longo de todo século. Dessa maneira, a instituição cumpria a função de exaltar a grandeza paulista, ao colocá-la em harmonia com os mais modernos conceitos punitivos. Ainda que não atendesse a toda a demanda de sentenciados à pena de prisão com trabalho, o estabelecimento equiparava-se à instituição prisional da Corte, que também não teve sua planta concluída e abrigava praticamente a mesma quantidade de sentenciados à prisão com trabalho que a correspondente paulista. Já para o interior da província – por conta das disputas dos deputados para que fossem feitos cárceres em suas localidades de origem – os investimentos se pulverizaram em pequenas verbas, fazendo com que as cadeias permanecessem de pequeno porte e funcionassem mais

⁹⁹⁰Relatório do ministro da Justiça, 13 de maio de 1884, p. 152.

como casas de detenção; os condenados eram em geral remetidos para a Cadeia Pública da Capital, que servia como um estabelecimento central.

Em Pernambuco, uma das províncias mais populosas do Império, a questão do controle social parece ter sido mais preponderante, optando-se pela construção de uma Casa de Detenção no Recife, em detrimento de uma instituição própria para o cumprimento da pena de prisão com trabalho. No interior, alguns estabelecimentos de grande porte serviram como cadeias centrais, que recebiam os condenados das regiões mais próximas, descentralizando o sistema prisional, embora a instituição recifense ainda fosse referência. Ademais, o envio sistemático de presos para o presídio de Fernando de Noronha, sem que houvesse um regulamento próprio para isso, fez com que a ilha se tornasse prisão complementar da província pernambucana.

Já em Mato Grosso, por conta dos poucos rendimentos e da completa dependência de auxílios dos cofres gerais, a vontade de construir uma casa de correção não pode ser concretizada, e a província teve de se valer de arranjos improvisados. Se, durante um tempo, os condenados à prisão com trabalho foram enviados para as oficinas do Arsenal de Guerra, ao fim e ao cabo, terminaram cumprindo prisão simples na Cadeia Pública de Cuiabá. Ademais, a província mato-grossense sofria com a falta de estrutura administrativa judicial e policial; nesse sentido, a questão do controle social parece ter sido resolvida de outra maneira, com o recrutamento militar de desordeiros, por exemplo. Outro problema social enfrentado pela administração, e que consumiu grandes recursos, eram os ataques de índios, que perpetravam assassinatos, roubos e incêndios, assustando os moradores e atravancando a já pequena produção agrícola. Por esse motivo, as cadeias do interior tiveram que ser construídas com recursos municipais e, nesse sentido, receberam a estruturação que o desenvolvimento local podia oferecer.

As diferenças entre as províncias no campo da estruturação do sistema prisional passavam por questões econômicas, mas estavam relacionadas, sobretudo, com as prioridades e os projetos político-econômicos de cada uma delas. Se Mato Grosso tinha interesse, mas não possuía receita para terminar a cadeia de Cuiabá, São Paulo tinha muitos recursos para empreender a construção de cadeias centrais no interior, mas optou por investir em vias de comunicação para escoamento da produção. Pernambuco passou por uma dura crise financeira a partir da década de 1870 e precisava investir em melhorias na produção agrícola, mas teve que reverter parte das rendas para a construção de cadeias centrais, pois as necessidades de controle social se mostraram mais urgentes.

Dessa maneira, fica patente que a estruturação carcerária variou conforme as capacidades e interesses regionais. Por constatarem tais disparidades, quase todos os ministros da Justiça solicitaram que ao menos a instalação de penitenciárias (para cumprimento da principal pena instituída pelo código criminal) fosse de competência do governo geral, a fim de garantir a uniformidade da punição e a efetividade de sua aplicação.

Em 1866, José Thomaz Nabuco de Araújo reforçava a necessidade de uma reforma penitenciária. Após analisar o regulamento das prisões das várias províncias do Império, concluiu que:

Esta dificuldade é tanto maior quanto o regime dessas prisões tem a maior conexão com a legislação penal e esta é da competência do poder geral. Sobreleva a isto a disparidade das disposições que variam conforme a influência local. Mandeí coligir os regulamentos provinciais sobre as prisões, e é curioso o resultado do estudo comparativo deles. Disposições diferentes quanto à separação dos sexos, dos detentos, dos condenados, dos livres e escravos, do serviço, das horas de trabalho, dos exercícios religiosos, das visitas; tudo varia de província a província; em tudo se revela a ausência do sistema que consiste em conciliar o interesse da punição com os interesses do condenado⁹⁹¹.

Nabuco de Araújo havia baseado parte de suas considerações no relatório entregue, naquele ano, pelo dr. Felipe Lopes Netto. Enviado pelo governo imperial para avaliar o sistema penitenciário na Europa, em setembro de 1865, Lopes Netto visitou as cadeias da Irlanda, Inglaterra, Bélgica e França. Para além de sua análise sobre as instituições carcerárias da Europa, entendia que a grande questão no Brasil era se as penitenciárias deveriam ser construídas pelos cofres gerais ou provinciais. Em sua opinião, o erro estava na elaboração do art. 10 § 9º do Ato Adicional, copiado da lei inglesa sem que fosse feita qualquer uma adaptação:

Este parágrafo foi copiado das leis inglesas. Casas de prisão (*houses of detention*), casas de trabalho (*workhouses*), e casas de correção (*houses of correction*) são estabelecimentos que, na Inglaterra, correm por conta das localidades, como entre nós pela das províncias. (...) As penitenciárias, porém, não estão neste caso. São, por sua natureza, estabelecimentos gerais, que entendem com a segurança pública, sobre

⁹⁹¹Relatório do ministro da Justiça, 15 de maio de 1866, p.48.

a qual, nos termos da constituição, vige o governo geral, e formam o complemento do código criminal, que é lei geral, cuja execução só pode ser regulada pelo referido governo⁹⁹².

Segundo Lopes Netto, portanto, a inspiração nas instituições anglo-saxônicas teria sido tão forte que inclusive os termos foram simplesmente traduzidos, não havendo o cuidado em observar que correspondiam, de fato, a instituições em tudo distintas. Acreditamos, no entanto, que a inspiração do artigo era, na verdade, norte-americana. Conforme Antonino Miranda Falcão, ex-diretor da Casa de Correção da Corte e cônsul geral do Brasil dos Estados Unidos, observou em sua visita ao país, em 1854, as instituições penitenciárias norte-americanas (*state prisons* ou *penitentiaries*) também eram regidas em nível estadual⁹⁹³. Essa atribuição de estruturar as prisões em caráter provincial parece ter, então, uma filiação com a distribuição de funções feita nos Estados Unidos. Contudo, a descentralização brasileira foi parcial, pois o código criminal era geral. Em terras estadunidenses, até mesmo as legislações penais eram estaduais.

Ao final do século, observamos que São Paulo, que havia se tornado a província mais rica do Império, pretendeu e conseguiu colocar em prática o plano concebido pelo Código Criminal, ao construir e manter sua penitenciária recebendo os sentenciados à prisão com trabalho; enquanto Mato Grosso, província extremamente dependente dos recursos que vinham do suprimento geral, acabou improvisando suas instituições carcerárias, em alguns momentos aliando suas funções com as de instituições militares. Desse modo, vemos que esse arranjo federativo, conforme explica Miriam Dolhnikoff, de fato aprofundou as diferenças regionais, já que fazia depender dos recursos locais os investimentos para o crescimento econômico, beneficiando as economias mais dinâmicas e penalizando as que encontravam limites para a acumulação de riqueza⁹⁹⁴.

Durante o período de vigência do Código Criminal, uma série de críticas a disposições desta lei foram feitas: as penas eram excessivamente longas (inclusive algumas perpétuas), a pena de galés não tinha o efeito previsto, a pena de morte não era mais tolerada. Além disso, conforme apresentavam os congressos penitenciários, a pena

⁹⁹²Relatório do dr. Felipe Lopes Netto, 22 de janeiro de 1866, p. 6 (anexo ao relatório do ministro da Justiça, 15 de maio de 1866).

⁹⁹³Relatório sobre as penitenciárias dos Estados Unidos, 15 de julho de 1854, p.1-2 (anexo ao relatório do ministro da Justiça, 15 de maio de 1855).

⁹⁹⁴DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005, p.294-295.

de prisão com trabalho deveria ser aplicada para todos os crimes, e cumprida seguindo estágios que levariam mais eficazmente o preso à regeneração. Na primeira fase da sentença, o preso ficaria isolado diuturnamente (como no modelo da Filadélfia); depois, passaria para o trabalho em comum nas oficinas (como no modelo de Auburn, no estado de Nova Iorque); em seguida, o condenado entraria em um regime de trabalho em penitenciárias agrícolas; e, por último, passaria por um estágio de liberdade provisória (*ticket of leave*)⁹⁹⁵.

Com base nessas críticas e sugestões, o Código Penal de 1890 foi promulgado; portanto, apesar de ter sido aprovado na República, ele respondia às demandas feitas durante o período monárquico. As penas de galés e mortes foram abolidas, a duração máxima de uma pena passou a ser de 30 anos, e todos os condenados foram submetidos a um regime progressivo⁹⁹⁶. No campo administrativo, contudo, o sistema continuou, *mutatis mutandis*, o mesmo: um código penal válido por todo o país, mas com a construção e gestão das cadeias e penitenciárias feita pelos estados.

Desta maneira, à luz do que vimos na monarquia, o sistema carcerário republicano foi estruturado primeiramente em São Paulo, estado mais rico da federação. A penitenciária do Carandiru, inaugurada em 1920, durante muito tempo foi o único estabelecimento regido nos moldes do Código Penal. Para Lemos Brito, encarregado pelo ministro da Justiça de visitar as instituições carcerárias do país, em 1923:

Posto incompleta, a Casa de Correção [referindo-se à Penitenciária do Carandiru] que se inaugurava importava já numa das mais belas conquistas da civilização brasileira. Consumindo com ela muitos milhares de réis, o governo paulista dava testemunho universal da sua cultura e da superioridade de seus intuitos. (...) O certo é que, quem quer que, tendo um pouco de sensibilidade e de amor à pátria e ao gênero humano, ali penetra, não poderá conter uma exclamação de entusiasmo e de sentir um justo envaidecimento. (...) É um edifício de sóbria imponência, no qual a beleza da construção e o asseio mantido dão a impressão de uma opulência demasiada, que realmente não existe⁹⁹⁷.

⁹⁹⁵Esse modelo era conhecido como modelo irlandês ou de classificação progressiva, concebido por Sir Walter Crofton e iniciado em 1854. Foi aclamado como o melhor sistema no Congresso Penitenciário de Londres, em 1872. Relatório do ministro da Justiça, 7 de maio de 1874, p. 45-46. Relatório da comissão inspetora da Casa de Correção da Corte, 15 de fevereiro de 1874, p. 231 (anexo ao relatório do ministro da Justiça de 7 de maio de 1874).

⁹⁹⁶Inspirado no modelo irlandês, embora não fosse idêntico.

⁹⁹⁷LEMOS BRITTO. **Os sistemas penitenciários do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924-1926, vol. 3, p. 40-42.

Em 3 de dezembro de 1894, o governo federal proibiu o recebimento de sentenciados no presídio de Fernando de Noronha e mandou entregar às autoridades dos respectivos estados os presos que ali estivessem⁹⁹⁸. Contudo, como a ilha pertencia ao estado de Pernambuco, muitos de seus sentenciados permaneceram no presídio, pois, segundo o governador, era:

Impossível transferir para esta capital os sentenciados civis deste estado que estão ali cumprindo pena, visto não comportar a Casa de Detenção maior número de presos do que atualmente existem, além dos perigos que resultariam da aglomeração nesse estabelecimento de indivíduos saídos de Fernando de Noronha. (...) Torna-se necessário, até que o Congresso Legislativo delibere a respeito, manter o referido estabelecimento sob a administração do governo do estado⁹⁹⁹.

Em 1899, ainda havia no presídio cerca de 400 sentenciados civis, todos de Pernambuco. Naquele mesmo ano, foi autorizada pelo governo estadual a construção, no arquipélago, de uma colônia penal destinada aos condenados por vagabundagem e capoeiragem (art. 400 do Código penal de 1890)¹⁰⁰⁰.

O estado do Mato Grosso, ainda em 1923, não havia implantado qualquer melhoramento no campo penitenciário, servindo suas cadeias meramente como centros de reclusão. Conforme Lemos Britto:

Estão em vigor em Mato Grosso as leis n. 71 de 3 de julho de 1894 e n. 113 de 23 de julho de 1895, as quais autorizam o executivo a construir uma penitenciária na capital do Estado e uma colônia correcional agrícola; e, todavia, nada se fez até agora. O que existe ali são as mesmas cadeias sórdidas de há cem anos, quicá melhorada a da capital, na sua fachada, mas com as mesmas condições negativas de suas origens. (...) O governo atual, nas informações que me prestou, insiste em declarar que, por força da crise financeira, as prisões especiais autorizadas pela lei de 1894 – já lá vão trinta anos – não foram construídas¹⁰⁰¹.

⁹⁹⁸Decreto n. 226. Cumprido em 31 de maio de 1897, quando 162 sentenciados com 19 mulheres e 34 crianças embarcaram num navio e foram devolvidos aos estados de origem. Relatório do ministro da Justiça, 18 de abril de 1898, p.452-455.

⁹⁹⁹*APEJE*. Regulamentos (1896-1906). Caixa 1. Vol. 3. Decreto do Palácio do governo do estado de Pernambuco em [] 6 de agosto de 1897.

¹⁰⁰⁰Mensagem do governador do estado de Pernambuco, 6 de março de 1900, p.15-16. *APEJE*. Regulamentos (1896-1906). Caixa 1. Vol. 3. Regulamento da Colônia Penal expedido pelo Palácio do governo do estado de Pernambuco em 20 de outubro de 1899.

¹⁰⁰¹LEMOS BRITTO. op. cit., vol. 3, p. 207-208.

Ao que parece, Mato Grosso só viria a ter uma casa de correção em 1941, estabelecida para o cumprimento da pena de prisão com trabalho “enquanto não forem criados estabelecimentos indispensáveis à prática do sistema penitenciário”¹⁰⁰².

Dessa maneira, vemos que, na República, São Paulo manteve seu protagonismo ao fundar o primeiro estabelecimento penitenciário nos moldes mais modernos; Pernambuco ainda possuía um significativo excedente carcerário e seguia utilizando Fernando de Noronha como prisão complementar; e Mato Grosso, o menos estruturado dos estados, custava a empreender as mínimas benfeitorias implementadas nas outras regiões décadas antes. De fato, com a expansão do arranjo federativo – pois, desde 1890, o país se tornara, nominalmente e de direito, uma república federativa –, vemos que, no período republicano, houve um aprofundamento das diferenças regionais já encontradas durante o Império brasileiro.

¹⁰⁰² *APMT*. 197 A. Regulamento da Casa de Correção de 1941.

FONTES

Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP)

Impressos

- Anais da assembleia legislativa provincial de São Paulo¹⁰⁰³ (1835-1889)
- Relatórios dos presidentes da província de São Paulo (1835-1836 e 1839)
- Coleção das leis promulgadas pela assembleia legislativa provincial de São Paulo (1835-1889)

Manuscritos

- 3 caixas sobre cadeias da província de São Paulo
- 13 caixas da Penitenciária de São Paulo (Casa de Correção)

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)

Manuscritos

- Documentos avulsos

Arquivo Público do Estado de Pernambuco (APEJE)

Impressos

- Coleção das leis promulgadas pela assembleia legislativa provincial de Pernambuco (1835-1889)
- Anais da assembleia legislativa provincial de Pernambuco (1864-1882 e 1884)
- Relatórios dos Inspetores do Tesouro da província de Pernambuco (1850-1851, 1855-1858, 1863, 1865-1889)
- Relatórios dos Diretores de Obras Públicas da província de Pernambuco (1843, 1846-1847, 1850-1852, 1854-1858, 1861-1862, 1866, 1873, 1877-1878, 1880-1889)
- Regulamentos da Casa de Detenção do Recife (1855 e 1885)

¹⁰⁰³Tem também os relatórios do presidente da província de São Paulo de 1835, 1836 e 1839

Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE)

Impressos

- Anais da assembleia legislativa provincial de Pernambuco (1845-1846, 1861-1863, 1877, 1883, 1885-89)

Manuscritos

- Planta das cadeias de Goiana (1852), Pesqueira (1855) e Vila Bela (1880)

Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco

Impressos

- Balanços da receita e despesa da província de Pernambuco (1858-1859, 1866-1887)
- Relatórios dos Inspetores do Tesouro da província de Pernambuco (1874-1876, 1879-1886)
- Relatórios dos Diretores de Obras Públicas da província de Pernambuco (1843, 1863-65, 1867, 1869-70, 1876, 1878)

Arquivo Público do Estado do Mato Grosso (APMT)

Manuscritos

- Regulamento do corpo de polícia da província de Mato Grosso (1876)
- Relatórios dos chefes de polícia da província de Mato Grosso (1876, 1878, 1885-1887)
- Relatórios dos presidentes da província de Mato Grosso (1841-1843)
- Registro das ordens dos diferentes ministérios dirigidos à Tesouraria desta província (1852-1876)
- Registro de despacho da Tesouraria – incompleto (1849-1851)
- Caixas não catalogadas (1849, 1850, 1856, 1869, 1883)

Impressos

- Decretos do governo provisório do estado de Mato Grosso (1890)

Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso – Instituto Memória

Manuscritos

- Coleção das leis promulgadas pela assembleia legislativa provincial de Mato Grosso (1835-1889)
- Atas das sessões da assembleia legislativa provincial de Mato Grosso (1835-1889)

Documentos disponíveis em versão eletrônica

Impressos

Center for Research Libraries: Brazilian Government Documents

- Relatórios dos ministros da Justiça¹⁰⁰⁴ (1825, 1830-1841, 1843-1848, 1850-1870, 1872-1880, 1882-1889 e 1891)
- Relatórios dos ministros da Guerra¹⁰⁰⁵ (1828, 1830-1841, 1843-1846, 1856-1865, 1871-1875, 1877-1880, 1882-1889, 1891)
- Relatórios dos ministros do Império¹⁰⁰⁶ (1851-1861)
- Relatório do ministro da Agricultura (1888)
- Relatórios dos presidentes da província de São Paulo¹⁰⁰⁷ (1837-1838, 1840-1890)
- Relatórios dos presidentes da província de Pernambuco¹⁰⁰⁸ (1838-1890)
- Relatórios dos presidentes da província de Mato Grosso¹⁰⁰⁹ (1835-1840, 1844-1869, 1871-1884, 1886-1888)

Câmara dos deputados

- Coleção das leis do Império do Brasil¹⁰¹⁰
- Coleção dos atos do Executivo¹⁰¹¹
- Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados (1831)

University of Florida Digital Collections

- *Jornal Diario de Pernambuco* (julho de 1848, março de 1868 e outubro de 1874)

¹⁰⁰⁴ Como anexo, há relatórios de autoridades em visita a penitenciárias norte-americanas ou europeias e a congressos penitenciários, dos comandantes/ diretores do presídio de Fernando de Noronha e de outras autoridades em visita à ilha.

¹⁰⁰⁵ Como anexo, há relatórios de autoridades em visita a Fernando de Noronha e dos comandantes do presídio.

¹⁰⁰⁶ Como anexo, há relatórios da repartição geral das terras públicas, que era o órgão que, de 1855 até 1861, passou a tratar das questões sobre as colônias militares.

¹⁰⁰⁷ Em anexo, há relatórios dos chefes de polícia, dos diretores de Obras Públicas, dos inspetores do tesouro, dos diretores da Casa de Correção de São Paulo.

¹⁰⁰⁸ Em anexo, há relatórios dos administradores da Casa de Detenção do Recife, dos inspetores do tesouro provincial, dos chefes de polícia, do estado sanitário da província/ comissão de higiene pública, dos diretores de Obras Públicas, dos comandantes do presídio de Fernando de Noronha, e outros relativos a cadeias da província.

¹⁰⁰⁹ Em anexo, há relatórios dos chefes de polícia, dos inspetores do tesouro, e balanços de receita e despesa.

¹⁰¹⁰ Além das leis relativas à polícia e direito criminal, há as leis e regulamentos do presídio de Fernando de Noronha e também os orçamentos gerais de 1826-1835.

¹⁰¹¹ Relativo a decretos sobre o presídio de Fernando de Noronha.

Biblioteca Nacional

- Mapas das províncias de São Paulo, Pernambuco, Mato Grosso e da ilha de Fernando de Noronha
- Jornal *A provincia de Matto-Grosso* (julho de 1882)
- Diário da Câmara dos Senadores do Império do Brasil (1832)

IBGE

- Recenseamento geral de 1872 e 1890

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, J. Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1988.
- AGUIAR, Cláudio (ed.). **Teatro de Franklin Távora**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A negra força da Princesa: Polícia, pena de morte e Correção em Pelotas (1830-1857)**. Pelotas: Edição do autor, 2008.
- ALBUQUERQUE NETO. Flávio de Sá Cavalcanti de. **A reforma prisional no Recife oitocentista: da cadeia à casa de detenção (1830-1874)**. 2008. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- _____. Punir, corrigir, lucrar: o trabalho penal na Casa de Detenção do Recife na segunda metade do século XIX. Experiências e repercussões. In: **História e Perspectivas**. Uberlândia, n.49, jul/dez 2013.
- _____. **Punir, recuperar, lucrar: o trabalho penal na Casa de Detenção do Recife (1862-1879)**. 2015. 214 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- ALHOY, Maurice; LURINE, Louis. **Les prisons de Paris: histoire, types, mœurs, mystères**. Paris: Gustave Havard, 1846.
- ALMEIDA, Candido Mendes de. **Atlas do Imperio do Brazil**. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomatico, 1868.
- AMOROSO, Marta Rosa. Mudança de hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, jun 1998, vol. 13, n. 37, p.101-114.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão territorial no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1982.
- ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. **Cárceres imperiais: A Casa de Correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional no Império (1830-1861)**. 2009. 336

f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

_____. **O duplo cativo:** escravidão urbana e o sistema prisional no Rio de Janeiro (1790-1821). 2004. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

AYALA, S. Cardoso. SIMON, Feliciano. **Album Graphico do Estado de Matto-Grosso.** Corumbá: s/ed., 1914.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. ACIOLI, Vera Lúcia Costa. ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. **Fontes repatriadas.** Anotações de história colonial. Referenciais para pesquisa. Índices do catálogo da capitania de Pernambuco. Recife: UFPE, 2006.

BARICKMAN, B. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881). In: **Revista Afro-Ásia.** Salvador: UFBA, n. 21-22, 1998-1999, p. 177-238.

BARMAN, Roderick J. **Brazil:** the forging of a nation (1798-1852). Stanford: Stanford University Press, 1988.

_____. The Brazilian Peasantry reexamined: the implications of the Quebra-Quilo revolt, 1874-1875. In: **The Hispanic American Historical Review**, vol. 57, n. 3, aug./1977, p. 401-424.

BARRADAS, Virginia Sena. **Modernos e desordenados:** a definição do público da Colônia Correccional de Dois Rios (1890-1925). 2006. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BARRETO, Paulo Thedim. Casas de Câmara e Cadeia. In: REIS, José Souza; _____. **Arquitetura Oficial I.** São Paulo: FAU-USP / MEC-IPHAN, 1978, cap. 1.

BARROS, Maria Paes de. **No tempo de dantes.** 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue:** exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: EDUSP, 2009.

BEAUMONT, Gustave de; TOCQUEVILLE, Alexis de. **Du système pénitentiaire aux États-Unis, et de son application en France.** Paris: B. Fournier Jeune, libraire, 1833.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico.** (TADEU, Tomaz org.). 2.ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BERTIN, Enidelce. **Os meia cara:** Africanos livres em São Paulo no século XIX. 2006.

273 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BEVILAQUA, Clóvis. **História da faculdade de Direito do Recife**. 2ª ed. Brasília: INL, 1977.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8 v.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. PERARO, Maria Adenir (org.). **Brasil e Paraguai: uma releitura da guerra**. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOXER, Charles R. Conselheiros municipais e irmãos de caridade. In: **O império marítimo português. 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, cap. 12.

BRETAS, Marcos L. A Polícia carioca no Império. In: **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998, p. 219-234.

CAMPELLO, Netto. **História parlamentar de Pernambuco**. Recife: Imprensa Industrial/ Livraria Universal, 1923, p. 53-74.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. Exclusões e transgressões. O reverso do lazer: as “inquietações públicas” e o cotidiano na prisão. In: PORTA, Paula (org.). **História da cidade de São Paulo: A cidade no Império, 1823-1889**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 39-55 e 290-301.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *A República dos Afogados: a volta dos liberais após a Confederação do Equador*. In: **História: fronteiras**. XX Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 1999, p. 485-499.

CHELI, Guy. **Sing Sing Prison**. Images of America. Charleston: Arcadia, 2003.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Coleção Memórias Históricas. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, vol. 4, 1994.

CORREA, Valmir Batista. **Mato-grosso: 1817-1840 e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da província**. 1976. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

COSTA, Cleonir Xavier de Albuquerque e. ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **José Mamede Alves Ferreira: sua vida, sua obra (1820-1865)**. Recife: Governo do estado de Pernambuco/ APEJE, 1985.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. 7ª ed.

São Paulo: UNESP, 1999.

COSTA, F. A. Pereira. **Anais Pernambucanos**. Recife: Arquivo Público Estadual/ Secretaria do Interior e Justiça, 1965, vol. 9 (1824-1833); vol. 10, 2ª ed. Recife: FUNDARPE, 1983-1985.

_____. **Dicionário Biográfico de pernambucanos célebres**. Recife: Prefeitura da cidade do Recife/ Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982.

COSTA, Hernani Maia. **As barreiras de São Paulo**: estudo histórico das barreiras paulistas no século XIX. 1984. 243 f. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984

COSTA, Marcos Paulo Pedrosa. **O caos ressurgirá da ordem**: Fernando de Noronha e a reforma prisional no Império. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

COSTA, Vivian Chieregati. **Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro**: o Código Criminal de 1830 e a positivação das leis no pós-Independência. 2013. 361 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles**: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do império. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DAL RI JÚNIOR, Arno et al. **Iluminismo e direito penal**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

DANTAS, Monica Duarte. (org.). **Revoltas, motins, revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

_____. Dos Statutes ao código brasileiro de 1830: o levante de escravos como crime de insurreição. In: **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, a. 172 (452), jul/set 2011, p. 273-309.

_____. O código do processo criminal e a reforma de 1841: dois modelos de organização do Estado (e suas instâncias de negociação). Conferência apresentada no **IV Congresso do Instituto Brasileiro de História do Direito**: Autonomia do Direito: configurações do jurídico entre a política e a sociedade. São Paulo, Faculdade de Direito, USP, 2009.

DEAN, Warren. **Rio Claro**: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEMETZ, Frédéric-Auguste; BLOUET, Abel. **Rapports a M. Le Comte de**

Montalivet, pair de France, ministre secrétaire d'État au Département de l'intérieur, sur les pénitenciers des États-Unis. Paris: Imprimerie royale, 1837.

DOLAN, Francis X. **Eastern State Penitentiary.** Images of America. Charleston: Arcadia, 2007.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial:** origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

DORATIOTTO, Francisco. **Maldita guerra:** nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DURKHEIM, Émile. Introdução; Capítulo I: Método para indicar essa função; Capítulo II: Solidariedade mecânica ou por similitudes; Capítulo III: A solidariedade devido à divisão do trabalho ou orgânica. In: _____. **Da Divisão do Trabalho Social.** São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.1-109.

EGAS, Eugênio. MELLO, Oscar Motta. **Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo:** reconstituição desde 1835 a 1861 (com introdução e dados biográficos). 30 vols. São Paulo: Seção de obras do “Estado de São Paulo”, 1926.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança.** A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 1977.

FARIAS, Aluísio Gonçalves de. **Ações militares em Mato Grosso:** o batalhão 21 de infantaria e a guerra com o Paraguai. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

FERNANDES, Florestan. BASTIDE, Roger. **Branços e negros em São Paulo.** Coleção Brasiliana, v. 305. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Crimes em comum:** escravidão e liberdade sob a pena do Estado imperial brasileiro (1830-1888). São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FLORY, Thomas. **El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial.** México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

FONSECA, Guido. **Crimes, criminosos e criminalidade em São Paulo (1870-1950).** São Paulo: Resenha Universitária, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

_____. PERROT, Michelle. **L'impossible prison:** recherches sur le système pénitentiaire au XIX^{ème} siècle (reunies par Michelle Perrot; debat avec Michel

Foucault). Paris: Seuil, 1980.

_____. **Segurança, território, população.** Curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão.** 6ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

FREYRE, Gilberto. **Um engenheiro francês no Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1960 (2 vols.).

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do império.** 2001. 146 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

GONÇALVES, Flávia Maíra de Araújo. **Cadeia e Correção: sistema prisional e população carcerária na cidade de São Paulo (1830-1890).** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2013.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. Sapucaí, Minas Gerais e São Paulo: um caso de disputa territorial no Império, 1843-1853. In: **IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-Guaduação em História Econômica.** São Paulo, 2012. Disponível em:

http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Vitor%20Marcos%20Gregorio_0.pdf

Acesso em: 26 mar 2016.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2009-2011, 3 vols.

HESPANHA, António Manuel. Da “iustitia” à “disciplina”. Textos, poder e política penal no Antigo Regime. In: **Anuario de historia del derecho español.** Madrid: Ministerio de Justicia, 1987, p. 493-578.

_____. Justiça e administração entre o Antigo Regime e a Revolução. In: **Justiça e litigiosidade: história e prospectiva de um paradigma.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** 5ª. ed. São Paulo: Difel, 1985, Tomo II, 5 vols.

_____. A língua geral em São Paulo. In: **Raízes do Brasil.** 26ª ed. 19ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 122-133.

_____. **Monções.** São Paulo: Brasiliense, 2000 [or. 1945].

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa**

cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

HOWARD, John. **The State of the prisons in England and Wales with preliminary observations and na account of some foreign prisons.** Warrington: William Eyres, 1777.

JANCSÓ, István (org.) **Cronologia de História do Brasil Monárquico (1808-1889).** São Paulo: Departamento de História da FFLCH-USP, 2000.

JAVARI, Barão de. **Organizações e programas ministeriais:** regime parlamentar no Império. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/ Arquivo Nacional, 1962.

JUCÁ, Pedro Rocha. **Personalidades da história de Mato Grosso.** Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso/ Edições Memórias Cuiabanas, 1987.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da escravidão ao trabalho livre:** a lei de locação de serviços de 1879. Campinas: Papirus, 1988.

_____. **Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do século XIX.** São Paulo: EDUSP, 2012.

LARA, Silvia Hunold (org.). **Ordenações Filipinas:** Livro V. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LEMOS BRITTO. **Os systemas penitenciarios do Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924-1926 (3 vols).

LIMA, André Nicacio. **Caminhos da integração, fronteiras da política:** a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso. 2010. 366 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. **Mobilização política, revolta e repressão na formação do Estado nacional brasileiro (província de Mato Grosso, 1821-1844).** Relatório de qualificação do doutorado apresentado ao programa de pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014, cap. 1 (gentilmente cedido pelo autor).

LISBOA, José Maria. **Almanak Litterario de São Paulo para 1877.** São Paulo: Typographia da “Província”, 1876.

LUCAS, Charles. **De la réforme des prisons ou de la théorie de l’emprisonnement.** Paris: Legrand, 1836. 3 vols.

LUNA, Francisco Vidal. KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia**

escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. São Paulo: EDUSP, 2005

MACHADO FILHO, Oswaldo. **Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872).** Cuiabá: EdUFMT, 2006.

MACHADO NETO, Zahidé. **Direito Penal e Estrutura Social:** comentário sociológico ao Código Criminal de 1830. São Paulo: Saraiva/ EDUSP, 1977.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Fisco e calabouço: disciplinarização dos escravos na cidade. In: PORTA, Paula (org.). **História da cidade de São Paulo: A cidade no Império, 1823-1889.** São Paulo: Paz e Terra, 2004, p.84-88.

_____. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. 2ª ed. rev. São Paulo: Edusp, 2010.

MAIA, Clarissa Nunes. **Policiados:** controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife (1865-1915). 2001. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

_____. SÁ NETO, Flávio de. COSTA, Marcos. BRETAS, Marcos Luiz (org.). **História das Prisões no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009, 2 vols.

MARIZ, Silviana Fernandes. **Oficina de Satanás:** a cadeia pública de Fortaleza (1850-1889). 2004. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo. Tomo I e II.** São Paulo: Livraria Martins Editora, 1950 [1879].

MARTINS, Antonio Egidio. **São Paulo Antigo (1554 a 1910).** São Paulo: Paz e Terra, 2003 [1911], cap. VIII.

MARTINS, Herbert Toledo. A retaliação de Pernambuco: o caso da comarca do rio de São Francisco. In: **Clio:** revista de pesquisa histórica. Recife: UFPE, vol. 28.2, 2010.

_____. Formação e fragmentação do estado nacional brasileiro no período imperial: a criação da província do Paraná. In: **Acta Scientiarum:** Human and Social Sciences. Maringá, v. 30, n. 1, p. 9-16, 2008.

MATTOS. Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema.** 5.^a ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

McHUGH, Eileen. PETIGRASS, Michael. **Auburn Correctional Facility.** Images of America. Charleston: Arcadia, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A ferida de Narciso:** ensaio de história regional. São Paulo: Senac, 2001.

_____. **A fronda dos mazombos:** nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. **A outra independência:** o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004.

_____. **Olinda restaurada:** guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654). Rio de Janeiro/ São Paulo: Forense Universitária/ Edusp, 1975.

_____. **O norte agrário e o Império (1871-1889).** Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984, p. 23.

MELO, Jones. **Memória legislativa.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcel y fabrica:** los orígenes del sistema penitenciario (siglos XVI-XIX). 2.^a ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1985 [or. 1977].

MENDONÇA, Rubens de. **Bibliografia mato-grossense.** Cuiabá: Edições UFMT/ Secretaria de Educação e Cultura, 1975.

_____. **Dicionário biográfico mato-grossense.** 2.^a ed. Cuiabá, 1971.

_____. **História de Mato Grosso.** 4.^a ed. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982.

MENEZES, Raimundo de. **Histórias da história de São Paulo.** São Paulo: Melhoramentos, 1954.

MILET, Henrique Augusto. **Os quebra-quilos e a crise da lavoura.** São Paulo: Global; Brasília: INL, 1987.

MORAIS, Viviane Alves de. **Estradas interprovinciais no Brasil Central:** Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (1834-1870). 2010. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MORRIS, Norval; ROTHMAN, David J. **The Oxford History of the prison:** The practice of punishment in western society. New York/Oxford: Oxford University Press, 1998.

MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo:** de comunidade a metrópole. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

MOURA, Paulo Cursino de. **São Paulo de outrora:** evocações da metrópole. 2.^a ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista no Império:** Nabuco de Araújo, sua vida, suas

- opiniões, sua época. Tomo I (1813-1857). Rio de Janeiro: H. Garnier, 1897.
- NEEDELL, Jeffrey D. **The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871**. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- NOGUEIRA, Almeida. **A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências**. 9 vols. São Paulo: Typ. "A Editora", 1907-1912.
- O'BRIEN, Patrícia. Crime and punishment as historical problem. In: **Journal of Social History**. 2 (4), 1978.
- ODALIA, Nilo. CALDEIRA, João Ricardo de Castro (org.). **História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista**. Vol. 1. Colônia e Império. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial/ Arquivo Público do Estado, 2010.
- OLIVEIRA, Albino José Barbosa de. **Memórias de um magistrado do império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. As colônias militares na consolidação do Estado nacional (1850-1870). In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.
- _____. As guerras nas matas de Jacuípe. In: **Clio: revista de pesquisa histórica**. Recife: UFPE, vol. 33.2, 2015, p. 100-138.
- PAULA, Regina da Cunha Rodrigues Simões de. **O presídio de Santa Leopoldina do Araguaia e sua importância em termos de colonização (1850-1865)**. 1972. 422 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.
- PERARO, Maria Adenir. **Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX**. São Paulo: Contexto, 2001.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. **Fernando de Noronha: uma ilha-presídio nos trópicos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1994.
- _____. **Trabalho e resistência na Penitenciária da Corte (1850-1876)**. 2000. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz**. Ouro Preto: Na Typographia de Silva, 1832.

PÓVOAS, Lenine C. **História Geral de Mato Grosso: dos primórdios à queda do Império**. Vol. 1. Cuiabá: edição do autor, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. vol. 1. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1945.

_____. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo. In: **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 2004, vol. 202, p.15-28. (Antologia – artigo publicado originalmente na edição XIX da revista, em janeiro de 1936).

REGULAMENTOS EXPEDIDOS PELO EX.MO GOVERNO PROVINCIAL para execução de diversas leis provinciaes colligidos e anotados pelo bacharel José Candido de Azevedo Marques e mandados imprimir pelo Ex.mo Sr. Dr. João Theodoro Xavier presidente da Provincia de S. Paulo na forma da lei que autorisou a reimpressão da Legislação Provincial. São Paulo: Typographia do Correio Paulistano de J. R. de Azevedo Marques, 1874.

REYNALDO, Ney Iared. Guerra do Paraguai: um conflito anunciado (1852-1864). In: 9º ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 2010, Goiânia. **Anais eletrônicos do IX Encontro Internacional da ANPHLAC**. Goiânia: ANPHLAC, 2010

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

RIBEIRO, João Luiz. **No meio das galinhas as baratas não têm razão: a lei de 10 de junho de 1835: os escravos e a pena de morte no Império do Brasil (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. **Criminalidade e relações de poder em Mato Grosso (1870-1910)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim: uma história da polícia paulista no final do Império**. São Paulo: EDUSP, 2010.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. 2ª. ed. Trad. Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

SÁ, Geraldo Ribeiro de. **A prisão dos excluídos: Origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade**. Juiz de Fora/ Rio de Janeiro: EDUFJF/ Diadorim, 1996.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo (1822-1940)**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.

SALVATORE, Ricardo D. et al. **The birth of penitentiary in Latin America: essays of criminology, prison reform and social control, 1830-1940.** Austin: University of Texas Press, 1996.

SANT'ANNA, Marilene Antunes. **A imaginação do castigo: discursos e práticas sobre a Casa de Correção do Rio de Janeiro.** 2010. 223 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

_____. **De um lado, punir; de outro, reformar: projetos e impasses em torno da implantação da Casa de Correção e do Hospício de D. Pedro II no Rio de Janeiro.** 2002. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Ana Claudia Martins dos. **O Exército nas fronteiras do Império: mobilização militar e defesa da província de Mato Grosso (1850-1864).** 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

SCHWARTZ, Stuart B. **Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico.** São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: EDUSC, 2009.

SENA, Ernesto Cerveira de. **Entre anarquizadores e pessoas de costumes: a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870).** 2006. 368 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Humanidades, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

_____. PERARO, Maria Adenir (org.). **Rusga, uma rebelião no sertão: Mato Grosso no período regencial (1831-1840).** Cuiabá: EdUFMT, 2014.

SETTE, Hilton. ANDRADE, Manuel C. **Geografia e história de Pernambuco.** Recife: Editora do Brasil, 1955.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da. Tradição e reforma na organização político-administrativa do espaço, Portugal, finais do século XVIII. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil, formação do Estado e da nação.** São Paulo/ Ijuí: HUCITEC/ Unijuí/ FAPESP, 2003, p. 297-318.

SILVA, Antonio Henrique Ferreira da. A faculdade de direito do Recife e a nova ordem social: o bacharelismo como fonte imaginária de poder. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História.** Florianópolis: ANPUH-SC,

2015.

SILVA, Maria Aparecida da. **Itapura:** estabelecimento naval e colônia militar (1858-1870). 1972. 159 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

SILVA, Marieta Borges Lins e. **Fernando de Noronha:** cinco séculos de história. Série Cadernos Noronhenses. 2ª ed. Recife: UFPE, 2013.

SILVA, Mozart Linhares da. **Do império da lei às grades da cidade.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. **Governantes de Mato Grosso.** Cuiabá: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, 1993.

SILVA, Wellington Barbosa da. “Grupos de criminosos infestam aquela parte da província”: banditismo no Sertão de Pernambuco nas últimas décadas do período imperial (1870-1889). In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História.** Florianópolis: ANPUH-SC, 2015.

_____. A Guarda Cívica do Recife: a utopia de uma força policial guiada pela cortesia nas décadas finais do Brasil Império (1876-1889). In: **Saeculum:** revista de história. João Pessoa, vol. 33, jul./dez. 2015, p. 129-144.

SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis:** Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). 2006. 339 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SLENES, Robert W. The Brazilian Internal Slave Trade (1850-1888). In: JOHNSON, Walter (ed.). **The Chattel Principle: internal slave trades in the Americas.** New Haven/ London: Yale University Press, 2004, chap. 14.

SOCIEDADE AUXILIADORA DA AGRICULTURA DE PERNAMBUCO. **Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife.** Outubro de 1878. Recife: Typ. De Manoel Figueroa Faria & Filhos, 1879. Edição Facsimilar publicada pela Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1978.

SOUZA FILHO, C. F. Marés de. O direito envergonhado: o direito e os índios no Brasil. In: **Revista IIDH**, vol.15, enero/junio 1992, San José: El Instituto, p. 145-166.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: NOVAIS, Fernando A. (org.) **História**

da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, cap. 2.

SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros:** indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). 2006. 230 f. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

STORCH, Robert D. The policeman as domestic missionary: urban discipline and popular culture in the Nothern England (1850-1880). **Journal of Social History**. Pittsburg: Carnegie-Mellon University Press, june 1976, volume 9, number 4, p. 481-509.

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. **História da cidade de São Paulo no século XVIII**. Vol. 2 (1765-1801). São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1951

_____. O Paço Municipal. In: **Velho São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

_____. **Pequena história do café no Brasil (1727-1937)**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

THOMPSON, Edward P. O domínio da lei. In: **Senhores e caçadores**. A origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 348-361.

TOLEDO, Benedito Lima de. A cidade de Santos: iconografia e história. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 41, março/maio 1999, p. 48-61.

TRINDADE, Cláudia Moraes. **A casa de prisão com trabalho da Bahia (1833-1865)**. 2007. 172 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

_____. **Ser preso na Bahia no século XIX**. 2012. 304 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

TSCHUDI, J. J. von. **Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953 [or.1866].

VASCONCELLOS, Barão de. VASCONCELLOS, Barão Smith de. **Archivo Nobiliarchico Brasileiro**. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

VELLASCO, Ivan. **As seduções da ordem:** Violência, criminalidade e administração da justiça. Minas Gerais, século 19. São Paulo/ Bauru: ANPOCS/ EDUSC, 2004.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do sertão:** vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888. São Paulo: Marco Zero/ Cuiabá: EdUFMT, 1993.

VON TSCHUDI, J. J. **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953 [or.1866].

WOJCIECHOWSKI, Eula. **“Sem lei nem rei”: debochados, vadios e perniciosos: os soldados militares na província de Mato Grosso (1850-1864)**. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

YEGROS, Ricardo Scavone. BREZZO, Liliana M. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

ZALUAR, Augusto Emilio. **Peregrinação pela província de São Paulo, 1860-1861**. São Paulo / Minas Gerais: EDUSP / Itatiaia, 1975.